

NORTE BRASIL

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.

**LT 600kV CC Coletora
Porto Velho Araraquara 2, N° 02**

Abril de 2010

EIA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

VOL. 6/9

Diagnóstico do Meio Socioeconômico
PARTE B

————— CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA —————



JGP

SUMÁRIO

VOLUME 1 / 9

Introdução, Considerações Gerais, Caracterização do Empreendimento, Alternativas Locacionais e Áreas de Influência

1.	INTRODUÇÃO.....	1-1
2.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	2-1
2.1	PROCEDIMENTOS DO LICENCIAMENTO	2-1
2.1.1	Instrumentos Legais e Normativos	2-2
	a. Apresentação.....	2-2
	b. Planejamento do Setor Elétrico no Brasil	2-3
	c. Aspectos Jurídicos do Licenciamento Ambiental do Empreendimento	2-7
2.1.1.1	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DOS ESTADOS.....	2-44
	a. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Rondônia	2-44
	b. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Mato Grosso.....	2-51
	c. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Goiás.....	2-57
	d. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Minas Gerais	2-62
	e. Considerações acerca da Legislação Ambiental de São Paulo.....	2-68
2.1.1.2	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS.....	2-80
2.1.1.3	QUADRO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....	2-88
	a. Quadro de Legislação Ambiental Federal	2-88
	b. Quadro de Legislação Ambiental dos Estados....	2-101
	c. Quadro de Legislação Ambiental dos Municípios	2-120

2.1.2 Estudos Ambientais.....	2-139
2.1.2.1 ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA	2-139
2.1.2.2 RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA	2-140
2.1.2.3 Outros Estudos e Documentos	2-140
a. Estudos de Levantamento de Potencial	
Malarígeno	2-140
b. Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas ...	2-141
c. Estudos sobre Comunidades Quilombolas	2-142
d. Estudos sobre Assentamentos Agrícolas.....	2-144
e. Estudos sobre o Patrimônio Histórico e Artístico	
Regional	2-144
f. Certidão de Anuência das Prefeituras	
Municipais	2-145
g. Estudos Específicos para Unidades de Conservação	
Federais	2-145
h. Estudos Específicos para Cavidades	2-146
2.1.3 MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	2-146
2.1.3.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	2-146
2.1.4 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDOS	
 AMBIENTAIS.....	2-147
a. Disponibilidade do Empreendedor e Empresas	
Consultoras	2-147
b. Elaboração dos Planos de Trabalho	2-147
c. Disponibilidade do Empreendedor e Empresas	
Consultoras para Reuniões	2-147
d. Disponibilidade do Empreendedor e Empresas	
Consultoras para Vistorias	2-147
e. Disponibilidade do Empreendedor e Empresas	
Consultoras para Seminário	2-148

ANEXOS

- 2.1.2-1 – Correspondências SVS
- 2.1.2-2 – Correspondências FUNAI
- 2.1.2-3 – Correspondências Fundação Cultural Palmares
- 2.1.2-4 – Correspondências INCRA
- 2.1.2-5 – Correspondências IPHAN
- 2.1.2-6 – Anuências Obtidas das Prefeituras
- 2.1.2-7 – Correspondências ICMBIO
- 2.1.2-8 – Correspondências CECAV
- 2.1.2-9 – Protocolo Planos de Trabalho

3.	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	3.1-1
3.1	ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO EIA/RIMA	3.1-1
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDEDOR	3.2-1
	a. Dados do Empreendedor	3.2-1
	b. Experiência da Empresa no Setor	3.2-3
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA E DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS AMBIENTAIS	3.3-1
	a. Dados do Consórcio	3.3-1
	b. Equipe Técnica.....	3.3-6
	c. Experiência do Consórcio.....	3.3-6

ANEXOS

3.3-1 – Anotações de Responsabilidade Técnica

3.4	CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	3.4-1
3.4.1	HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO.....	3.4-4
	a. Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro	3.4-4
	b. Entidades Envolvidas na Política Nacional de Energia....	3.4-11
	c. Histórico dos Estudos para Inserção no Sistema Interligado Nacional (SIN)	3.4-17
	d. Sistema Interligado Nacional (SIN).....	3.4-18
3.4.2	OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO	3.4-21
	a. Descrição dos Objetivos do Empreendimento	3.4-21
3.4.3	JUSTIFICATIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	3.4-22
	a. Justificativas Técnicas, Econômicas e Socioambientais .	3.4-22
	b. Justificativas para Uso de Linhas de Transmissão de 600kV CC	3.4-23
	c. Necessidade de Implementação de duas LTs.....	3.4-30
3.4.4	DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	3.4-31
	a. Características Técnicas da LT 600kV CC Coletora Porto - Velho – Araraquara 2 N ^o 02	3.4-32
	b. Características Técnicas das Estações Retificadoras e Inversoras e das Subestações Interligadas	3.4-72
	c. Fontes de Distúrbios e Interferências do Sistema de Transmissão	3.4-104
	d. Medidas de Segurança.....	3.4-106
	e. Riscos e Acidentes	3.4-108

f. Etapas de Planejamento.....	3.4-112
g. Etapas de Implantação do Empreendimento.....	3.4-113
h. Etapas de Operação e Manutenção	3.4-144
i. Diretrizes de Localização dos Pontos de Apoio às Obras ...	3.4-147
3.4.5 ASPECTOS CONSTRUTIVOS.....	3.4-148
a. Obras e Serviços de Infraestrutura	3.4-148
b. Infraestrutura para Áreas de Apoio.....	3.4-148
c. Técnicas Construtivas Especiais	3.4-149
d. Procedimentos Construtivos no Interior de Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	3.4-152
e. Critérios para Minimização de Interferências em Fragmentos Florestais	3.4-153
f. Logística de Saúde, Transporte e Emergência Médica ..	3.4-154
g. Cruzamentos com Interferências	3.4-154
3.4.6 INVESTIMENTOS.....	3.4-155
3.5 ESTUDO E ANÁLISE COMPARATIVA DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS.....	3.5-1
a. Alternativas de Diretrizes de Traçado	3.5-1
b. Definição do Corredor de Estudo.....	3.5-37
c. Identificação e Caracterização de Diretrizes de Traçado.....	3.5-41
d. Principais Interferências Socioambientais das Alternativas (Diretrizes).....	3.5-50
e. Distanciamento de Unidades de Conservação	3.5-56
f. Localização Geográfica do Corredor de Estudo	3.5-59
g. Análise Comparativa das Alternativas.....	3.5-63
h. Hipótese de não execução do empreendimento.....	3.5-85
i. Escolha da diretriz preferencial de passagem	3.5-85
j. Hipótese de passagem das diretrizes fora dos limites do vale do rio Guaporé	3.5-87
k. Alternativas ao corredor de referência do leilão da ANEEL e manutenção de distância de 10km entre os circuitos....	3.5-89
l. Razões técnicas para afastamento de 10 quilômetros do empreendimento em relação ao outro circuito projetado	3.5-89

3.6	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA DIRETRIZ PREFERENCIAL	3.6-1
3.6.1	LEVANTAMENTO DE DADOS	3-6-1
3.6.1.1	Meio Físico	3.6-2
3.6.1.2	Meio Biótico	3.6-5
3.6.1.3	Meio Socioeconômico.....	3.6-9
3.6.2	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA.....	3-6-11
3.6.2.1	ÁREA DE ABRANGÊNCIA REGIONAL (AAR)	3.6-13
3.6.2.2	ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)	3.6-14
3.6.2.3	ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID)	3.6-17

VOLUME 2 / 9

Diagnóstico do Meio Físico

3.6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DE MEIO FÍSICO	3.6.3.1-1
3.6.3.1 CLIMA	3.6.3.1-1
a. Clima e as Condições Meteorológicas da ARR e All	3.6.3.1-6
b. Séries históricas de dados para todas as variáveis climáticas na região de inserção da LT	3.6.3.1-64
3.6.3.2 GEOLOGIA	3.6.3.2-1
a. Caracterização Geológica da All	3.6.3.2-1

ANEXO

3.6.3.2-1 – Coordenadas dos Pontos de Levantamento de Campo – GEOLOGIA

3.6.3.3 CAVIDADES	3.6.3.3-1
a. Identificação e Localização de Cavernas na All	3.6.3.3-1
b. Estudos de Patrimônio Espeleológico	3.6.3.3-2
3.6.3.4 SISMICIDADE	3.6.3.4-1
a. Caracterização da ocorrência de eventos sísmicos	3.6.3.4-1
3.6.3.5 GEOMORFOLOGIA E GEOTECNIA	3.6.3.5-1
a. Unidades Geomorfológicas	3.6.3.5-1
b. Padrões de Relevo	3.6.3.5-20
c. Áreas Suscetíveis ao Desencadeamento de Movimentos de Massa, Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água (Dinâmica Superficial)	3.6.3.5-37
d. Estabilidade Geotécnica de Áreas Sensíveis	3.6.3.5-40
3.6.3.6 PEDOLOGIA	3.6.3.6-1
a. Caracterização Pedológica	3.6.3.6-1
b. Áreas Degradadas e Antropizadas	3.6.3.6-1
3.6.3.7 RECURSOS MINERAIS	3.6.3.7-1
a. Processos Minerários Existentes	3.6.3.7-1
b. Áreas para Potenciais Bota-Foras e Áreas de Empréstimo	3.6.3.7-14

ANEXOS

3.6.3.7-1 – Processos Minerários (DNPM) existentes nas Áreas de Influência da LT

3.6.3.8 PALEONTOLOGIA	3.6.3.8-1
a. Potencial Paleontológico	3.6.3.8-1
3.6.3.9 RECURSOS HÍDRICOS.....	3.6.3.9-1
a. Principais Corpos d'Água Atravessados	3.6.3.9-1
b. Caracterização dos Principais Corpos d'Água.....	3.6.3.9-3
c. Caracterização das Áreas Alagáveis na AID	3.6.3.9-13
d. Condições de Drenagem dos Acessos em Áreas de Várzeas e Lagoas Marginais.....	3.6.3.9-19
3.6.3.10 SÍNTESE DO MEIO FÍSICO.....	3.6.3.10-1
a. Aspectos Metodológicos e Critérios Adotados	3.6.3.10-1
b. Unidades de Terrenos e Sensibilidade Geoambiental	3.6.3.10-5
c. Resumo	3.6.3.10-19

VOLUME 3 / 9

Diagnóstico do Meio Biótico – Parte A

3.6.4	CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO BIÓTICO	3.6.4-1
3.6.4.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	3.6.4.1-1
	a. Levantamento e Distribuição dos Grupos	3.6.4.1-1
	b. Metodologia e Esforço Amostral	3.6.4.1-1
	c. Desenho Experimental do Monitoramento	3.6.4.1-2
3.6.4.2	CARACTERIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS	3.6.4.2-1
	a. Biótopos das Áreas de Influência	3.6.4.2-1
	b. Áreas de Preservação Permanente (APP)	3.6.4.2-25
	c. Unidades de Conservação	3.6.4.2-28
	d. Áreas Prioritárias e Corredores Ecológicos	3.6.4.2-40
3.6.4.3	FLORA	3.6.4.3-1
	a. Produtos	3.6.4.3-1
3.6.4.3.1	Levantamento da Flora Terrestre	3.6.4.3-1
	a. Florística	3.6.4.3-1
	b. Metodologia Adotada	3.6.4.3-19
	c. Lista de Espécies	3.6.4.3-29
	d. Dados dos Estudos Quali-Quantitativos	3.6.4.3-60
	e. Remanescentes Florestais	3.6.4.3-245
	f. Extrativismo Vegetal	3.6.4.3-247
	g. Espécies da Flora Objeto de Resgate	3.6.4.3-251
3.6.4.3.2	Inventário Florestal	3.6.4.3-267
	a. Interferências com Áreas de Preservação Permanente (APP)	3.6.4.3-267
	b. Identificar áreas de apoio à obra	3.6.4.3-267
	c. Mapear as áreas de vegetação a ser suprimida	3.6.4.3-267
	d. Uso do Material Lenhoso	3.6.4.3-267
	e. Quantificar a área a ser desmatada e sua localização	3.6.4.3-267
	f. Registros de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs)	3.6.4.3-268
	g. Relatório Fotográfico	3.6.4.3-268
	h. Apresentar todas as informações, unidades amostrais e cálculos referentes aos dados levantados	3.6.4.3-268

3.6.4.4 FAUNA.....	3.6.4.4-1
a. Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Fauna Silvestre.....	3.6.4.4-1
b. Registro de Dados.....	3.6.4.4-1
3.6.4.4.1 Levantamento da Fauna Terrestre	3.6.4.4-2
a. Caracterização dos Ambientes.....	3.6.4.4-2
b. Caracterização das Espécies da Fauna	3.6.4.4-2
c. Pontos de Amostragem.....	3.6.4.4-54
d. Metodologia e Esforço Amostral.....	3.6.4.4-82
e. Resultados – AID	3.6.4.4-94
f. Análises Estatísticas e Conclusões.....	3.6.4.4-257
g. Destino do material coletado.....	3.6.4.4-269
3.6.4.4.2 Levantamento de Fauna Aquática em Áreas de Várzea.....	3.6.4.4-269
a. Metodologia.....	3.6.4.4-269
b. Resultados	3.6.4.4-275
3.6.4.4.3 Conclusões sobre a Fauna Terrestre e a Fauna Aquática.....	3.6.4.4-315

VOLUME 4 / 9

Diagnóstico do Meio Biótico – Parte B - Anexos

ANEXOS

- 3.6.4.4-1 – Autorizações para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico
- 3.6.4.4.1-1 – Espécies de Mastofauna de Ocorrência nas Áreas de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-2 – Espécies de Aves de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-3 – Espécies de Herpetofauna de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-4 – Espécies de Borboletas de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-5 – Espécies de Ictiofauna de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-6 – Ofício No 265/2010/CGFAP/DBFLO
- 3.6.4.4.1-7 – Padrões Utilizados para a Análise de Solos
- 3.6.4.4.1-8 – Estações Meteorológicas Utilizadas como Subsídio à Coleta de Fauna
- 3.6.4.4.1-9 – Avaliação do Potencial Malarígeno (APM)
- 3.6.4.4.1-9.1 – Aspectos das Técnicas Utilizadas em Campo e em Laboratório para Avaliação do Potencial Malarígeno da LT
- 3.6.4.4.1-9.2 – Pontos Georreferenciados e Pesquisados para Coleta de Anofelinos Adultos e Imaturos, ao Longo da LT
- 3.6.4.4.1-9.3 – Coletas Efetuadas com Armadilha de Shannon ao Longo da LT
- 3.6.4.4.1-9.4 – Pontos de Coleta de Mosquitos Imaturos Coletados com Concha Entomológica
- 3.6.4.4.1-9.5 – Georreferenciamento dos Pontos de Coleta ao Longo da LT, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, Indicando os Locais onde foram feitas as Capturas de Mosquitos Adultos e Imaturos
- 3.6.4.4.1-10 – Lista Comentada de Mamíferos, Aves, Herpetofauna e Lepidópteros
- 3.6.4.4.1-11 – Cartas de Recebimento (Vertebrados, Ictiofauna, Lepidópteros e Anofelinos)
- 3.6.4.4-2 – CD de Dados Brutos

VOLUME 5 / 9

DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO – PARTE A

3.6.5 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO	3.6.5.1-1
3.6.5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	3.6.5.1-1

ANEXOS

3.6.5.1-1 – Roteiro de Entrevista/Consulta às Prefeituras	
3.6.5.1-2 – Roteiro de Entrevista AID	
3.6.5.1-3 – Roteiro de Entrevista/Descrição do Traçado	
3.6.5.2 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS - AAR	3.6.5.2-1
a. Histórico de Ocupação da AAR.....	3.6.5.2-1
b. Programas Governamentais – AAR	3.6.5.2-14
c. Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE dos Estados Abrangidos pelo Empreendimento	3.6.5.2-55
3.6.5.3 DEMOGRAFIA, ESTRUTURA PRODUTIVA E MALHA URBANA – AID/AII	3.6.5.3-1
a. Histórico de Ocupação das Mesorregiões e Municípios	3.6.5.3-1
b. Caracterização da População Residente	3.6.5.3-23
c. Distribuição Geográfica da População Residente	3.6.5.3-59
d. Hierarquia Urbana Regional	3.6.5.3-87
e. Infogramas de Hierarquia Urbana Regional ..	3.6.5.3-88
f. Ordenamento Territorial: Planos Diretores Municipais	3.6.5.3-105
g. Caracterização do Uso do Solo no Corredor de Estudo	3.6.5.3-116
h. Estrutura-Fundiária dos Municípios da AII ..	3.6.5.3-132
i. Superposições e Atividades Incompatíveis com Usos Futuros da Faixa de Servidão	3.6.5.3-159
j. Povoados, Vilas, Comunidades e Outras Formas de Assentamentos.....	3.6.5.3-170
K. Área Territorial e Extensão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara2, Nº 02 nos Municípios Atravessados.....	3.6.5.3-190

ANEXO

3.6.5.3-1 – Distribuição Geográfica da População Residente	
--	--

3.6.5.4 SAÚDE – AII	3.6.5.4-1
a. Infraestrutura e Serviços de Saúdes disponíveis na AII	3.6.5.4-1
b. Profissionais de Saúde nos municípios da AII.....	3.6.5.4-21
c. Incidência de Endemias na AII	3.6.5.4-34
d. Municípios Interceptados pela LT Situados em Área Endêmica de Malária.....	3.6.5.4-36
e. Recomendações da SVS/MS	3.6.5.4-41
f. Aspectos Sanitários.....	3.6.5.4-41

ANEXO

3.6.5.4-1 – Plano Preliminar de Ação de Controle de Malária (PACM)

3.6.5.5 EDUCAÇÃO – AII	3.6.5.5-1
a. Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Técnico na AII	3.6.5.5-1
b. Ensino Superior na AII	3.6.5.5-22
3.6.5.6 SEGURANÇA PÚBLICA – AII/AID.....	3.6.5.6-1
a. Trecho 1 – Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)	3.6.5.6-1
b. Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Alto Araguaia (MT)	3.6.5.6-11
c. Trecho 3: Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP)	3.6.5.6-18
3.6.5.7 INFRAESTRUTURA – AID/AII.....	3.6.5.7-1
a. Caracterização da Infraestrutura	3.6.5.7-1
b. Sobreposição do sistema viário com o empreendimento	3.6.5.7-25
3.6.5.8 ORGANIZAÇÃO SOCIAL – AII.....	3.6.5.8-1
a. Pressões Migratórias.....	3.6.5.8-1
b. Conflitos Agrários e Tensões Socioambientais	3.6.5.8-16
c. Disponibilidade de Mão de obra na AII.....	3.6.5.8-23
3.6.5.9 ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANÇAS PÚBLICAS – AII	3.6.5.9-1
a. Composição do PIB por Setor da Economia ...	3.6.5.9-1
b. Caracterizar as Principais Atividades Econômicas Urbanas e Rurais	3.6.5.9-8

3.6.5.10	POPULAÇÕES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E TRADICIONAIS	3.6.5.10-1
a.	Comunidades Tradicionais	3.6.5.10-1
b.	Comunidades Remanescentes Quilombos ...	3.6.5.10-7
c.	Fatos Históricos e Atuais Associados à Presença de Quilombos	3.6.5.10-10
d.	Recomendações da Fundação Palmares ...	3.6.5.10-23
e.	Povos e Etnias Indígenas.....	3.6.5.10-26
f.	Recomendações da FUNAI	3.6.5.10-27
3.6.5.11	DINÂMICA E USO DO TERRITÓRIO E OUTRAS INFORMAÇÕES	3.6.5.11-1
a.	Descrição do Corredor de Estudo (AID)	3.6.5.11-1
b.	Usos e Ocupação do Solo.....	3.6.5.11-133
b.1	Uso e Ocupação do Solo Rural na AII.	3.6.5.11-133
b.2	Culturas e Sistema de Produção no Corredor em Estudo.....	3.6.5.11-173
c.	Travessia de Rios Navegáveis	3.6.5.11-225
d.	Projetos de Desenvolvimento Econômico	3.6.5.11-234
e.	Proximidade com Estruturas Impeditivas ..	3.6.5.11-243
f.	Projetos Viários	3.6.5.11-247
g.	Malhas Urbanas Vulneráveis ao Empreendimento	3.6.5.11-253
h.	Demandas por infraestrutura decorrentes do empreendimento	3.6.5.11-262
3.6.5.12	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO E DE LAZER – AID/AII	3.6.5.12-1
a.	Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico	3.6.5.12-1
a.1	Patrimônio Arqueológico	3.6.5.12-1
a.2	Patrimônio Paisagístico	3.6.5.12-82
a.3	Patrimônio Histórico e Cultural	3.6.5.12-89
b.	Atendimento às Recomendações do IPHAN	3.6.5.12-146
c.	Instituições Envolvidas com o Patrimônio Histórico/Cultural Local	3.6.5.12-147
d.	Locais para Prática de Turismo e Lazer	3.6.5.12-148

ANEXOS

- 3.6.5.12-1 – Belezas Cênicas (Figura 3.6.5.12-1-A)
- 3.6.5.12-2 – Belezas Cênicas (Figura 3.6.5.12-1-B)
- 3.6.5.12-3 – Belezas Cênicas (Figura 3.6.5.12-1-C)

VOLUME 6 / 9

DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO – PARTE B

ANEXO

- 3.6.5.10-1 – Povos e Etnias Indígenas

VOLUME 7 / 9

ANÁLISE INTEGRADA, IMPACTOS, MEDIDAS, PROGRAMAS, PROGNÓSTICOS, CONCLUSÕES, BIBLIOGRAFIA E GLOSSÁRIO E ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

3.6.6 ANÁLISE INTEGRADA	3.6.6-1
3.6.6.1 METODOLOGIA.....	3.6.6-1
a. Síntese da Qualidade Ambiental	3.6.6-1
b. Identificação dos Principais Indicadores de Sensibilidade	3.6.6-2
c. Pontuação	3.6.6-5
d. Espacialização e Integração dos Indicadores de Sensibilidade	3.6.6-5
3.6.6.2 SÍNTESE DA QUALIDADE AMBIENTAL.....	3.6.6-7
a. Primeira Geounidade	3.6.6-7
b. Segunda Geounidade	3.6.6-13
c. Terceira Geounidade	3.6.6-17
3.6.6.3 SÍNTESE CONCLUSIVA – ÁREAS DE SENSIBILIDADE	3.6.6-20
3.6.7 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	3.6.7-1
a. Considerações da avaliação de impactos e Metodologia.....	3.6.7-1
b. Espacialização dos Impactos	3.6.7-7
c. Efeitos cumulativos e sinergia	3.6.7-8
d. Descrição dos Cenários, Intervenções e Processos Indutores	3.6.7-8
e. Resultados – Descrição dos Impactos Ambientais	3.6.7-40
f. Programas e Medidas Ambientais.....	3.6.7-115
g. Conclusão	3.6.7-123

ANEXO

3.6.7-1 – MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS

3.6.8 MEDIDAS MITIGADORAS E PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	3.6.8-1
a. Medidas de Controle e Programas Ambientais	3.6.8-1

- b. Proposição Integrada para Monitoramento Ambiental para as Diversas Áreas de Influência 3.6.8-1
- c. Composição dos Programas Ambientais 3.6.8-5
- d. Medidas Mitigadoras para Construção de Obras ... 3.6.8-5
- e. Outras Medidas Compensatórias 3.6.8-5
- f. Incorporar medidas específicas de resgate e manejo de fauna..... 3.6.8-6
- g. Medidas do meio socioeconômico visando à inserção regional do empreendimento 3.6.8-6
- h. Identificar a participação do empreendedor junto a parceiros institucionais que desenvolvam programas de capacitação e qualificação..... 3.6.8-6
- i. Apresentar o Plano Ambiental para a Construção (PAC), Programa de Gestão de Resíduos, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos, entre outros programas e medidas de controle ambiental relacionados ao meio físico 3.6.8-7
- j. Apresentar medidas de controle do efeito indutor de penetração e ocupação antrópica gerado pela abertura da faixa de servidão e demais áreas necessárias para instalação do empreendimento..... 3.6.8-7
- k. Considerar a hipótese de promoção do incremento e/ou melhoria das estruturas e serviços médicos municipais de pronto-atendimento e pronto-socorro, dos serviços de Segurança Pública junto aos pontos de apoio logístico do empreendimento (canteiros de obras, cidades, vilas, comunidades), entre outros serviços, conforme os resultados dos levantamentos realizados na elaboração do EIA e das análises de impactos..... 3.6.8-7
- l. Considerar a hipótese de promoção do incremento e/ou infraestrutura e dos serviços de Segurança Pública junto aos pontos de apoio logístico do empreendimento (canteiros de obras, cidades, vilas, comunidades), conforme os resultados dos levantamentos realizados na elaboração do EIA e das análises de impactos 3.6.8-8
- m. Apresentar medidas de segurança no trânsito e mobilidade urbana, com ênfase no convívio sustentável da mobilidade

intraurbana, em razão do incremento do tráfego de veículos pesados no período de obras	3.6.8-8
n. Apresentar medidas e programas de controle/recuperação quanto à instabilização de taludes e encostas marginais e demais áreas sensíveis identificadas na AID	3.6.8-8
o. Apresentar, caso se verifique a presença de áreas de interesse paleontológico, um Programa de Monitoramento Paleontológico, com o objetivo de identificar e mapear as áreas potenciais de ocorrência de vestígios fósseis na AID, conforme as formações litoestratigráficas presentes	3.6.8-8
p. Propor ações para qualificar a mão de obra local e regional de forma a priorizar sua contratação	3.6.8-9
q. Planos e Programas	3.6.8-11
3.6.9 PROGNÓSTICO	3.6.9-1
3.6.9.1 REGIÃO SEM O EMPREENDIMENTO	3.6.9-1
3.6.9.2 A REGIÃO COM O EMPREENDIMENTO	3.6.9-2
3.6.10 CONCLUSÃO	3.6.10-1
3.6.11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	3.6.11-1
3.6.12 GLOSSÁRIO.....	3.6.12-1
3.6.13 ANEXOS DO EIA.....	3.6.13-1
4. ORIENTAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	4-1
4.1 ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR	4-1
4.2 NORMAS E PADRÕES PARA PRODUTOS CARTOGRÁFICOS	4-1
4.2.1 PADRÕES GERAIS.....	4-1
4.2.2 IMAGENS	4-6
4.2.3 PLANOS DE INFORMAÇÃO.....	4-9
4.2.4 ATRIBUTOS	4-9
4.2.5 LEGENDA	4-9
4.2.6 ESCALA	4-10
4.2.7 PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA E BASE DE DADOS	4-11
ANEXO	
4.1-1 DVDs (1/2 e 2/2) - ILUSTRAÇÕES EDITÁVEIS – ARQUIVOS MXD E SHAPES ASSOCIADOS	

VOLUME 8 / 9

ILUSTRAÇÕES – PARTE A

ILUSTRAÇÃO 1 – LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

ILUSTRAÇÃO 2 – RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

ILUSTRAÇÃO 3 – CORREDORES ALTERNATIVOS

ILUSTRAÇÃO 4 – DIRETRIZES DE TRAÇADO

ILUSTRAÇÃO 5 – ÁREAS DE INFLUÊNCIA

ILUSTRAÇÃO 6 – GEOLOGIA, CAVIDADES NATURAIS, PALEONTOLOGIA E JAZIMENTOS MINERAIS

ILUSTRAÇÃO 7 – ZONAS SISMOGÊNICAS E SISMOS

ILUSTRAÇÃO 8 – GEOMORFOLOGIA

ILUSTRAÇÃO 9 – PEDOLOGIA

ILUSTRAÇÃO 10 – SUSCETIBILIDADE À EROSÃO

ILUSTRAÇÃO 11 – PROCESSOS MINERÁRIOS (DNPM)

ILUSTRAÇÃO 12 – SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS

ILUSTRAÇÃO 13 – RECURSOS HÍDRICOS E ÁREAS ALAGÁVEIS

ILUSTRAÇÃO 14 – SÍNTESE DO MEIO FÍSICO

VOLUME 9 / 9

ILUSTRAÇÕES – PARTE B

ILUSTRAÇÃO 15 – COBERTURA VEGETAL, USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS

ILUSTRAÇÃO 16 – CARTA-IMAGEM E PONTOS DE INTERESSE PARA A SOCIOECONOMIA

ILUSTRAÇÃO 17 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ÁREAS PRIORITÁRIAS E CORREDORES ECOLÓGICOS

ILUSTRAÇÃO 18 – PONTOS DE AMOSTRAGEM DO MEIO BIÓTICO

ILUSTRAÇÃO 19 – PROJETOS DE ASSENTAMENTOS, TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

ILUSTRAÇÃO 20 – SENSIBILIDADE AMBIENTAL

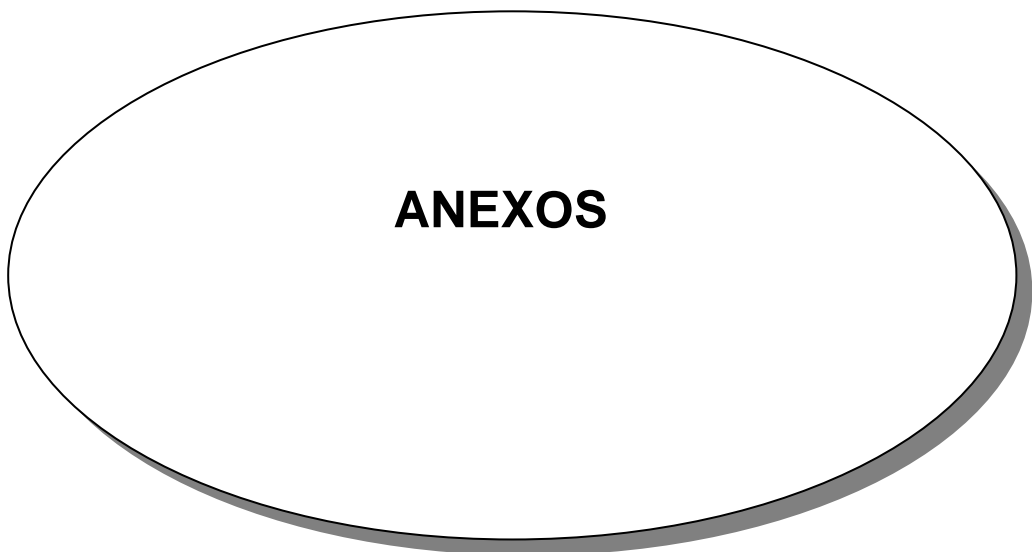
ILUSTRAÇÃO 21 – ESPACIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

NORTE BRASIL

Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXOS

NORTE BRASIL

Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 3.6.5.10-1
POVOS E ETNIAS INDÍGENAS

Índice Geral

ITEM 1

1.	INTRODUÇÃO.....	1/3
----	-----------------	-----

ITEM 2

2.	METODOLOGIA.....	1/11
2.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	1/11
2.1.1	ETAPAS DE PESQUISA.....	2/11
2.1.1.1	LEVANTAMENTOS DE FONTES SECUNDÁRIAS.....	2/11
2.1.1.2	REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS.....	5/11
2.1.1.3	CONSTRUÇÃO DOS MAPAS E FIGURAS TEMÁTICAS.....	7/11
2.1.1.3.1	FIGURAS PARA ANÁLISE HISTÓRICA DE DESMATAMENTO NO ENTORNO DAS TIS.....	7/11
2.1.1.3.2	MAPAS DE EMPREENDIMENTOS NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS.....	9/11
2.1.1.3.3	MAPAS PARA ANÁLISE DE IMPACTOS.....	10/11
2.2	ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO.....	11/11

ITEM 3

3.	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS.....	1/22
3.1	EMPREENDIMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS.....	1/22
3.2	GEOUNIDADE PORTO VELHO.....	3/22
3.3	GEOUNIDADE SUL DE RONDÔNIA.....	7/22
3.4	GEOUNIDADE VALE DO GUAPORÉ.....	10/22
3.5	GEOUNIDADE CENTROESTE DE MATO GROSSO.....	13/22
3.6	GEOUNIDADE SUL DE MATO GROSSO.....	18/22

ITEM 4

4.	CONTATO INTERÉTNICO: PANORAMA AMAZÔNICO	1/27
4.1	FRONTEIRAS SOCIOECONOMICAS E POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	1/27
4.2	BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO EM ESTUDO.....	4/27
4.2.1	POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO (SÉCULOS XVI –XX)	4/27
4.2.2	A COMISSÃO RONDON E OS CONTATOS COM OS POVOS INDÍGENAS.....	10/27
4.2.3	A CHEGADA DOS MISSIONÁRIOS NA REGIÃO	12/27
4.2.4	OS INCENTIVOS À OCUPAÇÃO E O ESTABELECIMENTO DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO.....	13/27
4.2.5	OS EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA DÉCADA DE 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	15/27
4.2.6	OS EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS - MARCOS HISTÓRICOS	18/27
4.2.6.1	POLONOROESTE, BR 364 E TERRAS INDÍGENAS	19/27
4.2.6.2	O COMPLEXO DO MADEIRA: UM BREVE HISTÓRICO.....	23/27

ITEM 5

5.	CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ÉTNICO E DAS TERRAS INDÍGENAS.....	1/115
5.1	TERRA INDÍGENA KARITIANA	4/115
5.1.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO.....	5/115
5.1.1.1	A ALDEIA E SUA ORGANIZAÇÃO	6/115
5.1.1.2	REGRAS DE CASAMENTO.....	7/115
5.1.1.3	POPULAÇÃO ATUAL.....	7/115
5.1.1.4	ASSOCIATIVISMO	9/115
5.1.1.5	ASSISTÊNCIA.....	9/115
5.1.1.6	EDUCAÇÃO	9/115

5.1.1.7 SAÚDE	10/115
5.1.1.7.1 SANGUE E POLÊMICA	10/115
5.1.2 HISTÓRICO DO CONTATO.....	13/115
5.1.2.1 CISÃO INTERNA A CONSEQUÊNCIA DO CONTATO.....	17/115
5.1.2.2 TERRA INDÍGENA KARITIANA - CRIAÇÃO E REVISÃO.....	19/115
5.1.2.2.1 CRIAÇÃO	19/115
5.1.2.2.2 REVISÃO DOS LIMITES.....	20/115
5.1.3 TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS.....	21/115
5.1.3.1 ARTESANATO	24/115
5.1.4 PRESSÕES SOBRE A TI KARITIANA.....	24/115
5.1.4.1 FIGURAS DE PRESSÃO	26/115
5.2 TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ, VALE DO GUAPORÉ E SARARÉ.....	29/115
5.2.1 GRUPO INDÍGENA NAMBIKWARA	30/115
5.2.1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO.....	30/115
5.2.1.1.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA.....	32/115
5.2.1.1.2 POPULAÇÃO ATUAL.....	37/115
5.2.1.1.3 ASSISTÊNCIA.....	38/115
5.2.1.1.4 SAÚDE	38/115
5.2.1.1.5 EDUCAÇÃO	38/115
5.2.1.1.6 HISTÓRIA DE CONTATO.....	39/115
5.2.1.1.7 TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS.....	44/115
5.2.2 TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ.....	50/115
5.2.2.1 ASPECTOS GERAIS DA TERRA INDÍGENA.....	50/115

5.2.2.2 ASPECTOS ATUAIS	51/115
5.2.2.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E REGRAS DE PARENTESCO	53/115
5.2.2.4 PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	53/115
5.2.2.5 PROBLEMAS ENCONTRADOS NA TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ	55/115
5.2.2.5.1 FIGURAS DE PRESSÃO	56/115
5.2.3 TERRA INDÍGENA VALE DO GUAPORÉ	59/115
5.2.3.1 PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA.....	60/115
5.2.4 TERRA INDÍGENA PEQUIZAL	62/115
5.2.5 TERRA INDÍGENA SARARÉ/PUKALIRAJAUSU	63/115
5.2.5.1 PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA	64/115
5.3 TERRA INDÍGENA UMUTINA.....	69/115
5.3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO.....	69/115
5.3.1.1 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	70/115
5.3.1.2 COSMOLOGIA, MITOLOGIA E ASPECTOS RITUAIS.....	71/115
5.3.1.2.1 RITOS FUNERÁRIOS.....	72/115
5.3.1.3 POPULAÇÃO ATUAL.....	72/115
5.3.1.4 ASSISTÊNCIA.....	74/115
5.3.1.5 EDUCAÇÃO	74/115
5.3.1.6 SAÚDE	74/115
5.3.2 HISTÓRICO DO CONTATO.....	75/115
5.3.2.1 SITUAÇÃO ATUAL DA TI.....	78/115
5.3.3 TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS.....	80/115
5.3.3.1 ARTESANATO – O RESSURGIMENTO.....	81/115

5.3.4	PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA UMUTINA.....	82/115
5.3.4.1	FIGURAS DE PRESSÃO	83/115
5.4	TERRAS INDÍGENAS JARUDORÉ E TADARIMANA	87/115
5.4.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO.....	87/115
5.4.1.1	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA.....	89/115
5.4.1.1.1	PARENTESCO E REGRAS DE CASAMENTO	92/115
5.4.1.2	COSMOLOGIA E RITOS FUNERÁRIOS.....	94/115
5.4.1.3	POPULAÇÃO ATUAL.....	95/115
5.4.1.4	ASSOCIATIVISMO	96/115
5.4.1.5	ASSISTÊNCIA	96/115
5.4.1.6	EDUCAÇÃO	96/115
5.4.1.7	SAÚDE	97/115
5.4.2	HISTÓRICO DO CONTATO.....	99/115
5.4.3	TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS.....	101/115
5.4.3.1	ARTESANATO	102/115
5.4.3.2	SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL	103/115
5.4.4	TERRA INDÍGENA TADARIMANA	104/115
5.4.4.1	PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA.....	106/115
5.4.5	TERRA INDÍGENA JARUDORÉ	106/115
5.4.5.1	A ALDEIA NOVA	110/115
5.4.6	FIGURAS DE PRESSÃO	113/115

ITEM 6

6. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE INDIOS ISOLADOS E RECÉM CONTATADOS.....	1/31
6.1 METODOLOGIA.....	2/31
6.2 ÍNDIOS ISOLADOS – UMA NOVA PERCEPÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DA COORDENADORIA	3/31
6.2.1 A COORDENADORIA E O LICENCIAMENTO	7/31
6.3 HISTÓRICO DE CONTATO	7/31
6.4 TERRA INÍGENA RIO OMERÊ	11/31
6.5 TERRA INDÍGENA TANARU	25/31
6.6 REFERÊNCIA Nº45 – BOM FUTURO	28/31

ITEM 7

7. POLÍTICAS INDIGENISTAS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: UM PANORAMA BRASILEIRO E AMAZÔNICO	1/32
7.1 ESTADO, ONGS E ETNO-ASSOCIAÇÕES	5/32
7.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA POVOS INDÍGENAS: SAÚDE, EDUCAÇÃO E GESTÃO ECONÔMICA-AMBIENTAL DE TIS.....	9/32
7.2.1 SAÚDE DE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	9/32
7.2.2 EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.....	21/32
7.2.3 GESTÃO ECONÔMICA-AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS	26/32

ITEM 8

8. EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS E DE INTEGRAÇÃO.....	1/89
8.1 EMPREENDIMENTOS DE REDE DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA LEGAL	1/89
8.1.1 INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL (IIRSA)	2/89

8.1.2	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	11/89
8.1.2.1	PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC I	12/89
8.1.2.1.1	EMPREENDIMENTOS DO PAC PARA O ESTADO DE RONDÔNIA	12
8.1.2.1.2	EMPREENDIMENTOS DO PAC PARA O ESTADO DO MATO GROSSO	22/89
8.1.2.2	SEGUNDA FASE DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC II	36/89
8.2	EMPREENDIMENTOS NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS	39/89
8.2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO PESQUISADOS	40/89
8.2.2	TRECHO 1 – TERRA INDÍGENA KARITIANA E REFERÊNCIA Nº 45 – BOM FUTURO	43/89
8.2.3	TRECHO 2 – TERRAS INDÍGENAS TUBARÃO LATUNDÊ E OMERÊ	47/89
8.2.4	TRECHO 3 – TERRAS INDÍGENAS VALE DO GUAPORÉ/PEQUIZAL E SARARÉ/PAUKALIRAJAUSU.....	52/89
8.2.5	TRECHO 4 – TERRA INDÍGENA UMATINA	57/89
8.2.6	TRECHO 5 – TERRAS INDÍGENAS TADARIMANA E JARUDORÉ	58/89
8.3	AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SINÉRGICOS E CUMULATIVOS	61/89
8.3.1	CONCEITOS BÁSICOS	61/89
8.3.2	LEGISLAÇÃO APLICADA	62/89
8.3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70/89
8.3.3.1	ANÁLISE SINÉRGICA E CUMULATIVA.....	71/89
8.3.3.1.1	FASE 1 - MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA E DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES PLANEJADOS.....	71/89
8.3.3.1.2	FASE 2 - IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS ORIUNDOS DIRETA OU INDIRETAMENTE DOS EMPREENDIMENTOS SUPRACITADOS	71

8.3.3.2.1	LEVANTAMENTO DAS PRESSÕES SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS	72/89
8.3.3.2.2	VERIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS INDUTORES E IMPACTOS DECORRENTES/EMPREENDIMENTO	79/89
8.3.3.2.3	ELABORAÇÃO DE TIPIFICAÇÃO DOS IMPACTOS/EMPREENDIMENTO.....	82/89
8.3.3.2.4	CARACTERIZAÇÃO IMPACTO/EMPREENDIMENTO/TRECHO 83	
8.3.3.1.3	FASE 3 - A PRODUÇÃO DA ANÁLISE DOS IMPACTOS SINÉRGICOS E CUMULATIVOS	86/89
8.3.4	ANÁLISE SINÉRGICA DOS IMPACTOS	87/89
ITEM 9		
9.	CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS DOS EMPREENDIMENTOS SOBRE O TERRITÓRIO E OS GRUPOS INDÍGENAS	1/39
9.1	METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	2/39
9.1.1	CONCEITOS BÁSICOS	3/39
9.1.2	IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS - MATRIZ DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL	4/39
9.2	ANÁLISE DE IMPACTOS.....	6/39
9.2.1.	ETAPA DE PLANEJAMENTO.....	6/39
9.2.1.1	INTERVENÇÕES AMBIENTAIS	6/39
9.2.1.2	DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES	7/39
9.2.1.3	DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS NA ETAPA DE PLANEJAMENTO	7/39
9.2.2	ETAPA DE IMPLANTAÇÃO E OBRAS	9/39
9.2.2.1	INTERVENÇÕES AMBIENTAIS	10/39
9.2.2.2	DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES	16/39
9.2.2.3	DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	22/39
9.2.3	ETAPA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS.....	35/39

9.2.3.1 INTERVENÇÕES AMBIENTAIS	35/39
9.2.3.2 DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES NA ETAPA DE OPERAÇÃO.....	37/39
9.2.3.3 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS.....	38/39
ITEM 10	
10. DIRETRIZES PARA OS PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	1/5
10.1 CONSIDERAÇÕES	2/5
10.2 ADIÇÃO AOS PROGRAMAS DOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL	3/5
10.2.1 SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA OS POVOS INDÍGENAS.....	3/5
10.2.2 SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TRABALHADORES COM ENFOQUE NAS QUESTÕES INDÍGENAS	3/5
10.3 PROGRAMAS DO COMPONENTE INDÍGENA	4/5
10.3.1 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS.....	4/5
10.3.2 PROGRAMA DE APOIO A PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS.....	5/5
ITEM 11	
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	1/3
ITEM 12	
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1/19
ITEM 13	
13. EQUIPE TÉCNICA	1/1
13.1 EQUIPE DE COORDENAÇÃO	1/1
13.2 EQUIPE APOIO TÉCNICO	1/1

LISTA DE SIGLAS

AHE – Aproveitamento Hidrelétrico

AIC - Agenda de Implementação Consensual

AIS – Agente Indígena de Saúde

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Mundial

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CAF - Corporação Andina de Fomento

CASAI – Casa do Índio

CEMAM - Coordenação de Meio Ambiente

CGGAM – Coordenação Geral de Gestão Ambiental

CGID - Coordenação Geral de Identificação e Delimitação

CGIIRC – Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados

CGPIMA – Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CLTEMTA - Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas

CNEEI – Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena

CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CTI – Centro de Trabalho Indigenista

CUNPIR - Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas

DAF – Diretoria de Assuntos Fundiários

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DPT – Diretoria de Proteção Territorial

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

DSY – Distrito Sanitário Yanomami

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EID - Eixos de Integração e Desenvolvimento

EMSI – Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena

ENID - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

EVS – Equipe Volante de Saúde

FLONA – Floresta Nacional

FNS – Fundação Nacional de Saúde

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GT – Grupo Técnico

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IMP – Impacto Ambiental

INA – Intervenção Ambiental

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

LT – Linha de Transmissão

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MS – Ministério da Saúde

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PBA – Plano Básico Ambiental

PCA – Plano de Controle Ambiental

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PCI – Parâmetro Curricular Indígena

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional

PIN – Processo Indutor

PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PPA - Planejamento Plurianual de Investimento

RCA – Relatório de Controle Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SIGMINE – Sistema de Informações Geográficas sobre Mineração

SIL – Summer Institute of Linguistics

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SUS – Sistema Único de Saúde

TI – Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UHE – Usina Hidrelétrica

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

USP – Universidade de São Paulo

UTE – Usina Termelétrica

Índice

1.	INTRODUÇÃO.....	1/3
----	------------------------	------------

1. INTRODUÇÃO

O diagnóstico do componente indígena foi elaborado a partir Termo de Referência (Processo FUNAI nº. 08620.000589/2009) emitido pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para subsidiar o processo de Licenciamento Ambiental das Atividades de Instalação e Operação das Linhas de Transmissão em 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – Lotes D e F (IE Madeira) e C e G (Norte Brasil e Estação Transmissora), empreendimentos pertencentes ao Complexo do Rio Madeira.

O principal objetivo destes empreendimentos é transmitir a energia elétrica gerada pelas Usinas Hidrelétricas (UHEs) de Santo Antônio e Jirau, ambas no rio Madeira, para os grandes centros consumidores da Região Sudeste do país e para alimentação do Sistema Nacional Interligado, alcançando toda a rede elétrica do Brasil. Cada linha possui cerca de 2400 km de extensão (2.382km da LT Norte Brasil e 2.369 km da LT IE Madeira) e irá atravessar as regiões norte, centro-oeste e sudeste, passando pelos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

As Terras Indígenas classificadas pela FUNAI - através do Termo de Referência emitido em 28 de dezembro de 2009 por ofício nº 460 DAS/CGPIMA/2009 para a Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA (DILIC) - como pertencentes à Área de Influência do empreendimento, localizam-se entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso (Ver **Anexo 1-1 – Mapa de Localização**), a saber: Tubarão Latundê, Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé (Paukalirajausu), Umutina, Jarudoré, Rio Omerê (Referências nº 52 e 62), Tadarimana, Tanaru, Karitiana e Referência nº 45 (Bom Futuro).

As distâncias das Terras Indígenas do traçado da Linha de Transmissão aparecem no **Quadro 1-1** a seguir:

Quadro 1-1 – Distâncias (km) das Terras Indígenas do traçado da LT

Municípios/Estado	Terra indígena	Distância N°1	Distância N°2
Porto Velho/RO	Karitiana	24	22
Porto Velho/RO	Referência nº 45	Sem delimitação (índios isolados)	Sem delimitação (índios isolados)
Chupinguaia/RO	Tanaru	29	30
Chupinguaia/RO e Corumbiara/RO	Rio Omerê	11	10
Chupinguaia/RO, Corumbiara/RO, Parecis/RO e Pimenteiras do Oeste	Tubarão Latundê	11	12
Comodoro e Nova Lacerda/MT	Vale do Guaporé	11	12
Nova Lacerda/MT	Pequizal	10	14
Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista do Oeste/MT	Sararé/ Paukalirajausu	10	15
Barras do Bugre e Alto Paraguai/MT	Umutina	10	11
Poxoréo/MT	Jarudorê	10	23
Rondonópolis/MT	Tadarimara	22	11

Fonte: Ecology Brasil (2010)

De acordo com as negociações entre o empreendedor e técnicos da FUNAI, prévias à emissão do Termo de Referência (TR) elaborado para este estudo, foi definido por esta instituição que o diagnóstico fosse composto apenas por dados secundários, não sendo necessária pesquisa para o levantamento de informações de campo para compor a análise dos impactos do empreendimento nas referidas terras indígenas.

Embora as negociações diretas entre empreendedor e o órgão indigenista oficial não tenham apontado qualquer terra indígena como passível de ser diretamente impactada pelos empreendimentos, este estudo procurou pautar-se na constatação de que existe uma grande vulnerabilidade dessas populações e de suas terras frente ao aproveitamento energético do rio Madeira e aos novos empreendimentos a serem por este viabilizados e já em curso nas regiões em análise, preocupação esta manifestada pela equipe da FUNAI através do referido Termo de Referência (TR).

Para elaboração deste diagnóstico, foi realizada caracterização ambiental da área do empreendimento, das Terras Indígenas, dos Grupos Étnicos, da sua territorialidade, dos recursos naturais, das formas de uso, como também da dinâmica histórica da expansão da sociedade nacional, através de suas políticas públicas, ações de infraestrutura, programas desenvolvimentistas, empreendimentos privados, tanto

nacionais como internacionais, e as suas repercussões sobre os povos indígenas, mais especificamente sobre os grupos localizados nas Terras Indígenas que compõem a Área de Influência da LT. Após essa caracterização, foram descritos os impactos do empreendimento, sobre o território e os grupos indígenas, e apresentados os indicativos das ações que deverão ser tomadas.

Nesse sentido, conforme previsto no Termo de Referência, os estudos foram realizados através do levantamento das fontes secundárias, bibliografia, cartografia e documentação existente, buscando apresentar uma caracterização que descrevesse os aspectos históricos, socioculturais, da organização social, das atividades econômicas, uso dos recursos naturais, além de conflitos e pressões sobre as Terras indígenas.

NORTE BRASIL

Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

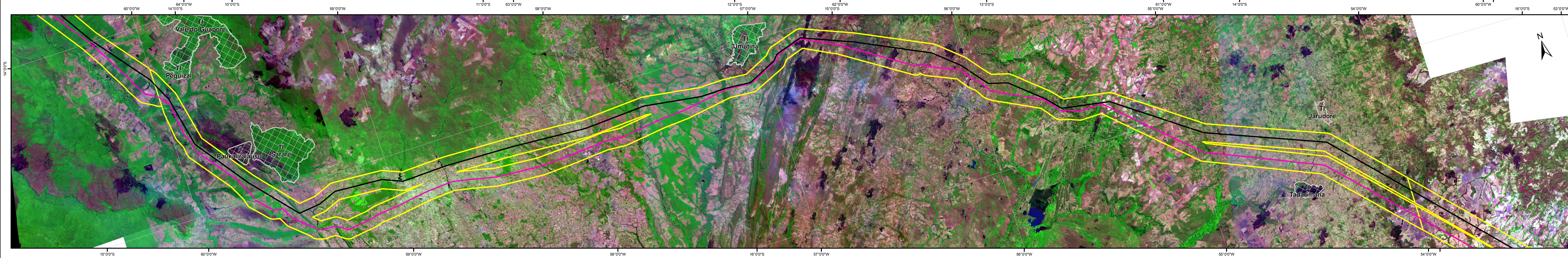
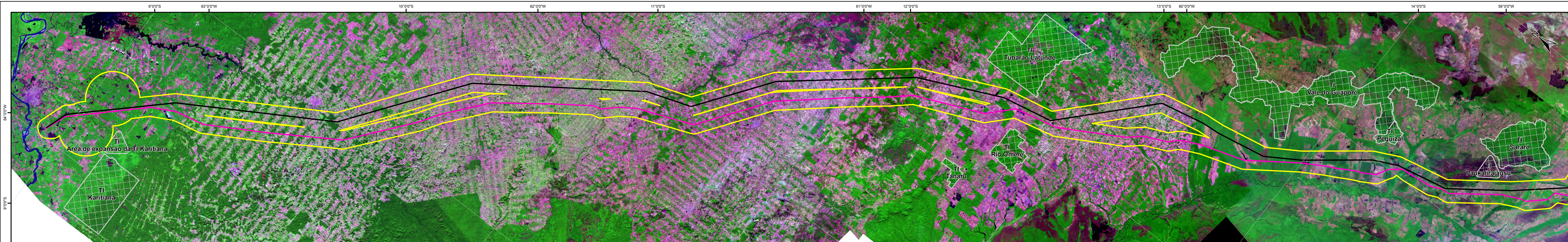
ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 1-1

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



PLANTA DE SITUAÇÃO



LEGENDA

- LT 600 kV oletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01
- LT 600 kV oletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 02
- Área de Influência Indireta
- ⊞ Terras indígenas

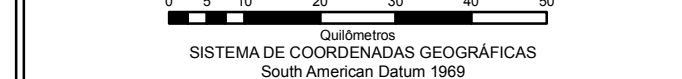
Município/Estado	Terra Indígena	Distância Nº 1	Distância Nº 2
Porto Velho/RO	Karitana	24	22
Porto Velho/RO	Referência nº 45	Referência (indios isolados)	Sem delimitação (indios isolados)
Chupinguaia/RO	Tanaru	29	30
Chupinguaia/RO e Curubataba/RO	Rio Omerê	11	10
Chupinguaia/RO, Comumbará/RO, Paresi/RO e Povorenas do Oeste	Tubarão Latunde	11	12
Comodoro e Nova Lacerda/MT	Vale do Guaporé	11	12
Nova Lacerda/MT	Pequizal	10	14
Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista do Oeste/MT	Saráre / Paukallirajusu	10	15
Baras do Bugre e Alto Paraguai/MT	Umütina	10	11
Poreci/MT	Jarudore	10	23
Rondópolis/MT	Tadarimãna	22	11

Distâncias aproximadas das LTs em estudo.

REFERÊNCIAS

- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009;
- Imagens Landsat TMS, 2009;

Escala Gráfica



SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
South American Datum 1969



Cartografia Digital	BMP INEO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010



LT 600kV CC COLETORES PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02
COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-1001	Escala	1:1.000.000

Índice

2.	METODOLOGIA.....	1/11
2.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	1/11
2.1.1	ETAPAS DE PESQUISA.....	2/11
2.1.1.1	LEVANTAMENTOS DE FONTES SECUNDÁRIAS	2/11
2.1.1.2	REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS	5/11
2.1.1.3	CONSTRUÇÃO DOS MAPAS E FIGURAS TEMÁTICAS	7/11
2.1.1.3.1	FIGURAS PARA ANÁLISE HISTÓRICA DE DESMATAMENTO NO ENTORNO DAS TIS.....	7/11
2.1.1.3.2	MAPAS DE EMPREENDIMENTOS NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS	9/11
2.1.1.3.3	MAPAS PARA ANÁLISE DE IMPACTOS.....	10/11
2.2	ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO	11/11

2. METODOLOGIA

Para a elaboração desta seção foram seguidas as recomendações metodológicas contidas no Termo de Referência (TR) para o Componente Indígena dos Estudos Ambientais das Linhas de Transmissão em 600 KV CC Nº 01 e Nº 02. Os estudos contemplam uma visão interdisciplinar, utilizando principalmente de elementos antropológicos, sociológicos, históricos e cartográficos.

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O TR orienta que o estudo tenha como foco aspectos culturais, ambientais e territoriais dos grupos indígenas que ocupam tais territórios. Neste sentido, num primeiro momento, a pesquisa foi desenvolvida, como previsto em Plano de Trabalho e em complementação a este, através das seguintes frentes para levantamento:

- Dados concernentes aos povos indígenas identificados ao longo do traçado;
- Fontes sobre a literatura antropológica associada à etnologia indígena, etnografia, organização social, parentesco, ritos de passagem e legislação;
- Dados sobre as políticas públicas indígenas - se pretende observar neste item a ação dos órgãos governamentais responsáveis voltadas para os povos indígenas do Brasil. Serão aqui consideradas as políticas públicas, em especial desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e demais políticas específicas para populações indígenas;
- Dados sobre programas desenvolvidos por organizações não governamentais e do terceiro setor;
- Fontes sobre impactos de empreendimentos sobre terras indígenas e movimento social indígena;
- Fontes cartográficas sobre uso e ocupação do solo nas regiões das TIs para análise histórica de pressões sobre os territórios;
- Referências de outras disciplinas que desenvolvem trabalhos e estudos com as populações indígenas, como no caso da lingüística;

- Dados sobre a atual política de aceleração de crescimento no contexto da América Latina e, em especial, do processo de aceleração do crescimento no Brasil;
- Resultados dos Estudos de Impacto Ambiental do empreendimento para análise integrada dos impactos que poderão incidir sobre os territórios indígenas.

2.1.1 ETAPAS DE PESQUISA

2.1.1.1 LEVANTAMENTOS DE FONTES SECUNDÁRIAS

Este levantamento foi constantemente atualizado e complementado ao longo da elaboração deste estudo. Assim, foram consultados diversos trabalhos acadêmicos, incluindo artigos, livros, revistas, dissertações de mestrado e teses de doutorado, cujas fontes foram diversas:

- Universidades: Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade de São Paulo (USP);
- Organizações Não Governamentais (ONGs) Indigenistas e Centros de Pesquisa Especializados: Instituto Socioambiental (ISA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA);
- Consulta ao acervo da Biblioteca e arquivos da FUNAI de Brasília;
- Consulta ao acervo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

As pesquisas realizadas nos arquivos da FUNAI em Brasília foram feitas através de três visitas, sendo uma em dezembro de 2009 e as demais em janeiro e fevereiro de 2010.

Além dos trabalhos acadêmicos, foram consultados relatórios técnicos da FUNAI, nos arquivos da Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII) e Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (CGPIMA).

**Quadro 2.1.1.1-1 - Processos consultados no
DPT FUNAI-Brasília**

Terra indígena	Processo
Tubarão Latundê	3503/76
Vale do Guaporé	3167/81 1435/96
Sararé	3170/81; 3179/81; 1372/83; 1642/83; 0718/84; 5758/96; 5757/96; 0848/2003
Paukalirajausu	Portaria n.923/1995; Portaria n.1188/1995; Portaria n.587/2001; Portaria n.1186/2002; Portaria n. 311/2007
Umutina	0336/85 03334/88 1390/90
Jarudorê	3408/79
Tadarimara	3102/85 1273/90
Rio Omerê	1434/96 1675/05
Tanaru	Portaria 10/2006 Portaria 09/2009
Karitiana	002508/84 5320/78 1882/83

Fonte: Pesquisa junto a FUNAI Brasília, dez 2009 e Fev/Março 2010.

A consulta a tais processos e portarias foi fundamental para o levantamento de informações sobre a criação das Terras Indígenas, questões fundiárias e outras informações relevantes para a pesquisa, tais como conflitos e aspectos socioculturais dos respectivos grupos indígenas.

Com o intuito de elaborar o cenário de impactos sinérgicos de empreendimentos de infraestrutura sobre as Terras Indígenas, foram, ainda, consultados processos de licenciamento em andamento ou concluídos na Coordenadoria Geral de Gestão Ambiental (CGGAM).

Quadro 2.1.1.1-2 - Processos consultados no CGGAM

Tipo	Empreendimentos	Processos CGGAM	TI Relacionada
Linha de Transmissão	LT 230 kV Rio Branco/AC - Porto Velho/RO e 138 kV Abuanã/RO-Guajará-Mirim/RO	08620.1631/2000	Karitiana
Mineração	Exploração Mineral em TI Sararé Mineradora Serra da Borda	08620.2338/2000 e 08755.0019/2005	Saráré/Paukairajausu
Hidrelétrica	PCH Apertadinho	08620.0154/2001	Tubarão Latundê
Hidrelétrica	PCH Cascata	08620.01861/2003	Tubarão Latundê
Hidrelétrica	UHE Jirau e Santo Antônio	08620.0550/2006	Karitiana
Mineração	Exploração Minério-Metalúrgico para produção de Ferroníquel	08620.1907/2003	Vale do Guaporé
Hidrelétrica	PCH Esperança no Rio Piolinho - Bacia do Guaporé - Readequação da MCH Colibri	08620.0358/2004	Vale do Guaporé
Linha de Transmissão	LT UHE Salto Corgão – UHE Pontes Lacerda	08620.0035/2006	Saráré
Hidrelétrica	MCH Colibri	08620.0695/2007	Vale do Guaporé
Hidrelétrica	PCH'S Juba I e II	08620.1711/2007	Umutina
Hidrelétrica	MCH Romualdo	08620.0422/2008	Vale do Guaporé
Linha de Transmissão	LT 230 kV Samuel/RO - Jauru/MT	08620.0919/2008	Tubarão Latundê
			Vale do Guaporé
			Pequizal
Hidrelétrica	PCH Bugre	08620.1871/2008	Saráré
Hidrelétrica	PCH'S Triunfo Jusante	08620.1872/2008	Saráré
Hidrelétrica	PCH'S Triunfo Montante	08620.1872/2008	Saráré
Hidrelétrica	UHE Couto Magalhães	08620.1994/2008	Tadarmina
			Jarudorê
Hidrelétrica	Aproveitamento hidrelétrico na bacia Tadarimana ou Prata/MT	08620.2292/2008	Tadarmina
			Jarudorê
Linha de Transmissão	LT em 500 kV Cuiabá – Ribeirãozinho – Rio Verde	08620.0760/2009	Tadarimana
		08620.0801/2009	Jarudorê
Hidrelétrica	PCH Téo Duarte do Vale (temos coordenadas)	08620.0801/2009	Saráré/Paukairajausu
Hidrelétrica	PCH Bela Vista (temos coordenadas)	08620.0802/2009	Saráré

Fonte: Pesquisa junto a FUNAI Brasília, Fev/Março 2010.

Dentre os dados pesquisados, também foram levantadas informações como a localização dos empreendimentos, as distâncias das Terras Indígenas, Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Pareceres Técnicos e Projetos Básicos Ambientais (PBA). A partir deste levantamento, foi possível traçar um panorama quantitativo de empreendimentos e dos caminhos e decisões tomadas dentro do cenário de licenciamento, conforme apresentado nos itens relativos a empreendimentos desenvolvimentistas.

É importante ressaltar que o acesso a documentos relacionados às questões indígenas no âmbito do licenciamento ambiental foi restrito, seja por ainda estarem em fase de elaboração, análise dos técnicos da FUNAI, ou pela ausência de componente indígena no processo de licenciamento.

Dentre aqueles consultados, disponibilizados pela FUNAI, vale citar os referentes à PCH Cascata, Ferronorte (Ferrovia Norte Brasil), Projeto São Francisco (Mineradora Serra da Borda), UHEs Santo Antônio e Jirau, Linha de Transmissão Itumbiara – Cuiabá e Linha de Transmissão Samuel – Vilhena.

Ainda neste sentido, foi fundamental o levantamento de empreendimentos nas proximidades das Terras Indígenas, tendo como base artigos sobre o tema, e, especialmente, consultas na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), na Agência Nacional de Águas (ANA) e no Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS).

2.1.1.2 REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS

Conforme indicado no Plano de Trabalho, foi prevista a realização de entrevistas com o objetivo de enriquecer as análises sobre a atual política da FUNAI para controle, proteção e fiscalização dos territórios indígenas frente ao aumento de pressões de empreendimentos de infraestrutura. Estas estavam previstas para serem realizadas com representantes de determinadas diretorias e coordenadorias que tratam desta questão, em especial a Diretoria de Proteção Territorial (DPT) e a Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) e com técnicos especializados que desenvolvem análises de processos de licenciamento na região da Área de Influência dos empreendimentos.

Porém, no intervalo de tempo entre a apresentação do Plano de Trabalho para a FUNAI e entrega deste documento houve uma incompatibilidade de datas para a realização de entrevistas nestas duas coordenadorias. (**Anexo 2.1.1.2-1 – Ofícios enviados para a DPT e CGGAM solicitando entrevista**)

As previstas para acontecerem com a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados e da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé solicitadas no Termo de Referência foram realizadas em atendimento à necessidade de mais informações sobre os povos isolados e recém contatados localizados na área em estudo (**Anexo 2.1.1.2-2 – Ofício enviados para a CGIIRC solicitando entrevista**)

As entrevistas foram realizadas com o coordenador do CGIIRC – Coordenação de Índios Isolados e Recém Contatados, Elias do Santos Bigio, com o coordenador da FPEA Guaporé, Altair José Algayer¹ e com o Prof. Laércio Nora Bacelar, lingüista que desenvolve estudos sobre a língua Kanoê na TI Omerê há pelo menos 20 anos².

As entrevistas realizadas com os representantes da FUNAI, previstas no Termo de Referência, tiveram como base o roteiro apresentado no Plano de Trabalho, Anexo 02 do mesmo, sendo divididas em três blocos de questões. O primeiro bloco referente à criação da Coordenação dos Índios Isolados, e conseqüentemente, a criação das Frentes Etnoambientais e a sua atuação ao longo desses anos³, o segundo bloco referente à caracterização dos grupos indígenas, visando perceber a organização social, as atividades culturais e produtivas dos grupos e o terceiro referente à percepção que a coordenadoria tem sobre as políticas públicas, sobre os impactos considerados relevantes do ponto de vista da instituição, e sobre a sinergia dos empreendimentos na região e as ações dentro do licenciamento pertinentes para esses povos.

Como complementação de informações sobre os povos indígenas isolados e recém-contatados foi feita também uma entrevista na cidade de Vilhena/RO, com um lingüista que trabalha com o grupo indígena Kanoê.

Também foram realizadas entrevistas com os técnicos da sede da Coordenação Regional de Cuiabá para levantamento de informações sobre as Terras Indígenas do Mato Grosso (**Anexo 2.1.1.2-3 – Ofício enviado para a coordenadoria solicitando entrevista**). Esta coordenação é responsável pela maioria das Terras Indígenas da Área de Influência, com exceção de Karitiana, Tanaru e Rio Omerê. Foram realizadas entrevistas com os seguintes profissionais da FUNAI: Benedito Garcia Araújo, José Eduardo Fernandes Moreira da Costa, Nicodemos Marciano Cardoso, Wilson Lourenço Martins Corrêa e Loike Kalapalo.

A partir destas, foi possível obter uma visão panorâmica do cenário atual de pressões sobre alguns grupos indígenas contemplados no presente estudo. As entrevistas foram realizadas tanto com funcionários da Coordenação Regional de Cuiabá, quanto com Coordenadores Técnicos Regionais (que originalmente eram denominados Chefes de Posto). Deste modo, foi importante ouvir o que funcionários desta instituição tinham a dizer sobre tais Terras Indígenas, as pressões e impactos sobre as mesmas, seus conflitos e vulnerabilidades. Foi possível notar alguns dos desafios e dificuldades da

¹ Foram realizadas duas entrevistas com o coordenador da FPEA Guaporé. A primeira na sede da FUNAI em Vilhena – RO no dia 26 de fevereiro e a segunda na sede da FUNAI em Brasília no dia 06 de março de 2010.

² O professor havia iniciado os seus estudos em 1992, três anos antes do contato com o Grupo do Omerê.

³ As frentes foram criadas em 1987.

FUNAI para monitorar e manter as Terras Indígenas livres de invasões, e mediar as relações dos povos indígenas com a população não indígena.

No entanto, as entrevistas não permitiram uma análise mais detalhada dos impactos (diretos ou indiretos) de empreendimentos nas Terras Indígenas e, principalmente, nas proximidades destas.

2.1.1.3 CONSTRUÇÃO DOS MAPAS E FIGURAS TEMÁTICAS

Durante a elaboração deste estudo houve um esforço para espacializar as informações coletadas, principalmente aquelas relativas a potenciais impactos, conflitos de uso e pressões sobre as Terras Indígenas.

Esta preocupação de espacialização está diretamente associada à constatação das condições dos territórios no entorno das Terras Indígenas, que encontram-se em acelerado processo de degradação.

Para efeito de escala, considerando as diferentes regiões onde estão situadas as Terras Indígenas e o sentido do traçado do empreendimento de Rondônia para Mato Grosso, foi feita uma separação por trechos para a construção de alguns mapas e, conseqüentemente, para algumas análises, a saber:

TRECHO 1 – Terra Indígena Karitiana e Referência Bom Futuro nº 45

TRECHO 2 – Terras Indígenas Tanaru, Omerê e Tubarão Latundê

TRECHO 3 – Terras Indígenas Vale do Guaporé, Pequizal e Sararé/Paukalirajausu

TRECHO 4 – Terra Indígena Umutina

TRECHO 5 – Terras Indígenas Jarudorê e Tadarimana

2.1.1.3.1 Figuras para Análise Histórica de Desmatamento no Entorno das TIs

A melhor forma de se aferir as pressões sobre os territórios indígenas é visualizando o histórico de desmatamento no entorno e dentro das próprias terras indígenas. Sendo assim, foram construídas figuras que representassem este processo, a partir de eventos históricos de intervenções no entorno e de contatos.

Para a realização deste trabalho foi feito *download* das cenas de imagem de satélite LANDSAT 5 que compusessem os polígonos das áreas indígenas selecionadas. Estabeleceu-se uma faixa de análise de 20km no entorno das Terras Indígenas para o levantamento e análise destas cenas, considerando o tempo de pesquisa e por ser

uma área que já permite uma visualização dos impactos do desmatamento no entorno destas terras.

Como se trata de uma análise temporal foram escolhidos os anos de 1989,1994, 1999, 2004 e 2009, nos meses de junho a agosto, devido à menor presença de nuvens, já que estas dificultam a classificação das imagens e uma melhor incidência da radiação solar na terra. Ao todo, 11 cenas foram necessárias para cobrir as Terras Indígenas e suas respectivas faixas de análise, para cada ano. Multiplicando-se pelos cinco anos de intervalo temporal de análise, 55 cenas totais foram utilizadas.

Posteriormente, foi feita uma classificação supervisionada utilizando o software SPRING, diferenciando as classes Água, Floresta e Não Floresta, como exemplificado na imagem a seguir:

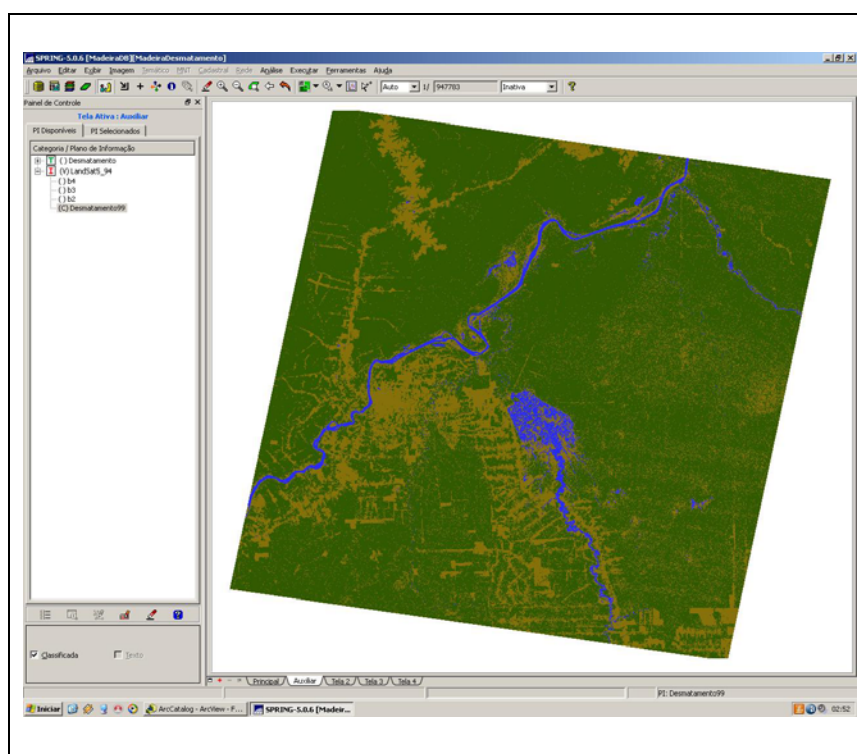


Figura 2.1.1.3.1-1 – Exemplo de imagem para classificação

Faz-se importante ressaltar que as imagens de satélites não estão imunes a erros, que podem ser de sensor (como mostrado na **Figura 2.1.1.3.1-2**), processamento das imagens, órbita e até “intervenção” atmosférica.

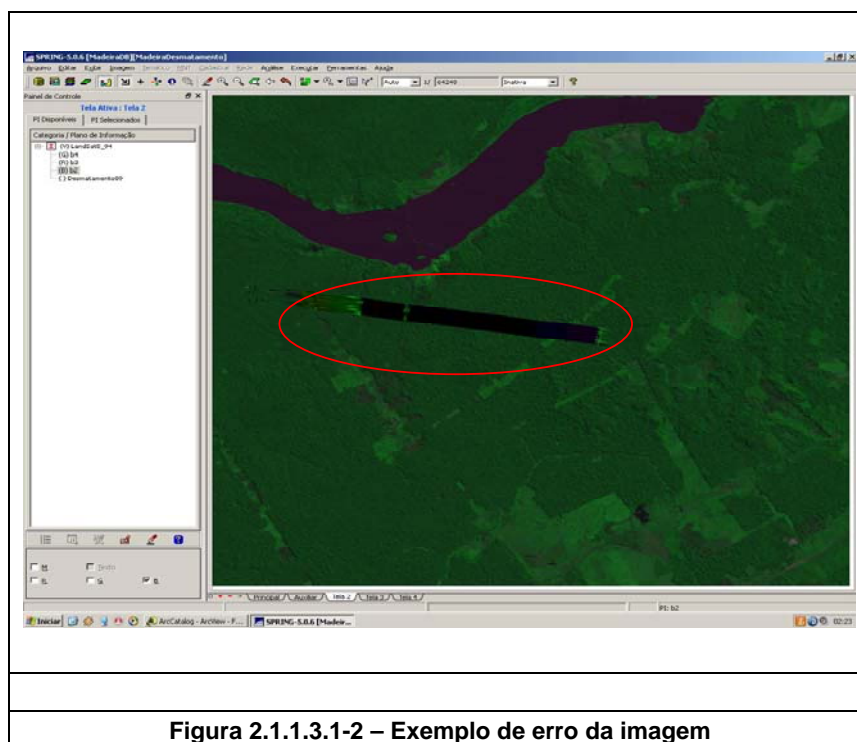


Figura 2.1.1.3.1-2 – Exemplo de erro da imagem

Depois de concluída as classificações foram feitos recortes das áreas de análise de cada Terra Indígena. Na transformação dessa informação, de raster para shape, apenas foram considerados os polígonos que possuísem área de desmatamento acima de 1 hectare (devido à adequação de escala, baseada na resolução espacial da imagem – sensores - de satélite utilizada.)

Infelizmente, devido a pequenas mudanças de órbita e erros de georreferenciamento,, as imagens, mesmo sendo dos mesmos sensores, apresentam certo deslocamento ao longo dos anos, o que nos impossibilitou a realização de soma das matrizes de todos os anos de desmatamento para se ter quantificado as áreas de avanço do desmatamento. Dessa forma, nossa única possibilidade foi a de criarmos figuras de texto com a imagem mais antiga, de 89, e sobrepormos a essa os polígonos de desmatamento gerados pela classificação das imagens, nos anos subsequentes.

2.1.1.3.2 Mapas de Empreendimentos no Entorno das Terras Indígenas

Estes mapas possibilitam a percepção sobre a situação das Terras Indígenas e dos grupos que nelas habitam, face ao desenvolvimento nacional e regional, em que a região Amazônica exerce papel fundamental. Assim, estes mapas foram fundamentais para os **Itens 8 e 9** deste relatório, que tratam dos impactos de empreendimentos sobre as Terras Indígenas, e os efeitos sinérgicos de tais impactos, respectivamente.

O processo de construção consistiu em diversas etapas, quais sejam:

- O levantamento dos empreendimentos existentes nas proximidades das Terras Indígenas: esta etapa foi realizada previamente, mas constantemente atualizada. As fontes para este levantamento foram: ANEEL, DNIT, DNPM, ONS, ANA, IBAMA, FUNAI, SEPLAN e SEMA dos Estados de Rondônia e Mato Grosso.
- A partir do levantamento dos empreendimentos existentes, passou-se à verificação do estágio em que se encontram: planejados; em estudos; em construção e em operação.
- Em seguida, foi feita uma busca sobre a localização exata destes empreendimentos, a partir das coordenadas geográficas dos mesmos. A partir desta etapa, uma equipe de geoprocessamento foi inserida no processo, trabalhando juntamente com a equipe responsável pela elaboração do Componente Indígena.
- Finalmente, os mapas foram construídos por trechos, como será visto adiante, de forma a possibilitar uma visão ampla sobre a região circundante às Terras Indígenas.

Tais mapas serviram como um suporte para analisar as pressões do processo de desenvolvimento regional e nacional sobre as Terras Indígenas, tanto especificamente como em perspectiva, a partir da visualização dos empreendimentos de infraestrutura em suas proximidades.

2.1.1.3.3 Mapas para Análise de Impactos

Foi feita uma tentativa de visualizar os potenciais impactos sobre as Terras Indígenas a partir de mapa do uso e ocupação do solo feito para o Estudo de Impacto Ambiental, que trabalhou com uma base 1:200.000 e com um *buffer* de 10km a partir dos traçados, sendo 5km para cada lado.

Sendo assim, recortaram-se os trechos do mapa de Uso dos Solos do EIA próximos às Terras indígenas e construiu-se um mapa para visualização de acessos, áreas de canteiros de obras, sedes municipais e uso e ocupação do solo para verificação de potenciais interferências nas proximidades destes territórios e indicação e recomendações para utilização de acessos.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

Este relatório foi organizado em atendimento a recomendação de que o Componente Indígena “deverá observar” a itemização apresentada no Termo de Referência (TR) da FUNAI, porém não seguiu a lógica de apresentação descrita neste documento, diante de uma adequação do estudo e de acordo com as informações coletadas. Será apresentado a seguir um quadro correlacionando os itens solicitados no TR com os apresentados neste estudo.

Quadro 2.2-1 – Itemização TR X Itemização do Componente Indígena

Itens do TR	Itens do Componente Indígena
Item 1 – Caracterização Ambiental da Área do Empreendimento	Item 3 – Caracterização Ambiental da Área do Empreendimento
Item 2 – Características do Grupo Étnico e das Terras Indígenas	Item 5 – Caracterização dos Grupos Étnicos e das Terras Indígenas
	Item 6 – Caracterização dos Grupos de Índios Isolados e Recém Contatados
Item 3 – Contato Interétnico, Políticas Públicas e Empreendimentos Privados	Item 4 – Contato Interétnico: Panorama Brasileiro e Amazônico
	Item 7 – Panorama das Políticas Públicas Indígenas: Saúde, Educação e Gestão Econômica-Ambiental de TIs
	Item 8 – Empreendimentos Desenvolvimentistas e de Integração e Terras Indígenas
Item 4 – Territorialidade e Recursos Naturais, Caracterização e Formas de Uso”	Item 5 – Caracterização dos Grupos Étnicos e das Terras Indígenas
	Item 6 – Caracterização dos Grupos de Índios Isolados e Recém Contatados
Item 5 – Caracterização dos impactos do empreendimento sobre o território e os grupos indígenas	Item 9 – Caracterização dos impactos do empreendimento sobre o território e os grupos indígenas
	Item 10 – Diretrizes para as medidas e Programas Socioambientais

NORTE BRASIL

Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 2.1.1.2-1

**OFÍCIOS ENVIADOS PARA A DPT E CGGAM
SOLICITANDO ENTREVITAS**

EEBR-0012/10-2386

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2010.

Ilma. Sra.

Marcela Nunes de Menezes

CMAM/CGPIMA/DAS/FUNAI/MJ

Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente

Ass.: Solicitação de informações sobre Terras Indígenas da Área de Influência das Linhas de Transmissão em 600 KV CC - Coletora Porto Velho - Araraquara 2 (nº01 e nº02), de responsabilidade da Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) e da Norte Brasil Transmissora de Energia.

Prezada Senhora,

Vimos através deste ofício solicitar autorização de acesso a informações junto a essa coordenação, sobre as Terras Indígenas **Tubarão Latundê, Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé (Paukalirajausu), Umutina, Jarudoré, Rio Omerê (Referências nº 52 e 62), Tadarimana, Tanaru, Karitiana e Referência nº 45 (Bom Futuro). As terras indígenas Sararé (Paukalirajausu), Karitiana, Tanaru e Referência nº 45 (Bom Futuro), situadas na área de influência dos empreendimentos supracitados, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.**

Trata-se de um levantamento preliminar das informações existentes nesta instituição, como parte de pesquisa para a elaboração do Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) dos empreendimentos, sob responsabilidade da Ecology Brasil, consultora ambiental.

Atenciosamente,


Ivan Soares Telles de Sousa
Vice-Presidente



Av. Rio Branco, 1
salas 1401D e 1904
Centro • 20090-003
Rio de Janeiro | Brasil
Tel: (5521) 2108.8700
Fax: (5521) 2108.8709
www.ecologybrasil.com.br

EEBR-0013/10-2386

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2010.

Ilmo. Sr.
José Antonio de Sá
DAF/FUNAI/MJ
Coordenação de Divisão de Assuntos Fundiários

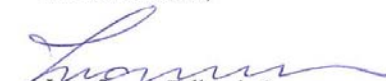
Ass.: Solicitação de informações sobre Terras Indígenas da Área de Influência das Linhas de Transmissão em 600 KV CC - Coletora Porto Velho - Araraquara 2 (nº01 e nº02), de responsabilidade da Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) e da Norte Brasil Transmissora de Energia.

Prezado Senhor,

Vimos através deste ofício solicitar autorização de acesso a informações junto a essa diretoria, sobre as Terras Indígenas Tubarão Latundê, Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé (Paukalirajausu), Umutina, Jarudoré, Rio Omerê (Referências nº 52 e 62), Tadarimana, Tanaru, Karitiana e Referência nº 45 (Bom Futuro). As terras indígenas Sararé (Paukalirajausu), Karitiana, Tanaru e Referência nº 45 (Bom Futuro), situadas na área de influência dos empreendimentos supracitados, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Trata-se de um levantamento preliminar das informações existentes nesta instituição, como parte de pesquisa para a elaboração do Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) dos empreendimentos, sob responsabilidade da Ecology do Brasil, consultora ambiental.

Atenciosamente,



Ivan Soares Telles de Sousa
Vice-Presidente



Av. Rio Branco, 1
salas 1401D e 1904
Centro • 20090-003
Rio de Janeiro | Brasil
Tel.: (5521) 2108.8700
Fax: (5521) 2108.8709
www.ecologybrasil.com.br

NORTE BRASIL

Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 2.1.1.2-2

OFÍCIO ENVIADOS PARA A CGIIRC SOLICITANDO ENTREVISTA



Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2010.

Para
Sr. Elias dos Santos Bigio
CGIIRC/DPT/DAS/FUNAI/MJ
Coordenadoria Geral de Índios isolados e Recém Contatados

Ass.: Solicitação de entrevista para atendimento do Ofício nº 430 DAS/CGPIMA/2009 referente ao Licenciamento das Linhas de Transmissão em 600 KV CC - Coletora Porto Velho - Araraquara 2 (nº 01 e nº 02), de responsabilidade da interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira) e da Norte Brasil Transmissora de Energia.

Prezado Senhor,

Vimos através deste ofício, solicitar a concessão de entrevista para atender o Termo de Referência concernente ao Ofício nº430 emitido pela DAS/CGPIMA/2009 em 28 de dezembro de 2009.

O Termo de Referência em questão identifica, na área de influência do empreendimento em epigrafe, a presença de Índios isolados ou recém contatados nas Terras Indígenas Tanaru, Rio Omerê (Referências nº 52 e 62) e Referência nº 45 (Bom Futuro); e aponta como uma das ações metodológicas a entrevista com o coordenador do CGII, atual CGIIRC.

Trata-se de uma entrevista para subsidiar o Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) dos empreendimentos, sob responsabilidade da Ecology do Brasil, consultora ambiental.

Atenciosamente,

Priscila Barreto Sampaio
Coordenadora do Núcleo de Relações Comunitárias

Av. Rio Branco, 1
salas 1401D e 1904
Centro • 20090-003
Rio de Janeiro | Brasil
Tel.: (5521) 2108.8700
Fax: (5521) 2108.8709
www.ecologybrasil.com.br

NORTE BRASIL

Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 2.1.1.2-3

**OFÍCIO ENVIADO PARA A COORDENADORIA
SOLICITANDO ENTREVISTA**

EEBR 2386/10-0066

Rio de Janeiro, 08 de março de 2010.

Para

Sr. Benedito Garcia Araújo
Administração Regional da Funai/Cuiabá

Ass.: Solicitação de acesso a informações sobre Terras Indígenas da Área de Influência da Linha de Transmissão em 600 KV CC - Coletora Porto Velho - Araraquara 2, de responsabilidade do Consórcio Ambiental Madeira e Consórcio Integração Norte Brasil.

Referência: Processo IBAMA nº 02001.000326/2009-07 e 02001.000328/2009-98, Processo FUNAI nº 08620.000589/2009


Prezado Senhor,

Vimos através deste ofício, solicitar autorização para que nossos consultores Ana Beatriz Miraglia e Roberto Braga de Carvalho Brasil tenham acesso as informações sobre as Terras Indígenas Tubarão Latundê, Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé (Paukalirajausu), Umutina, Jarudoré, Rio Omerê (Referência 52), Tadarimana e Tanaru (Referência 53) situadas na área de influência do empreendimento, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Gostaríamos de realizar uma breve entrevista com esta coordenação e sua equipe para o entendimento da dinâmica de gestão da Funai nas referidas Terras Indígenas.

Trata-se de um levantamento das informações existentes nesta instituição, como parte de pesquisa para a elaboração do Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, sob responsabilidade da Ecology do Brasil, consultora ambiental.

Atenciosamente,


Priscila Barreto Sampaio
Coordenadora do Núcleo de Relações Comunitárias

Recebi em
12.03.10

Benedito C. Garcia Araújo
Coordenador Regional de Cuiabá
Port. Nº. 141 / PRES 02.02.10

Av. Rio Branco, 1
salas 1401D e 1904
Centro • 20090-003
Rio de Janeiro | Brasil
Tel.: (5521) 2108.8700
Fax: (5521) 2108.8709
www.ecologybrasil.com.br

Índice

3.	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS.....	1/22
3.1	EMPREENDIMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS ..	1/22
3.2	GEOUNIDADE PORTO VELHO.....	3/22
3.3	GEOUNIDADE SUL DE RONDÔNIA.....	7/22
3.4	GEOUNIDADE VALE DO GUAPORÉ	10/22
3.5	GEOUNIDADE CENTROESTE DE MATO GROSSO.....	13/22
3.6	GEOUNIDADE SUL DE MATO GROSSO	18/22

3. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS

3.1 EMPREENDIMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS

O Complexo de Transmissão envolvendo a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N^o. 01 e N^o.02, somado aos seus respectivos Eletrodos de Terra, objetivam o escoamento da energia elétrica produzida nas UHEs Jirau e Santo Antônio, ambas no rio Madeira (RO), com potencial de energia de ponta de aproximadamente 6.500MW.

O empreendimento faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado pelo Governo Federal, definido no Leilão ANEEL-007 de 2008 e atende ao programa de expansão do sistema de transmissão, ligado ao Sistema Interligado Brasileiro - SIN.

Grande parte da energia transportada destina-se ao abastecimento da região Sudeste e interliga a nova Subestação de Araraquara 2 às subestações do Sistema Elétrico Interligado.

Na Subestação Coletora Porto Velho está prevista, também, a implantação de uma Estação Conversora, que proverá interligação de 500kVCA com a rede de 230kVCA, transmitindo energia instalações existentes do Sistema Acre-Rondônia.

Sob o ponto de vista econômico, a transmissão na alternativa escolhida, em corrente contínua (CC), requer menor investimento para implantação, operação e manutenção das instalações. Sob o aspecto socioambiental, a utilização de transmissão em corrente contínua tem menor impacto, na medida em que elimina a necessidade de SE intermediárias e transmite energia com maior eficiência.

Além disso, o sistema de corrente contínua possibilita a transmissão de toda a energia em um complexo de apenas duas LTs, ao invés das três ou quatro previstas nas alternativas estudadas de corrente alternada.

Ao longo dos quase 2.400km de extensão, o complexo constituído no maior sistema de transmissão de energia elétrica de alta voltagem “High Voltage Direct Current” do mundo, corta cinco estados (Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo), 107 municípios e três biomas intervindo ao longo do traçado proposto inúmeras condições sociais, econômicas e de infraestrutura.

Os estudos realizados para a elaboração da caracterização ambiental na área das LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N° 01 e N° 02 tiveram como objetivo promover conjugação dos diversos componentes diagnosticados, de maneira a ressaltar as principais inter-relações dos meios físico, biótico e socioeconômico. Esta análise ambiental serve, neste sentido, para expor a estrutura e a dinâmica socioambiental espacial da Área de Influência dos empreendimentos, estendida, aqui, pelos municípios diretamente afetados pela LT e os trechos de aproximação com as Terras Indígenas em estudo, contemplando os estados do Mato Grosso e Rondônia.

Este item foi descrito com base no Diagnóstico Socioambiental apresentado no Capítulo 3.6 do Estudo de Impacto Ambiental do mesmo empreendimento (CAM, *no prelo*).

Na definição do traçado das LTs, como é comum em empreendimentos lineares, definiu-se um percurso tangente, por regra, de núcleos urbanos, unidades de conservação terras indígenas, dentre outras áreas sensíveis. Além desses, são evitados, por critérios técnicos, acidentes geográficos notáveis, como taludes de grande declividade, fundos de vale, platôs, topos de morro, áreas alagáveis e grandes rios.

Desta forma, o traçado da LT atravessa, em grande parte de sua extensão, uma matriz ambiental antropizada, resultado do processo de ocupação historicamente adotado no Brasil, intensificado marcadamente no eixo de instalação, a partir da metade do século XX, com o domínio das técnicas de manejo químico dos solos do Cerrado para a agricultura e pecuária e ocupação do Sudoeste da Amazônia.

Na paisagem hoje verificada, a distribuição dos remanescentes de ecossistemas nativos ocorre associada às feições especiais do relevo, em planos pouco úteis à agricultura. Desta forma, embora na definição final do traçado tenha sido inevitável a intervenção em fragmentos da vegetação nativa, principalmente na Amazônia e menos no Cerrado, com a necessidade de supressão vegetal para instalação de torres e da faixa de servidão, há um afastamento de quase todo restante de áreas relevantes destinadas à conservação.

Para a ampliação da avaliação socioambiental especializada para a AII das LTs 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N°. 01 e N° 02, o trecho do traçado inserido nos estados de Rondônia e Mato Grosso foi dividido em cinco Geounidades. A condição de sensibilidade encontrada e a proximidade com determinado grupo de Terras Indígenas define a divisão de tais unidades. As Geounidades são divididas da seguinte maneira:

- **Geounidade Porto Velho:** abrange a região norte de Rondônia, considerando o trecho de proximidade com a Terra Indígena Karitiana e a Referência de Índios Isolados nº 45 (Bom Futuro).
- **Geounidade Sul de Rondônia:** trecho inserido na porção sul do estado de Rondônia, onde estão inseridas as TIs Rio Omerê, Tubarão Latundê e Tanaru.
- **Geounidade Vale do Guaporé:** região que contempla a planície de inundação do rio Guaporé, no noroeste do estado de Mato Grosso, com proximidade das TIs Vale do Guaporé, Pequizal e Sararé/Paukalirajausu.
- **Geounidade Centroeste de Mato Grosso:** trecho inserido na região a oeste de Cuiabá, onde localiza-se a Terra Indígena Umutina.
- **Geounidade Sul de Mato Grosso:** região que abrange a porção do traçado localizada a sudoeste de Cuiabá até a travessia do Rio Araguaia, na divisa entre Mato Grosso e Goiás. Nela estão inseridas as Terras Indígenas Jarudoré e Tadarimana.

A seguir serão descritas as principais características socioambientais de cada uma das geounidades supracitadas:

3.2 GEOUNIDADE PORTO VELHO

Essa Geounidade encontra-se no trecho norte de Rondônia, entre os municípios de Porto Velho e Cacaulândia.

A Depressão Acre-Solimões, que ocorre nessa região, engloba a unidade Depressão do Rio Madeira e corresponde a unidade de relevo: Planalto Rebaixado da Amazônia. Essa unidade de relevo caracteriza uma extensa área aplanada e pouco dissecada, com colinas amplas, com drenagem incipiente onde é comum a presença de lagoas intermitentes. São comuns matacões de rochas graníticas, arenitos do embasamento cristalino proterozóico e depósitos aluviais quaternários. Essa unidade associa-se a presença de Plintossolo Háptico ocorrendo Savanas nas áreas aplanadas e Floresta nas áreas suavemente dissecadas.

Apenas os canais fluviais principais são encaixados formando barrancos altos nas margens. De maneira geral, os canais têm inúmeros afloramentos rochosos que formam ilhas, são rápidos e têm corredeiras nas áreas de rocha do embasamento cristalino. Dentre esses canais, pode-se citar o rio Candeias e rio Jamari.

A nascente do rio Jamari localiza-se no sudoeste da Serra dos Pacaás Novos, em Rondônia, apresentando um desenvolvimento no sentido norte com desembocadura na margem direita do rio Madeira. Sua bacia drena uma área de aproximadamente 29.067 km². O Jamari é considerado um rio de planalto com inúmeras cachoeiras enquanto e a jusante torna-se um rio de planície. Em sua bacia localiza-se a Usina Hidrelétrica Samuel, com operação comercial iniciada em 1989 e capacidade máxima de geração de 216 MW. Na região de Ariquemes, o rio Jamari apresenta leito arenoso, raso e bem encaixado, os terrenos marginais são baixos, e a alagação no período de enchente tem duração de poucos dias que alcança uma estreita zona de terra firme.

De maneira geral, essa geounidade está situada no Bioma Amazônia, cuja localização corresponde, em grande parte, a delimitação do Domínio Morfoclimático Amazônico. A paisagem é antropizada, fato representado pelas estradas de terra (linhas de colonização), acessos e fazendas. Entretanto, especificamente nas proximidades de Porto Velho, onde se localiza a Terra Indígena Karitiana e também, a FLONA Bom Futuro e Referência nº45 para os índios isolados, ocorrem fragmentos de **Floresta Ombrófila Aberta e Floresta Ombrófila Densa** em bom estado de conservação. Este tipo de vegetação pode ser considerado como um tipo de transição entre a floresta amazônica e as áreas extra-amazônicas apresentando uma faciação florística com a Floresta Ombrófila Densa, notadamente aquela com palmeiras. A área, que apresenta uma fisionomia florestal, é constituída, majoritariamente, por quatro estratos com árvores emergentes com até 3 m de CAP, e mais de 30 metros de altura (*Parkia* sp).



Foto 3.2-1 - Fragmento florestal próximo à Porto Velho

Acompanhando as características da vegetação, as espécies de fauna encontradas nessa geounidade também têm características do bioma Amazônico, como o tatu-de-quinze-quilos (*Dasyurus kappleri*), que ocorre na bacia amazônica e áreas de transição próximas, e os primatas amazônicos *Callicebus brunneus* (zogue-zogue), *Pithecia*

irrorata (parauacu), *Saguinus fuscicollis* (sagüi-de-cara-suja) e a cutia (*Dasyprocta fuliginosa*).

Entre os mamíferos de médio e grande porte registrados destaca-se espécies de ampla distribuição. Este é o caso dos porcos-do-mato (*Pecari tajacu* e *Tayassu pecari*), da anta (*Tapirus terrestris*), da paca (*Cuniculus paca*); da onça parda (*Puma concolor*) e do tatu-galinha (*Dasyopus novemcinctus*), entre outros.

Sobre as aves, observou-se endemismos como *Psophia viridis* (jacamim-das-costas-verdes), *Amazona kawalli* (Papagaio-dos-Garbes), *Rhegmatorhina hoffmannsi* (mãe-de-taoca-papuda) e *Xiphorhynchus spixii* (Arapaçu-de-Spix), que ocorrem principalmente em florestas em bom estado de conservação. Dentre as aves cinegéticas registradas, merece destaque o grande número de Cracidae (mutuns e jacus). Das seis espécies registradas, quatro são de médio-grande porte e indicam áreas em bom estado de conservação. Os mutuns (*Pauxi* e *Crax*) necessitam de florestas primárias ou em avançado estado de conservação e indicam pouca pressão de caça nessa região.

Com relação aos dados climáticos nessa região, conforme a classificação climática de Köppen, a área está sob o domínio de clima do tipo “Am”. As temperaturas médias mensais gravitam em torno de 25,8 °C, ou seja, maior que 18 °C (climas tipo “A”). As médias históricas obtidas junto às Normas Climatológicas do INMET (1992) registram pluviosidade média mensal de 185 mm e umidade relativa do ar de 90%, caracterizando um clima quente e úmido com período seco de pouca expressividade.

Desde a década de 1970, grande parte do Estado teve suas formações florestais ocupadas em padrão regular a partir de linhas paralelas que perfazem o padrão “espinha de peixe”. A partir desse padrão, surgiram as sedes municipais locais e os diversos PICs (Projetos Integrados de Colonização) e os PADs (Projetos de Assentamento Dirigido).



Foto 3.2-2 - Padrão de ocupação de RO: linhas e fragmentos florestais

Ações voltadas para o extrativismo associam-se a expansão da pecuária de corte em fazendas de até 100 ha em Porto Velho e Candeias do Jamari, além de diversos balneários associados aos rios da região. Pode-se também destacar a pecuária leiteira associada à produção agrícola diversificada (café, guaraná, soja, extração de seringa) nos municípios de Alto Paraíso, Ariquemes e Cacaulândia.

A cidade mais populosa da região é a capital, Porto Velho, que funciona como referência para os municípios rondonienses.



Foto 3.2-3 - Porto Velho

3.3 GEOUNIDADE SUL DE RONDÔNIA

Essa Geounidade abrange o sul do estado de Rondônia, entre os municípios de Jaru e Cabixi, onde destacam-se os municípios de Ariquemes, Vilhena e Ji-Paraná. Assim como na Geounidade Porto Velho, os municípios da Geounidade Sul de Rondônia têm sua ocupação definitiva, a partir do processo de interiorização do Brasil, com a implantação de Assentamentos.



Foto 3.3-1 - Padrão de ocupação em linhas no Sul de Rondônia



Foto 3.3-2 - Jaru

Na porção central do estado (próxima a Ji-Paraná), as atividades econômicas mais comuns na região são a pecuária para gado de leite, criado em pequenas propriedades. A produção madeireira e extrativista, antes muito disseminada, é hoje decadente. Caminhando na direção sul até Cabixi, nota-se a presença de produção agrícola diversificada (mel, seringal, eucalipto, etc); pecuária de corte em grandes fazendas; e o aparecimento da fronteira agrícola em expansão, com plantações de soja e milho, principalmente na região de Vilhena.

Do ponto de vista do meio biótico, a geounidade está situada no Bioma Amazônia, cuja localização corresponde, em grande parte, a delimitação do Domínio Morfoclimático Amazônico. Ocorrência de diversos fragmentos de **Floresta Estacional Semidecidual**. Esse tipo de vegetação caracteriza-se pela caducifolia das árvores no conjunto florestal e não das espécies que perdem as folhas individualmente. Apresenta grande complexidade estrutural e elevada biomassa, constituindo comunidades bastante diversas. Lianas e epífitas são freqüentes. Os fragmentos encontrados já se encontram alterados, muitos deles com características de área de transicional, sendo influenciada tanto pelas florestas amazônicas quanto pelas formações savânicas. De fisionomia florestal é constituída, majoritariamente, por três estratos com dossel atingindo até 18

metros de altura. Em alguns trechos, nota-se a presença massiva de carvoeiro (*Sclerolobium* sp.).

Sobre a fauna, nos fragmentos florestais próximos às Terras Indígenas Rio Omerê e Tubarão Latundê, foram encontradas apenas espécies típicas do Bioma Amazônico. Dentre as espécies de mamíferos, pode-se citar: presença marcante de primatas: macaco aranha (*Ateles chamek*), *Saguinus fuscicollis* (Sagui-de-cara-suja), *Saimiri boliviensis* (Macaco-de-cheiro) e *Pithecia irrorata* (Parauacu); abundância de roedores; porcos-do-mato (*Pecari tajacu* e *Tayassu pecari*), anta (*Tapirus terrestris*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*); *Hydrochoerus hydrochaeris* (capivara), paca (*Cuniculus paca*) e cutia (*Dasyprocta* SP) e *Tayassu pecari* (queixada).

O estudo de aves indicou registros de espécies conhecidas como o *Crypturellus* aff. *Bartletti* (inhambu-anhangá) e uma espécie de gavião pouco conhecida, *Morphnus guianensis*, cujo registro, aliado ao registro de *Psophia viridis* (jacamins-de-costas-verdes) indica uma área de elevado grau de conservação.

A presença de mutuns e jacus (*Pauxi tuberosa*, *Aburria kujubi* e *Penelope jacquacu*), sugere que esta área ainda é pouco caçada, visto que os grandes mutuns são, via de regra, as primeiras aves a desaparecerem de uma determinada localidade onde há caçadores.

A geounidade localiza-se sobre superfície erosiva rebaixada e inclinada, que se eleva suavemente para sul. Essa superfície é entalhada por uma rede de drenagem encaixada, que se associa a presença de modelados em colinas (amplas médias e pequenas) e em interflúvios tabulares com presença de pontões rochosos. Ocorre ainda nessa unidade relevo residual de topo aplanado relacionados aos Planaltos Residuais do Sul da Amazônia.

Os rios de modo geral apresentam canais encaixados com barrancas nas margens, sendo as planícies de inundação e os terraços estreitos e descontínuos. Nos canais principais são comuns as cachoeiras e corredeiras, havendo também barras arenosas que formam praias e ilhas durante a época da estiagem, durante os meses de abril a setembro. Destaca-se a travessia dos rios Ji-Paraná, Jaru, Urupuí, Rolim de Moura e Pimenta Bueno.



Foto 3.3-3 - Rio Jarú



Foto 3.3-4 - Rio Urupá



Foto 3.3-5 - Rio Ji-Paraná

O Rio Ji-Paraná tem sua nascente localizada na Chapada dos Parecis formada pela confluência dos rios Comemoração e Pimenta Bueno. Constitui o mais importante afluente do rio Madeira, devido à longa extensão de seu curso, atravessando todo o Estado de Rondônia no sentido sudeste-norte. A área de drenagem contribuinte é de 75.400 km² e descarga média anual de 700 m³/s, apresentando um comprimento total de 972 km. Ao longo de seu curso, recebe a contribuição de outros 5 tributários: Rolim de Moura, Urupá, Jarú, Machadinho e Preto.

A região está sob o domínio do clima “Am”. Conforme os dados obtidos na Estação Meteorológica de Cacoal e Pluviométrica Pimenta Bueno, as médias térmicas mensais são de 25,5 °C e a umidade relativa do ar é de 84,5%. As precipitações médias mensais estão em torno de 158,9 mm.

3.4 GEOUNIDADE VALE DO GUAPORÉ

A terceira geounidade está localizada no trecho noroeste de Matogrosso, abrangendo os municípios de Comodoro, Nova Lacerda e Vila Bela de Santíssima Trindade.

Trata-se de um corredor com relevo plano, situado entre a Chapada dos Parecis e o rio Guaporé. A geografia local determinou o padrão de ocupação de baixa densidade demográfica, devido à ocorrência de áreas alagadas intercaladas com fragmentos florestais de grande porte. As dificuldades de encharcamento do solo e estreitamento entre fronteira e chapada atribuíram ao trecho pequena estrutura de acessos, com poucas vias particulares e o acesso principal via rodovia estadual que cruza a TI Vale do Guaporé e une a planície ao topo da chapada.

As extensas planícies aluviais, como as do Vale do Guaporé, além dos aluviões dos rios atravessados pelo traçado, estão sujeitas a inundações e recalques por adensamento dos solos. O nível d'água nessas áreas, quando não aflorante, encontra-se a pequena profundidade, sendo que os vales fluviais estão sujeitos a processos de erosão nas margens e assoreamento. Assim, tem-se a concentração da população locada nas sedes municipais, onde se destaca Comodoro, localizada no topo da Chapada.

Os pantanais associam-se a presença de Áreas de acumulação inundáveis que têm altitudes inferiores a 200 m, larguras variáveis de 10 a 60 km, e são constituídos por expressiva sedimentação aluvial quaternária. Nessas áreas ocorrem alagadiços sazonais e permanentes que se encontram sujeitos à contínua deposição de sedimentos argilo-siltosos em suspensão. Ocorre ainda nos pantanais áreas ligeiramente elevadas com relação às áreas alagadiças, que formam ilhas, descontínuas e isoladas.

A borda da Chapada é caracterizada por forma tabular que se caracterizam por apresentar topo aplanado limitado por rebordos erosivos, com inclinação muito forte que originam *hog-back*. Esses relevos tabulares podem ainda caracterizar modelado do tipo Superfície tabular estrutural, quando o topo aplanado é parcialmente coincidente com a estrutura geológica. Esses modelados geralmente são contornados ou interpenetrados por uma superfície mais baixa e dissecada em colinas.

Os rios que contribuem para as planícies aluviais mais destacados são o rio Galera, rio Sararé, e o próprio rio Guaporé que dá nome à localidade. A seguir será apresentada uma descrição sucinta deste último:

O rio Guaporé nasce no Estado de Mato Grosso, nos contrafortes meridionais da Serra dos Parecis, em altitudes próximas de 650 m. É formado pela junção de três córregos denominados respectivamente de Moleque Sepultura e Lagoazinha. O rio corre, inicialmente, em direção norte, até encontrar as elevações da Serra de Santa Bárbara, passando a rumar sentido noroeste, direção que mantém, com algumas variações, até sua foz, no Mamoré. A maior parte do seu percurso atua como linha divisória entre o Brasil e a Bolívia.

Sobre a cobertura vegetal, ressalta-se a ocorrência de fragmentos florestais de grande porte próximos à fronteira entre Mato Grosso e Rondônia. Essas matas são fragmentadas por vias de acessos e já encontram-se antropizadas. Mais ao sul, destacam-se os buritizais ao longo das margens do rio Sararé e Guaporé. De maneira geral, a área é tipicamente coberta por **Floresta Estacional Semidecidual**, situada em uma área transicional, sendo influenciada tanto pelas florestas amazônicas quanto pelas formações savânicas, sendo a carga florística bastante equilibrada. De fisionomia florestal é constituída, majoritariamente, por três estratos com dossel atingindo 20 metros de altura.



Foto 3.4-1 – Floresta estacional semidecidual no norte do Vale do Guaporé

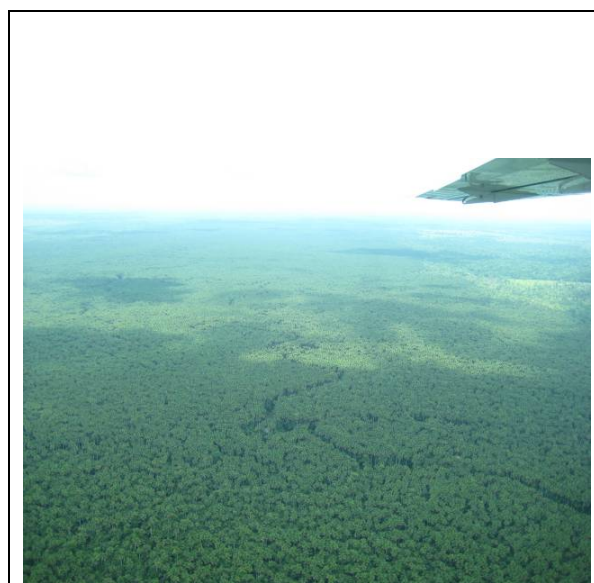


Foto 3.4-2 - Rio Sararé: recoberto por buritizal

Os estudos de fauna no Vale do Guaporé indicaram as características transicionais da região, com espécies de Amazônia e de Cerrado, tanto para os grupos de herpetofauna, avifauna e mastofauna. Nesse sentido, destacam-se as seguintes espécies de mamíferos observadas na região: porcos-do-mato (*Pecari tajacu* e *Tayassu pecari*), anta (*Tapirus terrestris*), paca (*Cuniculus paca*); onça parda (*Puma concolor*), tatu-galinha (*Dasyopus novemcinctus*); tatu-de-quinze-quilos (*Dasyopus kappleri*), além de alguns primatas amazônicos já destacados na segunda geounidade, como o *Callicebus brunneus* (zogue-zogue). Destacam-se, ainda, espécies exclusivas de áreas abertas: *Ozotoceros bezoarticus* (veado-campeiro) e *Euphractes sexcinctus* (tatu-peba), comprovando o status transicional.

A região apresenta, ainda, algumas espécies com requerimentos ambientais relativamente altos, caso da onça pintada (*Panthera onça*), do macaco-de-cheiro (*Saimiri ustus*) e do macaco-barrigudo (*Lagothrix cana*), encontradas na porção norte do Vale do Guaporé, que ratificam os avançados estágios de conservação.

No rio Guaporé, foi possível a identificação de grupos de capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e de ariranha (*Pteronura brasiliensis*).

Há uma enorme proporção de aves florestais amazônicas, incluindo os endemismos *Psophia viridis* (jacamins-de-costas-verdes), *Amazona kawalli* (Papagaio Kawalli), *Rhegmatorhina hoffmannsi* (mãe-de-taoca-papuda) e *Xiphorhynchus spixii* (Arapaçu-de-Spix), que ocorrem principalmente em florestas em bom estado de conservação. A presença dessas aves, bem como os Anatidae (patos), Columbidae (espécies de maior porte), Psittacidae (principalmente papagaios e araras), Ramphastidae (tucanos) e até mesmo alguns passeriformes, indicam que a pressão da caça na região ainda exerce pouca pressão sobre a fauna. Além dessas, as aves de cerrado também são encontrados na região do Vale do Guaporé, como *Rhynchotus rufescens* (Perdiz).

Com base no modelo de classificação adotado neste estudo, pode-se inferir que a região possui características tanto do clima “Am” quanto do tipo “Aw”. As precipitações médias mensais apresentam-se na faixa dos 200 mm, sendo a temperatura média de 24 °C, conforme a série histórica da Estação Meteorológica de Cacoal. A umidade relativa do ar é 84,5%, caracterizando o clima úmido da região norte do Brasil.

3.5 GEOUNIDADE CENTROESTE DE MATO GROSSO

Aqui trata-se da região situada entre os municípios de Pontes e Lacerda e Acorzal, todos eles sob a influência de Cuiabá, a sua capital regional/estadual.

Nesse trecho observa-se a presença de diversas formas de ocupação humana que variam de grandes latifúndios voltados para a produção de gado de corte, passando por pequenos sítios, até Projetos de Assentamento (PAs) voltados para a reforma agrária. A ocupação rural é muito escassa, determinada pelos núcleos de fazenda, usados para colheita e pré-industrialização. Nas proximidades de Acorizal, surgem as primeiras regiões de plantio de cana, ainda com a presença de assentamentos isolados.



Foto 3.5-1 - Acorizal

A região também é marcada pela presença de comunidades quilombolas, algumas reconhecidas e outras em processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Algumas dessas comunidades foram assentadas nos projetos de reforma agrária (PAs) e hoje são componentes de assentamentos rurais. Destacam-se a comunidade Baús, em Acorizal e as comunidades Buriti Fundo, Queimado e Tingua em Barra do Bugres.

As sedes municipais são, em geral, pequenas e isoladas, interligadas por estradas municipais e estaduais. Devido à proximidade com a capital de Mato Grosso (Cuiabá), nota-se uma malha viária que aqui apresenta melhores condições de conservação. Outros projetos de infraestrutura também estão presentes na região como a PCH no rio Jauru.



Foto 3.5-2 - PCH no Rio Jauru

A cobertura vegetal, segmentada em fragmentos isolados e manchas de mata ciliar, varia entre **savana florestada** e **savana arborizada**. Em alguns pontos estudados, foram identificadas espécies vegetais raras, muitas vezes cultivadas para a confecção de cosméticos ou medicamentos pela população local

A área de **savana florestada** caracteriza-se por certa estacionalidade das árvores em um conjunto de fisionomia florestal. A estratificação é simples e o componente arbóreo é perenifólio. Não há um estrato arbustivo nítido e o estrato graminoso esparso é entremeado de espécies lenhosas de pequeno porte. Tem composição florística diversificada, contendo espécies das expressões mais abertas das savanas, que assumem hábito arbóreo, e da Floresta Estacional em determinados pontos, raramente presentes em outras formações savânicas. Epífitas são raras. Ainda apresenta traços de área de transição com influências das florestas amazônicas. De fisionomia arbórea é constituída, majoritariamente, por três estratos com dossel atingindo 18 metros de altura. Área já encontra-se alterada, com presença massiva de carvoeiro (*Sclerolobium* sp.)

A **savana arborizada** corresponde à fisionomia savânica propriamente dita, caracterizando-se pelo aspecto xeromorfo do componente arbustivo-arbóreo e pelo expressivo estrato herbáceo, onde predominam gramíneas cespitosas (que formam touceiras). Constitui uma formação vegetal relativamente aberta, podendo representar feições alteradas de Savanas Florestadas, submetidas a pressões antrópicas. Também tem características de área de transicional, sendo ainda influenciada pelas florestas amazônicas. De fisionomia arborizada é constituída, majoritariamente, por dois estratos

com dossel atingindo 6 metros de altura. Área já encontra-se antropizada com presença massiva de pau-terra (*Qualea* sp.)

De maneira geral, a preservação dos fragmentos se dá em locais de difícil acesso, devido à irregularidade dos terrenos, como é o caso da Serra das Araras ao norte de Cuiabá. Os terrenos Amorreados e escarpados são constituídos por relevos íngremes fortemente dissecados e escarpas, com encostas com inclinações de 10 a 42%, que formam vales erosivos, encaixados e muito encaixados, com talvegues entalhados com canais em rocha e blocos, e escoamento torrencial. Esses terrenos são sustentados por rochas do embasamento cristalino e rochas sedimentares paleozóicas e mesozóicas, que configuram uma unidade de terreno com energia potencial elevada.

A inclinação elevada das encostas que caracterizam esses terrenos, a presença de solos de erodibilidade moderada a muito forte e as características da rocha alterada os condicionam a uma ocorrência ocasional a freqüente de processos de erosão laminar, verificados em sulcos e rastejo de média intensidade. As boçorocas apresentam ocorrência ocasional e de média a alta intensidade. Verificam-se ainda entalhes de drenagem, movimentos de massa do tipo escorregamento planar e queda de blocos. A intensidade dos processos erosivos nesses terrenos resulta em processos de assoreamento freqüentes e de alta intensidade.



Foto 3.5-3 - Relevo escarpado com remanescente de vegetação



Foto 3.5-4 - Área de relevo íngreme com vegetação bem preservada.

Cabe destacar a presença dos rios Jauru, Vermelho, Sepotuba e Paraguai, a maioria deles meandreados e com áreas de mata ciliar em bom estado de conservação.



Foto 3.5-5 - Rio Vermelho



Foto 3.5-6 - Rio Sepotuba

Na Depressão do Alto Paraguai, nota-se área extensa que é caracterizada por relevos do tipo: Superfície de Aplanamento, Superfície aplanada e Colinas médias e pequenas, Colinas amplas e médias; e ainda relevos do tipo Superfície de acumulação, e Superfície de acumulação e Colinas amplas, sustentados por sedimentos aluviais quaternários. A seguir será apresentada uma rápida descrição sobre o rio Paraguai e sua bacia hidrográfica, que constitui uma das doze regiões hidrográficas do território brasileiro.

O rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis, no estado de Mato Grosso e desemboca ao sul no rio Paraná, após receber vários tributários, principalmente da margem esquerda. Faz fronteira do Brasil com a Bolívia só num trecho ao sul da Bolívia. Em seu percurso inicial, cerca de 50 km, tem o nome de rio Paraguaizinho, mas logo passa a ser conhecido como rio Paraguai, percorrendo um trajeto de cerca de 2.621 Km até sua foz, no rio Paraná.

Compreende uma área de 1,1 milhão de km², abrangendo não apenas os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul como também outros países vizinhos do Brasil, como a Argentina, o Paraguai e a Bolívia.

A bacia do rio Paraguai pode ser dividida em duas regiões distintas: o Planalto, com terras acima de 200 m de altitude, e o Pantanal, terras com menos de 200 m de altitude e sujeitas a inundações periódicas, funcionando como um grande reservatório regularizado das vazões dos rios da bacia.



Foto 3.5-7 - Rio Paraguai. Muitos meandros, áreas alagadas e vegetação em APP preservada.

Quanto ao clima, as séries históricas obtidas junto à estação meteorológica de Cáceres e à estação agrometeorológica de Tangará da Serra indicam que esta região está sob o domínio do clima “Aw”, com temperaturas médias do mês mais frio superior a 18 °C e pelo menos um mês do ano com precipitação inferior a 60 mm. Já as médias históricas obtidas junto às estações meteorológicas de Cuiabá e Nortelândia indicam valores mensais compensados de 28,1 °C, que estão acima do indicado pelas Normais Climatológicas do INMET (1992) que é de 27 °C.

A fauna encontrada nos fragmentos dessa geounidade adquire características estritamente de cerrado. Nesse sentido, destaca-se *Monodelphis kunsi* (*catita*), *Necromys lasiurus* (Rato-do-mato), *Trichomys pachyurus* (rato espinhoso); do tatu-galinha (*Dasytus novemcinctus*) - característico de áreas abertas; do *Euphractes sexcinctus* (tatu-peba), da cotia de áreas abertas (*Dasyprocta azarae*) e do tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*). Além de animais de ampla distribuição como *Didelphis albiventris* (Gambá-de-orelha-branca), *Carollia perpscillata* (morcego) onça parda (*Puma concolor*).

Apesar desses registros, a fauna apresentou baixa abundância nessa região, provavelmente devido ao nível elevado de antropização e à grande quantidade de vias abertas nas proximidades dos fragmentos estudados. Há apenas registros mais significativos nas proximidades do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, Unidade de Conservação de proteção integral com bom nível de conservação, como é o caso da *Crax fasciolata* (Mutum-de-penacho), que sugere que esta área ainda é

pouco caçada, visto que os grandes mutuns são, via de regra, as primeiras aves a desaparecerem de uma determinada localidade onde há caçadores.

3.6 GEOUNIDADE SUL DE MATO GROSSO

Neste trecho o uso do solo está determinado pela qualidade dos solos e relevo: sobre os platôs está representada a agricultura mecanizada que se mescla com as pastagens nas colinas, onde instalaram-se assentamentos. Ainda nas proximidades de Cuiabá, nota-se a presença de pequenas propriedades, voltadas para a agricultura familiar e espaços de lazer (chácaras e sítios de fim de semana).



Foto 3.6-1 - Pequenas chácaras nos arredores de Cuiabá=

Seguindo na direção sudeste, surgem três tipos de ocupação dominantes: PAs voltados para pecuária, distritos e demais áreas urbanas; e grandes propriedades voltadas para a produção mecanizada de soja e cana. Dentre as áreas urbanas próximas, além de Cuiabá, destaca-se Rondonópolis, que têm boa infraestrutura e dá suporte às atividades agrícolas da região. É também no município de Rondonópolis que se encontram as Terras Indígenas Jarudoré e Tadarimana.

Assim como na geounidade anterior, são identificadas, na área de estudo, algumas comunidades quilombolas cujo território ainda não foi demarcado. São elas Abolição, em Cuiabá, Bigorna/Estiva e Fazenda Serrana em Santo Antonio do Leverger.



Foto 3.6-2 - Assentamentos



Foto 3.6-3 - Áreas de agricultura extensiva

A unidade de relevo Planalto dos Guimarães – Alcantilados corresponde à unidade de relevo Planalto dos Guimarães que subdivide esta unidade em Planalto dos Guimarães e Planalto dos Alcantilados, separando os setores mais aplanados e mais dissecados da mesma unidade de relevo. O Planalto dos Guimarães – Alcantilados é constituído por terrenos elevados onde se destacam setores aplanados com extensos remanescentes de antiga Superfície aplanada que constitui a Chapada dos Guimarães e setores dissecados resultantes do desmantelamento dessa antiga superfície, que foram denominados de Planalto dos Alcantilados e Planalto do Casca.

A Chapada dos Guimarães é um relevo aplanado com altitudes de 600 a 800 m e com baixa densidade de drenagem. Na Chapada ocorre Latossolo Vermelho Amarelo no topo e Neossolos Quartzarênicos nas áreas pouco dissecadas, que se associam a Savana Aberta.

Os Planaltos dissecados dos Alcantilados e do Casca caracterizam as áreas de desmantelamento da antiga Superfície aplanada que nivela a Chapada dos Guimarães. Esses Planaltos apresentam altitudes de 350 a 600 m sendo constituídos por modelados tabulares, convexos e aguçados que caracterizam os terrenos alcantilados com escarpas e paredões rochosos íngremes, dissecadas por canais encaixados.

Nas áreas de relevo acidentado e matas ciliares, menos antropizadas, é possível identificar remanescentes de vegetação. Nesse contexto, a Chapada dos Guimarães, que abriga um Parque Nacional, também é local onde a vegetação aparece mais preservada. Há o predomínio de **Floresta Estacional Decidual e Semidecidual** e **Savana Arborizada**. A primeira, presente em áreas já antropizadas, antes atingidas por cultura de café, é constituída, majoritariamente, por dois estratos com dossel atingindo 20 metros de altura. A segunda está situada em área de savanas. De

fisionomia arborizada, é constituída, majoritariamente, por dois estratos com dossel atingindo 8 metros de altura.

Os rios principais presentes nessa geounidade são o rio Cuiabá, rio São Lourenço e rio Araguaia. A seguir são apresentadas fotos e descrições desses corpos hídricos:

O Rio Cuiabá nasce no município de Rosário do Oeste, nas encostas da Serra Azul, tendo como formadores os rios Cuiabá da Larga e Cuiabá do Bonito. Após a confluência destes rios recebe o nome de Cuiabazinho e somente após encontrar o rio Manso, passa a se chamar de Cuiabá. É um dos principais afluentes do Rio Paraguai.



Foto 3.6-4 - Rio Cuiabá

O Rio São Lourenço está situado na região do Pantanal Norte, bacia do Prata, afluente pela margem direita do Rio Cuiabá e conseqüentemente uns dos formadores do Rio Paraguai. Rio com uma estrutura de pesca muito boa, com praias, areões, alguns pontos com corredeiras e até ilha. O volume de água é grande e o rio bem sinuoso apresentando trechos estreitos e outros bem largos.



Foto 3.6-5 - Rio São Lourenço, onde o mesmo encontra-se represado.

O Rio Araguaia nasce no estado de Goiás, nos contrafortes da Serra do Caiapó, próximo ao Parque Nacional das Emas, na divisa com os Estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desaguando no rio Tocantins pela sua margem esquerda. Na metade do seu percurso o Araguaia se divide formando a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal. Apesar de ser um rio de planície, apresenta quatro trechos de cachoeiras e corredeiras. Nos trechos de planície, encontram-se a Ilha do Bananal (a maior ilha fluvial do mundo) e inúmeras lagoas marginais. Durante a época de cheia, o rio Araguaia e seus principais afluentes, Rio das Mortes e Cristalino, formam uma enorme planície inundada.



Foto 3.6-6 - Rio Araguaia

Em relação à dinâmica climática, está sob atuação do clima “Cwa”, ou seja, clima mesotérmico (“C”), com chuvas de verão (“w”) e temperatura média do mês mais quente superior a 22 °C (“a”). O período de inverno corresponde à época da estiagem, sendo que em alguns meses ocorre pelo menos um dia sem chuva. As médias históricas, obtidas junto à estação agrometeorológica de Mineiros, indicam temperaturas mensais médias de 23,2 °C, umidade relativa do ar na faixa dos 70% e precipitações médias de 134 mm. Cabe ressaltar que ao longo do ano estes valores variam significativamente, dada a influência dos sistemas de circulação atmosférica que caracterizam o clima da região.

Sobre a fauna, a região mais próxima do estado de Goiás apresentou melhores resultados, com maior abundância de fauna típica de cerrado, provavelmente devido à proximidade com o Parque Nacional das Emas. A maior parte das espécies encontradas é pouco sensível às alterações ambientais, sugerindo uma área de mosaico entre áreas abertas e matas de fisionomia semelhante ao Cerradão.

Dentre as espécies registradas, destacam-se a onça parda (*Puma concolor*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), *Ozotoceros bezoarticus* (veado-campeiro), *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), *Dasyprocta azarae* (cutia), *Aotus nigriceps* (primata), cangambá (*Conepatus* sp.), tapeti (*Sylvilagus brasiliensis*), irara (*Eira barbara*), *Cryptonanus chacoensis* (marsupial), *Rhipidomys macrurus* (macuco), *Oligoryzomys fomesi* (rato do mato), *Anoura caudifer* (morcego).

Quanto à avifauna, ressalta-se a presença do beija-flor (*Aphantochroa cirrochloris*) na região do Alto Araguaia, espécie típica da Mata Atlântica que pode ter se distribuído através dos corredores em matas ciliares. Nas proximidades de Cuiabá, também foram encontradas aves tipicamente encontradas no Pantanal, como *Xiphocolaptes major* (arapaçu-do-campo) e *Icterus croconotus* (João-Pinto).

Índice

4.	CONTATO INTERÉTNICO: PANORAMA AMAZÔNICO	1/27
4.1	FRONTEIRAS SOCIOECONOMICAS E POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	1/27
4.2	BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO EM ESTUDO	4/27
4.2.1	POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO (SÉCULOS XVI –XX)	4/27
4.2.2	A COMISSÃO RONDON E OS CONTATOS COM OS POVOS INDÍGENAS	10/27
4.2.3	A CHEGADA DOS MISSIONÁRIOS NA REGIÃO	12/27
4.2.4	OS INCENTIVOS À OCUPAÇÃO E O ESTABELECIMENTO DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO	13/27
4.2.5	OS EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA DÉCADA DE 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	15/27
4.2.6	OS EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS - MARCOS HISTÓRICOS.....	18/27
4.2.6.1	POLONOROESTE, BR 364 E TERRAS INDÍGENAS	19/27
4.2.6.2	O COMPLEXO DO MADEIRA: UM BREVE HISTÓRICO	23/27

4. CONTATO INTERÉTNICO: PANORAMA AMAZÔNICO

4.1 FRONTEIRAS SOCIOECONOMICAS E POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A história da Amazônia brasileira pode ser descrita como um complexo enredo marcado por uma série de ciclos, baseados na exportação de produtos extrativos e na exploração da mão-de-obra nativa, que freqüentemente desencadearam efeitos negativos para o meio ambiente e para a população da região: no século XVII a exploração das “drogas do sertão”, cacau no século XVIII e a borracha no século XIX (Seixas, 2001).

Após o colapso do ciclo da borracha na década de 1910, a economia amazônica entrou num período de estagnação, sendo precariamente sustentada por frentes extrativistas, garimpeiros e pecuaristas, até a implementação dos planos de integração geopolítica dos governos militares dos anos 1960 e 1970 (Lená, 2002)¹.

A década de 1970 caracterizou-se por uma atuação marcante do governo federal na Amazônia. A preocupação central do Estado nacional nesse período - garantir a “segurança nacional” - orientava suas ações de colonização na região. Nesse contexto, a Amazônia era vista como uma nova fronteira de recursos a ser explorada com vistas a contribuir para o processo de integração nacional e, sobretudo, para o crescimento econômico (entendido como sinônimo de “desenvolvimento”) do país.

Essa perspectiva se baseava em um projeto político que desencadeou a implementação dos chamados “Planos de Integração Nacional” (PINs). Por meio da construção de rodovias (nos anos de 1970 o governo militar construiu novas rodovias como, por exemplo, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém), hidrelétricas (nesse período o governo militar construiu a hidroelétrica de Tucurí no estado do Pará e a de Balbina no estado do Amazonas) e da instalação de projetos de mineração e agropecuário, - tais planos objetivavam a abertura de caminhos para a ocupação de áreas vistas como possíveis mercados.

Em 1974, é lançado o programa denominado Pólo - Amazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), com um total de quinze pólos de investimento na região. Nesses pólos, recursos públicos e privados foram concentrados em projetos de pecuária de grande escala, atividades madeireiras, mineração e projetos hidrelétricos (idem).

¹ Segundo Lená (2002) é possível identificar três grandes fases das políticas de “desenvolvimento” para a Amazônia Legal. Nos termos do antropólogo: fase “tradicional” ou “clientelista”, fase “modernista” e fase “pós-moderna”, também denominada como “socioambiental”.

Apesar destes “planos” da década de 1970, as políticas desenvolvimentistas do período promoveram uma ocupação não planejada e predatória da região, levando a intensa competição territorial e forte disputa pelos recursos naturais da Amazônia.

A partir de meados da década de 1980, ocorre uma crescente conscientização nacional e internacional sobre os problemas ambientais na Amazônia, como desmatamento, queimadas, extinção da flora e fauna, poluição dos rios etc. Nesse período, a dimensão ambiental do “desenvolvimento” passa a ser considerada mais seriamente no discurso desenvolvimentista. Cada vez mais, a idéia de um “desenvolvimento sustentável” e “socialmente justo” vai se popularizando.

Essa tendência global nos debates sobre “desenvolvimento” faz com que, a partir da década de 1990, ocorra um processo de redefinição das políticas públicas nacionais relacionadas às questões ambientais. Na Amazônia, a abordagem das questões ambientais no campo das políticas públicas também sofre alterações a partir deste período. Como argumenta, por exemplo, o economista Seixas Lourenço, em resposta às pressões externas e internas, os organismos financeiros internacionais, que até então haviam apoiado a construção de estradas e grandes projetos de infra-estrutura na Amazônia, mudam radicalmente sua posição, condicionado os empréstimos a prévias avaliações de impacto ambiental (Seixas Lourenço, 2001: 362). Esta mudança mais ampla na abordagem política da temática ambiental desencadeou também alterações iniciais na política indigenista brasileira em relação aos elementos vistos como necessários para a garantia da integridade física e cultural dos povos indígenas (tal discussão será melhor apresentada no **item 7** deste estudo – Políticas Indigenistas, Desenvolvimento e Meio Ambiente).

Segundo a classificação de Lima e Pozzobom (2005), atualmente, em relação às orientações econômicas dos povos nativos da Amazônia, estes grupos podem ser divididos em três categorias: (1) indígenas que realizam comércio esporádico, (2) grupos indígenas de comércio recorrente e (3) grupos indígenas dependentes da produção mercantil. A categoria "grupos indígenas de comércio recorrente" abrange uma grande diversidade de situações sociais. Inclui, na realidade, a maioria dos povos indígenas da Amazônia Legal. Segundo os autores, o aspecto comum é o fato de que a produção para a venda já é incorporada nas práticas culturais. Do ponto de vista da estrutura de mercado, podem ser distinguidas três situações: ou os índios se integram ao sistema tradicional de "aviamento"; ou participam de um tipo de extrativismo mais recente e bem mais depredatório, que envolve basicamente o garimpo e a comercialização de madeiras nobres; ou ainda participam de um “sistema mediado de comercialização”.

Quanto ao “comércio mediado” os autores descrevem dois tipos de mediação: tutelar e com parceria. A mediação tutelar é praticada pela FUNAI e pelas missões religiosas através de financiamentos internacionais de caráter ecológico (como, por exemplo, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, que será apresentado adiante neste estudo). Neste esquema, são criados os chamados “projetos produtivos sustentáveis”. Quanto à mediação com parceria estão incluídas as parcerias entre organizações indígenas e ONGs ou institutos de pesquisa. De modo geral, neste segundo caso, o objetivo é transferir novas tecnologias ou adaptação de tecnologias nativas à exploração planejada de recursos que possam remover os grupos indígenas de acordos para a exploração ilegal e depredatória de suas áreas.

Importante salientar o protagonismo indígena junto a estas duas modalidades de comércio mediado - tanto o realizado por meio da mediação via FUNAI quanto às parcerias entre comunidades nativas com ONGs e/ou com institutos de pesquisa. Nesse sentido, desde o final da década de oitenta, vem crescendo a organização e mobilização indígena em relação à formulação e implementação de projetos de desenvolvimento sustentável visando à integridade territorial e de suas comunidades. O crescimento do protagonismo político e envolvimento indígena na gestão de seus territórios será discutido no **Item 7** deste Componente quando aborda os principais fatores que levaram a um processo de proliferação das organizações políticas indígenas, a criação da CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista, até a reestruturação mais recente pela qual passa a FUNAI: todos estes eventos que produzem novos espaços à participação indígena na política nacional.

Retomando a descrição dos antropólogos Lima e Pozzobom (2005), quanto à terceira categoria, “indígenas dependentes da produção mercantil”, é formada por grupos que não conseguem produzir diretamente os recursos fundamentais para sua sobrevivência e dependem do mercado para obter o consumo básico. Entre os grupos que compõem esta categoria, a situação mais difícil se encontra nas terras indígenas (TIs) pequenas e localizadas nas proximidades de centros urbanos. Porque apresentam altas densidades demográficas e elevadas demandas sociais de consumo, os recursos naturais que constituem a base da subsistência, como a caça e outros produtos da extração florestal, foram esgotados. Em alguns casos, mesmo a área de cultivo é limitada e não permite o rodízio de descanso para o solo. Tais mudanças nos padrões nativos de subsistência e conseqüentemente de dieta, em decorrência de novas relações e desafios impostos pelas relações de contato, ocasionam a introdução de novas doenças crônicas não transmissíveis como diabete e hipertensão (Coimbra Jr.; Garnelo; César Basta; Ventura Santos: idem).

A classificação de Lima e Pozzobom apresentada acima resume os principais problemas atuais relacionados à gestão econômico-ambiental de Terras Indígenas e demonstra como esta questão deve ser considerada de forma articulada à situação da qualidade de vida dos povos nativos. Ou seja, o problema relativo à integridade física e cultural das populações indígenas está profundamente conectado a outras questões estruturais mais amplas que passam pelas relações de marginalidade socioeconômica e fundiária que em muitos contextos atingem os povos nativos.

4.2 BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO EM ESTUDO

Essa seção procura apresentar alguns elementos históricos que contribuíram para a transformação do território de Rondônia e Mato Grosso, Estados onde estão situadas as Terras Indígenas em estudo, a partir das intervenções do Estado e do estabelecimento de projetos privados junto aos povos indígenas. Nesse sentido serão apresentados neste tópico os principais macro eventos de intervenções na região, entre estes: a comissão Rondon, a abertura de rodovias –BR 364–, os projetos de colonização dirigidos, os ciclos da seringueira, o desmatamento e a transformação da agropecuária e do meio rural, e a instalação de projetos recentes como no caso o projeto do Complexo do Rio Madeira.

4.2.1 POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO (SÉCULOS XVI –XX)

O desbravamento do território em questão data do século XVI, quando o explorador espanhol Álvaro Nunez “Cabeza de Vaca” percorreu o Vale do Guaporé, partindo do rio Paraguai. No entanto, esta expedição, assim como muitas outras que ocorreram durante os séculos XVI e XVII, como do paulista Antônio Raposo Tavares - que explorou o atual território de Rondônia e atingiu a Bolívia - não teve ímpeto de povoar a região, mas apenas explorar e desbravar, assim como a procura por índios para catequizar e escravizar. Partiam expedições do sul do país, especialmente de São Paulo, que subiam pelos rios Paraná e Paraguai e atingiam os rios Guaporé e Madeira. Como vimos, as chamadas “drogas do sertão” representavam um estímulo inicial para tais investidas na região.

De acordo com Schroder (2008), o receio da presença holandesa na região² também foi importante incentivo para ocupação portuguesa no território, em meados do século XVII. A descoberta de ouro no rio Corumbiara e a preocupação em ocupar as margens dos rios Mamoré e Guaporé, com objetivos de defesa da região, também teriam incentivado o povoamento na região, ainda segundo este autor. No entanto, a ocupação do território onde estão atualmente os Estados de Mato Grosso e Rondônia,

²Os holandeses haviam dominado parte do Nordeste do Brasil, como Pernambuco, desde a década de 1620.

ocorreu de forma esparsa ao longo do século XVII. O Tratado de Tordesilhas, consagrado por Portugal e Espanha em 1494, determinava que a região amazônica fosse de posse espanhola. Diante das incursões lusitanas na área, esta foi disputada entre as duas coroas até que, em 1750, a região passa a pertencer a Portugal, pelo Tratado de Madri.

Em 1671, Francisco da Mota Galvão ordenou a construção do Forte de São José do Rio Negro que, de acordo com Cim (2002), originou a cidade de Manaus e posteriormente a capitania de São José do Rio Negro³. Outro Forte construído nesta mesma época foi o Real Forte Príncipe da Beira que está até os dias atuais no município de Costa Marques, em Rondônia. Para Cim (2002), a descoberta de ouro em Cuiabá, no início do século XVIII, fomentou o povoamento na região, sendo que as entradas e bandeiras penetravam pelo Vale do Guaporé. Presotti (s.d) argumenta que sertanistas de São Paulo partiam em busca de mais gentios e novos descobrimentos, na primeira metade do século XVIII, seguindo pela Chapada dos Pareci até atingir o Alto Guaporé, já nos sertões de Mato Grosso. Presotti (s.d) cita o personagem José Barbosa de Sá, que teria sido um dos primeiros a se estabelecer nos sertões de Mato Grosso. Segundo Barbosa de Sá, os bandeirantes encontraram inúmeros povos indígenas na região:

“Correndo os tempos e continuando aqueles aventureiros [paulistas] as suas conquistas, chegaram a navegar o rio Paraguai, descendo uns pelo [rio] Coxim, outros pelo Embotetei [atual rio Miranda-MS], (...) e entrando pelas grandes baías, foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos arquivos da memória e só me lembro as seguintes: Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porrudos, Xacororés, Aragoarés, Coxiponés, Pocuris, Arapoconés, Mocós, Goatós, Araviras, Buripoconés, Arapares, Hytaporés, Ianés, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraés, Penacuícas, e outros.” (Presotti, pág. 2. s.d.)

³ Após a Independência do Brasil, em 1822, a Capitania foi incorporada pelo Estado do Pará e, em 1850, deu origem à Província do Amazonas.

Antônio Pires de Campos nomeia os diversos grupos indígenas que encontrava em seu caminho como “reinos de gentios”, “lote de gentios”, ou “nações bárbaras” e destaca o reino dos *Paresi* que seria muito numeroso e ocupava um território vastíssimo. Chama atenção no relato deste cronista, citado por Presotti (s.d), a descrição do modo de vida dos *Paresi*, que cultivavam mandioca, milho, feijão, batata e outros. De acordo com Canova (2003), este povo indígena era considerado pelos colonizadores portugueses como os mais predispostos a “aceitar” a fé católica e os valores dos “brancos” e, segundo Blau (2007), foi um dos povos mais perseguidos e aprisionados.

Desta forma, as bandeiras mineiras e paulistas adentravam na região em busca de ouro e de indígenas para aprisionar. Diante da resistência destes povos, os bandeirantes muitas vezes organizavam grandes expedições para aniquilá-los e aprisionar os sobreviventes. Ainda de acordo com Presotti (s.d), há relatos de conflitos de espanhóis com índios *Paiaguá* ainda no século XVI. Apesar da instituição do *Diretório dos Índios do Brasil*, pela coroa em 1757, que regulamentava as relações entre “brancos” e índios, e pretendia transformá-los em protetores do território e das fronteiras a serviço da coroa (Blau: 2007), os enfrentamentos foram muitos ao longo dos séculos, sobretudo no século XVIII, e os *Paiaguá* ficaram conhecidos como os índios que mais resistiram à escravidão e à invasão dos bandeirantes.

Presotti (s.d) oferece o relato de um grande ataque, em 1731, que somava bandeirantes, negros e indígenas, com mais de 400 homens para destruir os *Paiaguá*, que haviam se aliado aos *Guaicurus* – *cavaleiros*. Três anos após este infrutífero ataque, foi organizada outra expedição para destruir os *Paiaguá*. Esta aglutinava mais de 800 guerreiros, dentre índios (*Bororo*) e não índios. Frente a esta nova incursão os *Paiaguá* não conseguiram sobreviver, sendo todas aldeias queimadas, e praticamente todos assassinados. Deste modo, a penetração dos colonos e bandeirantes no território amazônico, em busca de ouro, provocava uma situação em que o conflito com os povos indígenas era praticamente inevitável.

No século XVIII, como visto acima, a região dos atuais Estados de Mato Grosso e Rondônia teve uma ocupação um pouco mais efetiva, em relação aos dois primeiros séculos de colonização portuguesa no “Novo Mundo”. De acordo com Cim (2002), em meados do século XVIII, a procura por ouro levou à criação de diversos povoados em Rondônia, como Pouso Alegre e Casa Redonda. A fundação da Capitania de Mato Grosso, assim como a de Goiás, ocorreu exatamente neste período, em 1748, pelo desmembramento da capitania de São Paulo.

Nas expedições para região Amazônica, os colonos portugueses eram acompanhados pelos Jesuítas que, segundo Mesquita (1940), penetraram nos sertões Matogrossenses

em três ocasiões, sendo a primeira ainda no século XVI, a segunda no século XVII – considerado pelo autor o grande momento da história de Mato Grosso⁴ – e a última já no século XX.

Segundo Garcia (2001), a capitania de Mato Grosso rapidamente ganhou importância pela sua localização estratégica na defesa das fronteiras do território dominado pelos portugueses, fazendo fronteira com o território dominado pelos espanhóis. No entanto, este mesmo autor ressalta que a localização da capitania também dificultava seu povoamento efetivo, uma vez que o acesso era difícil, distante dos centros de poder – Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo – e do litoral. O acesso à região dos atuais Estados de Mato Grosso e Rondônia seria facilitado somente em 1856, pela permissão de navegação no Rio Paraguai. Além das dificuldades naturais de acesso ao território de Mato Grosso e Rondônia, os encontros entre colonos e índios na maioria das vezes não era amigável. Assim, a região permaneceria isolada, mas constantemente vigiada devido ao seu caráter estratégico.

O auge da economia aurífera nos sertões de Mato Grosso, no século XVIII, foi conhecido, de acordo com Garcia (2001), como “Período Monçoeiro”. As monções eram expedições que, geralmente, partiam de São Paulo em busca do ouro encontrado em Cuiabá, utilizando basicamente rotas fluviais. A exaustão das minas de Cuiabá, na segunda metade do século XVIII, levou à decadência do período das Monções que, no entanto, perdurou por mais algumas décadas, até o início do século seguinte. De acordo com Garcia (2001), a técnica utilizada nas minas de aluvião refletia em baixa produtividade, e os mineradores permaneciam pouco tempo em um lugar. Assim, em 1825 o foco da economia mineradora da região era Cuiabá, enquanto apenas dez anos depois já estava no Vale do rio Guaporé.

Segundo Garcia (2001), os conflitos entre colonos e povos indígenas diminuíram nas primeiras décadas do século XIX, com a construção de Fortes como Coimbra e Miranda e pelas vitórias dos colonos em diversas batalhas contra os índios. Dentre os povos indígenas que foram confinados em suas aldeias e/ou catequizados, estavam os *Guatós*, *Guaranis*, *Guanás*, *Terenas* e *Guaicurus*. Por outro lado, alguns povos permaneceram em luta contra os colonizadores, com destaque para os *índios Bororo* (Garcia: 2001).

Este relativo esfriamento dos conflitos entre indígenas e colonizadores permitiu uma maior ocupação do território de Mato Grosso e Rondônia, por parte dos colonos. No entanto, com a decadência da economia aurífera na região, assim como pelo

⁴Mesquita atribui à penetração paulista no território de Mato Grosso um caráter épico, ressaltando a criação de Cuiabá e de Vila Bela.

isolamento que sofria, a população local vivia em situação de miséria. A economia baseava-se, de acordo com Garcia (2001), na agricultura e pecuária, uma vez que a atividade mineradora já estava em ampla decadência e sua relevância era praticamente insignificante. A agricultura, no entanto, sofria pela alta dos preços, e havia escassez de alimentos na região. Mesmo com tais dificuldades, a agricultura era a atividade econômica mais importante na Capitania de Mato Grosso, e a pecuária começava a se desenvolver, chegando a exportar gado para Minas Gerais. A atividade comercial na região ganharia impulso a partir de 1856, com a permissão de navegação no rio Paraguai.

Em fins do século XIX, a região dos atuais Estados de Mato Grosso e Rondônia conseguiria finalmente se reerguer da situação de abandono em que passou praticamente todo este século, passando a receber grandes quantidades de imigrantes, sobretudo nordestinos para trabalhar no então surto da borracha, assim como para fugir das secas do Nordeste⁵. Oliveira (2005) chama atenção para o fato de que, neste contexto, em fins do século XIX o território Boé – Bororo foi expropriado pelo Estado e ocorreu um movimento de “pacificação indígena”. Este movimento seria motivado pelo desejo de integrar as elites locais ao litoral do Brasil, construindo vias terrestres de comunicação. Neste sentido, a autora utiliza o termo genocídio indígena, referindo-se à pacificação e expropriação de índios Bororo no Estado do Mato Grosso.

Neste período tem início um grande fluxo migratório Nordestino para a região⁶ e, como atesta Schroder (2008), ocorreu um novo processo de povoamento e ocupação. Bassegio e Perdigão (1992), afirmam que os imigrantes nordestinos, com destaque para os cearenses, foram atraídos e ludibriados pela perspectiva de emprego e subsídios, com possibilidades de desfrutar os lucros da produção de borracha. Os autores explicam as tensões decorrentes:

“Pela primeira vez em Rondônia, os grandes colocaram o pequeno contra o pequeno, ou seja, migrante contra índio. Às margens do rio Urupá, atual município de Ji-Paraná, inúmeros índios e nordestinos perderam a vida na ferrenha luta e resistência dos *Urupás* que defendiam suas terras, invadida pelos seringueiros. Estes acabavam vencendo e dominando a área”. (Bassegio e Perdigão, 1992; 152)

Os seringueiros nordestinos, no entanto, viviam em condições de extrema precariedade, sujeitos a doenças e mergulhados em pobreza. O período conhecido como “primeiro ciclo da borracha” ocasionou um povoamento rarefeito da região (Bessagio e Perdigão: 1992), e gerou graves problemas para as populações indígenas

⁵De acordo com Teles, o governo incentivava, e financiava a migração de nordestinos para povoar a Amazônia.

⁶Otávio (2007) estima que a região tenha recebido entre 260 mil a 500 mil imigrantes entre 1850 e 1912.

que habitavam o território, sendo expulsas de suas terras e trabalhando sem remuneração na construção de vias terrestres (Oliveira: 2005).

No entanto, o auge da economia da borracha não durou muito tempo, pois os ingleses começaram a produzir na Malásia e Cingapura, no início do século XX, o que desvalorizou o produto brasileiro. Em decorrência disto, a produção da borracha brasileira entrou em crise e o processo de povoamento e ocupação de Rondônia foi praticamente paralisado (Bessagio e Perdigão: 1992).

No período auge do “primeiro ciclo da borracha” – entre 1850 e 1912 – grandes riquezas foram produzidas, o que, segundo Otávio (2007), apenas aprofundou o distanciamento social entre os seringueiros e os seringalistas e comerciantes, sendo que estes últimos acumulavam as riquezas. A borracha só voltaria a ser produzida intensamente na Amazônia brasileira após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, quando o Japão invadiu a Malásia – principal produtora asiática de látex (Schroder: 2008).

A ocupação do território amazônico no final do século XIX e início do XX, por imigrantes, sobretudo oriundos da região Nordeste, gerou um problema diplomático entre Brasil e Bolívia, uma vez que a região do atual Estado do Acre era território boliviano. O conflito foi resolvido pela assinatura do Tratado de Petrópolis – em 1903 – que estabelecia a incorporação do Acre ao território brasileiro e a criação da Estrada de Ferro Madeira – Mamoré (EFMM). Esta Ferrovia, segundo Otávio (2007), tinha como objetivo transportar borracha da Amazônia para o litoral atlântico. As obras para construção da estrada de ferro foram iniciadas em 1907 e concluídas cinco anos depois, tendo utilizado mais de 20 mil trabalhadores, dos quais cerca de 1.500 morreram devido a doenças endêmicas (Otávio: 2007). Devido á crise econômica que assolou a região desde o início do século XX, a EFMM foi praticamente abandonada, sendo finalmente desativada em 1972.

4.2.2 A COMISSÃO RONDON E OS CONTATOS COM OS POVOS INDÍGENAS

Além da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré, outro fato notável da história da região amazônica no início do século XX, especialmente de Mato Grosso e Rondônia, foi a *Comissão Rondon*, ou melhor, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA). De acordo com Diacon (2006), a Comissão Rondon foi um projeto do governo republicano motivado por interesses militares – ligados às dificuldades brasileiras na Guerra do Paraguai⁷ (1865 – 1870) e interesses de mercado – “ciclo econômico da borracha”. Neste sentido, o governo brasileiro implantava a Linha Telegráfica com objetivo de levar infraestrutura, expandir a presença militar e colonizar a Amazônia brasileira. A missão do Marechal Rondon seria criar uma infra-estrutura de estradas e linhas telegráficas ligando a região ao litoral atlântico (Diacon: 2006).

Cândido Rondon nasceu em 1865, no Mato Grosso, filho de Claudina de Freitas Evangelista, descendente da tribo indígena Bororo. Antes de iniciar os trabalhos na CLTEMTA, Rondon já havia participado da instalação de outras Linhas Telegráficas, como a que ligava São Paulo a Cuiabá, e outra de Cuiabá a Corumbá. Segundo Diacon (2006), Rondon tinha fortes influências positivistas e se esforçava para promover a integração nacional, incluindo os povos indígenas na nova Nação brasileira que estava sendo construída. Como afirma Ferreira (2007), havia no projeto de Rondon uma espécie de intenção civilizatória, já que os sertões eram considerados regiões onde a civilização ainda não havia chegado (Ferreira: 2007). A Comissão Rondon instalou mais de 2.000 km de linhas telegráficas – que se interligavam com a Estrada de Ferro Madeira – Mamoré - e criou 25 estações, sendo duas em território dos índios *Paresi* – Ponte de Pedra e Utiariti. Ainda em território Paresi, a comissão construiu uma estrada que ligava Tapirapoan a Juruena.

Segundo Ferreira (2007), a presença de Rondon desbravando esse território indígena, servia de estratégia pra legitimar a presença do Estado brasileiro em território poucos ocupados pelos aparelhos estatais.

Em 1907, a Comissão Rondon adentrou territórios do atual Estado de Rondônia⁸, território onde viviam índios Nambikwara. Miller (2007), afirma que com a penetração da Comissão em Mato Grosso os índios até então chamados de Cabixi passaram a ser conhecidos pelo nome Nambikwara. Ainda segundo esta autora, antes de Rondon atingir o território dos Nambikwara estes mantinham guerras freqüentes contra os

⁷Parte do território do Mato Grosso foi invadida durante a Guerra do Paraguai, em 1865. No entanto, como afirma Diacon (2006), as notícias sobre os conflitos no Mato Grosso levavam duas semanas para chegar ao Rio de Janeiro. Fatos como este evidenciavam a necessidade de estabelecimento de uma rede de comunicações do centro do poder com a região Oeste do país.

⁸ Pela sua atuação na região, Rondon seria homenageado com a nomeação do Estado de Rondônia.

seringueiros, e o ataque dos índios aos trabalhadores das linhas telegráficas foi interpretado, por Rondon, como uma associação feita pelos Nambikwara entre os seringueiros e os trabalhadores da comissão.

Para atingir o rio Juruena, Rondon contratou dois guias que eram índios Paresi. No entanto, ao chegar a tal rio a comissão foi atacada por índios Nambikwara e Rondon negou-se a lutar contra os índios, retirando-se para Diamantino (Diacon: 2006). Neste momento, o Marechal proferiu a frase que se tornaria célebre, em relação ao tratamento perante os índios: “*morrer, se preciso for, matar, nunca*”.

Importante destacar que as ocupações promovidas no processo de abertura da Linha telegráfica ocorreram de modo precário e irregular. Praticamente imediatamente após sua finalização, caíram em desuso por causa das novas tecnologias de transmissão criadas na época como as transmissões por radiotelegrafia. Entretanto, somente em 1940 os antigos postos foram desativados. Em algumas situações o tempo ou a ação dos indígenas em poucos anos, destruíram os quilômetros de fios erguidos com o trabalho sobre-humano das expedições. Não eram incomuns, além disso, as desavenças entre os funcionários que se mantiveram em seus postos e os índios Paresi ou Nambikwara. Os caminhos construídos por Rondon, até meados de 1930, acabaram servindo basicamente a aventureiros que estavam em busca de ouro e jazidas de diamantes, e de missionários (católicos e protestantes), que desejavam catequizar os índios.

O antropólogo Levi - Strauss (Strauss: 2004) em seu livro “Tristes Trópicos”⁹ descreve esse cenário de abandono a que foram relegadas as linhas e os postos telegráficos construídos durante as expedições do marechal Rondon:

“Para lá de Campos Novos, o posto de Vilhena – no ponto culminante do planalto – compunha-se em 1938 de algumas cabanas no meio de um terreno desmatado de poucas centenas de metros de comprimento e largura, marcando o lugar onde (no espírito dos construtores da linha) devia erguer-se a Chicago do Mato Grosso. Parece que agora ali existe um campo de aviação militar; no meu tempo, a população resumia-se a duas famílias privadas de qualquer abastecimento há oito anos e que, como contei, chegaram a se manter em equilíbrio ecológico com uma manada de veadinhas dos quais viviam, parcimoniosamente” (Lévi-Strauss, 2004: 288).

⁹ Entre os anos de 1935 e 1936, o antropólogo Levi Strauss realizou uma grande expedição etnográfica aproveitando-se dos marcos estabelecidos pela Comissão Rondon.

Segundo Levi-Strauss, o cenário seria semelhante em quase todos os pontos da linha, excetuando os postos telegráficos encontrados na região entre o Rio Urupá até o Rio Madeira, onde eles estavam ligados a vilarejos de seringueiros que dariam, pelo menos, uma razão de ser à sua existência.

Rondon se caracterizaria pelo esforço de proteger as populações indígenas do Brasil, especialmente com a criação do Sistema de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. De acordo com Melatti (2007), a criação do SPI teve importantes implicações na vida dos povos indígenas brasileiros, já que garantia a estes o direito de viver segundo seus próprios costumes e tradições, e dava posse da terra que ocupavam, dentre outras medidas. Os contatos pacíficos com os Nambikwara foram estabelecidos após a criação do SPI, apesar de estes já estarem em contato com seringueiros e até mesmo escravos que habitavam quilombos na região (Miller: 2007). Na década de 1910, Rondon estabelece relações pacíficas com diversos grupos indígenas, dentre os quais os Karitiana. No entanto, a atuação do SPI não foi suficiente para dar a assistência necessária aos índios, que continuaram sofrendo com invasões em seus territórios, exploração de seu trabalho e enfermidades (Melatti: 2007). Assim, o SPI foi extinto em 1967, substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

4.2.3 A CHEGADA DOS MISSIONÁRIOS NA REGIÃO

As linhas telegráficas permitiram a chegada de missionários no território Nambikwara. Em 1924, um casal de missionários da Inland South American Missionary – uma organização protestante dos EUA – se estabeleceu perto do Posto Telegráfico de Juruena. Este casal acabou se envolvendo em conflitos com índios da região e voltando para sua terra natal, após o falecimento do marido atacado por índios *Wakalitesú*.

Em fins da década de 1920, missionários protestantes brasileiros e norte-americanos se instalaram no Mato Grosso, partindo de São Paulo, com intenção de catequizar e “civilizar”¹⁰ os índios Caiuá, além do objetivo maior de expansão do protestantismo para as regiões interiores do Brasil. Em meados da década de 1930, outros membros do mesmo grupo missionário voltaram à região, permanecendo até 1948. Desde 1930 missionários católicos também atuavam no vale do Juruena, com os Nambikwara, na missão Utiriti, mantendo uma escola de alfabetização e catequização dos índios. Já na década de 1960, missionários entraram no vale do Sararé, enquanto outro grupo de missionários – do Summer Institute of Linguistics (SIL) – também passaram a atuar junto aos Nambikwara na região, estudando sua língua.

¹⁰ Segundo Gonçalves (2008), os missionários enxergavam os índios como selvagens, ignorantes e pecadores, e civilizá-los significava, em última instância, convertê-los ao protestantismo.

Darcy Ribeiro (1970) destaca que foi justamente na década de 60 ocorre uma desmoralização do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em decorrência da imposição de nomes para assumir sua diretoria e uma transferência de incumbência de “pacificar grupos arredios” para missionários.

Segundo Miller (2007), os Maimandê (Nambikwara) apenas tiveram contato com missionários protestantes, do SIL. No entanto, apesar do contato de diversos grupos missionários – católicos e protestantes – os indígenas mantiveram suas próprias tradições religiosas, revelando que a catequização dos índios por parte dos missionários (Gonçalves: 2008) deve ser relativizada. Além destes grupos supracitados, diversos outros grupos atuaram, desde a década de 1920, com indígenas da região, seja para estudar suas línguas e costumes, seja para convertê-los ao catolicismo ou ao protestantismo.

4.2.4 OS INCENTIVOS À OCUPAÇÃO E O ESTABELECIMENTO DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO

Em meados do século XX, os incentivos de ocupação agropecuária e exploração de madeira na região apresentam tendência do crescimento da migração não índia para a região, voltada principalmente para extração de látex (seringueiros) e madeira. Sobre essa questão Costa (2000), afirma que a chegada dos seringueiros na área, durante o “segundo ciclo da borracha” no início da década de 40, provocou profundas mudanças na região. Sobretudo, contribuindo para a desarticulação social, a morte de muitos indígenas e para a expansão da fronteira oeste do Estado do Mato Grosso. Nesta época também eram identificadas possíveis áreas para ocupação não índia, principalmente na região do atual estado de Rondônia. A atuação do Serviço de Proteção do Índio (SPI), estaria incumbida de indicar essas possíveis áreas.

A década de 1960 é marcada pelas principais mudanças ocorridas na área, como, por exemplo, a abertura da rodovia Marechal Rondon (BR-364), que corta os territórios de Mato Grosso e Rondônia, mas cujo traçado original foi alterado para não passar dentro do território ocupado pelos Nambikwara. Essa estrada contribuiu para chegada de colonos que ocuparam as glebas que foram se constituindo nestas áreas. Entretanto, o auge dessas ocupações e migrações não índias para as chamadas áreas de fronteira são as décadas de 1970 e 1980, consideradas como marco de ocupação do espaço amazônico. Tal ocupação estava associada às políticas do governo militar, que passa a considerar este espaço como uma nova fronteira agrícola, dinâmica e produtiva.

Miller (2007), afirma que no final da década de 1960 as terras do Vale do Guaporé estavam sendo vendidas a empresas agropastoris, sendo a área bastante desmatada e

grupos Nambikwara forçados a sair de suas terras. Neste contexto, indigenistas brasileiros denunciaram a situação do Vale do Guaporé, acusando 22 empresas agropecuárias por ameaçar de extinção os grupos Nambikwara que habitavam a região, e o Brasil acabou sendo condenado por genocídio contra os índios. Para tal, foi fundamental a ação de indigenistas brasileiros no Tribunal Internacional Bertrand Russell (Costa: 2000).

Essa política visava suprir os debates sobre “segurança nacional”, baseados na idéia de que a região Amazônica se caracterizaria por um “vazio demográfico” ameaçador ao controle estatal de suas fronteiras, e, por outro lado, as tentativas de se criar uma “válvula de escape” que pudesse arrefecer as tensões sociais promovidas pela mecanização agrícola e pela preservação dos latifúndios em regiões tais como o sul, o sudeste e o nordeste, responsáveis, entre outras coisas, por acirrar a violência no campo e estimular o êxodo rural para as grandes cidades do país (Velho, 1976, entre outros).

Como vimos nos itens anteriores, para implantar tais empreendimentos o governo brasileiro dá início, em 1970, ao Programa de Integração Nacional (PIN). A propaganda e os estímulos oferecidos pelo programa atraíram milhares de colonos provenientes das mais diversas regiões do país, principalmente do Nordeste, Sul e Sudeste. O governo institui o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como responsável, junto com outros órgãos públicos, por discriminar e regularizar o mercado de terras, incentivar a colonização pública e privada, financiar e subsidiar grandes projetos agropecuários, minerais e madeireiros e criar uma indispensável infraestrutura de estradas, comunicações e energia.

O PIN estruturou os processos de colonização da Amazônia a partir de três eixos centrais – conhecidos como “corredores do desenvolvimento” -, cada um dos quais seguindo uma linha de ocupação na região amazônica: a Transamazônica, a Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho (Velho, 1976; Kohlhepp, 2002, entre outros).

Neste sentido, a ocupação da Amazônia foi, inicialmente, organizada em dois tipos de Projetos de Assentamento: os PIC's (Projetos Integrados de Colonização) e os PAD's (Projetos de Assentamento Dirigido). Os primeiros deveriam distribuir diversos lotes de 100 ha destinados à agricultura familiar integrada ao mercado – 100 ha era o tamanho padrão considerado pelos técnicos do INCRA como ideal para a agricultura familiar -, enquanto os segundos reservariam terras de 250, 500 e 1000 ha à monocultura, tais como a do cacau ou a pecuária. Assim, nesta região o incentivo à migração trouxe levadas de migrantes oriundos de diversas regiões do país com destaque para sulistas e migrantes do Sudeste. Essa nova configuração do espaço é marcada por diversos

conflitos envolvendo não índios e índios, sendo que esses últimos passaram a ser expulsos compulsoriamente de seus espaços de origem.

Os arquivos da Diretoria de Proteção Territorial (DPT, antiga DAF) da FUNAI estão repletos de relatórios, documentos e estudos que apontam que essas transformações foram bastante traumáticas e impactantes para os povos indígenas dessa região. São relatos que explicitam a divergência entre a FUNAI e o INCRA, instituto responsável pela distribuição e ordenamento desse novo território. Existem relatos de grupos indígenas sendo considerados não índios e por isso o INCRA desconsiderava os seus direitos indígenas. Foi possível levantar relatos nos quais os índios eram utilizados como mão-de-obra para abertura das fazendas e depois eram deixados à própria sorte.



Nesse período (1970-1980) são muitos os relatos de fazendeiros que expulsaram e até mesmo promoveram massacre de grupos indígenas para ficar com suas terras. Um exemplo dessa situação ocorreu com os indígenas que ocupam atualmente a TI Tubarão Latundê. Os representantes desses povos foram tratados como seringueiros, e foram expulsos de suas terras, até que entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 a FUNAI, conseguiu homologar um pedaço de terra para que esses povos tivessem uma relativa paz - relativa porque ainda hoje esses grupos sofrem pressões de madeireiros e fazendeiros. Também, existe o caso da TI Jarudore no município de Poxoreó no Estado do Mato Grosso, onde os índios foram expulsos e sua terra encontra-se na mão de posseiros. A situação fundiária e jurídica das terras dessa reserva encontra-se até hoje nos tribunais.

4.2.5 OS EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA DÉCADA DE 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Segundo Pereira (2007), no período entre 1985 e 1995 a região amazônica apresentou considerável crescimento da atividade agropecuária, sendo caracterizado como período de expansão da fronteira agrícola interna – crescimento por meio do aumento da concentração fundiária. Assim, ao longo da década de 1990 a pecuária obteve bastante destaque na economia local, sobretudo em Rondônia. Ramminger (2008) argumenta que desde a década de 1980 a economia na região, notadamente o Mato Grosso, sofreu uma transformação em que houve a ascendência de uma agricultura moderna e pecuária especializada, sobretudo nos períodos finais do século passado e início do atual.

Assim, nesse período houve crescimento dos estabelecimentos agropecuários na região, voltados para o agronegócio, como o caso da soja e da pecuária de corte. No caso da soja, esta área pode ser entendida pela facilidade de escoamento da produção na região, a partir da abertura em 1999 do porto da empresa Cargill em Santarém-PA,

pois a produção nessa região sobe de carreta até Porto Velho, onde é embarcada em balsas pelo Rio Madeira até a cidade de Santarém no Estado do Pará.

	
<p>Fonte: arquivo da Ecology Brasil</p>	<p>Fonte: arquivo da Ecology Brasil</p>
<p>Foto 4.2.5-1 – Maquinários Agrícolas no entorno da Tldo Vale do Guaporé</p>	<p>Foto 4.2.5-2 - Lavoura de soja pronta para ser colhida nas proximidades da TI do Vale do Guaporé em Comodoro-MT</p>

Essa observação, sobre a influência do Porto de Santarém, foi apontada por índios da região num estudo feito pela Ecology Brasil e Jauru Transmissora de Energia (2009)¹¹. No documento os índios apontaram que as pressões e transformações das terras a partir das últimas décadas do século XX e início do atual foram mais intensificadas, através principalmente do desmatamento não só no entorno das reservas, como nas próprias terras indígenas (ver figuras de pressões sobre as Terras Indígenas nos **Itens: 5.1.4.1, 5.2.2.5.1, 5.2.5.1, 5.3.4.1 e Item 5.4.6**). Essas mudanças causaram profundas transformações no dia a dia dos grupos como redução da caça, redução de áreas para a retirada de matéria-prima para artesanato e a invasão de áreas consideradas pelos grupos como locais sagrados.

¹¹ Trata-se de um estudo feito dentro de um contexto de implementação do Projeto Básico Ambiental para a Linha 230 kV de Transmissão Samuel – Jauru, da empresa Jauru Transmissora de Energia.

 <p>Fonte: arquivo da Ecology Brasil</p>	 <p>Fonte: arquivo da Ecology Brasil</p>
<p>Foto 4.2.5-3 – Área desmatada entre os municípios de Vilhena-RO e Comodoro-MT, próximo a TI do Vale do Guaporé</p>	<p>Foto 4.2.5-4 - Fazendas na região Próxima as terras Nambikwara no MT</p>

A nova realidade agropecuária na região traz à tona outro problema que é o despejo de agrotóxicos nos rios que cortam as reservas ou naqueles que são afluentes de outros rios da região. Esse cenário traz prejuízos aos povos dessas áreas tanto em relação à qualidade da água quanto à mortandade de peixes, uma das principais fontes de alimentação destes grupos. Os índios acreditam ainda que esta ação tenha contribuído para a morte de rios importantes da região como as cabeceiras do Juruena (que também está ameaçado por diversos projetos de PCH's, inclusive nas cabeceiras), o rio Pimenta Bueno e o rio Pardo (que alimenta a Lagoa dos Brincos, local sagrado para o povo Mamaindê do grupo Nambikwara como veremos mais adiante) entre outros. (Ecology Brasil - Jauru Transmissora de Energia, 2009).

Paralelo a essas questões, neste período ocorreu considerável crescimento demográfico na região, decorrente de intensos fluxos migratórios incentivados por políticas de ocupação do território amazônico, que vinham desde o governo militar, na década de 1960, e perduram até os dias atuais, inclusive com subsídios oferecidos por órgãos do governo – como o BNDES. Atualmente, segundo estudo da organização *Amigos da Terra: Amazônia Brasileira*¹², a região onde se encontram os Estados de Rondônia e Mato Grosso é a maior produtora de carne da Amazônia, num processo que vem desde a década de 1990. Segundo o estudo supracitado, o ano de 2003 é o marco da chegada dos grandes grupos frigoríficos na Amazônia Legal.

Este processo de maior ocupação da Amazônia por pecuaristas tem importantes conseqüências, como o grande desmatamento de florestas e a invasão de terras indígenas. Um estudo do Instituto Socioambiental (ISA)¹³ demonstra que o grande

¹²Disponível em <http://commodityplatform.org/wp/wp-content/uploads/2009/05/a-hora-da-conta.pdf>

¹³ Disponível em: <http://www.bandavisual.org/docs/kanoe/Indios%20amenazados%20Rondonia.pdf>

influxo de pecuaristas – assim como de madeireiros – desde fins da década de 1980, vêm constituindo grande ameaça sobre terras indígenas na região. Este estudo afirma que índios *Kanoê* já foram expulsos mais de duas vezes de suas terras, na margem esquerda do rio Omerê. Fica explícito, ainda de acordo com tal estudo, que grupos indígenas, alguns inclusive isolados, vêm sofrendo muito com a expansão dos pecuaristas na região, com pequenos grupos de índios sendo exterminados.

4.2.6 OS EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS - MARCOS HISTÓRICOS

Entre os empreendimentos desenvolvimentistas é possível destacar aqueles que são colocados no plano de desenvolvimento do Estado para a região, sendo assim, além da Linha telegráfica de “Rondon” outros que podem ser considerados como marcos são a BR-364¹⁴ e a BR-174 que limitam ou, em alguns casos, cortam as terras indígenas desse território entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. A região perpassada por estas rodovias pode ser considerada como um mosaico de povos indígenas, tendo como principais grupos e subgrupos os Karitiana, Mamaindê, Negarotê, Aikanã, Kwazá, Latundê, Alantesu, Manairisu, Wasusu, Kithaulu, Wakalitesu, Halotesu entre outros grupos e subgrupos e em alguns casos ainda existem grupos indígenas sem identificação ou vivendo isolados.

O asfaltamento da BR – 364 será tratado abaixo, ao se fazer uma breve exposição sobre o Polonoeste. Outros empreendimentos mais recentes são considerados foco de desenvolvimento, não só para a região como para o todo país, estão os empreendimentos hidrelétricos, podendo citar na região o complexo Juruena que consiste em pequenas usinas construídas de forma sucessiva ao longo do rio Juruena, que corta o Noroeste de Mato Grosso, próximo a povos indígenas que vivem às margens do rio Juruena e de seus afluentes, que seriam diretamente afetados pelos empreendimentos. Importante destacar que as relações entre os empreendedores e povos indígenas locais têm sido problemáticas, sobretudo com o grupo Enawenê Nawê, cujos membros chegaram a incendiar o canteiro de obras de uma das PCH's, no início do ano de 2009¹⁵, para demonstrar sua revolta e insatisfação perante a instalação do empreendimento. Além disso, existe o complexo do Madeira, que é ponto de polêmica e sobre o qual será apresentado um breve histórico.

¹⁴ A BR-364 foi construída utilizando-se parcialmente o antigo traçado da BR-174 que também acompanhava o divisor de águas das sub-bacias Vale do Guaporé e Juruena.

¹⁵ <http://www.primeirahora.com.br/noticia-imprimir.php?intNotID=3895> Consultado em Fevereiro de 2010

4.2.6.1 POLONOROESTE, BR 364 E TERRAS INDÍGENAS

Em fins da década de 1980, o Banco Mundial implementa uma série de estudos¹⁶ sobre impactos ambientais dos projetos que co-financiava em alguns países específicos, dentre os quais o Brasil. Alguns projetos foram incluídos nos estudos e dentre estes estava o Polonoroeste.

O projeto possuía cinco componentes: Projeto de Desenvolvimento Agrícola e Proteção Ambiental; Projeto Saúde; Projeto Rodoviário; Projeto de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso; Projeto de Novos Assentamentos. Estes projetos somaram empréstimos no valor de R\$434,4 milhões, entre 1981 e 1983 (Margulis: 1991), e foi assinado por decreto presidencial em maio de 1981.

“Seus objetivos básicos eram o asfaltamento da rodovia Cuiabá – Porto Velho (BR-364) e o de garantir um conjunto de investimentos necessários para se atingir o desenvolvimento da região Noroeste, influenciada pela estrada, e assegurar a preservação do meio ambiente físico e das comunidades indígenas da região”. (Margulis,1991:13)

O objetivo do governo militar brasileiro por meio do Polonoroeste (“Programa integrado de desenvolvimento do noroeste do Brasil”) era conectar a parte norte do país a região central através da criação de malha rodoviária. Nesse contexto, a BR-364 foi pavimentada em 1982 em Rondônia, com financiamento do Banco Mundial. A pavimentação desta rodovia contribuiu enormemente para aprofundar o impacto do desmatamento na região. O biólogo, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philippe Fearnside resume tal quadro e suas conseqüências políticas para a administração institucional do BIRD:

“Rodovias pavimentadas agravam o impacto do desmatamento em sua área circunvizinha, como aconteceu em outras partes da Amazônia. O melhor exemplo é o da BR-364, em Rondônia, pavimentada em 1982. Financiada pelo Banco Mundial, logo se tornou o projeto mais constrangedor dessa instituição (veja Fearnside, 1987; Schwartzman, 1986). O desmatamento excessivo ao longo da BR-364 levou à criação do Departamento do Meio Ambiente dentro do Banco Mundial, em maio de 1987 (Holden, 1987)”. (Fearnside, 2005: 398)

¹⁶ Denominados Missão Rovani.

Dentre as ações do Programa, o asfaltamento da BR 364 ganha destaque na medida em que facilitou o escoamento da produção agrícola local, assim como viabilizou o crescimento demográfico (Margulis, 1991). Ao fazer uma avaliação econômica do Polonoroeste, Margulis afirma que houve intenso crescimento dos estabelecimentos rurais em Mato Grosso e Rondônia, com acentuada expansão da fronteira agrícola, sobretudo áreas com culturas de exportação, incentivadas pelo programa.

Apesar da expansão da fronteira agrícola, a produtividade, em ambos os Estados, não observou alteração significativa, não justificando, portanto, o grande desmatamento ocasionado, especialmente em Rondônia. Desta forma, a atuação do Polonoroeste acabou por incentivar a entrada de inúmeros colonos na região que, no entanto, passaram em sua maioria a dedicar-se à pecuária. Margulis (1991) também aponta que a indústria Madeireira teria sido a maior beneficiária do Polonoroeste, sobretudo com a abertura de estradas, causando a ocupação desordenada da terra. Uma importante implicação desta “invasão” de madeireiros na região foi o surgimento de acordos entre índios e madeireiros para extração de madeira em terras indígenas, o que tinha implicações importantes para os grupos indígenas, especialmente o aumento da pressão sobre as Terras Indígenas.

A construção de estradas, que já fora considerado sinônimo de avanço e desenvolvimento, pode constituir graves impactos sobre as comunidades tradicionais de suas áreas de influência, em especial aos grupos indígenas (Leonel: 1992). Sobre os impactos de empreendimentos a povos indígenas, Leonel (1992:142) afirma:

“No mínimo, há que se admitir que uma usina, estrada ou lavra, dentro ou nas proximidades de uma área ou rio indígena, leva consigo não apenas sua ameaça direta, mas o conjunto das implicações do desenvolvimento regional que passa a estimular. A valorização das terras e o conseqüente aumento das invasões é imediato. Com a colonização vêm as estradas irregulares, o roubo de madeira, a corrupção, a desintegração da vida tribal, a prostituição, etc.”

Segundo Leonel (1992), desde o início da década de 1940 existia a intenção de se construir uma ligação rodoviária que facilitasse a ocupação do atual Estado de Rondônia, uma vez que a ligação por hidrovias era bastante difícil, dada a presença de várias cachoeiras nos rios Madeira e Mamoré. Esta dificuldade inclusive levou à construção da Estrada de Ferro Madeira – Mamoré (EFMM), ligando o Brasil à Bolívia.

A partir da revalorização da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), foram feitas tentativas de construção da rodovia. No entanto, a resistência indígena, assim como a própria dificuldade de locomoção pela floresta, paralisou as obras.

O empreendimento seria retomado na década de 1960, pelo governo de Juscelino Kubitschek, que se pautava em forte teor desenvolvimentista. Como aponta Maybury – Lewis (1991), neste período ocorreu a chamada “marcha para o oeste”¹⁷, a partir da construção da capital federal em Brasília e da própria construção de estradas. No entanto, esta expansão para o oeste foi marcada por grande violência, cuja ferocidade, ainda de acordo com Maybury – Lewis (1981), apenas é comparável aos piores momentos do “Oeste Selvagem”, nos EUA, quando os grupos indígenas foram quase absolutamente dizimados. Desta forma, a grande propulsora de todo este processo foi a chamada rodovia Marechal Rondon (BR 364).

O projeto de pavimentação da BR 364, na década de 1980, foi viabilizado com o Polonoeste, já discutido acima. Em 1984, o presidente João Figueiredo – último governante da Ditadura Militar no Brasil – inaugurou a pavimentação do trecho Cuiabá – Porto Velho, transformando a BR 364 na primeira grande rodovia pavimentada da Amazônia brasileira (Leonel: 1992).

De acordo com estimativas apresentadas por Leonel (1992), a pavimentação da rodovia Cuiabá – Porto Velho levou mais de 1,5 milhões de pessoas a migrarem para a região, o que causou o aumento da pressão sobre os territórios indígenas.

O traçado atual da BR 364 tem início no Estado de São Paulo e atravessa diversos Estados, como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e termina no Acre, sendo sua porção Norte conhecida como a “saída para o pacífico” (Lima, 2001). Esta rodovia atravessa os Estados de Mato Grosso e Rondônia, passando em diversas áreas próximas a Terras Indígenas, e, como visto anteriormente, após resistência de indigenistas brasileiros, seu traçado foi alterado para não cortar a região onde atualmente está a TI Vale do Guaporé.

Nos arquivos da Diretoria de Proteção Territorial (DPT, antiga DAF) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existem diversos processos que demonstram os impactos da construção desta rodovia (BR – 364) sobre Terras Indígenas, dentre as quais algumas que estão na área de influência das linhas de transmissão que são objeto do presente estudo.

¹⁷ Analogia ao processo de expansão para o Oeste nos EUA.

O processo n. 2508/84, da DPT, de 1984, apresenta informações acerca das ameaças aos Karitiana, a partir do asfaltamento da BR 364, passando a 42 quilômetros da aldeia e 10 quilômetros do Posto Indígena Karitiana, incentivando a ocupação não índia na região. Mais um processo da DPT – 1273/90 – que relata os malefícios da “chegada” da BR – 364 na região trata da invasão de posseiros, madeireiros e etc., que vinha acontecendo, em fins da década de 1980 e início de 1990, na Terra Indígena Karitiana, em função da proximidade com a rodovia.

Outro processo, de número 3170/81, da DPT, de 1981, também discorre sobre os impactos da construção da BR – 364. Este processo trata especificamente do Vale do Guaporé, e nele consta que a construção da rodovia resultou na exploração econômica do vale por grandes empresas agropecuárias, inclusive gozando de incentivos governamentais. Assim, a exploração de madeira e as pastagens ocasionaram a ocupação, redução e desfiguração das áreas indígenas, escasseando os recursos disponíveis para caça, pesca e coleta, pondo, portanto, em risco a segurança alimentar dos grupos indígenas da região. Tais empreendimentos penetraram rápida e intensamente, e os índios, não tendo tempo ou condições para se adaptar, passaram a depender de condições diversas àquelas que estavam acostumados para sobreviver.

Ainda no processo supracitado, é relatado que a passagem da BR – 364 próxima ao Vale do Guaporé significou um acréscimo considerável de impactos sobre os Nambikwara, sobretudo a partir da pavimentação desta rodovia, possibilitando o escoamento da produção local para os centros urbanos.

A partir dos processos consultados na DPT – FUNAI, assim como dos trabalhos bibliográficos sobre o tema, é possível constatar os grandes impactos e malefícios que a construção da BR – 364 trouxe às populações indígenas do Mato Grosso e Rondônia. Esta rodovia constitui um marco na história desta região, uma espécie de divisor de águas, a partir do qual a vulnerabilidade das Terras Indígenas ficou explícita, com graves implicações nas condições de vida destes povos, até mesmo de sua sobrevivência.

4.2.6.2 O COMPLEXO DO MADEIRA: UM BREVE HISTÓRICO

De acordo com o livro *Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas*, em agosto de 2003, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Confederação Andina de Fomento (CAF) organizaram um seminário no Rio de Janeiro sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹⁸. Nesse evento, o projeto para a construção das barragens de Santo Antônio e Jirau foi oficialmente apresentado.

A intenção de realizar um projeto de desenvolvimento regional (IIRSA) surgiu da Reunião de Presidentes Sul-Americanos realizada em agosto de 2000, em Brasília, em que os líderes da região concordaram em realizar ações conjuntas para impulsionar um processo de integração política, social, e econômica, baseado na expansão da infraestrutura regional, e ações para estimular a integração e desenvolvimento das chamadas “sub-regiões isoladas” (IIRSA, CD; op.cit,18), sendo o Complexo Madeira considerado o “projeto âncora” da IIRSA para o eixo Peru-Brasil-Bolívia (op.cit,25).

A expectativa criada por setores políticos e empresariais em torno desse projeto era de realizar o aproveitamento hidrelétrico e tornar o Rio Madeira uma hidrovia com 4.225 Km de extensão, constituindo um dos “Eixos de Integração e Desenvolvimento” (EID) (IIRSA, *ibidem*). Segundo Switkes (2008), o projeto mais do que ter um caráter harmônico e sustentável, como prescrito, privilegia o desenvolvimento industrial do agronegócio. Essa afirmação foi pautada na apresentação do seminário realizado no Rio de Janeiro, quando a Odebrecht e Furnas afirmaram que a produção agrícola brasileira aumentaria em 25 milhões de toneladas por ano, em sete milhões de hectares, sendo que a maioria deste aumento seria da produção de soja e de outros grãos, o mesmo ocorrendo do lado boliviano (op.cit,40).

O fato das empresas do setor elétrico não terem sido consideradas pelo IBAMA como responsáveis pelos impactos relacionados à hidrovia, portos, trânsito de balsas e conversão de áreas florestais em áreas agricultáveis, assim como o fato do corredor de transmissão da energia gerado pelas hidrelétricas não terem sido considerados nos estudos das UHEs Santo Antonio e Jirau, foram alvos de críticas dos movimentos indigenistas. Isto, num cenário onde ONG’s, inclusive estrangeiras, têm destaque, levantando bandeiras contra a omissão do sistema de transmissão da análise, pelo IBAMA, e considerando, como faz Glenn Switkes, da ONG International Rivers, bastante grave tal omissão (op.cit,33). No entanto, o licenciamento das linhas foi iniciado e está sendo objeto de estudos separados, como no caso deste Componente.

¹⁸ No Item 8 deste diagnóstico tal iniciativa será melhor detalhada.

Embora distinto do todo, esse empreendimento se equivale no tocante às preocupações dos principais movimentos indígenas da região, principalmente da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (CUNPIR) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), e de entidades indigenistas, pelo risco eminente das pressões cumulativas em torno das terras indígenas.

Em agosto de 2007, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) concedeu licença prévia para duas usinas hidroelétricas no Rio Madeira, Santo Antonio e Jirau, localizadas no estado de Rondônia. Nas negociações que antecederam a licença houve um intenso embate entre atores do poder público, da sociedade civil organizada e do setor privado.

No âmbito do setor público o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Casa Civil, foram os principais atores. Pode-se dizer que as negociações em torno das duas usinas ficaram em grande parte polarizadas entre o MME e o MMA, ficando a cargo da Casa Civil ocupar um papel, pelo menos no início do processo das negociações, de ator mediador. Contudo, após esta etapa inicial, a Casa Civil se pronunciou a favor do licenciamento ambiental (Oliveira, Veiga, Onuki: 2008). Nas palavras dos autores referidos:

"Como se sabe o MME tem por finalidade planejar a área energética nacional, conceder outorgas para a exploração de usinas hidroelétricas e definir diretrizes que regem os leilões de energia. Ao passo que o papel do MMA é o de zelar pelo desenvolvimento ambiental sustentável do país. Em muitos casos é plenamente possível compatibilizar, a depender de um conjunto de fatores, a exploração e fornecimento de recursos energéticos para o país sem por em risco a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável nas regiões em que esses projetos são desenvolvidos. A compatibilização entre desenvolvimento, infra-estrutura e sustentabilidade torna-se, porém tanto menos viável à medida que há demandas por projetos de geração de energia de grande porte. Este é precisamente o caso da instalação de usinas hidroelétricas (UHE) de grande porte" (Idem: 4).

Nesse sentido, construções do porte de Jirau e Santo Antonio exigem a formação de grande lagos que produzem um conjunto significativo de externalidades negativas tanto do aspecto ambiental, quanto social. Em muitos casos, tais impactos podem ser

parcialmente mitigados, mas, não subtraídos por completo do cenário onde o empreendimento está sendo realizado.

As negociações iniciais em torno da exploração do Complexo do Rio Madeira deram-se num contexto no qual as lembranças dos efeitos da crise de energia ainda estavam bastantes presentes no cenário público. Os eventos que ficaram conhecidos como “apagão” causaram desconforto e insegurança para o governo e sociedade em geral. Nesse cenário, cresceu a pressão para que projetos de aproveitamento hidroelétrico de grande porte fossem implementados. A exploração do Complexo do Rio Madeira se torna assim, num debate central para a agenda de ações públicas.

Outro fator que catalisou o debate em torno da licença ambiental para o Complexo do Rio Madeira foi a instalação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Enquanto um conjunto de iniciativas governamentais que ajudariam no crescimento econômico nacional, o PAC também foi um agente central na viabilização das usinas hidroelétricas do Rio Madeira.

O MME tornou-se dentro do setor governamental um forte demandante da construção das usinas. Na interpretação deste ministério, a falta de energia disponível seria um elemento que impossibilitaria o crescimento econômico nacional nos moldes esperados pelo governo federal no segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Neste contexto, a questão prática a ser resolvida é que para a construção e funcionamento das usinas, seria necessária a emissão da licença ambiental prévia, ação sob a competência e responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

"O papel institucional e os interesses do MMA colocam-se em grande medida em choque com a vocação institucional do MME. O licenciamento ambiental via IBAMA, e o dispositivo que o MMA tem para fazer valer a sua função de preservar o desenvolvimento sustentável do país. Isto é válido especialmente para a licença prévia, o ponto político mais difícil de ser transposto" (Ibidem: 5).

As coalizões políticas, envolvendo movimentos sociais, ONGs e o setor privado, ou seja, os grupos que eram a favor ou contra a construção do Complexo do Rio Madeira utilizavam suas estratégias de argumentação pública para apoiar ou refutar os posicionamentos defendidos pelo MMA e MME, intensificando assim, a polarização política entre estes Ministérios.

O MMA recebia apoio e também demanda por posicionamentos mais firmes por parte dos vários movimentos ambientalistas nacionais. E o MME, por outro lado, tinha um diálogo com as empresas estatais e privadas responsáveis pela gestão de energia hidroelétrica nacional. Uma vez, que o modelo da parceria Público-Privado, se tornou o paradigma de investimentos no setor de infra-estrutura nacional. Nesse sentido, como afirmam Veiga, Oliveira e Onuki:

“Embora nem as empresas (pública sou privadas), nem os movimentos societários organizados tenham assento na decisão governamental, ambos agem de forma a reforçar politicamente a posição dos ministérios alinhados com seus interesses. A missão da Casa Civil era a de operar como construtora de pontes entre os interesses antagônicos dos dois ministérios. Não cabia à Casa Civil propriamente se posicionar, mas, sim contribuir para a construção de consensos.” (2008: 5).

Por parte do MP, em agosto de 2006, ficou decidido que seria aberto um procedimento administrativo para acompanhar o processo de licenciamento ambiental do Complexo do Rio Madeira.

Entre outros atores do setor público que também se posicionaram frente ao processo de licenciamento do Complexo do Rio Madeira, é relevante citar as posições do Ministério do Transporte e do Ministério da Agricultura, que eram a favor do empreendimento, uma vez que este poderia potencialmente contribuir para o escoamento da produção agrícola. Outro Ministério que deve ser lembrado é o Ministério da Saúde, que assumiu uma posição de cautela frente ao processo que se desenrolava, apontando o perigo e possíveis impactos negativos para a saúde pública da população da região do empreendimento, tanto próxima à obra quanto também habitantes dos centros urbanos mais distantes que receberiam um contingente populacional que seria forçado a se deslocar por conta da obra. Nesse sentido, apontaram potenciais problemas para os centros urbanos receptores dos deslocamentos, tais como: piora na oferta de serviços públicos, desemprego, além da potencial perda da qualidade da água e amplificação dos vetores de malária.

Apesar de o governo local enxergar também tais potenciais impactos negativos, sociais e ambientais, decorrentes da implementação de um empreendimento de tal envergadura, a administração local acabou a ser a favor do mesmo em função das oportunidades que viu associadas ao Complexo do Rio Madeira: melhoria de transporte, dinamização da economia, maiores receitas tributárias, atração de investimentos para a região e geração de energia limpa para o país. Assim, de modo

geral, a gestão regional, representada pelo governador Ivo cassol, se posicionou a favor do licenciamento (idem).

Depois de longo período de negociações e debate, o IBAMA acabou por conceder em agosto de 2009, a licença de instalação da UHE Santo Antônio e em novembro do mesmo ano, a licença de instalação para a usina de Jirau e ambas estão atualmente em fase de construção.

No plano do licenciamento ambiental, os atores a favor do empreendimento acabaram vencendo tal disputa. Contudo, o MMA, de certa maneira, também conseguiu algumas vitórias, já que as licenças ambientais expedidas pelo IBAMA continham várias exigências mitigatórias com relação ao meio ambiente. Contudo, muitos grupos ambientalistas argumentaram que a licença deveria ser baseada em estudos ambientais mais refinados e que tais exigências não bastam para amenizar os danos potenciais de tal empreendimento:

Índice

5.	CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ÉTNICO E DAS TERRAS INDÍGENAS	1/115
5.1	TERRA INDÍGENA KARITIANA	4/115
5.1.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO	5/115
5.1.1.1	A ALDEIA E SUA ORGANIZAÇÃO	6/115
5.1.1.2	REGRAS DE CASAMENTO	7/115
5.1.1.3	POPULAÇÃO ATUAL.....	7/115
5.1.1.4	ASSOCIATIVISMO.....	9/115
5.1.1.5	ASSISTÊNCIA	9/115
5.1.1.6	EDUCAÇÃO.....	9/115
5.1.1.7	SAÚDE	10/115
5.1.1.7.1	SANGUE E POLÊMICA.....	10/115
5.1.2	HISTÓRICO DO CONTATO.....	13/115
5.1.2.1	CISÃO INTERNA A CONSEQÜÊNCIA DO CONTATO.....	17/115
5.1.2.2	TERRA INDÍGENA KARITIANA - CRIAÇÃO E REVISÃO	19/115
5.1.2.2.1	CRIAÇÃO.....	19/115
5.1.2.2.2	REVISÃO DOS LIMITES.....	20/115
5.1.3	TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS	21/115
5.1.3.1	ARTESANATO.....	24/115
5.1.4	PRESSÕES SOBRE A TI KARITIANA.....	24/115

5.1.4.1	FIGURAS DE PRESSÃO	26/115
5.2	TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ, VALE DO GUAPORÉ E SARARÉ.....	29/115
5.2.1	GRUPO INDÍGENA NAMBIKWARA.....	30/115
5.2.1.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO	30/115
5.2.1.1.1	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	32/115
5.2.1.1.2	POPULAÇÃO ATUAL.....	37/115
5.2.1.1.3	ASSISTÊNCIA	38/115
5.2.1.1.4	SAÚDE	38/115
5.2.1.1.5	EDUCAÇÃO.....	38/115
5.2.1.1.6	HISTÓRIA DE CONTATO.....	39/115
5.2.1.1.7	TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS	44/115
5.2.2	TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ.....	50/115
5.2.2.1	ASPECTOS GERAIS DA TERRA INDÍGENA	50/115
5.2.2.2	ASPECTOS ATUAIS.....	51/115
5.2.2.3	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E REGRAS DE PARENTESCO.....	53/115
5.2.2.4	PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	53/115
5.2.2.5	PROBLEMAS ENCONTRADOS NA TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ.....	55/115
5.2.2.5.1	FIGURAS DE PRESSÃO	56/115
5.2.3	TERRA INDÍGENA VALE DO GUAPORÉ.....	59/115
5.2.3.1	PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA.....	60/115
5.2.4	TERRA INDÍGENA PEQUIZAL.....	62/115

5.2.5	TERRA INDÍGENA SARARÉ/PUKALIRAJAUSU	63/115
5.2.5.1	PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA.....	64/115
5.3	TERRA INDÍGENA UMUTINA	69/115
5.3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO	69/115
5.3.1.1	ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	70/115
5.3.1.2	COSMOLOGIA, MITOLOGIA E ASPECTOS RITUAIS	71/115
5.3.1.2.1	RITOS FUNERÁRIOS.....	72/115
5.3.1.3	POPULAÇÃO ATUAL.....	72/115
5.3.1.4	ASSISTÊNCIA	74/115
5.3.1.5	EDUCAÇÃO.....	74/115
5.3.1.6	SAÚDE	74/115
5.3.2	HISTÓRICO DO CONTATO.....	75/115
5.3.2.1	SITUAÇÃO ATUAL DA TI	78/115
5.3.3	TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS	80/115
5.3.3.1	ARTESANATO – O RESSURGIMENTO	81/115
5.3.4	PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA UMUTINA	82/115
5.3.4.1	FIGURAS DE PRESSÃO	83/115
5.4	TERRAS INDÍGENAS JARUDORÉ E TADARIMANA	87/115
5.4.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO	87/115
5.4.1.1	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA.....	89/115
5.4.1.1.1	PARENTESCO E REGRAS DE CASAMENTO	92/115

5.4.1.2	COSMOLOGIA E RITOS FUNERÁRIOS	94/115
5.4.1.3	POPULAÇÃO ATUAL.....	95/115
5.4.1.4	ASSOCIATIVISMO.....	96/115
5.4.1.5	ASSISTÊNCIA	96/115
5.4.1.6	EDUCAÇÃO.....	96/115
5.4.1.7	SAÚDE	97/115
5.4.2	HISTÓRICO DO CONTATO.....	99/115
5.4.3	TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS	101/115
5.4.3.1	ARTESANATO.....	102/115
5.4.3.2	SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL.....	103/115
5.4.4	TERRA INDÍGENA TADARIMANA.....	104/115
5.4.4.1	PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA.....	106/115
5.4.5	TERRA INDÍGENA JARUDORÉ.....	106/115
5.4.5.1	A ALDEIA NOVA	110/115
5.4.6	FIGURAS DE PRESSÃO	113/115

5. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ÉTNICO E DAS TERRAS INDÍGENAS

Conforme citado anteriormente, no percurso de 2.382km da Linha de Transmissão Norte Brasil e 2.369 km da Linha de Transmissão IE Madeira, foram consideradas, pela FUNAI, na área de influência dos empreendimentos 10 terras indígenas e uma Referência¹.

Nas Terras Indígenas em questão, vivem onze grupos indígenas com diferentes graus de contato com a sociedade brasileira, sendo que dois deles foram recentemente contatados (como é o caso dos Akuntsu e Kanoê, localizados na Terra Indígena Omerê) e ainda grupos não identificados como os que se encontram na TI Tanaru e na Referência nº 45 que, segundo informações coletadas na CGIIRC e nos meios de comunicação, estão sendo perseguidos e encontram-se em situação delicada. Destaca-se também que em duas Terras Indígenas, a Sararé/Paukalirajausu e Karitiana existem processos, em andamento, solicitando a revisão e ampliação de seus territórios.

O grupo indígena Nambikwara e seus distintos subgrupos é quantitativamente o mais presente na área de influência dos empreendimentos. Eles vivem praticamente na metade das 10 Terras Indígenas que estão na área de influência das linhas de transmissão. Os Bororo possuem duas Terras Indígenas, apesar da situação de expropriação ilegal da TI Jarudoré (ver histórico nos **Item 5.4.5** referente a TI Jarudoré). Os demais povos indígenas conhecidos são: Aikanã, Karitiana e Umutina

O **Quadro 5-1** sistematiza as terras e os povos Indígenas na área de influência do empreendimento, assim como descreve a situação jurídica atual das terras indígenas e a sua localização:

¹ Referência nº 45 em processo de pesquisa para comprovação da presença de índios isolados.

Quadro 5-1 - Terras indígenas e grupos na área de influência da LT Madeira

Terras Indígenas	Municípios	Povos Indígenas	Situação Jurídica Atual
TI Karitiana	Porto Velho/RO	Karitiana	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (06/08/1986) Documentada pelo Decreto 93.068 de 07/08/1986
Referência nº 45	Porto Velho/RO	Índios Isolados	Em Pesquisa
TI Tubarão Latundê	Chupinguaia/RO	Aikanã	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (29/10/1991) pelo Decreto 259 de 30/10/1991
		Subgrupos	
		Nambikwara	<ul style="list-style-type: none"> • Latundê • Sabanê
TI Tanaru	Chupinguaia/RO Parecis/RO Pimenteiras do Oeste/RO Corumbiara/RO	Índios Isolados	COM RESTRIÇÃO DE USO (27/10/2006) Documentada pela Portaria 1.371 de 30/10/2006
TI Omerê	Chupinguaia/RO Corumbiara/RO	Akuntsu Kanoê	HOMOLOGADA. REG CRI. (18/04/2006) pelo Decreto s.n de 19/04/2006
TI Vale do Guaporé	Comodoro/MT Nova Lacerda/MT	Nambikwara	Subgrupos
			<ul style="list-style-type: none"> • Alantesu • Mamaindê • Wasusu • Erihitaunsu • Hahaintesu • Negarotê • Waikisu • Alakatesu • Hoskokosu
			HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (29/04/1985) e documentada pelo Decreto 91.210 de 30/04/1985
TI Pequizal	Nova Lacerda/MT	Nambikwara	Subgrupos
			<ul style="list-style-type: none"> • Erihitaunsu • Alantesu
			HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (05/01/1996) Documentada pelo Decreto s/n de 08/01/1996
TI Sararé	Nova Lacerda/MT Vila Bela da Santíssima Trindade/MT Conquista do Oeste/MT	Nambikwara	Subgrupos
			<ul style="list-style-type: none"> • Katitawlu • Qualitsu • Kalunhwasu • Uaihlatisu • Sayulikisu
			HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (29/04/1985) Documentada pelo Decreto 91.209 de 30/04/1985
TI Umutina	Barras do Bugre e Alto Paraguai/MT	Nambikwara Kaiabi Iranxe Manoki Paresi Terena Umutina	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (14/09/1989) e documentada pelo Decreto 98.144
TI Tadarimana	Rondonópolis/MT	Bororo	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. (29/10/1991) e documentada pelo Decreto 300 de 30/10/1991
TI Jarudoré	Poxoréo/MT	Bororo	RESERVADA/SPI. REG CRI E SPU. (31/12/1945) e documentada pelo Decreto 684

Fonte: Caracterização das Terras Indígenas no Brasil, ISA 2009.

Os povos indígenas foram classificados taxonomicamente na sua relação entre língua e cultura. A investigação científica realizada, principalmente por lingüistas, sistematizou as línguas indígenas, que têm uma origem comum, em famílias, que, por sua vez, quando apresentavam certas afinidades foram agrupadas em troncos específicos. Devido à imensa diversidade de línguas faladas pelos povos que habitavam as Américas, muitos deles ainda encontram-se em classificação e sistematização. No que diz respeito às línguas indígenas no Brasil, por sua vez, há dois grandes troncos - Tupi e Macro-Jê - e 19 famílias lingüísticas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para que possam ser agrupadas em troncos. Há, também, famílias de apenas uma língua, às vezes denominadas “línguas isoladas”, por não se revelarem parecidas com nenhuma outra língua conhecida (ISA, 2009; cf. Rodrigues, 1986), como também línguas que ainda não foram agrupadas, ou classificadas em nenhuma família. A classificação lingüística fornece sugestões para a realização dos estudos etnológicos, como também, permite estabelecer algumas conexões históricas (Melatti, 1993).

Atualmente, muitos lingüistas têm ajudado os povos indígenas, tanto no que se refere à sistematização da língua² como na correção da nomeação dos povos indígenas. Grafar o nome de seu povo em sua própria língua é uma correção histórica, pois grande parte dos nomes dos povos que conhecemos, hoje, foi atribuída por outros povos indígenas, geralmente inimigos, ou mesmo por não índios e muitas das vezes correspondiam a visões negativas ou depreciativas dos que o nomeavam³. A escrita do seu nome em sua própria língua é chamada de autodenominação. Independente da disputa que existe entre os diversos campos, pela grafia, flexão ou não do plural, esse processo é considerado atualmente muito importante para os grupos. No **Quadro 5-2**, encontra-se um mapa sistemático com autodenominações, outros nomes pelos quais os grupos são conhecidos, as classificações lingüísticas e a população estimada dos povos objeto deste estudo.

² Em forma de gramática e na educação bilingüe

³ Um bom exemplo é a denominação Kayapó, que quer dizer: semelhante a macaco

Quadro 5-2 – Mapa Sistemático das autodenominações

Povo indígena	Autodenominação	Outros Nomes	Família lingüística /língua	Tronco lingüístico	População
Aikanã	Aikanã	Massaca, Tubarão, Columbiara, Mundé, Huari, Cassupá	Aikaná	Não-classificado	180 (Vasconcelos, 2005)
Akuntsu	Não conhecido	Akunt'su, Akunsu ou Akuntsu	Tupari	Tupi	5 (Funai, 2009)
Bororo	Boé	Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Boe	Bororo	Macro-Jê	1.392 (Funasa, 2006)
Iranxe Manoki	Manoki	Irantxe, manoki	Iranxe	Não classificado	356 (Funasa, 2006)
Kaiabi	Não definida	Kayabi, Caiabi, Kaiaby, Kajabi, Cajabi	Tupi-Guarani	Tupi	1619 (Funasa, 2006)
Kanoê	Não conhecida	Canoe, Kapixaná, Kapixaná	kanoê	Não classificado	95 (Bacelar, 2002)
Karitiana	Yjxa	Caritiana, Yjxa	Arikén	Tupi	320 (Storto e Velden, 2005)
Nambikwara	Não definida	Nambiquara, Anunsu, Halotesu, Kithaulu, Wakalitesu, Sawentesu, Negarotê, Mamaindê, Latundê, Sabanê, Manduka, Tawandê, Hahaintesu, Alantesu, Waikisu, Alaketesu, Wasusu, Sararé, Waikatesu	Nambikwara	Não classificado	1.682 (Renisi, 2008)
Paresi	Halíti	Pareci, Halíti, Arití	Aruak	Não classificado	2.005 (AER Tangará da Serra, 2008)
Terena	Não conhecido	-	Aruak	Não classificado	19.961 (Funasa - 2006)
Umutina	Balotiponé	Barbados, Omotina	Bororo	Macro-Jê	392 (Funasa - 2006)

5.1 TERRA INDÍGENA KARITIANA

Autores como Velden (2004) e Lucio (1996), indicam que os Karitiana são um grupo indígena pouco estudado pela etnografia sul - americana, sendo, possivelmente, entre as sociedades Tupi a menos conhecida.

Segundo o Instituto Socioambiental (2005)⁴:

“O material etnográfico a respeito dos Karitiana é bastante escasso como, de resto, para a maior parte das sociedades indígenas em Rondônia e sudoeste da Amazônia brasileira. Nesse sentido, contrasta com a excelência das análises de sua língua, bem como com os estudos genéticos, biomédicos e bioantropológicos realizados entre eles”.

⁴ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karitiana/391>

A vasta literatura no campo da lingüística fornece poucos dados no que se refere à organização social e cultural do grupo e, como apontado pelos autores que contribuíram para a elaboração do verbete no portal do ISA, contrasta em muito com o material etnográfico sobre o grupo. As exceções ficam por conta, principalmente, dos trabalhos desenvolvidos por Carlos Frederico Lucio na década de 1990 e mais recentemente por Felipe Vander Velden. Além disso, a partir dos anos 90, os Karitiana estiveram no meio de um escândalo devido à venda de amostras de DNA de membros do grupo na Internet, como será visto no **Item 5.1.1.7.1**. Entretanto, os dados mais atuais sobre o grupo foram obtidos nos estudos relativos ao componente indígena das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

5.1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO

O que se sabe sobre o nome Karitiana é que não se trata de autodenominação, a origem do etnônimo é desconhecida, mas os índios afirmam que tal denominação foi imposta por seringueiros da região, nos fins do século XIX. Segundo Lucio (1996) os Karitiana se referem, a si, simplesmente por **Yjxa** que pode ser traduzido como “gente”, e é a partir deste termo que os Karitiana se identificam e se definem, “*em oposição aos Opok, os não-índios em geral, e aos opok pita, os outros índios*” (ISA, 2005).

Os Karitiana são um grupo que falam uma língua classificada como pertencente ao tronco Tupi, do ramo ocidental, pertencente à família Arikém. Esse fato confere ao grupo uma posição ímpar, pois, Darcy Ribeiro considerava todos os grupos pertencentes à família Arikém extintos já em 1957, inclusive os próprios Karitiana (Ribeiro, 1970).

Os dados históricos indicam que o território tradicionalmente ocupado pelos Karitiana abrangia uma vasta região na parte meridional da Bacia do rio Madeira, delimitada ao norte pelo próprio rio Madeira, a oeste nas proximidades do Jacy-Paraná; a leste pelo Ji-Paraná; e ao sul pela Serra dos Pacas Novos (Lucio, *Op.cit.*). Esse território também era ocupado pelos Arikém e, em parte, pelos Karipuna e “Arara” (Leão 2004).

“O território tradicional dos Karitiana compreende a região que fica entre o rio Candeia e o Jamari (já na direção de Porto Velho e da foz do Jamari, aproximadamente no que é hoje a Gleba Garça e a Gleba Candeias, a nordeste da atual área demarcada Karitiana); compreende também as terras da atual área demarcada e o vale do rio Branco, afluente do Jaci-Paraná.” (Mindlin e Leonel, 1984 apud Leão, id.).

Os estudos antropológicos sobre os Karitiana são escassos, mas os que existem, indicam que entre o grupo, o casamento é poligâmico e a residência obedece à regra patrilocal. Isso quer dizer que uma mulher ao se casar irá residir com a família do seu marido. Ressalta-se que os homens casados tendem a residir perto de seus pais, obedecendo à organização tradicional.

5.1.1.1 A ALDEIA E SUA ORGANIZAÇÃO

Antigamente os Karitiana moravam em uma grande maloca circular. No entanto, possivelmente devido a um incêndio e, aliado às pressões dos funcionários do órgão indigenista alocados na aldeia, os Karitiana passaram a construir moradias para cada família. Em geral elas são de taipa, madeira e algumas de alvenaria (Lucio *Op.cit.*); mas mesmo com as mudanças ocorridas, as moradias, em sua maioria, abrigam uma família extensa, isso quer dizer que é possível encontrar duas ou três gerações na mesma casa e não apenas a família nuclear.

Embora a “casa redonda” tenha sido abandonada, há duas delas na aldeia que representam esse tipo de construção, reproduzindo o modelo das casas antigas que teria sido ensinado aos índios por *Botyj*, a divindade criadora. Essas casas são motivo de orgulho entre o grupo, mas também expressam a cisão religiosa existente no grupo⁵, sendo atualmente chamadas, pelos próprios, de “igrejas” (ISA, 2005).



Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Karitiana/387>
Felipe Ferreira Vander Velden, 2003.

Foto 5.1.1.1-1 – Casa Karitiana na aldeia Kyōwã

A configuração da aldeia e o posicionamento das casas, no entanto, não é fixo, podendo acontecer rearranjos (Lucio, *id.*). Apesar da disposição das casas parecer aleatória, “(...) não é possível afirmar que os Karitiana não guardem um padrão tradicional na disposição de suas moradias” (Leão, *Op.cit.* p71). Neste sentido, irmãos tendem a construir casas próximas uns dos outros, inclusive pela existência de laços

⁵ Ver Item 5.1.2.1 - Cisão Interna a Consequência do Contato.

de cooperação fraternal nas atividades econômicas, entretanto, brigas ou desavenças podem levar um núcleo familiar a estabelecer moradia longe daqueles com os quais se desentenderam. Além disso, alguns membros estão construindo casas mais afastadas do centro da aldeia, perto de suas roças, caracterizando “sítios de produção agrícola”. (Lucio, *Op.cit.*).

“Agora vai todo mundo fazer casa na sua roça. Pessoal quer morar lá. Aqui, nossa aldeia vai ser nossa cidade. Pessoal vai ter duas casas: vai morar no roçado e vem passear aqui na cidade” (Dirceu Walter Karitiana *apud* Lucio, *id.* P.17).

5.1.1.2 REGRAS DE CASAMENTO

Em relação ao sistema de parentesco, a preferência se dá pelos casamentos do tipo avuncular, em que o homem se casa com a filha de sua irmã, e entre primos cruzados (Storto e Araújo, 2001). No entanto, Ferrari (1995) chama atenção para uma mudança neste padrão, provocada pela perspectiva de extermínio perante a guerra com outras tribos e, pelo genocídio provocado pelas doenças “brancas”. Assim, o casamento passaria a ser determinado pelas lideranças e pelos mais idosos.

Ainda sobre o casamento, segundo o mesmo autor, existe um processo de incorporação de alguns elementos da cultura não índia, como o uso de vestido de noiva branco e a troca de alianças. A idade em que as jovens Karitiana casam está entre 10 e 12 anos, sendo o relacionamento sexual permitido após a primeira menstruação.

5.1.1.3 POPULAÇÃO ATUAL

Quando em 1967, o SPI entrou em contato com os Karitiana, a população era de 60⁶ pessoas, atualmente a população conta com 320 indivíduos.

A partir do **Quadro 5.1.1.3-1** é possível observar que a população Karitiana apresenta crescimento populacional constante, entre 1970 e 2005, variando de 64 indivíduos para 320 em 35 anos. Júnior & Mindlin (1983) argumentam que o atendimento médico, disponível aos Karitiana desde os anos 1970, contribuiu para o crescimento populacional deste grupo indígena. Segundo dados da FUNASA de 2009, atualmente são mais de 40 famílias na TI Karitiana.

⁶ Embora se saiba, que do ponto de vista demográfico os dados em geral não são confiáveis e por mais que se possa ter o número total de indivíduos de um grupo indígena em determinada área geográfica, essa cifra não possui nenhuma caracterização; isso que dizer, sem sexo, idade ou qualquer outra variável demográfica (Azevedo, 2000).

Quadro 5.1.1.3-1 - População Karitiana, 1970 – 2005

Ano	População	Fonte
1967	60	SPI
1970	64	Monteiro, 1984
1973	65	D. Landin e R. Landin, 1973
1976	78	D, Landin, 1988
1983	109	Leonel e Junqueira, 1983
1994	168	Lúcio, 1996
1997	185	Storto 1997
1999	220	ISA, 2000
2003	270	Vander Velden, 2004
2005	320	Nelson Karitiana (contagem pessoal)

Fonte: retirado de
www.casok.web.br.com/doc/Demografia_Karitiana97.pdf

Ressalta-se também, em relação ao crescimento demográfico, que vários grupos adotaram como estratégia o aumento do número de filhos para combater a depressão demográfica do passado.

“Os Karitiana observam com alegria e contentamento a superação das antigas perspectivas de extermínio, apontando para um posicionamento ativo do grupo que, mesmo conhecendo técnicas anti-concepcionais, as teriam abolido como forma de fazer crescer novamente a população”.⁷

A composição etária dos Karitiana apresenta, atualmente, uma prevalência de indivíduos jovens (Storto, 2003). Desde meados da década de 1980, os Karitiana apresentaram um intenso crescimento populacional, tendo como consequência uma população bastante jovem (Altini, 2007).

O perfil demográfico dos Karitiana foi decisivamente influenciado pelos contatos interétnicos, uma vez que, eles precisaram adotar medidas extremas para garantir sua sobrevivência (Lucio, 1996).

⁷ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Karitiana/385>

5.1.1.4 ASSOCIATIVISMO

Segundo dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)⁸ a TI Karitiana possui a etno-associação denominada Associação do Povo Karitiana, cuja sede se encontra localizada em Porto Velho, Rondônia⁹. A sede da associação também é utilizada para as atividades de comércio, principalmente a venda do artesanato. A manutenção da associação é garantida pela retenção de uma pequena parcela do lucro, obtida no comércio. A associação é uma tentativa do grupo para a administração dos problemas existentes de forma coletiva (ISA, 2005).

5.1.1.5 ASSISTÊNCIA

A jurisdição da Terra Indígena Karitiana é responsabilidade da Administração regional da FUNAI de Porto Velho.

Na Terra Indígena existia um Posto Indígena (PIN), composto por uma casa de madeira, onde residia o Chefe de Posto; um depósito, uma casa de motor de luz e outra de moto-bomba. Ressalta-se que no dia 28 de dezembro de 2009, foi assinado o Decreto Nº 7.056, que visa à reestruturação da fundação. O referido Decreto no Artigo 5º extinguiu todas as Administrações Executivas Regionais e Postos Indígenas.

5.1.1.6 EDUCAÇÃO

Em relação à educação existe na aldeia uma escola que foi fundada na década de 1980, (Escola Indígena Quatro de Agosto) que atende o 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental.

Nesta escola trabalham seis professores sendo cinco Karitiana e uma professora não índia, vinculada ao CIMI - Conselho Indigenista Missionário¹⁰. Dados de 2004 apontam que o material didático era incipiente, mas os Karitiana aprendem a ler e escrever tanto em português como na língua materna. O próprio grupo, desde 1996, vem desenvolvendo ações de documentação da língua tanto na forma escrita produzindo textos, como na forma oral através de algumas gravações (Velden *id.*).

A comunidade no seu cotidiano fala a língua Karitiana, garantindo assim a sua vitalidade. A língua portuguesa é utilizada para comunicação fora da TI, embora os idosos tenham dificuldade de expressar em português devido a pouca fluência.

⁸ Site da COIAB consultado no dia 25.03.2010 - <<http://www.coiab.com.br/index.php?dest=organizacao-rondonia>>

⁹ O endereço completo desta associação é: Valdes D. Pedro II, 650 CentroCx. Postal 881, Porto Velho – Rondônia, Cep.:78900-010 Fone: (69) 3225-1125 / 9903-6364.

¹⁰ A professora vinculada ao CIMI dá aulas da 5º a 8º séries do supletivo.

Atualmente a escola está sob administração da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho.

5.1.1.7 SAÚDE

A saúde dos Karitiana, assim como dos grupos indígenas em geral, é responsabilidade da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. A proximidade da aldeia com a cidade de Porto Velho permite uma grande mobilidade dos índios, o que sempre favorece o acompanhamento do grupo e o próprio deslocamento na busca dos serviços de saúde especializados.

Em 2004, existiam na TI Karitiana três agentes de saúde Karitiana que se dedicaram ao “*aprendizado dos conceitos básicos de enfermagem*”, mas, a saúde do grupo apresentava problemas, devido a uma multiplicidade de fatores, entre eles: o rompimento do convênio entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia (CUNPIR), a ausência de uma farmácia no local¹¹ e a degradação ambiental decorrente do estabelecimento de uma aldeia por mais de trinta anos no mesmo local.

Em 2003, foi observada a presença de doenças como: “*malária, diarreias e gripe, acompanhado de viroses e outras doenças infecto-contagiosas, principalmente, transmitidas pela água*” (Leão, *Op. cit.* p.70).

5.1.1.7.1 Sangue e Polêmica

Uma grande polêmica envolvendo os Karitiana foi à coleta de amostras de sangue de indivíduos Karitiana, e a venda sem consentimento dessas amostras pela Internet¹². Essas coletas de material biomédico teriam ocorrido em duas ocasiões à primeira em 1987 e a segunda em 1996.

A primeira transcorreu da seguinte maneira:

¹¹ Apesar de Velden, 2005 informar que o Posto possui medicamentos básicos.

¹² De fato, não foi apenas o sangue dos Karitiana, mas também de outros grupos como, por exemplo, os Yanomami e os Suruí.

“Ao que tudo indica, as cinco amostras de sangue Karitiana e outras cinco de sangue suruí estocadas e vendidas pela CCR foram extraídas em 1987 pelo geneticista Francis Black, um dos autores de um artigo de 1991, em que a coleta das amostras de sangue dos dois grupos é a ele creditada. Este material teria sido estocado em laboratórios das universidades de Stanford e Yale nos Estados Unidos, e estariam aos cuidados do Dr. Kenneth Kidd, de Yale (Folha de São Paulo, 01/06/97)”

A segunda ocorreu já em meados da década de 1990,

“Entre 03 e 13 de julho de 1996 ocorreu à segunda coleta de sangue. Nesta ocasião, uma equipe de televisão britânica, acompanhada de três brasileiros, solicitou autorização da Funai para ingresso na Terra Indígena Karitiana com o propósito de produzir um documentário sobre a “importância cultural” do mapinguari, lendária criatura monstruosa presente na cosmologia de muitos grupos indígenas na Amazônia. Em 19 de setembro do mesmo ano, os Karitiana endereçaram carta ao Procurador da República no Estado de Rondônia denunciando que a equipe de brasileiros coletou amostras de sangue de todos os índios – tanto na aldeia quanto na Casa do Índio em Porto Velho – “para exames de anemia, vermes e malária”. (<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Karitiana/389>).

No processo de coleta do sangue os índios teriam sido enganados com promessas de medicamentos para as aldeias e que o sangue seria para a realização de exames.

A denúncia sobre a comercialização desse sangue partiu de dois pesquisadores brasileiros que descobriram, no ano de 1996, na página virtual da *Coriell Cell Repositories (CCR)*, que era possível encontrar amostras de DNA desses índios.

A partir destes eventos, os Karitiana sentiram que foram alvo de ações predatórias, causando impactos políticos e mesmo sob seu sistema cosmológico. Para os índios o sangue fora do corpo acarreta alguns problemas, para além do insepultamento de parte de uma pessoa falecida, resta o temor que o sangue tenha sido misturado ao de outras pessoas ou até a de animais tornando-se sujo, impuro.

O episódio de retirada e comercialização dos sangues dos Karitiana obteve bastante repercussão na imprensa nacional e estrangeira, inclusive com abertura de

investigação pelo Ministério Público Federal de Rondônia, e também da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Biopirataria que se interessou por investigar o caso da comercialização de DNA dos Karitiana. O caso recentemente deu uma reviravolta, pois no primeiro momento:

“A Justiça Federal em Rondônia não acolheu o pedido do Ministério Público Federal (MPF). Segundo a sentença de primeira instância, o processo deveria ser extinto por prescrição, ou seja, perda do prazo. Mas o MPF recorreu e afirmou que o caso trata dos chamados direitos personalíssimos, referentes a qualquer pessoa desde seu nascimento, diferentes daqueles patrimoniais. José Elaeres afirmou no parecer da PRR-1 que “o dano ocorrido não é patrimonial, sendo somente mensurado financeiramente”. Por essa razão, são direitos imprescritíveis. No último dia 17 de outubro, o TRF-1 acatou o recurso e o parecer do MPF para afastar a hipótese de prescrição e determinar novo julgamento contra Hilton da Silva e Denise Hallak pela Justiça Federal.” (<http://www.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/indios-e-minorias/trf-determina-novo-julgamento-de-pessoas-que-coletaram-sangue-dos-indios-Karitiana/consultado>, notícia de 11/12/2007, consultada em 23/03/2010)

Para os Karitiana existe também uma quebra da reciprocidade, visto que a doação de sangue “puro”, não acarretou o recebimento de medicamentos e assistência médica. Os índios cumpriram com as regras da troca, cedendo parte significativa de seus corpos, enquanto os Tasoty “homens grandes”¹³ quebraram com as regras levando parte do funcionamento regular de seus corpos e não cumprindo com o que se esperava socialmente deles. Além de não cumprirem seu papel social, afrontaram os índios simbolicamente traindo a sua confiança. Como para os Karitiana esse sangue está contaminado, para o cumprimento da reciprocidade se faz necessário uma indenização pelo sangue “roubado”.

¹³ A categoria de homem grande vai além do tamanho físico, ela se dissemina por todos os aspectos da vida. O homem grande é aquele que não tem o pensamento em um único caminho (ISA, 2005).

5.1.2 HISTÓRICO DO CONTATO

A primeira referência bibliográfica ao grupo data do começo do século XX, mais precisamente de 1909, e foi feita pelo capitão Manuel Teophilo da Costa Pinheiro, membro da Comissão Rondon¹⁴. No ano seguinte, o próprio Marechal Rondon faz uma menção sobre os Karitiana, situando-os nas mediações do rio Jaci – Paraná, e já em contato com seringueiros, para os quais alguns índios trabalhavam na extração de borracha (Velden, 2004).

No entanto, é possível estimar que, a partir do fluxo de seringueiros e caucheiros que no fim do século XIX, se dirigiram à região amazônica, os Karitiana já teriam estabelecido contato com os não índios bem antes do que a literatura indica. Alguns autores, Maybury – Lewis (1981), Altin (2007), situam o início do século XIX como data dos primeiros contatos com seringueiros, o que teria causado mudanças em seu território, assim como decréscimo populacional pelos mais variados motivos: doenças, conflitos, pressão sobre as terras e outros.

“(...) Infelizmente, são todos os negócios entre índios e civilizados feitos à maneira da caçada, imortalizada na fábula, os civilizados sempre no papel de leão. Daí resultam conflitos, vinganças, mortandades, dos quais, em geral, só nos chegam os ecos vindos de um lado e, ainda assim, já desfigurados, truncados em suas partes essenciais, ampliados em outras, de modo a nos dar monstruosa impressão da selvageria dos indígenas” (Viveiros apud Leão, Op.cit. p 56).

Todavia, os Karitiana permaneceram arredios ao contato sistemático até os anos cinqüenta do século XX, mantendo-se em relativo isolamento.

Um fato chama muita atenção, os relatos sobre os Karitiana, apontam sempre, uma grande mobilidade do grupo. O capitão Manoel Pinheiro localizava o grupo no Jaci-Paraná, em 1909, e J. Barboza localiza os Karitiana na margem esquerda do médio e baixo Candeias, entre este rio e o Jaci-Paraná; a área compreendida entre os rios Candeias e Jamari¹⁵. Entre 1948 e 1967 relatos salesianos e do SPI indicam que o grupo estaria na região do médio Candeias, rio Jamari e afluentes do rio Branco (Leão, *id.* p.57). Em 1950 e 1953, apesar de estarem no médio Candeias, aparentemente estavam se deslocando mais para o ocidente. Em 1958, missionários salesianos encontram malocas dos Karitiana em toda a extensão do rio Candeias e seus

¹⁴ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Karitiana/386> (Consultado em 01/02/2010)

¹⁵ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Karitiana/386> consultado em 01/02/2010.

afluentes. De acordo com esses relatos, andam despídos, mas na presença dos “brancos” se vestem e se enfeitam.

Lucio (1996), Leão (2004), Storto (2005) e Velden (2005), em seus respectivos trabalhos trazem a tona informações sobre as narrativas históricas que contam a trajetória do grupo, a cisão interna, a exploração e o reconhecimento do espaço que compreende o rio Candeias e afluentes como território tradicional. Através da história oral¹⁶ são reconstruídos fatos e representações que o grupo tem de sua própria história. Segundo Pollak:

“(…) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (...) Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.” (Pollak, 1989)

A história, coletada, poderia ser resumida da seguinte forma:¹⁷ antigamente existiam dois grupos, os Joari ou Capivari e os Karitiana, que se visitavam e estabeleciam relações entre si, mas acabaram brigando e se separando nos momentos que precederam o contato. Com a diminuição de ambos os grupos eles voltam a estabelecer contato no antigo território Capivari/Joari. O contato é considerado muito importante porque garantiu a sobrevivência dos dois grupos que, a partir desse momento, assumiram a denominação única de Karitiana.

O relato chama atenção porque os dois grupos passavam por um processo semelhante de depopulação que indicava que acabariam por se extinguir enquanto grupo étnico. Os Karitiana, inclusive haviam tomado medidas extremas para evitar o seu fim. Segundo a história, Antonio Moraes - líder e mediador das relações com os seringueiros - desposou todas as mulheres existentes no seu grupo, não ficando nenhuma outra disponível. Algumas narrativas falam de 07 a 10 mulheres, sendo que algumas delas, a princípio, eram interditas pelas regras matrimoniais (Velden, *Op. cit.*). Além dele, só havia mais quatro homens adultos na aldeia, que eram seus irmãos e, conforme suas filhas iam nascendo elas eram entregues a eles, para serem desposadas. Quando o outro grupo chegou, a aliança entre eles foi estabelecida

¹⁶ Recolhida pelos autores.

¹⁷ Síntese dos relatos encontrados nos diversos trabalhos.

através da doação de mulheres para matrimônio, pois segundo a narrativa, no outro grupo havia apenas uma mulher velha e quatro homens adultos (Lucio, *Op. cit.*).

O que esse relato indica, é que em determinado momento da história do grupo, eles estiveram severamente ameaçados de extinção e para conseguirem sobreviver algumas regras sociais foram quebradas. A história também relata cisões internas e a existência de outro grupo, que se não Karitiana - o que indicaria um movimento de expansão e retração - pelo menos era próximo e possuía uma língua semelhante e, como o qual os Karitiana, estabeleciam relações de parentesco e casamento.

No final da história o que se percebe é que hoje os Karitiana são a união desses dois grupos sob um único nome, fato que garantiu a sobrevivência de ambos. Os motivos que levaram o grupo a essa escolha não estão claros, mas é sempre bom ter em mente que:

“A identidade é construída de forma situacional e constrativa, ou seja, ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças”.(Cunha, 1985: p.206).

Com o contato estabelecido, em 1967, os Karitiana iniciaram um processo de fixação e sedentarismo, até então o grupo perambulava pela região. Em relação ao território do grupo os relatos confirmam a área de perambulação:

“Antes a terra era muito grande; Morais não ficava num só lugar! Um ano... deixa mandioca. Ele colhe todo milho, bota na maloca grande... vai andar. Morais vivia andando. Pensamento de índio. Se fica no lugar velho a doença ajunta (tosse, gripe, pneumonia). Então muda... muda...mas, mesmo assim doença atacando!” (Antonio Paulo Karitiana *apud* Leão, *Op. cit.*)

Apesar da importância da atuação do SPI – e, posteriormente, da FUNAI – junto aos Karitiana, a partir do fim da década de 1960, os conflitos com madeireiros e outros “invasores” não foram evitados.

Os Karitiana foram gravemente afetados pela implantação da rodovia BR – 364, na década de 1960, e sua pavimentação na década de 1980, uma vez que esta passa próximo ao seu território, e ao longo da estrada colonos e empreendimentos agropecuários se estabeleceram fazendo crescer a pressão nas fronteiras setentrionais e ocidentais da Terra Indígena (Monteiro, 1984). As influências negativas da

pavimentação da rodovia sobre a TI também são apontadas por Monteiro (*id.*), que relata a pressão que os Karitiana sofreram em seu território, a partir do intenso fluxo de expansão para Rondônia, favorecendo a atuação de grileiros, posseiros, madeireiros, fazendeiros e outros.

Em linhas gerais, percebe-se que a história do grupo não difere da dos demais grupos da região; exploração dos seus membros pelos seringalistas, pressão sobre seus territórios tradicionais, conflitos e depopulação.

A existência de ouro e, principalmente, cassiterita no território dos Karitiana foi mais um catalisador de conflitos entre índios e não índios, até que os garimpeiros foram expulsos pelos Karitiana na década de 1970¹⁸. Júnior e Mindlin afirmam que:

“Antes da presença da FUNAI, instalou-se durante anos a Mineração Maria Conga. Em 1976 foi à vez da Mineração Araçazeiro” (Júnior, Mindlin, 1983:09).

Entre 1972 e 1978, registra-se a presença de um casal de missionários da *Summer Institute of Linguistics* (SIL), David e Rachel Landin, que atuou junto aos Karitiana, vivendo com eles, e produzindo alguns trabalhos nas áreas de lingüística, de parentesco e nomenclatura. No entanto, a partir da atuação destes missionários protestantes¹⁹, ocorreu uma importante cisão entre os Karitiana, uma vez que alguns membros foram catequizados – aderindo ao Protestantismo - enquanto os demais indivíduos Karitiana mantiveram seu sistema de crenças e valores tradicionais (Storto, 2003). Júnior e Mindlin argumentam que os missionários:

“Na verdade, objetivavam a conversão da comunidade à sua crença particular, disseminada pela Igreja Missionária da Filadélfia e as Obras Sociais Fé e Alegria” (Júnior, Mindlin, *Op. cit.* p.16).

No entanto, a FUNAI e parte dos Karitiana decidiram expulsá-los acusando-os de vender aos índios mantimentos acima do preço, dentre outros conflitos.

¹⁸ Velden (2004)

¹⁹ O casal inclusive chegou a traduzir partes do Novo Testamento para a língua Karitiana.

5.1.2.1 CISÃO INTERNA A CONSEQÜÊNCIA DO CONTATO

Durante o tempo que o casal de missionários da *Summer Institute of Linguistics* (SIL), Rachel e David Landin, residiu entre os Karitiana, eles aprenderam a língua e promoveram a conversão religiosa de parte do grupo. O trabalho de conversão obteve resultados parciais, mas no que tange a organização social, foi responsável pela cisão religiosa que hoje caracteriza o grupo; de um lado o “Povo do Pajé” e do outro o “Povo do Pastor”²⁰, cada grupo possuindo mais ou menos metade da população da aldeia (ISA, 2005).

A localização geográfica, conforme, **Figura 5.1.2.1-1**, permite observar a cisão entre os Karitiana, já que os dois grupos apresentam residências concentradas em locais específicos, nitidamente separadas das residências do outro grupo.

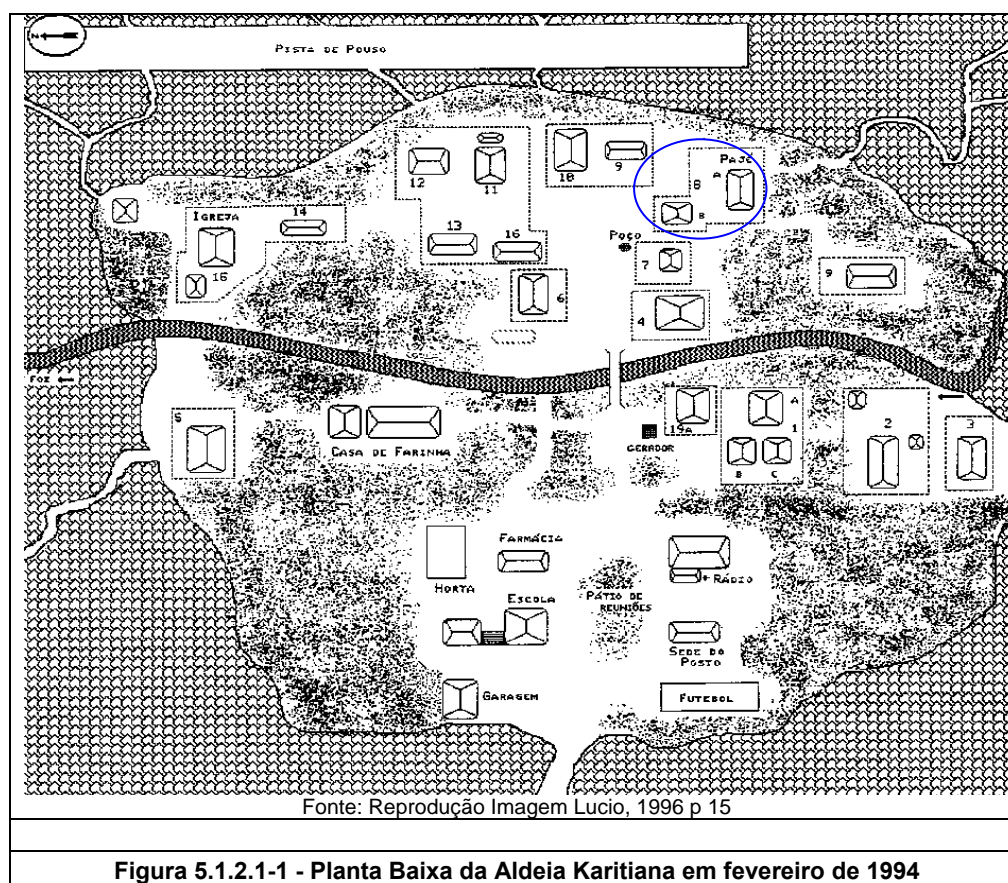


Figura 5.1.2.1-1 - Planta Baixa da Aldeia Karitiana em fevereiro de 1994

²⁰ Também chamados de crentes.

Na divisão geográfica

“Tem-se, portanto, um núcleo “central”, ocupado pelo pajé, circundado pelas áreas periféricas onde estão os pastores. De modo geral, o povo do pajé engloba a margem direita da aldeia, que é a eles associada; a margem esquerda é a do povo do pastor” (idem: 2004:27)

Para Velden (2004), esta divisão – que a princípio seria somente religiosa – opõe os principais líderes Karitiana, causando conflitos internos. Nas festas, segundo ele, é possível observar mais claramente a existência dos dois grupos, já que a comunidade se divide. Neste momento, portanto, evidenciam-se as conseqüências dessa cisão religiosa, com cada grupo fazendo a sua festa e cada um dos dois povos – do pajé e dos crentes – afirmando que o outro faz os rituais e cerimônias de modo equivocado. Com isso se estabelece uma disputa sobre os aspectos do universo simbólico da cultura baseados em noções de “verdadeiro” e “tradicional”. A cisão religiosa explicita uma disputa que se em um primeiro momento se estabelece sobre os aspectos simbólicos do grupo, de fato opõe as lideranças políticas dos Karitiana.

Apesar disso, no cotidiano as pessoas se relacionam normalmente, casam, trabalham e divertem-se. Ressalta-se que apesar dos Karitiana enfatizarem a pouca funcionalidade desta oposição, essa tem conseqüências práticas inclusive na própria distribuição territorial do grupo. De fato, foi o Pajé que se deslocou para as margens do rio Candeias, para construir uma nova aldeia, livre das interferências dos índios evangélicos. Ainda que muitas famílias expressem o desejo de passar um tempo no local ou visitar a área, são os índios vinculados ao Pajé que desejam abandonar a aldeia atual e residir na nova.

Para os Karitiana a figura fundamental é o *Botyj*, criador e ordenador da cultura, foi ele que transmitiu o conhecimento; e mesmo os membros do grupo vinculados aos vários pastores da aldeia evocam a sua ancestralidade.

O Pajé é quem domina o conhecimento das ervas medicinais, sendo muito respeitado principalmente porque *“as atividades rituais do grupo estão voltadas para uma busca incessante da **saúde** e o afastamento das doenças que cercam, ameaçadoramente a aldeia.”* (Velden, *Op. cit.*) e que os que estão ligados a ele, acreditam ser capaz de contactar o universo dos espíritos e assim curar as doenças. Na aldeia existe apenas um Pajé.

Em relação à representação política, esta é

“(...) feita pelo cacique, eleito pela comunidade, que além de ser um interlocutor externo, tem deveres de cunho social e político. Este não responde, no entanto, pela comunidade e, em situações críticas, todo o grupo deve ser ouvido para que as decisões sejam representativas” (Leão. Op. cit. p72)

Não basta somente a palavra ou a assinatura do cacique para que as decisões tenham validade, no grupo as resoluções devem ser tomadas coletivamente²¹. A associação existente na aldeia é o espaço privilegiado para a discussão, administração e resolução dos problemas. Nesse espaço cabe aos mais jovens o domínio da organização e da estrutura política, mas durante as reuniões a organização social e a estrutura política vigente na aldeia fica evidenciada, pois a palavra dos mais velhos, do *Byj* – que é o chefe tradicional – e principalmente a do pajé são de imensa importância na tomada de decisões. Ressalta-se que a associação conta com a presença de praticamente todos os adultos e as mulheres tem papel ativo tanto na participação das discussões como na tomada de decisão.

5.1.2.2 TERRA INDÍGENA KARITIANA - CRIAÇÃO E REVISÃO

5.1.2.2.1 Criação

A primeira proposta de demarcação da Terra Indígena Karitiana, data de agosto de 1970, o então Chefe do Parque Indígena Aripuanã – sertanista Francisco Meirelles, descrevia os seus limites e indicava a área a ser demarcada (Leão, *Op. cit.* p 62).

Os procedimentos administrativos para regularização fundiária da Terra Indígena tiveram início em 1975, quando o INCRA começou a receber solicitações de particulares para a ocupação da área. Assim, o delegado da FUNAI em Rondônia encaminhou memorial descritivo para a Direção de Operações em Brasília solicitando que fosse elaborado Decreto para a doação de terras aos índios (Leão, *id.* p 62).

Apesar da Lei 6001 de 1973 e dos preceitos legais que são exigidos para demarcação de uma TI, e que no caso em questão, estavam definidos no Decreto 76.999 de janeiro de 1976, a demarcação ocorreu sem que fosse realizado Laudo Antropológico ou qualquer outro estudo na área. A partir da publicação do Edital e do Memorial Descritivo da Terra Indígena Karitiana, o processo demarcatório começou em 1978. Em 1979, por conta da fiscalização referente aos procedimentos demarcatórios, os técnicos

²¹ Um Bom exemplo foi a assinatura pelo cacique do Termo de Anuência referente a revisão dos limites da TI, que por não ter passado pelo aceite coletivo foi rejeitado pelos Karitiana.

da FUNAI, perceberam que a área de 57.600 ha e 96 km de perímetro, estava deixando do lado de fora malocas, áreas de cultura, a pista de pouso e que se fazia necessário acréscimo de área. Através do parecer do engenheiro e com a ratificação do Chefe do Posto Karitiana, já em 1979 foi solicitada a ampliação e retificação dos seus limites. No final desse processo a Terra Indígena teve um acréscimo de 31.680 há e ficou com 89.280 ha e 125 km de perímetro²².

Os limites da Terra Indígena coincidem com os limites da área do antigo Posto Indígena, consistindo em um quadrilátero, localizado no município de Porto Velho.

Apesar da revisão dos limites, os Karitiana consideram que ainda não foram englobadas áreas importantes do seu território tradicional. Segundo relato coletado, os mais velhos querem recuperar parte do seu território, da sua saudade e da sua memória

“o Rio Preto do Candeias... Lá tá tudo desmatado... tudo tomado! Lá, que é saudade deles (dos velhos)!” (Nelson Karitiana apud Leão, Op. cit.)

Outro fator importante nesse processo e que, com o aumento da população Karitiana, a pressão sobre as áreas de caça e pesca cresceram, fazendo com que os mais velhos se desloquem para as áreas fora da reserva para exercerem essas atividades.

5.1.2.2.2 Revisão dos Limites

Em 2001, um antropólogo foi à Terra Indígena, com o objetivo de realizar os estudos voltados para a delimitação da área de forma preliminar e propôs a ampliação da mesma, tendo a linha principal o rio Candeias e os igarapés João Ramos e Belo Horizonte. Em 2002 a FUNAI instituiu Grupo Técnico para a realização dos trabalhos com vistas à revisão dos limites da terra indígena. Os estudos antropológicos ficaram prontos, mas não incorporaram uma área à margem direita do rio Candeias utilizada pelo grupo.

A região reivindicada pelos Karitiana, entre os rios Candeias e Jamari, não está associada apenas a elementos simbólicos e de tradição cultural, mas também a aspectos de sobrevivência, uma vez que, o território reivindicado possui fartura de peixes, caça e terras férteis. Apesar do processo de revisão estar parado, os Karitiana tentaram voltar ao seu território tradicional em 2003, mas sofreram oposição de fazendeiros locais a essas tentativas, inclusive com a queima de uma maloca construída no local.

²² Baseado em (Leão, Op. Cit.).

Atualmente os Karitiana buscam comprovar que seu território tradicional abrange uma região que avança em direção ao rio Candeias. Para autores como Ferrari, 1995 os Karitiana tradicionalmente viviam na região que atualmente corresponde ao município de Candeias do Jamari²³, sendo essa demanda pela ampliação de sua área em aproximadamente 30 mil hectares uma tentativa de incorporar parte do seu território tradicional (ISA, 2005). Entretanto é fato que os limites de uma Terra Indígena, nunca coincidem com aqueles reconhecidos pelo grupo como os limites do seu território tradicional. Em geral, o que se reconhece como tradicional é muito maior do que as áreas contempladas no processo de demarcação.

A parte de toda essa discussão, o processo de revisão dos limites da TI Karitiana está paralisado por diversos fatores, sendo um deles o fato de que o novo Laudo Antropológico ainda não foi entregue. O Grupo Técnico foi instalado pela Portaria nº 50 de 21 de janeiro de 2008, publicada no DOU de 19/020/2008. Apesar do levantamento dos dados ter sido realizado há dois anos, a antropóloga responsável Andréia Carvalho Mendes de Oliveira Castro, que realizou os estudos não entregou nenhum material.

Segundo a coordenadora do CGID – Coordenadoria Geral de Identificação e Delimitação, Leila Silva B Soutto Maior, a área requerida corresponde a uma área de castanhal localizada entre os rios Candeia e Jamari. Além disso, as disputas e discussões que acompanharam o processo de demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima reverberaram em todos os processos de revisão e demarcação de Terras Indígenas. A partir do *acórdão*²⁴ elaborado pelo STF – Supremo Tribunal Federal ficou estabelecido, na condição 17º, que: “*É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada*”. Dessa forma foram paralisados diversos processos que já estavam em curso, inclusive o da TI Karitiana.

5.1.3 TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS

Os Karitiana são agricultores, pescadores, caçadores e coletores, sendo todas essas atividades cotidianas e essenciais para a vida do grupo.

A agricultura, além de ser responsável pela segurança alimentar dos Karitiana, constitui fonte de renda, já que o excedente é em geral comercializado na cidade de Porto Velho. As roças são confeccionadas tanto nas imediações das moradias, quanto em lugares mais distantes. Leão, em 2004, localizou roças até 10 km da aldeia. Na época esses roçados faziam com que algumas famílias construíssem malocas nas áreas de cultivo para poderem permanecer durante o período de preparo do solo, plantio e colheita no local.

²³ Candeias do Jamari dista cerca de 20 Km do município de Porto Velho, e está às margens da BR 364.

²⁴ Acórdão do STF na PET 3388

**Quadro 5.1.3-1 - Cronograma tradicional
do plantio dos Karitiana**

Meses	Atividades
Julho e agosto	Preparo do solo, derrubada e queima
Setembro e outubro	Plantio
Dezembro a fevereiro	Tratos Culturais
Março	Colheita

Fonte: Júnior & Mindlin (1984)

As principais culturas são o milho, a macaxeira, o arroz, o feijão, a mandioca, a banana, o algodão, cará, amendoim e o café. Além dessas culturas, os Karitiana normalmente mantêm uma espécie de quintal ao lado da casa, onde plantam fruteiras e algumas leguminosas. Apesar de cultivarem a mandioca, não produzem farinha, o que os diferencia da maioria dos grupos Tupi que têm na produção de farinha uma de suas características, ao invés disso processam o milho (Velden, *Op. cit.*). O milho também é utilizado para a feitura da chicha, bebida tradicional utilizada em muitos ritos e festas²⁵.

Todos, inclusive mulheres e crianças, trabalham nas roças, a não ser nas etapas da derrubada e da queima - essas atividades são exclusivas dos homens. O trabalho na roça dos Karitiana obedece a um sistema de produção assentado no parentesco. No início da década de 1980 a FUNAI tentou implementar duas grandes plantações coletivas para os Karitiana, com apoio do POLONOROESTE. No entanto, o projeto fracassou, pois não seguia a repartição tradicional da produção pelos critérios que o grupo considerava legítimos, associados à produção por famílias extensas (Júnior & Mindlin, 1984). Esta iniciativa da FUNAI, apenas reforça que as ações que pretendem beneficiar os povos indígenas devem, necessariamente, levar em consideração as regras sócio-culturais do grupo em questão, procurando contemplar suas tradições e costumes, ao invés da imposição de medidas consideradas pelos não índios como mais adequadas, no entanto, externas à realidade e percepção dos povos indígenas.

O escoamento da produção é feito por um caminhão pertencente à comunidade, e segundo dados da FUNAI, a produção do grupo não sofria restrições por parte dos compradores em Porto Velho (Leão, *Op.cit.*). O fato de comercializarem a produção na sede do município também permite o acesso a outros gêneros alimentícios como também a bens industrializados.

No que se refere à pesca e caça, desde 1983 os Karitiana apontam redução nos estoques da fauna terrestre e aquática, associando essa carência à restrição da área da Terra Indígena, e seus limites insuficientes para garantir a perpetuação das

²⁵ A *chicha* também pode ser feita de mandioca e amendoim.

atividades de consumo atuais. Deve-se considerar que além da restrição espacial que excluiu uma boa parte do seu território tradicional, a vida sedentária associada ao crescimento populacional e o desmate do entorno também contribuem para esse quadro.

“A caça é uma atividade muito importante tanto como fonte de alimentação quanto ao seu valor simbólico e cultural. (...) É uma atividade masculina e pode ser realizada de forma individual e coletiva. Ela integra alguns rituais que são precedidos por caçadas coletivas e distribuição de alimentos. (...) A fauna tem importância fundamental na sobrevivência da comunidade Karitiana e para os ecossistemas devido às inter-relações biológicas. Porém atualmente têm-se apresentado não tão abundante, onde os locais propícios à caça estão presentes em florestas cada vez mais distantes da área de moradia. Á área da região do Candeias é muito mais rica visto que é uma área recém explorada. Em apenas um dia presenciamos a caça de cinco macacos e pesca de cerca de cinco peixes relativamente grandes. (Renata Maranhão, 2003 apud Leão, Id. 68p.).

As caças são feitas com uso de armas de fogo e armadilhas, sendo o arco e flecha, restrito aos mais velhos. Para um caçador Karitiana, uma caçada ideal seria aquela que resultaria na obtenção de carne de macaco, que é a mais valorizada pelo grupo. O resultado da caça é dividido por um sistema de distribuição entre as residências aparentadas, garantindo carne mesmo aos caçadores que não tiveram sucesso (Velden, 2004).

Na pesca são utilizados anzóis, redes, arpões ou mesmo o arco e a flecha, a atividade tanto pode ser feita de maneira individual como em grupos. No entanto, nos meses de seca – agosto e setembro – quando ocorre drástica redução dos igarapés, a pesca é feita com *timbó* (veneno) e tarrafas.

Os recursos da floresta suprem as necessidades dos Karitiana também no que se refere as atividades extrativistas– mel, babaçu, cupuaçu, patauá, açaí, entre outros frutos aproveitados pelo grupo. Colhem ainda castanhas fora da área da reserva e aproveitam as folhas das palmeiras, para cobertura das casas e confecção de cestos e outros artefatos.

5.1.3.1 ARTESANATO

O artesanato é a mais importante fonte de renda para os Karitiana, sendo a produção vendida majoritariamente em Porto Velho. Atualmente o grupo está buscando novas praças para comercializar seus produtos, pois devido ao reduzido fluxo de turistas em Porto Velho, o volume de vendas é pequeno. As mulheres confeccionam colares e pulseiras feitos com casca de tucumã e dentes de animais, brincos a partir de penas de arara, bordunas, arcos e flechas, cestos de palha, cuias de barro e redes. O trabalho no artesanato é feito por todas as famílias Karitiana sendo uma atividade basicamente feminina e segundo alguns autores, como Velden e Ferrari, são de rara beleza.

Outra fonte de renda do grupo são os salários recebidos por uma parte dos membros do grupo. Professores, funcionários da FUNAI, da FUNASA, e, por fim, a aposentadoria rural recebida por diversas famílias. A renda é dividida entre os grupos familiares.

5.1.4 PRESSÕES SOBRE A TI KARITIANA

Em 2004, Velden apontava para a incidência de mais de 35.000 hectares da atual Terra Indígena Karitiana sobre a Floresta Nacional Bom Futuro, onde há referência de índios isolados²⁶. Esta incidência tem implicações muito importantes no que se refere à integridade do grupo indígena e de sua terra; principalmente porque recentemente diversas notícias circularam na imprensa sobre a intensa invasão da FLONA Bom Futuro e, a possibilidade de regularização dessa invasão.

Uma reportagem²⁷ em especial afirmava existir mais de quatro mil pessoas vivendo ilegalmente dentro dessa Unidade de Conservação²⁸ acarretando conflitos agrários, que têm repercutido politicamente. Se considerarmos que existe uma sobreposição de territórios da Unidade de Conservação e da Terra Indígena, a existência de invasões, grilagem de terras e ocupações irregulares e principalmente a disposição de regularização das terras invadidas, representaria uma enorme pressão sobre o grupo indígena. A unidade de conservação, que a princípio poderia ser uma forma de proteção, principalmente para os índios isolados (Referência 45) que estariam na floresta, acaba funcionando como mais um fator de pressão devido à ocupação irregular.

Ressalta-se que apenas recentemente a TI Karitiana ficou livre das invasões do seu território. A presença de nova frente de expansão no entorno da terra cria mais um

²⁶ Ver item de Índios Isolados

²⁷ <http://www.rondonoticias.com.br/?noticia,76239,governo-perdoar-populao-que-invadiu-flona-bom-futuro> - Consultado em Fevereiro de 2010.

²⁸ http://www.kaninde.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=103:jirau-e-flona-do-bom-futuro-dupla-ilegalidade&catid=38:primeira-pagina&Itemid=71 - Consultado em Fevereiro de 2010

vetor de pressão, colocando em risco a integridade do território; além de servir como uma espécie de “incentivo” para novas invasões de terra. A situação se torna mais crítica, devido à omissão do IBAMA, frente à instalação da vila de nome Rio Pardo, dentro da FLONA, onde também existem serrarias e madeireiras ilegais atuando de maneira significativa. Além disso, existe forte pressão de políticos locais para que seja realizada permuta da área da Unidade de Conservação por outra ou mesmo a revogação da Lei de criação da Floresta Nacional²⁹. A maior pressão é feita pelo município de Buritis que, inclusive, já teve alguns de seus vereadores presos por lotear e invadirem parte da FLONA Bom Futuro.

Apesar de não ser uma pressão direta sobre a Terra Indígena outro fator de pressão, esse sobre o grupo, foi encontrado durante os levantamentos para a confecção do item de socioeconômica do Estudo de Impacto Ambiental dos empreendimentos em questão. A equipe de campo registrou o relato de um proprietário sobre a existência de indígenas na região do eletrodo da Linha de Transmissão da IE Madeira:

“De acordo com as entrevistas de campo, existem indícios da existência de um grupo indígena vivendo em uma propriedade rural localizada às margens do Rio Candeias, município de Candeias do Jamari. Existe, portanto, uma probabilidade de que este grupo esteja vivendo em uma propriedade localizada dentro da Área de Influência do Eletrodo 01/IE Madeira. Informantes da cidade de Candeias do Jamari e de um sítio na Linha 27 relataram que o grupo foi assentado em uma fazenda pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e que a área é objeto de processo de arrecadação para a criação de uma Terra Indígena. A equipe procurou identificar o local, porém não foi possível em virtude da ausência de estradas que dão acesso à área.” (Trecho do item 3.6.5.8 (Organização Social) Diagnóstico Socioeconômico – EIA)

Tal informação foi confirmada por um técnico da FUNAI em Ji-Paraná, que afirmou existir um grupo Karitiana (2 ou 3 famílias, aproximadamente 20 indivíduos), residindo em uma aldeia nas margens do rio Candeias, no município de Candeias do Jamari, cuja localização exata não foi informada. Ainda segundo o mesmo técnico, o ancião, Cizino Karitiana, mora permanentemente às margens do rio Candeias, enquanto algumas famílias circulam entre essa aldeia e a aldeia central, na TI Karitiana³⁰.

²⁹ Decreto nº 96.188 de 21/06/88. . Ressalta-se que apesar de todas as pressões e informações desconstruídas, a revogação só pode ser feita por novo Decreto-lei.

³⁰ Ver Item sobre o Diagnóstico da Área de Influência Direta.

A situação é complicada, uma vez que a aldeia dos Karitiana nas margens do rio Candeias está dentro de uma propriedade privada, e a área ainda está em estudo. Técnicos da FUNAI em Ji-Paraná afirmaram que não há registro de ameaças por parte de fazendeiros da área, apenas divergência de interesses, já que o fazendeiro quer manter a terra. Entretanto, é fato conhecido o conflito que ocorreu em 2003, devido à ocupação das margens do rio Candeias por índios Karitiana (Storto, Velden, 2005).

Apesar do técnico ter informado que não existe tensão no local, a falta de monitoramento ou vigilância dessa nova aldeia Karitiana nas margens do rio Candeias, significa uma situação de vulnerabilidade para estes índios.

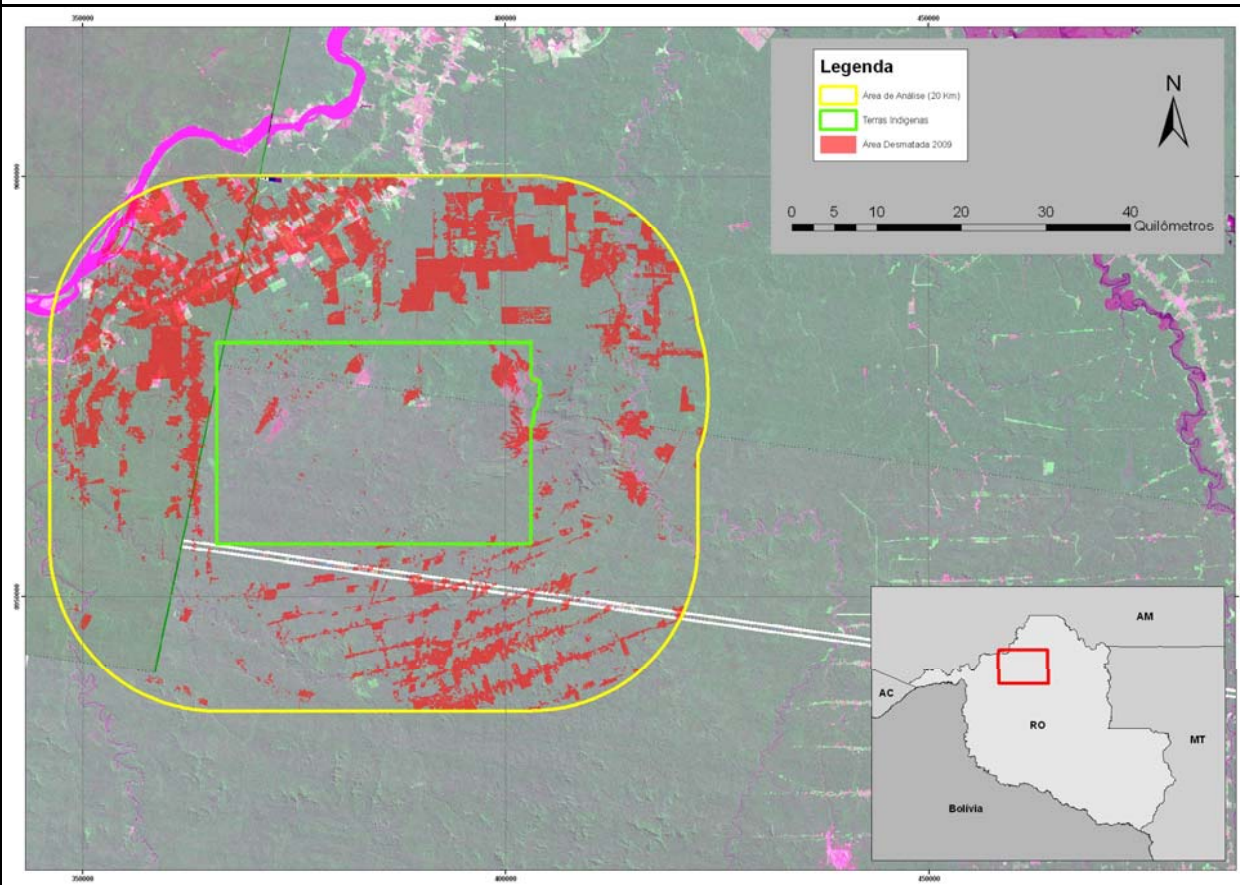
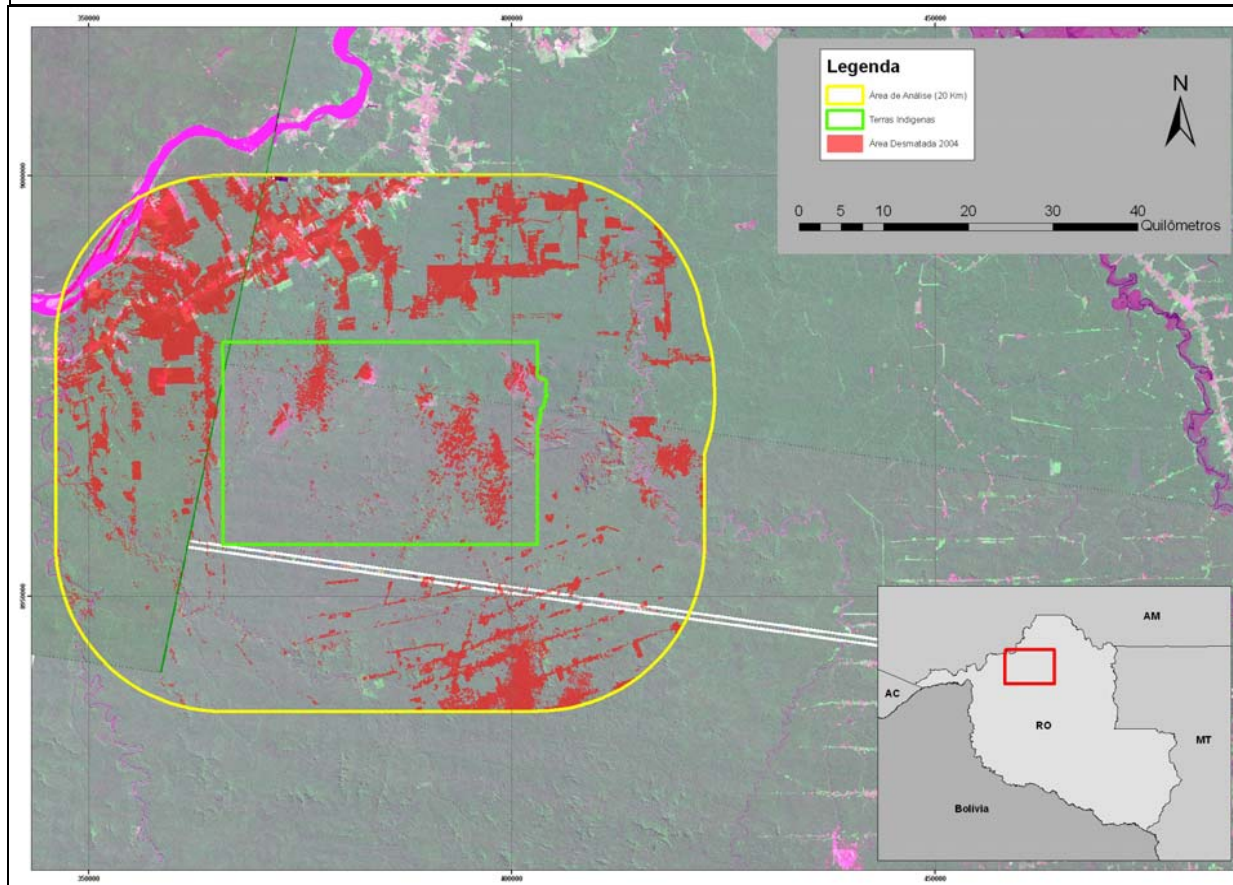
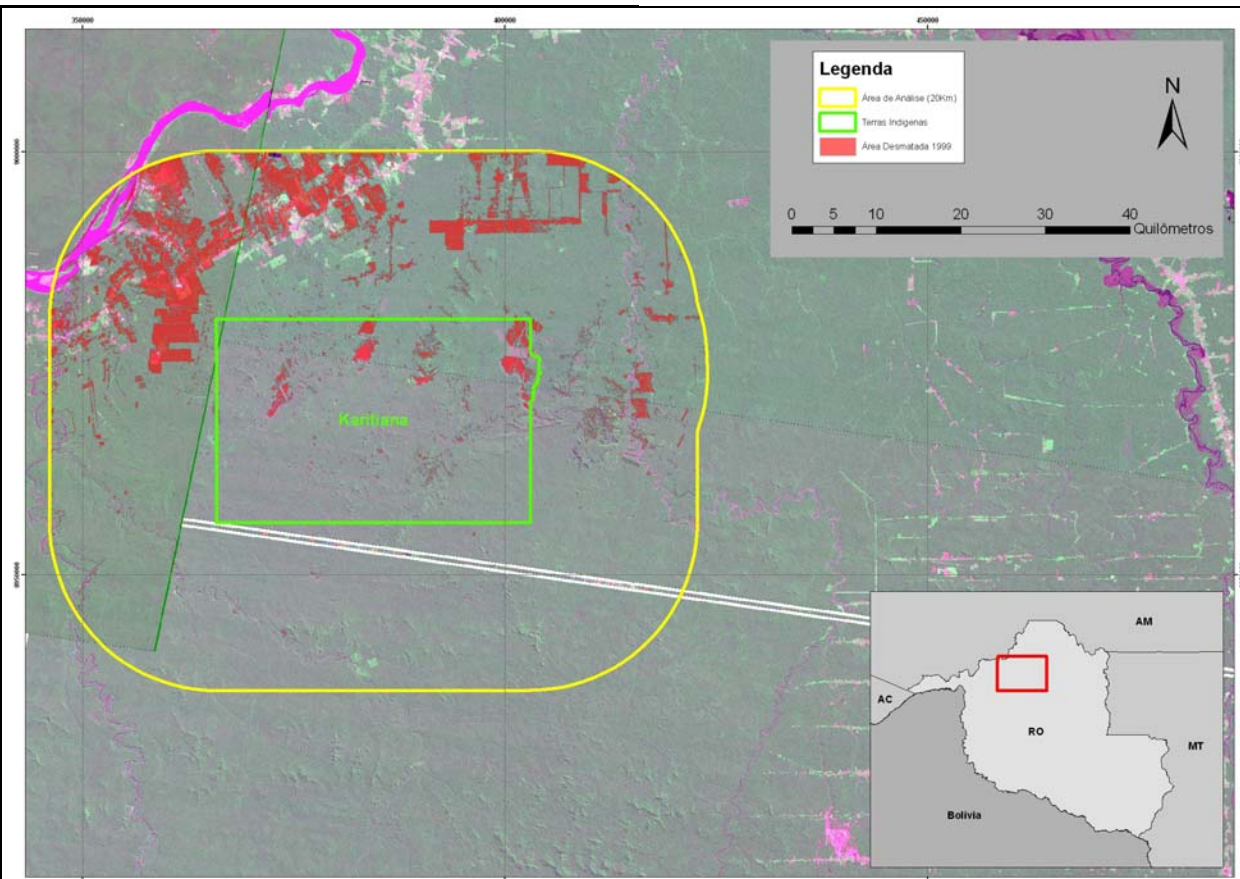
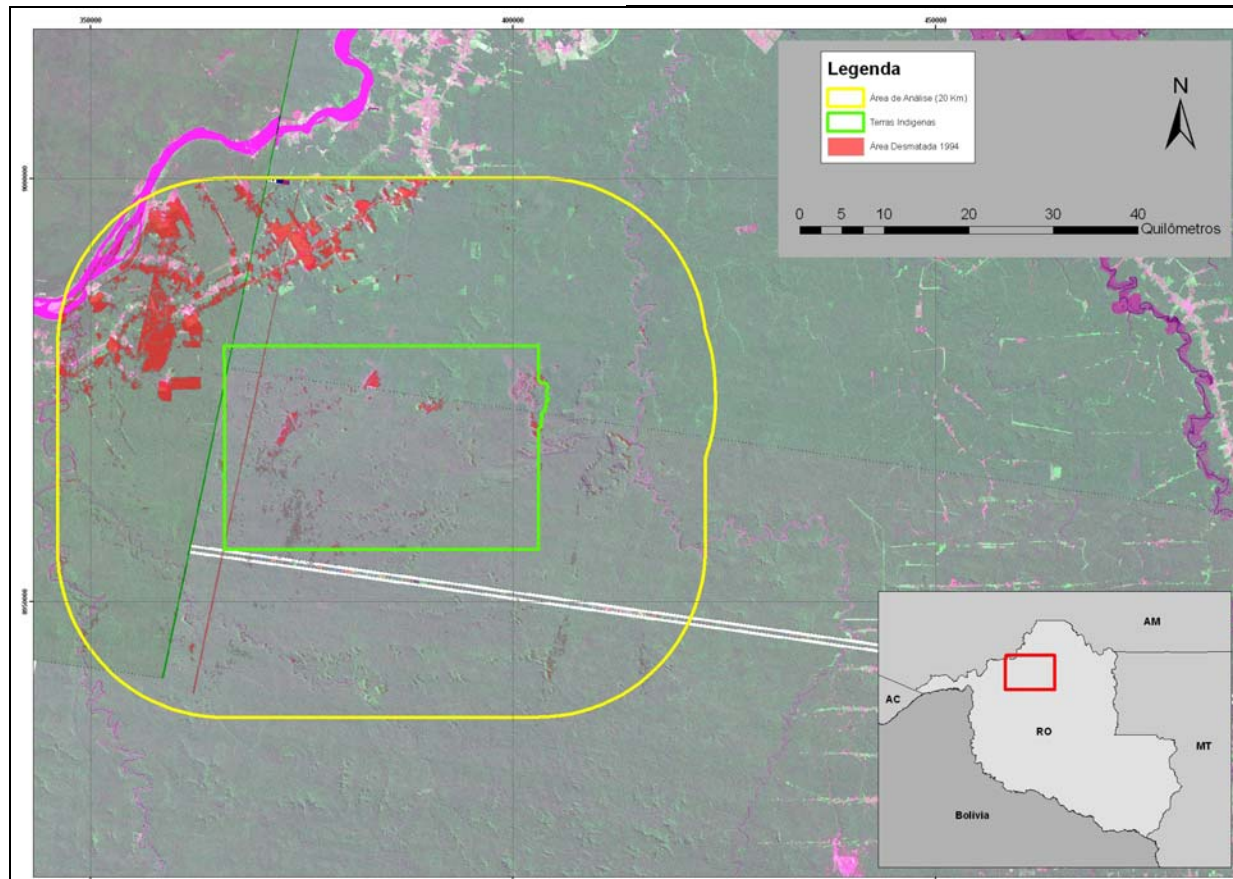
Ressalta-se que os contatos interétnicos continuam representando impactos significativos sobre os grupos indígenas, principalmente quando envolvem processos de expansão produtiva ou de infraestrutura.

5.1.4.1 FIGURAS DE PRESSÃO

Nas Figuras a seguir, é possível visualizar o avanço da ocupação do entorno da Terra Indígena ao longo dos últimos 15 anos.

Entre os anos de 1999 e 2004 pode-se perceber a invasão da área pertencente à Flona Bom Futuro, como no entorno da TI como um todo. Ressalta-se que a área que margeia a rodovia BR – 364 a noroeste da TI se encontra já, em 1999, bem desmatada. Esse processo de ocupação intensificou-se com a pavimentação da rodovia em 1982.

Entre os anos de 2004 e 2009, chama atenção a consolidação da ocupação dentro da FLONA, como também o processo de regeneração pelo qual a biota vegetal vem passando no interior da TI. Considerando que, em 2005, ocorreu a expulsão de madeireiros e garimpeiros de dentro da TI, essa recomposição que é possível visualizar nas imagens, se deve principalmente ao fato já conhecido de que as Terras Indígenas, em geral, são áreas com uma melhor qualidade de proteção ambiental devido a estratégias que os próprios grupos dispõem para conservação dos recursos naturais.



5.2 TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ, VALE DO GUAPORÉ E SARARÉ

As Terras Indígenas Tubarão Latundê, Vale do Guaporé, Pequizal e Sararé/Paukalirajausu são habitadas pelos subgrupos do povo genericamente conhecido como Nambikwara, sendo que apenas na TI Tubarão Latundê encontram-se outros grupos, nomeadamente Kwaza e Aikanã³¹. Por opção metodológica, a primeira parte desta secção será referente à caracterização do grupo abordando alguns aspectos sociais, culturais e políticos e o histórico de contato. Após essa caracterização serão apresentados alguns aspectos específicos de cada Terra Indígena. Ressalta-se que os Nambikwara, no campo do conhecimento passaram a ter visibilidade a partir dos estudos realizados nas primeiras décadas do século XX. Roquete Pinto, Lévi-Strauss³², e posteriormente, já na década de 1970, David Price contribuíram para o conhecimento de algumas características e aspectos sócio culturais do grupo.

Apesar da visibilidade alcançada pelos Nambikwara devido aos autores que escreveram sobre o grupo³³, existem poucas referências bibliográficas sobre eles, principalmente sobre os seus subgrupos.

Estudos mais recentes foram realizados por pesquisadores como Ana Maria Ribeiro da Costa, Marcelo Fiorini e Joana Miller. Sendo que, por exemplo, os estudos de Ana Maria Costa foram sobre os Nambikwara do Cerrado, enquanto Joana Miller estudou os Mamaindê principalmente em relação a produção dos enfeites corporais. Apesar desses trabalhos mais atuais sobre o grupo, estudos voltados para as transformações recentes ocorridas no território Nambikwara ainda são escassos, sobretudo aqueles que tratam dos aspectos que são privilegiados para a composição de entendimentos relacionados com infraestrutura e do alcance dos impactos desses empreendimentos. Uma das poucas obras com esse enfoque é o estudo realizado por Claudia Teresa Franco, sobre os impactos da mineração na Terra Indígena Sararé, que procura analisar as transformações decorrentes da atividade minerária na terra Nambikwara. Um dos estudos que auxiliaram na elaboração deste componente foi o relatório de etnomapeamento do Vale do Guaporé e da TI Tubarão Latundê, realizado no contexto da implementação do Projeto Básico Ambiental para a Linha de Transmissão 230 kV Samuel/RO-Jauru/MT. Destaca-se que tal estudo produzido por pesquisadores da Ecology Brasil era direcionado para atender as demandas relativas ao enfoque de proteção e fiscalização dessas terras, sobretudo de suas fronteiras. Não tendo como

³¹ Os Aikanã também são conhecidos pelos etnônimos Huari, Mondé ou Massacá.

³² No seu livro: *Tristes Trópicos*, um clássico da antropologia, além de uma série de artigos.

³³ Principalmente Lévi-Strauss.

enfoque os aspectos e as transformações que ocorrem com a implantação de novos empreendimentos.

5.2.1 GRUPO INDÍGENA NAMBIKWARA

5.2.1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO

O nome Nambikwara é de origem Tupi- Guarani e pode ser traduzido como “orelha furada”. Não se trata de uma autodenominação, mas se tornou o etnônimo do grupo que é composto por aproximadamente 28 subgrupos. Os subgrupos do povo Nambikwara ocupam espaços ecologicamente diferenciados, sendo identificadas três áreas: Serra do Norte, Chapada dos Parecis e Vale do Guaporé (Costa, 2002).

Segundo Price (1972), os subgrupos localizados nessas áreas geográficas também possuem hábitos culturais diferenciados.

“Os da Serra do Norte estavam em sua maioria, compreendidos nas adjacências das nascentes do Rio Roosevelt. Habitavam essa região os Sabanê, Txawenté, Txawanté, Yalakunté (Lacondê), Yalakaloré e os Latundê. Os remanescentes desses grupos concentram-se na Terra Indígena Pyreneus de Souza, em Mato Grosso, na divisa de Rondônia. Os Hinkatesu (Manduca) ainda vivem no Vale do rio Doze de Outubro, em Mato Grosso. Considerados também como pertencentes à área da Serra do Norte, porém mais a sudoeste, entre os rios Cabixi e Piolho, encontram-se os Mamaindê e os Negarotê, (...) os da Chapada dos Pareci. Na Terra Indígena Tirecatinga, mais a leste, ficam os Wakalitesu, em sua fração de seu antigo território, sendo que uma parcela do grupo migrou para a Terra indígena Nambikwara. No rios Formiga e Juína estão localizados os Halotesu; no rio Camararé, os Kithaulu; e nas matas a oeste das nascentes do rio Juína, os Sawentesu. No Vale do Guaporé, em densas matas interligadas por um território contínuo, habitam os Aikkutesu, Nantesu, Qalisattesu, Yxotxusu, Elahitxansu, Alantesu, Alakatesu, Waikatesu e Wasusu. (Costa, Op.cit.: 20-21).

Nesse sentido os três grandes ecossistemas corresponderiam também a determinados subgrupos e Terras Indígenas. Costa (2008) faz a seguinte divisão:

- Serra do Norte - Terras Indígenas Tubarão Latundê e Pirineus de Souza;
- Vale do Guaporé – Terras Indígenas Vale do Guaporé, Taihãntesu, Pequizal, Lagoa dos Brincos e Sararé/Paukalirajausu;
- Chapada dos Parecis - Terra Indígena Nambikwara.

Ressalta-se que a denominação dos grupos³⁴ Nambikwara pode estar relacionada com alguma atividade na qual este se sobressaia em relação aos demais, ou a uma região de ocupação tradicional, ou mesmo o nome de um chefe (*ibidem*).

A família lingüística Nambikwara não se encontra classificada em nenhum tronco lingüístico, pois não possui relação comprovada com outras famílias. Segundo Price, em sua classificação sobre a família lingüística Nambikwara, esta pode ser dividida em três grupos de línguas: Sabanê, Nambikwara do Norte e a Nambikwara do Sul. O Sabanê seria a língua do extremo norte do território Nambikwara, falada pelos Nambikwara da Serra do Norte; a língua Nambikwara do Norte seria falada pelos Mamaindê e também por parte dos da Serra do Norte e a língua Nambikwara do Sul pelos índios do Vale do Guaporé e da Chapada dos Parecis. O mesmo autor ainda distingue alguns dialetos, entre os falantes do Nambikwara do Sul, com destaque para os falados no Vale do Guaporé, no Vale do Juruena e no Sararé.

A diferenciação dos grupos pela classificação lingüística é de suma importância, Lévi-Strauss já a apontava como um dos melhores critérios para a classificação dos grupos, uma vez que durante o período da seca era comum ocorrer fracionamento dos mesmos, pois suas formações eram fluidas e com isso os nomes surgiam e desapareciam com grande facilidade (Lévi-Strauss *apud* Miller, 2007).

Os Nambikwara habitam o oeste do Mato Grosso e o sul de Rondônia, sendo que atualmente seu território compreende oito Terras Indígenas, nomeadamente Lagoa dos Brincos, Nambikwara Pequizal, Pirineus de Souza, Sararé, Taihantesu, Tubarão Latundê e Vale do Guaporé, que juntas correspondem aproximadamente 1/6 do território tradicional do grupo, **Quadro 5.2.1.1-1**

³⁴ Para melhorar a fluência a partir deste momento será tratado como Povo Nambikwara o que no primeiro parágrafo foi qualificado como grupo e o que foi chamado de subgrupo será tratado como grupo.

Quadro 5.2.1.1-1 - Terras Indígenas e suas localizações

Terras Indígenas Nambikwara	Municípios	Superfície (Ha)
Lagoa dos Brincos	Comodoro	1.845
Nambikwara	Comodoro	1.011.960
Pequizal	Nova Lacerda	9.886
Pirineus de Souza	Comodoro	28.212
Sararé	Nova Lacerda Vila Bela da Santíssima Trindade Conquista D'Oeste	67.420
Taihantesu	Nova Lacerda	5.372
Tubarão Latundê	Chupinguaia – RO	116.613
Vale do Guaporé	Comodoro Nova Lacerda	242.593

Fonte: ISA, 2008

Para efeito deste estudo serão descritas quatro Terras Indígenas pertencentes aos Nambikwara: Tubarão Latundê, Vale do Guaporé, Pequizal e Sararé/Paukalirajausu, que são as Terras localizadas na área de influência dos Empreendimentos.

5.2.1.1.1 Organização Social e Política

Em termos sociais, os Nambikwara são constituídos por vários grupos que habitam espaços ecológico-culturais diferenciados. Esses grupos representam “unidades políticas independentes e economicamente auto-suficientes” (Costa, *Op. cit.*: 39), que mantêm entre si relações de hostilidade temporizadas pelas necessidades principalmente de trocas matrimoniais. Ressalta-se que alguns grupos, antigamente, possuíam relações tão hostis que estavam impedidos, inclusive, de estabelecerem relações de casamento. Valadão (1986) em seu primeiro “Relatório de Avaliação da Área Indígena Igarapé Omerê”, ressalta que apesar de independentes, ou melhor, auto-suficientes, quando isolados, esses grupos, possuem uma imensa dificuldade de resistir aos contatos com outros grupos étnicos.

Atualmente, dificilmente o fato de pertencer a outro grupo é um impeditivo para a realização dos casamentos. Tudo depende das relações que são estabelecidas, mesmo a extensão da classificação de “gente” pode ser deslocada, pois ela não denota uma humanidade “natural”, mas uma condição social de pessoa (Miller, *Op. cit.*)

Antigamente os grupos Nambikwara eram seminômades, o que exigia grande prudência principalmente no que se referia ao número de filhos, especialmente porque o período da seca³⁵ era de grande carestia (Lévi-Strauss, 1955) sendo um momento de fragilidade para a organização social do grupo.

³⁵ O período da seca dura de Abril a setembro.

A figura do chefe nos grupos Nambikwara, expressava a própria fragilidade dos mesmos, sendo que sua liderança podia se desfazer, inclusive, com a adesão do grupo a uma nova facção que não passasse por privações ou dificuldades. Segundo Lévi-Strauss, intrigas políticas dentro do grupo ou conflitos com outros grupos podiam dar uma dinâmica a organização social surpreendente e encerrar um ciclo de liderança. O poder político exercido pelo chefe consistia muito mais em um desejo do grupo do que em uma necessidade. Sua sucessão ocorria, inclusive através da escolha, não sendo hereditária. Entretanto essa escolha obedecia a alguns, critérios como: a predileção e os vetos do grupo e aceitação da indicação pelo próprio sucessor.

Importante salientar que a residência entre os Nambikwara obedece à regra matrilocal e os homens consideram que, muitos filhos do sexo feminino conferem riqueza, pois isso implica na possibilidade de um grande número de genros que o ajudaram nas atividades de caça e pesca (Costa, *Op. cit.*). Entretanto em relação à linhagem a regra não é bem definida, uma criança Nambikwara pode pertencer tanto ao grupo da mãe, como do pai, ou até da região onde nasceu. Essa imprecisão em relação à linhagem já era apontada nos trabalhos de Lévi-Strauss e não foi desfeita nos trabalhos posteriores.

a. Cosmologia

No *tempo de antigamente*³⁶ o mundo era diferente, os Nambikwara moravam dentro de uma grande pedra de cor preta, e quando de lá foram retirados pela andorinha-da-mata ocuparam a região criando as diversas aldeias. No tempo mítico o tempo não possuía a bipolaridade da organização temporal e demorou muito para que a vida fosse como é hoje. Em alguns momentos, o auxílio das almas permitiu que os Nambikwara sobrevivessem a catástrofes.

A convivência entre o mundo temporal e o espiritual tem seu espaço na aldeia, mas existem outros locais sagrados e de residência dos espíritos, que em alguns casos, é vedada a presença dos próprios índios.

Segundo Costa (2008) os locais sagrados na cultura mítica Nambikwara possuem raízes benévolas e maléficas, e por isso estariam em constantes enfrentamentos com os índios.

³⁶ No *Tempo de antigamente* é como os Nambikwara se referem ao tempo mítico.

“Sob as imensas raízes de Haluhalunekisu, uma árvore mítica, as águas dos rios, córregos, cachoeiras, rebojos são entendidas como lugares míticos, assim como as Montanhas Sagradas, onde moram os espíritos. Para que seja possível entender os modos de viver dos Nambiquara, torna-se importante saber que as práticas cotidianas existem concomitantemente às dos espíritos ancestrais e sobrenaturais. Numa fusão, o dia-a-dia de homens, mulheres e crianças interpõe-se ao dos espíritos, com base nas representações que estabelecem com eles, fundamentada nas intervenções do pajé” (idem, 2008:04).

A figura do pajé é crucial no processo de mediação entre as práticas cotidianas do grupo, o conjunto de crenças e o mundo sobrenatural. O pajé seria aquele que teria o poder de auxiliar tanto no enfrentamento dos espíritos maléficos, como no auxílio em caso de doença, sendo também o responsável por encaminhar a alma dos mortos até o outro mundo *Haluhalunekisu*. Essa relação mítica Nambikwara contribui para a significação e constante ressignificação do mundo do grupo. (*ibidem*).

O pajé também é aquele que recebe o nome escolhido por Dauãsununsu, Senhor dos nomes próprios e Deus supremo dos Nambikwara. Dessa forma um Nambikwara sempre possui três nomes, aquele que nunca é dito e somente sua família conhece, o apelido pelo qual é conhecido na aldeia, e o nome em português.

b. A Vida – A Aldeia

A aldeia é um local de proteção, de segurança para os Nambikwara (Costa, *Op. cit.*: 88). O pátio da aldeia é o centro da vida pública, representa um espaço dinâmico, local das mais simples atividades cotidianas, das trocas, da produção, das práticas lúdicas e inclusive da realização da vida ritual e cerimonial do grupo. O pátio da aldeia é também o local onde os mortos estão enterrados. Segundo Price, a presença de mortos enterrados no local é que caracterizaria, de fato, um local como aldeia. Nas aldeias Nambikwara, os pátios seriam o local de encontro entre os vivos e os mortos. Sabe-se que no Vale do Guaporé, existiam algumas “aldeias velhas” que possuíam um significado muito importante, pois lá estavam depositados os restos mortais de vários parentes. Destaca-se que algumas dessas aldeias foram abandonadas durante os processos que acarretaram a expulsão dos índios pelos grupos de invasores que foram ocupando as terras do Vale nas décadas de 1960 e 1970³⁷.

³⁷ Etnomapeamento - Ecology Brasil, 2009

No pátio da aldeia, acontecem às práticas xamanísticas, a iniciação à puberdade feminina (Festa da Menina Moça) sendo também o local onde é construída a casa das flautas (com exceção das aldeias Mamaindê e Negarotê que mantêm as suas flautas guardadas na mata), onde são guardados os instrumentos (flautas) feitos de taquara. A visão das flautas é interdita as mulheres.

“Um pai e seu filho discutiam se ouviam, ou não, o som de flautas. Finalmente a criança se zangou e pediu ao pai que a levasse para dentro da selva, e a deixasse lá. O pai assim o fez. Quando o pai voltou para casa – sem a criança – a mãe queria saber o que havia acontecido. Então, ele voltou à selva e verificou que não havia criança e sim, um pé de mandioca crescendo pela primeira vez. Das mãos do menino foram formadas as folhas de mandioca que parecem dedos; de seus dentes fez os grãos de milho; de suas unhas, as brancas sementes de amendoim, de seus olhos a fava, e de seu sangue forma o suco vermelho do urucum, etc... E o espírito do menino volta nas flautas sagradas que os homens tocam na casa das flautas, proibida às mulheres. Sem a dança e o canto não teria mandioca, milho amendoim e fava, entre outros”.
(acervo FUNAI, apud Franco)

A dança, o canto e a música tocada garantem a fartura das roças. Os homens contribuem ritualmente com a produção e as mulheres são responsáveis tanto pelos cuidados produtivos como pelos cuidados com as crianças.

Da mesma forma que a casa das flautas é interdita às mulheres, a casa destinada a reclusão da menina moça³⁸ (wâintakalasu) é interdita aos homens. Com a chegada da primeira menstruação é construída uma maloca com folhas de palmeira como o buriti. O período de confinamento da moça é variado em cada grupo, ou até mesmo por família, e segue um prazo que pode variar em geral de um a três meses³⁹. Durante esse tempo as atividades e comportamentos referentes ao sexo feminino são transmitidos para a menina por parentes do sexo feminino, mãe, tias, avós, cunhadas, etc. Após o período de reclusão, a menina é considerada adulta e ocorre uma grande festa onde são convidados índios de outras aldeias, o que confere a festa um momento privilegiado para a percepção de como são estabelecidas as redes de relações sociais em seus aspectos mais amplos, envolvendo os diversos grupos. Por isso o ritual além

³⁸ A festa da menina moça é uma das mais importantes para os Nambikawara.

³⁹ Em algumas ocasiões o período pode ser mais longo.

de servir como marco de mudança para as “Meninas Moças” serve como um ponto importante na organização social dos Nambikwara.

Os enfeites que são utilizados durante a festa são cuidadosamente trabalhados, sendo muito importante que as meninas estejam pintadas, o que confere ao espaço da maloca um aroma de urucum. Os materiais utilizados para a confecção dos enfeites são o pariri, tucum e guariroba. Alguns grupos recolhem conchas para confeccionar os brincos e colares utilizados durante os rituais da Menina Moça. Na festa também é servida a chicha que em geral é feita de mandioca, mas em casos específicos pode ser feita de milho. A chicha também é consumida nas pajelanças e em várias outras circunstâncias.



Foto 5.2.1.1.1-1 - Colares fabricados com conchas utilizados por índios do Vale do Guaporé no Ritual da Menina Moça

Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

Durante muito tempo, a menina ao sair da casa, casava com um homem escolhido por seus pais. Atualmente, nem todas casam ao fim do rito.

Nas Terras Nambikwara é possível encontrar diferentes tipos de habitações. Algumas casas são construídas no formato de cones, outras grandes e compridas e ainda no formato semicircular. Os materiais usados na construção dessas habitações são principalmente madeira e palha. No passado as casas eram praticamente feitas com palha de buriti.



Foto 5.2.1.1.1-2 - Habitações Nambikwara

Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

5.2.1.1.2 *População Atual*

O antropólogo David Price estimou que no início do século XX a população do Povo Nambikwara era de aproximadamente 5.000 indivíduos, entretanto, Lévi-Strauss considerava que nessa época a população deveria ser de 10.000 indivíduos, visto que em 1938, ano que estabeleceu contato com alguns dos grupos Nambikwara estimou que se somasse o total dos grupos, a população deveria estar entre 2.000 e 3.000 pessoas.

Em 1969, após drásticos processos de depopulação, os grupos Nambikwara estavam reduzidos a 550 indivíduos. Seguindo a tendência da maioria dos grupos indígenas, que após muitos anos de queda populacional voltaram a crescer, os Nambikwara registraram 1.145 pessoas em 1999, 1.331 em 2002 e 1682 em 2008⁴⁰, o que indica um aumento de quase 50% no quantitativo populacional.

Quadro 5.2.1.1.2-1 - Terras Indígenas e população

Terras Indígenas Nambikwara	População	Fonte
Lagoa dos Brincos	65	FUNAI (2002)
Nambikwara	306	PACA (2001)
Pequizal	45	FUNAI (2002)
Pirineus de Souza	216	PACA (2001)
Sararé	130	FUNASA (2009)
Taihantesu	77	PACA (2001)
Tubarão Latundê	180*	Vasconcelos, I (2005)
Vale do Guaporé	722	FUNAI (2008)
Total	1741	-

* Incluindo indivíduos das Etnias Aikanã e Kwazá

⁴⁰ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/nambikwara/1674>

5.2.1.1.3 Assistência

A jurisdição das Terras Indígenas Tubarão Latundê, Vale do Guaporé, Pequizal e Sararé (Paukalirajausu) é de responsabilidade da Administração Regional da FUNAI de Cuiabá.

Como na maioria das Terras Indígenas, os aspectos relacionados aos serviços de educação e saúde carecem de apoio e infraestrutura.

5.2.1.1.4 Saúde

Em relação à saúde as informações disponíveis indicam que esta é precária e necessita de melhor acompanhamento. O serviço, quando realizado, é feito por agentes indígenas de saúde, que não possuem as condições adequadas de trabalho. Em casos de necessidade de atendimento médico, os Nambikwara se deslocam para as cidades de Vilhena, em Rondônia, e Comodoro, no Mato Grosso, onde existem bases da FUNASA ou hospitais, que oferecem atendimento médico.

Uma das maiores dificuldades para acessar os serviços de saúde está ligada à falta de transporte para levar os doentes às cidades. *“As estradas que dão acesso às aldeias não se encontram, em geral, em boas condições de tráfego. Veículos utilitários da Fundação Nacional do Índio e da Fundação Nacional de Saúde trafegam sem as mínimas condições de segurança”* (Instituto Creatio, 2008). Situação um pouco melhor verifica-se na TI Sararé que possui agentes sanitários em todas as aldeias da TI, conseguindo prestar uma assistência de saúde imediata quando necessário.

As campanhas de vacinação e imunização têm contribuído para melhorar a qualidade de vida, mas estas não são ações específicas, estão inseridas dentro das campanhas nacionais de medicina preventiva.

5.2.1.1.5 Educação

No caso da educação o quadro não é muito diferente. Falta acompanhamento pedagógico e estrutura física adequada para que as atividades de magistério sejam realizadas. Em algumas aldeias, sobretudo as centrais, é possível encontrar escolas que funcionam de forma precária. Apesar das dificuldades têm sido apontadas algumas soluções que procuram amenizar os problemas.

Nesse sentido, é possível destacar duas ações: o programa da Secretaria Municipal de Educação de Comodoro/MT que visa capacitar indígenas para exercerem a função de professores, além do desenvolvimento de uma política de valorização das diferenças culturais em consonância com Parâmetros Curriculares Indígenas (PCI), do Ministério

da Educação; e a existência de duas escolas na Terra Indígena Tubarão Latundê que também oferecem uma base curricular em consonância com os PCI, e contam com professores contratados pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia - SEDUC/ RO.

Entretanto, as condições de trabalho desses profissionais são agravadas pela falta de acompanhamento pedagógico e pelas condições de acesso às aldeias.

Em geral, os Nambikwara usam a língua nativa no cotidiano, com exceção daqueles que falam a língua Sabanê , pois esta possui menos de 20 falantes. As línguas faladas pelos outros grupos estão bem preservadas, sendo que as mulheres por saírem menos da aldeia, possuem um conhecimento menor da língua portuguesa. As crianças, em geral, ficam sob responsabilidade das mulheres e nos primeiros anos, dessa forma, nas aldeias, a comunicação é toda realizada na língua nativa. Entre os mais velhos, nem todos dominam a língua portuguesa. O português é falado por todos os Nambikwara do sul e pela maior parte dos Nambikwara do norte, já no Vale do Guaporé são os mais jovens que compreendem e dominam a língua portuguesa. (Fiorini, 1997).

5.2.1.1.6 História de Contato

As primeiras referências aos Nambikwara datam do século XVIII, sendo possível encontrar registro de contatos, de grupos não índios, mais precisamente por meio da chegada dos bandeirantes paulistas, no contexto da descoberta de ouro na região entre a chapada dos Parecis e o rio Guaporé, área que era, à época, chamada de Minas do Mato Grosso, e fazia parte da Capitania de São Paulo. Os primeiros registros vêm de Antonio Pires de Campos, na década de 1720. No entanto, apenas no fim do século, em 1797, foi feito um relato sobre este grupo indígena, pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra (Costa, 2002), que percorreu o território da capitania de Mato Grosso⁴¹, mencionando índios do grupo Cabixi que eram considerados selvagens.

No século seguinte, os Nambikwara mantiveram a reputação de selvagens resistindo às relações amistosas com as populações que viviam em arraiais perto de seu território. A sede da Capitania de Mato Grosso era Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada com o intuito tanto de defender o território, das invasões espanholas, como pela descoberta de ouro na região⁴², o que provocou contatos entre índios e não índios de maneira mais acirrada, havendo relatos de ataque dos Nambikwara aos núcleos populacionais da região.

⁴¹ Criada em 1748

⁴² Ribeiro (2002)

Além das disputas e conflitos com os representantes do governo e a população residente nas vilas e arraiais, existiam também os conflitos com os escravos e ex-escravos negros. Costa (2002) traz dados importantes sobre os contatos entre os Nambikwara e os quilombolas do Quariterê ou Piolho, situado na região do rio Guaporé, durante a segunda metade do século XVIII. Neste sentido, a autora revela que os quilombolas fugiam para as matas no Vale do Guaporé, território indígena, saqueando aldeias, roubando alimentos e raptando mulheres.

Na segunda metade do século XIX, parte do território Nambikwara estava sendo invadida, a partir da intensificação do comércio de peles e penas de animais silvestres. Em tal contexto, o território tradicional Nambikwara começou a ser reduzido, e a sua população exterminada (Costa, 2002). Ainda neste período, o governo de Mato Grosso incentivava a indústria extrativista, concedendo territórios na região. Assim, referências mais sólidas sobre os Nambikwara, que ainda eram chamados de Cabixi, começaram a ser produzidas.

No início do século XX, houve uma intensificação da atividade de extração de látex, o que aumentou o contato dos Nambikwara com seringueiros e com índios Paresi⁴³, que também participavam em tal atividade. Como aponta Costa (2002), a história dos Nambikwara, narrada pelos mesmos, se dá na forma de uma percepção histórica dos contatos com as frentes de expansão.

Ainda no início do século XX, o trabalho da Comissão Rondon, ligando o Mato Grosso ao Amazonas por meio de Linhas Telegráficas, pretendia integrar os indígenas à sociedade nacional que estava em construção (Diacon, 2006). A partir de 1907, a comissão adentrou territórios ocupados pelos Cabixi que, a partir de então, começaram a ser conhecidos pela atual denominação (Miller, 2007).

Antes de Rondon atingir o território Nambikwara, estes mantinham relações hostis com os seringueiros da região, e isto teria ainda segundo Miller (*op.cit.*), levado os Nambikwara a atacar os trabalhadores das Linhas Telegráficas, por tê-los confundido com os seringueiros. Ao atingir o rio Juruena, a comissão foi atacada, mas o marechal Rondon se negou a lutar contra os Nambikwara contendo a tropa e mantendo o seu lema: “Morrer, se preciso for, matar, nunca” (Ribeiro: 1970). O que permitiu que em 1910, no ano de criação do SPI, o marechal Rondon estabelecesse relações pacíficas com os Nambikwara, construindo logo em seguida diversas estações telegráficas em seus territórios. No entanto, as Linhas Telegráficas abriram o caminho para chegada de outros agentes, como missionários protestantes do South American Mission, em 1924, que pretendiam evangelizar os índios. Em meados da década de 1930, outros

⁴³ Os Nambikwara estabeleceram relações hostis com os Paresi durante anos.

membros do mesmo grupo missionário voltaram à região, permanecendo até 1948. Missionários católicos também atuaram entre os Nambikwara no vale do rio Juruena, mantendo uma escola de alfabetização e catequização. Posteriormente, na década de 1960, missionários do Summer Institute of Linguistics também chegaram para estudar a língua dos Nambikwara. De acordo com Miller (2007), apesar dos esforços dos grupos missionários, os Nambikwara mantiveram, em grande parte, suas próprias tradições culturais e religiosas.

De acordo com Costa (2002) para os Nambikwara do Cerrado a invasão do seu território tem como marco a data de 1942, a partir da qual se dá a presença ostensiva de seringueiros na região da Chapada dos Parecis,.

O contato com seringueiros se deu pela permissão dada pelos índios para extração de látex, que tinha como contrapartida a troca por objetos como, armas de fogo, já que os Parecis seus inimigos já dispunham desse objeto. A relação entre os Nambikwara e os seringueiros foi bastante ambígua, como aponta Costa (*Ibidem*), estes eram vistos ora como aliados ora como inimigos, mas apesar dessa alternância, a visão do grupo estava permeada pelo receio do avanço dos seringueiros em seu território tradicional.

A partir da intensificação do contato com não índios, epidemias, como sarampo, gripe e tuberculose, dizimaram muitos Nambikwara, o que favoreceu a união de grupos Nambikwara para evitar a extinção (Costa, *ibidem*).

“Todos os membros da minha família tinham morrido. Ao redor das cinzas frias das fogueiras abandonadas nas choupanas da aldeia encontravam-se corpos mortos. Eu não tinha mais energia para enterrar ninguém. Fui à única sobrevivente e pensei que também fosse morrer. Na hora do entardecer, arrastei-me até o córrego e deixei que a água fresquinha me acalmasse o calor da pele do rosto e da boca seca. (...) Eu devia contar aos parentes sobre o mal que passou por aqui. (...) Finalmente cheguei no riacho ao lado da aldeia vizinha. Senti esperança no coração. Aqui eu iria encontrar auxílio, alento e o poder curativo do pajé. Mas a cadê a fumaça das fogueiras? Arrastando-me, sangrando de mãos e joelhos, aproximei-me mais e vi a mesma cena horrorosa – Todos os mortos! Não... Ouvi um sonho bem fraquinho vindo de alguma parte. La estavam eles, moribundos: meu tio e sua filha. (...) Após recuperar um pouco de energia, fomos até a próxima aldeia. Lá encontramos uns poucos sobreviventes. Formamos

um grupo e fomos andando a todas as aldeias, procurando outros sobreviventes. O mal que queima e que deixa pintas vermelhas nos tinha destruído. Ele consumiu nossa gente; pouquíssimos de nós ficamos (In: Kroecker, 2003 apud Franco).

Na década de 1950, o território Nambikwara é novamente invadido, desta vez por projetos de colonização tendo a atuação do INCRA e do INTERMAT agravado a situação.

Outro marco foi o ano de 1968, quando da demarcação da então chamada Reserva Indígena Nambikwara. A própria FUNAI transferiu os grupos que habitavam o Vale do Guaporé para a região do cerrado.

“Comandada por militares, a FUNAI teve atuação marcante nesse processo. Ao demarcar a Reserva Nambikwara, pretendeu reunir o maior número possível de grupos Nambiquara do Vale do Guaporé na mesma área, junto aos Kithãulhu, Sawentesu, Wakalitesu, Halotesu, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu, o que provocou o esvaziamento parcial das terras indígenas, beneficiando, conseqüentemente, a instalação de grandes empreendimentos agrícolas e pastoris” (Costa, 2008:02).

Pouco tempo depois da criação da TI, a recém criada FUNAI emitia uma certidão negativa de presença de índios na região do Vale do Guaporé, liberando a área para a atividade agropecuária. É importante destacar que as terras do Vale eram mais férteis e por isso mais propícias para a instalação de fazendas e para as políticas públicas que estavam sendo implantadas pelo Governo Militar.

Segundo Costa (2002), esse ato acabou impondo a vários grupos Nambikwara um território definido e alheio ao seu universo de referência e de seus aspectos sócio culturais. Essa medida além de fragmentar o território ocupado pelos Nambikwara criou situações de tensão e conflito. Os grupos Nambikwara que moravam no Vale resistiram à mudança e mesmo os que se deslocaram não se habituaram as diferenças existentes entre as matas do Guaporé e o cerrado que predominava na reserva, retornando quase que imediatamente as suas áreas tradicionais. Assim foram inevitáveis, conflitos envolvendo os Nambikwara e os novos ocupantes da região. Esse período de conflito durou até o início da década de 1980, quando através de denúncias redigidas por diversos grupos, o Tribunal Internacional Bertrand Russel da Holanda denunciou o Brasil por crime de genocídio contra os Nambikwara. Por causa dessa denúncia e das

pressões internacionais o governo se viu na obrigação de criar uma área indígena no Vale do Guaporé, a Oeste do primeiro território Nambikwara. Posteriormente outras terras Nambikwara foram criadas (Instituto Creatio, 2008).

Ainda de acordo com Costa (2002), durante o período de criação da primeira reserva Nambikwara, a região passou a ser foco das políticas econômicas do governo militar, que procurava incentivar a instalação de grandes empresas agropecuárias e madeireiras. Além disso, existiam outras obras de infraestrutura acontecendo como a abertura da BR-364 e incentivos de ocupação que trouxeram muitos trabalhadores para a região, sobretudo para o Vale do Guaporé, onde as terras eram mais férteis.

Segundo aponta Franco (*Op. cit.*), este foi o momento de maior invasão ao território indígena, ocasionando muito desmatamento. A situação crítica dos Nambikwara em decorrência disto é exposta por Costa:

“A estrada viabilizou a implantação de grandes empreendimentos agro-pastoris, principalmente nas terras indígenas do Vale do Guaporé, que realizaram desmatamentos para a formação de pastagens para o gado e extração de madeira. Fato que marcou um período de grande violência, causando o extermínio de outra parcela da sociedade Nambiquara” (2002, pág. 46).

Assim, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelos conflitos fundiários envolvendo os Nambikwara, que pretendiam recuperar seus territórios, e os grandes fazendeiros que foram ocupando a região.

Entre os anos de 1980 e 1990 algumas áreas importantes para os Nambikwara foram demarcadas pela FUNAI, como a TI Lagoa dos Brincos, a TI Taihantesu e a TI Pequizal, todas em áreas contíguas a Terra Indígena Vale do Guaporé. No entanto, ainda na década de 1980, a rodovia federal BR – 174 foi aberta para ligar a cidade de Pontes e Lacerda à BR 364, cortando o território, na época ainda não demarcado, ocupado por grupos Nambikwara. Assim, criou-se uma espécie de deformidade, uma vez que a Terra Indígena Vale do Guaporé permanece cortada por duas rodovias sendo uma federal e outra estadual MT-235.

A partir da construção dessas estradas, o fluxo populacional para a região foi intensificado, e teve início a exploração de madeira, o que causou graves impactos entre os grupos Nambikwara, principalmente pela invasão dos seus territórios.

A década de 1990, também foi bastante crítica para o grupo que habita a região da TI Sararé, sendo este o período marcado pela entrada de garimpeiros, especialmente nas proximidades da aldeia PIV, região sul/sudoeste da Terra Indígena (Franco, *Op. cit.*). Neste sentido, é importante salientar que os próprios índios foram responsáveis por expulsar os invasores do seu território. No entanto, ainda segundo Franco, os Nambikwara desta região ainda se encontram vulneráveis às invasões de seus territórios por madeireiros e posseiros, especialmente na área de expansão Paukalirajausu.

A história dos Nambikwara, segundo Costa (2002), é balizada pela resistência, como é destacado na memória dos mesmos, são marcantes os contatos destes com uma série de agentes, tal como trabalhadores das Linhas Telegráficas da Comissão Rondon, os missionários católicos e protestantes, os seringueiros, os assentamentos (e, portanto, os assentados), e os fazendeiros. Assim, o foco da história está na resistência ao contato com os não índios, e principalmente na defesa de seus territórios.

5.2.1.1.7 Territorialidade e Recursos Naturais

Os Nambikwara são caçadores, pescadores, agricultores e coletores. A caça é uma atividade masculina, enquanto a roça e a coleta são femininas. Ressalta-se que a o trabalho da derrubada, destoca do mato e da queima do terreno são atividades masculinas. As mulheres são responsáveis pela manutenção, colheita e transporte dos produtos associados a agricultura. Os locais preferidos para o plantio das roças são aqueles que preferencialmente possuem terra roxa e barro vermelho.

No tempo de antigamente, os Nambikwara faziam suas roças próximo das aldeias, mas devido ao estabelecimento dos limites das Terras e conseqüentemente a restrição de área, os grupos tendem a fazer as roças cada vez mais distantes, construindo nos locais de plantio abrigos temporários conhecidos como ponto de apoio. As distâncias que separam a roça da aldeia acarretam algumas dificuldades para determinadas aldeias, como no caso da aldeia Central dos Mamaindê, onde o acesso (serras íngremes) e as distâncias contribuem para as dificuldades que o grupo tem para produzir. No entanto, ainda é possível encontrar alguns produtos plantados próximo as aldeias (Ecology Brasil, 2009).

Os Nambikwara possuem uma organização temporal bipolar mediada pelas duas estações que caracterizam o ano: inverno e verão. O inverno é o período da estiagem que compreende os meses de abril a setembro e o verão o período das chuvas que vão de outubro a março (Costa, 2002). Os diversos grupos guardam diferenças na formação de suas crenças e como regem suas vidas. No caso dos Nambikwara do

cerrado suas roças procuram estabelecer um formato circular. Já para alguns grupos do Vale do Guaporé a roça segue um padrão na forma de tabuleiro. Entretanto, as crenças sobre a constituição desse universo ligado aos cultivos são semelhantes, remetendo a Lenda do Menino, que durante esse período retorna à aldeia, onde é alimentado no ritual que ocorre na Casa da Flauta. Como já foi dito, cada parte do seu corpo simboliza um tipo de cultivo. A seguir uma lista mais detalhada:

- Cérebro (povilho);
- Cabeça (cabaça);
- Dente (milho);
- Cabelo (cabelo de milho);
- Tronco (maniva);
- Mãos (folha de mandioca);
- Olhos (semente da cabaça);
- Sangue (urucum);
- Canela (araruta),
- A lêmdea (semente de fumo);
- Unha (amendoim);
- Carne (mandioca);
- Costela (feijão costela);
- Orelha (feijão fava);
- Fígado (taioba);
- Órgão sexual (cará);
- Líquido do corpo – xixi (xixa)
- Cuspe (espuma da mandioca).

Essa relação do corpo da criança e formação dos produtos da roça vai dar a tônica simbólica e cosmológica da relação homem natureza na cultura Nambikwara.



Foto 5.2.1.1.7-1 - Roçado próximo a aldeia Wanunsu (Quatro Pontes)

Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009)

Em relação à constituição dos roçados é possível encontrar dois tipos, as roças que são individuais - neste caso trabalham para sua manutenção e colheita uma ou mais famílias extensas; e os que são praticados coletivamente pela aldeia, como no caso do abacaxi e da banana. Lembrando que o sistema de produção Nambikwara, independente do formato do roçado, segue o padrão de roça de toco, que consiste no processo de derrubada e roçada das árvores, e na época adequada são queimadas junto com o mato seco os tocos que ficaram. Quando o fogo se apaga restam cinzas e tocos queimados. Daí o nome, roça de toco.



Foto 5.2.1.1.7-2 - Área sendo preparada para a colocação de roçados pelos Nambikwara

Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

Após a queimada, as mulheres plantam, capinam e colhem a produção entre os tocos que restaram. Normalmente o local é ocupado por três colheitas. Depois desse período o local é abandonado para que a área possa se regenerar, então o grupo procura outra área e o ciclo recomeça.

Os produtos mais cultivados nestas roças são: mandioca, arroz, taioba, cará nativo, o milho (plantados em locais cascalhados), batata doce, araruta, milho fofo, amendoim e feijão fava. Ressalta-se que os mais velhos não dispensam o plantio do fumo nativo. Esses alimentos produzidos nos roçados são transportados pelas mulheres em balaios confeccionados pelo grupo chamados de *hatisu*. Esses produtos são plantados para garantir a segurança alimentar das famílias. Entretanto, em algumas aldeias, como no caso dos Mamaindê, os índios plantam banana e abacaxi para comercializar nas cidades da região.

As crianças também contribuem nas tarefas ligadas ao roçado, principalmente nos primeiros anos, quando tanto meninas quanto os meninos acompanham as mães em suas atividades. Após os oito anos de idade os meninos começaram a acompanhar seus pais nas atividades associadas aos homens.



Foto 5.2.1.1.7-3 - Milho e mandioca cultivados pelos Nambikwara

Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

Os Mamaindê e Negaroté possuem gado que foi introduzido por técnicos da FUNAI de Vilhena - RO, visando a comercialização, através de um projeto de desenvolvimento sustentável. Segundo relato dos índios dos dois grupos o projeto não funcionou. (Ecology Brasil, 2009).

a. Utilização dos Recursos Naturais

Os índios Nambikwara, assim como a maioria dos povos indígenas, mantêm uma relação muito intensa com os recursos naturais existentes em suas terras, da caça até a matéria prima utilizada na confecção de suas malocas e de seu artesanato.

No caso da caça foi possível identificar que os índios que moram no Vale são exímios caçadores, manuseiam o arco e flecha muito bem, mas nos últimos anos as armas de fogo vêm ganhando espaço entre os grupos que lá residem.



Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

Entre os principais animais caçados estão: porco, anta, macaco, jabuti, tatu e veado (que hoje é pouco encontrado). Ressalta-se que a caça nas terras Nambikwara tem apresentado um quadro de escassez e quando encontrada estão cada vez em áreas mais distantes. Esse quadro é atribuído principalmente ao desmatamento das áreas do entorno das reservas, interfere diretamente na prática desta atividade, pela diminuição das áreas de floresta.

Já no caso da pesca, é possível encontrar dados e relatos que apontam para diminuição da quantidade de peixes nos rios. Isso estaria associado à poluição ocasionada pelo despejo de agrotóxicos, provenientes das lavouras de grãos da região. É importante destacar que as Terras Indígenas estão cercadas por fazendas de gado e grãos, que utilizam grandes quantidades de “veneno”. A diminuição da quantidade de peixes afeta diretamente os hábitos alimentares dos grupos, que tem o peixe como parte de sua dieta alimentar, principalmente devido a redução das fontes de proteína provenientes da caça (Ecology Brasil, 2009).

No caso da TI Sararé (Paukalirajausu) existe ainda o problema dos garimpos, que utilizam mercúrio no processo de extração do ouro. Esse produto altamente tóxico

acaba escorrendo para os rios ocasionando a mortandade dos peixes. A poluição dos rios, afeta diretamente a qualidade de vida e a saúde dos povos residentes, pois em muitas aldeias não existem poços artesanais e a única fonte de consumo de água para beber, cozinhar e para o banho vem dos rios que cortam as terras. Além disso, cabe ressaltar que para algumas aldeias os rios são utilizados como importante meio de transporte, realizado através de canoas e barcos da FUNAI (Ecology Brasil, *Ibidem*).

b. Artesanato

Na fabricação de utensílios do dia a dia, bem como no artesanato, os índios utilizam uma diversidade de materiais. Os principais artefatos são o *hatisu* (balaio utilizado no transporte de produtos), colares, brincos, pulseiras, arco e flecha.



Foto 5.2.1.1.7-5 - Índia do Vale do Guaporé (PIN Quatro Pontes) fabricando o *hatisu*-balaio utilizado no transporte de produtos

Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

Em alguns casos os índios fabricam o *hatisu* por encomenda, para serem comercializados nos mercados de Comodoro – MT e Vilhena - RO. Ainda sobre o artesanato, os índios da região se dizem prejudicados pela legislação ambiental que proibiu a comercialização de artesanato contendo partes de animais da fauna silvestre. Segundo eles, esse tipo de artesanato era uma importante fonte de renda para os grupos Nambikwara. (Ecology Brasil, 2009).

5.2.2 TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ

5.2.2.1 ASPECTOS GERAIS DA TERRA INDÍGENA

O nome da terra está associado a um influente cacique que se chamava Tuparã⁴⁴, mas pela dificuldade de pronúncia dos indivíduos não índios, a terra acabou ficando conhecida como Tubarão.

Os grupos indígenas que vão ocupar a TI Tubarão Latundê são formados principalmente por índios que tiveram suas terras tomadas por seringalistas, por volta da década de 1940, durante a exploração da região na busca de látex. Esse contato foi como já descrito, danoso, pois provocou a morte de muitos índios devido às doenças exóticas a estes.

“Quando eu era criança eu lembro, que muitos índios morriam por causa das doenças dos brancos, como sarampo e até gripe. Naquela época o meu povo ficou vagando para lá e pra cá, trabalhava com os seringueiros e nas fazendas da região. (...) só depois quando eu já era adulto que a gente ficou sabendo desse negócio de FUNAI e que índio tinha direito às terras. Aí a gente conseguiu demarcar a nossa terra, já pelos anos de 1980” (Relato de um Nambikwara⁴⁵)

Fator determinante para redução desses índios foi à usurpação por parte dos não índios dos seus territórios. Sem terra e submetidos a um processo de expropriação, aqueles índios que não foram mortos passaram a trabalhar como seringueiros para seringalistas, sendo inclusive, tratados pelo Estado como colonos ou seringueiros, ficando dessa maneira sob a responsabilidade do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

É importante destacar que antes da presença não índia na região, esses grupos ocupavam as áreas mais férteis e, a partir do processo de ocupação e colonização, passam a ter terrenos de baixa fertilidade e solo arenoso.

Em diversos relatórios constantes no processo 3503/76 da DPT da FUNAI é possível verificar que o processo que gerou a Demarcação da Terra Indígena Tubarão Latundê, durou cinco anos, de 1978 a 1983 (período de interdição transição, ocupação e demarcação oficial).

⁴⁴ O cacique pertencia ao grupo Aikanã.

⁴⁵ Relato colhido por equipe da Ecology Brasil em 2009.

A Terra Indígena foi criada para abrigar os grupos que habitavam a região compreendida entre as cabeceiras do Rio Pimenta Bueno, incluindo os Igarapés Mutum e Veado Preto, e onde estão localizadas as três principais aldeias, Rio do Ouro, Latundê e Gleba. É importante destacar que o processo de demarcação foi marcado por diversos conflitos envolvendo de um lado fazendeiros e madeireiros e de outro os indígenas.

O pesquisador holandês Hendrikus Van Der Voort, especialista em línguas, em parceria com o Museu Emilio Goeldi, mapeou os caminhos dos povos que hoje residem na Terra Indígena. Neste mapa é possível observar que as terras mais férteis que outrora foram ocupadas pelos indígenas se transformaram em fazendas. Enquanto as terras de baixa fertilidade foram “doadas” aos índios para formarem a TI.



Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

Figura 5.2.2.1-1 – Mapa do Aikanã, Kwaza'ere e Akusú'ene, Povos que formam a Terra Indígena Tubarão Latundê. Elaborado por Hendrikus Van Der Voort, em 2006

5.2.2.2 ASPECTOS ATUAIS

A forma de ocupação e a formação das aldeias estão fortemente influenciadas principalmente pelo período em que os grupos indígenas viveram com os seringueiros. Assim, o padrão de ocupação é parecido à época em que o grupo vivia nos seringais e em alguns casos as aldeias foram estabelecidas em áreas identificadas como antigas colocações de seringueiros.

As casas são feitas de madeira e normalmente cobertas por telhas de amianto ou palha. A madeira utilizada na construção das casas em geral é a itaúba, paxiúba, açaí, cambará, a palha de açaí e inajá, dentre outras.



Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009)

Sobre a cultura imaterial a maioria dos rituais identificados com os Nambikwara como o ritual da Menina Moça, a utilização da flauta como ícone sagrado, a perfuração do septo nasal e a caça com arco e flecha foram se perdendo ou se adaptando ao longo do tempo. Em relação aos Aikanã, atualmente, é raríssimo algum tipo de celebração entre eles. Entre os Kwazá, vários costumes desapareceram logo depois do início do contato com a sociedade nacional. Os missionários de cunho protestante fundamentalista destruíram importantes partes da cultura indígena desse grupo. A Missão Uniedas, por exemplo, “ensinou que o exercício do pajé era uma ‘maldade’ contra Deus”⁴⁶.

Existem outros elementos sagrados que não perderam a importância, com destaque para os diversos cemitérios, além de uma Caverna considerada como o “local de morada dos espíritos”. No entanto, esta Caverna encontra-se fora da Terra Indígena, dentro da área de uma fazenda. Sobre a localização dessa Caverna e de outros locais sagrados, no mapa elaborado pelo pesquisador holandês é possível observar com mais exatidão que esses locais ficaram de fora das terras demarcadas.

⁴⁶ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kwaza/436>

5.2.2.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E REGRAS DE PARENTESCO

O sistema de parentesco que predomina na TI poderia ser classificado como bifurcação inclusiva, mais conhecido na literatura antropológica como Sistema Iroquês. Nesse sentido, o estudo feito pelo Instituto Creatio (2007), indica que esse tipo de classificação pode ser definido como aquele em que:

“(...) o irmão do pai e a irmã da mãe são tecnicamente chamados de tio e tia paralelos e os filhos e filhas destes de primos paralelos. Já o irmão da mãe e a irmã do pai são separados em categorias especiais”. (Idem, 2007:34)

Isso quer dizer que os primos paralelos são igualados e os primos cruzados são distinguidos em termos diferentes.

Para os autores do estudo, nesse tipo de organização social o casamento ocupa um papel importante, podendo ser visto como uma espécie de contrato em que um determinado indivíduo e os homens da família de sua esposa, especialmente seu pai e seus irmãos, constituem uma relação de serviço, relacionado principalmente a manutenção de alimento junto ao grupo familiar. Geralmente esse tipo de regra é encontrado em grupos com predominância matrilinear e regra de residência matrilocal. Em relação à residência, se sabe que os Nambikwara privilegiam a regra matrilocal, já que concerne a matrilinearidade do grupo esta ainda não foi confirmada.

As principais aldeias da Terra Indígena são: Gleba, Latundê, Rio do Ouro e Veado Preto. O grupo possui uma associação denominada Associação Massaká dos Povos Indígenas Aikanã.

5.2.2.4 PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Os grupos que ocupam a TI produzem milho, arroz, batata doce, banana, cará, mandioca, inhame, feijão, abacaxi e amendoim. Normalmente esses roçados são realizados mais próximos das aldeias para facilitar o transporte e a manutenção das roças que, geralmente tem a finalidade de garantir a segurança alimentar das famílias. No entanto, destaca-se que parte desse alimento não é consumida pelos grupos sendo comercializada nos mercados locais da cidade de Chupinguaia-RO. Sobre a divisão do trabalho na roça, este é dividido entre homens e mulheres.



É importante, destacar que a terra que foi destinada à formação da reserva, tem baixa fertilidade, os acessos são precários e os grupos não têm assistência técnica. Mesmo assim, algumas famílias têm conseguido produzir o suficiente para além de garantir a segurança alimentar gerarem excedente para abastecer o comércio. Também, é possível encontrar em algumas roças “experiências” que estão relacionadas a um sistema semelhante aos Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Normalmente, a utilização das áreas de cultivo varia de um período de três a cinco anos. Após esse período as áreas são abandonadas para que possam se regenerar e novas áreas são abertas.

Além das roças, as atividades coletoras são de grande importância. As áreas de cerrados e os ecótonos contribuem na constituição da dieta alimentar. Normalmente os frutos com maior destaque são: castanha, buriti, bacaba, pequi, pequiá, mancaba, etc. Estes, assim como as plantas coletadas também são utilizados para a fabricação de medicamentos naturais, uma vez que assistência médica é deficitária e existe todo um conhecimento das propriedades curativas relacionadas a determinadas plantas.

A caça e a pesca são responsáveis pelo provimento de proteína do grupo. Os principais animais caçados são: anta, porcão, cateto, veado, paca, cutia, jabuti e macaco. A pesca é realizada no rio Pimenta Bueno.

Em relação ao artesanato, este além de enfeitar os corpos é muito conhecido na região, sendo comercializado e constituindo fonte de renda para as famílias. Colares, pulseiras, brincos, arcos, burdunas, entre outros, são confeccionados a partir de matéria prima como: tucum, pariri, tucumã, buriti, parte de animais, entre outros. No entanto, é importante ressaltar que a legislação que proíbe a comercialização de artesanato com parte de animais, contribuiu para a queda na renda das famílias da TI

Tubarão Latundê. Essa relação é profundamente desigual, pois enquanto as áreas do entorno são invadidas, exploradas e desmatadas, o controle mais rígido sobre a utilização de recursos naturais, via de regra é aplicado sobre os grupos indígenas. Ressalta-se que estes se encontram muito mais vulneráveis devido a todo tipo de violação ambiental praticada no entorno de suas terras, que em geral, mantém índices ambientais e de proteção melhores inclusive dos que encontrados em unidades de conservação.

Na área da Terra Indígena existem vários rios e igarapés com destaque para o rio do Ouro (Kapatsura), igarapé Preto (Mariané), Goiabeira (Ure), Barrosinho (Txünemu), Barroso (Wuydümu), igarapé Veado Preto, rio Pimenta Bueno (Apeya, Tximute Kwazar) e Chupinguaia (Aritxini), sendo esse último o preferido para o banho.

5.2.2.5 PROBLEMAS ENCONTRADOS NA TERRA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ

Os principais problemas encontrados, nos relatórios e textos disponíveis, sobre essa Terra Indígena são as invasões de fazendeiros e, principalmente de madeireiros. Estes últimos estariam explorando as terras e retirando madeira branca e itauba, sendo que em alguns casos, com a conivência de alguns índios.

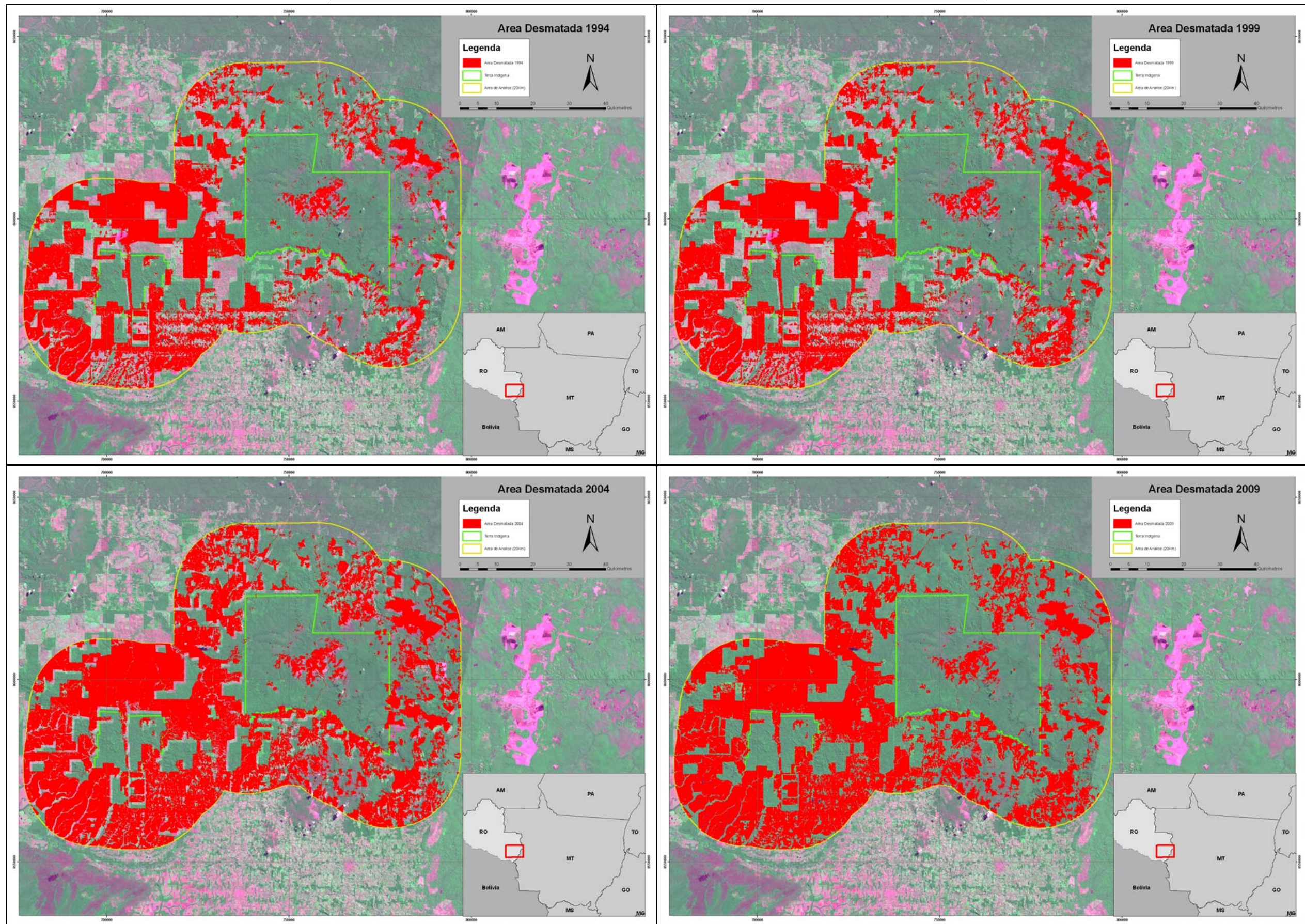
A presença de uma cascalheira, na região da aldeia Veado Preto, também é apontada como motivo de discórdia e conflitos. Essa cascalheira teria sido embargada pelo IBAMA, mas, os fazendeiros da região pressionam os indígenas a liberar a área para poderem continuar a retirada de cascalho.

As famílias que conseguem produzir excedente e conseqüentemente entrar no comércio local percebem a falta de infraestrutura como estradas de acesso como um entrave para o escoamento da produção. O período das chuvas dificulta a circulação na reserva, pois as estradas ficam comprometidas. É importante destacar que segundo dados, do Instituto Creatio (2007), “os indígenas não contam com meio próprio de transporte, dependendo sempre de apoio externo para chegar até as cidades mais próximas”. (idem, 38: 2007).

5.2.2.5.1 Figuras de Pressão

Nas figuras abaixo, é possível visualizar o avanço da ocupação do entorno da Terra Indígena ao longo dos últimos 15 anos.

As quatro imagens retratam a ocupação cada vez mais intensa do entorno da Terra Indígena. Entre os anos de 2004 e 2009 a pressão ao sul da Terra Indígena, que já existia desde 1994, vem se consolidando, inclusive com a invasão da área pertencente ao território indígena



Além disso, a falta de avivenciação de picadas é outro fator que contribui para que as terras sejam ocupadas irregularmente, pois a ausência de uma fronteira clara e definida favorece a invasão, ocupação e a formação de pastagens em áreas da terra.



Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

Foto 5.2.2.5.1-1 – Placa da FUNAI derrubada no interior da TI Latundê

5.2.3 TERRA INDÍGENA VALE DO GUAPORÉ

Na Terra Indígena do Vale do Guaporé, localizada no município de Comodoro-MT residem os seguintes grupos Nambikwara: Alantesu, Mamaindê, Wasusu, Erihitaunsu, Hahaintesu, Negarotê, Waikisu, Alakatesu e Hoskokosu.



Foto 5.2.3-1 - TI do Vale do Guaporé.

Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2009

Essa é maior terra indígena do povo Nambikwara na área de influência do empreendimento e possui também o maior número de residentes. No **Quadro 5.2.3-1** é possível observar o número de famílias e a população existente em cada aldeia da Terra Indígena Vale do Guaporé. Nesse quadro é possível observar que o grupo

Mamaindê, é o que possui a maior população. Ressalta-se que o total de moradores pode ser maior do que o listado, pois em algumas aldeias não foi possível conseguir as informações sobre o número de indivíduos residentes.

Quadro 5.2.3-1 - Terra Indígena Vale do Guaporé - População e aldeias mapeadas

Aldeia	População	Número de famílias
PIN CAP. PEDRO / Mamaindê		
Aldeia Cabixi	37	09
Aldeia Campo Meio*	*	*
Aldeia Mamaindê Central	175	31
Aldeia Tucumã	29	16
Aldeia Negarotê	53	07
Aldeia N. Buriti	28	06
Aldeia Jacaré	09	02
Aldeia Nova Geração*	*	*
Aldeia Murici*	*	*
PIN WASUSU		
Aldeia Bacurizal	26	04
Aldeia Pedreira	17	05
Aldeia Central	28	08
PIN ALANTESU		
Aldeia Quatro Pontes	49	16
Aldeia Alantesu	57	18
Aldeia Quento	26	06
Aldeia Sorano	15	05
Aldeia Waikisu	23	06
PIN MANAIRISU		
Aldeia Cabeceira	53	13
Aldeia Trevo B	52	11
Aldeia Central T A	45	11
Total: 20 aldeias	722	174

Fonte: Núcleo de Apoio da FUNAI em Vilhena-RO, agosto de 2008.
* Sem informação do número de população.

5.2.3.1 PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA

O crescimento da cidade de Comodoro - MT, que, segundo relatado por técnicos da FUNAI da Administração Regional de Cuiabá, está em franca expansão, é um fator que aumenta a vulnerabilidade da Terra indígena frente as área de expansão. A estrada que atravessa a cidade de Comodoro e também a Terra Indígena do Vale do Guaporé permitiu a circulação de pessoas estranhas, aos grupos, em seus territórios. A cidade tem funcionado como pólo de atração de mão-de-obra, fazendo com que a migração para a região se intensifique, e conseqüentemente aumente a circulação na área e a pressão sobre a Terra Indígena.

No relatório sobre a Violência contra Povos Indígenas, do ISA, consta a Operação Caipora, efetuada pela Polícia Federal em 2008. A operação reprimiu um esquema de extração ilegal de madeira na Terra Indígena Vale do Guaporé, inclusive com suspeita de envolvimento de alguns indígenas. Durante a operação a PF prendeu inclusive funcionários da FUNAI, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e alguns índios.

“As toras eram serradas em madeiras instaladas perto da reserva. Segundo a polícia, dois funcionários da FUNAI e um da Secretaria Estadual de Meio Ambiente recebiam propina para ignorar a ação criminosa. Os três servidores e um índio estão entre os presos. (...) Segundo as investigações, índios, funcionários de órgãos públicos e fazendeiros estão envolvidos. Os índios receberiam carros, motos e alimentos em troca de vantagens e fiscais seriam beneficiados com pagamentos para permitir a livre atuação do grupo criminoso na reserva” (Jornal Nacional, 25/08/2008).

Os conflitos envolvendo madeireiros e índios da Terra Indígena dada sua magnitude estão relacionados como de alta gravidade no relatório. No mesmo relatório também é citado o episódio em que um grupo de índios que estavam na carroceria de um automóvel, no município de Comodoro, foi alvo de disparos. No carro também estava o chefe de posto da FUNAI, que, segundo o relatório, seria o alvo dos tiros, uma vez que já havia sido ameaçado de morte por grupos responsáveis pela extração ilegal de madeira.

Segundo relatos dos técnicos da FUNAI, os períodos mais críticos da extração ilegal de madeira, foram a década de 1980 e o ano de 2005. Desde a Operação Caipora que expulsou os madeireiros, houve diminuição nas pressões locais, mas não foram totalmente extintas. Além disso, como as terras da região do Vale do Guaporé são consideradas muito boas, existem constantes movimentos de ocupação da área, inclusive de parcelas pertencentes à Terra Indígena. Principalmente porque as áreas do entorno estão sendo ocupadas por plantações de soja. Esta atividade tem causado sérios impactos para os grupos residentes, pois os rios utilizados para consumo imediato da água vêm sendo contaminados com agrotóxicos.

Nas entrevistas com técnicos da FUNAI, realizadas na Administração de Cuiabá, assim como com Coordenadores e Técnicos Regionais, foi relatado que devido à intensa migração para a região, sobretudo a partir da década de 1980, as margens do rio Guaporé passaram a ser intensamente ocupadas, e a região passou a ser alvo de uma política desenvolvimentista fomentada pelo Estado. Assim, instalaram-se na região do

Vale do Guaporé além das grandes fazendas de gado e soja, sítios e pousadas. Os índios de toda a região do Vale do Guaporé que tradicionalmente pescavam no rio de mesmo nome se sentiram impedidos de continuar com suas práticas tradicionais, e a pesca no rio Guaporé foi praticamente extinta. Atualmente, ainda de acordo com os entrevistados, apenas os índios *Hahaintesu*, da TI Vale do Guaporé, continuam a pescar no rio Guaporé, uma vez que para este grupo a pesca constitui uma atividade sagrada, chegando a serem organizadas expedições em determinada época do ano para a realização da pescaria.

A presença de fazendas, madeireiros, garimpeiros, caçadores, pescadores, posseiros e assentamentos do INCRA, refletem negativamente na disponibilidade e no volume da caça, do pescado e dos recursos naturais, o que põe em risco a integridade dos índios.

Além disso, próximo à aldeia Pedreira, foi relatado à existência de litígios declarados entre os índios e os fazendeiros locais. Os índios do grupo Wasusu estão contestando os limites da demarcação da terra e solicitaram a revisão dos limites da mesma. .

5.2.4 TERRA INDÍGENA PEQUIZAL

Localizada no município de Nova Lacerda a Terra Indígena Pequizal foi criada para garantir e proteger uma região com grande presença de pequizais, O nome Pequizal significa *terra com pequi*. O Pequi é um fruto utilizado na culinária de alguns grupos Nambikwara, sendo também destinado a produção de uma bebida muito apreciada.

Não existe atualmente nenhuma aldeia permanente na Terra Indígena Pequizal. A área é aproveitada por grupos que residem na Terra Indígena Vale do Guaporé, especialmente os Alantesu (povo do Pequi), Wasusu e Erihitaunsu, que vão sazonalmente para colher pequis caçar e pescar. De acordo com informações de técnicos da FUNAI da sede administrativa de Cuiabá, a última aldeia existente nessa Terra Indígena data de 2002, mas foi abandonada devido à falta de assistência de saúde (havia ocorrência de muitas doenças). A Terra também é identificada como Território Sagrado, sendo possível encontrar algumas Cavernas Sagradas que são os locais de morada dos mortos.

Os grupos Nambikwara reforçam a necessidade de se montar um posto de vigilância no local, isso porque a região da Terra Indígena Pequizal é alvo freqüente de madeireiros, que através de ações ilegais extraem madeira do local.

Assim, esta Terra Indígena apresenta uma situação delicada. Por não haver ocupação permanente dos índios, o território fica mais vulnerável a invasões de madeireiros, grileiros, e assentamentos do INCRA que estão sendo construídos no entorno das

Terras Indígenas Pequizal e Vale do Guaporé. Neste sentido, estes assentamentos constituem fatores de pressão sobre as áreas de caça e pesca da Terra Indígena Pequizal, tendo em vista a circulação de não índios na região, assim como a contaminação de cabeceiras de rios usados pelos grupos, etc.

5.2.5 TERRA INDÍGENA SARARÉ/PUKALIRAJAUSU

Na região da Serra da Borda, entre os municípios de Vila Bela Santíssima Trindade, Nova Lacerda e Conquista d'Oeste está localizada a TI. A região é marcada pela exploração e presença de garimpeiros que permanentemente se envolvem em conflitos com os grupos Nambikwara.

A Terra indígena encontra-se em processo de expansão, segundo informações levantadas junto à coordenadora do CGID, Leila Soutto Maior, o processo está em análise e em breve será publicado o relatório para a criação da TI Paukalirajausu.

Segundo dados de Franco (2006), as terras em que habitam o grupo Katitauru, estão dividida em três aldeias: Central (próximo a estrada que leva à sede da fazenda Sapé); Sapé (localizada na no limite oeste da TI na encosta da Serra da Borda) e PIV (localizada no extremo Sul da terra). Já nos dados levantados junto a FUNASA em 2009, foi possível identificar outra aldeia de nome Seis. Ainda segundo os dados da FUNASA, em julho de 2009, a população do Sararé somava 130 indivíduos, divididos em 37 famílias. Esses dados podem ser observados no **Quadro 5.2.5-1**

Quadro 5.2.5-1 - População indígena na TI Sararé (Paukalirajausu)

Aldeia	Quantidade de Residências	Quantidade de Famílias	Quantidade de Mulheres	Quantidade de Homens	Quantidade de Pessoas
Saráre- Central	12	18	29	32	61
Saráre- Piv	1	3	8	5	13
Saráre- Seis	2	4	7	10	17
Saráre- Serra da Borda	9	12	20	19	39
Total	24	37	64	66	130

Fonte: SIASI - FUNASA/MS, 28/12/2009.
Dados referentes a julho de 2009.

Segundo informações as roças não têm produzido o suficiente para garantir a segurança alimentar do grupo. A caça, a pesca e as atividades coletoras não tem a mesma expressão nessa Terra do que nas outras Terras ocupadas por outros grupos Nambikwara. A proximidade da cidade e as invasões sucessivas são apontadas como dificuldades para manter os hábitos alimentares do grupo, sendo o açúcar e a farinha muito apreciados atualmente.

Pela proximidade com a sede do município de Conquista d'Oeste, os mais jovens se deslocam para cursar nas escolas locais o segundo segmento do ensino fundamental.

Em relação especificamente a área que constituiria a Terra Indígena Paukalirajausu, é importante informar que parte dela se encontra ocupada por agricultores e fazendeiros.

5.2.5.1 PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA

Nos estudos existentes, chama atenção o processo de invasão e destruição provocadas pela exploração ilegal de ouro e madeira. A exploração intensa realizada por garimpeiros durante muitos anos acabou provocando a contaminação dos rios e igarapés que são utilizados pelos grupos indígenas.

“(...) Técnicos do DNPM calcularam um prazo de 40 anos para que a natureza de Sararé se recuperasse. Córregos haviam sido assoreados, nascentes destruídas, rios contaminados e dois mil hectares de floresta derrubados. Até hoje, a FUNAI tem dificuldade de encontrar água potável para os índios.” (Diário de Cuiabá, 04/11/01. In: ISA, 2006)

Segundo Franco (2006), as ações causadas por invasões de garimpeiros e madeireiros causaram uma devastação sem precedentes nessas terras, deixando marcas profundas que permanecem ainda hoje.

“A situação encontrada em 2006 continua de extrema vulnerabilidade, em especial nas proximidades dos limites Sul/Sudoeste da TI Sararé. Além dos diversos varadouros abertos pelos garimpeiros na década de 90, constatou-se a recuperação/construção de uma antiga rodovia municipal não pavimentada, inclusive com algumas alterações no seu traçado inicial, a qual dá novo acesso ao PSF”. (Idem, 2006:05).

Um chefe de posto da Terra Indígena Sararé chegou a ser assassinado por conta dos conflitos entre índios e invasores. Estudos sobre o local relatam que nas décadas de 1980 e 1990 os madeireiros ocupavam grande parte do território indígena, inclusive construindo uma malha de estradas dentro da TI, para escoar a madeira.

Em entrevista com funcionários da FUNAI de Cuiabá foi informado que ainda hoje a Terra Indígena não está livre da extração ilegal de madeira – sendo que o período mais

crítico se estendeu até os anos de 2003/2004⁴⁷ - nem da mineração, principal causadora de impactos na área. Foi informado, ainda, que até recentemente exista também uma grande invasão de garimpeiros nos territórios da TI, mas os índios conseguiram expulsá-los, principalmente, dos arredores da aldeia PIV.

Além do impacto provocado por anos de exploração descontrolada a região foi escolhida para ser palco da implantação de diversos projetos de mineração que ameaçam a integridade física dos povos que habitam essas terras.

“(...) um projeto de exploração de minério (ouro), o Projeto São Francisco (PSF), conduzido pela empresa Serra da Borda Mineração e Metalurgia S.A- SBMM, uma corporação do Grupo Yamana Desenvolvimento Mineral S.A.” (Idem, 2006:01).

Assim sendo, do ponto de vista ambiental essa é entre as terras pertencentes aos grupos Nambikwara a que mais tem sofrido com os processos de devastação provocados ao longo dos anos com graves conseqüências para os seus habitantes

Nas figuras a seguir, é possível visualizar o avanço da ocupação do entorno das Terras Indígenas ao longo dos últimos 15 anos.

Em relação a TI Vale do Guaporé, a pressão visualizada, em 1994, ao norte da Terra Indígena, começa a se consolidar a partir de 1999.

Entre os anos de 2004 e 2009, a ocupação do entorno da Terra indígena, além de se tornar mais intensa, começa a revelar representar a pressão do crescimento da cidade de Comodoro e a criação de alguns assentamentos⁴⁸, em direção ao território Nambikwara. Além desse fator é possível visualizar ao norte da TI, na imagem referente ao ano de 2009, a invasão do território por madeireiros. Fato comprovado pela Operação Caipora da Polícia Federal.

Em relação a TI Pequizal, nas quatro imagens é possível perceber a consolidação da ocupação do entorno da TI ao longo desses 15 anos.

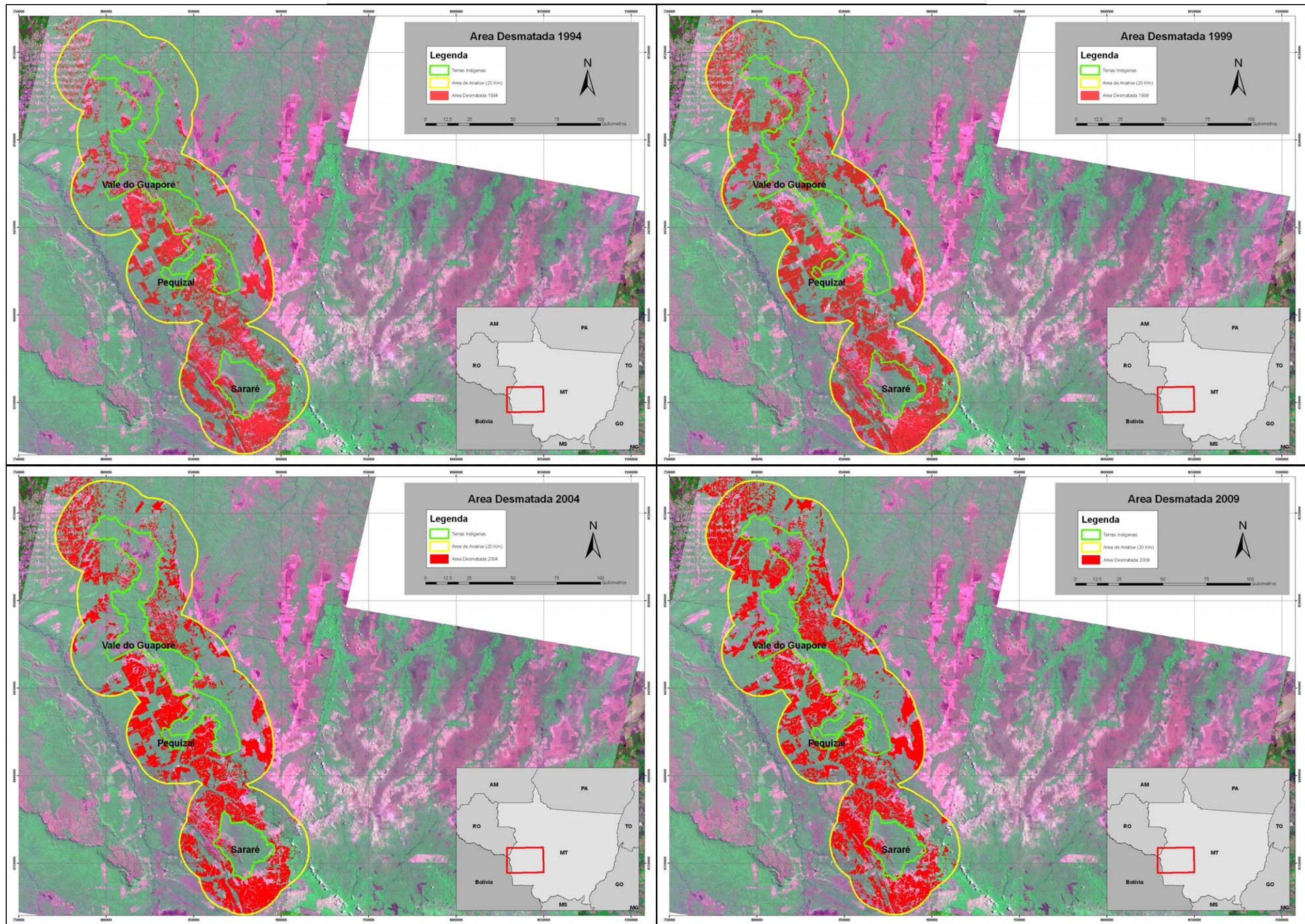
Em relação à Terra Indígena Sararé, nas quatro imagens é possível perceber além da consolidação da ocupação do entorno da TI ao longo desses 15 anos, como o território tem sofrido com as ocupações irregulares.

⁴⁷ Neste período, segundo informações de técnicos da FUNAI, houve operações da Polícia Federal, na qual diversas madeiras ilegais foram fechadas.

⁴⁸ Alguns dos Assentamentos, fazem divisa com a TI.

Na imagem referente ao ano de 1994 é possível visualizar invasão a oeste do Território. Em 1999, é possível visualizar a ocupação de toda porção nordeste do território.

As imagens referentes aos anos de 2004 e 2009 demonstram como a área da TI, continua sofrendo com as invasões irregulares e a pilhagem de seus recursos, sejam madeireiros ou minerais.



5.3 Terra Indígena Umutina

De fato, praticamente não existem trabalhos sobre os Umutina, um dos poucos existentes é o do etnólogo Schultz, escrito em 1952, baseado em levantamento de dados realizado na década de 1940. Apesar de o texto ser pouco trabalhado, sem quase nenhuma análise ou reflexão, esse estudo é de imensa importância, porque depois dele não existe praticamente nada escrito sobre o grupo. Além disso, existe um conjunto de fotos que reproduzem a riqueza de ornamentos e objetos rituais que, atualmente, poucos índios desse grupo mantêm (Melatti⁴⁹).

Na elaboração do item referente ao grupo Umutina, os dados se baseiam em partes do texto de Schultz, citações do mesmo e algumas referências feitas por outros autores ao grupo.

5.3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO

A primeira denominação que os Umutina receberam foi de *Barbados*, isso porque os homens do grupo costumavam usar barbas feitas do cabelo de suas mulheres ou de pelo do macaco bugio. A denominação de *Umotina* ou *Omotina* foi adquirida na década de 1930 quando do convívio com índios Nambikwara e Paresí com os quais estabeleciam relações de hostilidade; já a grafia Umutina, que quer dizer: “índio branco”, veio na década de 1940. Os Umutina se autodenominam de *Balotiponé* que significa “gente nova”.

Os Umutina falam uma língua pertencente ao tronco lingüístico Macro-Jê da família Bororo. Atualmente não falam mais a língua indígena, mas é importante destacar que o predomínio do português se deve ao processo de contato pelo qual passaram e que quase os levou a extinção étnica (Ribeiro, *Op. Cit.*).

“Os Umutina não falam mais a língua indígena, (...). Sua perda está associada à violência do contato deste povo com os não índios, ocorrido a partir de 1911. Após alguns anos muitas epidemias assolaram a região, provocando a morte de quase todos os Umutina. Os sobreviventes passaram a viver junto aos pacificadores do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) que atuavam na região e foram educados em uma escola para índios, que ensinava somente a cultura dos brancos, sendo proibidos de falar sua língua materna e praticar qualquer tipo de atividade relacionada à sua cultura material e imaterial” (<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Umutina/print> In: ISA, 2009).

⁴⁹ <http://e-groups.unb.br/ics/dan/julielmelatti/ias-az5/txjuruena.htm> consultado em 24/03/2010

Segundo dados do ISA, 2009 o território tradicionalmente ocupado pelos Umutina compreendia a área que ia da margem direita do rio Paraguai entre os rios Sepotuba e Bugres até o rio Cuiabá. Entretanto, com a ocupação e exploração da região por não índios, “(...) os Umutina deixaram a região do Sepotuba e migraram mais para o norte, passando a viver às margens do rio Bugres, por eles denominado Helatinó-pó-pare, afluente do alto Paraguai”. (ISA, id)

Outra referência em relação à ocupação territorial do grupo é do coronel Almicar Armando Botelho de Magalhães, secretário do Conselho Nacional de Proteção ao Índio – CNPI, que comenta a cerca dos Umutina:

‘Este grupo indígena está disseminado pelo sertão que medeia entre São Luiz de Cáceres e Diamantino, do longo da mesopotâmia rio dos Bugres – Paraguai, atingindo proximidades do rio Cuiabá; (Oliveira, 2002. p204).

5.3.1.1 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

De acordo com informações levantadas, baseadas no único estudo existente, as aldeias Umutina eram compostas em geral, por 3 ou 5 casas, situadas em faixa de mata próxima de algum rio ou córrego que pudesse garantir o suprimento de água limpa e fresca. Nessas casas viviam grupos de famílias nucleares, sendo que as mulheres guardavam relações de consangüinidade entre si e isso se devia ao fato da residência seguir a regra matrilocal. Quando os homens casavam, iam residir na casa da esposa, tendo uma relação de obediência e subordinação ao sogro. Além disso, a casa e a roça pertenciam à esposa. Os casamentos eram arranjados pelos pais da moça e o futuro esposo para garantir o casamento, deveria mostrar-se um bom caçador, ou corria o risco de ser rejeitado (ISA, *Op. cit.*).

No caso de falecimento da esposa e estabelecimento de novo matrimônio, o homem tinha que sair da casa da sua falecida esposa e seguir para a casa da nova, obedecendo às regras de residência. Além disso, os filhos do primeiro casamento deveriam permanecer com a família da esposa falecida, sendo os pais dela responsáveis pela alimentação e educação dos filhos que ficaram sobre a sua guarda. Provavelmente a descendência seria do tipo matrilinear, mas não é possível fazer tal afirmação a partir dos dados existentes.

Outro aspecto que chama atenção é a ausência de um chefe, ou pelo menos a figura permanente de um. Segundo as informações de Schultz, a figura do chefe geralmente estava associada à guerra; isso quer dizer que a obediência a uma liderança acontecia nos momentos de conflitos.

Os grupos de famílias, segundo o autor, pareciam receber as orientações de uma “Índia velha”. Ao lado dessa figura feminina, sempre “*havia um índio respeitado cuja opinião era geralmente acatada*” (ISA, *id.*).

5.3.1.2 COSMOLOGIA, MITOLOGIA E ASPECTOS RITUAIS

Segundo Schultz, os Umutina acreditavam serem dotados de três almas: uma que iria para o céu, outra que encarnava em animais, preferencialmente em aves, mas também poderia encarnar em pequenos mamíferos e até em onças. Já a existência da terceira alma não teria sido verificada no estudo realizado pelo autor.

Nas casas dos Umutina habitavam diversas aves, que em geral, eram portadoras da alma de alguns parentes⁵⁰. Essa escolha não era aleatória, ainda em vida, o animal no qual o índio reencarnaria aparecia em sonho, e quando isso acontecia, os parentes eram logo informados, pois em caso de morte havia a necessidade de providenciar o animal que seria o “portador da alma” do parente.

Os Umutina evitavam o consumo de alguns animais como a capivara e a paca, hábito que se devia ao fato de acreditarem que a “**sombra desses roedores lhe causaria ataques e câibras**” (ISA, *id.*). Além disso, temiam que diversos espíritos pudessem causar doenças. Atualmente, não existem médicos-feiticeiros entre os Umutina, mas no passado a medicina do grupo estava baseada na utilização de certo número de ervas.

Entre os aspectos mitológicos, destaca-se a figura de *Haipuku*

*“Haipuku, ancestral de cujas 'barrigas das pernas rachadas' nasceu um casal de índios Umutina e outro de índios Habusé. Sol (Míni) e Lua (Hári) eram companheiros cujas aventuras narravam com espírito e humor. Destacavam Míni como inteligente, às vezes mau, e Hári como imprudente, que procurava imitar as peripécias de seu companheiro o sol, vindo a falecer, vitimado por sua incapacidade. Míni recolheu a lua morta, enrolando seus despojos em uma esteira de palha que 'colocou de lado'. Depois de algum tempo passado, a lua ressuscitou”. (ISA, *id.*)*

Esse mito além de indicar alguns aspectos cosmológicos e cosmogônicos, aponta relações amistosas com os índios Habusé.

⁵⁰ Um animal podia ser portador de várias almas de parentes falecidos.

Em relação aos adornos, a estética Umutina valorizava a pintura corporal, e, com frequência utilizavam o Jenipapo e o urucum. Sobre os ícones pintados estes estavam relacionados, no caso dos homens, com a fauna terrestre, como o tamanduá-bandeira, a ariranha, a lontra e o macaco bugio. Nas mulheres o universo retratado girava ao redor da fauna aquática seguindo representações de peixes, como o cachara e o pintado, entre outros. Já no caso das crianças, as pinturas continham desenhos de peixes pequenos, como a piaba banana, a piaba de três pintas, o cará-açu e o peixe-cachorro, além de borboletas e folhas. (ISA, *id.*)

Sobre a manutenção das crenças e dos rituais, pouco se sabe. Informações pouco confiáveis sugerem que alguns aspectos da crença se mantêm, mas devido à ação de alguns poucos anciões que sempre procuraram descrever a importância dos rituais.

5.3.1.2.1 Ritos Funerários

Segundo Melatti, uma tentação muito comum é tentar fazer um paralelo com os Bororo, pois os dois grupos falam uma língua da mesma família – Bororo – pertencente ao tronco Macro-Jê, e estão localizados em área próxima. Além disso, Schultz, em seu trabalho, descreve “*um longo e complexo ritual dos mortos*” (Melatti, *Op. cit.*). O mesmo autor chama atenção que, apesar de existir entre os dois um certo ar de familiaridade, guardam diferenças sendo que as mais evidentes são: a ausência do sepultamento secundário e da referência à vingança empreitada contra o ser natural que ceifou a vida. Além disso, o morto, entre os Umutina, deveria ser enterrado dentro de casa⁵¹ (ISA, *id.*). Fora isso, ao enterrar o morto, o faziam embrulhando o corpo em uma esteira de palha, semelhante a que *Mini* usou para enterrar os despojos de *Harí*. A esteira tem grande importância simbólica, pois ela teria o poder de recuperar a vida.

5.3.1.3 POPULAÇÃO ATUAL

Estima-se que em 1862 a população do grupo representava um contingente de 400 indivíduos; mas quando do estabelecimento do contato permanente, o grupo já havia perdido cerca de 25% da população, acumulando sucessivas perdas até a década de 1940. Darcy Ribeiro, ao escrever sobre a *transfiguração étnica* que ocorreu com o contato do grupo com os homens brancos, revela a dramática experiência que a passagem da condição tribal para a de índios civilizados representou para os Umutina⁵²: “*estão em rápido processo de extinção como etnia porque seus sobreviventes foram recolhidos a postos indígenas juntamente com outros grupos*

⁵¹ Pelo fato de enterrarem os parentes dentro de casa, os Umutina tinham uma resistência enorme em abandonar as suas residências.

⁵² E para outros grupos.

étnicos, de que resultou a perda da língua, e uma descaracterização cultural mais intensa” (Ribeiro, *Op.cit.* p 217).

A partir do **Quadro 5.3.1.3-1** é possível observar que a população Umutina, atualmente possui um contingente maior do que o descrito nas fontes do século XIX e principalmente quando do contanto com Schultz. Apesar das fontes não serem seguras, a história do grupo indica que de fato, se os números absolutos não são precisos, eles não ficam longe da realidade quando indicam o processo de depopulação e recuperação do grupo ao longo dos últimos 60 anos; apesar da perda da língua e da descaracterização cultural (Ribeiro, *id.*).

Quadro 5.3.1.3-1- População
Umutina, 1862 – 2009

Ano	População	Fonte
1862	400	-
1911	300	-
1919	200	-
1923	+/-120	SPI
1943	73	SPI
2009	445	Associação Indígena Umutina Otoparé

Fonte: adaptação dos dados existentes In:
<http://piib.socioambiental.org/pt/povo/Umutina>

Segundo dados da FUNASA de 2009, atualmente residem 426 índios na TI Umutina⁵³. Apesar dos Umutina serem o principal grupo na Terra Indígena, com uma população que representa 95% dos índios residentes, existe uma diversidade de grupos no território, nomeadamente: Bakairi, Bororo, Irantxe, Kayabi e Paresi. Os Paresi possuem uma população estimada em 14 índios, sendo o grupo, após os Umutina, com maior número de índios, seguido pelos Bakairi com seis indivíduos.

O **Quadro 5.3.1.3-2** apresenta um perfil da população da Terra Indígena, com os diferentes grupos, a quantidade de residências e famílias, além da quantidade de homens e mulheres de cada uma delas.

⁵³ O que difere um pouco dos números da Associação Indígena Umutina Otoparé que indica 445 indivíduos.

Quadro: 5.3.1.3-2 - População indígena na TI Umutina

Etnia	Quantidade de Residências	Quantidade de Famílias	Quantidade de Mulheres	Quantidade de Homens	Quantidade de Pessoas
Bakairi	4	5	3	3	6
Bororo	1	1	2	0	2
Irantxe	1	1	0	1	1
Kayabi	1	1	1	0	1
Pareci	10	10	7	7	14
Umutina	78	128	188	214	402
Total	95	146	201	225	426

Fonte: SIASI - FUNASA/MS, 28/12/2009. Dados referentes a julho de 2009.

5.3.1.4 ASSISTÊNCIA

A jurisdição da Terra Indígena Umutina é responsabilidade da Administração regional da FUNAI de Cuiabá - MT.

5.3.1.5 EDUCAÇÃO

Nas décadas de 1930/40, funcionou na Terra Indígena Umutina uma escola que ensinava somente o português e a cultura não índia. Essa escola, que ainda existe, se chama Otaviano Calmon, atualmente funciona sob outra perspectiva, sendo o enfoque da educação baseado no resgate da cultura Umutina.

Todos os jovens Umutina são alfabetizados por meio da atuação desta escola, mas ao atingir a 4ª série do ensino fundamental, estes jovens precisam ingressar em escolas públicas no município de Barra do Bugres (ISA, 2005).

5.3.1.6 SAÚDE

Em relação à saúde, notícias do ISA (2005) fazem referência ao acesso que todos os Umutina têm à água tratada, através da construção, em 1992, de poços artesianos. Mais recentemente foram realizadas obras de saneamento, e as casas passaram a contar com fossas sépticas. Além disso, alguns indivíduos Umutina são enfermeiros, o que contribui para a vigilância e manutenção das condições de saúde da população do grupo. Em casos graves o doente é encaminhado para hospitais no município de Barra do Bugres.

5.3.2 HISTÓRICO DO CONTATO

Praticamente até o século XVIII a região onde está inserida a TI Umutina era ocupada por uma diversidade de grupos indígenas. A partir da descoberta do ouro a região passou a ser rota de penetração para as minas recém encontradas. Além disso, esse território era um dos principais acessos para os rios Paraguai e Sepotuba. Segundo Oliveira (2002), o Rio Sepotuba, na linguagem indígena, significa grande quantidade de cipó. O rio também é conhecido pelos não-índios como rio Tenente Lira, sendo um dos maiores afluentes do rio Paraguai, próximo à sua nascente.

Já no século XIX, a região passou a ser foco de exploração do látex, durante o período da seca, tendo como pólo de concentração dessa exploração a cidade de Barra do Bugres. Mas foi a exploração da poaia que teve grande destaque, pois na região se encontravam as maiores concentrações da planta.

*“A ipeca (*Psychotria ipecacuanha*) é reconhecida mundialmente como planta medicinal. O nome da planta em português, ipecacuanha, é originado da palavra nativa i-pe-kaa-guéne, que significa “planta de doente de estrada”. Trata-se de uma espécie medicinal conhecida popularmente por ipeca, ipeca-verdadeira, poaia, poaiacinzenta, dentre outras. Nativa das regiões úmidas das florestas tropicais da América, com ocorrência no Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Guianas e América Central. Em suas raízes, são encontrados dois valiosos alcalóides, de grande valor farmacológico: a emetina e a cefalina, usadas no tratamento antidiarréico, amebicida, expectorante e antiinflamatório” (In: <http://sbtrv1.ibict.br/upload/sbtr5461.p>)*

A poaia se tornou um dos principais elementos de exploração e fonte econômica da região e para efetuar a colheita dessa planta, os exploradores penetravam cada vez mais pela região, e nesse movimento é que ocorreram conflitos e confrontos entre exploradores e índios.

“Segundo o padre salesiano Nicolau Badariotti, escrevendo em 1898, era intenção do governo de Mato Grosso organizar uma expedição de extermínio contra esses índios, dada a resistência que impunham à penetração de não índios em suas terras” (ISA, 2009)

Os poaieros, patrocinados por comerciantes da região, no século XIX, provocaram grandes massacres e a quase extinção de diversos grupos indígenas, sobretudo dos Umutina, que eram tidos como índios temíveis.

Além disso, o modo de ver o mundo e os diferentes comportamentos sociais são culturalmente mediados. Compreender formas de tratamento e a etiqueta do outro pode ser praticamente impossível. Em relação aos Umutina, a saudação guerreira era uma das práticas que inviabilizava qualquer aproximação amistosa, mesmo quando essa era a intenção. Darcy Ribeiro assim descreve essa aproximação:

“A etiqueta dos Umutina, por exemplo, do alto Sepotuba, prescrevia como forma de abordagem amiga de grupos estranhos – fosse uma aldeia da própria tribo, fosse uma vila sertaneja – a simulação mais realista possível de um ataque, em que chegavam a retesar os arcos e expedir as flechas que só retinham no último momento. Obviamente, grupo algum que não participasse da mesma etiqueta poderia interpretar o ataque insólito como uma forma amigável de saudação, como o primeiro passo para o estabelecimento de relações pacíficas”.
(Ribeiro, Op.cit. p167)

A simulação realística incluía saltar de um lado para o outro, gritar e bater com os pés no chão. Como reagiam com força à invasão dos seus territórios, a imagem que era associada ao grupo era a de índios agressivos e violentos. Ressalta-se que além dos tradicionais arcos e flechas os Umutina portavam uma espécie de “maça” e realizavam seus ataques a noite não poupando mulheres e crianças.

Concomitantes a esses conflitos, também, existiam os confrontos envolvendo índios dos diversos grupos que ocupavam a região, disputas por território ou por outras questões, criavam embates entre diferentes etnias, conforme é possível observar na passagem descrita por Oliveira:

“Max Schmidt retrata os conflitos entre os Paresí e os Nambiquara, e entre os Paresí e os Umutina. O primeiro refere-se ao conflito dos Nambiquara para roubar mulher Paresí, como já fora representado também por Daniel Mantenho Cabixi. Com o segundo grupo, as guerras aconteciam por motivos de domínio de território” (Oliveira, 2002. p204).

Com a passagem da Comissão Rondon nessa região, foi promovida uma política de pacificação junto a esse grupo, com objetivo de manter uma relação mais amistosa. Os

relatórios do Conselho Nacional de Proteção ao Índio – CNPI demonstram que após o contato esses índios já não eram mais considerados ameaças.

“De amontoados como eram ao começo dos trabalhos da Comissão Telegráfica de 1907, foram pacificados pelos nossos funcionários e hoje não se aponta nenhum ato de hostilidade da parte deles contra os civilizados” (Oliveira, Op. cit.).

Apesar desse movimento, durante muito tempo persistiram os ataques de posseiros e seringueiros contra os Umutina, que eram prontamente revidados por eles.

A convivência pós-contato trouxe problemas muito graves para os Umutina, as mais notórias são a depopulação, devido às doenças dos “brancos”, e a desagregação cultural.

“Os índios Umutina do rio Sepotuba, norte de Mato Grosso, pacificados em 1918, foram igualmente reduzidos em número por uma epidemia de sarampo que os atacou dois anos depois. A primeira consequência foi ficarem órfãs muitas crianças, obrigando o SPI, como ocorrera junto ao Xokleng, a criar uma instituição para educá-las. Com essas crianças, alguns casais umotinas que manifestaram o desejo de abandonar a vida tribal e algumas famílias Paresí marginalizadas, o SPI fundou o Posto Fraternidade Indígena, onde as crianças foram criadas em companhia de sertanejos, integrando-se nos estilos de vida da população rural mato-grossense. O restante da tribo conservou-se na mata, vivendo de acordo com a tradição tribal, mas ali mesmo foram atacados, anos depois, por uma epidemia que vitimou principalmente as mulheres, obrigando os sobreviventes a se recolherem ao posto pela impossibilidade de manterem, sem elas, uma vida independente. (Ribeiro, Op. cit. p.285).

Schultz relata em seus diários, em 1944, que esses índios estariam reduzidos a apenas 15 indivíduos residindo na última aldeia na região do Alto rio Paraguai, a cerca de 50 km de Barra do Bugres. O autor destaca que os índios que continuavam a viver nas matas resistiram à influência aos seus costumes, o máximo que podiam. Entretanto no Posto Fraternidade indígena⁵⁴, os Umutina que viviam lá, cerca de 70, foram perdendo tudo que se relacionava com a sua cultura material e imaterial, pois passaram a sofrer

⁵⁴ A existência de diversos membros de grupos indígenas distintos especialmente Paresi e Nambikwara, foi também marcante para a perda de características socioculturais dos Umutina.

restrições, que incluíam desde a proibição de realizar festas e rituais até a de falarem a sua própria língua. Nas palavras do autor, “A maioria destes índios Umutina desconhece a antiga cultura da tribo” (Schultz, 1952:82).

Apesar disso, os Umutina cedo perceberam como o processo de contato era violento para eles. Nos relatórios do SPI existem passagens que incriminam seus pacificadores pelas suas perdas, a consciência do preço que pagavam pelo contato e do logro que essa proteção era para suas vidas.

“O pacificador de índios Umutina, que viu definhando e quase extinguir-se em poucos anos o povo ativo e vigoroso que tirara da mata, ouviu dele queixas amargas. Quando levava à aldeia socorros tardios e insuficientes, após a epidemia de sarampo que reduzira o grupo de trezentos para duzentas pessoas, os encontrou “como espectros de cadáveres e não como os valentes Barbados que pacificara”. O líder da tribo ao deparar com ele, depois de ver expiar a própria esposa, vitimada pelo sarampo, perguntou: “De que serve tanta farinha e roupa, se morremos das moléstias que vocês nos passaram?” (Ribeiro, Op. Cit., p 285-286).

O trabalho de campo de Schultz foi realizado em 1944, junto com os Umutina que continuavam a viver na mata, antes da última epidemia de sarampo⁵⁵.

5.3.2.1 SITUAÇÃO ATUAL DA TI

A TI Umutina está localizada entre os municípios de Barra do Bugres e Alto Paraguai, no Estado do Mato Grosso e ocupa uma área de 28.120 hectares. Sua reserva foi criada na região dos rios Paraguai e Bugres, formando quase uma ilha fluvial no município de Barra do Bugres, entre uma faixa de transição dos biomas Amazônicos e Cerrado (ISA, *id.*).

Atualmente, segundo dados do ISA (2009), os Umutina vivem em duas aldeias, sendo a maior conhecida como Umutina e a outra, mais recente, chamada de Balotiponé. Normalmente, o acesso principal a essas aldeias é feita através dos rios. Ressalta-se que tradicionalmente as aldeias Umutina sempre foram construídas nas proximidades de um rio. Segundo os dados disponibilizados pelo ISA, existem algumas fazendas na região, mas o grupo não estabelece contato direto com os fazendeiros

⁵⁵ Schultz, não leva em consideração os Umutina que estavam vivendo no Posto Indígena.

Segundo relato de técnicos da FUNAI de Cuiabá, nesta TI, como em outros territórios indígenas, ocorreu um processo de fixação e sedentarização dos grupos indígenas próximo ao Posto Indígena. Pois assim, as comunidades teriam acesso mais rápido aos serviços de assistência prestados pela FUNAI. No caso da TI Umutina, as aldeias se fixaram nas proximidades ao PIN, que fica próximo ao município de Barra do Bugres.

A partir de 2008, tem início um processo de reocupação territorial na TI Umutina que recebe apoio da FUNAI, da Prefeitura de Barra do Bugres e a Usina Barralcool. Nessa parceria, é melhorada a estrada principal que atravessa a TI Umutina, a Barralcool contribui com combustível e maquinário para a melhoria desta estrada que facilitaria a ocupação de novas áreas dentro da TI. A Barralcool, junto com a FUNAI e a prefeitura da Barra do Bugres, estão tentando realizar uma parceria para implementar formas alternativas de produção e geração de renda. O projeto está em fase de formulação e prevê inicialmente que a TI Umutina plante mandioca e produza farinha que seja fornecida para alimentação dos trabalhadores da Barralcool. Esta forneceria o recurso necessário para construção do Farinheiro. Há em torno de 1500 trabalhadores na Usina.

Segundo dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)⁵⁶ a TI Umutina possui a etno-organização Associação Indígena Umutina - OTOPARÉ, cuja sede é indicada como estando no município de Barra do Bugres - Mato Grosso⁵⁷. Com base em dados secundários não foi possível estimar a frequência e o fluxo de pessoas que transitam entre a TI e a cidade do município devido a atividades desta associação. No ano de 2009, no âmbito do Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), foi aprovado o projeto denominado "O Papel tradicional das Mulheres Indígenas nas aldeias, Valorização Cultural", sendo a etno-associação Umutina o proponente. Segundo dados da COIAB (idem) o valor destinado para este projeto foi de R\$ 249.392,00, e a duração do mesmo esta prevista para 24 meses.

⁵⁶ Site da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) consultado no dia 25.03.2010-
<<http://www.coiab.com.br/index.php?dest=organizacao-matogrosso>>

⁵⁷ O endereço da Associação Indígena OTOPARÉ, da TI Umutina, éCx. Postal 73 – Barra do Bugres – MT, Cep: 78.390-000.

5.3.3 TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS

Os Umutina são tradicionalmente, agricultores, pescadores, caçadores e coletores. Apesar das pressões no seu entorno a TI apresenta, segundo dados do ISA, “*um bom estado de conservação*”.

A agricultura praticada é a de toco, que visa garantir a segurança alimentar do grupo. As culturas plantadas são arroz, feijão, batata doce, mandioca, cará, melão, melancia, abóbora, milho, pimenta, algodão e alguns outros. Segundo Schultz, a alimentação dos Umutina era baseada no milho que utilizavam na confecção de beiju, mingau e cozendo ou assando as suas espigas. Não consumiam bebida fermentada e desconheciam o tabaco. Segundo dados do ISA o plantio é feito da maneira tradicional (ISA, *id.*).

Apesar de serem um povo típico da mata e tradicionalmente caçadores (tanto que os homens que não se destacavam na caça podiam até ser rejeitados para o casamento), atualmente são essencialmente pescadores. Segundo informações do ISA (2009) cerca de 90% da população desta Terra Indígena está envolvida com esta atividade.

As técnicas descritas indicam que a pesca era realizada unicamente com arco e flecha e, nos lagos, com cipó-timbo que possui uma seiva saponífera. Esse método é utilizado por outros grupos do cerrado brasileiro. Atualmente, continuam utilizando essas técnicas e a pesca com timbó é praticada o ano inteiro. Informações divulgadas na mídia falam que os índios estariam utilizando pequenas armadilhas, mas as informações não podem ser confirmadas. O que se sabe é que o grupo tem tido problemas com o IBAMA, por pescar durante todo o ano e, o órgão oficial exigir que eles cumpram o defeso.



Foto 5.3.3-1 - Índio Umutina utilizando o cipó timbó, para pescar



Foto 5.3.3-2 - Índio Umutina pescando

Fonte: In: pib.socioambiental.org/pt/povo/Umutina/2025

Os Umutina aproveitam os recursos que a floresta dispõe. Dela retiram várias frutas, tubérculos, cogumelos, alguns tipos de mel e algumas plantas medicinais como a poaia que, anteriormente, quando do ápice da sua exploração na região, serviu de motivo para as ações de violência que foram empregadas contra eles.

5.3.3.1 ARTESANATO – O RESSURGIMENTO

Segundo Schultz, na época que fez contato com os Umutina, as índias tinham o costume de usar o cabelo bem curto, sendo cortado bem rente. Sobre as partes baixas as índias cobriam usando uma espécie de saia tubular, confeccionada manualmente utilizando algodão, chamada de *ametá*. Os homens possuíam o cabelo comprido com o qual faziam um penteado que se assemelha a um turbante. Também, é importante destacar os diversos adornos como colares, pulseiras, anéis entre outros, utilizados pelos Umutina. Esses adornos eram fabricados com parte de animais, tucum e outras matérias primas.

“Outros adornos preferidos pelas mulheres eram os colares de dentes de macaco e conchas fluviais, e cordões de cabelo humano. Os homens preferiam os colares de dentes de onça”.
(ISA, id).

Além da questão estética, alguns tinham a função de amuleto contra maus espíritos e propiciavam longa vida aos portadores.

Atualmente o artesanato Umutina passa por um processo de ressurgimento, sendo ensinado aos jovens que agora estão produzindo peças em folhas de palmeira, argila e madeira. Apesar de terem sofrido imensamente com o contato e com os seus efeitos desagregadores, os Umutina são conhecidos pelo forte *“sentido de identidade étnica”*.



Foto: Associação Indígena Umutina Otoparé (Otoparé), sem data

Foto 5.3.3.1-1 - Jovens Umutina, comunidade Umutina, Terra Indígena Umutina, Barra do Bugres, Mato Grosso

5.3.4 PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA Umutina

Apesar de, em geral, a TI encontrar-se em bom estado permitindo que os Umutina consigam garantir o sustento do grupo, existe uma enorme pressão no entorno da TI. A ocupação a cada ano é mais intensa e o desmatamento avança de forma acelerada. Segundo dados do ISA, “os desmatamentos ilegais das margens do rio Paraguai, comprometem a qualidade da água e estoque pesqueiro” dessa terra indígena. As matas ciliares têm a função de proteger o rio, sem ela não existe barreira para a entrada de material sólido no rio, oriundo dos processos erosivos. Com essa carga de material sólido, ocorre o processo de assoreamento do rio, que faz com que ano após ano ele se torne cada vez mais raso ocasionando também perdas na fauna e na flora.

Além disso, segundo o Relatório de Violência contra os povos indígenas do CIMI de 2008 existe referência a pressões de usineiros da região para que os índios da TI Umutina apóiem as suas atividades. No entanto, ainda segundo o relatório, essas atividades estariam contaminando os rios Paraguai e Bugres, fundamentais para a segurança alimentar dos índios. Neste sentido, o relatório aponta para a morte de milhares de peixes, em decorrência desta contaminação, o que tem afetado a subsistência da comunidade indígena.

Informações levantadas junto a funcionários da sede da FUNAI em Cuiabá revelaram uma operação da Força Nacional que feriu oito índios, e apreendeu peixes que haviam sido pescados durante a piracema. Ainda de acordo com informações da FUNAI de

Cuiabá, os Umutina sempre pescaram nestes rios e, segundo o grupo indígena, o que estaria prejudicando a reprodução dos peixes seria a pesca excessiva realizada por não índios.

Dessa forma, os Umutina, que dependem da pesca tanto para garantir a sua segurança alimentar como para assegurar a manutenção de uma fonte de renda, vem sofrendo impactos por conta da proibição da pesca no período de piracema, e ainda foram vítimas de violência por parte da Força Nacional. Para tentar contornar esta situação, lideranças indígenas, FUNAI e a empresa Barralcool⁵⁸, estão pensando em alternativas para geração de renda, como a construção de casas de farinha, que com a sua produção atenderia a demanda gerada pela presença de 1.5000 funcionários da empresa.

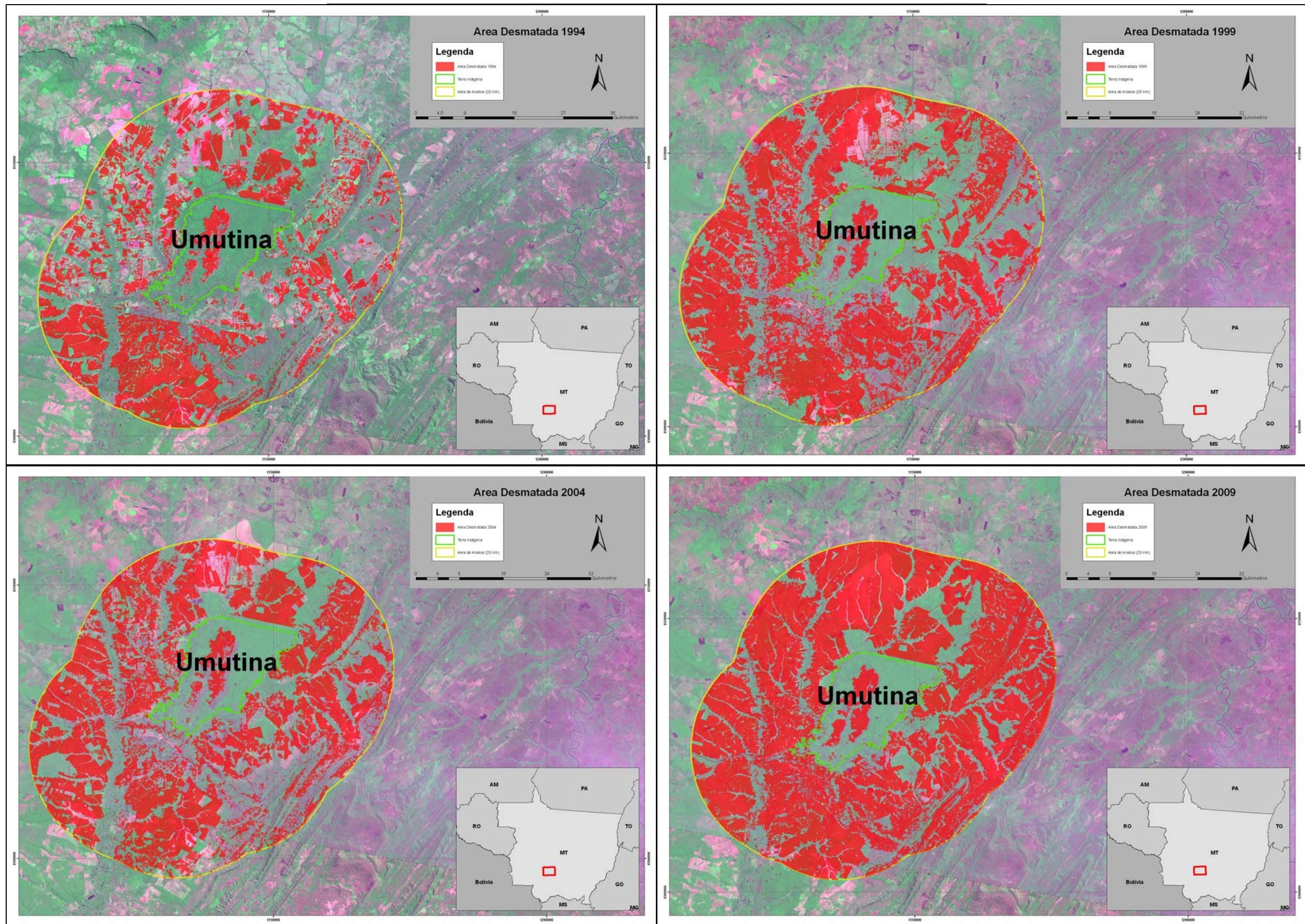
Outra forte pressão sobre a TI Umutina é a proximidade com a sede municipal de Barra do Bugres, especialmente com a aldeia principal. Para tentar minimizar esta situação, está sendo construída, segundo relatado, uma estrada dentro da Terra Indígena que facilitaria o acesso do grupo a outras partes da Terra Indígena. Essa ação visa promover uma maior ocupação da terra e dos seus recursos, diminuindo a dependência perante a cidade e inclusive melhorando a vigilância sobre o território.

5.3.4.1 FIGURAS DE PRESSÃO

Nas figuras a seguir, é possível visualizar o avanço da ocupação do entorno da Terra Indígena ao longo dos últimos 15 anos.

Entre os anos de 1994 e 1999 a pressão no entorno da Terra Indígena, apresentou um crescimento acelerado. Os anos seguintes apenas consolidaram a ocupação de praticamente todo o entorno do Território, com acelerado desmatamento.

⁵⁸ Como será apresentado no item 08. A empresa Barralcoocol está relacionada com um dos empreendimento que exerce pressão e impacto na T



5.4 TERRAS INDÍGENAS JARUDORÉ E TADARIMANA

Existe uma quantidade significativa de trabalhos acadêmicos sobre o grupo indígena Bororo, principalmente sobre a organização social e os aspectos rituais da sociedade. A descrição dos Ritos Funerários e a clássica representação espaço-social da aldeia são aspectos ricamente trabalhados.

Ressalta-se que os Bororo, vivem situação complexa devido a problemas com seus territórios sendo o caso da Terra Indígena Jarudoré emblemático no que se refere a expropriação ilegal por não índios dos territórios já demarcados. O grupo também apresenta problemas ocasionados pelas relações assimétricas que ocorram ao longo de sua história.

5.4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GRUPO

O nome Bororo, como a maioria dos nomes dos grupos indígenas, não é uma autodenominação, mas, segundo alguns autores, resultado de uma interpretação equivocada. Nos primeiros contatos, a palavra Bororo foi identificada tanto na repetição dos cantos, como na instrução, não compreendida, para que os não-índios não entrassem nas casas e sim no centro da aldeia, Bororo⁵⁹. Assim, Bororo significa: *pátio da aldeia*, o centro da aldeia, o espaço ritual que através do contato com o outro se tornou o etnônimo do grupo.

A autodenominação dos Bororo é *Bõe* que se opõe aos *baregê*, isto é aos animais, que seriam os outros índios e os invasores ocidentais⁶⁰. (Serpa, 1995). Ressalta-se que os Bororo tiveram vários nomes ao longo dos séculos dentre os quais: *Araés, Aracys, Ararará, Aravirá, Araripoconé, Biriouné, Biriwoné, Bororo da Campanha, Bororo Cabaçal, Bóe, Bóe, Bororó, Bororo Oriental, Bororo Ocidental, Coxipó, Coxiponé, Cuiabá, Koxiponé, Coroadó, Porrudos, Oráripoconé, Orári Mógó-dóge, Oraril, Purianas e Pararionés* (Zago, 2005). No entanto, atualmente os próprios *Boé* se chamam de *Bororo*, sendo este o nome utilizado oficialmente.

Os Bororo possuem ainda, algumas autodenominações, que se referem a características específicas e ocupação geográfica do grupo com destaque para:

- *Bóku Mogó* ou *Bóku-Mogorége*, “habitantes dos cerrados”, habitam as aldeias Meruri, Garças e Sangradouro;
- *Orári Mógó-Dóge*, “habitantes das plagas do peixe pintado”, habitam as aldeias de *Kejari, Córrego Grande, Colônia e Piebága*.

⁵⁹ São as versões existentes, sobre a origem do etnônimo.

⁶⁰ Estes serem chamados, ainda, de *Baire*.

- *Tori Ókua Mogorége, “habitantes dos sopés das montanhas”, habitam as regiões adjacentes à Serra de São Jerônimo.*
- *Útugo Kúri-Doge ou Kádomogarége, “os que usam longas flechas” ou os que “habitam os taquarais”, habitam a aldeia do Perigara*
- *Itúra Mogorége, “habitantes das matas”, habitam as aldeias Jarudoré, Pobojári, Pobore e Tadarimana. (Bordigon, apud Serpa, Op. cit.)*

Os Bororo são um grupo que linguisticamente foi classificado como pertencente ao tronco Macro-Jê, pertencente à família Bororo.

Os dados históricos indicam que o território tradicionalmente ocupado pelo grupo ocupava uma vasta faixa de terra que se estendia,

“a oeste, até a Bolívia; a leste, até o centro-sul de Goiás, onde confinava com a Caiapônia; ao norte, até as margens da região dos formadores do Xingu; e ao sul, até o próximo do Rio Miranda”. (Ribeiro, Op. cit. p 73)

Atualmente o território Bororo compreende seis Terras Indígenas, todas localizadas no Estado do Mato Grosso, nomeadamente Teresa Cristina, Jarudoré, Meruri, Perigara, Sangradouro/Volta Grande e Tadarimana. Esse território descontínuo encontra-se descaracterizado, além de corresponder a uma área 300 vezes menor que o território tradicional do grupo, **Quadro 5.4.1-1**.

Quadro 5.4.1-1 - Terras Indígenas dos índios Bororo e respectivas aldeias

Terras Indígenas Bororo	Municípios	Aldeias
Jarudoré	Poxoréu	-
Merúri	General Carneiro	Merúri Garças
Tadarimana	Rondonópolis	Tadarimana Pobore Praião Jorige
Tereza Cristina	Santo Antônio do Leverger	Córrego Grande Coroados Piebaga
Perigara	Barão de Melgaço	Perigara
Sangradouro	General Carneiro	Morada dos Bororo

Fonte: ISA, 2008

Para efeito deste estudo apenas duas Terras Indígenas da área de influência dos empreendimentos pertencentes ao território Bororo serão caracterizadas: Jarudoré e Tadarimana.

5.4.1.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A organização social dos Bororo é considerada, na literatura etnográfica, extremamente complexa, tendo desde Lévi-Strauss recebido grande destaque. A unidade política dos Bororo é a aldeia – *Boe Ewa* e seu padrão de construção obedece regras arquitetônicas rígidas.

“A aldeia é uma unidade psíquico-cultural, que oferece uma configuração característica impossível de ser separada do restante das configurações mentais do povo que ali mora. É a menor unidade demográfica e geralmente exige uma unidade política, dependente, claro, do conjunto de crenças religiosas, sociais, políticas, etc. de seus moradores” (Zago, 2005:44).

A forma circular obedece a um padrão identificado entre outros povos do tronco lingüístico Macro-Jê, mas no caso dos Bororo, ela reproduz a estrutura social do grupo.

A construção da aldeia ao modo tradicional além de obedecer às regras expressas no mito da inundação geral⁶¹, deve levar em consideração vários fatores como: a natureza dos solos, altura do terreno, ausência de insetos, proximidade de fontes de água, boa ventilação entre outros.

*“circunscvem-se num diâmetro de aproximadamente cem metros, em terreno cuja topografia está suavemente inclinada na direção Oeste, direção que também deverá estar localizado o curso d’água. A construção começa, segundo a lenda, pelo *Bái mána gejéwu* ou *baito*, forma comum usada pelos Bororo para designar a casa dos homens, que determina o centro do círculo e que tem seu eixo maior na orientação Norte/Sul. Seu eixo menor Leste/Oeste divide a aldeia em duas metades exógamas: *Eceráe* e *Tugarége*, mas que também divide na ordem contrária o seu interior: a metade dos homens *Eceráe* fica dentro da metade *Tugarége* e vice-versa” (Portocarrero, 2001, p37).*

⁶¹ Tal mito fala da refundação da aldeia Boé depois da grande inundação a qual um único homem sobreviveu e que deu origem ao novo povo Boé.

No centro da aldeia fica a *casa-dos-homens*, o *Bai ou Baito*. O *Bai* é uma grande casa de forma retangular, que antigamente era o local de reunião dos chefes. Quando as aldeias eram nômades, toda vez que acontecia uma mudança da aldeia o *Bai* aumentava ou diminuía de tamanho conforme a proporção do número de homens. Uma vez construída, as choupanas eram erguidas ao seu redor, mas obedecendo a regras definidas pelas posições clânicas (Viertler, 1991).

Entre os Bororo a organização espaço-social é de grande importância tanto para a vida social como para as práticas religiosas. Assim sendo, cada metade exogâmica ocupa um lugar na aldeia que corresponde a um semi-círculo; cada um destes semicírculos é subdividido em quatro partes que correspondem aos clãs principais, que por sua vez são divididos em sub-clãs. Desta forma, a localização social dos clãs e famílias na organização social dos Bororo é identificada pela sua localização geográfica na aldeia. A metade Ecerae da aldeia inclui os seguintes clãs:

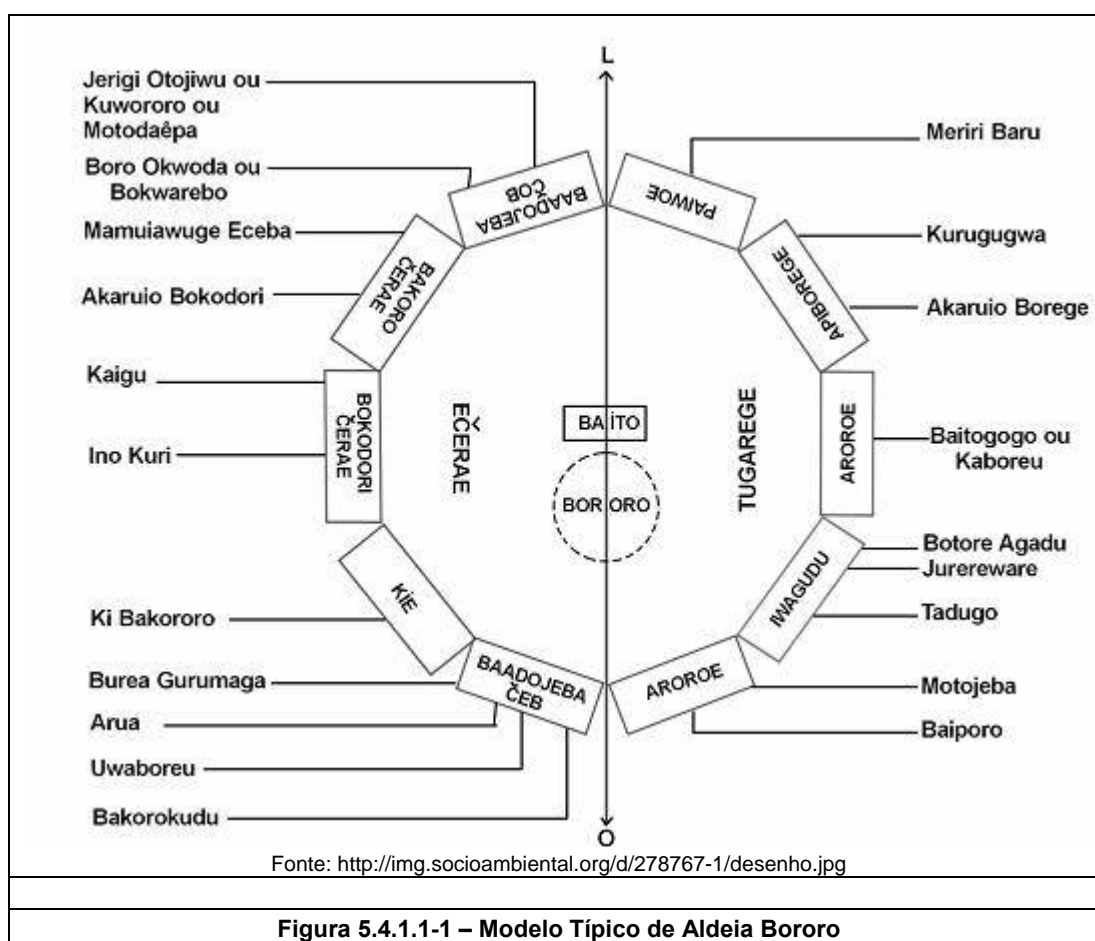
- *Baado Jebage Cobugiwu* (os construtores das aldeias à Leste);
- *Baado Jebage Cobugiwuge* (os construtores das aldeias à Oeste);
- *Bokodori Ecerae* (os tatus canastras)
- *Kie (as antas)*.

Os clãs da metade Tugarege são:

- *Apiboréque* (os donos do acuri);
- *Aroroe* (as larvas);
- *Iwagudu-doque* (as gralhas),
- *Paiwoe* (os bugios) divididos em cores de adornos (escuras e avermelhadas) e de pele (clara e escura)⁶².

O pertencimento a um determinado sub-clã, implica também na participação de um patrimônio clânico que consiste em danças, animais, fabricação de determinados objetos e pinturas faciais, mitos entre outros, além de indicar a posição hierárquica dentro do clã.

⁶² Serpa, 1995.



A disposição circular da aldeia é tão importante na vida social do Bororo, que os missionários salesianos, quando iniciaram o processo de catequese na região do rio das Garças, perceberam que a melhor forma de fazer com que fossem convertidos, seria a substituição da aldeia circular por casas com arruamento paralelo. Como a forma da aldeia implica a reprodução do seu sistema social, suas relações de obrigação, solidariedade e parentesco, quando o Bororo é privado dela, rapidamente perde “o sentido das tradições, como se seus sistemas social e religioso (...) fossem complicados demais para dispensar o esquema patenteado pela planta da aldeia e cujos contornos são perpetuamente reavivados pelos seus gestos cotidianos” (Levi-Strauss, 1995: 207).

De fato, a aldeia circular permite inclusive o equilíbrio dos princípios cósmicos Bororo: o equilíbrio entre o *Aroe* e o *Bope*. De acordo com Vietler (1991), os *Aroe*, estão associados a faculdades mentais superiores, estritamente humanas, fala, linguagem, sociabilidade, autocontrole, memória a capacidade de fazer belos enfeites e realizar caçadas e toda a complexa vida ritual e cerimonial ligada à ancestralidade clânica e os *Bope*⁶³ seriam espíritos que se alimentam de carnes cruas e sangrentas estando

⁶³ “coisa ruim” (Vietler, 1991)

associados a cheiros fortes. Os *Bope* podem residir no céu ou na terra, os primeiros presidindo fenômenos celestes e os segundos muito mais temidos, já que são responsáveis pelas doenças e morte dos índios. A relação dos Bororo com os *Bope* é mediada pelos *Baire* - xamãs dos espíritos da natureza, que entram em contato com os “senhores dos animais” por diversos meios, e através desse contato podem indicar, inclusive os lugares onde a caça seria mais copiosa.

Na estrutura política tradicional Bororo, existem mais dois poderes representados pelo *Boe eimejera* – Chefe da Guerra, da aldeia e do cerimonial e o *Aroe Etawarare*, que seria o xamã da alma dos mortos (Serpa, 2001).

5.4.1.1.1 Parentesco e Regras de Casamento

A classificação do indivíduo Bororo é feita a partir do seu clã de origem associada à linhagem do grupo residencial (Serpa, *ibidem*). A descendência segue a regra matrilinear associada à residência matrilocal. Dessa maneira um indivíduo pertence, sempre, a metade de sua mãe, isso quer dizer que, quando uma criança Bororo nasce ela receberá o nome do clã de sua mãe. Cabe lembrar que as metades são exogâmicas, isso quer dizer que um membro de um clã só pode casar com um membro do outro. Assim, se a mãe de um Bororo pertencer ao clã *Tugaré*, ele será *Tugaré* e sua esposa *Ecerae*.

As próprias relações afetivas se dão mais profundamente com as mães, principalmente se comparadas com as estabelecidas entre os cônjuges (Tolentino, 2009). De fato, o casamento entre os Bororo é considerado instável, não sendo incomum um Bororo casar mais de uma vez durante a sua vida. (Serpa, 2001). O homem ao casar se desloca, indo morar junto a sua esposa, do outro lado da sua metade, já que as mulheres moram e herdaram as casas onde nascem. Dessa forma, mesmo que um homem possua poder político na aldeia, o clã predominante na casa onde mora é o da sua mulher. Assim, os clãs permanecem sempre nas mesmas casas, já que a linhagem passa pela mulher e ela permanece na casa onde nasceu⁶⁴. Aqui fica claro porque a arquitetura da aldeia é uma planta das relações sociais do grupo.

O homem Bororo é responsável pelo futuro de suas irmãs, e pode ascender socialmente por meio delas, projetando sobre os filhos destas seu nome e regras rituais. Nas danças e rituais os homens representam seu clã de origem⁶⁵.

⁶⁴ Os núcleos familiares residem nas extremidades das casas, sendo a parte central reservada para os pertences, além de ser o espaço onde comem, dormem, praticam rituais e recebem visitas, não sendo exclusivo de uma família, mas representando um clã.

⁶⁵ <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Bororo/243>

O fato dos grupos domésticos serem baseados em famílias extensas uxori-locais, reforça a importância do *Bai* na sociabilidade do homem Bororo, já que este nunca está realmente à vontade na casa onde reside. Suas lembranças, suas memórias estão do outro lado da aldeia, na casa de sua mãe, no clã ao qual ele é afiliado. Sendo assim a “casa-dos-homens”, é onde está a sua memória pelo encontro de outros iguais. (Levi-Strauss, *Op. cit.*).

Segundo Soares (2008), existe uma grande reciprocidade entre o homem Bororo e seu cunhado, sobretudo nas caçadas. Esta autora discorre sobre a convivência do homem Bororo na casa da família de sua esposa:

“A família da mulher tem grande influência na vida dos homens dessas tribos. Quando estes encontram-se dentro da casa de sua esposa, estão também na casa de um outro clã, e é através dessas relações cotidianas de troca e aliança que estarão confirmando a macro estrutura social dualista que rege essas sociedades” (Soares, 2008:62).

Atualmente, as aldeias Bororo foram modificadas, sobretudo, em função da expansão da agropecuária na região⁶⁶. Mas o desenho tradicional das aldeias, no entanto, permanece vivo na maioria delas e mesmo nas aldeias que não mais obedecem à estrutura circular, os Bororo continuam se referindo aos clãs como sua localização ancestral na aldeia, mantendo, desta forma, a mesma organização social (Portocarrero, *Op. cit.*).

As metades regulam não apenas os casamentos, mas vários aspectos da vida social; estabelecendo entre si relações de reciprocidade ritual e material, além de desempenharem papéis complementares em diversos atos sociais e religiosos. Essa relação de reciprocidade não exclui a rivalidade, nem os ciúmes, mas regula os diversos aspectos da sociabilidade Bororo (Levi-Strauss, *Op.cit.*). Na mais importante cerimônia Bororo que é o funeral, a regra estabelece que quando o morto pertence a um clã a responsabilidade pelo enterro é do outro clã.

⁶⁶ Ressalta-se também o avanço dos meios de comunicação como o rádio e a televisão como fatores de influência.

5.4.1.2 COSMOLOGIA E RITOS FUNERÁRIOS

“De todos os eventos que marcam o ciclo da vida entre os Bororo, a morte é, certamente, a mais celebrada” (Novaes, 2006:284).

Os Bororo possuem uma intensa vida cerimonial sendo que as cerimônias mais importantes são: a nomeação das crianças, a perfuração do lábio inferior, a festa do milho novo, a preparação para a caçada e para a pescaria e, o mais importante, o funeral (Serpa, 1995). Normalmente a morte de alguém pode alterar inclusive a organização política de uma aldeia provocando mudanças ou reforçando alianças.

Os funerais permitem o restabelecimento da ordem doméstica, da harmonia social e da integridade física dos enlutados (Viertler, *Op. Cit.*), tendo implicações políticas, econômicas e atualmente funcionando como uma forma de diferenciação étnica, que mantém o grupo coeso.

Segundo Viertler, o funeral Bororo pode ser entendido como:

- Rito de passagem;
- Expressão do Prestígio Social;
- Mecanismo de Controle Social;
- Foco de tensões sociais internas e
- Estratégia de adaptação às condições ecológicas.

Possui importantes implicações políticas, econômicas, demográficas e de adaptação da sociedade Bororo.

Os rituais Bororo são marcados pela participação dos indivíduos, com lugares marcados, obrigações, nomes e cantos específicos, sendo evocados os espíritos dos heróis e dos antepassados (Tolentino, *Op. cit.*). É importante destacar que, apesar da importância do rito funerário, outros rituais podem ocorrer paralelamente ao funeral, segundo ressalta Cunha (2008), especialmente pela reunião de pessoas importantes – chefes de clãs e demais lideranças que se deslocam para a Terra Indígena onde ocorre o Funeral. De fato, não apenas os líderes, mas um considerável número de indivíduos se desloca atendendo as convocações por conta dos funerais.

De maneira sintética, o funeral permite a ordenação sociocultural através da passagem de um ou mais mortos para o mundo dos ancestrais; é um momento privilegiado da socialização Bororo, permitindo aos mais jovens o aprendizado das regras e cantos. Ressalta-se que a cultura Bororo é baseada na oralidade, sendo os costumes, as tradições e as regras sociais transmitidas pelos mais velhos às crianças através dos discursos proferidos pelos anciãos, geralmente à noite (Toniazzo, 2002).

Ao longo do ritual, um indivíduo representa o morto na cerimônia de passagem e conduz as cerimônias, recebendo o nome de *Aroe Maiwu* – alma nova. No ritual, a morte é “avisada oficialmente” por gritos dos parentes, que cortam seus corpos, jorrando sangue sobre o morto⁶⁷. No funeral Bororo ocorrem dois sepultamentos, sendo o primeiro no *Bororo* – pátio central da aldeia, ao lado do *Baito* – em uma cova rasa que é molhada regularmente para acelerar o processo de decomposição e separação da carne dos ossos. Posteriormente, os ossos são reunidos, limpos, pintados, emplumados e depositados em um cesto de palha devidamente ornamentado, ficando, assim, preparados para o segundo e definitivo sepultamento. “Estas atividades são permeadas por uma sucessão de cantos, danças, caça, pesca, refeições coletivas e representações cerimoniais” (Serpa, 1995), que reforçam a vida coletiva dos Bororo (Novaes, *Op. Cit.*).

A morte de um Bororo é percebida como a ação de um *Bope*, o que exige uma vingança para que seja restabelecido o equilíbrio. Assim, o *Aroe Maiwu*, substituto do morto, precisa caçar um animal, preferencialmente uma onça para vingar a morte do finado e entregar o couro à sua família. Após o morto ter sido vingado e assim redimido pela coletividade, o morto é incorporado pela sociedade das almas. Assim, os ritos funerários atingem o fim com a caçada de um animal num longo processo em que a sociedade Bororo é revigorada e recriada⁶⁸.

5.4.1.3 POPULAÇÃO ATUAL

No final do século XIX a população Bororo atingia cerca de dez mil indivíduos (Souza, Pagliaro, Santos, 2009). No entanto, o grupo passou por um processo de depopulação drástico devido aos contatos interétnicos, processo esse que se manteve até a década de 1970, quando esse quadro começou a ser revertido, com a volta do aumento demográfico. Entretanto, levantamentos feitos na década de 1990, indicam que a taxa média relativa ao crescimento demográfico entre os Bororo é menor do que a observada entre os diversos grupos indígenas (*Ibdem*, 2009).

⁶⁷ Segundo Cunha (2008), o autoflagelo dos parentes deve ser controlado, correndo risco de perigos à integridade física das mesmas.

⁶⁸ Novaes (2006)

Como já foi dito, atualmente os índios Bororo estão divididos legalmente em seis Terras Indígenas: Perigara, Tereza Cristina, Sangradouro/Volta Grande, Merúri, Tadarimana e Jarudoré. Abaixo é apresentado o **Quadro 5.4.1.3-1** com a população nas Terras Indígenas Bororo:

Quadro 5.4.1.3-1 - População nas Terras indígenas Bororo

Terra Indígena	População Total	Fonte
Perigara	96	FUNAI, 2004
Tereza Cristina	358	FUNAI, 2002
Sangradouro/Volta Grande	858	FUNAI, 2004
Merúri	524	FUNAI, 2004
Tadarimana	275	FUNASA, 2009
Jarudoré	12	Cacique Maria Aparecida (Contagem pessoal)
Total	2123	

De acordo com dados da FUNASA, em 2006 a população Bororo somava aproximadamente 1.392 indivíduos, número que difere dos dados apresentados acima, devido inclusive a diversidade das fontes e anos usados para apresentar os dados referentes a cada Terra Indígena.

5.4.1.4 ASSOCIATIVISMO

Existe uma associação indígena que representa seus direitos, denominadas Tadáwu Etno-Associação fundada em 2008. Além do caráter representativo a associação tem por objetivos conseguir recursos para a produção de alimentos para as famílias Bororos⁶⁹.

5.4.1.5 ASSISTÊNCIA

A jurisdição das Terras Indígenas Jarudoré e Tadarimana é de responsabilidade da Administração regional da FUNAI de Rondonópolis - MT.

5.4.1.6 EDUCAÇÃO

Sobre a educação é possível apontar como marco os contatos feitos pela Missão Salesiana a partir de 1902 (Nakata: 2008). Atuando com os Bororo até os dias atuais, os missionários salesianos praticam o ensino bilíngüe – Português e Bororo. No entanto, como afirma Toniazzo (2002), a maioria das crianças Bororo apenas aprende sua língua materna na 4ª série do ensino fundamental, sendo a língua Bororo falada diariamente apenas pelos mais velhos. Desta forma, as crianças Bororos podem

⁶⁹ Site consultado em 25.03.2010: http://www.indiospauloisaac.com.br/?f=docs/boe_bororo.html

“perder interesse” na cultura do seu povo, uma vez que são iniciadas em sua língua materna apenas na 4ª série.

A educação Bororo, segundo Toniazzo (2002), é baseada na oralidade, sendo os costumes, tradições e ensinamentos passados dos mais velhos às crianças. A autora chama atenção para a importância educacional dos discursos proferidos pelos anciãos, geralmente à noite. Como dito anteriormente, os próprios rituais Bororo, com destaque para os ritos funerários, têm, também, suma importância na educação dos jovens Bororo. A educação das jovens mulheres é majoritariamente feita pelas mães (Toniazzo: 2002). Revela-se, portanto, uma espécie de transformação cultural, já que a tradição oral dos Bororo convive e se relaciona com a tradição escrita dos não índios. Atualmente, devido a ações do governo federal, como o Projeto TUCUM para formação de professores indígenas, as escolas em Terras Indígenas Bororo contam com professores índios.

5.4.1.7 SAÚDE

A saúde dos Bororo é responsabilidade da FUNASA, por meio do Pólo Base e da CASAI de Rondonópolis, que conta com duas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), atendendo às diversas aldeias Bororos da região. No entanto, para os atendimentos de média e alta complexidade o paciente deve ser encaminhado para Cuiabá Vargas et all (2008). Segundo o mesmo estudo citado, o acesso destes índios à rede de atenção à saúde é limitado pela falta de articulação entre as instituições responsáveis.

De acordo com Sette et all (2009), é grande a incidência de doenças infecto-parasitárias nos Bororo, como diarreias, verminoses, dermatose, etc., causadas sobretudo pelos próprios hábitos de higiene. Ainda de acordo com estes autores, foi instalada na aldeia Tadarimana uma rede de saneamento que funcionou entre 1996 e 2000, sem dar certo, já que não foram consideradas a organização interna da sociedade Bororo e sua cultura. Foi feita uma tentativa de implantar saneamento básico em moldes citadinos, não considerando os costumes Bororo.

O resultado da implantação da rede de saneamento e abastecimento de água na aldeia Tadarimana, em 1996, pela FUNASA e FUNAI, teve resultados opostos ao esperado, uma vez que, segundo Sette et all (2009), surgiram novos problemas de saúde, já que as necessidades que eram feitas na natureza passaram a ter lugar fixo, mas sem uso adequado, ocasionando a proliferação de insetos, assim como a contaminação do lençol freático.

É importante destacar que apesar de existir um posto de saúde nesta TI, o serviço de assistência em saúde para os Bororo em Tadarimana é precário, como aponta Sette et al (2009). Na visão dos autores a presença das entidades competentes na Terra Indígena – FUNASA e Secretaria Municipal de Saúde – não significa que os serviços de saúde são adequados, pelo contrário, sua falta de articulação prejudica ainda mais a saúde dos índios.

Apesar da gravidade dos problemas supracitados, o maior problema de saúde dentre os Bororo é o alcoolismo⁷⁰. A questão do alcoolismo é apontada por diversos autores, entre eles Viertler (2002) como um processo danoso ocasionado principalmente a partir do contato com os não índios. Esse contato trouxe a adoção de uso do álcool no cotidiano indígena Bororo, acarretando sérios problemas para o grupo, sendo inclusive, necessário, a implantação de programas de apoio psicoterápico nas TIs Bororo para amenizar os danos causados pelo alcoolismo. Sobre o problema em questão a autora descreve:

“(...) a ausência de punições, fazendo com que o controle escape ao controle interno; a não aceitação de críticas abertas sobre o hábito de beber; a desconfiança dos Bororo em relação aos civilizados, negando-se a incorporar informações pertinentes ao consumo de bebida alcoólica, ocorrendo a conscientização de seus efeitos negativos, somente, após várias décadas de seu consumo; a viabilidade de utilizar o estigma de “bêbados visando salvaguardar, em nível interétnico, um espaço próprio, o dos Bororo – índios que se embebedam, fazem algazarra fora de hora e escandalizam a todos, os não Bororo, índios e civilizados, etc.” (idem, 2002:35)

Além do CIMI e da Missão Salesiana outras entidades não governamentais desenvolvem ações de assistência à saúde como os Médicos sem Fronteiras e Dentistas Alemães (SERPA, 2001).

⁷⁰ Site do ISA consultado em :<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/250>

5.4.2 HISTÓRICO DO CONTATO

De acordo com Portocarrero (2001), o território ocupado pelos Bororo antes da colonização portuguesa abrangia uma ampla região entre os rios Araguaia e Paraguai, no sentido Leste/ Oeste, e entre os rios das Mortes e Taquari, no sentido Norte/ Sul. No entanto, a partir do contato com os colonizadores, os Bororo viram suas terras encolherem cada vez mais, sobretudo a partir do início do século XVIII, com a descoberta de ouro, por bandeirantes paulistas, na região de Cuiabá.

O autor chama atenção ainda para o aprisionamento dos Bororo por paulistas antes mesmo da fundação de Cuiabá, portanto ainda no século XVII, para servirem como guias para expedições bandeirantes que adentravam os sertões em busca de ouro e de indígenas para escravizar.

A penetração de colonos e bandeirantes no interior do Brasil gerou não apenas pressão sobre os territórios indígenas, mas também acirrou conflitos entre os diversos grupos e o estabelecimento de alianças como estratégia de resistência. Neste sentido, Martini (2008) apresenta o conflito entre os Bororo e os Cayapó - cujas terras estavam sendo assediadas por bandeirantes – a partir de 1740, na medida em que o coronel Antônio Pires de Campos mobilizou grande quantidade de índios Bororo para apoiar na luta contra os Cayapó, que resistiam à ocupação do território de Goiás. Por esta atuação em aliança com bandeirantes e colonizadores, contra os Cayapó, os Bororo passaram a ser considerados *índios mansos*. A aliança dos Bororo com os não índios, pode ser entendida dentro desse contexto, sendo uma estratégia destes para fugir das expedições de aprisionamento realizadas pelos próprios paulistas. A aliança não se dava apenas pela imposição (Martini, *ibidem*).

Já Zago (2005) apresenta outros conflitos dos Bororo com demais grupos indígenas, sendo estes, segundo o autor, responsáveis pela extinção dos Xaray. Apenas é possível especular os motivos dos conflitos entre estes grupos, seja devido ao seu *ethos* guerreiro, à necessidade de defesa do espaço territorial e cultural – contribuindo para a garantia da subsistência alimentar -, ou mesmo motivados pela obtenção de materiais provenientes das trocas com outros grupos.

Apesar das relações “amigáveis” entre os Bororo e os colonizadores até o século XVIII, essa não representava uma aliança com todo o grupo, pois existem referências a um imenso contingente de índios Bororo que permanecia arredio ao contato. Muitas expedições punitivas foram realizadas contra esses grupos arredios, o que causou a separação do grupo em Bororo-orientais e Bororo-ocidentais, sendo que as duas partes não tiveram mais relação entre si (Serpa, 1995).

No século seguinte a situação se transformaria, já que os Bororo passaram a ter suas terras ocupadas por colonos, e resistiram a esta invasão. De acordo com Almeida (2002), a resistência dos Bororo Coroado⁷¹ fez com que as autoridades brasileiras estipulassem a necessidade de “pacificá-los”. Segundo Zago (2005), os Bororo Ocidentais e os Umutina passaram a ser perseguidos no início do século XIX por reagirem às invasões em seus territórios.

Ao longo do século XIX o território dos Bororo foi constantemente assediado e invadido por bandeirantes e colonos, geralmente em expedições apoiadas e financiadas por autoridades como presidentes de Província com objetivo de “pacificar” a região. Darcy Ribeiro (1970) afirma, que os Bororo Orientais eram considerados flagelos pela população mato-grossense, que se esforçava em exterminá-los. Em fins do mesmo século, centenas de índios Bororo Coroado já haviam, segundo Almeida (2005), sido “pacificados”, ou seja, capturados e/ou expulsos de sua terra. Por outro lado os Bororo *Cabaçal*⁷², foram de tal maneira destruídos e exterminados que Darcy Ribeiro sustentou a idéia de que eles haviam sido exterminados (Serpa, 1995).

A rendição total dos Bororo Orientais ocorreu em 1887, depois de sucessivos massacres e destruições de aldeias. O fato também se deve a presença de um novo Presidente de Província que em 1855 resolve por fim as atrocidades que estavam sendo feitas com o grupo e inicia uma nova estratégia de aproximação com os índios. O símbolo da “pacificação” dos *Bororo Coroado* foi a construção de duas colônias militares, uma no Rio Prata – Teresa Cristina – e outra no Rio Piriquire – Isabel – para onde os índios “pacificados” eram enviados. A administração militar das colônias se mostra um fracasso e ela é entregue em 1895 à missão Salesiana. Mas em 1898 os missionários perdem a administração das colônias em decorrência de desenvolvimento de ações totalmente incompatíveis com os modos de vida do grupo, fazendo com que este abandonasse a colônia.

Em 1905 os salesianos fundam a Colônia Rio das Garças e os índios passam a viver em condições sociais diferentes daquelas a que haviam se habituado, já que não era possível reproduzir sua organização social nestas colônias, sobretudo a partir da impossibilidade de construir aldeias circulares – que obedeciam a princípios muito caros aos Bororo, e que acabaram sendo fragmentados (Ribeiro, *Op. Cit.*). Mas por outro lado cessaram as hostilidades com os brancos e iniciaram os trabalhos da roça e da catequese que eram as estratégias de integração da época.

⁷¹ Ou Bororo Orientais

⁷² Da Bacia do Rio Cabaçal; Ou ainda Bororo Ocidental.

Cabe ressaltar que a demarcação da colônia Teresa Cristina foi obra do Marechal Rondon, que em 1897 garantiu 65.000 hectares para o grupo em troca da paz e da garantia de pelo menos essa pequena parcela de terra.

Se olharmos o contato dos Bororo com não índios em perspectiva, é possível perceber algumas importantes conseqüências deste contato. Como aponta Zago (2005), a pressão da sociedade nacional sobre as terras ocupadas pelos Bororo fez com que este grupo indígena tivesse que se adequar à nova realidade, mudando seus costumes e abandonando tradições. Neste sentido, os Bororo tiveram que se aglutinar em pequenas áreas e não mais puderam fazer as migrações sazonais, ou mesmo grandes caçadas. Estes impactos tiveram conseqüências na própria organização social e política dos Bororo, bem como sobre sua cultura, língua e religião, já que o modo de vida a que estavam habituados fora radicalmente alterado.

Como visto anteriormente, aqueles Bororo que resistiram com veemência às invasões em suas terras, que não se submeteram ao trabalho escravo ou a aliar-se a bandeirantes e colonos, foram dizimados.

“Como dizem os velhos Bororo, foram eles (os Bororo) que amansaram os “brancos”, que a história de contato não se resume no que os “brancos” fizeram com os Bororos, e sim no que os Bororo permitiram que os “brancos” fizessem com eles, a partir da escolha tomada por eles, numa situação de ação e reação, tanto os índios como os não índios pagaram o preço do encontro entre esses dois mundos”. (Zago, 2005:116)

Assim, a sobrevivência dos Bororo, desde o início da ocupação européia até os dias atuais, foi construída a partir do ajuste e da perda, mas, sobretudo da resistência.

5.4.3 TERRITORIALIDADE E RECURSOS NATURAIS

Como afirmam Sette et al (2009), o ambiente terrestre para os Bororo é dividido em “zonas ecológicas” e “subzonas” caracterizadas pelas plantas e animais, sendo três as mais importantes divisões: *Bóku* – cerrado -; *Boé Éna J’aka* – transição mata/cerrado -; e *Itúra* – Mata. Como exímios pescadores que são, os Bororo utilizam os rios para sua segurança alimentar. Além disso, os rios têm importantes funções em diversos rituais e cerimônias, com destaque para o funeral.

O tipo de plantio está intrinsecamente associado aos tipos de solo reconhecidos pelos Bororo: *Moto* (terra), *Roto* (barro), *Kugaru* (areia), e *Naori* (tabatinga). A roça onde são cultivados os principais produtos é chamada de *Boe Epa*, enquanto as plantas

medicinais e as utilizadas nas cerimônias e artesanato são plantadas em regiões próximas às casas (*Akujei*).

A roça tradicionalmente era atividade das mulheres, mas os Bororo foram obrigados a intensificar o cultivo, fazendo com que os homens assumissem essa atividade. O trabalho desempenhado pelos homens na roça nunca atendeu as expectativas dos não índios como representantes da FUNAI, dos missionários e de outros agentes. A agricultura é feita por meio do “corte e queima”, numa área de aproximadamente ½ hectare, usada por três anos e depois deixada em repouso pelo dobro deste período. O cultivo, segundo Sette et all (2009), contempla as seguintes culturas: milho, arroz, mandioca, feijão, abóbora, etc., e as atividades são relacionadas a elementos sobrenaturais, como a cerimônia de purificação do milho novo – *Kuiada Paru*. Segundo Viertler (1991), “o trabalho na roça constitui resposta a um conjunto de transformações ambientais” (*ibidem*, p12), que vão desde a diminuição da terra, até a imposição de técnicas não tradicionais. As mulheres atualmente ajudam no plantio e na colheita de mel, coco, frutos do cerrado, ovos de pássaros e tartarugas. O trabalho é compartilhado por membros de uma mesma casa.

Ressalta-se que os Bororo não se interessam pela pecuária, sendo pouco receptivos a presença de gado com exceção da TI Meruri.

5.4.3.1 ARTESANATO

Em relação ao artesanato, Tolentino (2009) chama atenção para a vasta variedade de materiais utilizados pelos Bororo. Os adornos produzidos enfeitam os indivíduos e os objetos de uso, fazendo-se presentes em todos os momentos da vida dos Bororo.

O local onde são cultivadas plantas utilizadas no artesanato é chamado de *Akujei*, e fica, geralmente, perto das casas⁷³. Segundo Brito (2005), a produção artesanal dos Bororo é, por vezes, vendida para gerar alguma renda para a aldeia, ou ainda trocada por mercadorias.

Destaque para a arte plumária do grupo que apresenta toda a sua exuberância nos ritos funerários.

⁷³ Sette et all (2009)



Foto 5.4.3.1-1 - Cocar Bororo, fonte Museu Gleblow



Foto 5.4.3.1-2 - Os elementos cerimoniais Bororo, no Centro de Cultura Padre Rodolfo Lunkenbein

Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2005

5.4.3.2 SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL

Sette et all (2009) afirmam que o sistema econômico dos Bororo se baseia na agricultura, pesca, caça e coleta. No entanto, os contatos interétnicos acarretaram mudanças significativas, como o trabalho assalariado⁷⁴, a aposentadoria e a venda de mercadorias – como a produção artesanal. Esta autora ainda chama atenção para os desequilíbrios ambientais a que estão submetidos os Bororo, provenientes, sobretudo, da exploração agropecuária e madeireira na região. Assim, os grandes caçadores e pescadores Bororo se vêem limitados em sua atuação, interferindo na segurança alimentar deste grupo indígena

.Segundo Sette et all (2009), as tradicionais atividades nômades, Maguru, realizadas nos períodos de seca, quando grande parte da aldeia se deslocava, foram extintas pela introdução de novas técnicas agrícolas e novos cultivos. É importante ressaltar que outro fator que contribui para o fim do nomadismo dos Bororo é a pressão que suas terras sofrem, tanto de pecuaristas como de madeireiros. Atualmente os Bororo dependem de certas tecnologias para sua produção nas roças⁷⁵.

Em geral os deslocamentos ocorrem durante as convocações para a participação dos rituais fúnebres.

⁷⁴ Os direitos trabalhistas dos índios em geral foram definidos pela Convenção n.169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989.

⁷⁵ Sette et all (2009)

5.4.4 TERRA INDÍGENA TADARIMANA

Localizada no município de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, a terra faz parte do território tradicional do grupo Bororo. Segundo dados da FUNASA, em 2009, residiam na TI Tadarimana 275 índios distribuídos em 79 famílias espalhados pelas quatro aldeias existentes. Esses dados podem ser observados no **Quadro 5.5.4-1**

Quadro 5.5.4-1 - População indígena na TI Tadarimana

Grupo	Quantidade de Residências	Quantidade de Famílias	Quantidade de Mulheres	Quantidade de Homens	Quantidade de Pessoas
Bororo	46	79	134	141	275

Fonte: SIASI - FUNASA/MS, 28/12/2009. Dados referentes a julho de 2009.

As quatro aldeias da TI Tadarimana são: a aldeia central Tadarimana, e as aldeias Praião, Pobore e a Jurigue. A aldeia central concentra a Infraestrutura da TI, que consiste em uma escola, posto de saúde, padaria e o poço artesiano⁷⁶.



Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2005

Foto 5.5.4-1 - Posto de saúde na TI Tadarimana



Fonte: arquivo da Ecology Brasil, 2005

Foto 5.5.4-2 - Pátio da aldeia Tadarimana

Existe uma associação indígena denominada Tadáwu Etno-Associação fundada em 2008 responsável pela defesa dos seus direitos. A associação tem como um dos principais objetivos conseguir recursos para a produção de alimentos para as famílias Bororo⁷⁷

As principais culturas cultivadas nessa TI são: arroz, banana, feijão e milho. Em 2008, os índios plantaram uma área de cerca de 17 hectares de arroz para garantir a segurança alimentar das família e a possibilidade de geração de excedente para a comercialização. Na safra de 2008, foram colhidos aproximadamente 1.500 sacos. (Gazeta Digital 28/02/2008)

⁷⁶ Sette et all (2009)

⁷⁷ http://www.indiospauloisaac.com.br/?f=docs/boe_Bororo.html

“A lavoura de arroz foi dividida em 84 talhões distribuídos entre as famílias, e para garantir que nada se perca, cada família colhe a parte que tem direito e assim todos recebem o necessário para sustentar a casa. Além da distribuição e da colheita, toda a armazenagem é feita pelos Bororos” (Gazeta Digital 28/02/2008).

Sobre as habitações na TI Tadarimana, Sette et al (2009) descrevem que as casas são construídas seguindo dois padrões o de alvenaria e o tradicional. No primeiro caso é possível perceber a influência do contato com os não índios na arquitetura de suas habitações. No outro padrão construtivo as casas são feitas de palhas, reproduzindo as antigas choupanas. Segundo os autores, as habitações possuem um maior conforto ambiental, bem como melhores condições sanitárias.

Já em relação à saúde nas aldeias da TI Tadarimana, a ocorrência de doenças infecto-parasitárias é alta, sobretudo pelas condições locais de higiene. Assim, entre 1996 e 2000, foi feita uma tentativa de implantar saneamento básico em moldes citadinos, não considerando os costumes dos Bororo. A partir desta experiência, a qualidade de vida dos membros das aldeias da TI Tadarimana sofreu alterações com deterioramento das condições higiênicas e proliferação de insetos.

É importante destacar que apesar de existir um posto de saúde nesta TI, o serviço de assistência em saúde para os Bororo em Tadarimana é precário, como aponta Sette et al (2009). Na visão dos autores a presença das entidades competentes na Terra Indígena – FUNASA e Secretaria Municipal de Saúde – não significa que os serviços de saúde são adequados, pelo contrário, sua falta de articulação prejudica ainda mais a saúde dos índios.

Destaca-se que os Bororo da Terra Indígena Tadarimana ganharam recentemente um prêmio cultural referente a Dança ritual Boé Bororo, o Prêmio Culturas Indígenas de 2006, o que representou uma grande valorização e prestígio da cultura Bororo.

5.4.4.1 PRESSÕES SOBRE A TERRA INDÍGENA

Consta no Relatório de Violência contra Povos Indígenas, no período de 2003 a 2005, que nesta TI, existia acusação de retirada ilegal de madeira (aroeira). Dentre os acusados estão o chefe de posto da FUNAI na TI Tadarimana, e alguns índios Bororo.

De acordo com técnicos da FUNAI de Cuiabá, a maior pressão sobre a Terra Indígena Tadarimana é exercida pela proximidade com a cidade de Rondonópolis, que é uma das maiores economias do Estado de Mato Grosso. Além disso, outra pressão existente é a pesca predatória de não índios no rio Vermelho e rio São Lourenço.

5.4.5 TERRA INDÍGENA JARUDORÉ

A terra indígena Jarudoré, pertencente ao grupo indígena Bororo, está localizada na região sudoeste do Estado do Mato Grosso no município de Poxoréo.

A primeira referência a Jarudoré, enquanto território Bororo seria um documento oficial do SPILTIN de 1915, que data a criação de São João de Jarudóri, no ano de 1912 por iniciativa de Candido Rondon. Essa referência delimitava o território em uma área de cerca de 100 mil hectares e seus marcos geográficos seriam os morros, rios, lagos e locais sagrados para os Bororo.

Em 1945, o Decreto estadual nº 644 delimita para os Bororo uma área de 6.000 hectares, o que representa uma redução de mais de 90% do território original. Cinco anos mais tarde, em 1950, por despacho do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Mato Grosso, foi aprovada a demarcação da área. Esse processo acarretou nova redução do território e a Terra Indígena ficou com 4.706 hectares. Em 1951, o Departamento de Terras e Colonização do Estado do Mato Grosso expediu o Título definitivo sob a superfície demarcada e, em 1958, foi efetivado o registro cartorial da área (FUNAI, 2010).

A Terra Indígena Jarudoré, que foi doada pelo Estado do Mato Grosso, por decreto em 18 de agosto de 1945, para abrigar os índios da etnia Bororo, como consta no seu artigo 1º, folha 42, encontra-se totalmente ocupada por não índios, inclusive por uma pequena corrutela que tem o mesmo nome da TI e corresponde a um distrito do município de Poxoreu. É importante destacar que os índios Bororo que ocuparam essa terra até 1970 acabaram sendo forçados a se retirarem do local pela presença de posseiros e fazendeiros que foram se instalando na região ao longo dos anos. Esse processo de exclusão dos Bororo e expropriação da terra teve como característica a violência já conhecida em relação aos grupos indígenas.

Para efeito desse estudo, se dará ênfase ao levantamento dos processos de reivindicação pela posse da terra do povo Bororo, principalmente pela situação fundiária em que se encontra a Terra Indígena; e que desde a década de 1970 tem gerado um alto grau de insatisfação no grupo. Essa insatisfação favoreceu a criação de um movimento reivindicatório que tem como objetivo a melhoria dos serviços de saúde e educação prestados ao grupo e a recuperação das terras tradicionais. O movimento reúne todas as aldeias Bororo e busca atuar na resolução dos problemas que envolvem o grupo nas terras onde eles se encontram.

De acordo com relatórios da FUNAI (1991), o marco principal para o início dessa ocupação não indígena, na TI Jarudoré, foi o ano de 1959, período em que se instalou no local um cartório de Paz e Notas. A partir desse evento a ocupação não índia passou a ser constante, o que ocasionou uma pressão sobre as comunidades indígenas residentes no local. Ressalta-se que *“em 1958, oito anos depois da terceira demarcação, a prefeitura de Poxoréo sancionou a criação do distrito de Jarudóri, em uma área de 142.800 hectares, que se sobrepôs à terra indígena dos Bororo, que, sob ameaças, desocuparam o local.”* (Amazonia.org apud ISA, 2008)

Esses eventos que resultaram na expropriação das terras de Jarudoré, repercutiram em vários jornais da época, caracterizando a negligência de sucessivos governos e autoridades para a questão indígena. Esse fato pode ser verificado, em levantamento realizado nos arquivos do Serviço de Proteção do Índio (SPI), localizado no Museu do Índio. Nos arquivos é possível encontrar diversos relatórios e comunicados da SPI, da década de 1950, que denunciam a apropriação da TI Jarudoré e a presença de invasores nessa terra.

Na década seguinte, outros dois acontecimentos reforçaram a invasão da TI Jarudoré por uma população não indígena, a construção da estrada municipal ligando Rondonópolis ao distrito de Jarudoré, e a abertura da MT – 309, ligando o distrito ao município de Poxoreo.

Segundo Crocker (2005), já no ano de 1965 a situação dos indígenas que ocupavam a TI Jarudoré era precária. Na época o antropólogo constatou a presença de apenas 15 índios vivendo em três casas rodeadas por não índios. Nos relatórios levantados junto a DAF/FUNAI, sobre a TI Jarudoré é possível localizar diversos documentos elaborados nas décadas de 1970 e 1980, pelo Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT), que apontam para a necessidade de retomada da Terra Indígena. A justificativa apresentada nesses documentos é que os últimos índios que permaneceram na terra saíram do local no início da década de 1980 e que no local existia apenas um aglomerado urbano e não mais aldeias indígenas. Mas, os relatórios

não fazem nenhuma referência aos motivos que acarretaram a saída dos índios. Nenhuma referência relativa às diversas pressões que fizeram com que os Bororo saíssem de suas terras.

Atualmente, Jarudoré, como já foi dito, corresponde há um distrito do município de Poxoréo-MT, que conta com uma infraestrutura correspondente a um pequeno povoado com escola, posto de saúde, pequenos estabelecimentos comerciais, cobrança de IPTU e uma população que gira entorno dos 3.000 habitantes.

Com o impasse que se instalou, envolvendo as comunidades indígenas, donas de direito do usufruto da terra que compõe Jarudoré, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) propôs a FUNAI, no ano de 1982, uma permuta em troca da Terra Indígena. No entanto essa proposta foi recusada pelos indígenas, tanto pela redução da área (os índios receberiam uma área de 1890 hectares, que correspondia a menos da metade do tamanho da terra demarcada em 1949), como pelo fato de que a área oferecida pelo INCRA encontrava-se boa parte alagada, sendo inadequada para as atividades realizadas pelo grupo, de acordo com informações retiradas do Documento número 060 do DID/DAF (1994). Ressalta-se que a área que corresponde a Jarudoré é considerada sagrada, sendo referência, inclusive para outros grupos Bororo.

Durante o período em que se instaurou o impasse, o Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) requisitou a área para que fosse homologada como área de povoamento não indígena. A alegação do instituto era que o governo teria doado a terra para que fosse criada a reserva e como “*não havia mais índios residindo ali*”, a terra teria que ser passada para os posseiros que ocuparam a área.

Hoje em dia, mesmo com a homologação da área, a pressão sobre o grupo indígena continua; tanto por parte do governo do Mato Grosso, quanto pelos posseiros e fazendeiros que ocupam a terra Jarudoré. No entanto, mesmo com essas pressões, o povo Bororo não abre mão dos seus direitos pela terra e se reorganizou para a retomada da TI. Uma das maiores evidências dessa organização são as diversas ações movidas pelo grupo, e referendadas pelo Ministério Público Federal do Estado de Mato Grosso, que têm por objetivo viabilizar a reintegração de posse e a indenização pela existência de danos aos direitos e interesses dos indígenas.

Nesse sentido, em 1983 os índios Bororo se reuniram pela primeira vez em uma grande Assembléia Bororo, que contou com a presença de representantes de todas as Terras Indígenas do grupo, representantes da imprensa, convidados de outros grupos, além dos representantes da Operação Anchieta, do Conselho Indigenista Missionário -

CIMI, da Missão Salesiana e com a presença do Deputado Estadual Kazuho Sano, para discutir os caminhos que precisavam ser tomados para reaver suas terras⁷⁸.

Na tentativa de resumir alguns fatos da luta dos Bororo para reaver a TI Jarudoré, no **Quadro 5.4.5-1** é apresentado um breve histórico das principais reivindicações e processos feitos pelos grupo. Ressalta-se que a TI Jarudoré é um dos maiores exemplos das perdas que o grupo sofreu ao longo dos 300 anos de contato; que implicou em um processo de depopulação causado por epidemias, subnutrição, alcoolismo, e principalmente pela perda compulsória de terras.

Quadro 5.4.5-1 - Processos impetrados pelos Bororo de Jarudoré

Ano	Classificação	Pedido	Documento
1949	Edital de Medição		Diário oficial nº 10694 – Decreto-Lei 684 de 18/08/45
1967	Solicitação de providencias com relação às violências ocorridas em Jarudoré.	Procuradoria da Republica do Mato Grosso.	Ofício nº 36 de 02/02/67.
1967	Solicitação de providencias com relação às violências ocorridas em Jarudoré	Chefe da 6ª. ININD, em Cuiabá, Hélio Jorge Bucker,	Protocolada na 6ª. ININD, sob o número 58, em 02/02/1967
1979	Esclarecimento sobre terras da vila Jarudoré.	Presidência da Funai	Processo nº 3408/79
1981	Solicitação para despejar posseiros e divulgar os limites demarcatórios da reserva indígena Jarudoré.	Presidência da Funai	Processo nº 1209/81
1983	Solicita informações dos dados acerca da situação da Reserva Indígena Jarudoré, referente a sua população, ocupação da área, etc.	Departamento de Terras do Estado do Mato Grosso	Processo nº 5051/83
1997	Solicitação de um acordo em relação à situação da TI JarudoreJarudoré.	Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso.	Carta do “último cacique da antiga aldeia JarudoreJarudoré”.
1998	Solicita grupo de trabalho visando à resolução da problemática de JarudoreJarudoré. Interessado: Assessoria Jurídica/ ERA/CGB	FUNAI	Processo nº 8862/98
2002	Reintegração de posse das terras de JarudoreJarudoré.	Presidente da FUNAI	Memo. nº 071/ DIF/ ERA/ CGB, de 05/05/2002
2002	Solicita a abertura de uma Ação Civil para a Reintegração de Posse da Área Indígena JarudoreJarudoré, conforme os Artigos 231 e 232 da Constituição Nacional Brasileira de 1988. Trata-se do terceiro ofício encaminhado ao Ministério Público.	Ministério Público Federal de Mato Grosso.	Ofício nº 02/002
2002	Solicitação de um acordo em relação à situação da TI Jarudoré.	Presidente da República: Luís Inácio Lula da Silva.	Carta do “último cacique da antiga aldeia JarudoreJarudoré”.

Fonte: Ecology Brasil - Estudo de Impacto Ambiental – LT 500 KV Itumbiara – Cuiabá, 2005

⁷⁸ A TI Teresa Cristina, ainda não esta homologada e durante anos o Governo do Estado do Mato Grosso emitiu títulos de posse de terra em área correspondente a TI.

Dando seqüência a essa reivindicação caracterizada por processos e lutas na justiça, tramita na Justiça Federal, desde julho de 2006, uma ação civil pública do Ministério Público Federal em Mato Grosso, pedindo a desocupação da área pertencente aos índios Bororo no Distrito de Jarudoré, em Poxoréo. Essa ação foi iniciada em 1999 (Organização Governamental Amazônia, 2008).

“Na ação encaminhada para a Justiça Federal em julho de 2006, o MPF pediu, liminarmente, a imediata desocupação da terra indígena que foi intensamente ocupada depois da criação do distrito. O pedido liminar foi indeferido pela Justiça Federal e, desde então, o processo continua tramitando na 3ª Vara Federal em Mato Grosso. Um total de 209 moradores do distrito de Jarudoré são réus na ação”

(http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3708#52862).

Nesse mesmo ano de 2006, um grupo de índios Bororo resolveu ocupar uma área localizada a cerca de cinco quilômetros da área urbana do Distrito de Jarudoré e estabelecer uma aldeia nova no local. A intenção era forçar as autoridades a tomarem providências definitivas para que a terra fosse devolvida aos índios (Diário de Cuiabá, 26/06/2006).

Essa situação acabou resultando em ameaças de mortes tanto aos índios Bororo que reivindicam suas terras, como aos missionários salesianos que ainda atuam na região em favor do grupo na TI Jarudoré. Em 2007, as ameaças de violência tornaram-se realidade com o assassinato em março, de um jovem índio Bororo de 20 anos, na zona rural de Jarudoré.

“Às dez horas da noite do último sábado, 17 de março [2007], Helenildo Bataru Egiri, índio Bororo de 20 anos, atendeu alguns homens desconhecidos que bateram em sua porta, pedindo água. Ao entregar a água, foi morto com três tiros à queima-roupa pelos homens, que estavam num táxi” (CIMI, 22/03/2007).

Segundo informações divulgadas na imprensa local, o crime teria sido cometido por um policial civil de Poxoréo contribuindo, assim, para a situação tensa em que se encontra a região. (Diário de Cuiabá, 30/01/2008).

5.4.5.1 A ALDEIA NOVA

A área escolhida para a ocupação e construção da aldeia Nova fica entre os Povoados de Jarudoré e Joanesburgo, localizada dentro da Terra Indígena do Jarudoré.

Ocupando menos de 50 hectares dos 4.706 originalmente demarcados, a aldeia nova tem atualmente 12 habitantes, dos 38 que retornaram em 2005. Os que foram embora, na sua maioria partiram por causa da relação conflituosa com os fazendeiros locais que exercem grande pressão sobre o grupo e seus aliados. A Cacique da tribo Maria Aparecida, informou que não há meios de produzir alimentos na área em que estão vivendo. O terreno é pedregoso e eles não têm máquinas nem sementes e muito menos formas de irrigar a terra.

A água que é consumida na aldeia vem de um poço comunitário construído pelos padres Salesianos e não existe luz elétrica. Para a obtenção de recursos monetários que permitem a troca por produtos, principalmente alimentos, os índios exercem trabalhos temporários e esporádicos que conseguem em fazendas e nas cidades. Segundo Maria Aparecida, os membros mais jovens do grupo buscam trabalho em áreas mais distantes, pois os fazendeiros e a população dos dois povoados não contratam Índios para a realização dos trabalhos. Essa atitude pode ser entendida como uma maneira de evitar o contato o que poderia favorecer o conflito e, principalmente como uma estratégia para que o grupo não obtenha os recursos necessários para a sua reprodução e conseqüentemente inviabilize a permanência do grupo no local, forçando assim nova saída da TI.

Outro fator que motivou alguns dos Índios que retornaram a abandonarem a aldeia foi a falta de infraestrutura, principalmente no que se refere aos aparelhos e serviços públicos. A escola da aldeia se encontra fechada por falta de professores e não há posto de saúde. Além disso, a situação de insegurança deixa os pais preocupados em relação à criação dos seus filhos.



Fonte: Ecology – EIA-RIMA LT Cuiabá – Ribeirãozinho - Rio Verde Norte

Foto 5.4.5.1-1 - Placa da Terra Indígena Jarudoré dos Bororo



Fonte: Ecology – EIA-RIMA LT Cuiabá – Ribeirãozinho - Rio Verde Norte

Foto 5.4.5.1-2 - Habitação Indígena existente na aldeia Nova

A situação da TI Jarudoré, reflete o descaso com que os governos e autoridades competentes vêm tratando a situação do grupo Bororo. Além disso, a morosidade que caracteriza a resolução de demandas que implicam na revisão do direito de propriedade, mesmo quando essa propriedade foi adquirida através da violência e de ações irregulares (invasão de área indígena) têm levado para a região um clima de tensão e insegurança, além de favorecer a falta de respeito para com os direitos dos grupos indígenas, legítimos ocupantes da terra.

Para os Bororo qualidade de vida implica em:

“ter água boa para beber, fazer comida e lavar roupa; e ter rio bonito e limpo para banhar-se, nadar e pescar, é ter mata para caçar e pegar palmito, folhas de palmeira e frutos; e ter bororo (pátio da aldeia), aldeia bóe (gente), peixes, pássaros e animais, pedras e estrelas para viver e fazer funerais, trabalhar e festejar” (Sette et all, 2009 p16).

5.4.6 FIGURAS DE PRESSÃO

Nas figuras a seguir, é possível visualizar o avanço da ocupação do entorno da Terra Indígena Tadarimana ao longo dos últimos 15 anos e a ocupação da TI Jarudoré.

Entre os anos de 1994 e 1999 é possível visualizar a ocupação de todo o entorno da TI Tadarimana, com intenso desmatamento e forte pressão sobre a sua porção norte, nordeste e leste.

Entre os anos de 1999 e 2004, além da consolidação da ocupação, que já se encontrava caracterizada em 1999, é possível perceber o avanço do desmatamento das poucas áreas verdes existentes e a manutenção da pressão sobre o território da TI, com invasão do seu território.

Em relação a TI Jarudoré nas imagens de 1994 e 1999 é possível visualizar além da ocupação do entorno da Terra Indígena, a invasão irregular e criminosa do território pertencente ao grupo Bororo.

Na imagem referente ao ano de 1999, ocorre o avanço do desmatamento do entorno da TI e principalmente a ocupação sistemática por não índios do Território com o desmatamento praticamente total de toda a área da TI. Na imagem referente ao ano de 2009 o quadro verificado em 2004 apenas se mantém



Índice

6.	CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE INDIOS ISOLADOS E RECÉM	
	CONTATADOS.....	1/31
6.1	METODOLOGIA.....	2/31
6.2	ÍNDIOS ISOLADOS – UMA NOVA PERCEPÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DA	
	COORDENADORIA.....	3/31
6.2.1	A COORDENADORIA E O LICENCIAMENTO.....	7/31
6.3	HISTÓRICO DE CONTATO	7/31
6.4	TERRA INÍGENA RIO OMERÊ	11/31
6.5	TERRA INDÍGENA TANARU	25/31
6.6	REFERÊNCIA Nº45 – BOM FUTURO	28/31

6. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE INDIOS ISOLADOS E RECÉM CONTATADOS

Esta seção tratará das terras habitadas por índios isolados, recém contatados e onde há informações, *Referências*, de ocupação por índios isolados, todas localizadas no Estado de Rondônia. Antes de propriamente iniciar a caracterização dos grupos e das Terras Indígenas, cabe a definição do que se entende por índios isolados, recém contatados e referências.

Atualmente sabe-se que a idéia de índio isolado é relativa, o que chamamos de grupos isolados, em geral, são grupos que já estabeleceram, em algum momento, contato com algum segmento nacional, sendo a opção pelo isolamento, uma decisão adotada devido a diferentes fatores como: relações conflituosas tanto com a sociedade nacional como com outros grupos, tomada de terras decorrentes do avanço das frentes de expansão, depopulação devido a doenças, exploração, massacres, situações que favoreceram e favorecem a fuga permanente desses grupos entre outros motivos (ISA, 2009). Mesmo com todos os avanços da pesquisa antropológica, ainda se desconhece a história da maioria dos grupos indígenas e, principalmente, as redes de relações que estabeleciam entre si, as etnohistórias são incipientes. Soma-se a isso a permanência, do pressuposto de que as populações indígenas viviam de forma independente, o que não é verdade (LIMA, 2002). Os recém contatados do Omerê são um bom exemplo desse engano. Os Akuntsu e os Kanoê mantinham relações entre si, antes do contato com a FUNAI, mesmo estando sobre intensa pressão e havendo entre eles enormes diferenças sócio-culturais.

O que hoje define um grupo como isolado é o fato dele não estabelecer contato permanente com a FUNAI. A partir do estabelecimento do contato, o grupo entra na categoria de recém contatado. Ressalta-se que o contato não é simplesmente a comprovação da existência de um grupo indígena, isso quer dizer, a localização de uma *Referência*. O chamado “índio do buraco”, apesar de já ter sido avistado em diversas oportunidades¹, permanece na categoria de isolado por refutar continuamente o contato. Apesar de ter saído da categoria de *Referência*, isso quer dizer, de grupo do qual não existem mais do que informações, vestígios ou relatos, do qual a existência ainda não está documentada. O não estabelecimento do contato com a instituição responsável pela política indigenista do Estado brasileiro faz com que a sua classificação permaneça como *isolado*.

¹ Segundo o Coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé, ele já foi avistado pelo menos 15 vezes.

Dentro dessas características², o Termo de Referência emitido pela FUNAI identifica na área do empreendimento a Terra Indígena Omerê habitada por índios das etnias Akuntsu e Kanoê, de contato recente, a Terra Indígena Tanaru, habitada por um índio isolado, de etnia desconhecida, que refuta contato com a FUNAI, e a Referência nº 45 (Bom Futuro), onde existem relatos de ocupação por índios isolados.

O **Quadro 6-1** sistematiza as terras e os povos Indígenas desta seção, assim como descreve a situação jurídica atual dessas terras indígenas.

Quadro 6-1 – Situação Jurídica

Terras Indígenas	Povos Indígenas	Situação Jurídica Atual
Referência 45 (Bom Futuro)	Desconhecido	Processo de Identificação - Em pesquisa
TI Tanaru	Índio Isolado Grupo desconhecido	Com Restrição de Uso (27/10/2006) Documentada pela Portaria 1.371 de 30/10/2006
TI Omerê	Akuntsu Kanoê	Homologada. REG CRI (18/04/2006) Decreto s.n de 19/04/2006

Fonte: ISA, 2009

6.1 METODOLOGIA

Observando as especificidades existentes quando se trata de índios isolados e recém contatados, que o próprio TR evidencia; foram realizadas as seguintes ações nessa fase da construção do Componente indígena:

- Levantamento de dados secundários;
- Estudo e análise das fontes documentais e bibliográficas;
- Entrevistas.

Os dados secundários sobre esses povos, no que se refere a textos acadêmicos, são escassos, existindo pouquíssimos textos e referências bibliográficas, sendo que os estudos acadêmicos disponíveis se encontram no campo da lingüística, Bacelar, (2004), (2003), (1994) e Aragon (2007), (2008). Dessa maneira, a maior parte dos dados e fontes documentais que compõem esta seção do estudo, foi obtida nos acervos documentais da Coordenadoria Geral de Índios Isolados da FUNAI, sendo composta por relatórios da FPEA Guaporé - Frente de Proteção Etnoambiental do Guaporé, relatórios de avaliação, relatórios técnicos e Laudos Antropológicos, além dos estudos já mencionados. Outras fontes de dados utilizadas foram:

² Isolado, Recém Contatado e Referência.

- Matérias publicadas em jornais;
- Sites de instituições reconhecidas como: o ISA – Instituto Socioambiental, o CTI- Centro de Trabalho Indigenista, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário entre outros;
- Documentário “Corumbiara” de Vincent Carelli

As entrevistas foram realizadas com o coordenador do CGIIRC – Coordenadoria de Índios Isolados e Recém Contatados, Elias do Santos Bigio, com o coordenador da FPEA Guaporé, Altair José Algayer³ e com o Prof. Laércio Nora Bacelar, lingüista que desenvolve estudos sobre a língua Kanoê na TI Omerê há pelo menos 20 anos⁴.

6.2 ÍNDIOS ISOLADOS – UMA NOVA PERCEPÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DA COORDENADORIA

Durante a primeira metade do século XX, a política nacional em relação aos povos indígenas estava baseada na perspectiva de que esses grupos deveriam ser integrados à economia nacional. O próprio Serviço de Proteção aos Índios – SPI, criado em 1910, previa a criação de núcleos de atração dos índios arredios ou hostis.

O que era chamado de política de atração era o estabelecimento do contato visando, primeiro a criação de hábitos mais sedentários, de preferência em centros agrícolas aos moldes rurais nacionais. Apesar dessa perspectiva, o decreto de criação do SPI previa a “*proteção ao índio em seu próprio território*” e o respeito ao “*direito de ser ele próprio*”. A mudança para essa nova categoria de cidadão nacional integrado viria lentamente dentro de suas capacidades de mudança, sem uma mudança abrupta. (Ribeiro, 1970).

Dentro de uma perspectiva histórica, os princípios que nortearam a criação do SPI eram um avanço à imagem que os povos indígenas tinham no imaginário nacional. Por um lado estavam associados ao atraso, e ao subdesenvolvimento, cabe lembrar que, em 1908, Von Ihering, então diretor do Museu Paulista, defendera abertamente o extermínio dos índios que fizessem frente aos avanços da civilização (Cunha, *Op.cit.*), e por outro eram os heróis nacionais, verdadeiros poemas do que seria o brasileiro mais puro e original. Ressalta-se que o corpo conceitual que formou o SPI, deve em muito as orientações ideológicas positivistas e aos métodos que Rondon utilizou ao longo de toda a sua vida. Entretanto, seis anos após a Criação do SPI, os índios são

³ Foram realizadas duas entrevistas com o coordenador da FPEA Guaporé. A primeira na sede da FUNAI em Vilhena – RO no dia 26 de fevereiro e a segunda em Brasília no dia 06 de março de 2010.

⁴ O professor havia iniciado os seus estudos em 1992, três anos antes do contato com o Grupo do Omerê.

declarados relativamente incapazes, pelo novo Código Civil, ficando sobre tutela do Estado (Cunha, *Id*)⁵.

Se, em um primeiro momento, o SPI aliviou a tensão com os nacionais atraindo, contatando e pacificando inúmeros grupos indígenas de outro lado se tornou um grande incômodo, pois:

“Levara, às regiões mais distantes o conhecimento de leis que, se libertavam o índio da escravidão no seringal e na fazenda, por dívida ou por qualquer compulsão, também libertavam o sertanejo. Distribuía mercadorias, quebrando monopólios ciosos; abria escolas, alfabetizando gente que, analfabeta, sempre fora mais acomodada e menos exigente” (Ribeiro, Op. cit. 132).

Cabe ressaltar que apesar dessa mudança de perspectiva a maioria dos grupos que estabeleceu contato sofreu um processo violento de depopulação, principalmente por doenças como a varíola, a gripe e o sarampo.

No final de sua existência o SPI encontrava-se em mãos de militares que nada lembravam o Marechal Rondon e interesses diversos norteavam a sua ação. No intuito de substituir o SPI é criada a Fundação Nacional do Índio – FUNAI em 1967, que nasce tendo que responder a denúncias de genocídio de grupos indígenas feitas no exterior. Já em 1968 inicia-se a discussão pela autodeterminação dos grupos indígenas e a as Terras Indígenas por texto constitucional iram passar a constituir o Patrimônio da União.

Na década de 1970 com a abertura de estradas, das grandes obras de infra-estrutura e dos projetos de exploração mineral os povos indígenas continuaram a sofrer imensas perdas. Durante a construção da estrada Transamazônica, os antigos postos de atração e pacificação são substituídos pelas Frentes de Atração.

A experiência acumulada por sertanistas e indigenistas que participaram dos processos de atração implementados pelas frentes, durante a década de 1970, permitiu uma nova discussão baseada na descoberta de que existem grupos indígenas que recusam o contato, que não querem estabelecer relações inter-étnicas e que conscientemente optaram pelo não contato. Essa constatação tem conseqüências na orientação da política oficial em relação aos grupos indígenas isolados, e o primeiro indicativo de que algo havia mudado é que, independente dos motivos que norteavam a recusa de

⁵ Não serão tratadas, neste item, as alterações legais pelas quais a legislação passou ao longo dos anos. Sendo apenas mencionadas as que serviram para auxiliar na composição da seção.

contato, essa decisão deveria ser respeitada. Afinal, havia toda uma experiência acumulada que referendava o quanto o contato havia sido nefasto para diversos grupos indígenas.

Em 1986, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI e a Operação Anchieta, organizam um encontro que tem como tema os índios isolados e os recém contatados. No final do encontro, que teve um total de 23 participantes, entre eles a FUNAI e o CTI, foi constatado a gravidade da situação na qual esses grupos se encontravam. (ISA, 2009).

Em 1987, acontece o *Primeiro Encontro Nacional de Sertanistas*, promovido pela FUNAI, cujo tema era a questão dos índios isolados. A experiência acumulada permitiu constatar que havia necessidade de uma nova orientação na política da FUNAI em relação ao contato com esses grupos. À partir desse momento, o contato não mais seria baseado na necessidade de liberação de áreas para projetos de infra-estrutura, mas seria realizado apenas no caso em que o grupo estivesse em situação que envolvesse algum risco (*Ibidem*). A nova orientação da política de contato busca, dessa maneira, o respeito à decisão dos grupos indígenas.

Com intuito de aplicar as novas orientações é criada a CII, Coordenadoria de Índios Isolados.

“Em vez das antigas frentes de atração, que contatavam os índios para liberar a área para passagem de estradas, hidrelétricas etc., a CII foi organizada por frentes de proteção etnoambiental, cujo objetivo era proteger o entorno da região habitada pelos isolados e monitorar os acontecimentos e ameaças, além de viabilizar os estudos de identificação e demarcação dessas terras para esses índios, realizados pela Diretoria Fundiária da Funai” (ibidem).

A CII transforma-se em CGII – Coordenadoria Geral de Índios Isolados, e dentro dessa perspectiva são criadas seis Frentes de Proteção Etnoambiental, nomeadamente:

- Cuminapanema, atuando no estado do Para;
- Envira, atuando no estado do Acre.
- Rio Guaporé, atuando no estado de Rondônia;
- Madeirinha atuando nos estados de Rondônia e Mato Grosso;

- Vale do Javari atuando no estado do Amazonas e;
- Purus atuando no estado do Amazonas.

Desenvolveu-se também uma metodologia de trabalho visando diminuir a vulnerabilidade física e cultural desses povos, buscando a localização, ou melhor, a comprovação das referências de grupos indígenas isolados, a regularização fundiária e a proteção do ambiente para a garantia da sua reprodução física, social e cultural.

Em 2006, é criada a Coordenadoria Geral de Índios Recém-contatados, que visava à proteção dos grupos que haviam sido contatados e que ainda viviam em um estado de relativa autonomia político-cultural em relação à sociedade nacional. A coordenadoria ficou no papel e o CGII, na prática continuou acumulando essas funções. Atualmente a coordenadoria trabalha com 63 referencias e 6 grupos recém contatados.

No dia 28 de dezembro de 2009 foi assinado o Decreto de nº 7.056 que prevê a reestruturação da FUNAI. Dentro dessa reestruturação a CGII transforma-se em CGIIRC Coordenadoria Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, assumindo oficialmente a responsabilidade dos recém contatados, que de fato já era sua. As seis Frentes de Proteção Etnoambiental serão transformadas em 12, sendo que a FPEA Guaporé, que atua diretamente com as Terras e Referência deste estudo, será dividida em três, sendo elas:

- FPEA Guaporé;
- FPEA Uru-Eu-Waw-Waw;
- FPEA do Madeira.

Ressalta-se que essa última está sendo criada devido aos impactos que estão previstos, nos grupos indígenas, associados às obras do Complexo do Madeira, que começam a demandar a proteção, ou melhor, ações mais rápidas no intuito de garantir que não se repitam os impactos nefastos associados às grandes obras de infraestrutura no passado.

As atividades das seis Frentes, que em breve se transformarão em 12, envolvem um total de 127 pessoas, entre coordenadores de campo, mateiros, barqueiros e outras ocupações. Dentre as atividades realizadas pelas Frentes estão as ações de fiscalização, vigilância e monitoramento, além das expedições de localização e comprovação das Referências de Índios Isolados.

6.2.1 A COORDENADORIA E O LICENCIAMENTO

Dentro do contexto do licenciamento a atenção da coordenadoria é redobrada. As experiências passadas comprovam como o contato foi danoso para esses grupos e o fato de existirem referências de isolados obriga a um planejamento apurado, com a previsão de ações em caráter de urgência para evitar a repetição dos erros passados.

As novas obras de infra-estrutura demandam atuações rápidas, pois novos empreendimentos são fatores de atração de mão de obra e conseqüentemente aumentam o fluxo de pessoas na região, criando novos ordenamentos territoriais e aumentando a pressão sobre os grupos isolados e principalmente sobre aqueles não contatados, como no caso da Referência n° 45.

As ações de prevenção devem ser desenvolvidas antes do início das obras associadas a qualquer empreendimento que possa representar potencial impacto sobre estes grupos. Dentro do processo do licenciamento ambiental essa ação tem se apresentado com um grande desafio, mas de fundamental importância. No caso de existência de grupos isolados, referências ou recém contatados existe a necessidade de pelo menos se estabelecer áreas para restrição de uso, proteção e monitoramento dos impactos.

As ações da coordenadoria nesse sentido buscam criar estratégias diferenciadas para as ações de compensação e mitigação, evitando a sobreposição de ações e adequando as mesmas as necessidades dos grupos e Terras sobre a sua responsabilidade.

6.3 HISTÓRICO DE CONTATO

As primeiras referências documentais sobre grupos indígenas surgem sempre do encontro, que via de regra é marcado pela invasão das terras pelos que chegam, no caso o colonizador. Sendo assim, apesar de ser certa que a ocupação dessas áreas por tais grupos remonta a tempos anteriores, as primeiras informações datam deste momento, deste encontro.

Na região do sul de Rondônia, mais precisamente a margem direita do rio Guaporé e seus afluentes, habitavam diversos povos indígenas que falavam línguas diferentes, mas que possuíam *algumas* características culturais semelhantes. Esses grupos falantes das línguas Tupis e Jabuti foram identificados como pertencentes ao “Complexo cultural Marico”. Os localizados nos afluentes do médio Guaporé e nos afluentes da margem esquerda do rio Pimenta Bueno, apesar de também compartilharem alguns aspectos culturais da região eram, em sua maioria, grupos

distintos e acabaram não sendo estudados, nem sendo classificados linguisticamente (ISA, 2009; Maidi, 1991 *apud* Bacelar, *Op. cit.*).

Segundo Valadão,

“O rio Guaporé não é o espaço central de uma área cultural homogênea. Duas áreas devem se distinguir: a primeira compreendida pelos rios Guaporé, Branco e Mamoré, ocupadas por tribos Chapacura. A segunda pela bacia do rio Branco, Mequéns e Corumbiara, ocupadas predominantemente por famílias lingüísticas do tronco tupi e algumas isoladas”
(Valadão, 1995)

No período colonial, mais precisamente no século XVIII, o rio Guaporé era importante via de ligação fluvial entre o Pará (Belém) e o Mato Grosso (Vila Bela). Espanhóis e portugueses disputavam o domínio do Guaporé e da exploração e comércio de minérios, principalmente do ouro. Na região que hoje compreende o território da Bolívia e os estados de Rondônia e Mato Grosso, os grupos indígenas sofreram com a captação intensa e com o seu aldeamento nas missões, apesar de que em alguns momentos a estratégia portuguesa de manutenção da posse da terra manteve alguns grupos indígenas em seus territórios, para que esses funcionassem como guardiões das fronteiras, fazendo guerra aos espanhóis, principalmente no Mato Grosso (Ribeiro, *Op. cit.*, Cunha, *Op.cit.*).

No início do século XIX, essa via de acesso perdeu importância e estes grupos permaneceram em relativo isolamento até o início do século XX, quando a Comissão Rondon inicia a expedição para estabelecer o trajeto da linha telegráfica que ligaria o Mato Grosso ao Amazonas. Os caminhos para a instalação das linhas telegráficas também abriram caminho para a penetração de outros grupos, principalmente de seringueiros que já estabeleciam contato com os Nambikwara desde o final do século XIX, sendo grande parte deles marcados pelos conflitos, assassinatos e roubo de mulheres, como já foi apontado nos capítulos anteriores.

Nas primeiras décadas do século XX, a exploração da borracha ganhou expressão e vários seringueiros afluíram para a região; “barracões” foram erguidos, terras indígenas foram invadidas e à medida que a demanda por borracha aumentava, a pressão sobre os povos indígenas também. Como já exposto no item 5 deste estudo, destaca-se que nesse período de incremento da exploração da borracha, na década de 1940, período que acarretou uma maior intensificação do contato, obrigando vários povos a abandonarem suas terras após a invasões de suas aldeias. De fato, os seringueiros

que ocuparam a região do Guaporé subjugaram vários índios, e durante esse processo muitos deles acabaram morrendo devido às epidemias ou transferidos para a realização de trabalho servil, escravo, nos seringais e fazendas existentes (Ribeiro, *Op. cit.*, Valadão, 1986).

Em relação às epidemias, existe na literatura antropológica uma imensa quantidade de relatos sobre como a contaminação dos grupos indígenas no contato com os brancos, foi danosa para essas populações,

“é impossível de ser evocado por uma descrição qualquer; a mortalidade dos doentes atingiu proporções enormes e a tribo ficou reduzida e ainda está se reduzindo a uns míseros restos do que era” (Horta Barbosa apud, Ribeiro, 1970: 250)

*“No Guaporé, em 1954, uma epidemia de sarampo provocou enorme mortalidade entre várias tribos. Índios arredios das tribos Tuparí, MaKuráp, Arikapú, Jabutí e, provavelmente, outros atraídos por missionários católicos, abandonaram, a partir de 1952, seus antigos territórios nas cabeceiras dos afluentes da margem esquerda do rio Guaporé para se concentrarem em torno da missão instalada no médio rio Branco, próximo ao seringal São Luís. (...) Perfaziam no total cerca de quatrocentos índios, quando foram atingidos pela epidemia que matou a quase totalidade deles. (...) Segundo cálculos de Franz Caspar, os Tuparí, que perfaziam duzentos quando os visitou em sua maloca, em 1948, ficaram reduzidos a sessenta e cinco, por efeito da epidemia. As outras tribos devem ter sido reduzidas nas mesmas proporções. (F. Caspar, 1952)” (Ribeiro, *Op. cit.*)*

A despeito da indolência imputada historicamente ao caráter indígena, e que permeia o imaginário nacional, os índios eram a única mão-de-obra disponível na região, e somente *“eles poderiam ter aberto estradas, construído as fazendas e derrubado cada ano as matas para os roçados”* (Ribeiro, *id.*).

Na segunda metade da década de 1940, o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, iniciou um trabalho de atração dos povos que residiam na região e os transferiu para o PIN Cascata.

“Para este PIN Cascata foram atraídos povos de várias etnias que viviam na mesma região ou próxima dos Kanoê: Aykanã (Masáka), Tupari, Aruá, Ajurú, Makurap, Arikapú, Jabuti, Salamã e Mekén.” (Relatório FPEA Guaporé, Agosto de 2008 a fev de 2009).

Ressalta-se que o grupo Akuntsú, que hoje, junto com os Kanoê, habita a TI Omerê, foi classificado recentemente como um grupo falante de língua da família Tupari.

Em 1947, o SPI, decidiu transferir todos os grupos que se encontravam no PIN Cascata para o PIN Ricardo Franco, atual Terra Indígena Rio Guaporé no município de Guajará-Mirim, localizado há mais de 1.000 km de distância. Essa transferência foi realizada de canoa, e contou com a resistência dos grupos indígenas que fugiam tentando retornar ao seu território tradicional. Para assegurar a transferência, os índios eram perseguidos para que a liberação da área fosse garantida, pois o primeiro governador, do então Território do Guaporé Aluizio Oinheiro Ferreira, queria garantir que não haveria índios na região que passava pelo primeiro grande projeto de colonização (Valadão, 1995).

A região voltou a receber novos impulsos colonizadores na década de 1960 e a ocupação de fato ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, com a invasão de madeiras, o loteamento de várias glebas e a presença cada vez maior de áreas destinadas à pecuária. Durante esses processos de ocupação e colonização, os grupos indígenas sofreram inúmeros massacres, sendo o extermínio uma das estratégias utilizadas para apagar os vestígios da ocupação indígena.

A forma mais eficaz de resistência, para esses grupos, foi a constante fuga, o que implica numa migração constante para regiões cada vez mais distantes ou na busca dos remanescentes florestais ainda existentes. No caso de Rondônia, esses grupos se encontravam e encontram, a cada dia mais desprotegidos - cercados por fazendas que se dedicam ao desmatamento, e que após a extração da madeira de lei, substituem a área desmatada, por grandes pastos, ou como recentemente vem ocorrendo por plantações de soja - vendo os remanescentes florestais diminuindo e, ficando expostos a situações de risco.

Das 63 referências de índios isolados no país, 13 estão localizadas no estado de Rondônia, que vem recebendo inúmeros investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com o aporte destes investimentos verifica-se na região o aumento de afluxo de mão-de-obra, a melhoria progressiva da infra-estrutura, principalmente no que se refere à habitação, saneamento, regularização fundiária e o aquecimento da construção civil, conforme dados do Ministério da Cidade e do próprio

governo de Rondônia⁶. Esses investimentos e incentivos aumentam a pressão sobre as terras indígenas e principalmente a vulnerabilidade dos não contatados localizados em áreas próximas a núcleos urbanos, como no caso da Referência nº 45.

6.4 TERRA INDÍGENA RIO OMERÊ

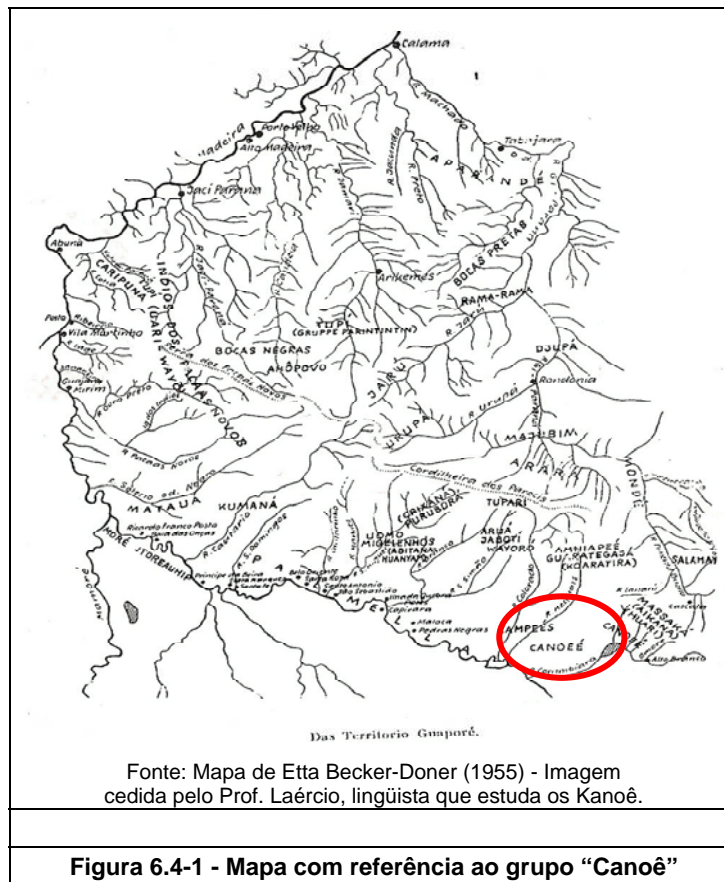
As primeiras referências sobre a presença de índios Kanoê na região são as citações da Comissão Rondon. Os Kanoê foram contatados, pela primeira vez, em 1909 quando o General Rondon atravessou a região dos rios Pimenta Bueno e Corumbiara.

Em relação às fontes associadas a documentos científicos, destaca-se a existência de alguns mapas que assinalam a presença do grupo. O primeiro é o mapa etnohistórico de Nimuendajú, que localiza os Kanoê na mesma região onde foram contatados pela FPEA Guaporé (Valadão, 1995). Outra referência importante data de 1955, sendo também um mapa da pesquisadora Becker-Donner – **Figura 6.4-1** que situa os Kanoê na cabeceira dos rios Tanaru, oscilando apenas entre o médio e alto rio Corumbiara, do qual o Igarapé Omerê é afluente.

Esse mapa também faz referência à presença de grupos Tupari na região. Existe ainda o mapa do engenheiro Victor Dequech⁷, de 1942, que localiza os “Canoês” na cabeceira do rio Omerê aos pés da serra do Tanaru. Esse mapa permite, inclusive que se infira da existência de duas aldeias próximas, o que permite especular sobre a história do grupo, que foi em grande parte expropriado de suas terras e transferido para as TIs Guaporé e Rio Branco e, sobre a permanência de isolados na área do Omerê (BACELAR, *Op. cit.*).

⁶ <http://www.rondonia.ro.gov.br/noticias.asp?id=2552&tipo=Mais%20Noticias> consultado em 09/03/2010.

⁷ O engenheiro era chefe da Expedição Urucumacuan, a serviço de Rondon. (Bacelar, 2004).



Durante o tempo, que separa o encontro de 1995 e, o deslocamento forçado do grupo para o PIN Ricardo Franco, na década de 1940, foram vários os relatos sobre isolados na região e, durante a atração dos Latundê – grupo Nambikwara do Norte, no Vale do Pimenta, em 1976, foi relatado a técnicos da FUNAI a presença de isolados na margem esquerda do rio Pimenta Bueno e nas serras que servem de divisor de água, desse rio, com o Corumbiara (Leão, 1995 *apud* Relatório FPEA Guaporé, Março de 2009).

Apesar da quantidade significativa de referências, o INCRA, em 1972, lança licitação pública para lotear a Gleba Corumbiara, com o nome de Projeto Corumbiara. Os documentos pesquisados sugerem que, o INCRA não consultou a FUNAI sobre a presença de índios na região e esta somente veio a se manifestar no ano de 1976. Segundo cronologia existente no relatório de avaliação, de 1986, a FUNAI ficou a “reboque” do órgão fundiário invertendo o processo de liberação das áreas (Valadão, 1986, p 5). Já no Laudo Antropológico de 1996, informações mais recentes comprovam que não só havia comunicação entre os órgãos a respeito da possibilidade da existência de índios isolados na região, como durante a abertura do projeto foi comprovada a sua existência,

“Depoimentos de trabalhadores da firma Expansão, contratada pelo INCRA para abrir as linhas do projeto informam de paralizações nos trabalhos provocadas por encontros com índios ou indicações de presença dos mesmos.” (Valadão, 1996. p. 3)

Quase dez anos depois, dos relatos coletados entre os Latundê, novas referências a índios isolados surgiram. Em 1984, madeireiros da serraria Chupinguaia, que pertencia a Rosário Baldin, localizada na Fazenda Yvypytã de Antonio José Rossi Vilela, solicitaram intervenção da FUNAI de Vilhena, por terem sido ameaçados por *“índios bravos”*. O delegado da FUNAI, à época Aymore da Cunha Silva, inicia o processo de busca de vestígios dos possíveis índios.

Já em 1985, era realizada a primeira expedição da FUNAI devido à solicitação de certidão negativa de presença indígena pela Guaratira Recursos Naturais Ltda, localizada na Fazenda Guarajus. Durante esse trabalho, o indigenista Marcelo Santos recebeu informações sobre os conflitos que estavam ocorrendo entre madeireiros e índios na Fazenda Yvypytã. Ao se deslocar para a região verificou que um tratorista havia sido flechado por índios em revide a destruição de suas roças e malocas. O primeiro relatório, emitido em 1985 era contundente, e solicitava a interdição da área, devido não só à presença de vestígios da perambulação de índios, mas pela constatação de que a área estava passando por acelerado processo de colonização e desmatamento, e que nesse processo atos criminosos estavam sendo praticados contra os índios, sendo que esses atos eram evidenciados, principalmente pelo fato de fazendeiros e madeireiros manterem peões armados nos locais onde eram encontrados vestígios indígenas (Santos, outubro de 1985: FUNAI).

Durante o ano de 1985, os relatos da presença indígena se tornaram mais freqüentes, tanto pelas informações trazidas por índios Nambikwara, que informavam que índios isolados estavam sendo mortos, como também pelos relatos de trabalhadores regionais que garantiam avistar índios nas margens do rio Corumbiara. Além dessas informações, uma segunda expedição localizou mais vestígios de grupos indígenas, como também coletou informações e provas de que esses grupos estavam sendo vítimas de violência constante.

“Em 1984, madeireiros na Serraria Chupinguaia, localizada na fazenda Ivipitã, comunicaram a FUNAI que haviam topado com índios que dispararam flechas contra tratores. Em 1985, foram localizados, na fazenda Iviptã, pequenos roçados e casas de um grupo indígena isolado com uma população estimada de 25 pessoas” (Valadão, Op. cit.)

Em 1986, o sertanista Sydney Possuelo confirma as informações de Marcelo Santos e através do Memo nº 027/SUPEX/86, solicita a interdição de uma área de 63.000 hectares, para que fosse garantida a integridade física e a manutenção dos índios, além de requerer a formação de uma equipe de atração. No entanto, segundo Valadão (1996), apesar da interdição publicada no Diário Oficial da União, a região continuou a ser devastada e um grupo de fazendeiros entrou na justiça com um mandato de segurança contra a FUNAI, exigindo que a área fosse liberada para exploração.

No mesmo ano, Possuelo inicia os trabalhos de localização, mas devido à ação imediata dos fazendeiros e madeireiros a área se encontra completamente alterada, não restando evidência da perambulação de índios ou qualquer outro vestígio. O relatório é desanimador, pois considerava a impossibilidade da existência de algum grupo indígena depois de tantas alterações realizadas pelos grupos contrários a interdição. A área é desinterditada pela FUNAI, que era presidida à época por Romero Jucá.

Em 1987, com a instituição da Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII), seu coordenador sugere a constituição de uma equipe de localização para a área do Omerê, mas tal grupo de trabalho não sai do papel. Nos anos seguintes, Marcelo Santos, convencido da presença de índios na área, tenta localizar vestígios que possibilitem a retomada dos trabalhos, mas sem sucesso.

Durante o ano de 1994, novos relatos de várias fontes voltam a indicar a presença de índios na região do Vale Corumbiara. O sertanista Roque Simão, auxiliado por uma equipe realiza expedição na região e conclui que estava ocorrendo desmatamento acelerado, e que nessa área além de novos relatos sobre a presença de índios, havia vestígios de perambulação indígena e indícios da tentativa de ocultar essa presença.

Em 1995, a FPEA Guaporé recebe informações que, fazendeiros envolvidos no massacre de Corumbiara estavam contratando jagunços para matar índios da região. Apesar do clima tenso que todos esses acontecimentos haviam criado, fazia-se necessário a ação imediata da frente. A equipe formada por Marcelo Santos e Altair J. Algayer foi a campo e encontrou vestígios contundentes da presença indígena. Ao

retornar dessa expedição a equipe teve: “a caminhonete danificada, documentos e armas apreendidas pelo gerente da fazenda São José” (FPEA Guaporé, Relatório/FUNAI/2009)⁸. Com o conflito estabelecido entre fazendeiros e técnicos da FUNAI, sobre a existência ou não dos índios isolados, as ações dos técnicos se desenvolveram em ritmo mais acelerado. A equipe da FUNAI, com ajuda de imagens de satélite, identifica uma pequena mancha num resto de mata e menos de um mês depois, da primeira expedição, volta a campo, mas desta vez com a presença do cinegrafista Vicente Carelli, dois repórteres e amparada por decisão judicial que garantia a realização dos trabalhos. Após uma semana de buscas encontraram uma aldeia com cerca de quatro índios. Esse contato foi documentado pelo cineasta e descrito no relatório da equipe, da seguinte maneira⁹:

“Encontramos dois índios na maloca, um homem de aproximadamente 20 anos e uma mulher de 25. Apesar de estarem visivelmente assustados com a nossa presença, foram muito gentis e generosos, nos oferecendo banquetas para sentarmos e mamões para comer. Os dois índios falavam apenas a sua própria língua, ininteligíveis para nós, vestidos com bermudas confeccionadas com restos de sacaria plástica de semente de capim e costurados com grossos fios de tucum”
(Santos, 1995)

E no laudo antropológico:

“Até o dia 03/10 haviam sido contatados quatro adultos, um homem e três mulheres. Uma roça em torno de um hectare, duas casas, um jirau externo, vários mamoeiros e um pátio bastante limpo compõem o cenário dessa primeira aldeia”.
(Valadão, 546:1996)

Nesse sentido Valadão (1996), descreve que para confirmar a presença desses índios na região do rio Omerê, a equipe da FUNAI responsável pelo contato reuniu provas e vestígios durante pelo menos 10 anos.

Cumprido o objetivo de estabelecer o contato, a relação desse povo com a FUNAI apenas começava. A primeira ação, para evitar ainda mais a devastação da área, foi a construção de uma base no local para monitorar e manter o contato com os índios. O monitoramento da área era fundamental, principalmente para garantir a integridade dos

⁸ Cabe aqui, citar que sob os proprietários e seus gerentes pesam acusações das mais diversas, desde trabalho escravo até o indiciamento pela morte de cinco garimpeiros e tentativa de homicídio de mais três.

⁹ A constatação de índios isolados na região foi amplamente divulgado na época pela imprensa, principalmente: O Estado de São Paulo, Revista Veja e o Fantástico da TV Globo.

membros do grupo, pois na região existiam vários atores que iniciavam movimentações para impedir as ações decorrentes quando da identificação de isolados: restrição de uso, delimitação, demarcação e homologação de terra indígena.

Estabelecido o contato, os técnicos, iniciaram o trabalho de aproximação e identificação do grupo, que era monolíngüe e falava uma língua “desconhecida”. Através da coleta de 60 palavras pela indigenista Inês Hargreaves, o lingüista Nilson Gabar Junior chegou à conclusão que, provavelmente, a língua do grupo era o Kanoê.

O Kanoê era uma língua considerada praticamente extinta, falada apenas por seis ou sete indivíduos que estavam distribuídos entre as Terras Indígenas Rio Branco e Guaporé e a cidade de Guajará-Mirim. Após a identificação preliminar, encontrou-se o índio conhecido como Manuzinho que falava a língua Kanoê e, que confirmou que a língua falada na região do Omerê, pelos quatro índios encontrados, era realmente o Kanoê.

Durante esse processo de identificação da língua, o grupo, mesmo com as limitações da comunicação indicou a presença de outro grupo, ao qual se referiam como *Akunt'sun*. Aproximadamente um mês após o primeiro contato, a frente estabeleceu contato com esse outro grupo, que muito assustado recebeu a equipe. Eram sete índios, dois homens e cinco mulheres (sendo uma adolescente e outra criança), e considerados de hoje, um dos menores grupos étnicos do Brasil.

A denominação Akuntsu, foi dada pelos Kanoê, que dessa maneira se referem a eles como “outros índios”, da mesma forma para o grupo dos Akuntsú, os Kanoê são chamados de Emãpriá¹⁰. Em um primeiro momento, quando os Akuntsú enunciaram Emãpria, os técnicos da FUNAI, chegaram a pensar que haveria mais um grupo na região, mas essa dúvida foi rapidamente esclarecida.

Igualmente aos Kanoê, possuem uma história marcada pelo massacre e pela usurpação de suas terras; mas neles o medo se tornou um elemento cotidiano presente inclusive, na marcas de balas existentes em seus corpos. Esses índios seriam remanescentes de sucessivos massacres ocorridos na região. Aragon, em sua dissertação de mestrado, descreve a memória dos índios sobre esses massacres:

¹⁰ Até o momento ainda não é conhecida a autodenominação desses grupos.

“Pupák sofreu, assim como os demais Akuntsu, perda de familiares. Segundo ele, seus pais foram mortos a tiros e hoje tem Ururu11 como mãe. Os Akuntsu fazem constantes referências às perdas de seus parentes mortos a tiros. Dizem ‘matou. Matou e matou...’ tanto Konibú quanto Pupák carregam cicatrizes em seus corpos causadas por armas de fogo dos assassinos de seu povo”. (Aragon, 2008. p. 04)

No documentário Corumbiara, de Vincent Carelli, Konibú, ao lembrar o massacre de seu grupo, chega a supor que os brancos seriam canibais, pois os corpos de seus parentes desapareceram. A sua fala apenas ratifica o que já se sabia, que a presença de índios ou de qualquer vestígio indígena, estava sendo intencionalmente destruída através de atos criminosos.

A identificação da língua falada pelos Akuntsu ocorreu paralelo a dos Kanoê. Inês Hargreaves fez a primeira coleta de palavras, o que permitiu uma classificação prévia dentro do tronco Tupi. Comparações efetuadas, com outras listas de palavras, permitiram encontrar algumas semelhanças com as línguas da família Tuparí, principalmente com a língua falada pelos Mekéns. A princípio chegou a se cogitar que a língua desse grupo pudesse ser um dialeto longínquo da língua Mekéns, mas ao fazer a análise de uma conversa natural, ficou evidente que de fato se tratava de outra língua.

Em 2004, começaram os estudos sobre a língua dos Akuntsu, e as hipóteses sugeridas por Gabas se confirmaram: à família lingüística do grupo é o Tupari, pertencente ao tronco Tupi e por ser falada por pouquíssimos indivíduos encontra-se no quadro das línguas ameaçadas de desaparecer (Aragon, *Op. cit.*).

Sobre a cultura material dos dois grupos Valadão (1996) destaca que elas são bem parecidas, sobretudo no que se refere à indumentária, ao corte de cabelo e as redes de tucum. Ressalta-se que mesmo na época do contato, os Kanoê utilizavam espécies de bermudas confeccionadas a partir de sacaria encontrada nas matas e desde o primeiro momento solicitaram roupas aos técnicos da FUNAI. Já os Akuntsu, começaram a utilizar roupa apenas recentemente. Apesar dessa semelhança, a primeira vista já se evidenciam algumas das diferenças entre os grupos,

¹¹ Em dezembro de 2009 a índia Ururu faleceu, no seu atestado de óbito consta parada cardíaca e respiratória. Ela era a índia mais velha do grupo.

“Este segundo grupo contatado na área (...). Duas malocas pequenas cobertas de palhas de açáí encostadas nos esteios e um pequeno pátio com árvores e matos pelo meio, compõem o cenário dessa segunda aldeia. Essa aldeia contrasta fortemente com a aldeia dos Kanoê, que chama a atenção pela limpeza do pátio e das trilhas de acesso à aldeia, bem como pelo primoroso traçado das palhas que cobrem as casas” (Valadão, 547:1996)

As malocas dos Akuntsu são em formato oval cobertas com palmeiras de uricuri até o chão (Aragon, *id*). O grupo fabrica peças de cerâmica e adornos corporais, utilizando conchas de rio, pedaços de plástico e, vários tipos de semente (Mendes, 2005).

“Os Akuntsu usam conchas de rio de diversos tamanhos e vários tipos de sementes que aplicam no fabrico de colares, também são usados pedaços de plástico. Estes últimos já faziam parte da cultura dos Akuntsu assim como dos kanoê antes mesmo do contato oficial com a Funai, e são cortados em forma de trapézio ou círculos, configurando colares e bandoleiras que muito lhes agradam no uso cotidiano, e aos quais têm imenso apego, pois o plástico em tempos anteriores ao contato era referência de um saque bem sucedido sobre alguns barris de produtos químicos, baldes e outros objetos deste material, comumente esquecidos nos pastos das fazendas ou abandonados em acampamentos de forasteiros, e cujas cores lhes agradavam imensamente, tendo por preferência o azul, o vermelho, o amarelo e o branco

Tanto homens como mulheres usam uma pequena tanga com franjas de líber ao modo de vários povos já documentados pela comissão Rondon, como os antigos Kepkiriwát. Versões distintas dessas tangas aparecem bem mais à leste do território Akuntsu, entre os Rikbaktsa da bacia do Juruena, noroeste de Mato Grosso.

*Os Akuntsu também confeccionam em taquara flautas de pã, e com elas compõem belas melodias.” (Mendes, *id*).*



Fonte Foto retirada do site do ISA <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/akuntsu/16>
Foto de Adelino de LucenaMendes, 2002

Foto 6.4-2–Popak e Kunibu com arcos e flechas

Os Kanoê desde os primeiros contatos usavam vários colares coloridos e chapéu confeccionado com talas de palmeira entrelaçadas.

“Os colares de material plástico são compostos de peças trapezoidais ou circulares unidas por linhas enceradas feitas de fios de tucum ou de algodão. Essas peças parecem ser recortadas de baldes de plástico velhos, deixados pelas incursões de madeireiros e palmiteiros nas reservas florestais ou pastos. Os colares atestam o caráter perfeccionista dos Kanoê, pois as peças têm exatamente a mesma forma e desenho e, além disso, são parcialmente sobrepostas monocromaticamente ou com alternância de cores, em que predominam o laranja e o branco, o que torna o efeito visual belo. Acompanham os colares brincos com pingentes de peças do mesmo material plástico, de mesma forma geométrica e tamanho. As mulheres, Tutuá e Txinamanty, usam brincos brancos e Purá, o rapaz, brincos laranja-avermelhados.

Completam-lhes a indumentária uma longa grinalda de fibras de buriti soltas; braceletes diversos, alguns dos quais similares aos colares; caneleiras e tornozeleiras de palha trançada ou de tecido. Esses adereços são usados pelos mais jovens sobre a camisa. Além disso, os Kanoê usam eventualmente duas longas penas vermelhas de arara, que são encaixadas num pequeno botoque feito em osso de tucum, colocado num furo entre as narinas.”(Bacelar, 2004)



Fonte: Foto retirada do site do ISA
<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kanoe/342> Foto de
Marcos Mendes/AE, 1995 -

Foto 6.4-2 –Kanoê oficialmente contatados pela primeira vez no igarapé Omerê.

Nem sempre utilizam toda a indumentária nas suas atividades cotidianas, mas quando alguém se aproxima ou quando têm que se deslocar para a base da FUNAI, fazem questão do uso dos seus adereços. Sobre os adornos utilizados pelos Kanoê, a antropóloga Etta Becker-Donner, em 1955, apresentava uma ilustração de um colar Kanoê, reproduzido aqui na **Figura 6.4-2**. A despeito dos materiais utilizados, é possível verificar a semelhança do colar da reprodução com os colares dos índios contatados em 1995.

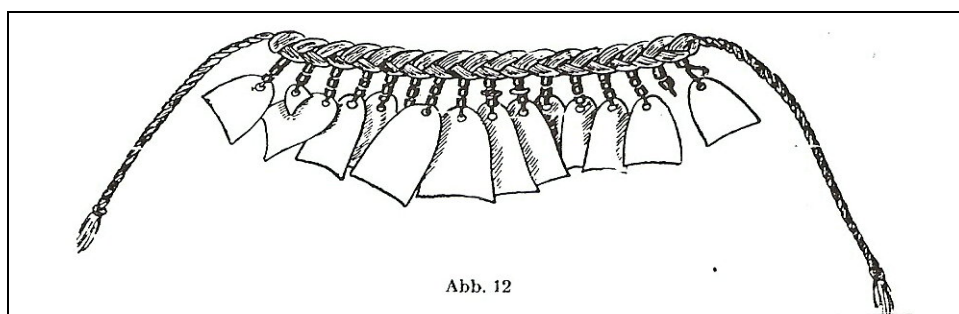


Abb. 12

Fonte: Artigo de Etta Becker-Donner (1955)¹²

Figura 6.4-2 - Ilustração do colar Kanoê

Entre os dois grupos foram observados rituais de pajelança. As cerimônias chamam atenção pelo caráter cotidiano, voltados para as situações do dia a dia e para a realização de cura em ambos os grupos. Os longos rituais envolvem sopros constantes e aspiração de pó de angico.

Entre os Akuntsu as funções de Pajé são exercidas pelo Konibu, que também exerce a função de líder do grupo. Já entre os Kanoê, a função é exercida, atualmente, por

¹² Imagem cedida pelo Prof. Laércio.

Txinamanty, mas na época do encontro quem exercia essa atividade era Woimoró, que além de manter muitos dos rituais vivos exercia papel importante na manutenção do grupo. Woimoró foi assassinada pelos Akuntsu em 1997, as causas do assassinato não foram esclarecidas, mas as relações entre os grupos são marcadas por alguns momentos de hostilidade. Mesmo havendo uma boa convivência entre eles, os Kanoê assumem uma posição de superioridade em relação aos Akuntsu.

Os Kanoê sempre insistiram em manter a proximidade com os Akuntsu, apesar de terem ficado com as relações abaladas durante o período que sucedeu o assassinato. Os Akuntsu fugiram temendo vingança dos Kanoê, mas esses, pelo menos no Omerê, não são afeitos ao revide; isso talvez explique muito da vulnerabilidade desse grupo em relação aos “brancos”, ou talvez a vingança se processe em outro nível. A índia mais velha, entre os Kanoê, mãe de Operá e Txinamanty, decidiu enterrar o corpo de Woimoró, na casa do Konibu, dessa maneira os Akuntsu não poderiam ocupar mais o local (FPEA Guaporé, Relatório/FUNAI/2009). As barreiras que separam os grupos não são apenas de natureza lingüística, existindo diferenças culturais acentuadas (Bacelar, *id*). De fato, com o passar dos anos um pouco da história dos grupos e as relações que estabeleceram entre si começam a ser contadas. Quando os Kanoê e os Akuntsu entraram em contato, a matriarca dos Kanoê, Tutúa, tentou estabelecer relações mais próximas com eles, tentando que Konibú, também conhecido como Babá, cedesse uma das moças para ser esposa de seu filho Operá¹³, ao mesmo tempo esperava que sua filha e sua sobrinha engravidassem de Pupaki ou do próprio Babá. As tentativas de estabelecer alianças através do casamento não foram tão bem sucedidas e essa proximidade acabou gerando situações de conflito, embora, em 1996, nasceu o primeiro filho de Tiramanty¹⁴, e Pura, até hoje, continua “cortejando” a índia Akuntsu.

Várias especulações podem ser feitas sobre as intenções de Tutúa. Sobrevivente de uma tentativa de suicídio coletivo, as tentativas de estabelecimento de aliança podem ser entendidas como um recurso para manutenção da existência do grupo. Em relação ao suicídio coletivo, existem duas versões sobre esse acontecimento e ambas se encontram nos documentos levantados nos arquivos da FUNAI.

A primeira versão conta que a mais de 20 anos atrás, a maioria da aldeia era composta de mulheres e crianças. Certo dia, os homens se reuniram e decidiram que deveriam procurar outras tribos com as quais pudessem negociar alguns casamentos, através da troca de mulheres. Os homens Kanoê, inclusive idosos e meninos, partiram, então, em busca de outros grupos, ficando apenas na aldeia as mulheres e as crianças. Com o passar dos dias, as mulheres começaram a ficar aflitas com a falta de notícias. Duas

¹³ Operá cedeu seu nome para o filho da sua irmã e passou a se chamar Pura.

¹⁴ Que faleceu em 2003

delas resolveram se embrenhar na mata em busca de notícias e após quatro dias voltaram com a notícia de que todos os homens haviam sido assassinados. Em pânico e sem perspectiva, optaram pelo suicídio coletivo.

Na segunda versão, só existiam mulheres na aldeia quando apareceram quatro homens “brancos”, que assumiram todas as funções dos homens Kanoê, ou seja, caçavam, construíam casas, cuidavam das roças, coletavam frutos, tiveram inclusive, filhos, até que um dia partiram levando também as crianças. Deixaram as mulheres muito tristes e novamente sem homens na aldeia, a tristeza levou-as a decisão do suicídio coletivo.

Nas duas versões as mulheres ingerem veneno, mas Tutuã, seus filhos, sua sobrinha e sua irmã sobrevivem. Apesar de ter sobrevivido, a irmã de Tutuã já não era mais a mesma e desaparece ao se embrenhar na mata em busca dos homens.

As duas versões, apesar de terem diferenças no desenvolvimento da história, resultam no mesmo desfecho, suicídio coletivo; como também tratam do mesmo fato. Como toda história oral, “*não se fala em nome do grupo, mas em seu próprio nome*” (Becker, 1996: p.29). Além disso, trata-se de um relato construído a *posteriori*, o que pode fazer com que as lembranças dos fatos se confundam, e mais, as lembranças podem estar transformadas pelas novas experiências de quem as conta, inclusive pela mediação do que pode ou não ser dito (Pollak, 1989). Mas, o que está em jogo é muito mais do que o “fato” em si, o que está em jogo são as representações (Jesus 1999). Portelli cita a diferenciação que Clemente faz entre os “fatos” e as “representações”. Para ele somente considerando os dois juntos é possível diferenciá-los.

“Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem” (Clemente *apud* Portelli, 1996: p.111).

Devido à morte por assassinatos e doenças, chegou um momento em que a possibilidade de casamentos entre os Kanoê não era mais possível. A descendência entre o grupo segue a linhagem paterna, descendência patrilinear, isso quer dizer que uma criança é Kanoê se seu pai o é. As regras de casamento prevêm que esses devem ser exogâmicos, realizados fora do clã. Provavelmente, para garantir a continuidade do grupo, deveria haver duas tribos que trocavam mulheres entre si, já

que a residência era patrilocal; assim, através do casamento estabeleciam alianças e evitavam a consangüinidade.

As duas histórias dessa maneira estão tratando do mesmo fato, a impossibilidade de reprodução das regras sociais Kanoê, a impossibilidade da reprodução do grupo. Não importando nesse relato, o desenvolvimento do mesmo, o final é o mesmo porque são versões, representações do mesmo fato. Tutuá criou filhos e sobrinha sozinha e a proximidade com os Akuntsu, apesar de todos os problemas, sempre foi desejada, principalmente pela possibilidade de estabelecer alianças através de casamentos para os filhos (Bacelar, *Op. cit.*).

Atualmente apenas três Kanoê e seis Akuntsu residem na Terra Indígena Omerê. Após as últimas perdas, que ocorreram no ano de 2003, os Kanoê remanescentes ficaram muito deprimidos, abandonando a aldeia, as roças e residindo por mais de dois anos na base da FUNAI. Apesar do número de índios Kanoê ser menor do que os Akuntsu, no Omerê, esse segundo grupo, com seis indivíduos, representa todo o seu povo, enquanto os Kanoê possuem moradores em outras Terras Indígenas. Durante os levantamentos para a confecção da “Gramática Kanoê” ocorreram, inclusive, intercâmbios entre eles. Alguns índios Kanoê de outras TI’s vieram até o Omerê para aprender a língua e a confecção de artesanato. O convívio entre esses dois grupos de Kanoê, não foi isento de problemas, principalmente pelo grau de integração dos Kanoê que residem em outras terras e da tentativa dos mesmos de quererem que os índios residentes da TI Omerê adotem estilo de vida mais próximo do homem branco (Relatório FPEA Guaporé agosto 2008/fevereiro 2009).

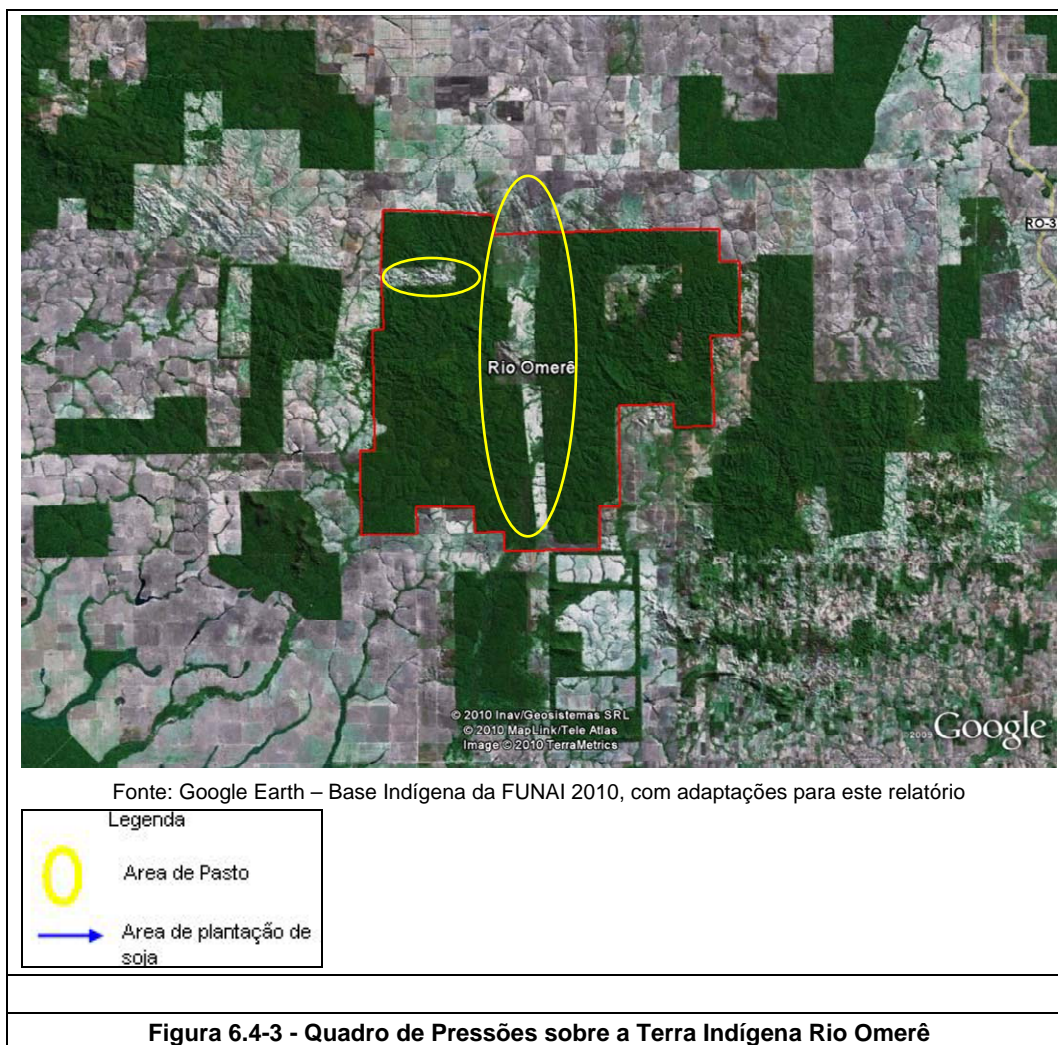
Em relação às atividades produtivas, tanto os Kanoê como os Akuntsu exercem atividades de caça, agricultura e coleta. Segundo o coordenador da FPEA Guaporé¹⁵, ambos os grupos têm preocupação com a confecção da roça, cultivando banana, mamão, cará, batata doce, mandioca, feijão, milho, pimenta, amendoim e o fumo. O fumo, assim como o mel é bastante apreciado pelos índios da TI Rio Omerê. As roças dos Akuntsu, em geral, são feitas ao redor das malocas e as dos Kanoê chamam atenção porque o local que escolhem para a confecção das mesmas é cuidadosamente desmatado, queimado e capinado. Os produtos são divididos em setores, cada um no seu devido espaço. Ambos os grupos caçam nas matas da TI, que cercada por fazendas concentra vários animais como queixadas, antas e pacas. O fato de ser um espaço privilegiado, pela quantidade de animais, fez com que alguns caçadores invadam a área. Os Kanoê também criam galinhas e queixadas e como em todas as suas atividades a área onde se encontra o galinheiro é cuidadosamente limpa e

¹⁵ Informação coletada em entrevista ocorrida na FUNAI de Brasília no dia 06/03/2010.

organizada. (Aragon, 2008, Mendes, 2005 e Laércio, 2004). A chicha é bastante consumida e pode ser de milho, banana, mandioca ou pupunha.

“As chichas que provamos até então foram feitas de milho com amendoim. Ambas as aldeias estão localizadas junto às roças que contêm os mesmos produtos” (Valadão, 547:1996)

Apesar da Terra Indígena do Rio Omerê ter sido Homologada em 2006, (REG CRI em 18/04/2006, pelo Decreto s.n de 19/04/2006), ainda existem diversos problemas relacionados com a apropriação da terra pelos Akuntsu e Kanoê. O usufruto total da terra que seria garantido a partir da sua delimitação e homologação não se verifica de fato. Existe uma área de pasto que corta toda a terra indígena, com imensa quantidade de gado, mais de 1.000 cabeças. A permanência desse gado põe em risco os grupos que ali vivem, pois constantemente pessoas estranhas transitam na área, impedindo a livre circulação dos índios que temem a faixa de pasto. As fazendas São Sebastião e São José, inclusive, mantêm curral e casas de funcionários dentro da TI. Além disso, desde o final de 2006, a soja começou a ser cultivada no entorno da TI. Segundo relatório de atividades emitido pela FPEA Guaporé em fevereiro/março de 2007, a proximidade da produção de soja nos limites é preocupante *“em função dos impactos ambientais que a atividade pode causar nesta área”*. O mesmo relatório observa a existência de irregularidades no cultivo da soja, como a falta de respeito aos limites da mata ciliar e o lançamento de agrotóxicos por avião nas proximidades dos igarapés.



Atualmente a atuação da FPEA Guaporé na TI privilegia a manutenção dos limites da TI, a proteção dos grupos e a manutenção da saúde dos mesmos.

6.5 TERRA INDÍGENA TANARU

A história da Terra indígena Tanaru, não difere muito da TI Omerê; talvez a diferença seja muito mais quantitativa do que qualitativa. Nela a violência, já conhecida, de destruição de vestígios e extermínio indígena, criou uma situação extrema, onde a terra não é a garantia do direito de reprodução social e cultural, mas a única forma de segurança física de um único homem sobrevivente de sucessivas ações criminosas.

Em 1996, um ano após o contato com os dois grupos do Omerê, a equipe da FUNAI descobriu na Fazenda Modelo, localizada no município de Chupinguaia, vestígios da presença indígena. Em área de derrubada, foram encontradas vestígios de casas e roças destruídas por um trator de esteira. Os vestígios levaram a equipe da FUNAI, a

acreditar que existia um terceiro grupo na região; pois já não era a primeira vez que a equipe encontrava malocas onde existiam buracos fundos no seu interior e ao seu redor (VALADÃO, *op. cit.*)¹⁶.

A destruição das roças sempre é algo preocupante, pois isso implica redução da oferta de alimentos pelo período de pelo menos um ano. Além disso, a equipe da FUNAI acabava de contatar dois grupos, e a tentativa de apagar qualquer vestígio de grupos indígenas do entorno geralmente é intensificada, “os fazendeiros tendem a perseguir os vestígios de índios existentes” (FPEA Guaporé). Segundo o coordenador da FPEA Guaporé Altair Algayer, na referência que gerou a TI Tanaru, foram encontrados 14 buracos e uma formação de aldeia que caracterizava um grupo maior. Devido ao grau de desmatamento da região, o “grupo” não poderia ter se deslocado para muito longe principalmente das reservas hídricas e, em dezembro o novo “grupo” foi localizado.

Uma casa com um índio adulto nu sentado a sua frente. Esse foi o quadro que a equipe da FUNAI encontrou nas cabeceiras dos igarapés Taboca e Tanaru. Arredio, refutou o contato, o que fez com que a equipe, após algumas horas, desistisse de estabelecer o contato, mas a presença indígena na área estava confirmada.

A partir do contato, novas informações sobre a presença indígena começam a surgir, sendo a mais grave, a que informa que desde 1992 os proprietários da fazenda Modelo sabiam da localização da aldeia (VALADÃO, *id.*). Apesar de não ser possível saber a qual grupo esse índio pertence, sabe-se que o mesmo foi exterminado na primeira metade da década de 1990, o que justifica a negativa do contato, como estratégia de sobrevivência.

As tentativas de estabelecer o contato e identificar o índio que ficou conhecido como “Índio do Buraco” persistiram por alguns anos. Os índios Operá Kanoê e Mario Aikanã chegaram a participar de expedições na tentativa de estabelecer contato; a intenção era ver se o índio respondia a comunicação realizada em línguas faladas na região, mas o mesmo não respondeu a nenhuma comunicação e no máximo aceitou alguns presentes como lona, facão e panela, rejeitando alimentação. A rejeição de alimentos levanta suspeitas sobre a possibilidade de que parte do grupo tenha sido morta através de alimentos envenenados deixados como presente para os índios. A utilização de alimentos envenenados para o extermínio de grupos indígenas é uma tática já conhecida e também documentada.

¹⁶ A primeira expedição foi em agosto e os vestígios foram localizados no igarapé Taboca e no rio Tanaru.



Fonte: http://www.amazoe.org.br/images/indio_do_buraco_vincent_carelli.jpg
consultado em 15/03/2010

Foto 6.5-1 - Imagem do Índio do Buraco

A TI Tanaru está localizada em uma área cobiçada por fazendeiros e madeireiros, que têm intenção de explorar madeira e após o desmatamento estabelecer áreas para pastagens, mas devido à presença do índio e a interdição da área isso não foi possível. A área encontra-se com restrição de Uso desde 2006, quando foi publicada a Portaria 1.371. A interdição não permite a instalação de marcos de identificação física e o trabalho consiste no monitoramento constante do entorno. Apesar de tais medidas ajudarem na proteção ao índio, isso não quer dizer que ele esteja totalmente seguro. Em novembro de 2009 a base da FUNAI foi atacada e parcialmente destruída e nas proximidades foram encontrados cartuchos de espingarda. Sobre esse evento alguns veículos de informação divulgaram a matéria:

“O último remanescente de uma etnia até hoje não identificada de índios isolados em Rondônia, conhecido como “Índio do Buraco”, pode ter sido alvo de um grupo armado há cerca de duas semanas. (...) Segundo a FUNAI, a ação foi protagonizada por fazendeiros que não aceitam a restrição de uso da terra indígena Tanaru, que possui 8.070 hectares e fica próxima a Corumbiara, no oeste do Estado. Vestígios observados no local indicam que o índio isolado sobreviveu. Desde 1998, a área é “exclusiva” desse índio. A restrição é autorizada por portarias publicadas a cada dois ou três anos pela FUNAI - a última é de 27 de outubro.” (Folha Online, 26/11/2009)

Essa represália possivelmente praticada por fazendeiros, grileiros e/ou madeireiros traz à tona a fragilidade em que esse índio vive, sendo que qualquer descuido pode ocasionar no seu assassinato. Além disso, as pressões em terras identificadas ou com restrição de uso acontecem para que quando ocorra à demarcação a área seja menor do que inicialmente proposto. Os grupos com interesses contrários vão desmatando e ocupando pequenas áreas do entorno e assim diminuindo os limites da futura TI.

Atualmente o índio tem aproximadamente 50 anos, cabelo na altura dos ombros, anda nu com uma proteção de buriti na parte genital e sem adornos como colares ou brincos. Não faz mais roça e vive exclusivamente da caça, coleta de mel e frutas da região (Relatório de Março de 2009)¹⁷. Nos últimos anos, a FUNAI apenas monitora o seu deslocamento dentro da Terra Indígena. Segundo o coordenador da FPEA Guaporé Altair Algayer, a equipe da FUNAI, além de estabelecer contato visual com certa frequência já esteve a menos de 15m de distância, mas o índio apenas virou-se e foi embora sem correr, bem diferente de alguns anos atrás quando flechou um membro da equipe. De qualquer maneira, ele continua refutando contato, permanecendo assim na categoria de isolado, por opção sua.

A única pista nova que surgiu, foram relatos dos antigos Mequéns – atualmente autodenominados de Sakurabiat, que disseram que antigamente, havia um grupo de índios *bravos*, guerreiros que viviam na região do Tanaru, os índios da *unha grande*, que faziam buracos, mas quando questionados sobre os buracos, não sabem dizer o seu significado, pois por serem *bravos*, o contato com esses índios era evitado.

6.6 REFERÊNCIA Nº45 – BOM FUTURO

No início da década de 1990, surgiram informações sobre a presença de índios isolados no sul da área Karitiana, mais precisamente dentro da unidade de conservação FLONA Bom Futuro. Os primeiros depoimentos foram dados por índios Karitiana. Apesar das histórias serem um pouco contraditórias, a possibilidade da existência de grupos isolados trazia certa aflição para grupo, principalmente pelo medo do roubo do milho. Afinal, tanto a TI Karitiana como a Floresta Bom Futuro sofrem imensa pressão sobre os seus territórios e a possibilidade de existência de um grupo isolado, em constante perambulação com necessidades alimentícias criava tensão entre os Karitiana.

A primeira expedição para pesquisa da presença de vestígios de perambulação de índios em novembro de 1991 encontrou picadas de brancos ao sul da reserva e galhos e ramos quebrados ao leste que eram inconclusivos em relação a suas origens. A

¹⁷ Resumo Histórico dos Índios Isolados da Região do Rio Omerê e ocupação dos lotes do setor 09 e 10.

equipes no intuito de aprofundar as pesquisas se deslocou para o sul da TI no divisor do rio Candeias com o rio Branco abaixo da cidade de Buritis. Apesar dos galhos e ramos quebrados, não havia evidência que estes tivessem sido feitos por índios; além disso, as condições ambientais não eram favoráveis para a continuação das pesquisas e a área a ser investigada era muito grande. O índio Sebastião Parintintin sugeriu que para se ter uma vista ampla da região seria necessário: “*subir o rio Jaci-Paraná, usando o afluente Rio Branco até a sua cabeceira*”.

Em relatório da FPEA Guaporé de agosto e setembro de 1993, os funcionários da FUNAI Marcelo Santos, Paulo Pereira e Altair Algayer, demonstram preocupação com a velocidade das frentes de expansão (frente colonizadora), que favorecem a invasão da área por madeireiros, posseiros, grileiros e garimpeiros na região onde, em 1991, outro funcionário da FUNAI, Antenor Vaz, havia registrado vestígios da presença de índios isolados. Os mesmos atores, que anteriormente haviam causado preocupação em relação à ocupação e invasão das áreas onde existem referências de índios isolados se encontram novamente nomeados neste momento. De fato, entre a região do Jaci e a cidade de Campo Novo, os madeireiros estavam sendo acusados de ações violentas em relação a qualquer grupo que estivesse em seu caminho.

Em novembro de 1993, novas informações de: vestígios de perambulação indígena, ocupação fundiária irregular tanto por madeireiros, grileiros e posseiros na FLONA Bom Futuro, como também de ações de violência contra índios desconhecidos na região levam a nova expedição para localização de índios isolados na área da referência.

De fato, as denúncias na época referem-se, não só a omissão do poder público e judiciário, mas indicam que alguns representantes desses poderes estariam envolvidos com grilagem e ações violentas. As denúncias também são direcionadas ao INCRA, omissão, corrupção entre outras...

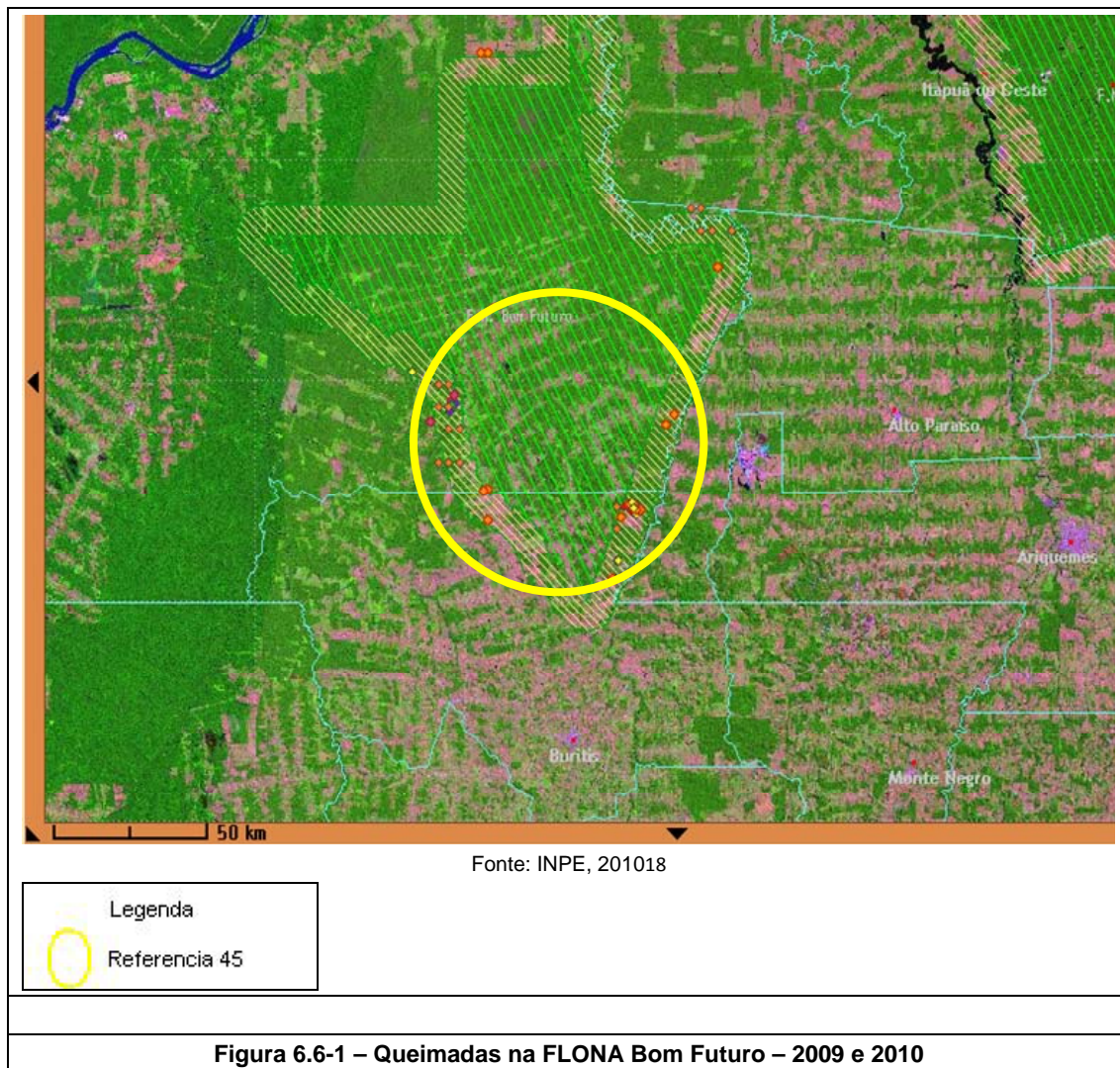
Os relatos em 1993 são mais contundentes em relação à presença de índios “bravos” nas cabeceiras do rio Capivari, como também pela primeira vez a FPEA Guaporé encontra vestígios da perambulação de índios isolados e de extração de resina em diversos pontos. A utilização de resina para acender o fogo e para iluminar o caminho à noite já havia sido identificada entre os Nambikwara e os isolados do Omerê.

Em Relatório de junho de 1994, a FPEA Guaporé relata o fato de não ter conseguido verificar a presença de isolados, mas registra a “*ilegalidade do processo de ocupação fundiária na região compreendida entre o rio Água Azul e o rio Oriente*” (FPEA Guaporé, 2006).

Atualmente, mesmo com a sobreposição de parte da área da *Referência* nº 45 com a unidade de conservação, não existe garantia de sobrevivência para esses índios como também para as suas organizações sócio-culturais, principalmente porque a área pertencente à FLONA Bom Futuro vem sendo intensamente ocupada. Segundo informações do SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia, a FLONA de Bom Futuro “perdeu, no período de 1997 a 2003, oito por cento de sua área total, com incremento de uso agropecuário e de acessos rodoviários em seu interior.” (Leão, 2004 p 66).

As escolhas que a FPEA Guaporé faz ao eleger as suas ações privilegiam os espaços onde existe perigo eminente para esses grupos ou referências. Ressalta-se que das 63 referências de índios isolados no país, 13 estão no estado de Rondônia, o que não permite ações de pesquisa constante, até porque os recursos, principalmente humanos são reduzidos. Como já foi dito, a ocupação irregular da área pertencente à FLONA Bom Futuro caracteriza um risco eminente, principalmente pelas práticas já conhecidas, na região, de extermínio dos grupos isolados não contatados. De fato, mesmo aqueles já em contato ou identificados são alvo de ataques por parte de grupos que têm seus interesses na região contrariados, sendo o melhor exemplo o Índio do Buraco na TI Tanaru. Soma-se a isso a presença cada vez maior de empreendimentos na região que aumentam a pressão sobre as terras indígenas, principalmente as localizadas próximas aos núcleos urbanos.

No **Figura 6.6-1** é possível visualizar os focos de queimada localizados na FLONA Bom Futuro no ano de 2009 e primeiro trimestre de 2010, como também, através das manchas rosas a ocupação fundiária irregular da área, o que em si são fatores de pressão sobre os índios isolados da Referência nº 45 devido a vulnerabilidade que se encontram. Nesta figura pode se observar 51 focos de queimadas, (nesta tela, entre 2009-01-01 00:00:00 - 2010-03-09 23:59:59).



¹⁸ <http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/mosaico.php?LAT=-9.976667&LON=-63.756667&RES=3&IMA=Landsat09&TEM=ams&TEM2=UCFederal&TAM=G&IDATE=2009-01-01&FDATE=2010-03-09&PAIS=&UF=RO&SATELITE=&VEG=&LAT1=&LAT2=&LON1=&LON2=&LANGUAGE=PT&IDF=&GEOID=&MUNIC=&TABLE=fo cosUCs&UC=Buffer%20Interno%20F.N.%20Bom%20Futuro&SRC=&TOTALFOCOS=> consultado em 09/03/2010.

Índice

7.	POLÍTICAS INDIGENISTAS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: UM PANORAMA BRASILEIRO E AMAZÔNICO	1/32
7.1	ESTADO, ONGS E ETNO-ASSOCIAÇÕES	5/32
7.2	POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA POVOS INDÍGENAS: SAÚDE, EDUCAÇÃO E GESTÃO ECONÔMICA-AMBIENTAL DE TIS	9/32
7.2.1	SAÚDE DE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	9/32
7.2.2	EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	21/32
7.2.3	GESTÃO ECONÔMICA-AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS.....	26/32

7. POLÍTICAS INDIGENISTAS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: UM PANORAMA BRASILEIRO E AMAZÔNICO

A previsão catastrofista expressa no discurso militar da década de 1970 quanto ao desaparecimento físico das populações indígenas no Brasil (Cardoso de Oliveira: 2001) não parece ser na atualidade uma realidade provável. No entanto, se por um lado, as populações indígenas no Brasil estão de fato crescendo (ISA: 2005) por outro, também deve ser reconhecido que, cada vez mais, aumentam as pressões decorrentes dos avanços das frentes atuais de expansão socioeconômica (principalmente, pecuária, soja, atividade madeireira e mineraria) sobre os territórios indígenas. Processos de desenvolvimento que quando ocorrem sem o devido planejamento e respeito à legislação ambiental e aos direitos civis e políticos, acabam sendo predatórios e passam a impactar de forma negativa, a integridade física e sociocultural dos grupos nativos.

A história das dinâmicas sociopolíticas envolvendo povos nativos e a chamada “sociedade envolvente” foi majoritariamente mediada pela noção genérica de “índio” como sinônimo “do atraso” a ser superado no país. A política de colonização e expansão territorial no Brasil que data desde o século XVI, retrata amplamente, uma elite política que impõe seus interesses com determinação e desde então, sempre manifestou com clareza a ausência de alteridade e respeito à diferença (Athias, 2-4: 2005). Muito freqüentemente os grupos indígenas têm sido vistos pelo Estado como um problema de segurança nacional e como “entraves ao progresso”. Em período mais recente do governo republicano, a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, reconhece de modo formal os povos indígenas no Brasil e desenvolve uma política de integração baseada na noção de “tutela”.

Essa leitura através de conceitos assimilacionistas gerou ações políticas que não atenderam adequadamente as demandas indígenas. A legislação brasileira anterior à constituição de 1988, denominada “Estatuto do Índio” mantém no seu conjunto a intenção explícita de assimilar os grupos indígenas à população brasileira como cidadãos sem identidade étnica específica. Segundo o estatuto, enquanto estes povos ainda não estiverem integrados à comunhão nacional, na medida em que mantém seus usos e costumes tradicionais, são considerados como “relativamente incapazes” e por isso tutelados e objetos de direitos especiais. O que significa ausência dos direitos plenos de cidadania.

Foi a partir de 1940, com a realização do 1ª Congresso Indigenista Interamericano realizado no México, que se discute a importância de uma formulação de direitos

específicos para os povos indígenas da América do Sul e do reconhecimento da diversidade étnica. Contudo, o Congresso não conseguiu avançar e subverter a concepção tutelar que caracterizou por um longo período as ações públicas dos países da região (Idem). Em 1967, o governo militar brasileiro desmonta o SPI e cria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O primeiro presidente a assumir a direção da FUNAI foi um civil, chamado José Bezerra Queirós, pernambucano com formação em jornalismo. O segundo presidente da Fundação, outro pernambucano, foi o general Jerônimo Bandeira de Melo (1970-74), que assumiu a direção da FUNAI por um período que culminou praticamente com a duração do governo Médici. Nessa fase inicial de consolidação da FUNAI, como indica o antropólogo Mércio Pereira Gomes (2008)¹ na sua descrição sobre o surgimento desta instituição, apesar desta ter sido um tempo de rígido controle policial-militar, a FUNAI teve oportunidade de iniciar a formação de seus quadros indigenistas. Assim, a partir do ano de 1971 a Fundação criou um curso de formação de indigenistas, que foi dirigido por professores e antropólogos de confiança do órgão, especialmente da Universidade de Brasília. Segundo o autor citado:

“Até 1985 estes tais cursos haviam sido dados formando mais de duas centenas de indigenistas, muitos dos quais chegaram a galgar posições políticas de relevo dentro do órgão. No início os indigenistas se distinguiam como uma geração nova dos velhos sertanistas do SPI, mas, com o passar dos anos, eles mesmos, tendo experiência com povos indígenas autônomos de recém-contato, foram sendo promovidos aos cargos de sertanistas. Sob muitos aspectos, sobretudo os mais objetivos, tais como a demarcação das terras indígenas e o crescimento demográfico, pode-se dizer que a FUNAI melhorou, substancialmente, o legado do SPI. Por outro lado, suas deficiências inatas, especialmente a deformação do uso do poder, a subordinação a uma política desenvolvimentista... a corrupção em vários níveis e a incúria administrativa provocaram, a contragosto, a reação cada vez mais política dos povos indígenas. Finalmente, há que se entender que os tempos eram outros, com a presença ativa da mídia nacional e internacional cobrando a defesa dos interesses dos índios, o florescimento dos movimentos democrático, indígena, ambientalista e de minorias em geral, bem como os desdobramentos econômicos e sociais da expansão

¹ Sobre o surgimento da FUNAI, capítulo escrito pelo antropólogo Mércio Pereira Gomes (2008) disponível em: <http://merciogomes.blogspot.com/2008/09/o-ndio-na-histria-cap9-funai-e-os.html>

agropastoril e extrativa que atingiram diversas regiões indígenas e que as conectaram às cidades e aos meios de comunicação. O destino dos índios foi aos poucos se revertendo positivamente em função de novos fatores sociais que estavam ocorrendo na sociedade brasileira e no mundo indígena. Na sociedade brasileira cresceu o interesse e a simpatia pela causa indígena, abrindo com isso um flanco de crítica ao governo federal que antes só era acessível aos especialistas. No decorrer da década de 1980 iriam surgir novas lideranças indígenas que traziam um discurso mais contundente e afinado com os tempos e agiam com mais determinação política” (Gomes, idem)

Do período do final da década de setenta até o final da década de oitenta, iniciando com a administração do coronel João Carlos Nobre da Veiga (1979-81), membro ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), a FUNAI é dirigida por uma série de coronéis. Nas palavras de Mércio Pereira Gomes (2008) esse período da fundação é denominado “o tempo dos coronéis”, e de modo geral teve uma administração que pouco beneficiou os povos nativos. A partir de 1989, o perfil dos presidentes da Fundação se altera, e a FUNAI passa a ser dirigida por alguns indigenistas e sertanistas que tinham larga experiência de campo, entre estes: Apoená Meireles, Sidney Possuelo, Cláudio Romero e Dinarte Medeiros (Idem). Contudo, nesse período ainda eram restritos os espaços oficiais para a inclusão da participação política dos grupos indígenas nos rumos e decisões que compunham a política indigenista oficial. Numa fase posterior, a Fundação passa a ser dirigida por advogados, como por exemplo, Júlio Gaiger, Sullivan Silvestre e Carlos Marés de Souza, um ex-deputado federal, Márcio Santilli, e um ex-senador, Márcio Lacerda. Todos, como aponta Mércio Gomes (Ibidem), indivíduos com ampla experiência junto aos movimentos sociais brasileiros, que promoveram a defesa de muitas causas indígenas.

Contudo, o processo mais intenso no sentido de renovação e reestruturação da FUNAI se inicia efetivamente mais recentemente, com a administração da Fundação pelo antropólogo Márcio Meira. A proposta de reestruturação da FUNAI foi apresentada pelo então presidente, na 3ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), realizada em outubro de 2007, em Brasília. Em dezembro de 2009 ocorre a edição do Decreto nº 7.056 que aprova o novo estatuto e quadro de cargos em comissão da FUNAI. Adiante no item 7.1.2. deste estudo será mais bem descrito o processo de reestruturação pelo qual a FUNAI passa atualmente.

Como demonstrado acima, a história moderna da política e da legislação indigenista brasileira após a Constituição de 1988, está caminhando no sentido de ampliar os espaços e mecanismos efetivos para a participação indígena. Se o “Estatuto do Índio” representa a existência da ideologia assimilacionista no Brasil a Constituição brasileira de 1988 representa uma ruptura em relação a esta perspectiva política - legal uma vez que reconhece o direito à diferença e o status multiculturalista do Estado brasileiro. Ao assumir o caráter pluriétnico da nação brasileira, a Constituição de 1988 deveria fazer com que a atuação do Estado em relação a esses grupos se fundamentasse no entendimento de suas formas específicas de ver e conhecer o mundo. Impõe-se à administração do Estado o abandono da visão etnocêntrica começando pelos projetos de desenvolvimento nacional que não podem mais desprezar as demandas específicas dos grupos nativos. A constituição de 1988 faz este reconhecimento de forma explícita, designando e determinando ao Estado o dever de garantir o direito dos índios de manter sua identidade étnica e suas formas de organização social, costumes, línguas, crenças e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

O texto da Constituição de 1988 exige do Estado uma total inversão de suas ações historicamente voltadas para a integração dos índios que passam a ser vistos como cidadãos etnicamente diferenciados (Brand, 2002: 31). Contudo, as alterações nos códigos legais não se traduzem necessariamente em mudanças imediatas nas práticas administrativas. Tem sido bastante freqüente o descompasso entre o texto das leis e as políticas implementadas nas comunidades. Apesar dos avanços políticos em relação aos povos indígenas, em muitos casos, ainda é restrita a melhora nas condições objetivas do exercício da cidadania para estes grupos. Logo, é necessário estabelecer não só o direito, a competência e a legitimidade, mas também, como sugere o advogado Carlos Marés (2002), a obrigação do Ministério Público de defender os direitos indígenas quando forem violados, inclusive quando o violador for o próprio Estado. Nessa direção, a prática política voltada para os povos nativos deve se fundamentar no entendimento de que a chamada “questão indígena” não ocupa um espaço secundário na cena política brasileira. Deve ser pensada de maneira ampla e articulada, mas, não subordinada, a muitos dos problemas considerados mais significativos política e economicamente: à questão agrária, ao problema estratégico das fronteiras e à questão ambiental.

7.1 ESTADO, ONGs E ETNO-ASSOCIAÇÕES

A partir de 1990 há uma reformulação da política indigenista brasileira. Este processo produz uma série de redefinições das articulações entre as populações indígenas e as estruturas institucionais do Estado Nacional e a própria sociedade brasileira. Tal transformação se deve, sobretudo, a redefinição mais ampla do papel do Estado orientada para a redução de suas atribuições, através de programas de privatização e terceirização. Neste processo, houve certo esvaziamento político e orçamentário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (INESC: 2000). Somado a isso, ocorre o reconhecimento de um terceiro ator atuando entre o Estado e a população civil: as chamadas “organizações não - governamentais” (ONGs).

As ONGs passam a ser protagonistas nos processos de definição e implementação de certas políticas consideradas não mais funções exclusivas do Estado. Consolida-se uma política indigenista não estatal praticado por ONGs, igrejas, organismos e agências internacionais de cooperação. Neste contexto, outro elemento que contribuiu para as mudanças da política indigenista oficial foi a expansão da criação, por parte dos povos indígenas, de associações de caráter político voltadas para a promoção da defesa dos direitos e encaminhamento das demandas específicas destes grupos ao governo brasileiro.

Segundo o antropólogo Bruce Albert (2000) o fenômeno de multiplicação das associações indígenas, no Brasil, durante os anos de 1970-1980, tem sua origem na inter - relação de diversos processos sociopolíticos mais amplos tanto em âmbito nacional, quanto internacional. No cenário nacional, um evento que contribuiu para a proliferação de organizações políticas indígenas, foi a promulgação da Constituição de 1988, que passou a garantir a possibilidade destas associações se organizarem juridicamente. O segundo fator importante, assinalado por Albert no âmbito nacional foi a retração da gestão estatal direta da “questão indígena” no país (restringindo-se, quase que inteiramente à problemática das demarcações dos territórios indígenas).

No contexto internacional, um fator central que contribui para a multiplicação das associações indígenas foi a internacionalização das “questões ambientais” e dos direitos das minorias ao longo dos anos 1970 e 1980, junto ao crescente processo de cooperação entre ONGs com agendas ambientalistas e sociais na formulação de projetos que articulassem objetivos voltados para a conservação ambiental e o desenvolvimento local. Em meio a este enredo, soma-se o fato das agências de cooperação internacionais passarem a proporcionar apoio para a consolidação de organizações indígenas através de “apoio técnico e financeiro”, assim como apoio para o Governo, visando incentivar a criação de mecanismo nacionais básicos de apoio a

projetos de “desenvolvimento indígena”. Nessa direção, como argumenta o antropólogo Ricardo Verdum:

“No Brasil, observa-se que as agências de cooperação internacional, bilaterais e multilaterais, assim como, algumas ONGs internacionais, progressivamente passaram a influir nas políticas indigenistas do Estado nacional no sentido de uma maior liberalização política, bem como na forma de incorporação dos povos e organizações indígenas nas políticas de desenvolvimento nacional e integração regional” (Verdum, 2006: 92)

A primeira Assembléia realizada pelo movimento indígena ocorreu em 1974, em Diamantino, Mato Grosso. Desde então as organizações indígenas vêm buscando garantir a inclusão da participação indígena nas políticas públicas do Estado. Entre os temas de maior destaque nas agendas das organizações políticas indígenas estão a defesa dos territórios, a saúde e educação.

Mais recentemente, a instalação da chamada “Comissão Nacional de Política Indigenista” (CNPI), em agosto de 2007, visa ampliar a participação dos povos indígenas na elaboração de políticas públicas. A maior parte do conselho da Comissão é composta por representantes indígenas. Este processo demonstra como, pouco a pouco, o indigenismo nacional passa a abrir brechas para incluir as demandas desses grupos diferenciados, tornando-se também um espaço de construção de políticas dos índios.

Com efeito, o movimento indígena organizado busca uma maior atuação dos povos indígenas em empreendimentos voltados para os seus interesses, possibilitando que sejam agregados a estes suas opiniões, opções e entendimentos. Assim, a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) pode ser entendida como um indicativo da maior abertura do indigenismo à participação indígena.

A CNPI integra a estrutura do Ministério da Justiça, e foi criada com o intuito de incluir diretamente representantes políticos dos povos indígenas nas discussões sobre política indigenista do governo federal, sendo assim, ela é composta de representantes indígenas de diferentes regiões do país, do governo e de entidades da sociedade civil. As funções previstas para Comissão são, entre outras: propor diretrizes e prioridades da política nacional indigenista; definir formas de monitoramento e de orientação da ação dos órgãos federais que atuam como indigenistas; sugerir atualizações para a

legislação; acompanhar as atividades parlamentares; incentivar a participação indígena e apoiar a capacitação técnica indigenista².

A criação de uma Comissão dessa natureza é uma antiga reivindicação do movimento indígena, sua atuação está baseada nos princípios de respeito à diferença estabelecido com a promulgação da Constituição de 1988. Nesse sentido, se o conceito de assimilação e o projeto de integrar os povos indígenas à sociedade nacional eram as expectativas políticas do governo até 1988, a partir da Constituição, é reconhecido oficialmente o direito às diferenças. A abordagem das problemáticas indígenas, pelo menos legalmente, não são mais traduzidas em termos de “integração”, mas de convívio com a diversidade na sociedade nacional.

Um importante evento ocorrido no âmbito da CNPI foi o já citado anúncio da proposta de reestruturação da FUNAI em reunião da Comissão realizada em outubro de 2007, em Brasília. O presidente da FUNAI, Márcio Meira, apresentou uma proposta de renovação por meio da implementação de um novo desenho institucional, que inclui desde um plano de cargos e salários atualizado, novos servidores empossados até a implementação de uma estrutura física remodelada. Márcio Santilli (2010) resume as principais renovações previstas no plano de reestruturação:

“Em 28 de dezembro passado, o presidente Lula editou o Decreto nº 7.056, que aprova o novo estatuto e quadro de cargos em comissão da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), reestruturando o órgão. Suas atribuições ficaram melhor definidas, num contexto em que vários outros órgãos da administração têm competências estabelecidas em relação às demandas indígenas, com foco na proteção de direitos, reconhecimento e provimento de terras e na gestão dessas terras. A FUNAI continuará dispondo de três diretorias que comporão, com a presidência, o seu conselho diretor. As 45 AERs – atuais Administrações Executivas Regionais – são transformadas em 36 Coordenações Regionais Provisórias. Com isto, se reduz a dispersão administrativa atual e, como essas unidades estão diretamente ligadas à presidência do órgão (sem instâncias intermediárias), deverá ficar facilitada a sua articulação com a administração central. Foi extinta a antiga figura dos postos indígenas e criada a de “coordenação técnica local”. A idéia é dotar as regiões com profissionais

² Fonte: Centro de Trabalho Indigenista: www.trabalhoindigenista.org.br-Comissão.

técnicos capacitados a apoiar a autonomia indígena na gestão dos seus territórios e não se restringir aos serviços assistencialistas. Essas coordenações regionais passarão a ter uma igual estrutura de cargos comissionados, com um pequeno fortalecimento em relação à estrutura atual. A proposta de reestruturação projeta um quadro funcional de pouco mais de cinco mil servidores, com um acréscimo de 3.100 em relação ao quadro atual, estando definida a realização de concurso público para 425 novos funcionários em 2010. Este quadro ampliado, quando preenchido, dotaria as unidades regionais de um número bem maior de servidores que o atual.”

Importante enfatizar que em relação às mudanças na gestão da FUNAI geradas pelo Decreto nº 7.056 para re-estruturação da Fundação, está previsto o modelo da gestão participativa. Nesse sentido, a FUNAI deverá criar Comitês Regionais que serão formados por coordenadores regionais, assistentes técnicos, chefes de divisão e de serviços e representantes indígenas locais que estejam capacitados para colaborar nas definições para políticas públicas de proteção e gestão territorial dos povos indígenas, assim como, no estabelecimento de articulações políticas entre a Coordenação regional e outros órgãos do governo nos níveis municipal, estadual e federal, no sentido de promover o desenvolvimento indígena (ISA, 2010)³. Como indicado no artigo produzido pelo Instituto Socioambiental (Idem) a gestão participativa é um dos pontos fortes no processo de reestruturação e que necessita ser melhor detalhado e discutido com as organizações indígenas. Nessa direção é argumentado no artigo que:

“A implementação dos mecanismos de participação e controle social indígena, como os Comitês Regionais, são fundamentais para que as mudanças na FUNAI realmente ocorram.”

A criação da Comissão Nacional de Políticos Indigenistas e o decreto para a reestruturação da FUNAI, podem ser entendidos como esforços recentes no sentido de ampliar, concretamente, o reconhecimento legal de incluir o direito às diferenças socioculturais nos processos de formulação e execução de políticas públicas para os povos indígenas e garantir institucionalmente a participação política dos povos nativos culturalmente diferenciados. Este é um ponto-chave para a consolidação eficaz de ações públicas voltadas para os povos indígenas, assim como para um efetivo Estado democrático.

³ Fonte: “Mudanças na organização da Funai geram conflitos”. In notícias socioambientais. Disponível em - <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3027>

No item a seguir, é apresentado um panorama mais detalhado sobre a situação dos povos indígenas no Brasil em relação às condições de saúde, educação e gestão territorial. Nessa direção, são debatidas as principais ações de políticas públicas indigenistas, nesses campos, desenvolvidas nos últimos anos.

7.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA POVOS INDÍGENAS: SAÚDE, EDUCAÇÃO E GESTÃO ECONÔMICA-AMBIENTAL DE TIs

Neste item serão apresentados os principais desafios políticos e as principais ações públicas que contemplam os grupos indígenas brasileiros nas áreas da saúde, educação e gestão territorial. Desta forma, se pretende observar a atenção que os órgãos governamentais responsáveis dedicam aos índios no Brasil. As políticas públicas discriminadas a seguir, são desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Educação (MEC), e são voltadas especificamente para populações indígenas.

7.2.1 SAÚDE DE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Com o processo de colonização europeia no século XVI uma série de novas doenças, até então desconhecidas, como a varíola e formas letais de tuberculose, foram introduzidas entre os povos nativos do Brasil causando a morte de milhares de indígenas. Junto ao processo de conquista, foram instaladas as novas fronteiras das missões religiosas, em especial as jesuítas.

A disseminação da tuberculose, por exemplo, tem estreita relação com a implantação destas missões (Barreto Lins Verani: 1999). Desde este período inicial do contato entre europeus e indígenas até o início do século atual, quando a chamada "questão indígena" passou a ser abordada por meio de uma política oficial de "pacificação" e "assistência" laica operacionalizada pelo Estado, a assistência à saúde do índio era um complemento assistencial dependente da política de catequese, ou do uso da medicina tradicional indígena (Idem).

Somente a partir do início do século XX, mais especificamente com a instituição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, a assistência à saúde dos povos indígenas passou a ter uma atenção oficial do Estado a nível nacional. Ao longo do tempo, foi ficando cada vez mais evidente que a população indígena demandava uma estrutura específica para o atendimento aos seus problemas, em particular os de saúde, devido aos seguintes fatores:

1. Culturais e operacionais - como áreas de difícil acesso e que sofrem pressões (ambientais e sociais) decorrentes de frentes econômicas predatórias -;
2. Epidemiológicos - como falta de “memória imunológica” dos grupos de contato recente para as doenças infecciosas que causam altos índices de mortalidade – e;
3. Por motivos políticos, em decorrência da discriminação social e de visões estereotipadas dos indígenas como "selvagens" e "preguiçosos" que até a atualidade persistem em muitos contextos de relações interétnicas entre povos indígenas e a sociedade envolvente.

Em 1967, o antigo SPI foi substituído pela FUNAI, nesse contexto, o governo passa a realizar ações esporádicas de saúde por meio das chamadas Equipes Volantes de Saúde (EVS's) criadas em cada delegacia regional da FUNAI. Quanto a este arranjo, argumenta Viana (2005), “o *Ministério da Saúde colaborava com o controle das principais endemias e a FUNAI assinou, ao longo dos anos, convênios com entidades governamentais e não governamentais de modo a remediar a falta de estrutura adequada.*” Contudo, em função de ingerências políticas e administrativas externas assim como da progressiva escassez de recursos financeiros, esta atividade foi sendo reduzida até ser paralisada.

Em 1986, com a realização da I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, o movimento sanitário indigenista reafirma a necessidade de implementação de um sistema de atenção diferenciada que garanta aos povos indígenas o acesso aos serviços de saúde e, simultaneamente, a sua *participação* nas políticas de saúde. Neste mesmo evento é apresentado, pela primeira vez, o modelo dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 são estabelecidas por meio do artigo 198 as regras gerais do Sistema Único de Saúde (SUS). Com isto, a gestão do SUS deve ser exercida pelo Ministério da Saúde. Contudo, no âmbito do SUS não estava estabelecido a forma como a saúde das populações indígenas seria integrada ao Sistema (Barreto Lins Verani: 1999).

No ano de 1991, é conferida base legal para a política indigenista proposta na I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio. O novo decreto que dispunha sobre as atividades de saúde, determina alguns elementos para um novo modelo assistencial baseado nos princípios do SUS que deveria ser coordenado pela recém-criada Fundação Nacional de Saúde (FNS), em conjunto com a FUNAI e com organizações religiosas, universidades, centros de pesquisa e organizações indígenas e indigenistas. Assim, a responsabilidade pela coordenação das ações de saúde para as populações indígenas é transferida da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o

Ministério da Saúde (MS). Como argumenta Rosalen (2008), esta fase de transferência de boa parte da assistência à saúde indígena da FUNAI para o MS, que culminou com a formulação inicial dos DSEIs - período que se estendeu de 1990-1998 -, foi explicitamente marcada pela relação conflituosa entre estes dois atores institucionais pelo controle da saúde indígena.

O primeiro DSEI criado foi o Distrito Sanitário Yanomami (DSY), no Amazonas e Roraima.

Em 1993, com a realização da II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, é reafirmada a defesa pelo modelo dos DSEIs para a execução da atenção à saúde dos povos indígenas. Neste encontro foi proposto que os DSEIs deveriam estar ligados diretamente aos Ministérios da Saúde, tendo suas respectivas administrações executadas por Conselhos de Saúde com a participação de representantes indígenas. Neste modelo, o Governo Federal foi designado como instância responsável pela saúde indígena do país. Contudo, deveriam existir contribuições complementares dos estados, municípios e de outras organizações e instituições não governamentais e governamentais (Vianna, 2005: 132).

No ano de 1994, ocorre a devolução da coordenação da saúde indígena à FUNAI. A Fundação Nacional do Índio assume a responsabilidade da recuperação dos indígenas doentes e o Ministério da Saúde as ações de prevenção (Idem). Apenas no ano de 1999, com a chamada “Lei Arouca” é instituído o Subsistema de Atenção À Saúde Indígena. Neste cenário, a atenção à saúde indígena volta a ficar a cargo do Ministério da Saúde que passa a ter a responsabilidade de estabelecer as políticas e diretrizes para a promoção, prevenção e recuperação da saúde do índio.

As ações envolvidas nestes processos passam a ser de responsabilidade da FUNASA. Numa estratégia que visava a descentralização dos serviços de atenção, são criados 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs ao redor do país, sendo que estes funcionariam por meio de convênios estabelecidos com organizações da sociedade civil, associações indígenas e indigenistas e com alguns municípios.

Um aspecto fundamental do modelo dos DSEIs diz respeito à participação social nas políticas de saúde. Nos conselhos dos DSEIs, representantes das populações indígenas participariam das decisões das políticas voltadas para eles. Contudo, tal participação depende muito da situação de organização política dos grupos indígenas e de sua capacidade de se articularem politicamente frente às demandas do contato.

Os grupos indígenas possuem trajetórias históricas distintas na sua relação de contato com a sociedade envolvente. Pode-se dizer, de modo geral, que o maior tempo de

contato com a sociedade nacional leva a uma melhor compreensão por parte dos povos indígenas sobre o Subsistema de saúde, suas regras, códigos e práticas. Contudo, é preciso enfatizar, que o maior tempo de contato não implica necessariamente em melhores condições de acesso aos serviços de saúde por parte destes povos.

No contexto nacional, há uma grande diversidade de configurações, regionais e locais, das relações dos povos indígenas com o Subsistema de saúde. Assim a participação indígena na política de saúde não se dá de maneira uniforme ao redor do Brasil. Importante salientar, que ainda há uma forte resistência do movimento indígena para a municipalização dos serviços do Subsistema previsto por lei desde 2007. Isto se deve justamente porque as organizações indígenas acreditam que, se, nos conselhos distritais a participação indígena no controle social da saúde enfrenta uma série de obstáculos, nos conselhos das prefeituras, tendo que lidar com os interesses e disputas das elites políticas locais - muitas vezes conflitantes com as demandas indígenas - a representatividade dos povos nativos nesses espaços de negociações políticas seria ainda menor.

Além disso, para não se reproduzir a histórica assimetria política existente nas relações entre os povos indígenas e as estruturas oficiais do Estado nacional no espaço do Subsistema de Saúde, o protagonismo indígena deve ser estimulado e garantido tanto por meio da atuação política do controle social das políticas de saúde quanto por meio da inclusão das práticas culturais dos povos nativos neste sistema.

Em 2004 são estabelecidas as novas diretrizes da saúde indígena e a FUNASA retoma a execução direta do atendimento, reduzindo a participação e o papel das organizações conveniadas, que passaram a ter como uma das suas principais atribuições a contratação e administração de pessoal. Quanto a este cenário analisa Athias:

“(...) observa-se na prática dos DSEIs, a fragmentação das ações, principalmente naqueles distritos, onde a execução é feita por mais de uma organização conveniada apresentada à FUNASA sua proposta anual de trabalho e esses planos nem sempre são compatibilizados em um único plano distrital de saúde... nos DESEIs, onde o convênio (ou seja, a execução das ações), se dá entre prefeitura e FUNASA, cabe à primeira contratar e manter os profissionais e à FUNASA prover os insumos para a execução. Essa prática leva, muitas vezes, a não realização das ações, pois os mecanismos de articulação

entre gestor local (as secretarias de saúde) e a FUNASA são frágeis, e, sobretudo desarticulados, provocando complicações no entendimento sobre a responsabilidade sanitária... Por outro lado, em várias ocasiões, a FUNASA não dispõe de recursos para prover os insumos necessários a atenção básica que deveriam ser repassados aos municípios conveniados. Nesse sentido continua em jogo a necessária mudança na estrutura administrativa. Os Distritos deveriam ser transformados em unidades gestoras locais, de acordo com a legislação vigente.” (Athias, 2005: 3).

O autor citado resume os principais problemas associados à implementação do Subsistema, e às dificuldades e desafios associados à sua gestão pela Fundação Nacional da Saúde (FUNASA). Os principais desafios ocorrem em relação aos convênios firmados com as organizações que realizam o atendimento local, assim como, os relacionados aos impasses burocráticos que podem acarretar, muitas vezes, em atrasos e demoras nos repasses de recursos, fazendo com que comunidades sofram com a falta de remédios e médicos disponíveis.

Mais recentemente, em março de 2010, o presidente Lula assinou ato transferindo o atendimento da população indígena da Funasa para a Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde⁴. Com o novo órgão, o atendimento nas aldeias sai das mãos da Funasa e passa a funcionar no âmbito do Ministério da Saúde, esvaziando, assim, a fundação⁵.

Como explicado acima, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas se baseou nos princípios da descentralização, universalidade, equidade, participação comunitária e controle social. A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) criou uma rede de serviços em terras indígenas, desde 1999, para prover acesso e aceitabilidade ao SUS pelos povos indígenas. Neste modelo de atenção à saúde das populações indígenas, fica estabelecida a necessidade de levar em consideração as especificidades culturais e epidemiológicas destes povos. Para que tal modelo de atenção se consolidasse, a elaboração da Política foi realizada, com a participação de órgãos responsáveis por políticas de saúde e ação indigenista do governo, de organizações da sociedade civil organizada. A Política Nacional se baseia no princípio da participação indígena em todas as suas etapas de consolidação: da formulação, implantação, avaliação e aperfeiçoamento.

⁴ Fonte: O Globo, 25/3/2010, Panorama Político, p.2.

⁵ Fonte: Correio Braziliense, 26/03/2010, artigo - “Nova secretaria de saúde indígena esvazia Funasa”.

Como ponto chave deste modelo de atenção, foram criados os, já referidos, Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis), que ficaram responsáveis pelas atividades técnicas e pelas medidas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e práticas sanitárias. Sendo suas atribuições o monitoramento de ações de saúde dirigidas aos povos indígenas, no sentido de que haja uma articulação desta com os sistemas tradicionais indígenas de saúde e promovendo uso adequado de medicamentos. Os distritos sanitários são, ainda, responsáveis por prestar assistência farmacêutica para a saúde indígena, a partir da aquisição, estoque, controle e distribuição de medicamentos. Nos Dseis atuam equipes multidisciplinares, enquanto Agentes Indígenas de Saúde atuam diretamente nas comunidades.

O conjunto de Terras Indígenas relativas à área de estudo deste componente são atendidas por três DSEIs:

- As TIs Jarudoré, Tadarimana, Umutina, Sararé e Paukalirajausu são atendidas pelo DSEI Cuiabá - MT;
- A TI Karitiana é atendida pelo DSEI Porto Velho - RO e;
- As TIs Tubarão Latundê e Vale do Guaporé são atendidas pelo DSEI Vilhena - RO/MT.

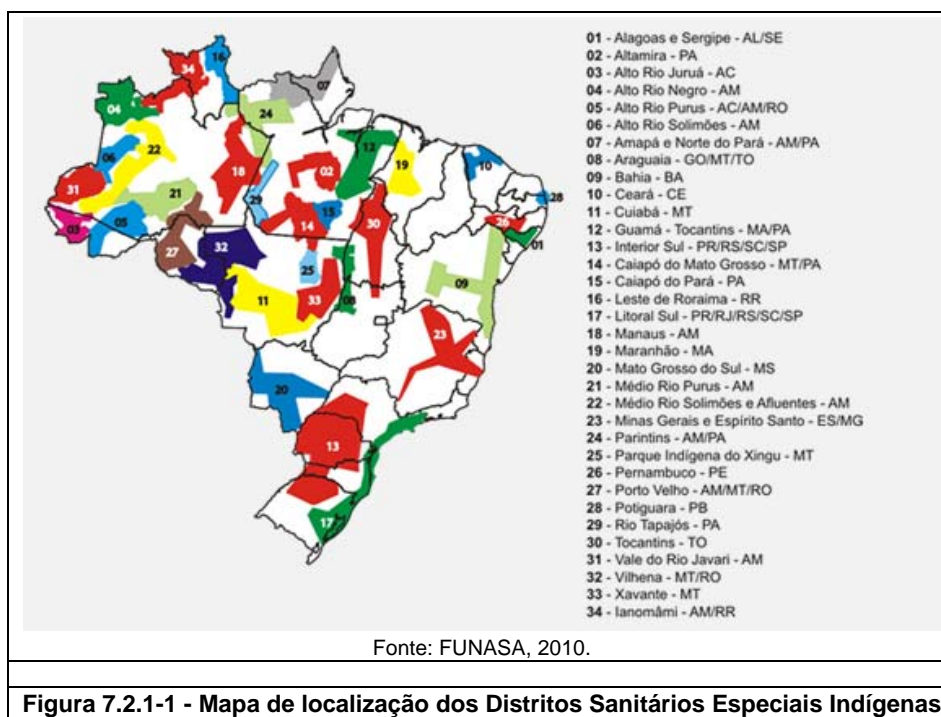
Estes DSEIs correspondem respectivamente aos números 11, 27 e 32 do mapa de localização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas elaborados pela FUNASA (ver **Figura 7.2.1-1**). Não foram encontrados dados sobre qualquer tipo de assistência médica prestada para a TI Tanaru habitada por um indígena em situação de isolamento. Em relação à Referência nº 45 (Bom Futuro), não há nenhuma atividade no campo da saúde sendo realizada naquela região, pois a Referência ainda está em processo de pesquisa. Quanto a TI do Rio Omerê, no site do ISA foi encontrada a informação de que há uma equipe médica e odontológica que realiza visitas mensais naquele território⁶.

Nesse contexto adverso, a cultura de muitos grupos indígenas do sul de Rondônia permanece com esparsa documentação até os dias de hoje e seu destino, como atesta o antropólogo Luiz Fernando Machado de Souza (responsável pelo relatório de identificação da TI Omerê), encontra-se ameaçado, sobretudo pelas invasões madeireiras em terras de ocupação tradicional indígena... Foi erguido um acampamento da Funai na entrada de uma das reservas de florestas, às margens de um pequeno igarapé afluente do Omerê. Uma equipe médica e outra odontológica passaram a fazer visitas mensais regulares à aldeia e uma assistente de enfermagem,

⁶ Informações confirmadas pelos Relatórios da FPEA Guaporé.

apta a primeiros socorros, faz plantão no acampamento durante três semanas mensais contínuas."⁷

Segundo dados recentes do documento intitulado “Relatório de Saúde da Terra Indígena Omerê” de outubro de 2009, há presença de dois técnicos de enfermagem que se revezam na TI. A equipe do Pólo Base da FUNASA de Vilhena presta auxílio no atendimento aos indígenas, sendo que já ocorreu de os indígenas realizarem exames e ficarem internados nos hospitais nos municípios de Corumbiara, Cacoal e de Cerejeira. Contudo, o deslocamento desses indígenas por meio do carro foi muito custoso para eles fisicamente, causando fortes náuseas e perda de equilíbrio. Segundo o mesmo relatório, há a intenção por parte do DSEI de Cacoal em auxiliar na melhoria da assistência de saúde aos habitantes do Omerê. O intuito é de providenciar a construção de um Posto de Saúde com motor para geração de energia e de um poço semi-artesiano, além de providenciar a vinda de equipe radiológica em caso de necessidade evitando, assim o deslocamento até a cidade. Além da intenção de efetuar estas melhorias por parte do DSEI de Cacoal, responsável pela área, o documento informa que já existe um contrato firmado com a FUNASA para que seja usado um helicóptero para deslocamento em caso de emergência. O relatório afirma ser fundamental para a boa atenção a saúde dos índios do Omerê, o diálogo mais efetivo entre a equipe da saúde e os indígenas e os seus técnicos.



⁷ Trecho retirado do site do ISA do artigo disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kanoe/341>

Além dos Dseis, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas conta com Pólos Base (PB) que são a primeira referência para os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) que atuam diretamente nas aldeias, podendo situar-se numa comunidade indígena ou município de referência. Em outra escala de atuação estão os Postos de Saúde (PS) que servem de apoio aos Pólos Base. Já as Casas de Apoio à Saúde do Índio (CASAI) devem fornecer o apoio aos indígenas que são encaminhados à rede do SUS. Os indígenas podem dormir na CASAI e recebem alimentação.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas tem como finalidade implementar os seguintes programas:

- Saúde da Mulher e da Criança: As ações de atenção à saúde da mulher são focadas no controle do pré-natal, parto e puerpério, prevenção do câncer de colo de útero e de mama, prevenção de DST's/HIV/AIDS. Em relação à saúde de crianças, o foco é no acompanhamento do crescimento de crianças até 5 anos de idade, com imunização e controle de doenças (como diarreias e doenças respiratórias agudas).
- Vigilância alimentar e nutricional: Destina-se a conhecer e monitorar a situação alimentar de crianças até 5 anos de idade e gestantes, nas Dseis.
- Saúde Bucal: Desde 2008, os Dseis prestam assistência à saúde bucal, distribuindo escovas e cremes dentais e trabalhando no sentido de educação para uso de fio dental. Os Dseis contam com cadeiras odontológicas.
- Vigilância e Controle da Malária: A FUNASA, desde 2007, assumiu a tarefa de controle da malária em áreas indígenas, distribuindo insumos estratégicos e priorizando a melhoria no diagnóstico e tratamento. Alguns Dsei fornecem vacinação de rotina, e há perspectiva de aquisição de seringas, agulhas, caixas térmicas e termômetros para ação de imunização. De acordo com dados da FUNASA, o Estado de Rondônia foi o único da Amazônia Legal que não conseguiu reduzir o número absoluto dos plasmódios (protozoário causador da Malária), enquanto Mato Grosso registra alto índice de Plasmodium falciparum.
- Vigilância Ambiental: Engloba atividades que pretendem observar fatores biológicos de risco à disseminação de agravos e doenças, assim como a proposição de medidas para sanar as condições de instalação de vetores transmissores de doenças. A FUNASA faz acompanhamento e controle de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) e Leishmaniose Visceral (LV),

Dengue, Doença de Chagas, Oncocercose, Tracoma e acidentes com animais peçonhentos.

- Saúde Mental Indígena: Alguns Dsei apresentam tratamento para prevenção contra suicídios, assim como pesquisa de casos de consumo abusivo de álcool e demais drogas.
- Assistência Farmacêutica: Destinada a apoiar ações de saúde demandadas por uma comunidade. Fornece medicamentos, assim como acompanha e avalia sua utilização, difunde informações sobre os medicamentos e promove constante educação dos profissionais de saúde, paciente e comunidade.
- Acidentes com Animais Peçonhentos: Na medida em que boa parte de seus alimentos são oriundos de atividades extrativistas, caça e pesca, as populações indígenas ficam expostas a tais acidentes e conseqüentemente há alta incidência destes, sobretudo envolvendo serpentes. O desmatamento desordenado e garimpo intensificam a ocorrência de tais agravos. O Programa pretende a alocação de recursos para a Vigilância Ambiental dos fatores biológicos, assegurar insumos básicos, assim como aprimorar os dados epidemiológicos.
- Doenças Não Transmissíveis: Visa definir estratégias de promoção de saúde e prevenção de doenças e agravos não transmissíveis. As principais perspectivas são de articulação com Estados e Municípios para implantação deste programa em todas as comunidades indígenas; Capacitar recursos humanos para atender esta nova demanda; Assegurar aporte de recursos financeiros e humanos para a nova atividade.

Quanto à questão do saneamento, a FUNASA, integrante do componente de infraestrutura social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é responsável, na esfera federal, por alocar recursos para sistemas de abastecimento de água, melhorias sanitárias e habitacionais, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos urbanos, atuando em municípios com população inferior a 50.000 habitantes, comunidades quilombolas e povos indígenas.

A seguir, com base em dados disponíveis na Rede Nacional de Estudos e Pesquisas em Saúde dos Povos Indígenas (RENISI) e em documentos do Ministério da Saúde⁸ são descritas informações específicas sobre os DSEIS de Cuiabá, Porto Velho e

⁸ Documentos do Ministério da Saúde, com dados do período de 1999-2001 sobre os DSEIs de Porto Velho, Cuiabá e Vilhena estão disponíveis em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/distritos.pdf>; <http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/cuiaba.pdf>; <http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/portovelho.pdf>; <http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/vilhena.pdf>.

Vilhena. As informações disponíveis no estudo de 2009 intitulado: “Avaliação das Estratégias Loco-regionais de articulação entre os níveis de atenção a saúde: o caso Pólo Base Rondonópolis (DSEI Cuiabá)⁹” também contribuíram para este item do Estudo.

O DSEI Cuiabá tem sua sede na cidade de Cuiabá e possui 5 Pólos Base localizados nas cidades de: Brasnorte, Chiquitano, Cuiabá, Rondonópolis e Tangará da Serra (RENISI, site consultado em 26.03.2010).

O DSEI Cuiabá abrange as comunidades das seguintes TIs do TR

- TI Tadarimana (Rondonópolis), que utilizam a CASAI e Pólo Base de Rondópolis;
- TI Umutina (Barra do Bugre), que utilizam a CASAI e Pólo Base de Cuiabá;
- TI Jarudoré (Poxoréu) que utilizam a CASAI e Pólo Base de Rondonópolis.

A execução das Ações de Atenção Básica de Saúde se dá em parceria com as Organizações Não Governamentais - Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano e do Meio Ambiente (TRÓPICOS), por meio de convênios. A rede de Atenção Básica é constituída por 3 Equipes Multidisciplinares distribuídas nos Pólos-Base.

A atenção básica é realizada por intermédio de dez Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), sendo que a elas estão integrados os 45 Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e os 28 Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN)¹⁰. Todos estes profissionais são contratados pelas seguintes conveniadas: Operação Amazônia Nativa (OPAN), Halitinã e UNISELVA/UFMT, e atuam em 31 Postos de Saúde (PS) localizados nas aldeias. Dos PS os usuários são encaminhados a um dos cinco Pólos-Base de Saúde (PB).

Ainda constituem parte da organização do DSEI Cuiabá-MT, três Casas de Saúde do Índio (CASAI), localizadas nos municípios de Cuiabá, Rondonópolis e Tangará da Serra, que devem garantir o acolhimento, alojamento e alimentação dos pacientes e acompanhantes, a prestação de serviços de enfermagem, além de providenciar a regulação dos mesmos na rede do SUS.

⁹Estudo de autoria de Dall'Acqua Vargas, K.; Vieira Weiss, M.C.; Misoczky, M.C., 2009. Painel 35 apresentado no II Congresso Consad de Gestão Pública. Disponível em: <http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00000119.pdf>.

¹⁰ FUNASA, 2005 In: Dall'Acqua Vargas, K.; Vieira Weiss, M.C.; Misoczky, M.C., 2009

Este é um distrito bastante complexo devido ao atendimento que presta para diferentes etnias indígenas, que habitam territórios distintos e possuem tradições e práticas culturais específicas e diferentes entre si.

Os programas de saúde priorizados neste DSEI são os seguintes¹¹:

- Vigilância Nutricional;
- Implantação do Programa de Saúde da Mulher e Programa de Saúde da Criança;
- Redução de incidência de infecções respiratórias agudas;
- Redução de Incidência de Diarréia;
- Controle das Doenças Imunopreveníveis;
- Controle das DSTs/AIDS garantindo a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das DSTs/AIDS nas aldeias, uso abusivo de álcool e drogas;
- Controle das Doenças Transmitidas por Vetores;
- Programa de Saúde Bucal;
- Garantir o controle e acompanhamento de portadores de hipertensão arterial e de Diabetes e;
- Assistência Farmacêutica

O DSEI Porto Velho, com o município sede em Porto Velho, possui 5 Pólos Base: Alta Floresta, Guajará Mirim, Humaitá, JI-Paraná, Porto Velho¹².

Entre as TIs deste componente, o DSEI Porto Velho atende a comunidade da TI Karitiana (Porto Velho), que frequenta a CASAI e Pólo Base de Porto Velho.

A execução das ações de Atenção Básica de Saúde é realizada em parceria com a Organização Não Governamental Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e sul do Amazonas – CUNPIR, mediante convênio. A rede de atenção básica é composta por Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena localizados nos Pólos-Base de Guajará Mirim, Ji-Paraná, Humaitá e Alta Floresta D'Oeste.

¹¹ FUNASA, 2007 In: Dall'Acqua Vargas, K.; Vieira Weiss, M.C.; Misoczky, M.C, 2009

¹² RENISI, site consultado em 26.03.2010

O DSEI Vilhena, com o município sede em Cacoal, possui 4 Pólos Base: Aripuanã, Cacoal, Juína e Vilhena (RENISI, site consultado em 26.03.2010). Com base nos municípios referentes a cada TI do TR, o DSEI Vilhena atende as etnias das:

- TI Tubarão Latundê (Chupinguaia),
- TI Sarare/Paukalirajausu (Nova Lacerda),
- TI Vale do Guaporé (Comodoro),
- TI Pequizal (Nova Lacerda),

As comunidades dessas TIs usam a CASAI e o Pólo base de Vilhena. Há também um ponto de referência para atendimento em Comodoro. A execução das ações de saúde foi realizada em parceria com a Organização Não Governamental Proteção Ambiental Cacoalense – PACA, mediante convênio. A rede de Atenção Básica é composta por Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena localizadas nos Pólos-Base de Cacoal, Vilhena, Juína e Aripuanã.

Finalmente, como apontado acima, ainda existem obstáculos a serem superados para que a Política de Saúde dos Povos Indígenas tenha seu modelo operacionalizado de modo eficiente, para alcançar a qualidade e equidade para a qual foi desenhada. Nesse sentido, a operacionalização da Política ainda sofre muitas críticas. De acordo com a matéria de Emerson Souza¹³ - membro do Programa Pindorama da PUC-SP – a assistência da FUNASA é insuficiente, faltando médicos, transportes e remédios, causando a morte de indígenas em muitas regiões do país.

Outro artigo, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)¹⁴, faz referência a omissão, descaso e má utilização de recursos públicos. Relata, ainda, que comunidades indígenas reclamam da ausência de equipes de saúde nas aldeias. Mais um artigo do CIMI¹⁵, relata a invasão de terras indígenas por fazendeiros no Mato Grosso, causando a morte de crianças Xavante, enquanto em Rondônia aponta para o descaso da FUNASA perante o alastramento de doenças infecto-contagiosas. Segundo Frederico de Miranda Oliveira¹⁶, a assistência à saúde indígena em todo o país deixa muito a desejar, destacando problemas políticos dentro da FUNASA que causam entraves às ações dos órgãos de saúde.

¹³ Disponível em: <http://projeto-pindorama.blogspot.com/2009/05/funasa-e-saude-indigena-politica-do.html>

¹⁴ Disponível em: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28459>

¹⁵ Disponível em: <http://www.consciencia.net/2006/0316-saude-indigena.html>

¹⁶ Artigo publicado na agênciabrasil, disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/04/15/materia.2008-04-15.8562786322/view>

7.2.2 EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Com a Constituição brasileira de 1988 passa a ser estabelecido e reconhecido o direito dos povos indígenas de manterem suas práticas e tradições culturais, línguas, e crenças e de se manterem enquanto grupos diferenciados indefinidamente. A Constituição também reconhece explicitamente que os grupos indígenas possuem o direito de utilizar suas línguas maternas na escola bem como seu processo próprio de aprendizagem. Quanto a este cenário da educação indígena na atualidade, comenta o antropólogo:

"(...) lideranças e organizações indígenas tem se mobilizado para garantirem o direito de continuarem existindo como comunidades distintas, portadoras de tradições culturais e instituições políticas próprias e pelo domínio dos territórios e dos recursos ali existentes, preservados ao longo de suas gerações. Nesse processo, a reivindicação de uma escola diferenciada, que permita a valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais e facilite o acesso a conhecimentos universais, ganhou sentido e tornou-se uma das principais bandeiras de luta de várias organizações indígenas (...) ao Estado não cabe impor modelos prontos, mas oferecer os meios para que os povos indígenas possam formular livremente e sem constrangimento seus projetos de escola" (Donisete, 2001: 88-91).

Os processos da sociedade envolvente na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para os povos nativos, nos diversos campos, incluindo a educação, necessitam cada vez mais aprimorar espaços efetivos para a participação de representantes indígenas, no sentido de garantir a participação política desses grupos minoritários.

Até o momento, é possível dizer que houve um avanço referente às conquistas legais obtidas pelos povos indígenas, tanto no campo do reconhecimento e valorização de seus modos de vida, como também na consolidação do direito a uma escola diferenciada. A Constituição assegura, aos povos indígenas, por meio do seu artigo 210 o uso de suas línguas maternas e dos seus processos particulares de aprendizagem, sendo designada ao Estado a responsabilidade de proteger e garantir a existência de tais práticas socioculturais.

Nesse contexto, a escola indígena pode funcionar como um importante instrumento para fortalecer os povos nativos frente aos desafios que enfrentam junto à sociedade envolvente, garantindo acesso a tipos de conhecimentos do universo não indígena, por exemplo, a matemática e a língua portuguesa escrita, que podem garantir maior autonomia e capacidade de defesa para esses grupos na sua relação com a sociedade não indígena. A escola indígena, nesse sentido, se construída de forma participativa, pode contribuir enormemente para a autodeterminação desses povos. Nessa direção argumenta a antropóloga Aracy Lopes da Silva:

"Hoje, as escolas, como instrumento para a compreensão da situação extra-aldeia, e o domínio de conhecimentos e tecnologias específicos que elas podem favorecer estão incorporados a maioria das pautas de reivindicações de povos indígenas no país. Hoje, também, as possibilidades efetivas de criação de uma escola indígena diferenciada, com um papel importante na construção de diálogos interculturais e projetos políticos e de autogestão econômica, tecnológica, cultural e lingüística por grupos indígenas específicos, são preceitos igualmente estabelecidos na legislação e nas políticas públicas educacionais brasileiras." (Lopes da Silva, 100: 2001).

A seguir são indicados alguns dos marcos políticos e legais mais importantes na construção do processo de consolidação da educação indígena no Brasil.

No ano de 1993, ocorreu a transferência da responsabilidade pela educação escolar indígena da FUNAI para o Ministério da Educação. Nesse processo, também se consolidou a integração da educação indígena ao sistema nacional de ensino. No mesmo ano foi criada no âmbito do Ministério da Educação uma Coordenação geral de Apoio as escolas indígenas. Tal instância passou a ser responsável pela avaliação de projetos de escolas indígenas, pela formação de professores índios, assim como, pela produção de material didático específico. Além dessas atribuições, a Coordenação geral também, em certos casos, financia projetos junto às escolas indígenas.

Ainda em 1993, foi criado o chamado Comitê de Educação Escolar Indígena, um órgão de caráter consultivo constituído por representantes indígenas e da sociedade civil organizada. Ainda no ano de 1993 foram estabelecidas as diretrizes para a Política Nacional de Educação Indígena, junto ao Ministério da Educação. Como partes deste processo, no nível estadual, foram criados em diversas localidades do país os Núcleos de Educação Indígena (NEIs). Estes núcleos foram idealizados como espaços voltados para o debate público e a participação das comunidades indígenas locais e regionais,

de representantes da sociedade civil organizada assim como de membros da academia trabalhando com educação indígena.

Apesar desses avanços legais e dos instrumentos políticos voltados para a consolidação de uma educação específica aos indígenas que seja participativa e democrática, a realidade brasileira apresenta diferentes experiências concretas no campo da educação para povos nativos. O acesso às informações e aos direitos relativos à educação indígena se dá de maneira muito distinta entre os povos nativos. Há no cenário nacional ampla diversidade nas condições escolares para os grupos indígenas e na maneira que estes grupos enxergam o papel das escolas na suas vidas. Contudo, de modo geral, a relação dos povos nativos com a instituição escolar pode ser descrita segundo as palavras da pesquisadora Lopes da Silva:

"(...) a história indígena recente no país revela a educação escolar indígena como foco de reivindicações étnicas porque é percebida como lugar para a construção de processos de autonomia e para exercício do direito a diferença, direito este que tem sido entendido por setores do movimento indígena como estratégia eficaz de combate a desigualdade social no contexto mais geral e de toda a sociedade brasileira." (Lopes da Silva, 104: 2001).

Quanto à implementação prática da educação escolar indígena, o pagamento do trabalho realizado por professores índios ou não índios, o fornecimento da merenda escolar e uma parte do material didático, são atribuições que ficam, no geral, a cargo das prefeituras. A seguir serão descritos programas existentes na área da educação escolar indígena e eventos relativos a este campo ocorridos, especificamente, nos estados de Rondônia e Mato Grosso.

Na execução das ações voltadas para a educação indígena do Ministério da Educação (MEC), desenvolvidas pela Secretaria de Educação Continuada, a "Alfabetização e Diversidade", do Ministério da Educação (SECAD-MEC), promove a:

- Formação de professores indígenas de nível médio por meio de apoio técnico e financeiro aos cursos de formação;
- Formação de professores em nível superior, com objetivo de garantir a oferta de educação escolar em nível fundamental e médio nas comunidades indígenas;
- Produção de material didático em línguas indígenas, bilíngüe ou em português;

- Promoção do Controle Social (em articulação com a FUNAI) e;
- Apoio financeiro à construção e manutenção de escolas indígenas.

Outra ação pública associada a temática da educação é o Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena. Esta iniciativa visa beneficiar alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em escolas de educação indígena da rede pública com, no mínimo, uma refeição diária. Participam do programa as secretarias de educação dos Estados, Prefeituras Municipais, Estabelecimentos de Educação Indígena Federais e o Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

Em contexto regional, em maio de 2009 ocorreu a última Conferência Regional de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso, com participação de representantes de povos Nambikwara, Bororo, Paresi, Terena, dentre outros. Em julho do mesmo ano, ocorreu a Conferência Regional de Educação Escolar Indígena de Rondônia, com a participação de representantes de diversos povos, tais como Aikanã, Kwazá e Karitiana. A partir destas conferências, que contaram com participação de organizações como FUNAI, FUNASA, Secretarias de Educação, etc., foram produzidos documentos com diversas propostas apresentadas na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em Brasília.

A I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), cujo tema central em debate foi “Gestão territorial e Afirmação Cultural” ocorreu em setembro de 2009. Segundo dados do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) os cinco eixos temáticos da Conferência Nacional foram: educação e territorialidade, políticas pedagógicas da escola, ciência pedagógica e a pedagogia indígena, gestão e financiamento da educação, participação e controle social e, diretrizes para a educação escolar indígena.

No encontro foi consolidado um conjunto de compromissos para o desenvolvimento da Educação Escolar Indígena, baseados nos encaminhamentos produzidos pelas conferências regionais, como as supracitadas, e foram apontados entraves que dificultam a efetividade do direito indígena à educação, assim como a própria qualidade da educação escolar oferecida. Dentre os impasses, constam: O Regime de Colaboração, que segmenta os territórios indígenas em diferentes gestões administrativas; a perseverança e imposição de modelos pedagógicos pré-existent, impedindo a autonomia pedagógica e gerencial das escolas indígenas; Insuficiência de espaços de interlocução intercultural – com presença de lideranças indígenas - para formulação e acompanhamento das ações educacionais indígenas; Permanência de desigualdades no acesso à educação escolar de crianças, jovens e adultos indígenas;

Não aplicação de recursos públicos disponíveis na melhoria do funcionamento das escolas indígenas.

No campo de ações públicas relacionadas à educação indígena, ainda é possível citar o Projeto Tucum realizado em parceria da FUNAI com a Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (SEDUC), visando formar e capacitar professores indígenas, levando em consideração as experiências práticas dos índios. Segundo site do SEDUC¹⁷:

“o projeto TUCUM, cujo nome é homenagem a uma palmeira da região muito utilizada pelos índios, tem como objetivo formar e capacitar professores indígenas, em nível de magistério, levando em consideração não só as teorias, como as experiências práticas da vida indígena. Esta característica alia ao processo de conhecimento as experiências práticas da vida indígena. O projeto tem um currículo intercultural, diferenciado, bilíngüe e específico, que abrange desde conteúdos de culturas indígenas até conhecimentos que interessam à continuidade e à transformação dos grupos. O curso é desenvolvido em etapas: uma etapa intensiva, uma intermediária, e um estágio supervisionado na aldeia“.

No entanto, de acordo com relatório do CIMI¹⁸, a SEDUC não vem cumprindo seu papel de formação de professores indígenas.

Nesta linha de curso, há também outra iniciativa, o Projeto 3º grau Indígena que faz parte do Programa de Formação de Professores Indígenas e teve sua formulação debatida no Estado do Mato Grosso desde o final da década de 1990. De acordo com o site da Secretaria de Educação do Estado de MT, este projeto tem por finalidade a formação de professores indígenas que possam lecionar no ensino fundamental como um todo e na área de sua formação específica: Ciências Matemática e da Natureza; Ciências Sociais ou Línguas, Artes e Literatura¹⁹.

¹⁷ Site do SEDUC consultado em 20.03.2010: www.seduc.mt.gov.br

¹⁸ Disponível em: <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=2053&eid=244>

¹⁹ Sobre esta iniciativa, conferir: <http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=126&parent=125>

7.2.3 GESTÃO ECONÔMICA-AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

No Brasil as Terras Indígenas (TIs) representam uma extensão geográfica maior do que as Unidades de Conservação (UCs), sendo estas áreas, de modo geral, as que contêm territórios mais intactos, funcionando como barreira ao desmatamento em diversos lugares, como no Alto Xingu e no Noroeste do Mato Grosso (F. Ricardo, 2004).

Na região Amazônica, foi demonstrado através da análise de fotografias de satélite²⁰, o desempenho no impedimento de queimadas e desmatamento de áreas onde não é permitida a ocupação humana (representadas na pesquisa por parques, reservas biológicas e estações ecológicas) e por áreas habitadas (territórios indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais). Os territórios indígenas, que somados cobrem um quinto da Amazônia brasileira, demonstraram alta funcionalidade frente à ocorrência de queimadas e desmatamento. Este resultado foi encontrado mesmo em regiões onde as fronteiras das TIs estão cercadas por espaços desmatados. Isto demonstra que além da importância social e cultural das terras indígenas elas cumprem de fato um papel central na conservação ecológico-ambiental da Floresta Amazônica (Ver **Itens 5.1.4.1, 5.2.2.2.5.1, 5.2.5.1, 5.3.4.1 e Item 5.4.6** – Pressões do desmatamento no entorno das TIs).

A manutenção do papel das terras indígenas na preservação do meio ambiente está diretamente relacionada ao debate sobre as possibilidades e obstáculos políticos atuais para a gestão econômico-ambiental dessas porções específicas do território nacional. No Brasil, tal cenário envolve desde atores e financiamentos de origens locais até atores e recursos internacionais. O antropólogo Bruce Albert sintetiza com clareza este cenário:

“Durante os anos de 1970-1980, as sociedades indígenas começaram a conquistar um espaço no cenário político nacional contemporâneo. Nos anos 1990, elas viram este espaço se expandir em escala mundial e se desdobrar em um leque de novas potencialidades sócio-econômicas. Os índios da Amazônia não têm mais como único referencial econômico pós-contato o modelo predatório da fronteira local ou o modelo agrícola neocolonial do indigenismo tutelar (os “Projetos de Desenvolvimento Comunitário” da FUNAI). O processo de descentralização e a interligação crescente do local ao global, fora da mediação do Estado, põem hoje ao seu alcance um

²⁰ Conferir o estudo: Nepstad, Schwartzman, Bamberger, Santilli, Ray, Schlensinger, Lefebvre, Alencar, Prinz, Fisk, Rolla, 2006.

universo complexo de fontes de financiamento, recursos técnicos e canais de decisão, desde o município até o Banco Mundial” (Albert, 2000).

Nesse contexto de retração do Estado, de expansão de novas formas políticas de organização indígena e multiplicação das oportunidades de apoio (financeiro, técnico, político, etc.) para estes grupos, as sociedades indígenas no Brasil estão na atualidade expostas a novos desafios relacionados à administração de complexas redes sócio-políticas - internas e externas - a fim de garantir acesso a fontes de financiamentos de programas sociais diferenciados, que correspondam as suas demandas específicas – entre elas, ocupa papel central na realidade destes grupos, a gestão econômico-ambiental dos seus territórios (Ricardo, 2002, 2004; Cleary, 2004).

Os esforços públicos atuais não conseguem solucionar todas as dificuldades enfrentadas pelos povos nativos. Não apenas porque os financiamentos vindos destes projetos não conseguem resolver todos os problemas estruturais enfrentados por estas populações, mas também, pelo desafio que representa a construção de um modelo de planejamento efetivo para a gestão das Terras Indígenas.

Em relação a este contexto, a seguir serão debatidos os esforços públicos atuais para a gestão das Terras Indígenas.

As informações sobre projetos federais indigenistas são bastante dispersas. Além das fontes oficiais, há pelo menos dois trabalhos que reúnem bons mapeamentos das ações governamentais relacionadas ao manejo e proteção de Terras Indígenas: publicado em 2000 - *Políticas públicas para povos indígenas uma análise a partir do orçamento* - produzido pelo INESC²¹ e publicado em 2005 - *Políticas públicas relacionadas aos povos indígenas no Brasil: processos e iniciativas em curso* - produzido pelo PDPI, programa que será apresentado adiante. No mapeamento realizado pelo PDPI foi apontada uma crescente fragmentação em relação às políticas públicas para povos indígenas no Brasil: “existem somente no âmbito federal, inúmeras iniciativas dispersas, setorializadas e, muitas vezes, sobrepostas e desarticuladas entre si” (Idem: 8). São estas as características que predominam no cenário oficial de ação pública indigenista. O problema da gestão econômica - ambiental de Terras Indígenas, envolve a discussão sobre política indigenista ambiental. Contudo, como apontado acima, não há um plano federal integrado para este assunto.

²¹ O INESC ou Instituto de Estudos Socioeconômicos é uma ONG criada em 1979 que trabalha com monitoramento e avaliação de políticas pública: <http://www.inesc.org.br>.

De maneira geral, atualmente as ações públicas em apoio à construção de alternativas econômicas para os povos indígenas são caracterizadas por duas linhas de financiamento bastante distintas:

1. Uma denominada de “apoio a projetos produtivos”, desenvolvida pela FUNAI, através de financiamento público. Na maioria das vezes, esses recursos são utilizados para compra de sementes, insumos e equipamentos agrícolas usados, geralmente, nas próprias roças das comunidades e, eventualmente, para a geração de excedentes que possam ser comercializados regionalmente. São atividades de baixa geração de renda enquanto alternativas econômicas. Das TIs consideradas pelo TR deste componente, segundo o relatório de gestão da FUNAI do ano de 2008, as TIs Umutina e Tadarimana haviam sido beneficiadas com este tipo de recurso para “preparo e plantio de 20 hectares de terras pelos índios em sistema tradicional coletivo e familiar” em cada um desses territórios (FUNAI, 2008: 113; 160). A TI Sararé, segundo dados do mesmo documento foi beneficiada com recursos para “preparo e plantio de 08 hectares de terras pelos índios em sistema tradicional coletivo e familiar” (Idem: 113). A TI Karitiana recebeu este tipo de recurso para “cultivar 45 hectares de roça nova, com 5 hectares consorciada com fruteiras; beneficiamento e comercialização de 50 sacos de farinha e criação de 150 galinhas caipiras” (Ibidem: 159).

2. A outra linha de ação pública de apoio a projetos alternativos para povos indígenas, de origem mais recente, são os chamados “fundos públicos para projetos”. Este segundo tipo de intervenção recebe recursos repassados diretamente para instituições públicas e organizações não-governamentais. Em sua grande maioria, esses fundos são desenvolvidos com recursos de doação ou financiamento internacional, direcionados aos projetos classificados como de “desenvolvimento sustentado”. A principal experiência para povos indígenas que se encaixa nesta segunda linha de ação é o PDPI (Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas) voltado exclusivamente ao apoio a projetos em áreas indígenas. Os fundos de projetos abertos aos povos indígenas, apesar de ainda serem iniciativas rudimentares, parecem ser um importante instrumento de ação pública, e se envolverem a participação ativa das comunidades indígenas em todas as etapas desses projetos, podem vir a ser importantes mecanismos para financiar ações que visem a manutenção pós-demarcatória dos territórios indígenas. A seguir são listadas as ações públicas indígenas da atualidade desenvolvidos pela FUNAI, os chamados Projetos Especiais.

No campo da gestão territorial, o Projeto Integrado de Proteção Às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) esta vinculado à Coordenação Geral de Projetos Especiais da FUNAI, este projeto pretende preservar os recursos naturais das populações indígenas por meio da demarcação de terras indígenas na Amazônia

Legal. O PPTAL foi criado exclusivamente para o financiamento de demarcações e vigilância das fronteiras de territórios indígenas. O PDPI, como será visto adiante, foi elaborado para complementar as atividades do PPTAL em Terras Indígenas no sentido de fornecer recursos e apoio técnico para a gestão econômica-ambiental das TIs.

Quanto aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre os principais programas desse ministério ligados a gestão territorial, estão a Carteira Indígena, que é realizado em parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esta iniciativa objetiva promover a segurança alimentar e nutricional em conjunto com o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas. Segundo informações oficiais, os projetos são elaborados e apresentados, prioritariamente, por associações e comunidades indígenas. Os projetos devem ser relativos a atividades que envolvam produção (sustentável) de alimentos, beneficiamento e comercialização de produção agroextrativista e artesanato, etc. Foi Criado em 2004 como parte do “Programa Fome Zero”, é uma parceria entre o MDS e o MMA. Segundo nota do MMA:

“a proposta geral é atuar em situações em que coexistem degradação ambiental e insegurança alimentar, através do financiamento de projetos que visem a produção alimentar (eventualmente acompanhada de comercialização) e outras atividades de agro-extrativismo”²².

Seguindo na temática das políticas públicas voltadas para a gestão territorial de TI, será apresentada a história das iniciativas do PPG7, PPTAL e PDPI.

No Brasil, a partir da década de 1990 houve um processo de redefinição das políticas públicas relacionadas às questões ambientais. Com a Eco-92 o discurso do “desenvolvimento sustentável” se popularizou e as demandas ambientais passam a ser emolduradas pela retórica da “sustentabilidade” (Miraglia: 2007). Neste período, o movimento ambientalista brasileiro, associado a grupos do movimento social nacional, criou a idéia de um modelo de desenvolvimento denominado “socioambiental”.

Um importante marco da consolidação da retórica socioambiental foi a articulação na Amazônia brasileira entre povos indígenas e populações tradicionais com ajuda de grupos da sociedade civil nacional e internacional, que resultou na criação da Aliança dos Povos da Floresta (Santili: 2005).

A retórica do socioambientalismo amazônico reivindica, desde seu surgimento, ações públicas que atendam as demandas sociais e ambientais das populações que

²² Site do MMA consultado em 20.03.2010- <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=138>

tradicionalmente foram vítimas do modelo desenvolvimentista. Isso envolveria, sobretudo, a implementação de programas e ações públicas voltadas para o desenvolvimento rural da região, além de ações que garantissem uma repartição socialmente justa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais da floresta entre as comunidades locais (Idem).

Em 1992 o Banco Mundial criou um fundo para financiar um projeto denominado “Programa de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras” (PPG7). A maior parte do financiamento deste fundo vem do Grupo dos Sete e da União Européia. O PPG-7 é composto por quatro subprogramas: (1) Políticas de recursos naturais, (2) Projetos demonstrativos, (3) Manejo de recursos naturais e (4) Unidades de Conservação.

Os primeiros projetos do PPG7 foram aprovados no ano de 1994 e começaram a ser executados em 1995. Em 1999 o Programa passou por um processo de revisão de meio termo por meio do qual foi elaborado um plano para uma segunda fase de atuação, que segundo dados oficiais do Ministério do Meio Ambiente, tiveram início em 2003 com duração prevista até o presente ano de 2010. Segundo texto do MMA²³:

"A partir de 1999, os resultados alcançados pelos subprogramas e projetos em execução e as discussões decorrentes das dificuldades surgidas na implementação desencadearam um processo de revisão de meio termo do Programa Piloto. Este processo delimitou de forma clara os objetivos do Programa e estabeleceu o ponto de partida para a discussão e preparação de uma segunda fase, a ser iniciada em 2003 e que deverá se estender até 2010."

Segundo dados do MMA, o objetivo central do Programa Piloto é contribuir para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a conservação dos recursos naturais e para promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira e na Mata Atlântica. No Brasil, a coordenação do PPG-7 ocorre por meio de uma comissão inter-ministerial composta pelos Ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, IBAMA, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), entre outros.

No âmbito do PPG-7 foram criados alguns subprogramas. Entre estes, as iniciativas voltadas para os povos indígenas foram o PPTAL - "Projeto Integrado de Proteção às Populações e às Terras Indígenas da Amazônia Legal" e o PDPI - "Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas da Amazônia Legal".

²³ Site consultado em 13.03.2010 : <http://www.mma.gov.br/ppg7/>.

Em relação ao PPTAL, este programa nasce entre os anos de 1991-1992 com o intuito de contribuir junto a FUNAI para soluções no sentido de cumprir o prazo constitucional das demarcações das Terras Indígenas, prazo que venceria em 1993 (Nobre Mendes, 2002). Nas palavras do autor citado:

"O PPTAL foi desenhado com o objetivo principal de ajudar a concluir o processo de demarcação, ao menos tocante à Amazônia Legal... Além dessa questão da demarcação, o projeto se propôs desde o início a apoiar as populações indígenas na defesa e gestão de seus territórios" (Idem, 37-38)

Um dos grandes diferenciais resultantes das ações do PPTAL foi ter introduzido o elemento participativo nos processos de identificação e demarcação dos territórios indígenas. Esta foi desde o princípio do projeto uma das suas metas centrais, que se tornou também procedimento do PPTAL: buscar incluir o máximo possível a participação indígena na demarcação de seus territórios. No início da implementação do PPTAL, pode-se indicar como um caso bem sucedido de demarcação participativa a experiência da TI Waiãpi, localizada no estado do Amapá, que se deu por meio da parceria entre o povo indígena Waiãpi, a FUNAI, a Cooperação Técnica do governo alemão (GTZ) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), ONG com ampla experiência de trabalho naquela área (Ibidem).

Também no âmbito do PPG7, mais especificamente em relação à gestão de recursos naturais por povos indígenas, foi criado o já citado subprograma "Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas da Amazônia Legal" (PDPI). Este projeto foi elaborado com seu foco de ação voltado para os povos indígenas da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão) para receberem apoio técnico e financeiro do Governo Brasileiro em parceria com agências de cooperação internacional, como dos governos alemão e britânico. O PDPI foi iniciado em 2001 e foi elaborado em decorrência da percepção de que a demarcação das Terras Indígenas não resolvia o conjunto de problemas que os povos indígenas enfrentam. A demarcação das TIs é uma solução para a situação jurídico-legal dos territórios tradicionalmente ocupados pelos índios, mas isso apenas não garante que estas terras terão condições apropriadas que viabilizem sua durabilidade econômica, política, ambiental ou cultural. Como muitos pesquisadores e ativistas indigenistas argumentam, a integridade das terras demarcadas depende também da capacidade das comunidades indígenas em gerir os seus recursos naturais. Diante desta constatação, o PDPI apresentou como proposta apoiar iniciativas

locais que fossem voltadas à gestão pós-demarcatória das TIs. Segundo texto oficial do Ministério do Meio Ambiente²⁴:

"O PDPI - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas é um programa do governo brasileiro que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas da Amazônia Legal brasileira, fortalecendo sua sustentabilidade econômica, social e cultural, em consonância com a conservação dos recursos naturais de seus territórios.

Quanto as TIs que fazem parte do TR deste componente, apenas poucas já tiveram projetos financiados pelo PDPI. Mais recentemente, a TI Umutna teve um projeto aprovado no ano de 2009, para receber apoio de recursos do PDPI. Em Rondônia foi criado o projeto Atenção e Vigilância dos Povos Indígenas por meio da mobilização da CUNPIR - Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas. O projeto foi elaborado com o intuito de proteger os limites das TIs, especialmente, de territórios em Rondônia, que são muito freqüentemente sujeitos a invasões²⁵. No ano de 2005 na TI Tubarão Latundê, havia o Projeto de fortalecimento cultural e vendas dos artesanatos das mulheres indígenas Aikanã e Latundê. Tal iniciativa foi proposta junto ao PDPI pela Associação Massaká dos povos indígenas Aikanã, Latundê e kwazá. Em Maio de 2009 foi realizada em Manaus a XIV reunião da comissão executiva do PDPI, esta comissão analisou 31 projetos indígenas e aprovou 28 iniciativas. Entre estas, esta o projeto da Associação Indígena Umutina- OTOPARÉ denominado o Papel tradicional das Mulheres Indígenas nas aldeias, Valorização Cultural. O valor solicitado foi de R\$ 249.392,00 + CP, R\$ 100.257,00 – R\$ 349.649,00, e tem a duração prevista de 24 meses. (COIAB, idem).

O encerramento do PDPI está previsto para este ano de 2010. Segundo o site da COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, entre os principais desafios do término deste projeto será a sistematização e a divulgação dos resultados alcançados com o desenvolvimento das ações do Projeto no sentido de influenciar decisões mais amplas sobre as Políticas Públicas Indigenistas²⁶.

²⁴ Site consultado em 12.03.2010 <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=24>

²⁵ Site do Ministério da Justiça consultado em 22.03.2010 - <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD0E56FE7ITEMID8368F95A11F7469A938D7>

²⁶ Site da COIAB consultado em 21.03.2010-<http://www.coiab.com.br/coiab.php?dest=show&back=artigo&id=385&tipo=A&pagin>

Índice

8.	EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS E DE INTEGRAÇÃO	1/89
8.1	EMPREENDIMENTOS DE REDE DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA LEGAL	1/89
8.1.1	INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL (IIRSA).....	2/89
8.1.2	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	11/89
8.1.2.1	PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC I	12/89
8.1.2.1.1	EMPREENDIMENTOS DO PAC PARA O ESTADO DE RONDÔNIA 12	
8.1.2.1.2	EMPREENDIMENTOS DO PAC PARA O ESTADO DO MATO GROSSO....	22/89
8.1.2.2	SEGUNDA FASE DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC II	36/89
8.2	EMPREENDIMENTOS NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS	39/89
8.2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO PESQUISADOS	40/89
8.2.2	TRECHO 1 – TERRA INDÍGENA KARITIANA E REFERÊNCIA Nº 45 – BOM FUTURO.....	43/89
8.2.3	TRECHO 2 – TERRAS INDÍGENAS TUBARÃO LATUNDÊ E OMERÊ	47/89
8.2.4	TRECHO 3 – TERRAS INDÍGENAS VALE DO GUAPORÉ/PEQUIZAL E SARARÉ/PAUKALIRAJAUSU	52/89
8.2.5	TRECHO 4 – TERRA INDÍGENA UMUTINA	57/89
8.2.6	TRECHO 5 – TERRAS INDÍGENAS TADARIMANA E JARUDORÉ	58/89

8.3	AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SINÉRGICOS E CUMULATIVOS	61/89
8.3.1	CONCEITOS BÁSICOS	61/89
8.3.2	LEGISLAÇÃO APLICADA	62/89
8.3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70/89
8.3.3.1	ANÁLISE SINÉRGICA E CUMULATIVA	71/89
8.3.3.1.1	FASE 1 - MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA E DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES PLANEJADOS.	71/89
8.3.3.1.2	FASE 2 - IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS ORIUNDOS DIRETA OU INDIRETAMENTE DOS EMPREENDIMENTOS SUPRACITADOS 71	
8.3.3.2.1	LEVANTAMENTO DAS PRESSÕES SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS	72/89
8.3.3.2.2	VERIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS INDUTORES E IMPACTOS DECORRENTES/EMPREENDIMENTO.....	79/89
8.3.3.2.3	ELABORAÇÃO DE TIPIFICAÇÃO DOS IMPACTOS/EMPREENDIMENTO .	82/89
8.3.3.2.4	CARACTERIZAÇÃO IMPACTO/EMPREENDIMENTO/TRECHO 83	
8.3.3.1.3	FASE 3 - A PRODUÇÃO DA ANÁLISE DOS IMPACTOS SINÉRGICOS E CUMULATIVOS	86/89
8.3.4	ANÁLISE SINÉRGICA DOS IMPACTOS	87/89

8. EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS E DE INTEGRAÇÃO

8.1 EMPREENDIMENTOS DE REDE DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA LEGAL

Pensar o país através da proposta de desenvolvimento regional não é recente. Do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) a Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) se sucederam um conjunto de programas, projetos e planos envolvendo vultosos investimentos, particularmente no setor de infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, transporte e comunicação).

A região amazônica vem assumindo papel de destaque nessa discussão, especialmente frente ao seu potencial hídrico, florestal e de reservas minerais. O acesso ao mercado mundial, através de uma rede de infraestrutura mais ágil e eficiente, torna os Estados da Amazônia Legal estratégicos.

A consolidação do MERCOSUL e uma série de acordos bilaterais ou de progressiva adesão ao bloco regional sul-americano evidenciam que a Amazônia brasileira não poderá isolar-se da tendência mundial. As articulações de transportes e comunicações, e de processos produtivos entre os países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica¹ abre canais de acesso ao Pacífico e ao Caribe e, portanto, a novos mercados mundiais. A Amazônia, pela sua posição privilegiada, tenderá a desempenhar um papel fundamental para a integração da América do Sul setentrional e para uma futura integração continental. (Lourenço, 2003)

O cenário apresentado pelo pesquisador José Seixas Lourenço (2003) pode ser considerado “ideal” pensando-se na política externa, entretanto o mesmo apresenta limitações estruturais e notável vulnerabilidade social em termos de cenário local/regional. Fato este, comprovado nas severas críticas a projetos como a Usina de Belo Monte e o Complexo do Rio Madeira. Não há como negar que empreendimentos desta magnitude propiciam modificações nas áreas abrangidas pelos mesmos, alterações sociais, econômicas e ambientais. Da mesma forma, os mesmos provocam restrições na rotina de grupos de populações amazônicas, em especial indígenas e povos ribeirinhos.

Entender a configuração espacial dos empreendimentos pensados para o bloco regional sul-americano e em especial para a Amazônia brasileira permitirá identificar os

¹ O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em 3 de julho de 1978 pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento harmônico da Bacia Amazônica. (<http://www.octa.org.br>)

reflexos de tais obras nos ecossistemas e populações amazônicas. Da mesma forma, esta compreensão sinalizará possíveis impactos a médio e longo prazo. Outrossim, tal percepção torna-se prioritária para a análise de seus reflexos junto às populações indígenas que são impactadas por hidrelétricas, rodovias, linhas de transmissão e outros empreendimentos.

8.1.1 INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL (IIRSA)

Dentre o conjunto de empreendimentos que compõem a complexa rede de infraestrutura proposta para vários estados da Amazônia Legal destaca-se a iniciativa de **Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA)**.

A IIRSA surgiu da proposta de planejamento territorial cuja instauração era propiciada por Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), elaborados durante o governo Collor de Mello (1990-1992). Os ENIDs visaram a identificação de entraves que dificultavam o acesso e integração do território nacional à economia mundial. Os “canais de estrangulamento” identificados pelos ENIDs apresentavam duas vertentes principais:

- (a) Transportes cuja logística era indispensável para exportação de produtos agropecuários e agroindustriais. Assim, seus principais projetos estavam focados no fortalecimento e ampliação da malha ferroviária, na revitalização de hidrovias, ampliação de aeroportos e terminais fluviais além da reestruturação de rodovias.
- (b) Comunicação focada na idéia de aumentar a integração das regiões brasileiras, através de um sistema de telecomunicações ágil e eficiente.

A proposta de repensar o Brasil através de eixos e redes foi acolhida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, recém eleito, e incorporado em seu programa de governo, através do Planejamento Plurianual de Investimento (PPA) – de 1996-1999, conhecido como *Programa Brasil em Ação*.

Conforme supracitado, o novo governo adotou a idéia geral dos ENIDs, realizando uma releitura de seus pressupostos principais e atribuindo-lhe nova nomenclatura. Assim, surgiram os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs).

Segundo o IIRSA (2009):

“Os EIDs não são apenas espaços de referência para o comércio intrarregional ou internacional, pois assim seriam unicamente “corredores”. São espaços de referência para concentrar esforços que conduzam ao desenvolvimento sustentável, com base na infraestrutura. A idéia de gerar desenvolvimento “ao longo dos eixos” é um desafio mais amplo. Envolve não apenas transporte, mas também energia e comunicações, e implica articular à infraestrutura outras iniciativas que compõem o processo de desenvolvimento” (Promoção de sistemas produtivos, programas de meio ambiente, formação de capital humano, construção de capacidades institucionais e tecnológicas, etc.).

Nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2000 foi realizado o Encontro dos Presidentes da América do Sul, a convite do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Nesta reunião, os presidentes dos países sul-americanos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF) oficializam sua intenção de realizar uma proposta efetiva de Desenvolvimento Regional Integrado. Na Reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul, realizada em Montevidéu, em dezembro de 2000, esse compromisso se traduziu na formulação de um Plano de Ação, que estabeleceu as linhas de ação principais da IIRSA e se constituiu como marco de referência para o desenvolvimento de suas atividades. (IIRSA, 2009). No entanto, o input para a efetivação da iniciativa de integração da região amazônica com os países vizinhos foi iniciada apenas em 2004, no III Encontro dos Presidentes Sul-americanos, em Cuzco.

O cerne desta iniciativa foi a ampliação do comércio internacional através do desenvolvimento de uma visão regional pautada na caracterização econômica, comercial, social e ambiental da área de influência dos eixos de integração e desenvolvimento. Desta forma, ações que oportunizassem o encurtamento das distâncias intra e entre países, através de uma boa logística de transportes e comunicação foram consideradas fundamentais. Foi efetuado um arcabouço jurídico-administrativo com a finalidade de definir regras de importação e exportação. A IIRSA incorporou a variável energia às duas componentes (comunicação e transporte) inicialmente previstas pelos ENIDs.

A IIRSA adotou como estratégia de ação a espacialização do continente em dez EIDs: Eixo Andino; Eixo Peru-Brasil-Bolívia; Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná; Eixo de

Capricórnio; Eixo Andino do Sul; Eixo do Escudo Guayanés; Eixo do Amazonas; Eixo Interoceânico Central; Eixo Mercosul-Chile e Eixo do Sul.

Em 2004, conforme mencionado, a IIRSA foi efetivamente iniciada. Para tal, executou-se o ordenamento das ações e projetos em uma **Agenda de Implementação Consensual** (AIC) através da denominada Carteira de Projetos, estabelecida para o período de 2005-2010.

“Dos 510 projetos que constituem a carteira, e que requerem um investimento total de US\$ 74,5 bilhões, as nações que integram a IIRSA decidiram priorizar 31 projetos dentro de uma agenda de consenso”. (IIRSA, 2009).

Os projetos da IIRSA foram escolhidos através de cinco parâmetros principais: (a) adequação dos investimentos aos ecossistemas de cada região; (b) impactos transnacionais; (c) complementaridade entre os projetos, que em cada eixo estão organizados em torno de um determinado número de projetos âncora; (d) sinergias resultantes da interação direta e indireta entre os eixos; (e) geração de oportunidades de emprego e renda para os habitantes locais. (Araújo Jr., 2009)

Segundo o Ministério do Planejamento (2009) foram estabelecidos princípios orientadores para guiar as ações dos governos e das instituições financeiras, a saber:

- Regionalismo aberto – contempla a necessidade de reduzir ao mínimo as barreiras internas ao comércio, os gargalos na infraestrutura e nos sistemas de regulação e operação;
- Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) – dispõe sobre a organização do espaço sul-americano em faixas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais para promover o desenvolvimento de negócios e cadeias produtivas;
- Sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional – contempla o alcance da eficiência e efetividade nos processos produtivos, o impacto visível do crescimento econômico na qualidade de vida da população, o uso racional dos recursos naturais e conservação do patrimônio ecológico e a criação de condições de agentes públicos e privados participarem do processo de desenvolvimento e integração;
- Aumento do valor agregado da produção – contempla o melhoramento constante da qualidade e produtividade dos bens e serviços;

- Tecnologia da informação – dispõe sobre a superação das barreiras geográficas e operativas por meio de tecnologias de comunicação;
- Convergência Normativa – procura compatibilizar entre os Governos as regras que regem as atuações da iniciativa privada e promover a convergência de programas entre os países;
- Coordenação público-privada – contempla a coordenação e formação de lideranças compartilhadas entre o Governo e o setor empresarial privado.

Desta forma, segundo a IIRSA (2009), os 12 países² envolvidos identificaram: necessidades físicas, normativas e institucionais para o planejamento e implementação da integração da infraestrutura sul-americana, utilizando para isso três âmbitos diferenciados: a coordenação de planos e investimentos; a compatibilização e harmonização dos aspectos regulatórios e institucionais associados; e a geração de mecanismos inovadores de financiamento público e privado.

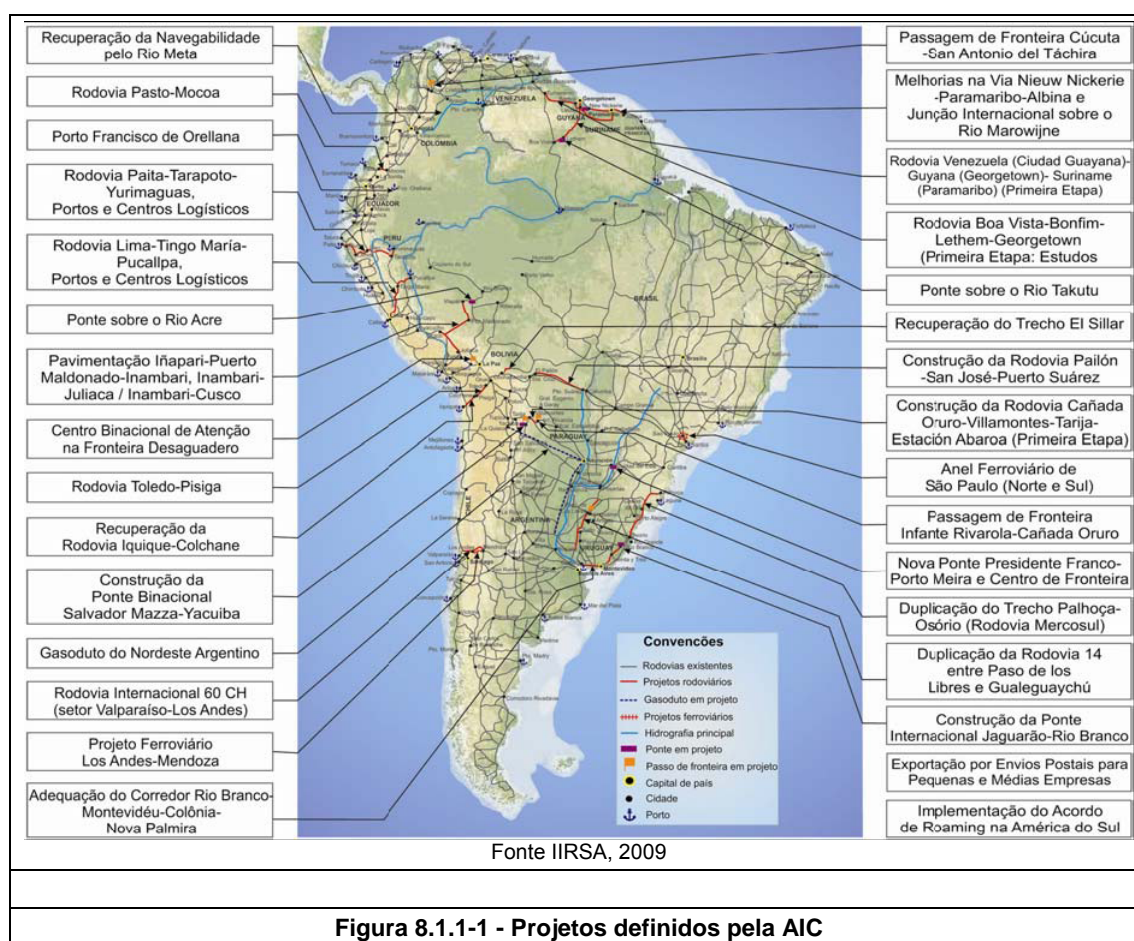
Quadro 8.1.1-1 - Número de Projetos por País e Eixo de Integração

Eixo País	Amazonas	Andino	Capricórnio	Do Sul	Esc. Guianense	Mercosul-Chile	Interoceânico	Hidrovia	Peru-Brasil-Bolívia	Total
Argentina	–	–	38	20	–	42	–	47	–	147
Bolívia	–	6	2	–	–	–	21	7	12	48
Brasil	7	–	7	–	9	24	14	13	8	82
Chile	–	–	11	7	–	17	11	–	–	45
Colômbia	6	28	–	–	–	–	–	–	–	34
Equador	21	19	–	–	–	–	–	–	–	40
Guiana	–	–	–	–	9	–	–	–	–	9
Paraguai	–	–	20	–	–	7	10	25	–	52
Peru	26	24	–	–	–	–	7	–	9	66
Suriname	–	–	–	–	10	–	–	–	–	10
Uruguai	–	–	–	–	–	30	–	12	–	42
Venezuela	–	13	–	–	7	–	–	–	–	20
Total	57	65	69	26	25	102	49	98	23	512

Fonte: <http://www.iirsa.org> (2009)

É importante reiterar que a maior parte das obras previstas pela Agenda de Implementação Consensual (AIC) da IIRSA encontra-se fora do Brasil e majoritariamente em áreas fronteiriças (IIRSA, 2006a). No entanto, a análise do quadro supracitado infere o segundo lugar em número de empreendimentos a serem realizados. A **Figura 8.1.1-1** evidencia os projetos prioritários definidos por esta agenda.

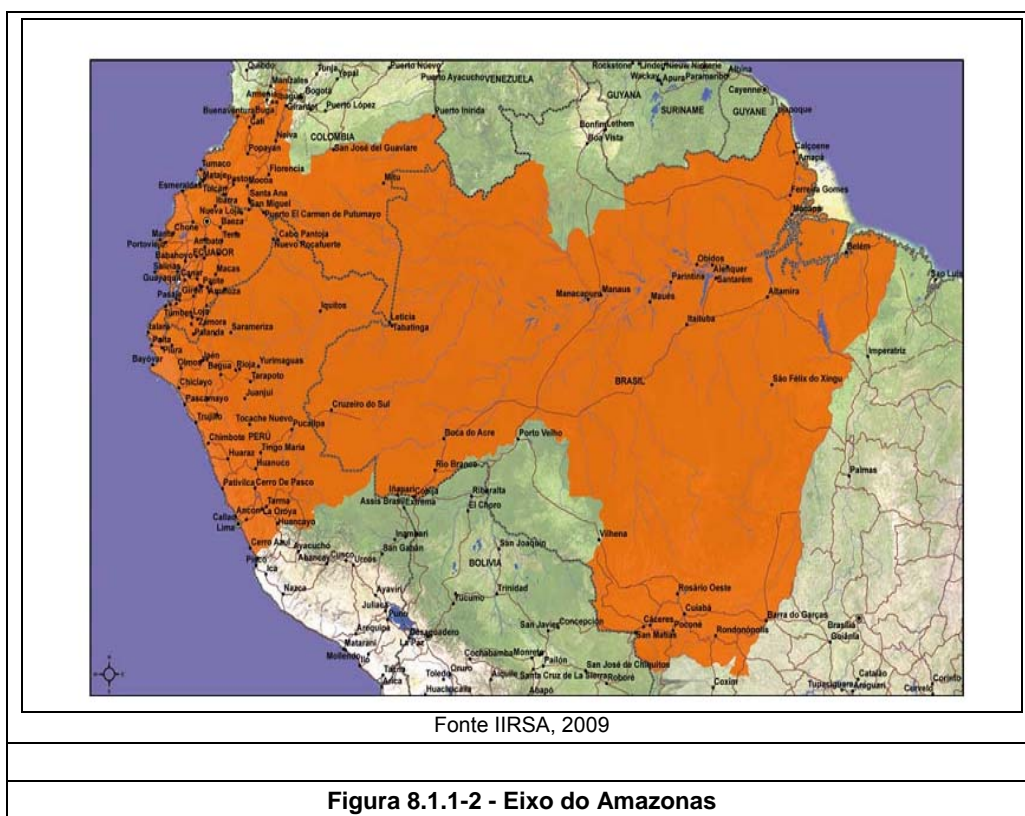
² Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.



O presente documento restringirá sua análise aos projetos instaurados nos Estados de Mato Grosso e Rondônia que venham a atingir direta ou indiretamente Terras Indígenas. Para tal, adotaremos como campo de investigação dois dos 10 eixos definidos pela IIRSA: o Eixo do Amazonas e Eixo Peru - Brasil – Bolívia, pois os mesmos abrangem diretamente a área de influência deste Estudo.

O documento *Planejamento Territorial Indicativo: Carteira de Projetos 2009* (2009) apresenta os eixos acima mencionados:

- **O Eixo do Amazonas articula Peru, Equador, Colômbia e Brasil** por meio de conexões intermodais que incluem a rede de hidrovias amazônicas. Este eixo potencializa a interconexão do interior do continente em especial o Pólo Industrial de Manaus, com a Bacia do Pacífico; propicia, ainda, a complementaridade entre litoral, serra e Amazônia ao longo do Eixo, e pode ser também um veículo para o desenvolvimento sustentável do comércio, indústria e turismo na região amazônica.



Dentre os sete agrupamentos associados, particularmente, nos interessa o denominado **Grupo 4: Acesso à hidrovia do Ucayali**. Neste grupo, um dos objetivos considerados estratégicos é a interconexão do interior do continente com a bacia do Pacífico.

Para o atendimento de tais objetivos, investimentos estratégicos deverão ser realizados, a saber:

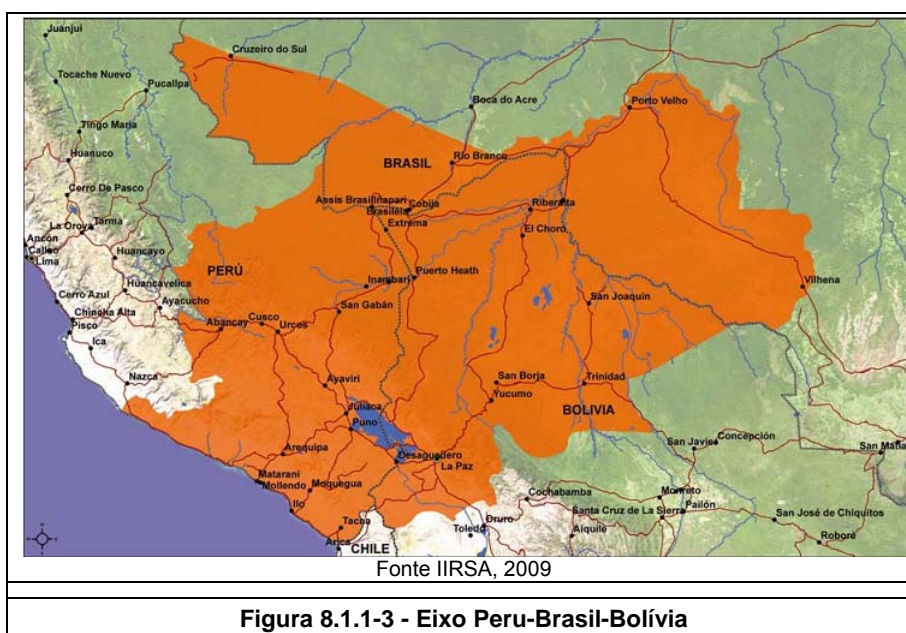
Quadro 8.1.1-2 - Investimento estimado para o Eixo do Amazonas

Eixo do Amazonas	Investimento estimado (US\$ milhões)
Rodovia Tingo María - Pucallpa e porto de Pucallpa	312,20
Interconexão energética Pucallpa - Cruzeiro do Sul	40,0
Interconexão viária Pucallpa - Cruzeiro do Sul	200,00
Aeroporto de Pucallpa	9,40
Centro logístico intermodal de Pucallpa	1,00
Modernização do porto de El Callao (Novo cais de contêineres)	682,3
Via expressa Lima - Ricardo Palma	242,0
Conexão viária Rio Branco - Cruzeiro do Sul	270,0
Total	1.756,9

Fonte IIRSA, 2009

O grifo realizado em Interconexão viária Pucallpa - Cruzeiro do Sul visa reiterar que esta ação está associada à construção e pavimentação da BR-364 (trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul/AC). Em um primeiro momento, aparentemente, esta obra não estaria contemplada no foco de análise desta proposta, visto que sua localização está compreendida entre Acre e Peru. No entanto, se associarmos a outros empreendimentos rodoviários que se interligam a esta rodovia, como a BR 319 (trecho Manaus/AM-Porto Velho/RO) que sofrerá restauração, melhorias e pavimentação, e a BR163 (divisa MT/PA – Santarém) que sofrerá pavimentação, veremos que formar-se-á um corredor viário que facilitará a aproximação de mercados intra-amazônicos, e desta forma agilizará o escoamento de produtos agroindustriais e agropecuários.

- **Eixo Peru - Brasil - Bolívia**, de grande importância para a complementaridade entre as regiões do sul do Peru e os Estados do Acre e Rondônia no Brasil, assim como entre a Bolívia, os referidos Estados e o Peru. Este eixo constitui também a saída para o Pacífico dessas regiões interiores do Brasil e das zonas do Peru e Bolívia no setor oriental da Cordilheira dos Andes.



Para este eixo, os agrupamentos associados são: (1) Corredor Porto Velho - Rio Branco - Assis - Puerto Maldonado - Cuzco / Juliaca; Portos do Pacífico; (2) Corredor Rio Branco - Cobija - Riberalta - Yucumo - La Paz e (3) Corredor Fluvial Madeira - Madre de Dios – Beni.

O terceiro agrupamento, segundo o referido Documento, apresenta como objetivos: (a) o estabelecimento de uma via de ligação entre Brasil, Peru e Bolívia, otimizada por

hidrovias e (b) possibilitará a mudança da matriz energética, aumentando a energia renovável na região.

Para o atendimento de tais objetivos, investimentos estratégicos deverão ser realizados, sendo eles:

Quadro 8.1.1-3 - Investimento estimado para o Eixo Eixo Peru - Brasil - Bolívia

Eixo Peru - Brasil - Bolívia	Investimento estimado (US\$ milhões)
Navegação do Rio Madeira entre Porto Velho e Guajará-Mirim	0,00
Hidrelétrica Cachuela-Esperanza (Rio Madre de Dios - Bolívia)	1200,00
Hidrovia Ichilo-Mamoré	0,00
Navegabilidade do rio Beni	0,00
Hidrovia Madre de Dios e porto fluvial	0,00
Complexo hidrelétrico do rio Madeira (Hidrelétrica Santo Antônio e Hidrelétrica Jirau)	6200,00
Hidrelétrica binacional Bolívia-Brasil	2000,00
Linhas de transmissão entre as duas centrais hidrelétricas do rio Madeira e o sistema central	1000,00
Total	10400,00

Fonte IIRSA, 2009

O Complexo hidrelétrico do rio Madeira e a logística de infraestrutura de energia associada vêm sendo alvo de inúmeras críticas e questionamentos, como visto anteriormente. No tópico referente à análise do Programa de Aceleração do Crescimento, este assunto será mais detalhado.

Por fim, faz-se necessário tecer breves considerações sobre esta iniciativa.

De primeiro, concordamos com José Tavares de Araújo Jr. (2009), coordenador da Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS) quando este aponta a fragilidade desta iniciativa à luz da descontinuidade política e da dependência de investimentos estatais. Salientando, pois, que tal cenário demandará compromissos e comprometimento. Segundo este autor:

“Este risco é particularmente alto no caso da IIRSA, porque a continuidade dos projetos só será mantida se a cada nova geração de presidentes dos doze países for ratificado o consenso acordado pela geração anterior a respeito da distribuição dos custos e benefícios da iniciativa. Tal distribuição pode ser alterada profundamente ao longo do tempo, em função do ritmo de crescimento econômico de cada país, eventuais mudanças nas características de sua inserção internacional, e dos distintos graus de cumprimento das metas

definidas inicialmente. Assim, pelo menos uma vez a cada década, as prioridades da IIRSA serão reavaliadas à luz de um novo conjunto de variáveis”.

A continuidade deste fórum de debate e de sua implementação associa-se, portanto a constante negociação entre as lideranças envolvidas visando estabelecer estratégias em consonância com os princípios norteadores estabelecidos, a conjuntura política internacional e em investimentos estatais de longo prazo de maturação.

Partindo-se para a análise dos empreendimentos previstos em nível nacional, não seria incorreto afirmar que os impactos decorrentes da instauração do conjunto de obras propostas pela IIRSA, executadas ou em via de execução, tanto isoladamente ou em conjunto, afetando diferentes grupos (comunidades ribeirinhas, comunidades urbanas, comunidades indígenas, assentamentos rurais, entre outros) serão “praticamente” os mesmos, ou seja, todos os grupos citados serão impactados.

É importante destacar que intervenções de tamanha magnitude necessitam de rígido controle e respeito à legislação ambiental. Situação esta que poderá se tornar um complicador frente à pressão pelo “aceleramento” do crescimento econômico brasileiro, o que poderá demandar a realização de empreendimentos sem a observância de estudos necessários. Outros sim, a fiscalização destes empreendimentos demandará não somente de técnicos habilitados como também de logística específica. Ainda, neste aspecto, algumas das obras a serem executadas demandarão também da interlocução entre diferentes instituições e de instâncias hierárquicas diferenciadas, o que pode comprometer o tempo de atuação na busca de soluções consensuadas.

Por fim, dentre os impactos sociais e ambientais causados pelos projetos de infraestrutura do Eixo, destacam-se (a) pressão sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas; (b) pressão sobre a fauna; (c) possível fragmentação de áreas florestais e estruturais na composição da paisagem; (d) migração para áreas ao longo das estradas abertas ou recapeadas; (e) proliferação de estradas secundárias catalisando ações desordenadas sobre o solo e vegetação; (f) abertura de vias para extração ilegal de madeira e seu escoamento; (g) expropriação fundiária e conflitos pela terra; (h) ocupação desordenada; (i) aumento acelerado do desmatamento direto e induzido; (j) biopirataria; (k) surgimento de garimpos; (l) erosão, assoreamento; (m) facilitação ao tráfico de drogas e (n) comprometimento da rede hidroviária.

8.1.2 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento, criado no segundo mandato do governo Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010), vem refletindo a atual configuração política sul-americana na qual o Estado apresenta-se como indutor do crescimento econômico.

O PAC foi desenvolvido com intuito de otimizar o desenvolvimento do país por meio da ampliação do alcance ao mercado interno e externo através de um conjunto de ações agrupadas em cinco vertentes: (a) infraestrutura; (b) estímulo ao crédito e ao financiamento; (c) melhora do ambiente de investimento (d) medidas fiscais de longo prazo e, por fim, (e) desoneração e aperfeiçoamento do Sistema Tributário.

A proposta presente neste tipo de intervenção estatal, conforme pode ser visto nas vertentes supracitadas, é integrar o aumento de investimentos públicos com políticas tributárias e de incentivo financeiro. Em uma lógica simplista teríamos: incentivando-se empreendimentos públicos e privados promover-se-á o crescimento econômico.

Para o Ministério do Planejamento (2009) este Programa estimulará, prioritariamente, a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionando a modernização tecnológica, acelerando o crescimento nas áreas já em expansão e ativando áreas deprimidas; aumentará a competitividade e integrará o Brasil com seus vizinhos e com o mundo. O slogan do Programa traduz bem esta idéia: “*Seu objetivo é romper barreiras e superar limites*”.

Dentre as linhas de ação anteriormente citadas, este documento se concentrará no bloco que contempla investimentos associados à infraestrutura. Para tal, o mesmo encontra-se definido em três eixos: infraestrutura energética (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis); infraestrutura logística (rodovias ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) e infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos). O site oficial do PAC (2010) fornece um breve panorama dos três anos do Programa:

“A infraestrutura logística está sendo modernizada e ampliada, com investimentos que já atingem R\$ 52 bilhões. Estão concluídos 1.634 quilômetros de rodovias. Outros 4.916 km estão sendo construídos e mais 53 mil km passam por manutenção. A concessão de 3.282 km de estradas significa tarifas até 75% menores. O PAC já assentou 356 km de estradas de ferro e mais 2.632 km estão em construção. Nos

portos brasileiros estão sendo realizadas obras de ampliação e modernização; três estão prontos. A estrutura das eclusas de Tucuruí, uma das maiores obras do gênero no mundo, avança. O Brasil tem, hoje, energia garantida para sustentar o crescimento dos próximos anos. Os investimentos neste setor totalizam R\$ 175 bilhões. As obras de geração elétrica ampliaram a oferta em 5.964 megawatts. Foram concluídas 109 usinas e 89 estão em construção. Toda essa força será transportada com segurança nos 7.368 km de linhas de transmissão”.

Ainda, sob a forma de abordagem a ser descrita neste documento, será priorizada a análise das ações do PAC destinadas aos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

Por fim, é necessário reiterar que o Documento estará utilizando fontes secundárias, sendo as mesmas obtidas em diferentes acervos bibliográficos e sites oficiais. Todavia, pode ser observado um pequeno déficit na obtenção final das informações, gerando, em alguns momentos, informações não casadas, como por exemplo, o status real do andamento das obras do PAC. Ressalta-se que tais informações são disponibilizadas em relatórios oficiais que não especificam o estágio real da obra e sim o período estimado de sua conclusão. Os sites do Governo do Estado também informam período de iniciação e previsão de término.

8.1.2.1 PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC I

8.1.2.1.1 Empreendimentos do PAC para o Estado de Rondônia

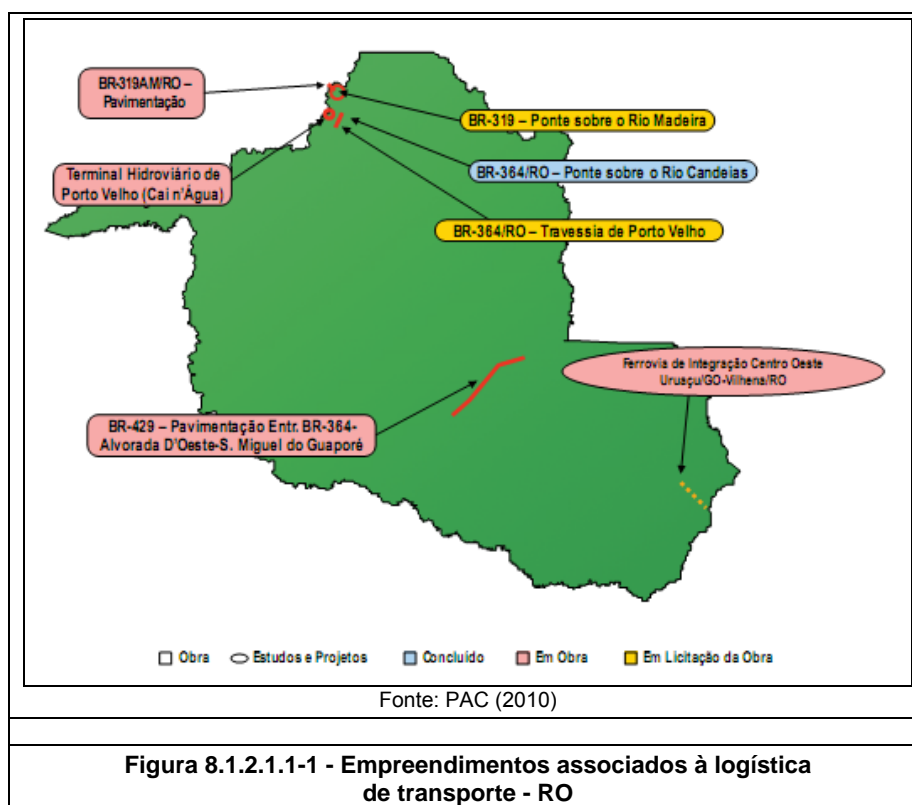
O Programa de Aceleração do Crescimento para o Estado de Rondônia agrega empreendimentos minimamente controversos, com elevado grau de insatisfação pública, especialmente junto às instituições ambientalistas e com impactos negativos explicitados em Estudos Ambientais e artigos científicos.

Para este Estado o PAC prevê um investimento no valor de R\$ 17,3 bilhões distribuídos em: R\$ 14.06,00 bilhões para empreendimentos exclusivos e R\$ 3, 234 bilhões para empreendimentos de caráter regional.

Este Programa intenciona a realização de um conjunto integrado de empreendimentos visando à ampliação da infraestrutura logística, para que, desta forma, seja realizada melhor conexão entre o Estado de Rondônia e os demais Estados da região Norte. O PAC objetiva a redução de custos e tempo de transporte de cargas através da

pavimentação de estradas e construção de pontes além de expandir o acesso fluvial favorecendo o transporte de passageiros e de cargas.

A **Figura 8.1.2.1.1-1** apresenta os empreendimentos associados à logística de transporte identificada como necessária para a efetividade do Programa, sendo a mesma detalhada no decorrer do texto.



a. Rodovia BR 319

A pavimentação da BR 319 que liga Manaus a Porto Velho (RO) apresenta, conforme o Ministério dos Transportes (2010), o ano de 2012 para a sua finalização. A importância desta rodovia advém do fato da mesma ser a única ligação entre os Estados do Amazonas, Rondônia e Roraima rumo ao Centro-Sul do país por via terrestre. A rodovia é o principal acesso a várias cidades do sul do Amazonas, como Humaitá, Careiro, Manauquiri, Beruri, Borba e Lábrea.



Fonte: Ministério dos Transportes (2010)

Figura 8.1.2.1.1-2 - Traçado da BR-319

A realização desta obra caminha a passos lentos. Em 2005, o governo federal anunciou a sua recuperação, porém as obras só foram iniciadas em 2008. Tal atraso deve-se ao fato de que a mesma encontra-se em área de floresta densa e sofreu interdição pelo IBAMA nos trechos localizados entre os quilômetros 250 e 655,70, por considerar insuficientes as informações dispostas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), finalizado apenas em 2009. O EIA em questão sugeriu a implementação e delimitação de 29 unidades de conservação, a instalação de postos de fiscalização, a elaboração de um plano de regularização fundiária e outro para as propriedades rurais particulares, entre outros pontos. Das recomendações propostas somente a criação de um comitê gestor foi atendida.

A pavimentação desta estrada também causa preocupação entre ambientalistas que consideram os reflexos de tal obra no sistema florestal, afetando uma das áreas mais conservadas da Amazônia. Outrossim, o desmatamento abriria “veias” potencializando a sua degradação, conforme pode ser observada na **Figura 8.1.2.1.1-3**.

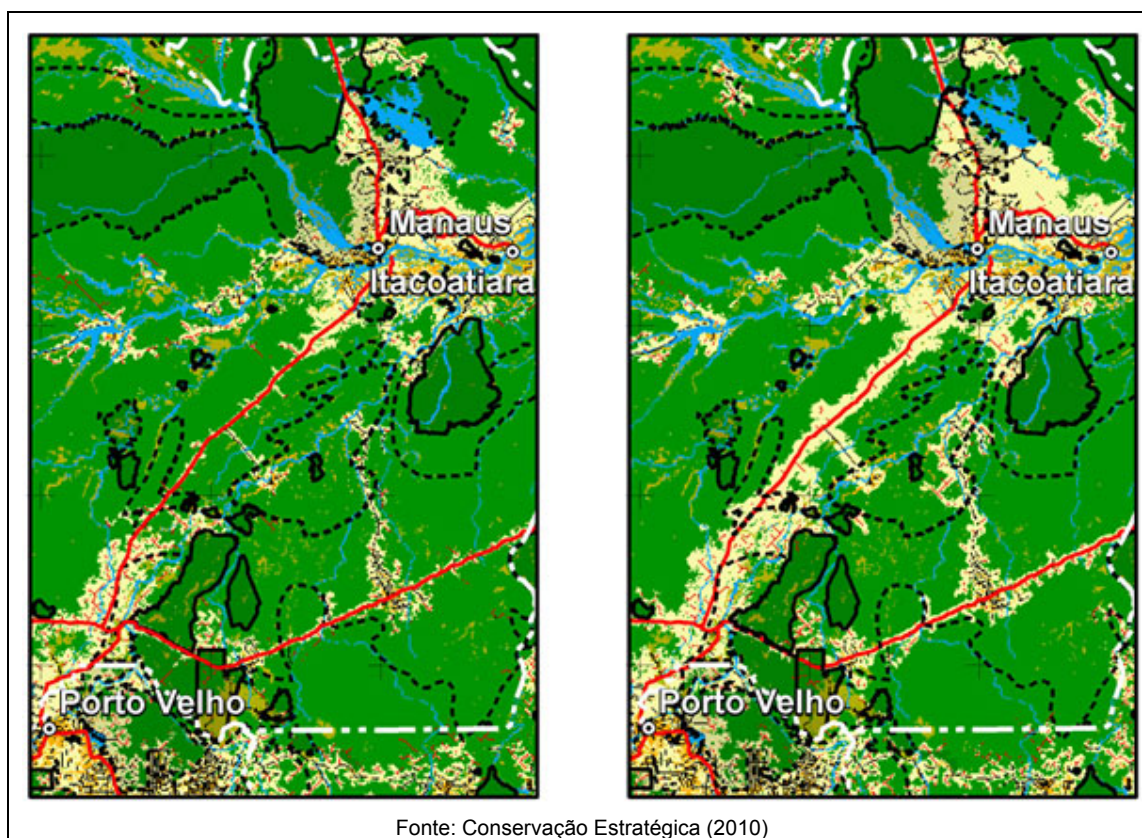


Figura 8.1.2.1.1-3 - Previsão de desmatamento com a pavimentação da BR-319

Manchas amarelas mostram a previsão de desmatamento em 2030. À esquerda, a rodovia sem pavimentação. À direita, a estrada pavimentada, sem parques e reservas ou com unidades de conservação que não fornecem a proteção necessária.

O Governo acredita que esta via de acesso é fundamental para otimizar o transporte e produção de grãos e outros produtos, considerando que a mesma será realizada atendendo a critérios ambientais. No discurso oficial, esta rodovia se integrará a paisagem através do conceito de *estrada-parque*.

Outro aspecto relevante é a comparação entre custo efetivo da obra e o custo necessário de monitoramento e controle do entorno da rodovia.

Para a organização não governamental Conservação Estratégica (2009):

“A análise do cenário convencional demonstra que o projeto é inviável economicamente, gerando prejuízos de cerca de 316 milhões de reais, ou 33 centavos de benefícios para cada real de custos, em valores atuais. Isso significa que para que o projeto alcance viabilidade econômica, os benefícios brutos estimados teriam de ser multiplicados por três. (...) Modelagens

recentes (Soares-Filho et al., 2006) indicam que o projeto provocará forte desmatamento no Interflúvio Madeira-Purus, a não ser que medidas com efetividade inédita sejam implementadas para evitar a derrubada da floresta. Os custos estimados do desmatamento alcançariam R\$1,9 bilhões em valor presente”.

b. Rodovia BR 319 – Ponte sobre o rio Madeira

A ponte na BR-319, em Porto Velho, ligará tal cidade a Manaus, no Estado do Amazonas. Este empreendimento otimizará o tempo de deslocamento até Manaus.

c. BR- 429 – Pavimentação Entr. BR-364 - Alvorada D'Oeste-S. Miguel do Guaporé

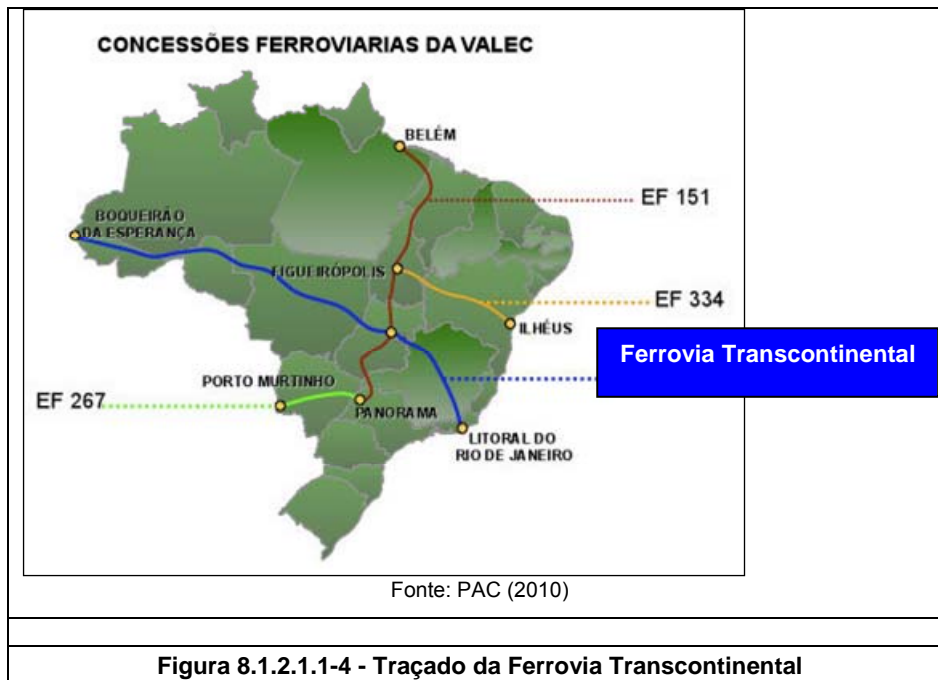
A BR-429 dá acesso à fronteira com a Bolívia e abrange cinco municípios rondonienses: Alvorada D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques. A rodovia passa perto de áreas de conservação federais (Parque Nacional de Pacaás Novos e Reserva Biológica do Guaporé), Terras Indígenas demarcadas (Uru-Eu-Wau-Wau, Rio Branco e Massaco) e corta territórios a serem demarcados para os índios poruborá e miguelenos, além de áreas com presença de índios isolados.

d. Ferrovia de Integração Centro Oeste Uruaçu/GO-Vilhena/RO

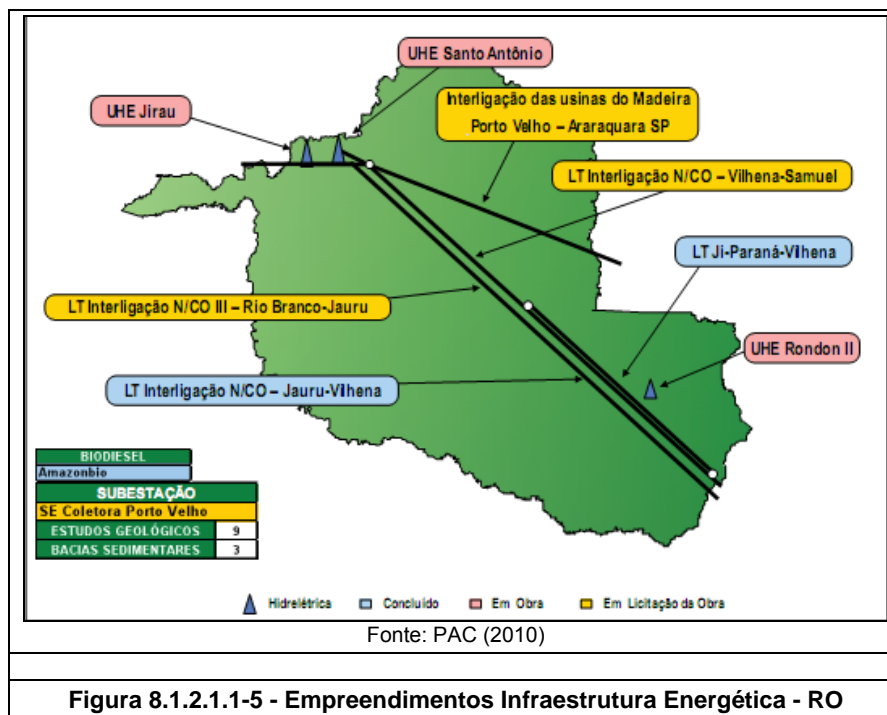
A Ferrovia de Integração Centro-Oeste (EF-246) é a primeira parte de um projeto cuja dimensão atingirá 4.400 quilômetros de extensão. Esta ferrovia integrará a Ferrovia Transcontinental (EF-354).

Com previsão de término para o ano de 2014, o traçado desta ferrovia percorrerá os Estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia, entre os municípios de Uruaçu – GO e Vilhena-RO.

“Seus aproximadamente 1.700 km perpassam a região de contato entre os biomas Cerrado e Floresta Amazônica, na qual vivem os Tapuio, Karajá, Xavante, Xinguanos, Manoki, Paresí, Nambikwarara, Enawenê-Nawê, Cinta Larga, Aikanã.”(Borges, 2009).



Para o setor de infraestrutura energética estão sendo realizadas as implementações de 3 hidrelétricas: UHE Rondon II, UHE Jirau e UHE Santo Antônio. Além da construção de Linhas de Transmissão de Energia: LT Porto Velho – Araraquara, LT Interligação N/CO III – Rio Branco-Jauru, LT Interligação N/CO III – Vilhena-Samuel.



e. UHE Rondon II

A Usina Hidrelétrica Rondon II, de 73,5 MW de potência, encontra-se instalada no Rio Comemoração, em Pimenta Bueno (RO).

Esta UHE encontra-se entre o rol de empreendimentos do PAC, orçado em R\$ 500 milhões, destacando-se como um projeto que combinará uma hidrelétrica de 73,5 MW e uma termoelétrica a biomassa de 20 MW, usando como matriz energética madeira de áreas já degradadas – pela inundação do reservatório.

f. Hidrelétricas do Rio Madeira - UHE Jirau e UHE Santo Antônio

O rio Madeira é um dos principais tributários do Amazonas, com 1.700 quilômetros de extensão, sendo responsável pelo transporte de cerca de 50% dos sedimentos pelo Amazonas em direção ao Oceano Atlântico. Tal fato evidencia uma de suas principais funções ambientais, a regulação da dinâmica ambiental e de serviços ecológicos das grandes áreas alagadas de várzea ao longo dos rios Madeira e Amazonas.

A sua bacia cobre cerca de um quarto da Amazônia brasileira e abrange uma área de 1,5 milhões de km² divididos entre os territórios do Peru, da Bolívia e do Brasil. É formada pelos rios Guaporé, Mamoré, Madre de Dios e Beni, originários dos planaltos andinos.

A instalação de duas usinas hidrelétricas que comprometerão esta dinâmica bem como a insuficiência de estudos e pareceres vem fazendo com que haja intensa manifestação contrária ao empreendimento, por parte de movimentos e ONGs ambientalistas e indigenistas.

O Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Madeira, envolvendo as Usinas Hidrelétricas de Jirau (3.300 MW) e Santo Antônio (3.150 MW) apresenta como proposta a interligação do setor de elétrico de Rondônia à região Sudeste. No entanto, estes empreendimentos são parte de uma intenção maior: a integração do território sul-americano (através da IIRSA), tanto em transportes como em energia. Para tal, serão acrescentadas as duas UHE mencionadas, a construção de uma terceira usina, a UHE Binacional Guayaramerin (potência estimada em 3000 MW), na fronteira boliviana e outras duas na própria Bolívia.

“A estimativa com a construção das outras duas barragens é de que mais 4.550 MW de eletricidade serão produzidos, totalizando 11 mil MW. Com isso, seria formada uma hidrovia industrial, incentivando, assim, a expansão do cultivo da soja em mais de 13 milhões de hectares na região amazônica e Chaco, na Bolívia.” (Blumm, 2009)

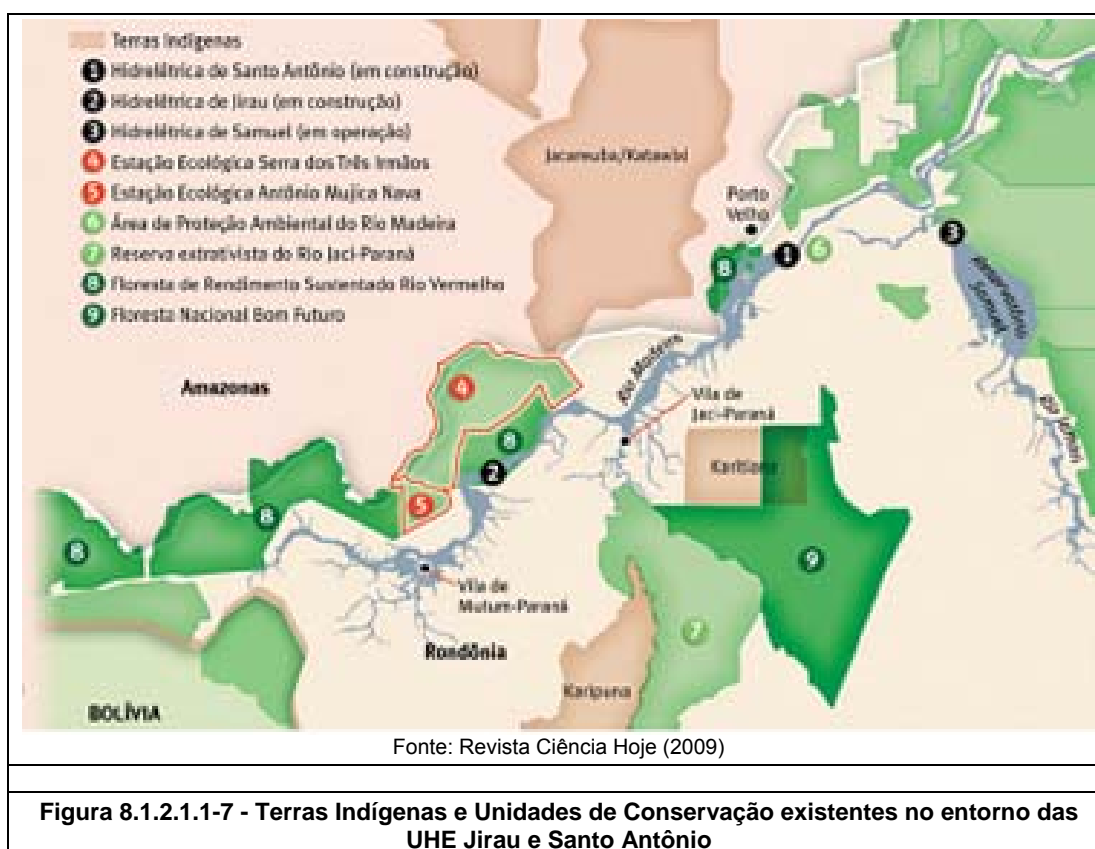


O IBAMA (2007) ao fornecer um parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental das usinas que integram o Complexo de Madeira sinaliza para os efeitos que tais empreendimentos possam a vir causar na dinâmica atual do uso de hidrovias. Para o referido órgão:

“O empreendimento, inserido neste contexto e por seu porte, tem alto potencial catalizador positivo e ou negativo e é altamente transformador da dinâmica, não dissociável, socio/econômica/ambiental. Questões de estado devem ser prioritariamente consideradas quando estudos recentes apontam a floresta amazônica como o “motor hidrológico” (bomba biótica de umidade) de um sistema climático de escala continental que rege as chuvas na própria Amazônia levando “rios de vapor e umidade” a latitudes como os trópicos, afetando seu ciclo hidrológico (Donato, 2005). Conforme o Professor Doutor Antônio Donato, devido ao desmatamento,

estamos próximos de um limite de quebra deste sistema climático podendo desencadear, entre outros, o colapso da floresta além de seca e desertificação nas regiões mais povoadas do Brasil como São Paulo e Paraná”.

O empreendimento interferirá na dinâmica das populações locais, em especial de comunidades indígenas, pois é sabida a existência de índios isolados, de localização imprecisa.



Segundo o EIA haverá impacto direto sobre o pescado, podendo haver uma redução em sua captura, afetando a população ribeirinha em sua rotina agrícola e de pesca.

Merece atenção algumas críticas de entidades opostas à construção de tais usinas, que teriam identificado problemas nos estudos ambientais. Dentre as falhas identificadas reitera-se:

- A fragilidade e inconsistência de algumas informações e sobre possíveis impactos sobre a fauna, flora e comunidades locais;
- O estudo dos impactos sobre o território foi realizado de forma genérica;
- Omissão sobre alagamento em território boliviano;

- Análise insuficiente do impacto de erosão nas margens a jusante;
- Falta identificar as espécies (peixes, vertebrados, invertebrados) mais afetadas, em especial estudos direcionados as espécies Dourada e Babão ameaçadas de extinção;
- Faltam estudos adequados sobre impacto na pesca e na preservação dos lagos no Baixo Madeira (jusante da barragem de Santo Antônio);
- Omissão a estimativa dos impactos do mercúrio sobre os ribeirinhos;

Não obstante, mesmo não sendo foco deste objeto análise torna-se importante reiterar que existem outros empreendimentos associados à geração de energia no Estado dissociados do PAC. Tal iniciativa advém do fato que estes empreendimentos somados aos descritos anteriormente contribuem para alterara dinâmica socioeconômica e ambiental de suas áreas de influencia.

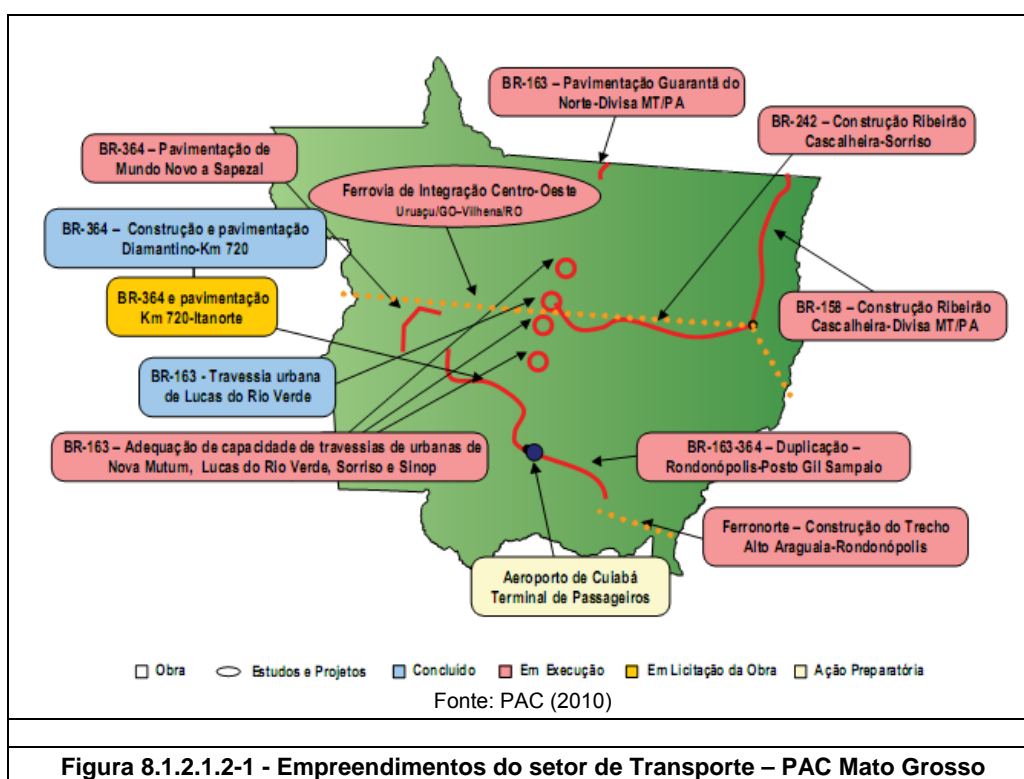
Dentre as PCHs em construção, a PCH Apertadinho possui maior capacidade de geração, 30 MW, situada no município de Vilhena, e também no rio Comemoração. Além destas, estão em construção a PCH Rondon (13 MW), no rio Juruena, município de Campos de Júlio e Sapezal; e a PCH Ângelo Cassol (3,6 MW), no rio Branco, município de Alta Floresta D'oeste.

Ainda nesta categoria, estão em fase de planejamento as PCHs: Santa Cruz de Montenegro (17 MW), PCH Jamari (20 MW), PCH Urubu (20 MW), município de Chupinguaia e PCH São Paulo do Pimenta Bueno (14 MW), PCH Machadinho I (10,5 MW), rio de mesmo nome, no município de Machadinho D'oeste; PCH Cachoeira Formosa (12,3 MW), rio Candeias, no município de Buritis; PCH Canaã (17 MW), no rio de mesmo nome, município de Ariquemes; PCH Figueira (1,4 MW), rio Saldanha, no município de Alta Floresta D'oeste.

Considerando o sistema de transmissão de energia, o Estado de Rondônia apresenta algumas linhas de transmissão em construção ou planejadas. Além das que integram o PAC, existe a LT 230 kV Jauru/Porto Velho, que, de acordo com o IBAMA, está aguardando Análise do Formulário de Abertura de Processo (FAP), e a LT Samuel/Porto Velho/ Abunã, que levará energia produzida na capital de Rondônia para a cidade de Abunã, no extremo noroeste do Estado.

8.1.2.1.2 Empreendimentos do PAC para o Estado do Mato Grosso

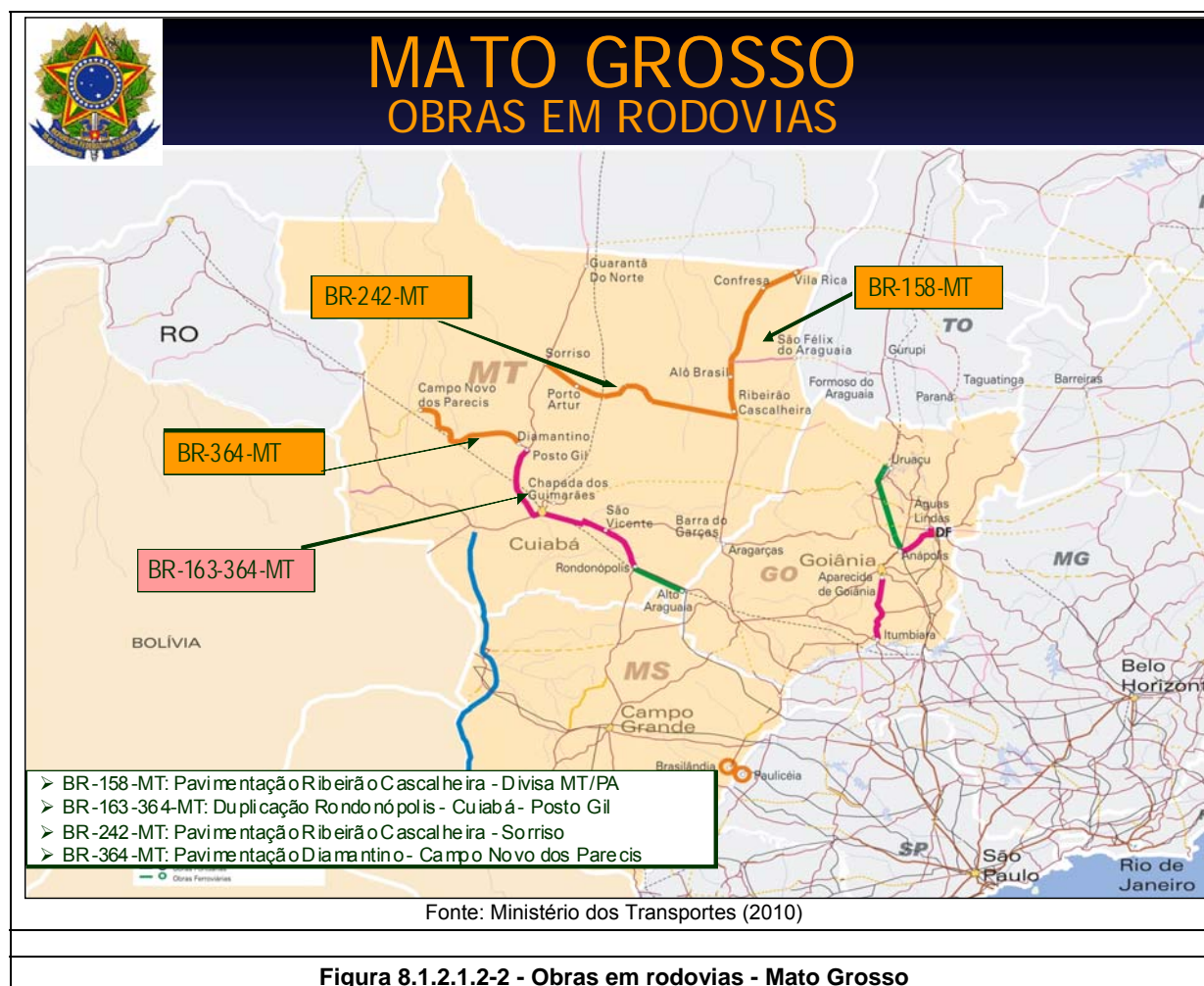
O PAC no Estado do Mato Grosso apresenta como uma de suas justificativas a integração deste Estado com a região norte e com o Estado de São Paulo, através da construção, duplicação, pavimentação ou recapeamento de rodovias; construção e ampliação de trechos de ferrovias; hidrovias e aeroportos. Desta forma, setores como turismo, agroindústria e agropecuária serão fortalecidos e beneficiados por um sistema interligado de transportes. A figura 04 apresenta o conjunto de obras previstas no setor de transportes para o Estado e o seu status atual de execução, segundo dados oficiais do Ministério do Planejamento (2010):



O modelo esquemático apresentado demonstra o conjunto de empreendimentos previstos pelo Programa, envolvendo as seguintes modalidades: rodovias; ferrovias e aeroporto.

Estes empreendimentos associar-se-ão a outras obras já existentes ou em execução formando o complexo corredor multimodal de transporte brasileiro cujo objetivo principal é interligar Estados mais agilmente e, desta forma, propiciar o escoamento da produção energética, mineral, agroindustrial e agropecuária brasileira. Desta forma, o Governo espera incentivar o investimento privado, reduzir desigualdades regionais e ampliar o alcance de mercados.

No Estado do Mato Grosso a logística de transporte torna-se importante em função das grandes distâncias a serem percorridas deste Estado até os principais portos de exportação. Logo, ao custo final de produção é acrescido o elevado valor de frete, o que acaba por refletir inclusive no preço que é pago pelos produtores desta região.

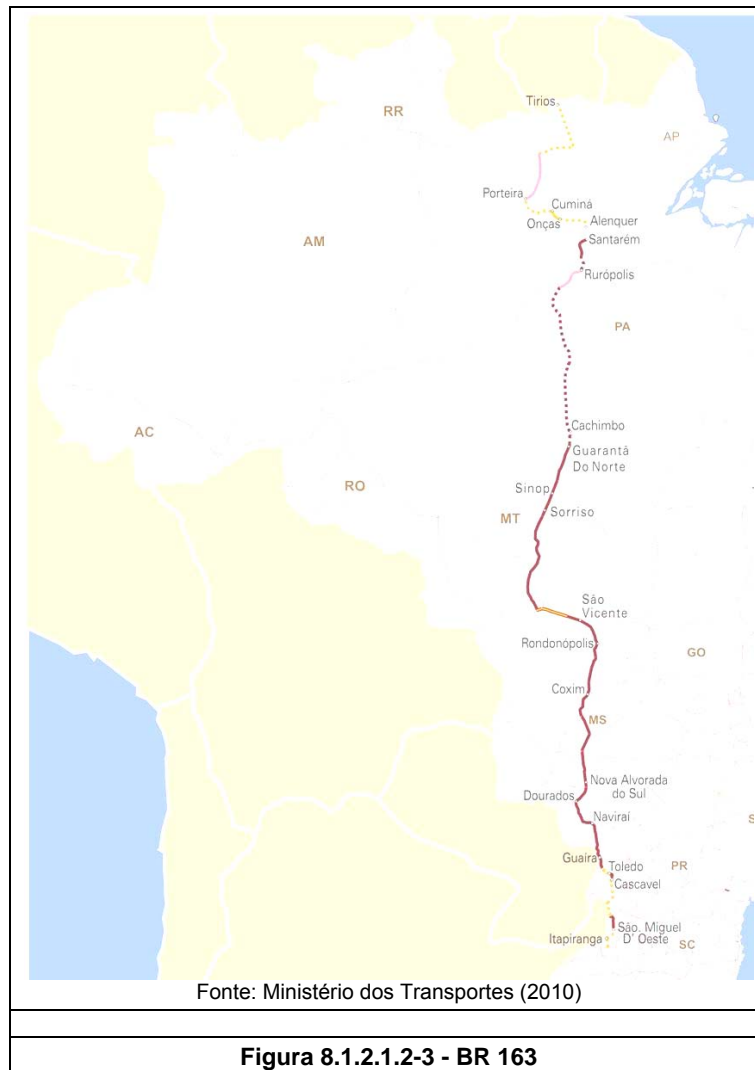


a. Rodovia BR 163

Dentre o conjunto de rodovias incluídas nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento para o Estado do Mato Grosso encontra-se a BR 163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), envolvendo em sua área de influencia 71 municípios, sendo 06 no Estado do Amazonas, 37 em Mato Grosso e 28 no Pará. Para esta rodovia estão sendo previstas obras de duplicação (Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil) e pavimentação (Guarantã do Norte - Divisa MT/PA)

Esta rodovia é considerada umas das vias mais importantes da Amazônia Central para o escoamento da produção do Centro-Oeste e do Norte do país, porém a mesma vem

sendo considerada alvo de críticas e preocupações. A figura 06 demonstra a espacialização geográfica desta via.



Para a Agência de Desenvolvimento da Amazônia/ADA (2006):

“a zona de abrangência da BR-163 apresenta grande potencial na formação de aglomerações produtivas de empresas envolvendo as cadeias produtivas de grãos, madeira e mobiliário, pecuária de corte e leite, exploração florestal de produtos não-madeireiros, comércio e serviços, principalmente”.

Portanto, diante da relevância desta rodovia para o desenvolvimento do país, mas reconhecendo os possíveis impactos causados por sua pavimentação, o Governo elegeu esta rodovia como a obra modelo do PAC. *“Para efetivação de tal proposta foi criado um grupo de trabalho interministerial (GTI) para discutir a sustentabilidade da*

rodovia e propor um plano de ação para o corredor que liga a cidade de Cuiabá a Santarém” (Alencar, 2005).

O site do Instituto Socioambiental (2010) sinaliza que são 1.780 quilômetros de estrada atravessando uma das regiões mais ricas da Amazônia e do País em recursos naturais, potencial econômico, diversidade étnica e cultural, com a presença de biomas como a Floresta Amazônica, o Cerrado e áreas de transição entre eles, além de bacias hidrográficas importantes, como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires -Tapajós.

Uma das mais importantes áreas para a conservação da biodiversidade na região do Zoneamento Ecológico Econômico da BR (ZEE - BR 163) encontra-se nas áreas de savanas, na transição entre o Cerrado do Brasil Central e Amazônia localizados na Área Militar que engloba a Serra do Cachimbo, no sul do Pará, divisa com o Mato Grosso.

“Esta região contém um mosaico interessante de tipos diferentes e peculiares de vegetação, resultando em grande heterogeneidade ambiental, que abriga uma alta diversidade filogenética e um nível significativo de endemismos, em comunidades que mesclam elementos amazônicos e elementos do Cerrado.” (EMBRAPA, 2006)

Não há como negar que uma obra desta magnitude trará impactos ao ambiente e às populações residentes em sua área de influência. Estima-se que até 2015 serão 2,9 milhões de habitantes em sua área de influência, o que provocará alterações significativas nas formas de utilização do solo e da água, na paisagem local e em sua biodiversidade.

Para as populações indígenas o prognóstico não é dos melhores, como aponta o ISA (2009):

“Mais de 32 mil índios, de 37 etnias diferentes, podem sofrer algum tipo de impacto do asfaltamento da BR 163 (Cuiabá – Santarém). Eles vivem na área de influência da estrada entre o Mato Grosso, o Pará e o Amazonas. Entre as conseqüências da obra são apontados o crescimento populacional desenfreado e a intensificação de conflitos pela terra e outros recursos naturais”.

A pavimentação da rodovia exercerá pressão junto a pequenos agricultores que estando à margem do mercado da soja e do gado acabam por vender suas terras e

ocupar novas áreas, ocasionando uma série de alterações ambientais dentre as quais se destacam desmatamentos e queimadas.

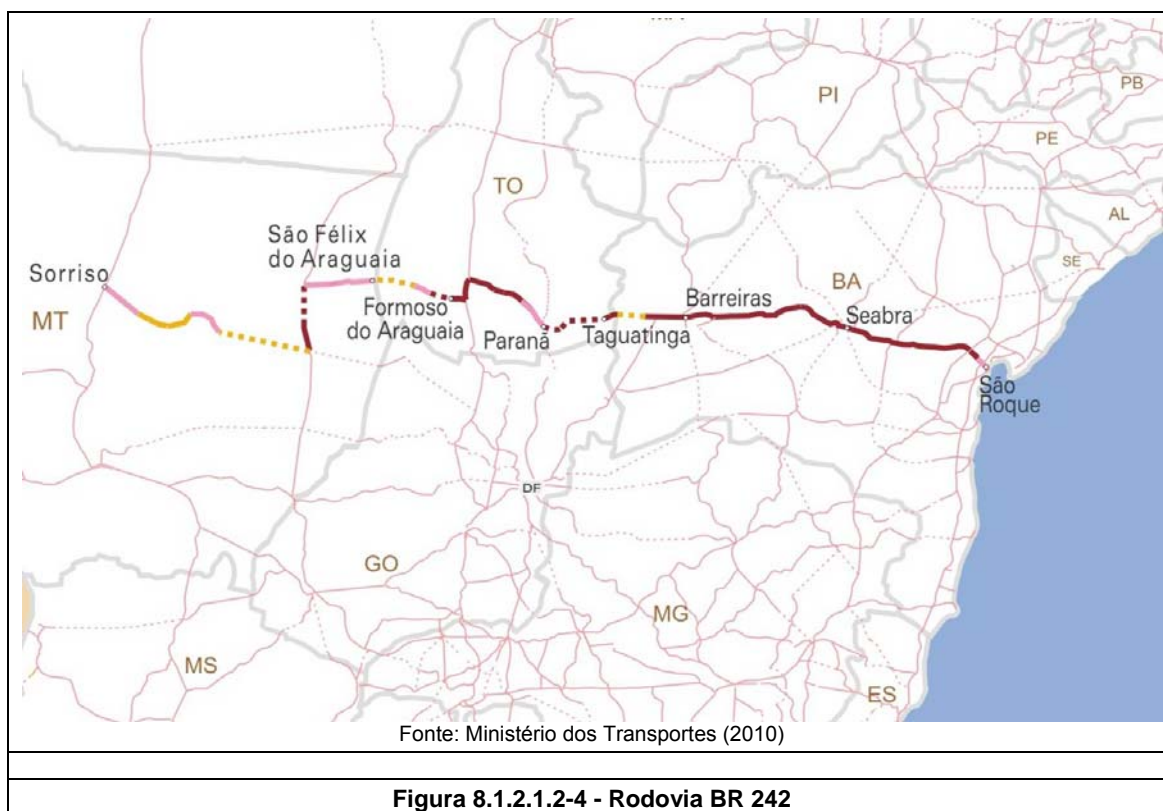
PARA a ADA (2006):

“No caso da pecuária, têm-se dois movimentos. O primeiro envolve a produção de arroz e milho em áreas de capoeira e/ou de mata densa para, em seguida, plantar capim. Esta prática está ocorrendo no município de Novo Progresso, próximo à BR-163, na fronteira com Mato Grosso. Na seqüência, a pastagem será transformada em área para produção mecanizada de grãos, conforme o movimento dos preços internacionais da soja. O segundo movimento, em áreas de relevo ondulado (ou áreas “dobradas” na linguagem local) e mais distante da BR-163, ocorre com a retirada de madeira por serrarias clandestinas, em grande parte, associadas aos criadores de gado, sobretudo porque os madeireiros constroem estradas vicinais para o escoamento da produção das famílias rurais. Depois essas áreas se transformam em roça e viram pastagens posteriormente”.

Da mesma forma, utilizando-se da lógica da promoção de maior integração nacional rumo ao crescimento econômico, não há como desconsiderar que a referida rodovia possibilitará o melhor escoamento de produtos agrícolas, especialmente a soja, melhorando as condições de trafegabilidade, reduzindo o tempo de deslocamento e ampliando-se ganhos públicos.

b. Rodovia BR 242

O PAC contemplará a construção de 180 quilômetros da BR-242, no trecho referente a Ribeirão Cascalheira – Sorriso, em Mato Grosso. Esta rodovia inicia-se no Estado da Bahia percorrendo os estados da Bahia e do Tocantins e, parcialmente, o Estado de Mato Grosso até a cidade de Sorriso, onde se encontra com a BR-163.



Este empreendimento, igualmente ao anterior (BR 163), tem como interesse maior propiciar o escoamento de produtos agropecuários. A ampliação do traçado da BR-242 (construção do trecho Ribeirão Cascalho – Sorriso) proporcionará a redução de distâncias no percurso de cargas bem como favorecerá ao maior fluxo de mercadorias para sua posterior interligação com o transporte hidroviário. Outrossim, este empreendimento também pode ser considerado crítico, pois seu traçado prevê a passagem por terras indígenas.

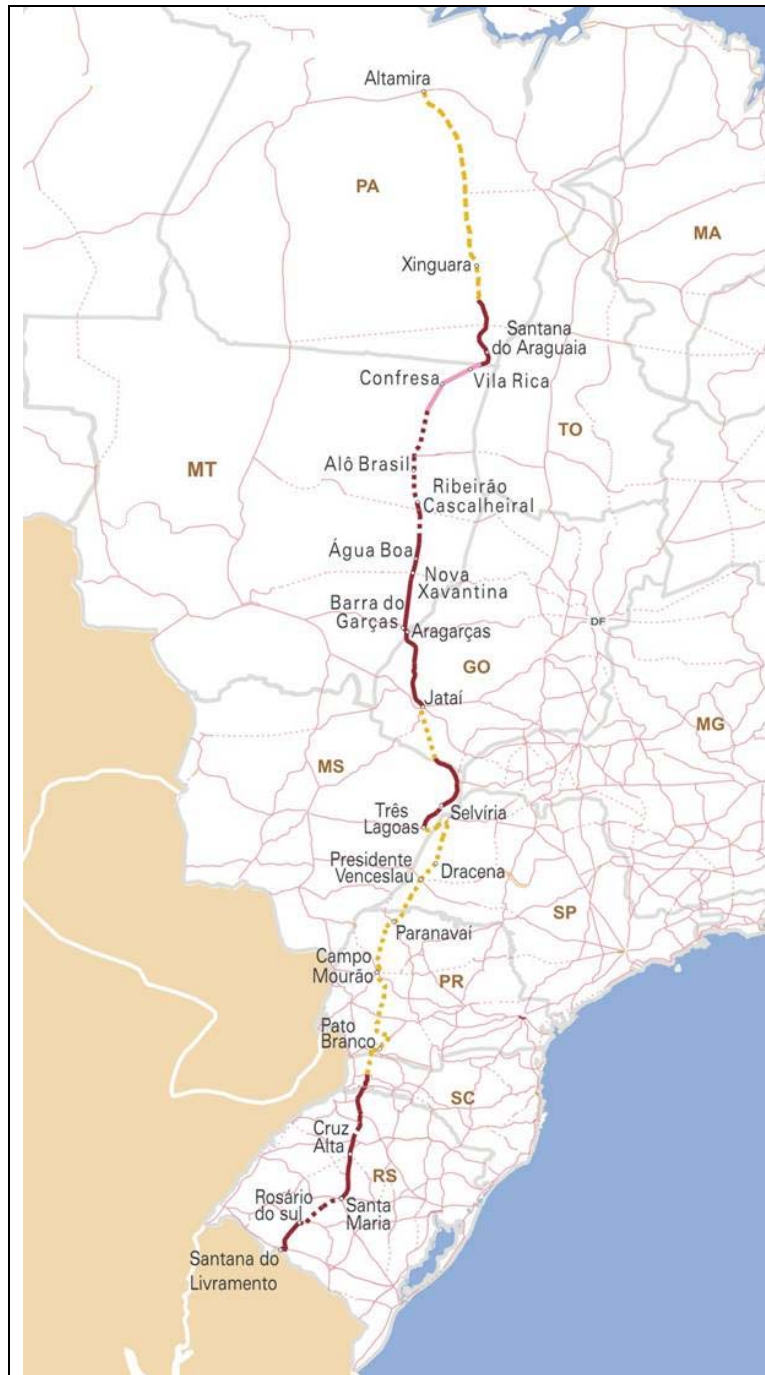
A BR 242 faz a ligação entre o leste e oeste de Mato Grosso, passando por uma área de grande produção agropecuária até chegar ao Rio Araguaia.

A região referente ao alto Teles Pires, constituída pelos municípios de Lucas do Rio Verde, Nobres, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Sorriso e Tapurah, responde por parcela considerável de toda a produção agrícola do Estado do Mato Grosso, especialmente a produção de soja e milho.

Por sua vez, a região composta por Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Comodoro, Diamantino e Sapezal, caracteriza-se pela expansão de uma agricultura comercial tecnificada e voltada para a produção e a exportação, principalmente de soja, milho, arroz, derivados da cana-de-açúcar e, mais recentemente, algodão.

c. Rodovia BR 158

A BR-158 atravessa o Brasil de Norte a Sul, iniciando seu traçado em Altamira, no Pará, e o finalizando em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, já na fronteira com o Uruguai.



Fonte: Ministério dos Transportes (2010)

Figura 8.1.2.1.2-5 - Rodovia BR 158

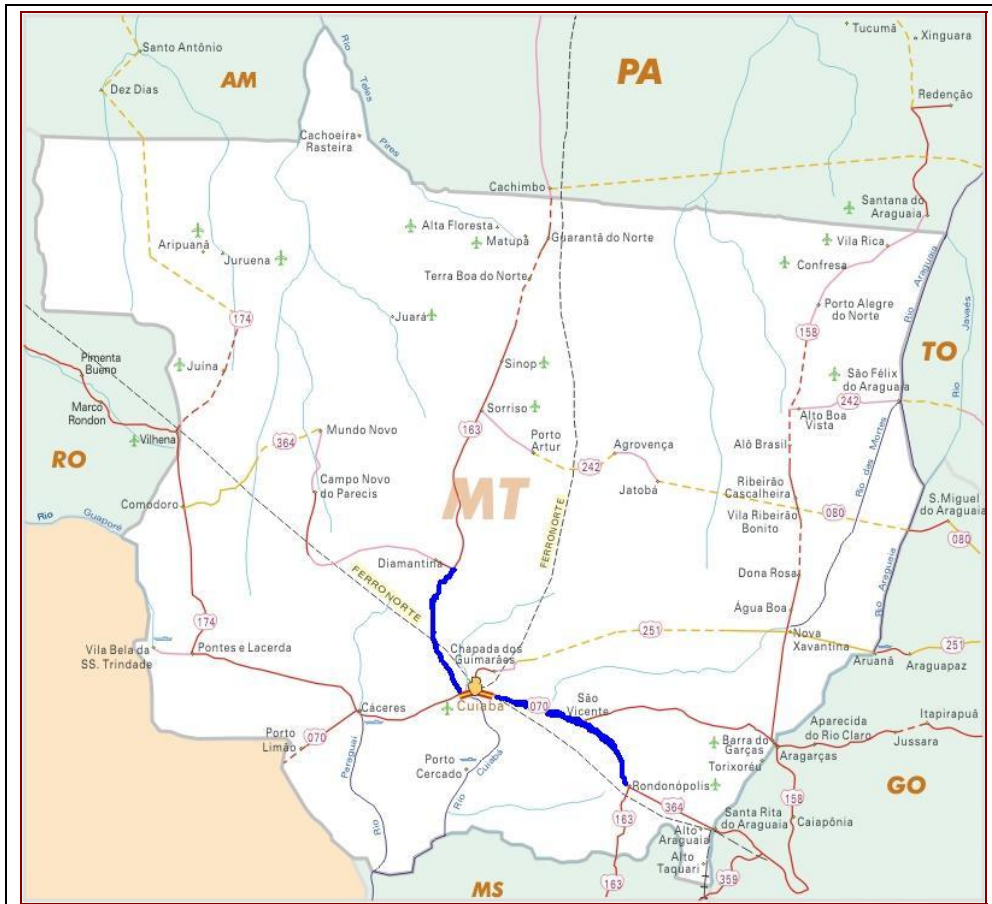
Esta rodovia também é uma das principais contribuintes no escoamento de grãos, sendo a sojicultura a atividade predominante ao longo de seu traçado.

A construção e pavimentação do trecho Ribeirão Cascalheira (entroncamento MT-326) até a divisa do Pará oportunizará o alcance ao Porto de Belém por hidrovia ou ao Porto de Itaqui, Maranhão, via ferrovia.

Para garantir que a rodovia não atravessasse a reserva indígena Maraiwatsede, foram realizadas modificações em seu traçado incluindo um desvio denominado Contorno Leste da BR-158, entre Posto da Mata e Alô Brasil.

d. Rodovia BR 364

A BR-364 é uma importante rodovia cujo traçado é quase em diagonal atravessando o Estado de São Paulo até Rondônia. Esta rodovia é considerada importante canal de escoamento da produção de toda a região Norte e Centro Oeste do País. Nesta via serão realizadas a construção e pavimentação do trecho Diamantino – Campo Novo dos Parecis.



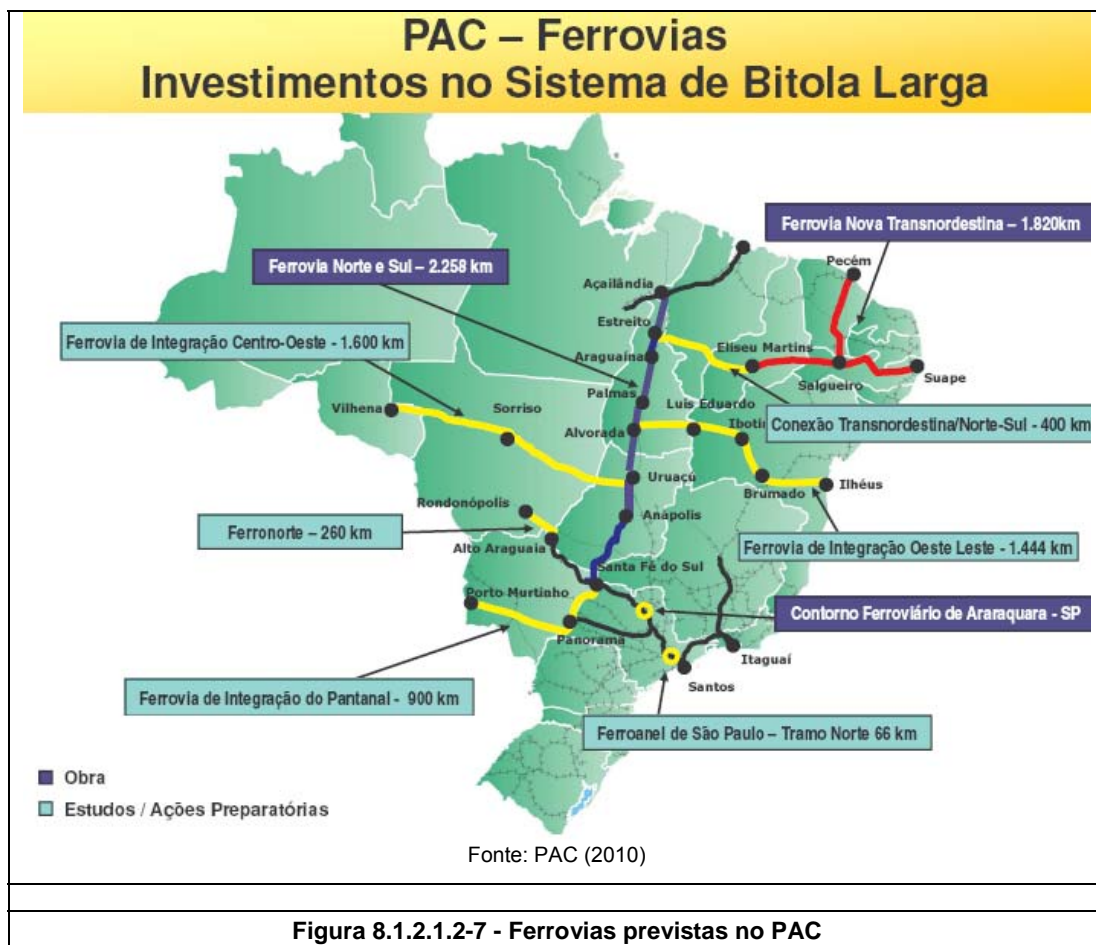
Fonte: Ministério dos Transportes (2010)

Figura 8.1.2.1.2 – 6 - Rodovia BR 158

De modo geral, apesar de os projetos estarem embasados na premissa de que irão promover melhorias para o escoamento da produção como também para a rotina das populações que permeiam a área de influência destas vias, o resultado histórico desses empreendimentos refletiu, e ainda reflete, grandes mazelas socioambientais como ocupação desordenada, desmatamentos, expropriação de terras entre outros.

Não obstante a concordância ou não com este ponto de vista faz-se necessário salientar que tanto a efetividade da malha rodoviária implementada como a sua integração a outras modalidades de transporte requer e continuará necessitando de planejamento, monitoramento e rígido controle. Reitera-se que a descontinuidade de políticas públicas torna este sistema frágil, pois em consonância com a idéia de desenvolvimento em escala regional, nacional ou mesmo global podem ocorrer impactos ambientais e sociais significativos.

Associado à rede rodoviária o PAC aposta em sua integração com a malha ferroviária, conforme pode ser observado na figura abaixo:



O sistema ferroviário apresenta capacidade de carga, e velocidade, que se exploradas corretamente facilitariam a logística de transporte de produtos agrícolas e minerais, favorecendo diretamente as empresas que se utilizam deste modal.

e. **Ferronorte S.A. - Ferrovias Norte Brasil**

A Ferronorte S.A. - Ferrovia Norte Brasil detém a concessão outorgada por Decreto n.º 97.739, de 12/05/1989, para estabelecer um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação da estrada de ferro.

A expansão do trecho ferroviário entre Alto Araguaia e Rondonópolis, estimado em R\$700 milhões, agregará também a construção de dois terminais multimodais: um na cidade de Itiquira e outro em Rondonópolis, no Mato Grosso. A previsão é que os dois terminais estejam operando em meados de 2012, com capacidade de 12 milhões de toneladas/ano, sendo que as expectativas são de atingir 25 milhões de toneladas/ano.

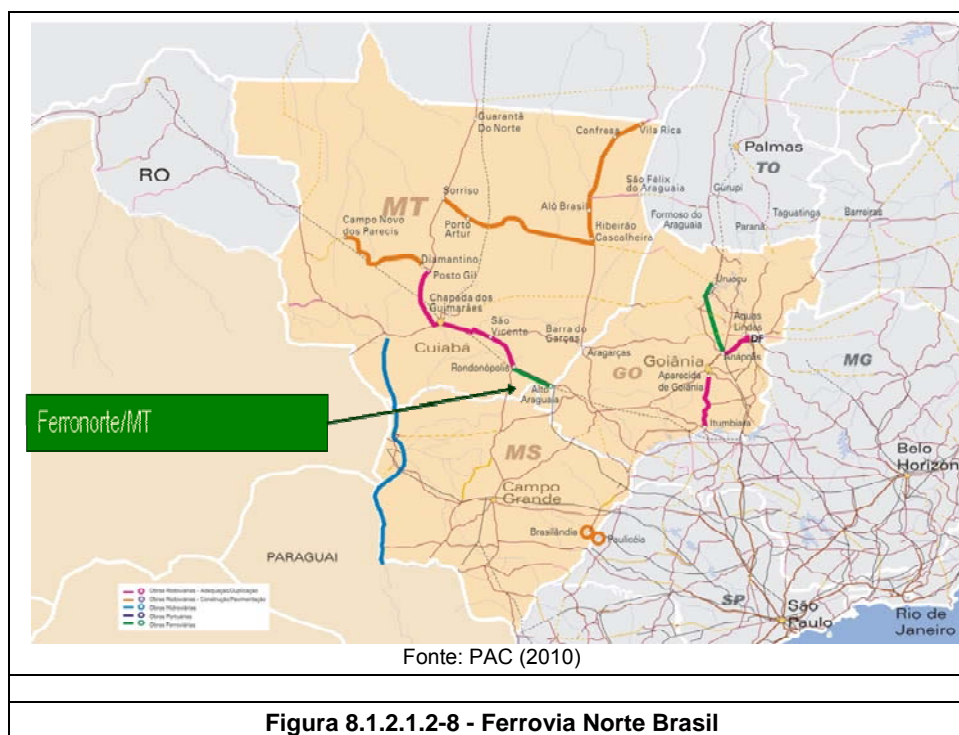


Figura 8.1.2.1.2-8 - Ferrovia Norte Brasil

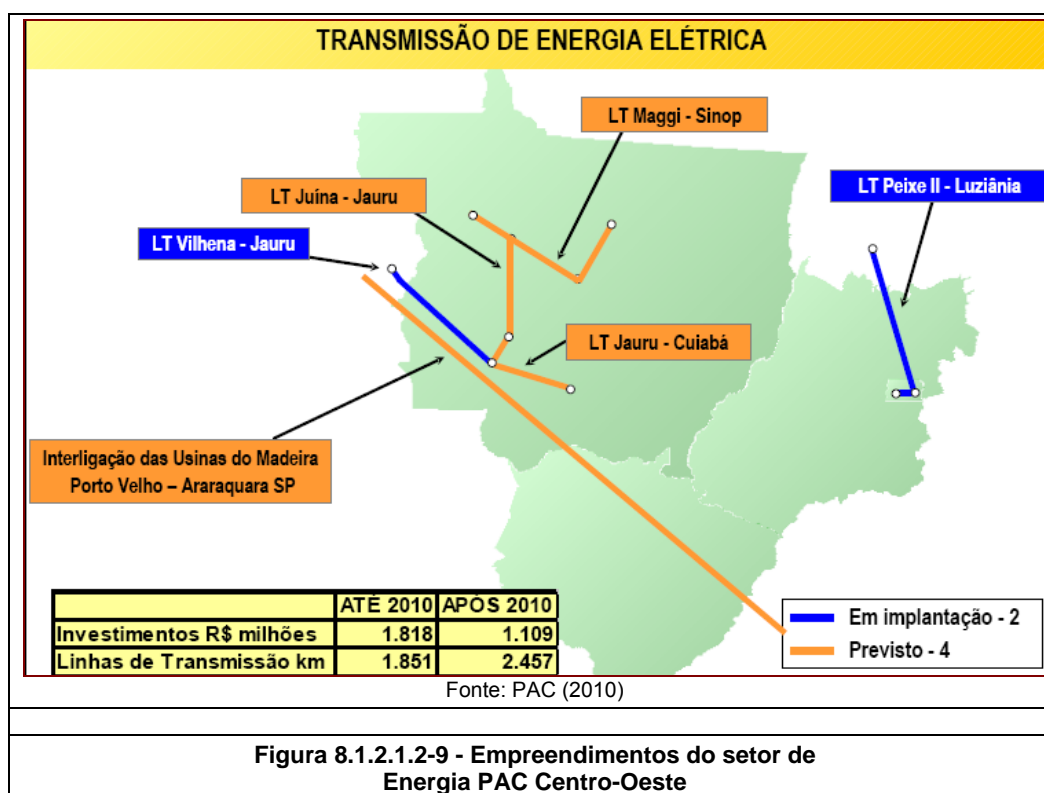
f. **Ferrovia de Integração Centro-Oeste**

Tal empreendimento já foi descrito para o Estado de Rondônia

Por fim, a última modalidade no setor de transportes a ser abordada é a complementação da Reforma do Terminal de Passageiros no Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande. Destaca-se a importância desta via, pois a cidade de Cuiabá é considerada o maior centro da porção meridional do arco rodoviário da

Amazônia Legal. “É a principal porta de entrada dos agentes econômicos do Sul da Região para o interior amazônico. Esta cidade se articula com Cáceres, Rondonópolis e Barra do Garças na porção meridional do estado, além de Sinop rumo ao interior da Amazônia” (IBGE, 2010).

O Programa de Aceleração do Crescimento apresentou como previsão de investimentos no setor infraestrutura energética e elétrica para o Estado do Mato Grosso R\$11,6 bilhões.



O complexo energético previsto para o Estado de Mato Grosso envolverá a implantação de três novas linhas de transmissão (LT) a serem implantadas: a LT Maggi – Sinop (MT), LT Juína – Jauru (MT), e a LT Jauru – Cuiabá – MT (MT) que somar-se-ão a LT Vilhena-Jauru já em operação.

Outra componente deste sistema é a implementação de um conglomerado de unidades produtoras de energia, sendo estimada a construção de 03 usinas hidrelétricas: UHE Dardanelos; UHE Toricoejo e UHE Água Limpa.

g. UHE Dardanelos

A UHE Dardanelos, projetada para a cidade de Aripuanã, Mato Grosso, foi arrematada pelo Consórcio das empresas Neoenergia, Odebrecht, Eletronorte e Chesf. Quanto a esta usina seu desenvolvendo vem causando temores em ambientalistas que afirmam

desconhecer os futuros impactos que este empreendimento venha causar, especialmente no setor ambiental e de turismo.

A usina poderá comprometer um dos maiores conjuntos de quedas d'água do país, formado pela cachoeira das Andorinhas e pelo salto de Dardanelos, com 96 metros de altura.

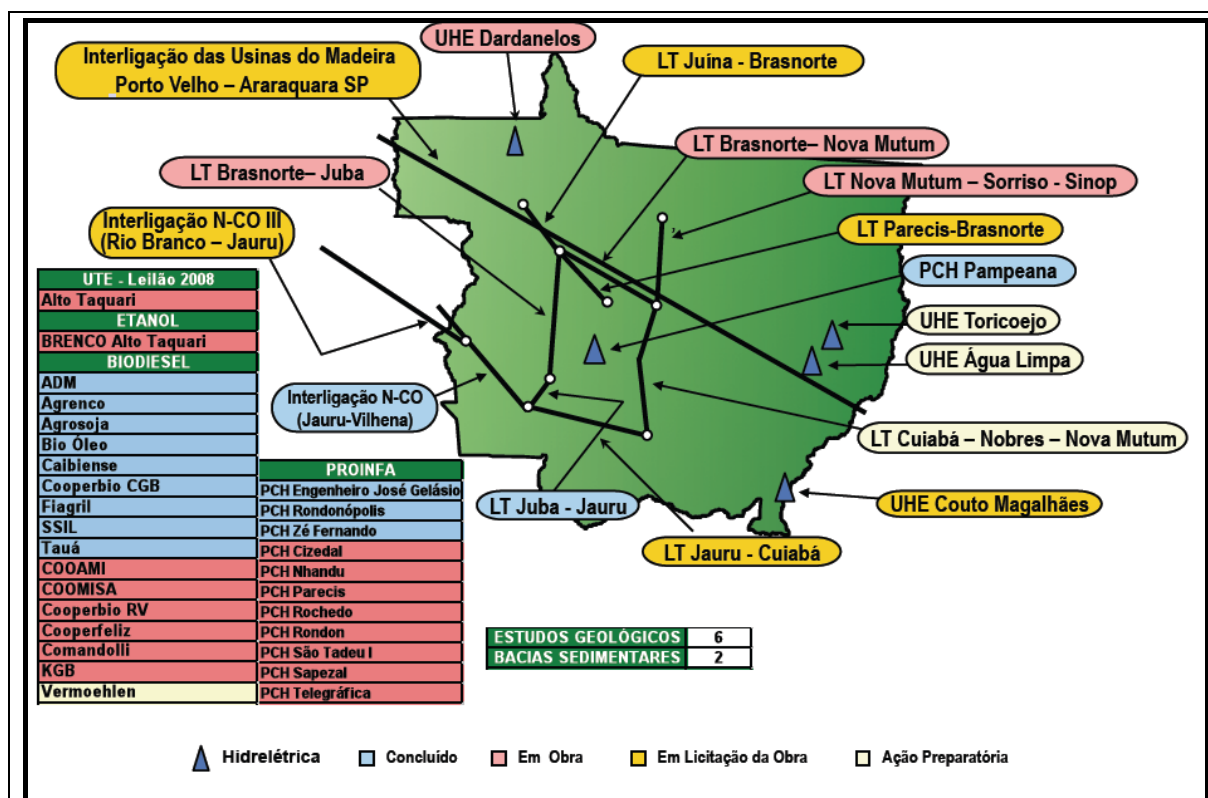
Segundo o site da SBPC (2010):

“Na melhor das hipóteses, a hidrelétrica descaracterizará a paisagem das cachoeiras das Andorinhas e de Dardanelos, situadas na periferia da cidade, nas quais o rio Aripuanã despenca uma centena de metros. (...) Na pior das hipóteses, a usina de Dardanelos secará as cachoeiras durante parte do ano e levará o ecossistema local ao colapso, extinguindo uma espécie de planta aquática que só existe na zona dos saltos e comunidades de anfíbios que dependem do ciclo natural de cheias e vazantes do rio. (...) De quebra, acabará com um balneário bastante usado pela população local, o Oásis, e com uma impressionante colônia de andorinhões que faz ninho nos paredões de arenito dos saltos. Duas análises independentes feitas em 2005, uma por um grupo de especialistas a pedido do Ministério Público de Mato Grosso e outra pela Sema (Secretaria de Estado do Meio Ambiente), apontam uma série de problemas no EIA-RIMA. Mesmo considerando que ele "precisa ser complementado", no entanto, a secretaria estadual autorizou a concessão da licença prévia à obra”.

Em 2006 foi concedida a Licença Prévia pelo Consema mesmo com uma ação do Ministério Público Federal (MPF) questionando a validade dos estudos realizados.

h. UHE Toricoejo e UHE Água Limpa

As usinas UHE Toricoejo e UHE Água Limpa encontram-se em Estudo de Viabilidade. É importante apontar que estes empreendimentos são considerados inovadores por se localizar em áreas com reduzido grau de ocupação humana. *“Trata-se de um novo conceito de Usina, semelhante às plataformas de petróleo: tanto sua construção como sua operação acontecem de forma diferenciada, em áreas não ocupadas pelo homem”.* (Gazeta, 2010)



Fonte: PAC (2010)

Figura 8.1.2.1.2-10 - Complexo Energético previsto para o Mato Grosso

i. Demais Usinas Hidrelétricas em estudo

O Relatório denominado Balanço I ano do PAC (2008) informa que a UHE Torixoreu, Cachoeirão e Juruena estão no estágio de ação preparatória.

j. Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)

Este Relatório indica, ainda, a previsão de 12 PCHs para o Estado de Mato Grosso, a saber: PCH Pampeana (27,4 MW) – localizada em Tangará da Serra; PCH Cidezal (17MW) – localizada em Sapezal; PCH Engenheiro José Gelásio da Rocha (24,45 MW) - localizada em Rondonópolis; PCH Figueirópolis (22 MW), localizada em Figueirópolis D’Oeste e Indiaví, PCH Nhandu (13 MW) localizada em Novo Mundo; PCH Parecis (15,4 MW) localizada em Campos de Júlio; PCH Rochedo (9 kW) – localizada em Ribeirão do Rochedo; PCH Rondon (13 MW); PCH São Tadeu I (18 MW) - localizada em Santo Antônio do Leverger; PCH Sapezal (16MW) - localizada em Sapezal; PCH Sete Quedas Alto (18 MW) - localizada em Juscimeira e PCH Telegráfica (30 MW) - localizada em Sapezal.

As PCHs supracitadas integram o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) que prevê a instalação de 3.300 MW de capacidade através

de diferentes modalidades de energia, das quais 1.100 MW referem-se a Pequenas Centrais Hidrelétricas que serão incorporados ao Sistema Elétrico Integrado Nacional (SIN).

Como visto anteriormente para o Estado de Rondônia, considera-se importante elencar os demais empreendimentos a serem alocado no Estado em face de sua interligação com as obras previstas no PAC e as possíveis interações na dinâmica regional e, conseqüentemente sobre as Terras Indígenas.

Segundo o Banco de Informações de Geração, da ANEEL (2010), estão sendo construídas:

- PCH Bocaiúva (30 MW), no município de Brasnorte;
- PCH da Fazenda (19,5 MW), nos municípios de Alta Floresta e Nova Monte Verde;
- PCH Jesuíta (22,3 MW) e a PCH Ilha Comprida (18,7 MW) ambas no rio Juruena.
- O rio Prata abrigará as PCHs, entre os municípios de Jaciara e Juscimeira: PCH Água Clara (4 MW), PCH Água Branca (10 MW), PCH Água Prata (13,3 MW) e PCH Água Brava (13 MW).
- Há previsão de mais duas PCHs no rio Jubinha, PCH Jubinha II (16 MW) e PCH Jubinha III (4 MW), nos municípios de Barra do Bugres e Tangará da Serra. Neste último município, há previsão da PCH Juba IV (7,4 MW), no rio Juba.
- Os municípios de Comodoro e Campos de Júlio abrigarão mais três PCHs, cada um, sendo a PCH Comodoro (10,3 MW), no rio Amazonas; a PCH Presente de Deus (13,4 MW), no rio Juína; a PCH Esperança (2,5 MW), no rio Piolhinho; e a PCH Divisa (9,5 MW), no rio Formiga.
- O município de Santo Antônio do Leverger abrigará mais duas PCHs, sendo uma no Córrego Rancho Queimado, PCH Rancho Queimado I (5 MW), e outra no rio Córrego Mestre, PCH Mestre (2 MW).
- PCH Buriti (10 MW), no rio de mesmo nome, município de Sapezal;
- PCH Rochedo (9 MW), rio Ribeirão do Rochedo, município de Novo Mundo;
- PCH Paranatinga I (22,3 MW), no rio Culuene, municípios de Campinápolis e Paranatinga;

- PCH Santana I (11,3 MW), no rio de mesmo nome, no município de Nortelândia;
- PCH Cabeça de Boi (30 MW), no rio Apiacás, municípios de Alta Floresta e Nova Monte Verde e;
- A PCH Maracanã, no rio Córrego Maracanã, município de Nova Marilândia.

Há ainda duas Usinas do tipo UTE, sendo uma chamada Unidade de Geração de Energia Elétrica Agrenco (34 MW), que usará resíduos de madeira como combustível, situando-se no município de Alto Araguaia, e a Unidade de Bioenergia Alto Taquari (72,7 MW), no município de mesmo nome, e utilizará bagaço de cana de açúcar como fonte de combustível.

Mais seis empreendimentos identificados como Centrais Geradoras Hidrelétricas estão previstos: CGH Corredeira do Noronha (340 kW), no rio Capitão Noronha, município de Paranatinga; CGH Paranorte (997,6 kW), no rio São João da Barra, município de Nova Bandeirantes; CGH Córrego Galheiros (1.000 kW), no córrego de mesmo nome, município de Campo Verde; CGH Rio Suspiro (1.000 kW), rio Suspiro, no município de Santo Antônio do Leste; CGH Córrego Santa Cruz (1.000 kW), no córrego Santa Cruz, município de Brasnorte; e a PCH Performax (1.000 kW), no córrego do ouro, município de Nova Lacerda.

Por fim, há previsão de construção de uma Usina Hidrelétrica, a UHE Couto Magalhães (150 MW), no rio Araguaia, municípios de Alto Araguaia e Santa Rita do Araguaia; e uma UTE chamada Solonorte (800 kW), no município de Comodoro, usando resíduos de madeira como combustível.

8.1.2.2 SEGUNDA FASE DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC II

A segunda fase do PAC tem como intenção a melhoria da qualidade de vida nos grandes centros urbanos, além de promover a continuidade das ações previstas em sua primeira etapa. Desta forma, se pretende a potencialização do crescimento. Para o atual governo, crescimento caminha par e passo com sustentabilidade, geração de emprego e distribuição de renda.

Esta nova versão do Programa otimizará as ações de saneamento ambiental, contenção de encostas, reflorestamento, urbanização de favelas, construção de equipamentos públicos e outras ações que venham a promover a melhor qualidade de vida aos brasileiros.

Para a área rural, o foco será investimentos na revitalização de bacias hidrográficas, a ampliação da agricultura irrigada

Assim, o Programa foi estruturado em seis eixos e o valor para cada componente é apresentada na tabela abaixo.

Quadro 8.1.2.2-1 - Gastos Estimados/Eixo

	2011-2014	Pós 2014	Total (R\$ bilhões)
PAC CIDADE MELHOR	57,1	-	57,1
Eixos	23,0	-	23,0
PAC MINHA CASA, MINHA VIDA	278,2	-	278,2
PAC ÁGUA E LUZ PARA TODOS	30,6	-	30,6
PAC TRANSPORTES	104,5	4,5	109,0
PAC ENERGIA	461,6	626,9	1088,5
Total	955,0	631,4	1586,4

Fonte: PAC (2010)

No foco de abordagem deste Documento, as tabelas a seguir evidenciam as obras previstas pelo PAC para os Estados de Mato Grosso e Rondônia

Quadro 8.1.2.2-2: Empreendimentos de Infraestrutura – PAC/ MT

Eixo	Empreendimento	Estado	PAC correspondente
Transporte	BR-163/MT – Pavimentação	MT	PAC 1
	BR-163/MT – Travessias urbanas de Nova Mutum, Sorriso e Sinop	MT	PAC 1
	BR-364/MT – Pavimentação	MT	PAC 1
	BR-163–364/MT – Duplicação	MT	PAC 1
	BR 364/MT - Contorno de Cuiabá	MT	PAC 2
	BR-163/MT - Duplicação	MT	PAC 1
	BR-242/MT - Construção	MT	PAC 1
	BR-163/MT Adequação	MT	PAC 2
	BR-158/MT - Construção	MT	PAC 1
	BR-080/MT - Construção	MT	PAC 2
	Aeroporto Terminal de Passageiros	MT	PAC 1
Energia	UHE São Manoel	MT	PAC 2
	UHE Teles Pires	MT	PAC 2
	UHE Dardanelos	MT	PAC 1
	UHE Colider	MT	PAC 2
	UHE Sinop	MT	PAC 2
	UHE Toricoejo	MT	PAC 1
	UHE Água Limpa	MT	PAC 2
	UHE Foz do Apicás	MT	PAC 2
	Interligação Tapajós – Sudeste	MT	PAC 2
	Interligação Teles Pires - Sudeste	MT	PAC 2
	LT Nova Mutum – Sinop	MT	PAC 1
	LT Juína – Brasnorte	MT	PAC 1
	LT Brasnorte - Nova Mutum	MT	PAC 1
	LT Parecis - Brasnorte	MT	PAC 1
LT Interligação N/CO III – Rio Branco-Jauru	MT	PAC 1	

Eixo	Empreendimento	Estado	PAC correspondente
	LT Interligação Madeira (Porto Velho – Araraquara C1 e C2)	MT	PAC 1
	LT Interligação N/CO– Jauru-Vilhena	MT	PAC 1
	LT Juba Jauru	MT	PAC 1
	LT Brasnorte Juba	MT	PAC 1
	LT Jauru - Cuiabá	MT	PAC 1
	LT Cuiabá- Nobres- Nova Mutum	MT	PAC 1
	LT Cuiabá- Ribeirãozinho – Rio verde do Norte	MT	PAC 1

Quadro 8.1.2.2-3 - Empreendimentos de Infraestrutura – PAC/ RO

Eixo	Empreendimento	Estado	PAC correspondente
Transporte	BR-364/RO - Travessia de Ouro Preto do Oeste	RO	PAC 2
	BR-364/RO - Travessia de Ji-Paraná	RO	PAC 2
	BR-364/RO - Travessia de Pimenta Bueno	RO	PAC 2
	BR-364/RO - Travessia de Vilhena	RO	PAC 2
	BR-364/RO - Travessia de Presidente Médici	RO	PAC 2
	BR-429/RO – Pavimentação	RO	PAC 1
	BR-429/RO - Construção	RO	PAC 2
	BR-319/RO Contorno de Porto Velho/RO	RO	PAC 2
	BR-364/RO Ponte Abunã	RO	PAC 2
	BR-364/RO – Travessia de Porto velho	RO	PAC 1
	Ferrovia de Integração Centro-Oeste Uruaçu/GO – Vilhena/RO	RO	PAC 1
	Ferrovia de Integração Centro-Oeste Uruaçu/GO – Lucas do Rio Verde/MT	RO	PAC 2
	Ferrovia de Integração Centro-Oeste Lucas do Rio Verde/MT – Vilhena/RO	RO	PAC 2
	Ferrovia Rondonópolis/MT – Cuiabá/MT	RO	PAC 2
Ferrovia Alto Araguaia/MT-Rondonópolis/MT	RO	PAC 1	
Energia	UHE Jirau	RO	PAC 1
	UHE Santo Antônio	RO	PAC 1
	UHE Rondon II	RO	PAC 1
	LT Interligação das Usinas do Madeira C1 e C2	RO	PAC 1
	LT Interligação N/CO III – Rio Branco-Jauru	RO	PAC 1
	LT Interligação N/CO III – Vilhena-Samuel	RO	PAC 1
	LT Interligação N/CO III – Ji-Paraná-Vilhena	RO	PAC 1
	LT Ji-Paraná- Vilhena	RO	PAC 1

8.2 EMPREENDIMENTOS NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS

Neste item foi feito um levantamento de empreendimentos – privados ou governamentais – que estejam nas proximidades das Terras Indígenas. Como a intenção é demonstrar o cenário atual de pressões sobre estas áreas, foram considerados não apenas os empreendimentos (Linhas de Transmissão, Usinas Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Rodovias, Mineradoras, etc.) que causam impactos diretamente sobre alguma terra indígena, mas também aqueles que se encontram nas suas proximidades, cujas presenças contribuam para caracterizar um cenário de pressão sinérgica sobre as Terras Indígenas da área de influência das linhas de transmissão que são objeto deste estudo.

O levantamento destes empreendimentos foi feito a partir de diversas fontes, tal como: FUNAI, IBAMA, Aneel, DNIT, Relatórios do PAC, Secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente de Rondônia e Mato Grosso, Eletrobrás, Instituto Socioambiental (ISA), assim como diversos trabalhos acadêmicos.

Os levantamentos consideraram empreendimentos existentes e já em operação, cujas pesquisas já evidenciaram suas influências no quadro de pressões sobre as Terras Indígenas e empreendimentos em licenciamento, seja em fase de estudo para as licenças prévias e de instalação ou em fase de construção e acompanhamento ambiental para a emissão das licenças de operação. Também foram pesquisados aqueles ainda em fase de planejamento que ainda não entraram em processo de licenciamento.

Para os empreendimentos em licenciamento, iniciou-se a pesquisa a partir dos processos existentes na CGGAM/FUNAI para cada uma das TIs em estudo, no intuito de partir do critério desta instituição quanto à classificação de empreendimentos que representem potencial de causar impactos para os grupos indígenas. Porém, cabe destacar as diferentes realidades encontradas nesta pesquisa em função de contextos específicos influenciados tanto pelas diferenças entre licenciamentos estaduais e federais quanto pelas diferentes fases e tempos dos processos dentro da FUNAI. Tal contextualização será feita em tópico específico abaixo.

A apresentação de empreendimentos por Terras Indígenas foi dividida em cinco tópicos que seguiram a lógica de divisão de trechos, conforme apresentado na metodologia deste estudo, para facilitar a visualização dos mapas de empreendimentos, a saber:

Trecho 1 – Terra Indígena Karitiana e Referência 45 (Bom Futuro)

Trecho 2 – Terras Indígenas Tubarão Latundê, Rio Omerê e Tanaru

Trecho 3 – Terras Indígenas Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé e Paukalirajausu

Trecho 4 – Terra Indígena Umutina

Trecho 5 – Terras Indígenas Tadarimana e Jarudoré

8.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO PESQUISADOS

Somente a partir de 1986 foram estabelecidas políticas públicas voltadas para a avaliação dos impactos ambientais de grandes empreendimentos, a partir da Resolução nº001/86 e da Resolução nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente — CONAMA. Sendo assim, até esta data grandes empreendimentos eram construídos sem esta análise dos potenciais impactos socioambientais e conseqüentemente sem a definição e obrigação de implementação das respectivas medidas mitigatórias e compensatórias.

De acordo com a Resolução 001/86 nos Artigos 2º e 3º:

“Dependerá de elaboração de EIA e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente (ou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis — IBAMA — no caso de atividades de competência federal, por lei), o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente.”

E de acordo com a 237/97 em seu artigo 40 é estabelecido que:

*“Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber: - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; **em terras indígenas** ou em unidade de conservação de domínio da União”.*

Destaca-se também a importante ruptura quanto ao tratamento do Estado com relação às sociedades indígenas que representou a Constituição Federal de 1988, como já discutido neste estudo, marco para reconhecimento destes grupos como sujeitos

coletivos com direitos específicos (Borges: 2009). Destaca-se nos artigos 231 e 232 o tratamento da “Terra Indígena” como categoria jurídica que “reconhece aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais (solo, rios e lagos) de dada porção do território nacional” (op.cit.).

Sendo assim, para que sejam obtidas as licenças ambientais de empreendimentos potencialmente impactantes, deverão ser elaborados estudos de impactos ambientais (EIA-RIMA), cujas áreas de abrangência deverão considerar a existência ou não de Terras Indígenas para a avaliação de potenciais impactos que possam ameaçar as integridades físicas e culturais destes povos.

Cabe destacar que os impactos não se restringem às delimitações jurídicas da Terra Indígena, mas sim a todo um território que considere áreas fundamentais para proteção e preservação de recursos naturais necessários para a reprodução de seus modos de vida (cabeceiras de rios, áreas de coleta de frutos, de caça e de pesca, etc.) bem como com importâncias simbólicas para os grupos (áreas sagradas, cemitérios e aldeias antigas que tenham ficado fora das delimitações jurídicas).

Borges (2009) descreve alguns procedimentos básicos do Licenciamento Ambiental Indígena, que são aqui complementados pela equipe deste estudo, a saber:

- 1 – Empreendedor remete informações preliminares ao IBAMA;
- 2 – IBAMA solicita parecer da FUNAI;
- 3 – CGPIMA/FUNAI (atual CGGAM) solicita informações complementares do empreendedor para emissão do TR Indígena (em alguns casos é solicitada informação complementar do órgão ambiental);
- 4 – É realizado (quando avaliado a necessidade) o Estudo do Componente Indígena por equipe interdisciplinar de especialistas contratada pelo empreendedor: dados etnográficos, determinação dos impactos diretos e indiretos, posicionamento dos povos indígenas;
- 5 – Como parte do EIA-RIMA, o Estudo do Componente Indígena é reenviado ao IBAMA se aprovado pela FUNAI.
- 6 – IBAMA solicita parecer da FUNAI e não óbice ao empreendimento para a emissão das licenças.

Na pesquisa realizada nos arquivos do CGGAM, sobre os processos de licenciamento existentes sobre as Terras Indígenas em estudo foram encontradas as seguintes realidades:

- Empreendimentos em licenciamentos estaduais: em muitos casos o órgão ambiental estadual não consulta a FUNAI para a emissão de parecer sobre a necessidade ou não de Componente Indígena. Em alguns casos a própria FUNAI solicita mais informações ao órgão para sua avaliação. Muitos dos processos consultados estavam paralisados em função da ausência de retorno destes órgãos, em especial do Mato Grosso;
- Empreendimentos construídos em épocas anteriores ou no começo da década de 80 e que estão em fase de realização de estudos complementares para a definição de impactos e adequação às exigências socioambientais;
- Empreendimentos já construídos, que na época de licenciamento não necessitaram de elaboração de Componente Indígena no EIA-RIMA, mesmo apresentando potenciais impactos;
- Empreendimentos cujos Termos de Referências estão em elaboração;
- Empreendimentos cujos Componentes Indígenas estão em elaboração;
- Empreendimentos cujos Componentes Indígenas estão em análise na FUNAI;
- Empreendimentos em fase de implementação do Componente Indígena do Projeto Básico Ambiental (PBA);
- Empreendimentos em discussão preliminar de engenharia junto à FUNAI para diminuição de potenciais impactos.

Além destes casos, foram mapeados, através de consultas a demais fontes e de relatos de lideranças indígenas por ocasião do envolvimento da equipe em outros projetos, de empreendimentos localizados no entorno de Terras Indígenas já construídos e em operação, cujos licenciamentos não consideraram estudos e consultas com relação aos impactos sobre os povos indígenas, caracterizando-se assim com passivos ambientais.

Sendo assim, para muitos processos não foi possível obter informações mais detalhadas sobre as análises de impactos e acompanhamento das populações indígenas sobre os empreendimentos no entorno de seus territórios. Poucos materiais,

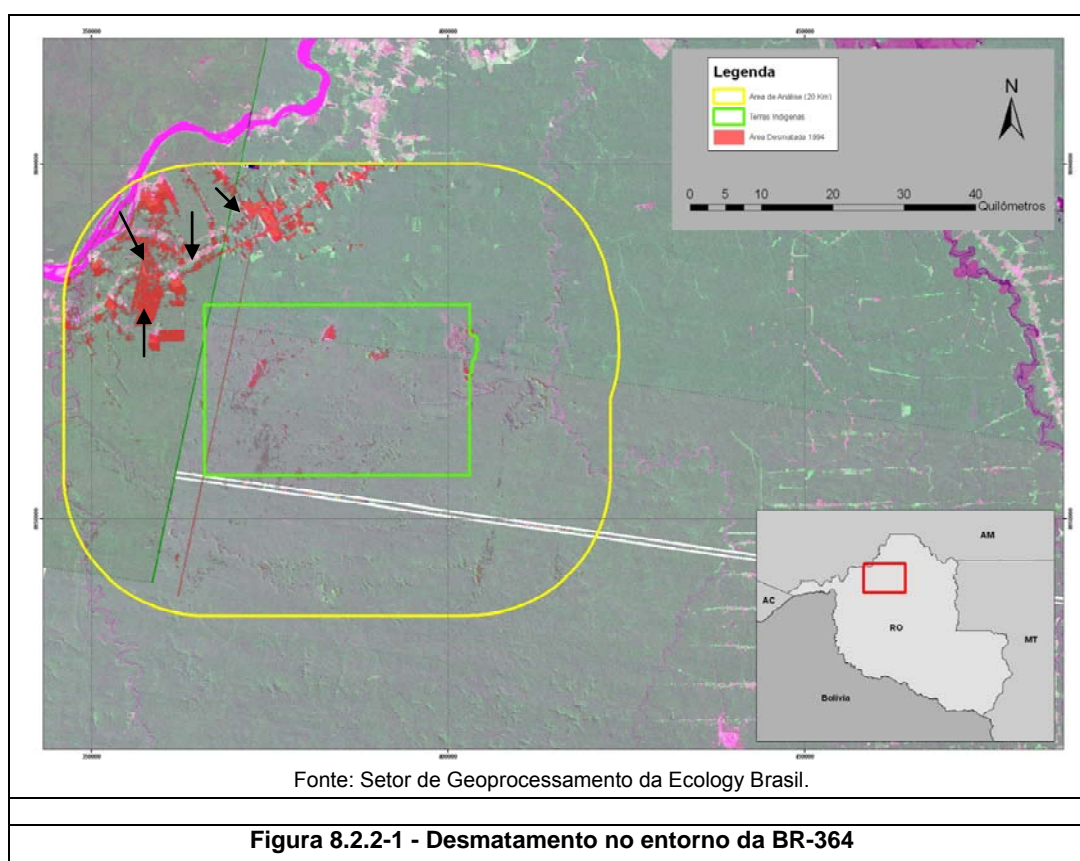
como Componentes Indígenas para EIA e PBA existiam ou estavam acessíveis para as Terras Indígenas em estudo.

Abaixo serão contextualizadas por trechos as informações existentes sobre os empreendimentos no entorno das Terras Indígenas, a fase de licenciamento em que se encontram no órgão ambiental e na FUNAI e a existência ou não de Componente Indígena.

8.2.2 TRECHO 1 – TERRA INDÍGENA KARITIANA E REFERÊNCIA Nº 45 – BOM FUTURO

Este trecho caracteriza-se como um dos mais sensíveis do ponto de vista de pressões de empreendimentos, tanto pela magnitude dos impactos relativos a empreendimentos já construídos no entorno e em territórios indígenas, como no caso da BR-364 e da UHE Samuel e linhas de transmissão associadas, e dos que estão em construção – Complexo do Madeira - quanto pela referência à existência de índios isolados na região. Outro fator que agrava a situação é a indicação de que o povo Karitiana está ocupando áreas fora dos limites jurídicos da Terra Indígena para reconhecimento de áreas tradicionais e importantes para sua sobrevivência, o que os deixa mais vulneráveis diante desta perspectiva de desenvolvimento da região.

Como vimos nos tópicos anteriores deste estudo, a construção da BR 364 foi um importante propulsor de desenvolvimento e, sobretudo, de ocupação territorial em Rondônia. Neste sentido, a partir da **Figura 8.2.2-1**, é possível observar que as áreas mais desmatadas (em vermelho) nas proximidades da Terra Indígena Karitiana (identificada em verde) estavam exatamente nas margens da BR 364 (Indicada por setas). Assim, a pavimentação desta rodovia federal – na década de 1980 – constituiu um importante foco de pressões sobre tal Terra Indígena, promovendo uma ocupação desordenada nas proximidades da TI.



Em decorrência do aumento populacional regional, especialmente para Porto Velho, provocado pelos investimentos do Polonoroeste, bem como relacionado à implantação dos Projetos Integrados de Colonização do INCRA a partir de 1970, houve uma maior demanda por energia, que veio a ser suprida com a construção a partir de 1982 da Usina Hidrelétrica Samuel (Neto e Moret, 2008).

Porém, mais do que somente pela necessidade de energia, de acordo com Fearnside (2004), o projeto da UHE Samuel foi permeado por interesses políticos. Para este autor, os empreendimentos desenvolvimentistas, notadamente a pavimentação da BR 364 (que era o ponto de partida do Polonoroeste) e a construção da UHE Samuel, estavam inseridos no desejo de políticos locais em transformar Rondônia em um Estado³, algo que de fato ocorreu em 1984. Com a criação do Estado de Rondônia, alguns políticos, como o ministro do interior, Mario Andreazza, pretendiam, segundo Fearnside (2004), passar a atuar no cenário nacional, usufruindo o prestígio local que detinham. O investimento em empreendimentos desenvolvimentistas também estaria, então, inserido neste contexto de busca por prestígio de políticos locais.

Segundo Fearnside (op.cit.), apesar de nenhuma Terra Indígena ter tido área inundada com a formação do reservatório da UHE Samuel, foi considerada a possibilidade de

³ Até então Rondônia era um território federal administrado pelo exército (Fearnside, 2004)

impactos no grupo Uru-Eu-Uau-Uau que habita as cabeceiras do Rio Jamari, isto pela possibilidade de impedimento da migração de peixes. Além disso, a construção desta hidrelétrica contribuiu “para atração de população adicional a Rondônia, levando à pressão crescente em áreas indígenas” (Leonel, 1987), em especial na TI Karitiana pela sua maior proximidade com a cidade de Porto Velho.

Mais recentemente, Domingues (2003), mostra que duas Usinas Termelétricas, Termo Norte I e II, foram contratadas pela Eletronorte, em 1999, para suprir energia à capital Porto Velho. Assim, foi construído um sistema de transmissão de energia interligando Porto Velho a Rio Branco, incorporando algumas cidades no caminho, como Abunã e Guajará-Mirim, com geração centrada na capital de Rondônia.

Para a construção da LT que liga Rio Branco a Porto – Velho, com início em 2000, não foi considerada em seu licenciamento a necessidade de elaboração de Componente Indígena, apesar de a LT localizar-se a 5 km da TI Karitiana. Em planejamento consta outra LT que correrá em paralelo à existente formando um segundo circuito para interligação entre Rio Branco e Porto Velho.

A interligação do sistema isolado de Acre e Rondônia ao Sistema Interligado Nacional ocorreu, em 2009, por meio da operação da Linha de Transmissão 230kv Jauru/Vilhena, que ainda tem um trecho de Vilhena a Samuel em construção. A partir da cidade de Jauru, em Mato Grosso, existe uma Linha de Transmissão, em 230 kV, até Coxipó. A partir da cidade de Jauru, como aponta Domingues (2003), é feita a interligação energética entre Rondônia e Mato Grosso, e, em maior escala, entre o sistema Acre/Rondônia e o SIN, via Mato Grosso. Ainda de acordo com Domingues (op.cit.), a rota deste corredor de transmissão de energia levou em consideração evitar maiores desmatamentos, por isso a escolha de traçados paralelos à BR 364, região previamente desmatada. Além disso, o corredor escolhido possibilitou a integração ao sistema de diversos aproveitamentos hidrelétricos no caminho, no sul de Rondônia e sudoeste de Mato Grosso. No entanto, a interligação do sistema Acre/Rondônia ao SIN deverá causar problemas políticos e jurídicos, uma vez que os Produtores Independentes de Energia – Termo Norte I e II – assinaram contratos longos com a Eletronorte.

Dentre os empreendimentos mapeados para este trecho destaca-se a construção das Usinas do complexo do Madeira, UHE Santo Antônio e UHE Jirau, e linhas de transmissão associadas.

Segundo consta no Componente Indígena das UHEs Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, a TI Karitiana é a mais próxima da área de influência direta dos empreendimentos, ficando em situação de vulnerabilidade.

Espera-se um contingente de mais de dez mil pessoas a serem absorvidas pelos empreendimentos, nos próximos quatro anos, além do fluxo de pessoas que buscará a região pela possibilidade de novas oportunidades. Neste sentido, a Terra Indígena, que já sofrera com invasões de madeireiros, mineradores e garimpeiros, corre grande risco de sofrer novamente com invasões.

De acordo com o PBA da UHE Jirau, os impactos que têm maior probabilidade de ocorrer são aqueles relacionados ao aumento da população de migrantes, ampliação de estradas existentes e abertura de novas, ocupação de terras ao redor das Terras Indígenas, com incentivo da indução de novos investimentos na região. Assim, todos estes elementos configurariam um cenário de pressão antrópica sobre os recursos hídricos, minerais, faunísticos e florísticos da TI, bem como por conta de invasões ilegais. Prevê-se, ainda, a expansão da incidência de malária, devido à modificação do habitat, alteração na dinâmica de populações de insetos vetores e onda de migração de indivíduos infectados ou susceptíveis para a região.

O PBA da UHE Jirau prevê alguns Subprogramas de Monitoramento: Subprograma de Monitoramento da Paisagem; Subprograma de Monitoramento de Recursos Hídricos e de Qualidade da Água; Subprograma de Monitoramento da Caça; Subprograma de Monitoramento da Pesca; Subprograma de Monitoramento do Extrativismo; Subprograma de Atividades Produtivas; Subprograma de Monitoramento da Saúde de Populações Indígenas; Subprograma de Valorização Cultural Indígena; Subprograma de Informação de Índios Isolados e Subprograma de Avaliação das Sobreposições das Unidades de Conservação e Terras indígenas.

Destaca-se também um empreendimento que está relativamente próximo à região onde há referência de índios isolados (Referência 45): a BR 421, que liga Ariquemes a Guajará – Mirim, e está em processo de pavimentação. Segundo informações de técnicos da FUNAI, na região onde passa esta rodovia há outras referências de índios isolados – além da referência 45 – o que poderia indicar uma área de circulação de índios. A referência 45 não está contemplada no mapa do **Anexo 8.2.2.1 – Mapa de Empreendimentos do Trecho 1**, por não existir uma delimitação de área, o que dificulta sua representação no mapa. Apenas se sabe que se encontra ao sul da TI Karitiana, dentro da FLONA Bom Futuro.

Abaixo, no **Quadro 8.2.2-1** segue a listagem de empreendimentos já construídos e/ou em operação, em construção e planejados mapeadas para este trecho, e que podem ser visualizados no **Anexo 8.2.2.1 – Mapa de Empreendimentos do Trecho 1**

Quadro 8.2.2-1 - Empreendimentos no entorno da TI Karitiana e Referência nº 45

TRECHO 1 - TI KARITIANA E REFERÊNCIA Nº45		
Empreendimentos	Estágio	Acompanhamento FUNAI
BR-364	Construída e pavimentada	-
UHE Samuel	Em operação	-
UHE Jirau	Em obra	Acompanhamento da implementação do PBA
UHE Santo Antônio	Em obra	Acompanhamento da implementação do PBA
LT 500 kV UHE Jirau - Porto Velho	planejada	Ainda não está em fase de licenciamento. (pertencente ao complexo do madeira)
LT 500 kV UHE Santo Antonio - Porto Velho	planejada	Ainda não está em fase de licenciamento (pertencente ao complexo do madeira)
LT 230 kV Rio Branco/AC - Porto Velho/RO e 138 kV Abuanã/RO-Guajará-Mirim/RO	Construída (LI saiu em 2000)	Localiza-se a 5 km da TI Karitiana e 18 da Kaxarari, porém não foi feito Componente Indígena. FUNAI emitiu não óbice.
LT 230 kV Rio Branco/AC - Porto Velho/RO e 138 kV Abuanã/RO-Guajará-Mirim/RO	Planejada	Ainda não está em fase de licenciamento
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C1	Em estudo para LP	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira)
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C2	Em estudo para LP	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira)
BR - 421 - Pavimentação e alteração do Traçado original	Em estudo para LP	TR emitido no início de 2010 (Alteração do traçado está sendo discutida entre DNIT e FUNAI)

Fonte: Ecology com dados da FUNAI, IBAMA, ANEEL, DNIT, Relatórios do PAC, Secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente de Rondônia e Mato Grosso, Eletrobrás

8.2.3 TRECHO 2 – TERRAS INDÍGENAS TUBARÃO LATUNDÊ E OMERÊ

As principais pressões sofridas pelos grupos indígenas que habitam as terras em questão são decorrentes da pecuária e extração ilegal de madeira. No **Anexo 8.2.3.1 - Mapa de Empreendimentos do Trecho 2** é possível observar que nas proximidades das TIs Rio Omerê e Tanaru, além das LTs em estudo (Porto Velho/Araraquara) não existem empreendimentos de infra-estrutura planejados, em construção ou operação.

Algo importante a se considerar, para a área que abrange as três Terras Indígenas consideradas, é a transformação da cidade de Vilhena numa espécie de centro da região Cone Sul de Rondônia, como apontado por Neto e Moret (2008), por onde passarão diversas linhas de transmissão e que será destino final de uma grande ferrovia (Ferrovia Uruaçu/Vilhena).

Na região há empreendimentos de pequeno porte, como diversas PCHs, tanto já operando como planejadas ou em construção, e Usinas Termelétricas. Duas Linhas de Transmissão estão sendo planejadas para passar nas proximidades da TI Tubarão

Latundê, enquanto já existe uma construída. Como visto anteriormente, a região onde estão as Terras Indígenas deste trecho, sobretudo a TI Tubarão Latundê, estão na região conhecida como Cone Sul de Rondônia, recentemente interligada ao Sistema Interligado Nacional de energia por meio da LT 230 kV Jauru/Vilhena, que será discutida adiante, além das linhas que são objeto do presente estudo.

No entanto, um empreendimento que causou, e ainda causa, impactos sobre os grupos indígenas aqui considerados, é a BR 364.

Apesar da grande distância que separa a TI Rio Omerê da rodovia Cuiabá/Porto Velho, a pavimentação desta BR, na década de 1980, constituiu importante pressão sobre os índios da região, uma vez que, como afirma Schroder (2008), os investimentos do Polonoroeste causaram o aumento do desmatamento e, sobretudo, do fluxo de imigrantes para Corumbiara, especialmente pela melhoria nas condições de acesso.

Assim, os índios que residiam nos arredores do rio Omerê ficaram ainda mais vulneráveis às pressões de posseiros, grileiros, madeireiros, pecuaristas, etc. Este autor ainda argumenta que tanto o Polonoroeste como o Planaflores beneficiaram a ação de fazendeiros, pecuaristas e madeireiros em Corumbiara, o que “encurralava” ainda mais os índios da região, que, foram contactados pela FUNAI somente na década de 1990.

Dois importantes propulsores de ocupação do entorno da TI Tubarão Latundê foram: a pavimentação da BR 364 e da RO 391. Sobre esta última, que dá acesso à cidade de Chupinguaia, foi informado à equipe por técnicos da FUNAI em Cuiabá e por lideranças indígenas durante desenvolvimento de outros trabalhos na TI, que após a pavimentação desta rodovia houve aumento do tráfego de caminhões, o que causa maior morte de animais e, por conseqüência, prejudica a caça dos índios. Outro impacto importante da rodovia estadual RO 391 sobre os índios da TI Tubarão Latundê, ainda de acordo com técnicos da FUNAI em Cuiabá, é o aumento da invasão de madeireiros, palmiteiros e, sobretudo, grileiros. Não houve quaisquer medidas de mitigação direcionadas aos índios em decorrência da pavimentação desta rodovia, apesar dos impactos que causa.

Assim, foi apontado por técnicos da FUNAI em Cuiabá que as áreas onde existem mais atividades madeireiras e de soja são exatamente as áreas próximas às rodovias, RO 391, RO 370 e BR 364.

A TI Tubarão Latundê é impactada indiretamente pela PCH Cascata, que fica no rio Pimenta Bueno. Segundo o diagnóstico realizado pelo Instituto Creatio (2007), a PCH foi construída a aproximadamente 15 km do limite da terra indígena Tubarão Latundê.

Ainda segundo o diagnóstico os estudos não indicariam a possibilidade de alagamento de área dentro da TI. No entanto, algumas considerações do relatório apontam para possíveis impactos, conforme pode ser observado no trecho do relatório.

“Durante os trabalhos de campo identificamos que a implantação da PCH Cascata nas proximidades da Terra Indígena Tubarão Latundê ocasionará em princípio desordem e desconforto não só para o Povo Indígena que vive na região. O município de Chupinguaia enfrentará grandes problemas em razão do déficit nos setores de saúde e moradia, por exemplo, será necessário implementar uma série de medidas visando minimizar os impactos causados pela chegada dos novos atores no contexto regional”(Instituto Creatio, 2007:38).

Ainda de acordo com o diagnóstico feito pelo Instituto Creatio (2007), o aumento da oferta de energia em Chupinguaia, por conta da operação da PCH Cascata, deverá aumentar significativamente os investimentos na região, o que constituirá maior pressão sobre a Terra Indígena. A rodovia de acesso ao local da PCH Cascata é a RO 370, que, segundo o diagnóstico não é utilizada pelos indígenas desta TI, o que amenizaria os conflitos entre índios e não índios. No entanto, ainda como consta no Diagnóstico, ocorrerá aumento dos contatos interétnicos, aumentando a pressão sobre a TI, sob forma de invasões de grileiros e posseiros, que, por sua vez, podem acabar pescando e/ou caçando na região; além do aumento da ocorrência de doenças, inclusive transmissíveis.

Dentre as medidas de compensação que estão sendo feitas, em decorrência dos impactos desta PCH na Terra Indígena, foi informado à equipe da Ecology, por técnicos da FUNAI de Cuiabá, que a prioridade é a recuperação da malha viária dentro da TI, uma vez que a comercialização dos excedentes produzidos na TI fica sujeita às condições desfavoráveis da estrada de acesso. A recuperação da malha viária também possibilita a melhoria do acesso a serviços de saúde e educação, assim como facilita a própria vigilância sobre o território, para impedir a invasão de madeireiros e garimpeiros. Além disso, existem outras medidas compensatórias, como: Compra de Barcos para fiscalização contra invasões na TI; Construção de uma Casa de Farinha, para comercialização da farinha produzida na TI nos municípios da região, como Chupinguaia e Vilhena; e um programa de Fiscalização contra incêndios. Existem, ainda, outras medidas previstas no Plano Básico Ambiental (PBA) feito pelo Instituto Creatio, em 2007, tal como: Implementação da Pecuária, Extração do Óleo de Copaíba, Construção de duas Casas Multiuso para realização de oficinas, reuniões, etc.

Mais um empreendimento localizado no entorno da Terra Indígena é a Linha de Transmissão Samuel – Jauru. Segundo o Diagnóstico elaborado pelo instituto Creatio (2007), o empreendimento não causará impacto ambiental direto na vegetação das terras indígenas. No entanto, especialmente durante o período de instalação da LT, foi feita uma previsão de aumento do contato interétnico, entre operários e índios, o que representa uma situação potencial de impactos sobre os indígenas, com risco de invasão no território indígena. Além disso, ainda de acordo com o Diagnóstico do Instituto Creatio, a disponibilidade de energia deverá incentivar o desenvolvimento regional, com conseqüente ocupação desordenada, aumentando a pressão sobre a TI Tubarão Latundê. Por fim, o diagnóstico ainda aponta para o impacto visual da Linha de Transmissão, alterando a paisagem cotidiana dos indígenas.

Dentre as ações propostas para mitigação dos impactos da LT Samuel – Jauru, consta a instalação de dispositivo anticolisão nos cabos, para evitar a morte de aves; colocação de placas indicativas. Os grupos de ações propostas pelo PBA são: Apoio a Infraestrutura; segurança alimentar; fortalecimento comunitário e proteção e fiscalização. O Projeto Básico encontra-se em fase de implantação.

Além da PCH Cascata, outra usina que está próxima à TI Tubarão Latundê é a PCH Chupinguaia já em operação (não foi identificado processo na FUNAI), situada no rio de mesmo nome, bastante utilizado pelos índios da TI Tubarão Latundê, seja para banho, seja como fonte de água.

Dentre os empreendimentos previstos destaca-se a Ferrovia Uruaçu/Vilhena. De acordo com a Avaliação Preliminar de Impactos Socioambientais e Proposição de Medidas Mitigadoras e Compensatórias da Ferrovia Uruaçu/Vilhena (Borges: 2009), esta tem como objetivo diminuir o custo de mercadorias e transporte para promover o desenvolvimento. Assim, há tendência de concentração de massas de pessoas movidas pela possibilidade de enriquecimento. A região por onde passará a ferrovia, ainda segundo o próprio estudo, já está tomada por grandes fazendas de criação de gado e grãos – principalmente soja – que já causam grande desmatamento. Consta na Avaliação Preliminar de Impactos desta ferrovia uma avaliação importante, como citado abaixo:

“O objetivo manifesto da Ferrovia EF-246 é facilitar o escoamento da produção de grãos, produtos pecuários e de minérios (Edital nº004/2008/STE: pg. 13). Justamente daqueles produtos oriundos de atividades que, historicamente, são responsáveis pela usurpação dos territórios indígenas e destruição de seus recursos naturais.” (Estudo de Impacto Ambiental da Ferrovia EF-26, pág.67).

Deste modo, a construção da ferrovia irá induzir a produção regional de produtos cujas atividades causam, historicamente, grandes impactos nas Terras Indígenas. A TI Tubarão/Latundê está a aproximadamente 30 km a oeste do traçado.

Além dos empreendimentos já citados, nas proximidades da TI Tubarão Latundê existem outros empreendimentos mapeados no entorno desta Terra que carecem de maiores informações. Abaixo, no **Quadro 8.2.3-1** segue a listagem de empreendimentos já construídos e/ou em operação, em construção e planejados mapeadas para este trecho que podem ser visualizados na **Anexo 8.2.3-1 – Mapa de Empreendimentos do Trecho 2**.

Quadro 8.2.3-1 - Empreendimentos no entorno das Terras Indígenas Tubarão Latundê, Omerê e Tanaru

TRECHO 2 - TERRAS INDÍGENAS TUBARÃO LATUNDÊ, RIO OMERÊ E TANARU			
Empreendimentos	Estágio	TIs relacionadas	Acompanhamento FUNAI
BR-364	Construída	Tubarão Latundê, Rio Omerê e Tanaru	-
LT 230 kV - Porto Velho-Vilhena	Em operação	Tubarão Latundê	Sem processo. Lideranças não foram consultadas apesar de localizar-se cerca de 1km da TI
LT 230 kV Samuel/RO - Jauru/MT	Trecho Jauru - Vilhena construída (com LO) e Vilhena Samuel prevista (com LI)	Tubarão Latundê,	Acompanhamento de implementação do PBA. Localiza-se cerca de 6km da TI Tubarão Latundê,
LT 230 kV Jauru -Porto Velho	em estudo para LP	Tubarão Latundê	Elaboração de TR. Localiza-se cerca de 4km da TI Tubarão Latundê,
Ferrovia Uruaçu/Vilhena	Planejada	Tubarão Latundê, Vale do Guaporé	Ainda não está em licenciamento
PCH Apertadinho	Em Construção	Tubarão Latundê	TI Tubarão fica a jusante, porém muito distante Segundo Técnico da FUNAI(CGGAM), não houve estudos de Componente Indígena pela grande distância da TI
PCH Cascata	Em Operação	Tubarão Latundê	Acompanhamento de implementação do PBA. Localiza-se cerca de 8km da TI Tubarão Latundê e 16km da TI Omerê. Mas somente a TI Tubarão foi considerada na Área de Influência.
UHE Rondon II	Em Construção	Tubarão Latundê	Sem processo e sem maiores informações. Porém localiza-se a 50 km da TI Tubarão

TRECHO 2 - TERRAS INDÍGENAS TUBARÃO LATUNDÊ, RIO OMERÊ E TANARU			
Empreendimentos	Estágio	TIs relacionadas	Acompanhamento FUNAI
			Latundê.
PCH Cachoeira	Em Operação	Tubarão Latundê	Sem processo e sem maiores informações. Porém localiza-se cerca de 4km da TI tubarão Latundê.
PCH Chupinguaia	Em Operação	Rio Omerê e Tubarão Latundê	Sem processo. Porém localiza-se cerca de 40km da TI Tubarão Latundê em rio utilizado pelos índios e cerca de 20km da TI Omerê.
UTE Chupinguaia	Em Operação	Tubarão Latundê e Rio Omerê	Sem processo e sem maiores informações. Porém localiza-se cerca de 8 km da TI Tubarão Latundê e cerca de 25km da TI Omerê.
PCH Urubu	Prevista	Tubarão Latundê e Rio Omerê	Sem processo e sem maiores informações. Porém localiza-se cerca de 30km da TI Tubarão Latundê e 40 km da TI Omerê.
RO 391	Concluído (asfaltada em 2008)	Tubarão Latundê e Rio Omerê	Sem processo, porém com relatos de impactos por técnicos da FUNAI de Cuiabá e lideranças indígenas.
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C1	Em estudo para LP	Tubarão Latundê, Omerê e Tanaru	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira)
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C2	Em estudo para LP	Tubarão Latundê, Omerê e Tanaru	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira)

Fonte: Ecology com dados da FUNAI, IBAMA, ANEEL, DNIT, Relatórios do PAC, Secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente de Rondônia e Mato Grosso, Eletrobrás

8.2.4 TRECHO 3 – TERRAS INDÍGENAS VALE DO GUAPORÉ/PEQUIZAL E SARARÉ/PAUKALIRAJAUSU

Este trecho está situado numa região considerada chave no contexto de geração e transmissão de energia regional. Isto porque as Terras Indígenas em questão estão entre dois importantes pólos: Vilhena e Jauru. Como visto anteriormente, a conexão do sistema Acre/Rondônia ao Sistema Interligado Nacional é feito por meio da LT 230 kV Jauru/Vilhena. Assim, a energia gerada principalmente em Porto Velho segue até Jauru, de onde é integrada ao SIN, uma vez que esta cidade já está ligada a Cuiabá, Coxipó e Rondonópolis.

As diversas PCHs construídas, em construção ou planejadas, no sudoeste de Mato Grosso, podem, então, ser interligadas ao sistema de transmissão de energia, mesmo sendo produtores independentes de energia, ou produzir apenas para consumo local, fornecendo energia para atividades agropecuárias como a produção de soja e carne.

Conforme observado anteriormente, as rodovias constituem os mais importantes impactos sobre os subgrupos Nambikwara que ocupam estas Terras Indígenas. A Terra Indígena Vale do Guaporé é cortada pela BR 174 e pelas rodovias estaduais MT 440 e MT 235, causando fortes pressões sobre os índios da região, na medida em que as rodovias são importantes indutores de desenvolvimento regional, e incentivam a ocupação desordenada, pressionando os territórios indígenas.

O processo de número 3170, de 1981, do Diretório de Proteção Territorial (DPT), da FUNAI, expõe as pressões sofridas pelos índios desta área, e cita, como não poderia deixar de ser, a construção da BR 364, a partir da qual a região do Vale do Guaporé⁴ começou a ser ocupada por grandes empresas agropecuárias. As áreas indígenas passaram a sofrer enormes pressões por parte de madeireiros e pecuaristas, escasseando a caça, pesca e coleta.

Algum tempo depois, já na década de 1980, a pavimentação da BR 364 ocasionou um processo de intensificação dos fluxos migratórios para a região, aumentando a pressão sobre as Terras Indígenas. O aumento do contato com a sociedade envolvente teve importantes conseqüências para os Nambikwara da TI Sararé. Como informa o estudo de impactos socioeconômicos e ambientais do Projeto São Francisco (2009):

“Esses contatos freqüentes e intensos dos índios com madeireiros e garimpeiros estimularam a criação de um habitus de interação que se expressa no português falado pelos Katitauru e em vários estilos comportamentais. Tal habitus é combatido de forma veemente pelos professores-missionários que atuam nas escolas locais, algo que é feito com base em outras práticas civilizatórias”.

Além das rodovias, que passam dentro da TI Vale do Guaporé, outro empreendimento localizado no entorno desta Terra Indígena é a Linha de Transmissão Vilhena – Jauru, como mencionado acima. Segundo o Diagnóstico elaborado pelo instituto Creatio (2007), o empreendimento não causará impacto ambiental direto na vegetação das terras indígenas. No entanto, especialmente durante o período de instalação da LT, há um aumento do contato interétnico, entre operários e índios, o que representa uma situação potencial de impactos sobre os indígenas, com risco de invasão no território indígena. Além disso, ainda de acordo com o Diagnóstico do Instituto Creatio, a disponibilidade de energia deverá incentivar o desenvolvimento regional, com conseqüente ocupação desordenada, aumentando a pressão sobre a TI Vale do

⁴ Não confundir com a Terra Indígena Vale do Guaporé

Guaporé. Por fim, o diagnóstico ainda aponta para o impacto visual da Linha de Transmissão, alterando a paisagem cotidiana dos indígenas.

Dentre as ações propostas para mitigação dos impactos da LT Vilhena – Jauru, consta a instalação de dispositivo anticolisão nos cabos, para evitar a morte de aves; colocação de placas indicativas, especialmente próximo à BR 364 e ao rio Ressaca, com objetivo de promover maior vigilância destas áreas vulneráveis. Os grupos de ações propostas pelo PBA são: apoio a infraestrutura; segurança alimentar; fortalecimento comunitário e proteção e fiscalização. O Projeto Básico encontra-se em fase de implantação.

A Ferrovia Uruaçu/Vilhena, que está em fase de planejamento, será um importante indutor de desenvolvimento regional, uma vez que esta tem como objetivo diminuir o custo de mercadorias e transporte para promover o desenvolvimento. Assim, há tendência de concentração de massas de pessoas movidas pela possibilidade de enriquecimento. A região por onde passará a ferrovia, ainda segundo o próprio estudo, já está tomada por grandes fazendas de criação de gado e grãos – principalmente soja – que já causam grande desmatamento. Como vimos, a construção da ferrovia irá induzir a produção regional de produtos cujas atividades causam, historicamente, grandes impactos nas Terras Indígenas.

As **Terras Indígenas Sararé e Paukalirajausu** têm como principais impactos a atividade mineradora, que será tratada abaixo.

Sobre o próprio Projeto São Francisco, foi relatado por técnicos da FUNAI de Cuiabá que as atividades deste têm causado impactos consideráveis, especialmente a partir do depósito de material da mineração nos córregos que passam dentro da TI Sararé. Estes córregos são usados pelos índios, o que põe em risco sua saúde. Além desta contaminação dos córregos, a atividade mineradora ainda produz impactos sonoros, por conta das explosões para extração dos minérios. De acordo com técnico da FUNAI que trabalham com os índios desta TI, estas explosões são escutadas especialmente nas aldeias Serra da Borda e PIV, e em menor magnitude na aldeia Central. De acordo com este mesmo técnico da FUNAI, esta mineradora atua na região pelo menos desde 2006, funcionando no limite da TI, e é parte do Projeto São Francisco.

O Projeto São Francisco⁵ tem as Terras Indígenas Sararé e Paukalirajausu como área de influência. Segundo o Estudo de Impactos Socioeconômicos e ambientais, feito pela empresa AMPLA, em novembro de 2009, a atuação da mineradora causa impactos

⁵ O Projeto São Francisco consiste em diversos empreendimentos, como projetos de mineração (Mineração Santa Elina e Serra da Borda Mineração e Metalurgia), estradas de acesso, linha de transmissão, barragem de água, e etc.

sobre a caça dos índios, uma vez que há maior fluxo de pessoas e veículos, assim como ruído das explosões na mina.

O aumento do fluxo de pessoas, envolvidas direta ou indiretamente com a Mineradora, causa um aumento da vulnerabilidade dessas TIs, especialmente da Sararé, no tocante à exploração ilegal de recursos ambientais, sobretudo por meio da atuação de garimpeiros⁶. Outro impacto são os incêndios que atingem as Terras Indígenas, sobretudo na aldeia Serra da Borda, que podem ser causados tanto por trabalhadores da mineradora, como por fazendeiros e sitiantes que ocupam o entorno da Terra Indígena e circulam na região.

Mais um impacto da atividade mineradora do projeto São Francisco é o uso do córrego Piscina – local sagrado para os Katitauru –, situado dentro da TI Paukalirajausu, por parte de não índios. Consta no relatório antropológico complementar dos impactos socioambientais do projeto São Francisco⁷, que os Katitauru chamaram atenção para a presença de prostitutas acompanhadas de “brancos” nesta área, assim como o despejo de animais mortos neste córrego.

Dentre as medidas propostas no Estudo, consta um Programa de Monitoramento, Desenvolvimento e Gestão Territorial das Terras Indígenas Sararé e Paukalirajausu, para ser aplicado quando da desativação do empreendimento. Esta medida compensatória pretende promover a proteção territorial e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, para o grupo Katitauru. Assim, uma importante preocupação é sobre as conseqüências da estrada de acesso à mina após o término de suas atividades, já que esta poderia ser um indutor de invasões às TIs. Neste sentido, o estudo ressalta a necessidade de um programa de monitoramento, desenvolvimento e gestão territorial.

Abaixo, no **Quadro 8.2.4-1** segue a listagem de empreendimentos já construídos e/ou em operação, em construção e planejados mapeados para este trecho, que podem ser visualizados no **Anexo 8.2.4-1 - Mapa de Empreendimentos do Trecho 3**.

⁶ Estudos de impactos socioeconômicos e ambientais do Projeto São Francisco (2009)

⁷ Ainda em análise na FUNAI

Quadro 8.2.4-1 - Empreendimentos no entorno das Terras Indígenas Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé e Paukalirajausu

TRECHO 3 - TERRAS INDÍGENAS VALE DO GUAPORÉ, SARARÉ, PEQUIZAL E PAUKALIRAJAUSU			
Empreendimentos	Estágio	TIs relacionadas	Acompanhamento FUNAI
PCH Rio Prata	Em operação	Vale do Guaporé	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 20km da TI Vale do Guaporé.
PCH Rio Piolho	Em operação	Vale do Guaporé	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 8km da TI Vale do Guaporé.
PCH Margarida	Em Operação	Vale do Guaporé	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 12km da TI Vale do Guaporé.
PCH Saxão	Em operação	Vale do Guaporé, Sararé, Paukalirajausu e Pequizal	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 13km da TI Vale do Guaporé e 28km da TI Sararé.
PCH Salto Corgão	Em operação	Vale do Guaporé, Sararé, Paukalirajausu e Pequizal	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 15km da TI Vale do Guaporé e 22km da TI Sararé.
PCH Fazenda Galera	Em operação	Vale do Guaporé, Sararé, Paukalirajausu	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 17km da TI Vale do Guaporé e 21km da TI Sararé.
PCH Téo Duarte do Vale	Planejada	Sararé e Paukalirajausu	FUNAI solicita inclusão do componente indígena do EIA – licenciamento estadual . Localiza-se cerca de 25km da TI Sararé.
PCH Esperança	Planejada	Vale do Guaporé	FUNAI Solicita Atestado Administrativo – licenciamento estadual. Localiza-se cerca de 8km da TI Vale do Guaporé.
PCH Comodoro	Planejada	Vale do Guaporé	Segundo informações do cadastro do CGGAM existe um Termo de Compromisso a ser firmado. Localiza-se cerca de 32km da TI Vale do Guaporé.
PCH Bela Vista	Planejada	Sararé	LP Emitida - 26 KM da Sararé – FUNAI solicita inclusão do componente indígena do EIA - análise para TR
PCH Presente de Deus	Planejada	Vale do Guaporé	Segundo informações do cadastro do CGGAM existe um Termo de Compromisso a ser firmado. Localiza-se cerca de 31km da TI Vale do Guaporé.
PCH Cabixi	Em Operação	Vale do Guaporé	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 20km da TI Vale do Guaporé.
PCH Conrado Heitor de Queiroz	Em operação	Sararé	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 11km da TI Sararé.
PCH Triunfo Montante	Planejada	Sararé	FUNAI pede em 2009 informação para SEMA (TR para EIA) para subsidiar a elaboração do TR do componente indígena. Localizam-se cerca de 25km da TI Sararé.
PCH Triunfo Jusante	Planejada	Sararé	Idem PCH Triunfo Montante
PCH Cabixi II	Em Operação	Vale do Guaporé	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 15km da TI Vale do Guaporé.
UTE Comodoro	Em operação	Vale do Guaporé	Sem processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 17km da TI Vale do Guaporé.
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C1	Em estudo para LP	Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé e Paukalirajausu	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira).
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C2	Em estudo para LP	Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé e Paukalirajausu	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira).
LT 230 kV Jauru Porto Velho	Prevista	Vale do Guaporé	Elaboração de TR. Localiza-se cerca de 5km da TI Vale do Guaporé e 20km da TI Sararé.
Mineração Fazenda São Vicente	Em operação	Sararé, Paukalirajausu e Pequizal	FUNAI solicita informações em 02/09 da situação atual e cópias dos referidos
			processos a fim de remeter ao MPF. Localiza-se cerca de 10km da TI Pequizal.
Mineradora Serra da Borda	Em operação	Sararé e Paukalirajausu	Mineração em funcionamento desde a década de 80 - complementações para avaliação de impacto sobre a TI feitas. Localiza-se cerca de 2km da TI Sararé.
LT 230 kV Jauru Vilhena	Construída	Vale do Guaporé	Acompanhamento de implementação do PBA. Localiza-se cerca de 3km da TI Vale do Guaporé.

Fonte: Ecology com dados da FUNAI, IBAMA, ANEEL, DNIT, Relatórios do PAC, Secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente de Rondônia e Mato Grosso, Eletrobrás

8.2.5 TRECHO 4 – TERRA INDÍGENA Umutina

Este trecho pode ser considerado o menos impactado por empreendimentos de infraestrutura, uma vez que nas proximidades há uma Usina Termelétrica e uma Mineradora. No entanto, a Terra Indígena Umutina está situada numa região de transição do Cerrado para a Amazônia, com predomínio do primeiro. Assim, na região há grande domínio de atividades agropecuárias. Neste sentido, a tendência é que estas atividades se desenvolvam ainda mais, com a construção de ferrovias que cortarão o Estado de Mato Grosso, potencialmente pressionando e impactando o território indígena. Além disso, a intensificação das atividades agropastoris, especialmente a produção de soja, possivelmente irá aumentar a demanda por energia elétrica, levando à construção de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia.

Nas proximidades da Terra Indígena existe ainda uma rodovia estadual – MT 343 – que passa bastante próxima à Terra Indígena, na cidade de Barra do Bugres. Esta cidade é um importante foco de pressões sobre a Terra Indígena Umutina, uma vez que está bastante próxima à TI.

Como visto anteriormente, no item 5.3.4 sobre as pressões sobre a Terra Indígena Umutina, há registro de impactos de usineiros, contaminando os rios Paraguai e Bugres, afetando a segurança alimentar dos índios da Terra Indígena Umutina. Não foram encontrados registros de impactos da Mineração Itaipu sobre os índios desta TI.

Apesar da pouca quantidade de empreendimentos nas proximidades, há previsão de construção de uma Subestação de energia em Barra do Bugres, integrando a cidade a uma rede de linhas de transmissão que será construída, conectando as cidades de Juba e Jauru. Neste sentido, a TI Umutina deverá sofrer considerável pressão potencial.

Abaixo, no **Quadro 8.2.5-1** segue a listagem de empreendimentos já construídos e/ou em operação, em construção e planejados mapeados para este trecho e que podem ser visualizados no **Anexo 8.2.5-1 - Mapa de Empreendimentos do Trecho 4**

Quadro 8.2.5-1 - Empreendimentos no entorno da Terra Indígena Umutina

TRECHO 4 - TERRA INDÍGENA Umutina			
Empreendimentos	Estágio	TIs relacionadas	Acompanhamento FUNAI
UTE Barralcool	Em operação	Umutina	Sem processo ou não mapeado, já que existem ações de compensação. Localiza-se cerca de 6km da TI Umutina.
Mineração Itaipu	Em operação	Umutina	Sem processo . Localiza-se cerca de 22km da TI Umutina.
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C1	Em estudo para LP	Umutina	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira).
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C2	Em estudo para LP	Umutina	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira).

Fonte: Ecology com dados da FUNAI, IBAMA, ANEEL, DNIT, Relatórios do PAC, Secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente de Rondônia e Mato Grosso, Eletrobrás

8.2.6 TRECHO 5 – TERRAS INDÍGENAS TADARIMANA E JARUDORÉ

O trecho em questão está numa região fundamental no atual contexto de investimento em geração e, principalmente, transmissão de energia no Estado de Mato Grosso, uma vez que a cidade de Rondonópolis e a capital do Estado, Cuiabá, são pontos chave neste sistema. Neste sentido, na região já está construída uma linha de transmissão, em 500 kV, ligando Cuiabá à cidade de Itumbiara, em Goiás, onde existe a UHE Itumbiara. Outra LT, também em 500 kV, ligará Cuiabá a Rio Verde, também em Goiás.

No Estudo de Impacto Ambiental da linha de transmissão Itumbiara – Cuiabá constam impactos sobre os Bororo da TI Tadarimana. Um dos impactos diz respeito às interferências com os Bororo na cidade de Rondonópolis, bastante freqüentada por estes índios. Assim, o EIA previa problemas decorrentes da concentração de trabalhadores, podendo causar atração da população indígena local, potencialmente causando, ou intensificando, alcoolismo, prostituição e desestruturação familiar.

Os impactos desta Linha de Transmissão sobre a TI Jarudoré se referem ao atrito com a população indígena local, uma vez que a área está em processo de regularização fundiária há muito tempo, sendo que o empreendimento poderia agravar a situação de conflito fundiário. Além deste impacto, a TI Jarudoré também sofreria com problemas de consumo abusivo de bebidas alcoólicas e abuso sexual de mulheres Bororo. Estas questões seriam mais críticas durante a etapa de implantação da Linha de Transmissão, entre 2006/2007. Para mitigação deste impacto, foi planejado um programa de comunicação social.

Além da LT Itumbiara – Cuiabá, outro empreendimento que deverá impactar os Bororo é a Ferronorte, a partir da construção do trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental da Ferronorte⁸ (Tetraplan, 1995), esta ferrovia causará impactos sobre o território Bororo, que engloba as TIs Tereza Cristina, Tadarimana e Jarudoré, uma vez que este grupo indígena é característico pela sua circulação intensa, constituindo, então, um grande território Bororo. Neste sentido, apesar do provável impacto direto somente sobre a TI Tereza Cristina, as outras duas também foram incluídas na avaliação de impactos e proposição de medidas.

Abaixo segue a relação de impactos da construção da Ferronorte sobre os Bororo, com as medidas respectivas:

Quadro 8.2.6-1 - Impactos e Medidas da Ferronorte sobre os Bororo

Impactos	Medidas
Aumento de consumo de bebidas alcoólicas e prostituição: contato entre operários da ferrovia e índios.	Controle do fluxo de operários na área das TIs (especialmente Tereza Cristina), e de índios no entorno do canteiro e das obras. Palestras sobre a cultura Bororo e direito indígena, para operários e engenheiros. Fiscalização conjunta FUNAI/Ferronorte.
Aumento do fluxo de turistas devido à melhoria das vias de acesso: aumento do alcoolismo e prostituição	Vias de acesso deverão ser planejadas e confinadas à faixa de domínio da ferrovia, ao menos no entorno das TIs.
Aumento de casos de doenças e incidência de novas doenças: contato entre peões e índios, transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, malária, entre outras. Contaminação das fontes de captação de água pela descarga inadequada de efluentes líquidos ou depósito inadequado de resíduos sólidos dos canteiros de obras.	Implantação de sistema de tratamento de efluentes líquidos nos canteiros de obras, quando da emissão de Licença de Instalação. Medidas de tratamento de resíduos sólidos. Melhoria da infraestrutura de saúde, transporte e comunicação para assistência aos Bororo, por meio de parceria entre FUNAI/Ferronorte, SUS/Ferronorte e Prodeagro/Ferronorte. Avaliação permanente das condições de saúde dos índios e operários.
Incidência de Acidentes: Sobretudo pela curiosidade frente ao fato novo (Ferrovia).	Atividades de educação para conhecimento sobre o empreendimento; orientação dos Bororo para a convivência com as obras e acessos; orientação para travessia da ferrovia em pontos pré-determinados; Implantação de sinalização adequada para os acessos e áreas de perambulação; Cercamento da faixa de domínio da ferrovia nas imediações da TI Tereza Cristina.
Conflitos entre índios e operários (fase de construção) e índios e Ferronorte (fase de operação)	Não contratação de mão-de-obra indígena; Planejamento e implantação de projeto "roças", para melhoria das condições de alimentação dos Bororo; Proibição de caça pelos peões, com fiscalização da ferronorte; controle do contato entre operários e índios.
Interferências nas fontes de alimentação dos índios Bororo: Possibilidade de seccionamento de áreas com vegetação natural; intensa movimentação de veículos e equipamentos; possibilidade de diminuição de acessos às áreas de perambulação, caça e coleta.	Projeto "roças"; Revegetação da faixa de domínio da ferrovia; Orientação para convivência com obras e acessos e para travessia da ferrovia.
Nova estratégia de sobrevivência: prática de pedágio por parte dos índios; aumento do tráfego de caminhões e equipamentos; Aumento do alcoolismo.	Negociação de medidas compensatórias com os índios; construção de acessos que não passem dentro da TI Tereza Cristina; Implementação de Posto da FUNAI.

Fonte: Estudo de Impacto Ambiental da Ferronorte (2009)

Em relação a rodovias, existe a BR 364, que passa bastante próxima à Terra Indígena Tadarimana, e no momento há um processo de duplicação no trecho de Cuiabá a Posto Gil. Como visto anteriormente, a pavimentação desta rodovia, na década de 1980, constituiu grandes impactos sobre as terras indígenas da região, uma vez que estimulou a produção agropecuária, facilitada pela possibilidade de escoamento. A Terra Indígena Jarudoré é cortada por duas rodovias estaduais, a MT 383 e MT 458.

⁸ O EIA aponta que não há, ainda, precisão quanto ao traçado da Ferrovia.

As pressões sobre esta TI foram abordadas anteriormente, sendo estas centradas nos conflitos fundiários e invasão da Terra Indígena.

Abaixo, no **Quadro 8.2.6-2** segue a listagem de empreendimentos já construídos e/ou em operação, em construção e planejados mapeados para este trecho, e que podem ser visualizados no **Anexo 8.2.6-1 - Mapa de Empreendimentos do Trecho 5**

Quadro 8.2.6-2 - Empreendimentos no entorno das Terras Indígenas Jarudoré e Tadarimana

TRECHO 5 – TERRAS INDÍGENAS JARUDORÉ E TADARIMANA			
Empreendimentos	Estágio	TIs relacionadas	Acompanhamento FUNAI
PCH Rondonópolis	Em operação	Tadarimana	Sem Processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 18 km da TI Tadarimana.
PCH Eng. José Gelásio da Rocha	Em operação	Tadarimana	Sem Processo e sem maiores informações. Localiza-se cerca de 19 km da TI Tadarimana.
LT 500 kV Itumbiara/Cuiabá	Construída	Jarudoré e Tadarimana	Sem Processo, apesar do EIA indicar impactos. Localiza-se cerca de 28 km da TI Tadarimana e 1km da TI Jarudoré.
LT 500 kV Cuiabá/Rio Verde	Planejada	Jarudoré e Tadarimana	Em fase de emissão de TR. Localiza-se cerca de 30 km da TI Tadarimana e 3km da TI Jarudoré.
FERRONORTE	Planejada	Tadarimana, Jarudoré e Tereza Cristina	OFÍCIO Nº 02/CGPIMA/DAS/09de 09/01/09 a FERROBAN: A FUNAI não vê óbice no prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, porém deverão ser apresentados os estudos de impactos ambientais realizados em decorrência do licenciamento ambiental da obra, para que se possa verificar a necessidade de complementações no que diz respeito ao Componente Indígena
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C1	Em estudo para LP	Jarudoré e Tadarimana	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira).
LT 600 kV CC – Subestação Coletora Porto Velho / Subestação Araraquara 2 – C2	Em estudo para LP	Jarudoré e Tadarimana	Elaboração e análise de componente indígena (pertencente ao complexo do madeira).

Fonte: Ecology com dados da FUNAI, IBAMA, ANEEL, DNIT, Relatórios do PAC, Secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente de Rondônia e Mato Grosso, Eletrobrás

Como vimos, a região onde estão as Terras Indígenas Jarudoré e Tadarimana está no centro de um processo de expansão da matriz energética de Mato Grosso, e sua integração ao Sistema Interligado Nacional, por meio construção de linhas de transmissão em alta tensão. Por outro lado, a região também está no centro de investimentos de infraestrutura de transporte, como exemplificado pela duplicação de trechos da BR 364, e a construção da Ferronorte, cujo objetivo é facilitar e baratear o escoamento da produção agropastoril, especialmente a Soja. Neste sentido, as Terras Indígenas aqui contempladas poderão sofrer pressões potenciais consideráveis.

8.3 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SINÉRGICOS E CUMULATIVOS

A análise em questão foi feita com o intuito de tentar avaliar os efeitos sinérgicos e cumulativos gerados por um conjunto de empreendimentos de infraestrutura energética e de logística de transportes existentes no entorno das Terras Indígenas em estudo descritos nos tópicos acima. Desta forma, objetiva compor uma avaliação integrada da susceptibilidade de cada Terra Indígena, com base na distribuição espacial dos empreendimentos identificados para os trechos em análise.

8.3.1 CONCEITOS BÁSICOS

Para fins do Estudo de Impactos Sinérgicos e Cumulativos entendem-se:

- **Agroindústria** – termo agroindústria definido por Lauschener (1995) de dois modos:
 - em sentido amplo é a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para a sua utilização intermediária ou final.
 - em sentido restrito é a unidade produtiva que transforma para a utilização intermediária ou final o produto agropecuário e seus subprodutos não manufaturados, com a aquisição direta do produtor de um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados.
- **Agronegócio (agribusiness)** – entendido como o conjunto de operações da produção e distribuição de insumos agrícolas, da produção em nível de fazenda e do processamento e distribuição de produtos agrícolas. (Moura, 2006)
- **Área de Abrangência Regional (AAR)** - área geográfica em que se inserem os empreendimentos em questão.
- **Área de Influência Indireta – AII** - é aquela real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação do empreendimento, abrangendo os ecossistemas e o sistema sócio-econômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência direta.
- **Área de Influência Direta – AID** - área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem estudados e das particularidades do empreendimento.

- **Áreas Degradadas:** áreas com alterações adversas das características do ambiente, que inclui, entre outras, a poluição, a desertificação, a perda de habitat, a erosão e o desflorestamento.(Lei nº 10/99)
- **Efeito Cumulativo** - impacto ambiental derivado da soma de outros impactos ou por cadeias de impactos que se somam, gerado por um ou mais empreendimentos isolados, porém contíguos, num mesmo sistema ambiental. (<http://www.fema.org.mz/por/Documentos/Glossario/>, 2010)
- **Efeito Sinérgico** – entende-se este efeito como impacto associado ao impacto de outro empreendimento situado na mesma localidade, produzindo um efeito total diferente daquele que seria obtido pela adição dos impactos individuais.
- **Empreendimentos Desenvolvimentistas de Integração** - empreendimentos governamentais de grande porte previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Iniciativa de Integração Sul Americana (IIRSA) ou em esferas estaduais e municipais que integrem a proposta de integração nacional.
- **Estudo do Impacto Ambiental:** componente do processo de avaliação do impacto ambiental que analisa técnicas e cientificamente as conseqüências da implantação da atividade de desenvolvimento sobre o ambiente;
- **Impacto Ambiental** - qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V- a qualidade dos recursos ambientais. (RESOLUÇÃO CONAMA 01/86).

8.3.2 LEGISLAÇÃO APLICADA

A legislação ambiental vem assumindo cada vez mais papel de destaque frente a qualquer tipo de intervenção no território, garantindo assim que medidas de controle sejam tomadas e impactos venham a ser prevenidos ou mitigados.

Considerando que o Estado é o regulador de qualquer atividade que envolva ação sobre o meio ambiente, o mesmo torna-se responsável em garantir a sua proteção, conforme apregoa o Princípio da Obrigatoriedade da Intervenção Estatal.

Considerando também que agressões ao ambiente podem ser, em regra, de difícil reparação, torna-se prioritário a atuação de cunho preventivo para que se consiga evitar os danos ambientais, conforme explicita o Princípio da Prevenção.

Mais do que um princípio, a participação é um direito assegurado por nossa Constituição. Envolver as comunidades indígenas na tomada de decisões que possam vir a afetar direta ou indiretamente o seu modo de vida e a qualidade das áreas naturais nas quais estas comunidades se estabelecem ou utilizam, integra a base do Princípio da Participação e da Informação.

A principal reivindicação do movimento indígena organizado é que os povos indígenas sejam consultados nas decisões que envolvam áreas próximas e que a reservas homologadas ou em processo de demarcação sejam reafirmadas como tal dentro dos processos de licenciamento.

Dada a sinergia entre os empreendimentos e o espaço onde se inserem, evidencia-se a preocupação em torno do debate sobre o licenciamento para grandes obras de infraestrutura na Amazônia Legal, pela sua repercussão junto aos povos Indígenas e a grandes fragmentos florestais.

Face à complexidade e diversidade de empreendimentos em fase de estudo, implantação e/ou operação nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e em particular nas proximidades, entorno ou em Terras Indígenas torna-se essencial considerar e compreender os dispositivos legais associados ao processo de licenciamento ambiental. Neste sentido, destacam-se:

- **Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Artigo 231, § 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em Terras Indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

- **Lei nº 6.938 de 31/08/1981:** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; e,

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

Art. 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

III - a avaliação de impactos ambientais;

V- o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

Art. 10 - A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

- **Decreto nº 99.274, de 06/06/1990:** Regulamenta a Lei nº 6.938, de 1981.

Art. 17. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do Sisnama, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Lei nº 7.347, de 24/07/1985: Lei dos Interesses Difusos.

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

I – ao meio-ambiente; II – ao consumidor; III – à ordem urbanística; (Incluído pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001) IV – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Renumerado do Inciso III, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)

V – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

- **Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/1986:** Dispõe sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental.

Artigo 5º - O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

Art. 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos

relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

V - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação.

- **Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997:** Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente.

Art. 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

I - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em Terras Indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União.

II - localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados.

- **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho**

Artigo 7º

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como

critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

Artigo 15º

1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.

2. Em caso de pertencer ao Estado à propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.

- **Lei nº 6001/73 – Estatuto do Índio**

Art. 1º - Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional

Art. 20 - Em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por Decreto do Presidente da República.

§ 1º - A intervenção poderá ser decretada:

d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;

f) para a exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional.

Artigo 24 - O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades.

§ 1º - Incluem-se, no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acrescidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas.

§ 2º - É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem de ser aplicadas.

Artigo 45 - A exploração das riquezas do subsolo nas áreas pertencentes aos índios, ou de domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas, far-se-á nos termos da legislação vigente, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º - O Ministério do Interior, através do órgão competente de assistência aos índios, representará os interesses da União, como proprietário do solo, mas a participação no resultado da exploração as indenizações e a renda devida pela ocupação do terreno reverterão em benefícios dos índios e constituirão fontes de renda indígena.

§ 2º - Na salvaguarda dos interesses do Patrimônio Indígena e do bem-estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais, estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio.

- Artigo 46 - O corte de madeira nas florestas indígenas consideradas em regime de preservação permanente, de acordo com a letra g e § 2º, do Artigo 3º, do Código Florestal, está condicionado à existência de programas ou projetos para o aproveitamento das terras respectivas na exploração agropecuária, na indústria ou no reflorestamento.*

Decreto nº 1.141, de 19 de maio de 1994 - Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas

Art. 9º - As ações voltadas à proteção ambiental das Terras Indígenas e seu entorno destinam-se a garantir a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, contemplando:

- I - diagnóstico ambiental, para conhecimento da situação, como base para as intervenções necessárias;*

- II - acompanhamento e controle da recuperação das áreas que tenham sofrido processo de degradação de seus recursos naturais;*

- III - controle ambiental das atividades potencial ou efetivamente modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas fora dos limites das Terras Indígenas que afetam.*

8.3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente o Estudo de Impactos Sinérgicos e Cumulativos compreendeu duas fases complementares, considerando, para tal, os empreendimentos desenvolvimentistas de integração para os Estados de Rondônia e Mato Grosso e a espacialização dos mesmos junto as Terras Indígenas de interesse desta análise.

Em linhas gerais, pretende-se realizar a análise integrada, sinérgica e de impactos cumulativos de variados empreendimentos que atuando isoladamente provocariam modificações em diferentes graus no cenário socioambiental onde os mesmos se distribuem, porém ao atuarem em conjunto potencializam seus reflexos na dinâmica local, especialmente a curto e médio prazo.

Isto posto, para a realização deste Estudo foram efetuados:

1. Elaboração de mapas temáticos e de figuras de pressão objetivando a visualização de diferentes empreendimentos planejados, em estágio de construção e em operação presentes nas áreas de influência direta e indireta das Terras Indígenas integrantes deste objeto de análise, cuja descrição metodológica foi apresentada no Capítulo 2 deste documento.

2. Análise Sinérgica e Cumulativa objetivando a compreensão dos efeitos de tais empreendimentos ao atuarem simultaneamente. As figuras e mapas produzidos na fase anterior atuaram como base para a espacialização das obras na AAR e posterior visualização e compreensão dos impactos sinérgicos e cumulativos junto as TIs. Esta etapa da metodologia será descrita no tópico seguinte.

A seguir serão descritas as etapas que compõem o escopo metodológico desta análise.

8.3.3.1 ANÁLISE SINÉRGICA E CUMULATIVA

A análise em questão parte da visão de que os empreendimentos de infraestrutura na Amazônica Legal, particularmente na sua porção Sudoeste, inserem no espaço geográfico, processos indutores de alterações na paisagem e em sua dinâmica socioeconômica, o que para as Terras Indígenas (TIs) apresentam-se como indutores de pressões sobre seus limites.

Com base na premissa acima citada, a estrutura deste estudo pautou-se nas seguintes fases:

8.3.3.1.1 Fase 1 - Mapeamento dos Empreendimentos de Infraestrutura e de Logística de Transportes Planejados.

Nessa fase foram identificados todos os empreendimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico do país e a sua integração com o mercado global.

Tais empreendimentos foram agrupados por modalidade: **viários** (rodovias, ferrovias), **de energia** (Linhas de Transmissão (LT), Usinas Hidrelétricas (UHE), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Termoelétricas (UTE) e **outros** (mineração, extração de madeira e agropecuária). Os itens anteriores apresentaram a lista de empreendimentos por Estado previstos pelo PAC 1 e PAC 2.

O mapeamento foi executado também em função da relação: Localização das TIs e Empreendimento(s) Identificado(s).

8.3.3.1.2 Fase 2 - Identificação de Impactos Oriundos Direta ou Indiretamente dos Empreendimentos Supracitados

Definidas e espacializadas as obras e a sua proximidade com as Terras Indígenas, foco deste Estudo, iniciou-se a verificação dos possíveis tipos de pressão que aquela modalidade poderia causar junto ao público de interesse e aos recursos ambientais regionais.

8.3.3.2.1 Levantamento das Pressões sobre as Terras Indígenas

Neste item serão descritos, brevemente, os diversos elementos que estão atuando para constituir um cenário de pressões sobre as Terras Indígenas contempladas pelo presente estudo. Torna-se importante ressaltar que o foco de observação adotado concentrou-se prioritariamente no estágio de operacionalização das obras sinalizadas. Outrossim, foi considerado que as etapas de licenciamento de cada um destes empreendimentos respeitaram e cumpriram a legislação ambiental brasileira e, portanto, também foram executadas ações de controle e compensação de impactos.

Foi elaborada uma tipologia de impactos a partir da experiência da equipe consultora e da leitura de artigos e bibliografias de referência como, por exemplo, o *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira (2009)*, produzido pelo Instituto Socioambiental.

Apesar do conceito “*impacto ambiental*” ser definido em lei, a regra jurídica não abrange todas as possíveis subjetividades implícitas em sua compreensão. Tal fato é ocasionado em função da multiplicidade de fatores envolvidos, o que contribui para dificultar a definição de um padrão único de seleção de seus aspectos associados a processos indutores. Por outras palavras, o entendimento de impactos e processos indutores agregará variáveis diferenciadas em função do objeto de estudo. Por fim, salienta-se que processos e impactos estão interligados, podendo um determinado impacto estar associado a mais de um processo indutor.

a. Rodovias

Como aponta Leonel (1992), estradas são sinônimos de pólos de atração, uma vez que se caracterizam por facilitar o escoamento da produção local. Uma importante observação deste autor se refere à proliferação de estradas secundárias, a partir de uma estrada “central”, o que indica ser necessário considerar a malha viária, e não uma estrada isoladamente. O Atlas do ISA (2009), também aponta que as estradas facilitam o roubo de madeira, o surgimento de garimpos e os conflitos fundiários em Terras Indígenas na Amazônia. Além disso, são as maiores responsáveis, direta e indiretamente, pelo desmatamento na região, atuando numa faixa que pode se estender por mais de 100 quilômetros ao seu redor. Os impactos das estradas sobre Terras Indígenas são diversos, e incluem, ainda, o aumento da mortalidade de animais, pondo em risco a atividade de caça e, por conseqüência, a segurança alimentar dos grupos indígenas.

Ainda de acordo com o Atlas do ISA (2009), Rondônia e a parte oeste de Mato Grosso, onde estão situadas as Terras Indígenas aqui estudadas, fazem parte de uma região onde estradas ilegais pressionam mais intensamente as TIs.

As rodovias apresentam uma particularidade importante; os impactos em seu estágio de abertura não são exatamente os mesmos que em seu estágio de pavimentação ou duplicação. Observa-se a intensificação dos mesmos na fase de pavimentação, com adição inclusive de outros elementos como aumento do risco de incêndios florestais; facilitação no escoamento de madeira, aumento e melhoria da trafegabilidade.

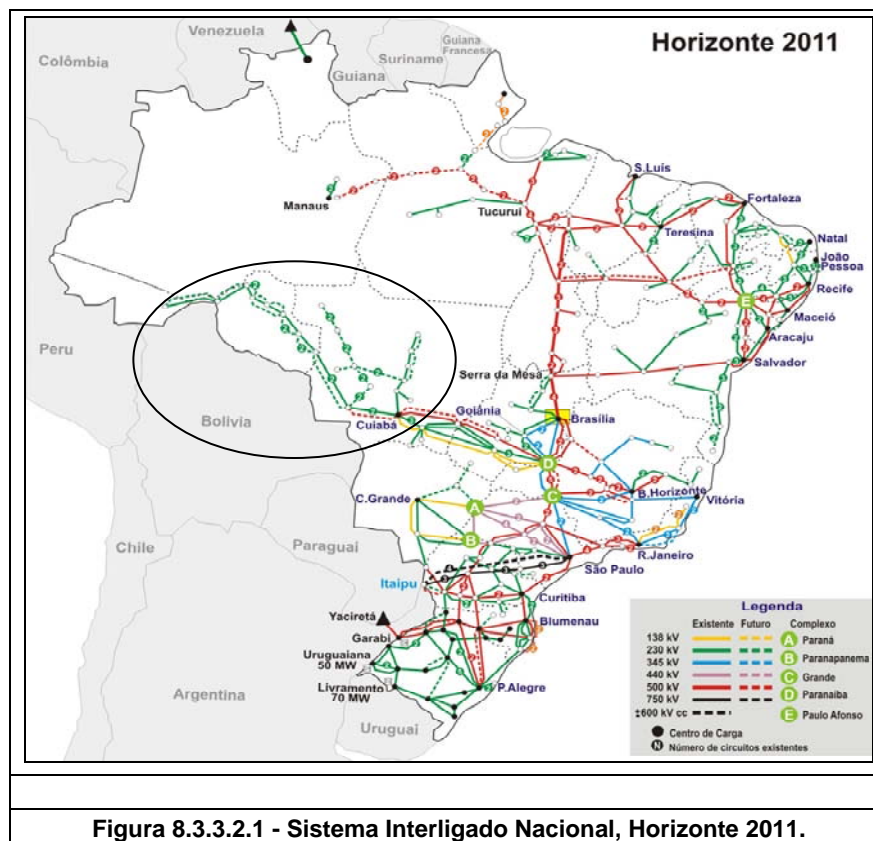
b. Ferrovias

Há previsão de instalação de duas estradas de ferro nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, sendo uma ligando Uruaçu, em Goiás, a Vilhena, em Rondônia, cortando o Estado de Mato Grosso, e outra de Alto Araguaia a Rondonópolis, na região sul de Mato Grosso, mas com previsão para seguir até o Estado do Pará.

Acredita-se que principais impactos identificados para ferrovias se dariam em sua fase de construção, quando o contato entre operários e indígenas pode desencadear conflitos e problemas para os últimos. Uma vez já construída, a ferrovia tem como principal pressão sobre as Terras Indígenas o fomento ao desenvolvimento regional. Neste caso em especial através da ampliação do mercado da soja e de minérios. Tal premissa advém da idéia de que a capacidade de transporte da produção de soja, utilizando o trem como meio de transporte, será expressivamente superior a de um caminhão, oportunizando-se, assim, o incentivo à produção de soja. Além disso, a presença desse modo de transporte pode causar afugentamento da fauna local, apresentando efeito direto sobre a caça e áreas florestais indígenas.

c. Linhas de Transmissão

A recente interligação do Estado de Rondônia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) possibilitará a consolidação de um “corredor” de linhas de transmissão ligando Rio Branco, capital do Estado do Acre, à cidade de Jauru, no sudoeste do Mato Grosso, cruzando todo o Estado de Rondônia nas margens da BR 364. Nas proximidades deste “corredor” estão diversas Terras Indígenas, como as que são contempladas no presente estudo, conforme na **Figura 8.3.3.2.1-1**.



Fonte: ONS (2010)

Assim como as ferrovias, os principais impactos das Linhas de Transmissão se dão durante a fase de implantação, a partir do contato entre operários e indígenas, especialmente onde são instalados os canteiros e subestações. A abertura de acessos, para construção de LTs, poderá também facilitar a proliferação de vias ilegais para extração de madeira.

As LTs podem estimular a formação de “corredores” de transmissão de energia agregando no mesmo território ou em áreas contíguas outras novas linha de transmissão. O aumento da disponibilidade de energia local, por meio de subestações, facilita a obtenção de energia para atividades como agropecuária.

A análise da sinergia dos impactos dos diferentes empreendimentos considerará as linhas de transmissão já em funcionamento.

d. Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (UHEs e PCHs)

Conforme discutido previamente, a Amazônia é uma região com enorme capacidade para geração de energia, o que é comprovado pela construção das três usinas: UHEs Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, e a UHE Belo Monte, no rio Xingu. Além destas grandes Usinas, diversas PCHs estão planejadas e/ou em construção na região, como já abordado no capítulo anterior, aproveitando a capacidade dos rios amazônicos.

Dentre os impactos das Usinas Hidrelétricas, Verdum (2007) aponta para aqueles referentes à etapa de construção, como o incremento da prostituição e doenças sexualmente transmissíveis, assim como a pressão sobre os sistemas de saúde, educação e assistência social, através do aumento do fluxo de pessoas. Ainda durante a etapa de construção, é possível apontar o aumento da grilagem de terras, pela perspectiva de melhoria no fornecimento de energia e condições de acesso.

O represamento de rios pode constituir, ainda, grave ameaça à segurança alimentar de grupos indígenas, a partir da alteração na biota aquática, já que diversos grupos têm na pesca uma importante fonte de alimentos. Assim, situações como a do rio Juruena, onde já existem usinas construídas e há ainda a previsão de implementação de novas PCHs, são preocupantes e causam pressões aos grupos indígenas da região.

Por fim, é importante destacar que grandes usinas, tal como as em construção no rio Madeira, atuam como fortes atrativos para o aumento do fluxo migratório para a região, podendo causar pressões sobre as Terras Indígenas.

A **Figura 8.3.3.2.1-2** abaixo, apresenta a relação entre Terras Indígenas e o seu posicionamento junto a diferentes Macrobacias. A cor verde representa estas terras. As regiões marcadas em vermelho, segundo o ISA (2009) apresentam grande incidência de projetos hidrelétricos. As áreas assinaladas em branco caracterizam as TIs deste objeto de estudo que, como poderá ser observado na figura abaixo, estão nas áreas de maior incidência destes projetos.

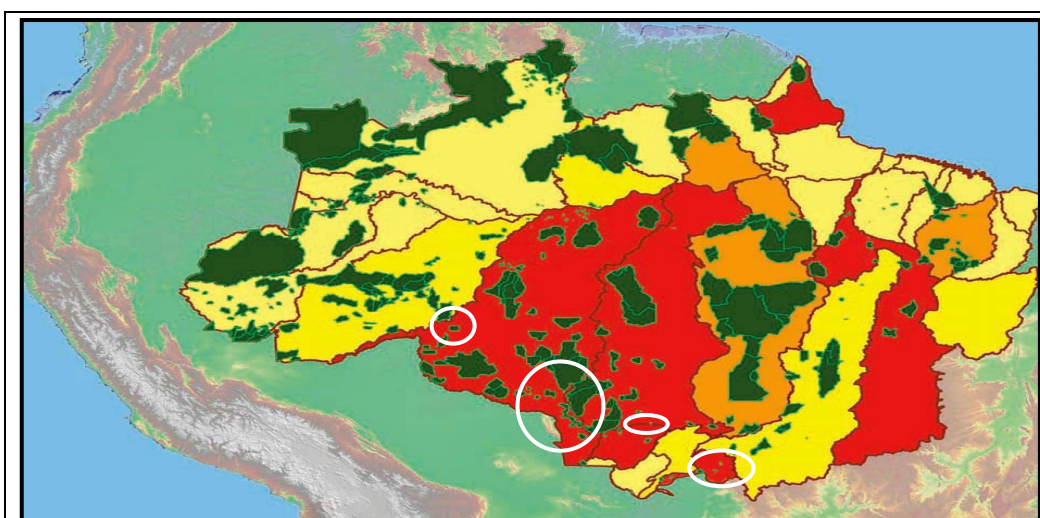


Figura 8.3.3.2.1-2 - Incidência de projetos hidrelétricos por macrobacias na Amazônia.

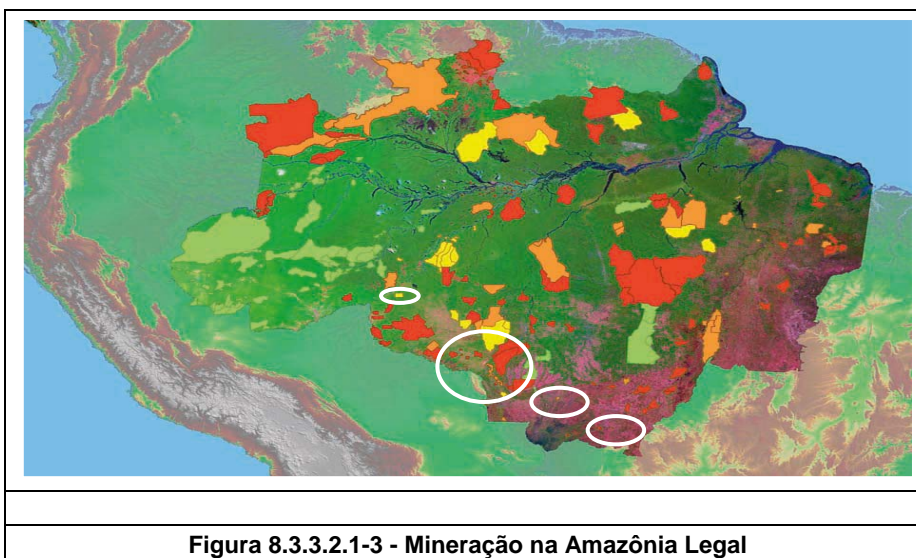
Fonte: Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira, 2009.

e. Mineração

A atividade minerária nas Terras Indígenas permanece motivo de embate entre empresas mineradoras e políticos interessados, de um lado, e órgãos indigenistas e os próprios grupos indígenas, de outro lado. Neste sentido, está em tramitação, no Congresso Nacional, o projeto de lei N. 5.265, de 2009, que pretende permitir a exploração de recursos minerais em Terras Indígenas, tanto nas já existentes como nas que venham a ser criadas, sempre que levantamentos geológicos detectarem a existência de jazidas de dimensões que justifiquem a exploração econômica. Assim, a integridade das comunidades indígenas que, segundo o projeto de lei supracitado, podem “estar sentadas sobre valiosas jazidas minerais”, fica suscetível a motivações essencialmente econômicas de empresas mineradoras e políticos.

A atividade mineradora apresenta sérios riscos às Terras Indígenas, por provocar erosão, assoreamento, contaminação do solo, água e ar, dentre outros impactos. Dentre as Terras Indígenas da área de influência do empreendimento, a TI Sararé apresenta maior impacto minerário.

De acordo com o Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira (2009), a região amazônica deverá se tornar alvo prioritário das atividades mineradoras, uma vez que estas estão se esgotando na região centro-sul.



Fonte: Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira, 2009.

Como pode ser observado na figura acima, as Terras Indígenas contempladas no presente estudo encontram-se em áreas de pressão caracterizadas pelo ISA, como potencial (Vermelho) ou futura (Laranja) atividade minerária. As exceções neste cenário são as TIs Karitiana, Sararé e Paukalirajausu, onde a pressão é atual (Amarelo). As áreas em verde indicam a ausência minérios.

f. Agropecuária

A agropecuária é uma atividade econômica muito comum nas áreas de abrangência aqui analisadas, provocando alterações na paisagem, no ambiente e na rotina das comunidades indígenas.

Como apontado pelo ISA (2009):

“A pressão do agronegócio sobre as TIs na Amazônia apresenta-se sob a forma da ocupação ilegal, degradação ambiental ao redor delas, ações políticas ou judiciais contra demarcações e até atividades produtivas consentidas pelos índios. Essas pressões ocorrem, sobretudo no Pará, Mato Grosso e Rondônia.”

Ainda de acordo com o Atlas do ISA (2009), a criação de gado é responsável por cerca de 80% do desmatamento na Amazônia. É importante ressaltar que a agropecuária está intimamente vinculada a projetos de infraestrutura rodoviária e geração e transmissão de energia. As estradas e ferrovias têm papel fundamental no escoamento na produção de soja e carne. Da mesma forma, entende-se que este setor produtivo depende da disponibilidade de energia. Constitui-se, então, um contexto onde todos

estes elementos estão interligados, caracterizando um cenário de pressões diversas sobre as Terras Indígenas. Neste sentido, as Terras Indígenas contempladas no presente estudo estão inseridas numa região onde, no horizonte, é possível projetar diversos investimentos que potencializarão a capacidade de produção e escoamento de soja e carne.

Os impactos das atividades agropecuárias sobre as Terras Indígenas dizem respeito, ainda, à contaminação de solos e rios utilizados por grupos indígenas, comprometendo sua segurança alimentar e saúde.

g. Atividade Madeireira

Além da atividade agropecuária, outra atividade que promove impactos sobre as Terras Indígenas é a extração ilegal de madeira. É importante destacar que nem todas as TIs contempladas neste estudo se apresentam neste contexto, as Terras Indígenas Umutina, Jarudoré e Tadarimana localizam-se em região de Cerrado, e onde o desmatamento já se encontra em estágio avançado.

Como apontado pelo Atlas do ISA (2009), a atividade madeireira causa desmatamento e pressão sobre os territórios indígenas, a partir da invasão de seus territórios.

A **Figura 8.3.3.2.1-4** abaixo apresenta as zonas de atividade madeireira, representadas pela cor laranja escuro. Os pontos brancos sinalizam áreas de extração ilegal em TIs e a cor laranja caracteriza as Terras Indígenas.

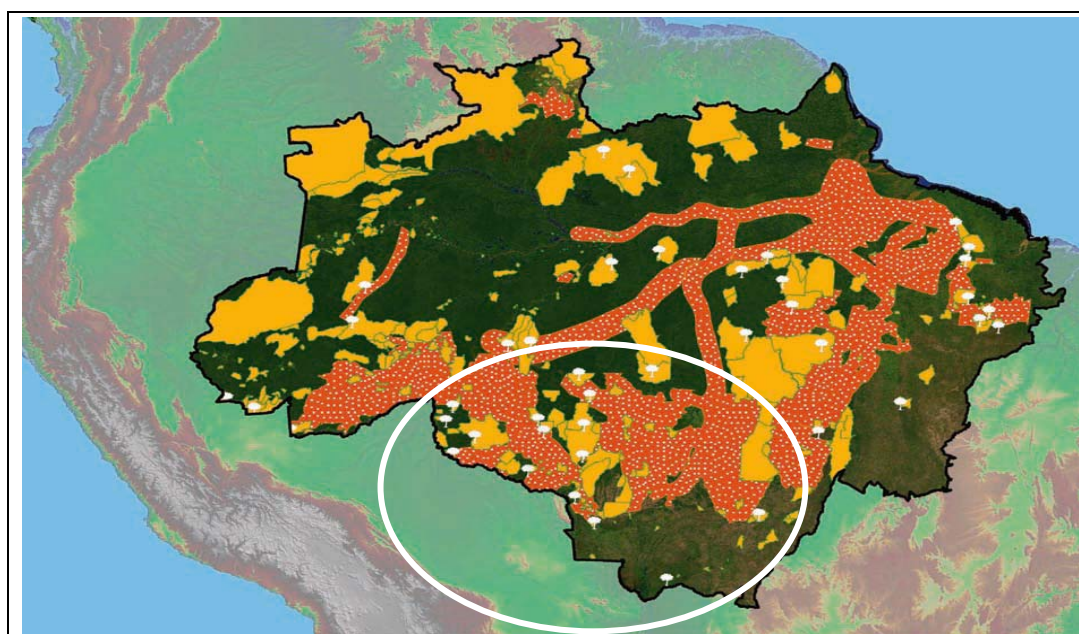


Figura 8.3.3.2.1-4. Zonas de Atividade Madeira na Amazônia

Fonte: Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira, 2009.

Conforme pode ser observado e reiterado pelos pontos brancos na **Figura 8.3.3.2.1-4**, a TI Vale do Guaporé é uma das áreas que sofre este tipo de extração ilegal.

A atividade madeireira é uma espécie de “ponta-de-lança” (ISA, 2009), num contexto em que constitui um primeiro movimento de desmatamento de territórios que em seguida são ocupados por atividades agropecuárias. A extração de madeira gera conflitos fundiários, conflitos com e entre grupos indígenas, risco a segurança alimentar, dentre outros impactos.

8.3.3.2.2 Verificação dos Principais Processos Indutores e IMPACTOS Decorrentes/Empreendimento

A identificação das principais pressões presentes em Terras Indígenas permite não somente inventariar seus processos indutores e impactos associados aos mesmos como também propor medidas e ações focadas em cenários reais e tendências a médio e longo prazo.

Da mesma forma, tal procedimento estimula a discussão do território a partir de um emaranhado de fios que se conectam espacialmente formando uma espécie de rede que produzirá mudanças socioambientais, econômicas e políticas significativas.

O conjunto de vários e distintos empreendimentos ao atuarem no mesmo espaço físico simultaneamente produzirão interferências que deverão ser periodicamente monitoradas com a finalidade de se verificar seus efeitos cumulativos e promover medidas de controle ou reparação.

O **Quadro 8.3.3.2.2-1** apresenta os principais processos indutores e seus impactos identificados.

Quadro 8.3.3.2.2-1 - Processos indutores e seus impactos

Categoria		Processo Indutor	Impactos
Viária	Rodovias	Abertura de acessos. Atração populacional/aumento do contato interétnico; ocupação Desordenada do território. Fomento à indústria agropecuária.	Aceleração do desmatamento direto e induzido
			Extração ilegal de madeira
			Indução a queimadas;
			Indução a abertura de acessos secundários
			Aumento da pressão sobre caça e pesca
			Aumento da invasão sobre as Terras Indígenas
			Biopirataria
			Deflagração de Processos Erosivos
			Aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas
			Aumento de consumo de bebidas alcoólicas e prostituição
			Sobrecarga sobre os serviços públicos
			Pressão a ecossistemas e biodiversidade – alteração dos habitats naturais
			Aumento de conflitos fundiários
	Emissão de Gases de Efeito Estufa (Pecuária e Desmatamento)		
Aumento da invasão sobre as Terras Indígenas			
Ferrovias	Fomento à indústria agropecuária e minerária.	Aumento da invasão sobre as Terras Indígenas;	
		Extração ilegal de madeira em território indígena;	
		Pressão a ecossistemas e biodiversidade - alteração dos habitats naturais;	
		Aumento de conflitos fundiários;	
		Alteração da Qualidade de Recursos Hídricos (Mineração e Soja);	
Contaminação de Solos (Mineração e Soja).			
Energia	Linhas de Transmissão	Fomento à indústria; Disponibilidade de energia local e regional (com conseqüente atração populacional e fomento a agropecuária) Abertura de acessos. Indução a criação de “corredores” para outros empreendimentos lineares.	Aceleração do desmatamento direto e induzido
			Extração ilegal de madeira
			Aumento da pressão sobre caça e pesca
			Aumento da invasão sobre as Terras Indígenas
			Deflagração de Processos Erosivos
			Aumento de consumo de bebidas alcoólicas e prostituição
			Sobrecarga sobre os serviços públicos
	Pressão a ecossistemas e biodiversidade - alteração dos habitats naturais		
	UHEs e PCHs	Aumento na disponibilidade local e regional de energia, Atração populacional/aumento de contato interétnico, Ocupação desordenada do território, Barramento de rios, Fomento à indústria agropecuária	Aceleração do desmatamento direto e induzido;
			Extração ilegal de madeira em território indígena;
			Indução a abertura de acessos secundários;
			Aumento da pressão sobre caça e pesca;
			Aumento da invasão sobre as Terras Indígenas;
Biopirataria;			
Deflagração de Processos Erosivos;			

Categoria		Processo Indutor	Impactos
Energia	UHEs e PCHs	Aumento na disponibilidade local e regional de energia, Atração populacional/aumento de contato interétnico, Ocupação desordenada do território, Barramento de rios, Fomento à indústria agropecuária	Aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas;
			Aumento de consumo de bebidas alcoólicas e prostituição;
			Sobrecarga sobre os serviços públicos;
			Pressão a ecossistemas e biodiversidade - alteração dos habitats naturais;
			Aumento de conflitos fundiários;
			Contaminação de Solos;
			Alteração da qualidade dos Recursos Hídricos;
			Emissão de Gases de Efeito Estufa.
Outros	Mineração	Melhoria nas condições de acesso e extração ilegal de madeira e degradação ambiental em função de seus processos de exploração	Aceleração do desmatamento direto;
			Indução a abertura de acessos secundários;
			Aumento da pressão sobre caça e pesca;
			Aumento da invasão sobre as Terras Indígenas;
			Deflagração de Processos Erosivos;
			Pressão a ecossistemas e biodiversidade - alteração dos habitats naturais;
			Contaminação de Solos;
			Alteração da qualidade dos Recursos Hídricos.
	Agropecuária	Fomento à atividade agropecuária	Aceleração do desmatamento direto e induzido;
			Extração ilegal de madeira em território indígena;
			Aumento da pressão sobre caça e pesca;
			Aumento da invasão sobre as Terras Indígenas;
			Deflagração de Processos Erosivos;
			Pressão a ecossistemas e biodiversidade - alteração dos habitats naturais;
			Aumento de conflitos fundiários;
			Contaminação de Solos;
			Alteração da qualidade dos Recursos Hídricos;
			Emissão de Gases de Efeito Estufa
	Atividade Madeireira	Atividade Madeireira	Aceleração do desmatamento direto;
			Indução a queimadas;
			Indução a abertura de acessos secundários;
			Aumento da pressão sobre caça e pesca;
			Aumento da invasão sobre as Terras Indígenas;
			Deflagração de Processos Erosivos;
Diminuição e perda de fertilidade do solo;			
Pressão a ecossistemas e biodiversidade - alteração dos habitats naturais;			
Aumento de conflitos fundiários			

8.3.3.2.3 *Elaboração de Tipificação dos Impactos/empreendimento*

Identificados os processos indutores e seus impactos, procedeu-se à tipificação destes impactos por empreendimentos alocados na área de abrangência deste estudo, em seus diferentes estágios (planejamento, construção e operação). Esta classificação resultou em uma lista prévia dos mais importantes impactos associados à presença ou operação dos empreendimentos, estes agrupados por modalidade.

É importante destacar a opção metodológica em desconsiderar os Impactos de repercussão momentânea e ou de baixa magnitude na listagem produzida.

Por fim, foi atribuído um valor numérico aos impactos pré-definidos.

O **Quadro 8.3.3.2.3 -1** apresenta os impactos e a numeração que lhe foi atribuída como instrumento de análise.

Quadro 8.3.3.2.3 -1 - Impactos e a numeração que lhe foi atribuída como instrumento de análise.

Numeração Atribuída ao Impacto	Impactos	Origem:	Conseqüências:
01	Aceleração do Desmatamento direto e induzido	Promovido pelo aumento da acessibilidade, barramento de rios, atividades minerárias e agropecuárias	Queimadas, pressão sobre biodiversidade, pressão sobre territórios indígenas e segurança alimentar
02	Extração ilegal de madeira	Aumento da acessibilidade	Perda de cobertura florestal, diminuição, comprometimento e/ou extinção de biodiversidade e redução de estoques e recursos naturais; conflitos com e entre indígenas
03	Indução a abertura de acessos secundários	Aumento da acessibilidade	Mudança no uso do espaço, desordenamento territorial, desmatamento, facilitação de escoamento ilegal de madeira e conflitos fundiários
04	Aumento da pressão sobre caça e pesca	Migração populacional, barramento de rios, atividades minerárias e agropecuárias e aumento da acessibilidade	Redução de estoques de pesca, caça, comprometimento de biodiversidade e da segurança alimentar, interferência com elementos simbólicos
05	Aumento da invasão sobre Terras Indígenas	Migração populacional, aumento de atividades agropecuárias e aumento da acessibilidade	Conflito pelo uso da terra, desmatamento, perda de biodiversidade, comprometimento da segurança alimentar
06	Biopirataria	Acesso a áreas isoladas	Perda de biodiversidade e de patrimônio genético
07	Deflagração de Processos Erosivos	Aberturas de acesso, terraplanagem e aumento do espelho d'água	Perda de solo, pressão sobre caça e pesca e assoreamento de corpos hídricos
08	Aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas	Migração populacional e contatos sociais deletérios	Perda da qualidade de vida e pressão sobre os serviços públicos
09	Aumento do consumo de bebidas alcoólicas e prostituição	Aumento de contatos sociais deletérios	Perda da qualidade de vida, desarticulação familiar e social
10	Sobrecarga sobre serviços públicos	Ocupação desordenada e migração populacional.	Aumento de doenças, falta de saneamento, segurança e saúde.

Numeração Atribuída ao Impacto	Impactos	Origem:	Conseqüências:
11	Pressão a ecossistemas e biodiversidade	Interferências em áreas isoladas, desmatamento e supressão da vegetação	Pressão sobre recursos ambientais, pressão sobre caça e pesca e modos de vida
12	Aumento de conflitos fundiários	Migração populacional, aumento de contato sociais deletérios e aumento de acessibilidade	Pressões sobre TI
13	Emissão de gases de efeito estufa	Desmatamentos, queimadas, decomposição de biomassa e pecuária extensiva	Aumento de doenças respiratórias, mudanças climáticas e perda da qualidade ambiental
14	Alteração da Qualidade de Recursos Hídricos	Assoreamento de corpos hídricos, mudança na hidrodinâmica, imersão de biomassa, criação de remansos, monoculturas, garimpos e mineração	Perda da produção pesqueira, comprometimento do solo, vegetação e corpos hídricos
15	Contaminação de Solos	Agricultura extensiva (monoculturas de soja, milho e cana); Garimpos e mineração.	Diminuição da fertilidade do solo, desertificação, processos erosivos, comprometimento da saúde
16	Indução a queimadas	Aberturas e pavimentação de vias, desmatamento, agropecuária e mineração.	Diminuição da fertilidade do solo, desertificação, processos erosivos, pressão sobre TI

8.3.3.2.4 Caracterização Impacto/Empreendimento/Trecho

A etapa anterior possibilitou a definição de uma listagem com os principais impactos provenientes das obras presentes ou projetadas para a área de abrangência deste estudo. Concluída esta fase foi realizada a análise dos impactos/empreendimento em cada um dos 05 (cinco) trechos definidos neste instrumento de análise, atribuindo-lhes a numeração pré-estabelecida. Este procedimento objetivou verificar o grau de intervenção de cada obra isoladamente em função de suas especificidades em seus diferentes estágios de implantação.

Do **Quadro 8.3.3.2.4-1** ao **Quadro 8.4.3.2.4-5**, são apontados os prováveis impactos por empreendimento isoladamente. E no **Anexo 8.3.3.2.4-1 – Mapas de Impactos Sinérgicos**, pode-se visualizar tais impactos por trecho e empreendimentos.

Quadro 8.3.3.2.4-1 - Relação de Impactos do Trecho 1 – Karitiana e Referência nº 45

TI Karitiana e Referência Nº 45				
Nome	Tipo	Trecho	Situação	Impactos
UTE Rovema Triunfo	UTE	1	Operando	7, 8,9, 10, 13, 15,16
UHE Santo Antônio	UHE	1	Em construção	1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15
UHE Jirau	UHE	1	Em construção	1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15
UHE SAMUEL	UHE	1	Em operação	1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15
Termo Norte	UTE	1	Operando	7, 8,9, 10, 13, 15,16
UTE Jaci-Paraná	UTE	1	Operando	7, 8,9, 10, 13, 15,16
LT 500 kV UHE Jirau Porto Velho	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 500 kV UHE Santo Antônio Porto Velho	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Samuel/Porto Velho/Abunã	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Samuel/Porto Velho/Rio Branco	LT	1	Existente	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Jauru Porto Velho	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Porto Velho Vilhena	LT	1	Existente	1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Samuel Vilhena	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
BR 364	Rodovia	1	Pavimentada	1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15,16
LT Madeira c1	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15
LT Madeira c2	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15

Quadro 8.3.3.2.4-2 - Relação de Impactos do Trecho 2 - TIs Tubarão Latundê, Rio Omerê e Tanaru

TIs Tubarão Latundê, Rio Omerê e Tanaru				
Nome	Tipo	Trecho	Situação	Impactos
PCH Apertadinho	PCH	2	Em construção	4,7,8,9,10,11, 14
UHE Rondon II	UHE	2	Em construção	1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15
PCH Cachoeira	UHE	2	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Chupinguaia	PCH	2	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Urubu	PCH	2	Planejada	4, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Cascata	PCH	2	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Martinuv	PCH	2	Em operação	4, 7, 8,9, 10, 14
UTE Urucumacua	UTE	2	Operando	7, 8,9, 10, 13, 15,16
UTE_Chupinguaia	UTE	2	Operando	7, 8,9, 10, 13, 15,16
LT 230 kV Jauru Porto Velho	LT	2	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Porto Velho Vilhena	LT	2	Existente	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Samuel Vilhena	LT	2	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
RO 391	Rodovia	2	Construída	1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15,16
RO 370	Rodovia	2	Construída	1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15,16
RO 399	Rodovia	2	Construída	1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15,16
BR 364	Rodovia	2	Construída	1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15,16
LT Madeira c1	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15
LT Madeira c2	LT	1	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15

Quadro 8.3.3.2.4-3 - Relação de Impactos do Trecho 3 - TIs Vale do Guaporé e Pequizal

TIs Vale do Guaporé e Pequizal				
Nome	Tipo	Trecho	Situação	Impactos
PCH Cabixi	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Cabixi II	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
UTE Comodoro	UTE	3	Operando	7, 8,9, 10, 13, 15,16
PCH Esperança	PCH	3	Planejada	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Presente de Deus	PCH	3	Planejada	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Comodoro	PCH	3	Planejada	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Rio Prata	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Rio Piolho	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Faz. Galera I	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Rio Margarida	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Salto Corgão	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Saxão	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
LT 230 kV Jauru Vilhena	LT	3	Existente	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Jauru Porto Velho	LT	3	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
Mineradora Fazenda São Vicente	Mineração	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15,16
BR 174	Rodovia	3	Construída	1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15,16
MT 235	Rodovia	3	Construída	1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15,16
LT Madeira c1	LT	3	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15
LT Madeira c2	LT	3	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15
TIs Sararé e Paukalirajusu				
Nome	Tipo	Trecho	Situação	Impactos
Mineradora Serra da Borda	Mineração	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15,16
PCH C.H. de Queiroz	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Triunfo Montante	PCH	3	Planejada	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Triunfo Jusante	PCH	3	Planejada	4,5,7,8,9,10,11, 14
PCH Bela Vista	PCH	3	Planejada	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Téo Duarte do Vale	PCH	3	Planejada	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Faz. Galera I	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Salto Corgão	PCH	3	em operação	4,5,7,8,9,10,11, 14
PCH Saxão	PCH	3	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
LT 230 kV Jauru Vilhena	LT	3	Existente	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 230 kV Jauru Porto Velho	LT	3	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
BR 174	Rodovia	3	Construída	1,2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13,14, 15,16
LT Madeira c1	LT	3	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15
LT Madeira c2	LT	3	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15

Quadro 8.3.3.2.4-4 - Relação de Impactos do Trecho 4 – TI Umutina

TI Umutina				
Nome	Tipo	Trecho	Situação	Impactos
UTE Barralcool	UTE	4	Operando	7, 8,9, 10, 13, 15,16
Mineração Itaipu	Mineração	4	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15,16
LT Madeira c1	LT	4	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15
LT Madeira c2	LT	4	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15

Quadro8.3.3.2.4-5 - Relação de Impactos do Trecho 5 – TIs Tadarimana e Jarudoré

TI Tadarimana				
Nome	Tipo	Trecho	Situação	Impactos
PCH Eng. José Gelásio da Rocha	PCH	5	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
PCH Rondonópolis	PCH	5	Em operação	4, 5, 7, 8, 9, 10,11, 14
LT 500 kV Itumbiara Cuiabá	LT	5	Em operação	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 500 kV Cuiabá/Rio Verde	LT	5	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT Madeira c1	LT	5	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15
LT Madeira c2	LT	5	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15
TI Jarudoré				
Nome	Tipo	Trecho	Situação	Impactos
LT 500 kV Itumbiara Cuiabá	LT	5	Em operação	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT 500 kV Cuiabá/Rio Verde	LT	5	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,15
LT Madeira c1	LT	5	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15
LT Madeira c2	LT	5	Planejada	1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14,15

8.3.3.1.3 Fase 3 - A Produção da Análise dos Impactos Sinérgicos e Cumulativos

Com as informações levantadas e construídas nos tópicos anteriores, iniciou-se a elaboração da sinergia dos impactos, levando em consideração seus efeitos junto as Terras Indígenas atendidas por este Estudo.

É importante reiterar que esta análise foi realizada a partir da construção de mapas utilizando fontes secundárias, o que pode se traduzir em uma observação fria da realidade. Portanto, um estudo de complementação desta análise, que não é escopo deste Componente, sobretudo com a utilização de fontes primárias em conjunto com secundárias seria fundamental para a construção de políticas públicas voltadas para o gerenciamento destas intervenções sobre as Terras Indígenas. Soma-se a esta indicação a necessidade da inclusão dos indígenas na apuração dos impactos.

8.3.4 ANÁLISE SINERGICA DOS IMPACTOS

Para a execução desta Análise junto as Terras Indígenas em questão, este item tratará dos 05 trechos anteriormente delimitados, utilizando-os de forma decrescente em relação à sinergia das pressões de empreendimentos nas suas proximidades, ou seja, tratar-se-á inicialmente das Terras Indígenas que sofrem maior pressão sinérgica até as TIs menos afetadas sinergicamente.

Dentre os 5 trechos divididos, aquele que apresenta maior número de empreendimentos, planejados, em construção ou já em operação, é o **Trecho 3**, que engloba as Terras Indígenas Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé e Paukalirajausu. Neste trecho, as pressões sobre os grupos indígenas são potencializadas pela consonância de impactos entre todos os empreendimentos, com destaque para a existência de um número muito grande de PCHs e as duas rodovias que cortam as Terras Indígenas. Assim, com exceção da usina termelétrica em Comodoro, as pressões sobre caça e pesca (IMP 4), o aumento da invasão nas TIs (IMP 5), a deflagração de processos erosivos (IMP 7), o aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas (IMP 8), o aumento da prostituição e alcoolismo (IMP 9), a pressão a ecossistemas e biodiversidade (IMP 11) e alteração da qualidade de recursos hídricos (IMP 14) são impactos associados a todos os empreendimentos. Portanto, o cenário em questão caracteriza estas Terras Indígenas com extremamente pressionadas pelos empreendimentos na região, especialmente pondo em risco a saúde, segurança alimentar e manutenção do território indígena. A atuação simultânea de todos estes empreendimentos e as conseqüentes pressões que causam nos territórios indígenas, resultam num cenário em que os grupos Nambikwara se vêem extremamente vulneráveis.

A TI Karitiana e Referência nº 45 (**Trecho 1**) encontram-se vulneráveis em decorrência da presença de 3 usinas hidrelétricas: UHE Samuel (em operação), UHE Jirau e UHE Santo Antônio (ambas em estágio de construção). Tais empreendimentos apresentam elevado grau de intervenção socioambiental, especialmente em seu processo de instalação. Da mesma forma, tais empreendimentos induzem ao aumento do fluxo migratório, ocupação desordenada do território, possibilitando o desenvolvimento da localidade onde se inserem. As TIs serão afetadas de modo diferenciado em função do estágio em que se encontrar o empreendimento. Isto posto, verifica-se que em seu processo de instalação serão percebidos impactos relacionados a aceleração do desmatamento direto e induzido (IMP 1); invasão sobre Terras Indígenas (IMP 5); Pressão a ecossistemas e biodiversidade (IMP 11); Biopirataria (IMP 6) e outros. Em seu estágio de operação, percebe-se ainda pressões causadas pela atração

populacional à localidade, porém destacam-se impactos associados a pesca (IMP 4), prejudicando a segurança alimentar dos indígenas.

Neste trecho, se insere também a rodovia BR 364, importante vetor de pressões sobre os indígenas, uma vez que a mesma associa-se a todos os tipos de impactos levantados neste Estudo, todavia, os mais relevantes são: a indução à ocupação desordenada do território, gerando impactos como a pressão sobre caça e pesca (IMP 4), extração ilegal de madeira (IMP 2), e invasão sobre Terras Indígenas (IMP 5).

Por fim, reitera-se a presença de um conjunto de LTs ocasionando interferências que incluem, dentre outras, a extração ilegal de madeira (IMP 2), pressão sobre caça e pesca (IMP 4) e a invasão na Terra Indígena (IMP 5).

Desta forma, é importante reforçar que a sinergia de todos os empreendimentos supracitados irão atuar como catalisadores de pressões sobre as referidas Terras Indígenas.

As Terras Indígenas do **Trecho 2**, Tubarão Latundê, Rio Omerê e Tanaru, também sofrem pressões sinérgicas muito grandes, uma vez que em suas proximidades há 7 usinas hidrelétricas, sendo 6 PCHs e 1 UHE. Assim como para as TIs do trecho 3, a atuação simultânea de todos esses empreendimentos geradores de energia causa pressões que, se consideradas em sinergia com as pressões decorrentes de rodovias, constituem um cenário preocupante para os grupos indígenas que habitam a região. Neste sentido, as pressões sinérgicas nas TIs do trecho 2 são similares às das TIs do trecho 3, referentes principalmente a rodovias e PCHs, com destaque para impactos como pressões sobre caça e pesca (IMP 4) e o aumento da invasão nas TIs (IMP 5), mas podem ser consideradas com menor magnitude, apesar de ainda consideráveis. Um agravante é o fato de que as TIs Rio Omerê e Tanaru abrigam grupos de índios isolados, que são mais vulneráveis a pressões destes empreendimentos do que aqueles grupos indígenas já habituados aos contatos com a sociedade envolvente.

As linhas de transmissão constituem as principais pressões sobre as Terras Indígenas Jarudoré e Tadarimana, no **Trecho 5**. Tais pressões devem ser acentuadas futuramente, uma vez que das 4 LTs identificadas para a região, apenas 1 já está construída. Levando em consideração que tais Terras Indígenas já estão em regiões muito desmatadas, e com intensa circulação para as cidades próximas, especialmente Rondonópolis, a atuação de todas estas linhas de transmissão deve pressionar, principalmente, a caça e pesca (IMP 4) dos Bororo que habitam estas TIs, bem como as pressões sobre os territórios indígenas (IMP 5). Neste sentido, a TI Jarudoré já

apresenta conflitos fundiários notáveis, como visto anteriormente, que poderiam ser intensificados pela presença dos empreendimentos.

A TI Umutina, no **Trecho 4**, sofre pressões consideráveis, especialmente pela atuação da UTE Barralcool, como visto anteriormente, especialmente pela contaminação de recursos hídricos (IMP 14). Mas, analisando a atuação dos empreendimentos neste trecho, as pressões sinérgicas podem ser consideradas menores em comparação aos outros trechos. Considerando que tal Terra Indígena está numa região já muito desmatada, e que os índios que nela habitam freqüentam bastante a cidade próxima – Barra do Bugres - a presença dos empreendimentos podem ocasionar como principais pressões aquelas referentes ao aumento de pressão sobre caça e pesca (IMP 4).

Pode-se dizer, então, que as pressões sinérgicas sobre as Terras Indígenas da área de influência das LTs que são objeto deste estudo tendem a pôr em risco a segurança alimentar e saúde dos diversos grupos indígenas contemplados. Isto se dá, especialmente, pelo aumento da pressão sobre a caça e pesca (IMP 4), e pelo aumento de invasões em território indígenas (IMP 5). Em conclusão, pode-se considerar as **Terras Indígenas dos trechos 1 (TI Karitiana e Referência Nº 45) e 3 (Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé e Paukalirajausu) como as que sofrem as maiores pressões sinérgicas** decorrentes da presença de empreendimentos, em comparação com as demais TIs contempladas no presente estudo.

NORTE BRASIL

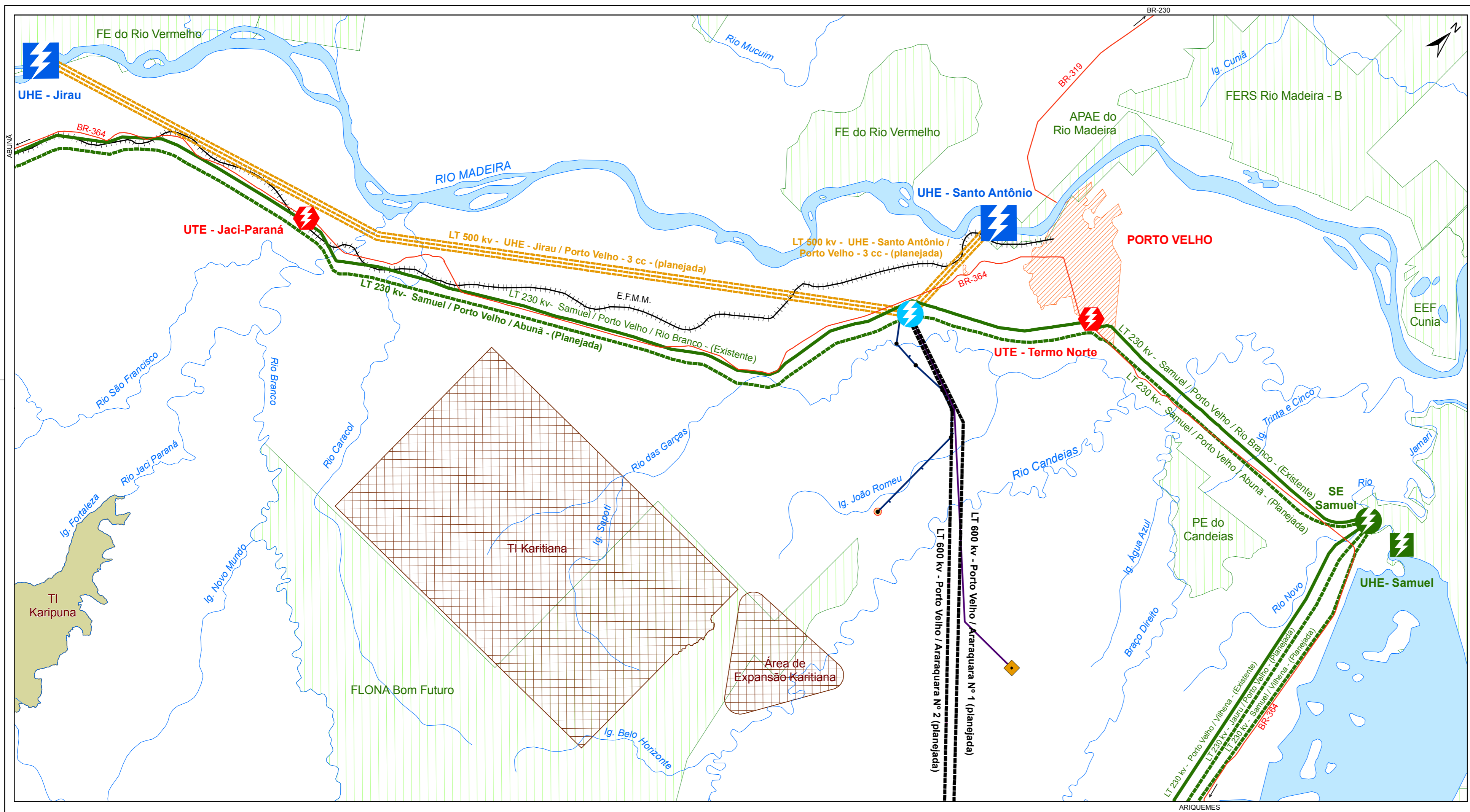
Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 8.2.2-1
MAPA DE EMPREENDIMENTO DO
TRECHO 1



LEGENDA

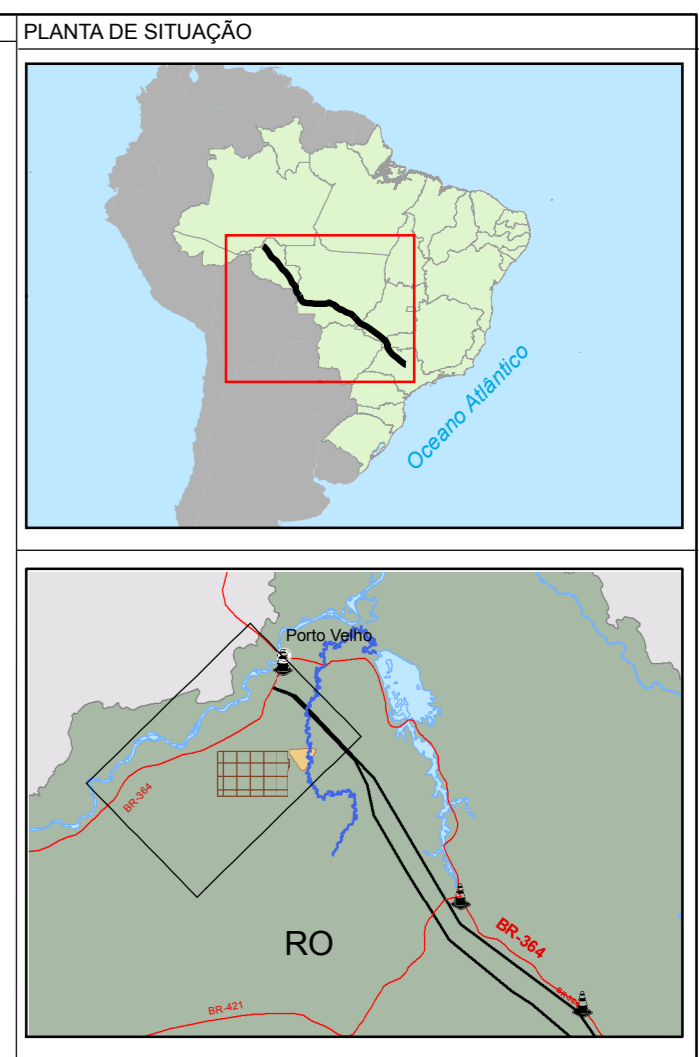
- MINERAÇÃO
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
- TERMELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- HIDRELÉTRICA PLANEJADA
- HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO
- HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- LT 600 kv PLANEJADA
- LT 500 kv PLANEJADA
- LT 230 kv PLANEJADA
- LT 230 kv EXISTENTE
- TERRAS INDÍGENAS DAAI
- ASSENTAMENTOS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- TERRAS INDÍGENAS FORA DAAI

Terra Indígena	C1	C2
TI Karitiana	23,91 km	22,77 km

Distâncias aproximadas das LTs em estudo.

TI KARITIANA	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
UHE Jirau	58
UTE Jaci-Paraná	24
LT 230 kv Samuel/Porto Velho/Abunã	4
LT 230 kv Samuel/Porto Velho/Rio Branco	9
LT 500 kv UHE Jirau/Porto Velho	9,7
SE Porto Velho	34,4
UHE Santo Antônio	48
UTE Termo Norte	48
UHE Samuel	72,4
LT 230 kv Porto Velho/Vilhena	62
LT 230 kv Jirau/Porto Velho	64
LT 230 kv Samuel/Vilhena	65

Distâncias aproximadas dos Empreendimentos.



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL , 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL , 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

ie madeira
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA

Cartografia Digital: **BMP INFO** / **CHES** Data: Abril/2010

Projeto: Consórcio Ambiental Madeira Data: Abril/2010

Aprovado: Consórcio Ambiental Madeira Data: Abril/2010

CONVÊNÇÕES

- ESTRADAS
- PREFIXO DE ESTRADA
- FERROVIA
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA

CONVÊNÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- LINHA DO ELETRODO
- VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
- ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)

CONVÊNÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- LINHA DO ELETRODO
- VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
- ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)

LT 600kV CC COLETORES PORTO VELHO - ARARAQUARA Nº 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA

Escala do Original: Data: Abril/2010

Mapa: 2386-00-EI-DE-4001 Folha: 01/05

NORTE BRASIL

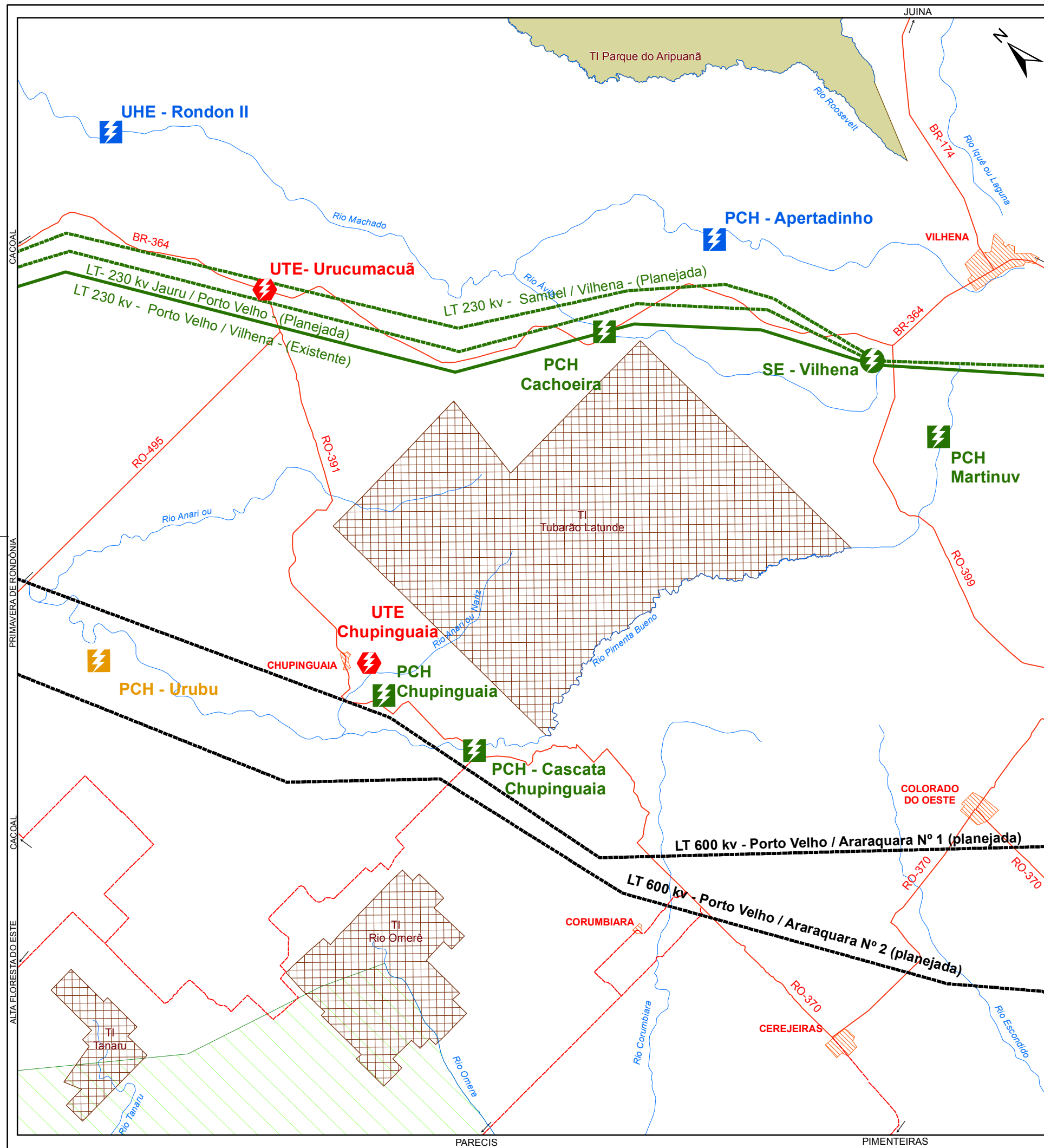
Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 8.2.3-1
MAPA DE EMPREENDIMENTO DO
TRECHO 2



LEGENDA

- MINERAÇÃO
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
- TERMELETRICA EM OPERAÇÃO
- HIDRELÉTRICA PLANEJADA
- HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO
- HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- LT 600 kv PLANEJADA
- LT 500 kv PLANEJADA
- LT 230 kv PLANEJADA
- LT 230 kv EXISTENTE
- TERRAS INDÍGENAS DA AI
- ASSENTAMENTOS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- TERRAS INDÍGENAS FORA DA AI

Terra Indígena	C1	C2
TI Tanarú	29,12 km	30,50 km
TI Rio Omerê	11,21 km	10,20 km
TI Tubarão Latunde	10,80 km	11,18 km

Distâncias aproximadas das LTs em estudo.

TI TUBARÃO LATUNDE	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
PCH Cascata Chupinguaia	7
PCH Chupinguaia	9,5
UTE Chupinguaia	8
PCH Urubu	31
UTE Urucumacã	24,5
UHE Cachoeira	4
UHE Rondon II	50
PCH Apertadinho	14
PCH Martinuv	16
LT 230 kv Porto Velho/Vilhena	2
LT 230 kv Jauru/Porto Velho	4
LT 230 kv Samuel/Vilhena	5,7

TI RIO OMERÊ	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
PCH Cascata Chupinguaia	15,4
PCH Chupinguaia	20,6
UTE Chupinguaia	24,4
PCH Urubu	41

Distâncias aproximadas dos empreendimentos.

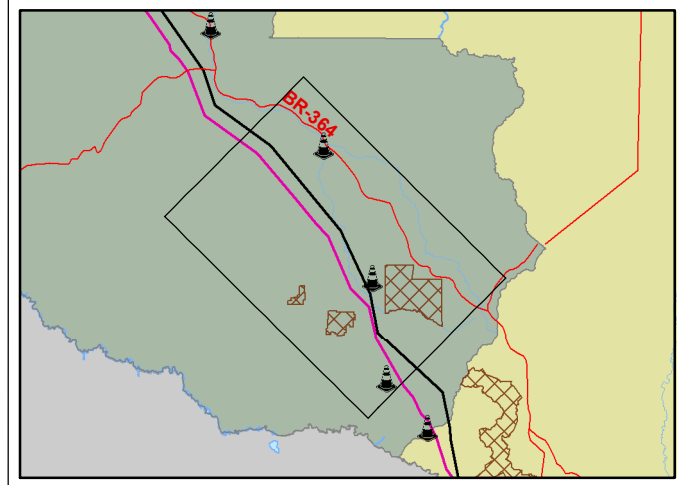
CONVENÇÕES

- ESTRADAS
- PREFIXO DE ESTRADA
- FERROVIA
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- LINHA DO ELETRODO
- VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
- ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)

PLANTA DE SITUAÇÃO



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL, 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.



Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010



LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, N° 01 E N° 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4001	Folha	02/05

NORTE BRASIL

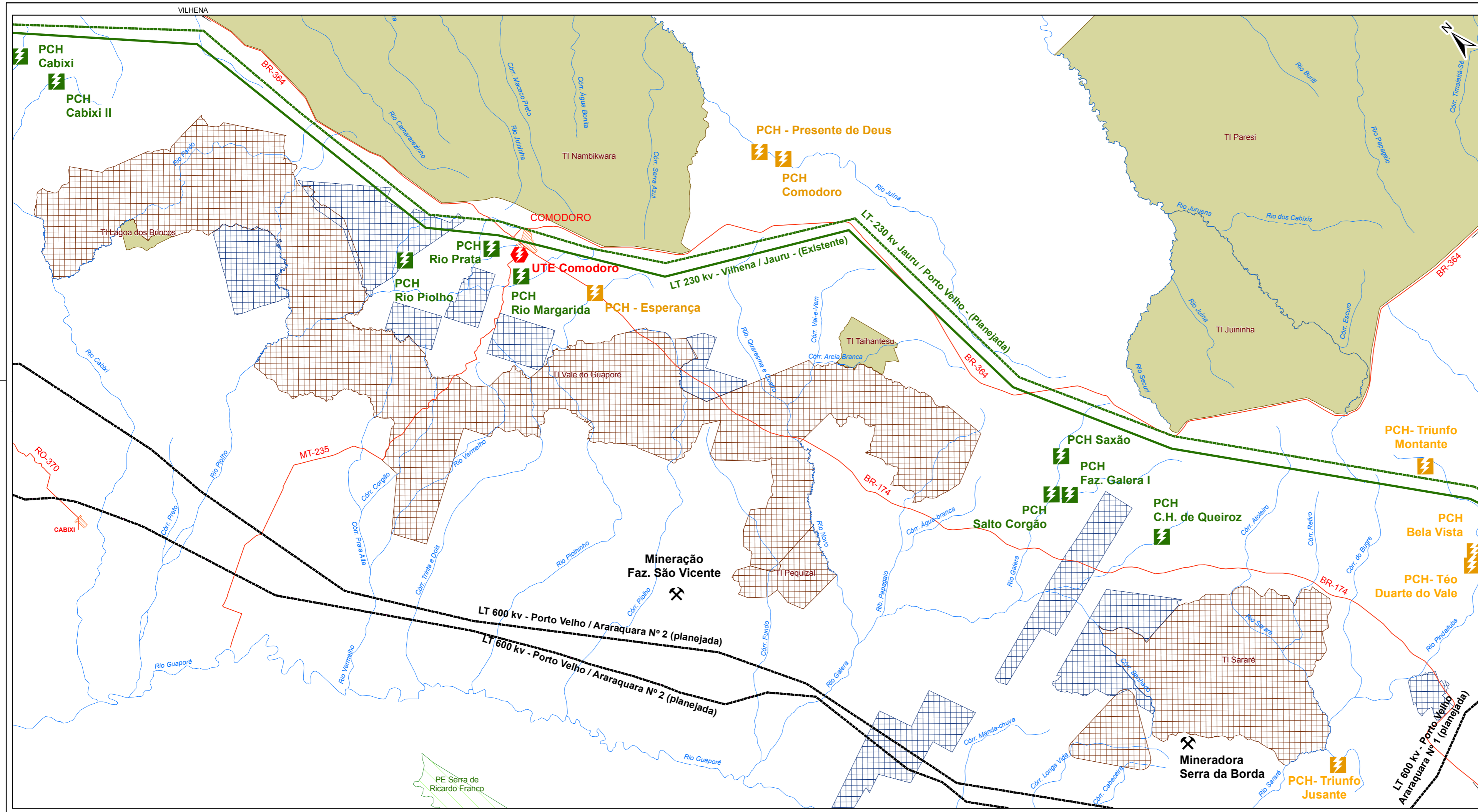
Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 8.2.4-1
MAPA DE EMPREENDIMENTO DO
TRECHO 3



LEGENDA

MINERAÇÃO

SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE

TERMELÉTRICA EM OPERAÇÃO

HIDRELÉTRICA PLANEJADA

HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO

HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO

LT 600 kv PLANEJADA

LT 500 kv PLANEJADA

LT 230 kv PLANEJADA

LT 230 kv EXISTENTE

TERRAS INDÍGENAS

ASSENTAMENTOS

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

TERRAS INDÍGENAS FORA DA AI

Terra Indígena	C1	C2
TI Vale do Guaporé	10,96 km	12,68 km
TI Pequizaral	9,8 km	14,06 km
TI Sararé / TI Paukatirajausu	10,00 km	14,99 km

Distâncias aproximadas das LTs em estudo.

TI VALE DO GUAPORÉ	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
PCH Cabixi	20
PCH Cabixi 2	15
PCH Rio Piolho	7,5
PCH Rio Prata	19
UTE Comodoro	32
PCH Esperança	8
PCH Comodoro	32
PCH Presente de Deus	31
LT 230 kv Jauru/Vilhena	2,7
LT 230 kv Jauru/Porto Velho	4,5
PCH Margarida	12
PCH Saxão	13
PCH Salto Corgão	22
PCH Fazenda Galera	16,5

TI PEQUIZARAL	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
Mineração São Vicente	10

TI SARARÉ	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
PCH C.H. Queiroz	11
PCH Triunfo Jusante	4
PCH Triunfo Montante	26
PCH Teo Duarte do Vale	25
PCH Bela Vista	25,5
LT 230 kv Jauru/Vilhena	16
LT 230 kv Jauru/Porto Velho	20
PCH Fazenda Galera	21
PCH Salto Corgão	22
PCH Saxão	27,5

Distâncias aproximadas dos Empreendimentos.

CONVENÇÕES

ESTRADAS

PREFIXO DE ESTRADA

FERROVIA

ÁREA URBANA

SEDE MUNICIPAL

CURSO D'ÁGUA

CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

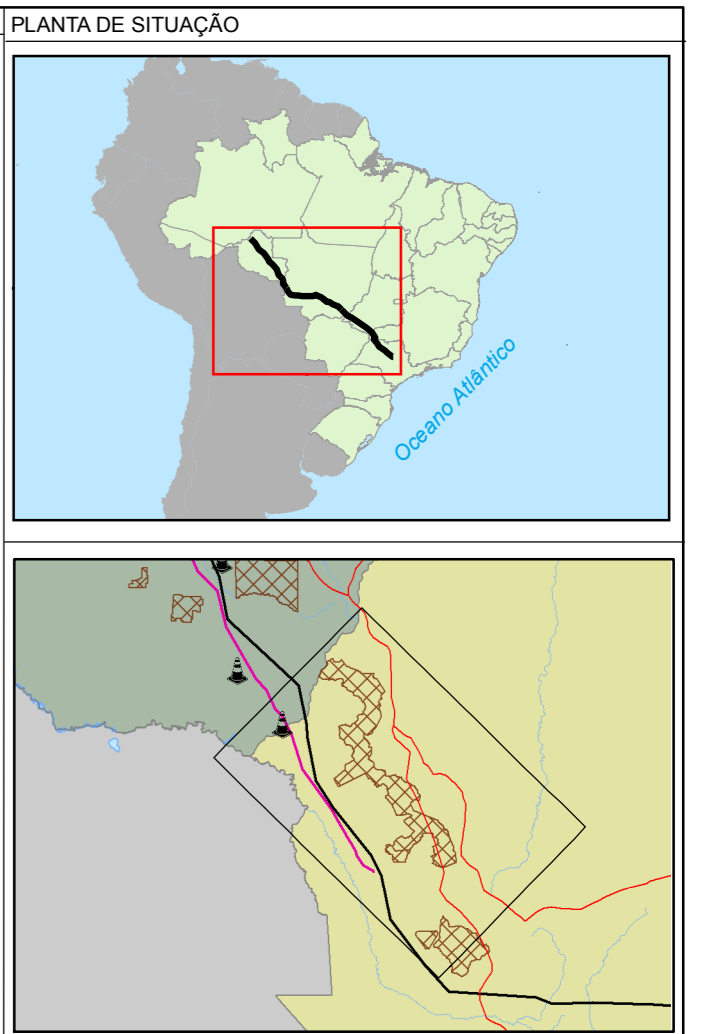
TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:

SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

LINHA DO ELETRODO

VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO

ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)



- REFERÊNCIAS**
- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
 - Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
 - Usinas - ANEEL , 2009.
 - Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.



Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010



LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4001	Folha	03/05

NORTE BRASIL

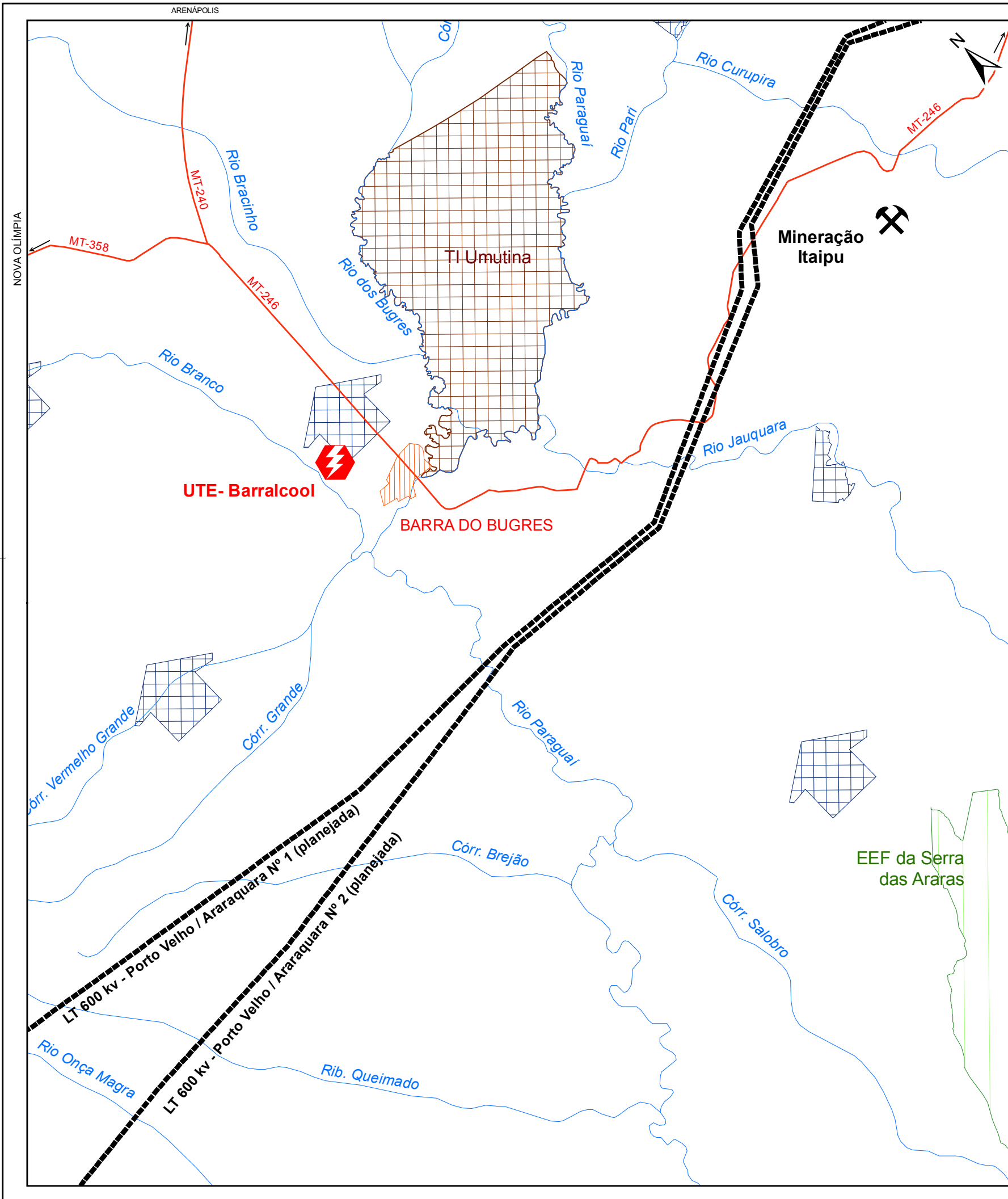
Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 8.2.5-1
MAPA DE EMPREENDIMENTO DO
TRECHO 4



LEGENDA

- MINERAÇÃO
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
- TERMELETRICA EM OPERAÇÃO
- HIDRELÉTRICA PLANEJADA
- HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO
- HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- LT 600 kv PLANEJADA
- LT 500 kv PLANEJADA
- LT 230 kv PLANEJADA
- LT 230 kv EXISTENTE
- TERRAS INDÍGENAS
- ASSENTAMENTOS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- TERRAS INDÍGENAS FORA DAAI

Terra Indígena	C1	C2
TI Umutina	9,8 km	10,45 km

Distâncias aproximadas das LTs em estudo.

TI UMUTINA	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
UTE Barralcool	6
Mineração Itaipu	22

Distâncias aproximadas das empreendimentos.

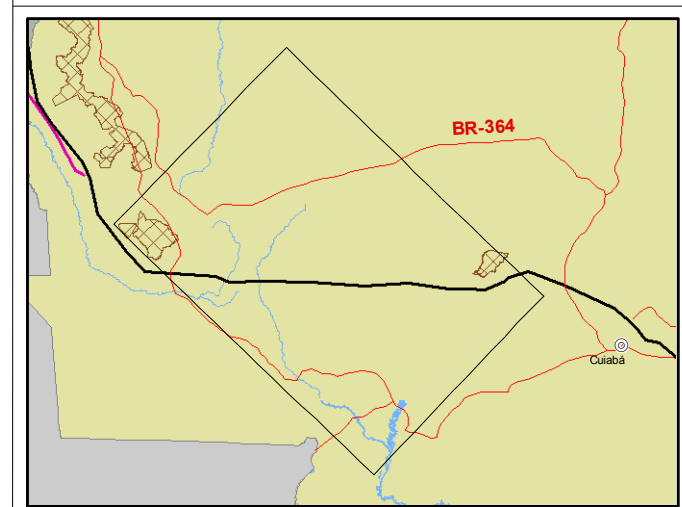
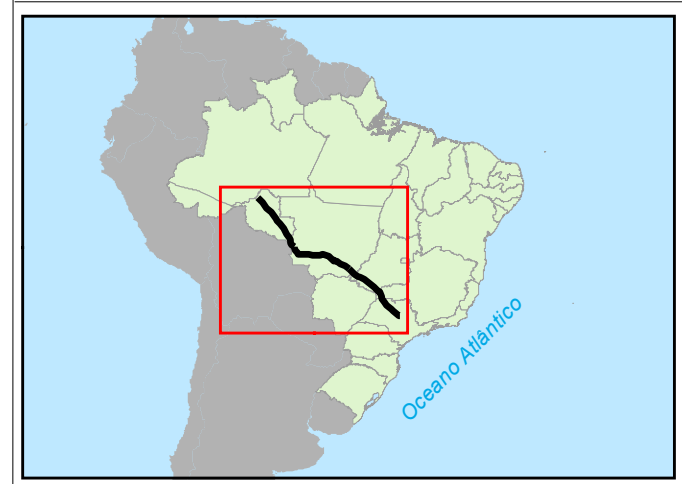
CONVENÇÕES

- ESTRADAS
- PREFIXO DE ESTRADA
- FERROVIA
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- LINHA DO ELETRODO
- VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
- ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)

PLANTA DE SITUAÇÃO



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL, 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.



Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abri/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abri/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abri/2010



LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA

Escala do Original	Data	Abri/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4001	Folha	04/05

NORTE BRASIL

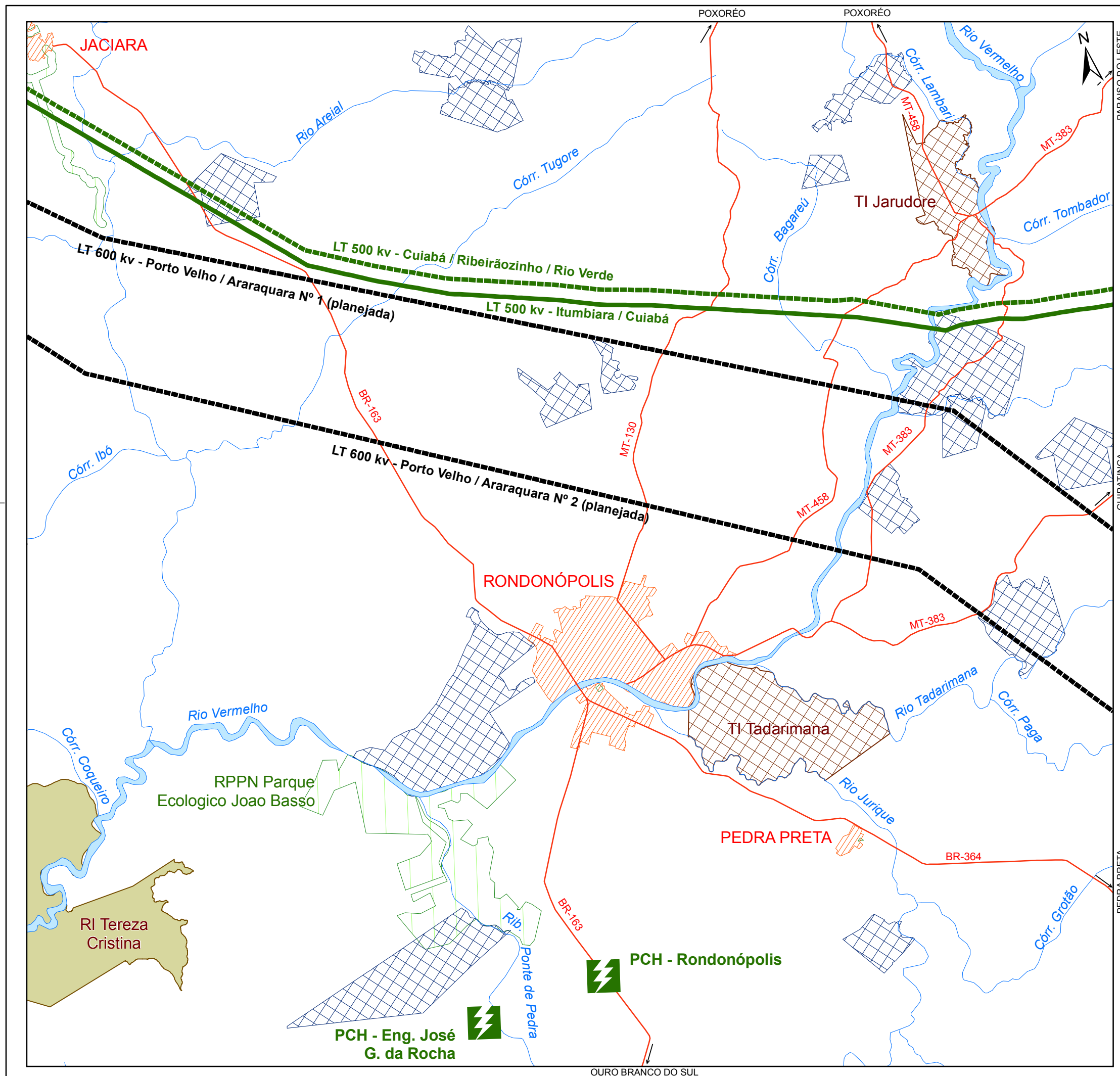
Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 8.2.6-1
MAPA DE EMPREENDIMENTO DO
TRECHO 5



LEGENDA

- MINERAÇÃO
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
- TERMELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- HIDRELÉTRICA PLANEJADA
- HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO
- HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- LT 600 kv PLANEJADA
- LT 500 kv PLANEJADA
- LT 230 kv PLANEJADA
- LT 230 kv EXISTENTE
- TERRAS INDÍGENAS
- ASSENTAMENTOS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- TERRAS INDÍGENAS FORA DAAI

Terra Indígena	C1	C2
TI Jarudore	9,8 km	22,55 km
TI Tadarinama	22,0 km	10,55 km

Distâncias aproximadas das LTs em estudo.

TI JARUDORE	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
LT 500 kv Itumbiara/Cuiabá	2,5
LT 500 kv Cuiabá/Rio Verde	1,3

TI TADARIMANA	
Empreendimento	Distâncias Aproximadas (Km)
LT 500 kv Itumbiara/Cuiabá	28
LT 500 kv Cuiabá/Rio Verde	29,5
PCH Rondonópolis	28
PCH Eng. José	26,5

Distâncias aproximadas dos empreendimentos.

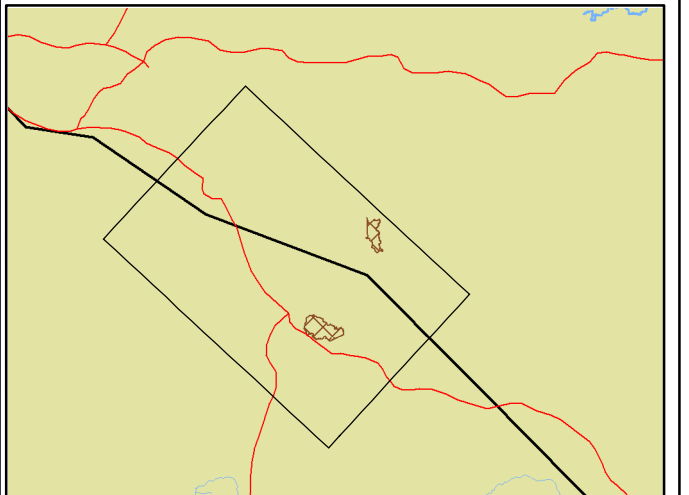
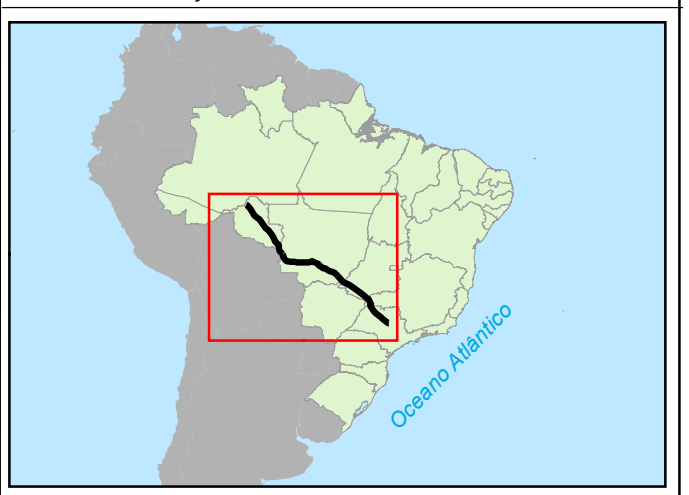
CONVENÇÕES

- ESTRADAS
- PREFIXO DE ESTRADA
- FERROVIA
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- LINHA DO ELETRODO
- VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
- ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)

PLANTA DE SITUAÇÃO



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL, 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

LT 600kv CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4001	Folha	05/05

NORTE BRASIL

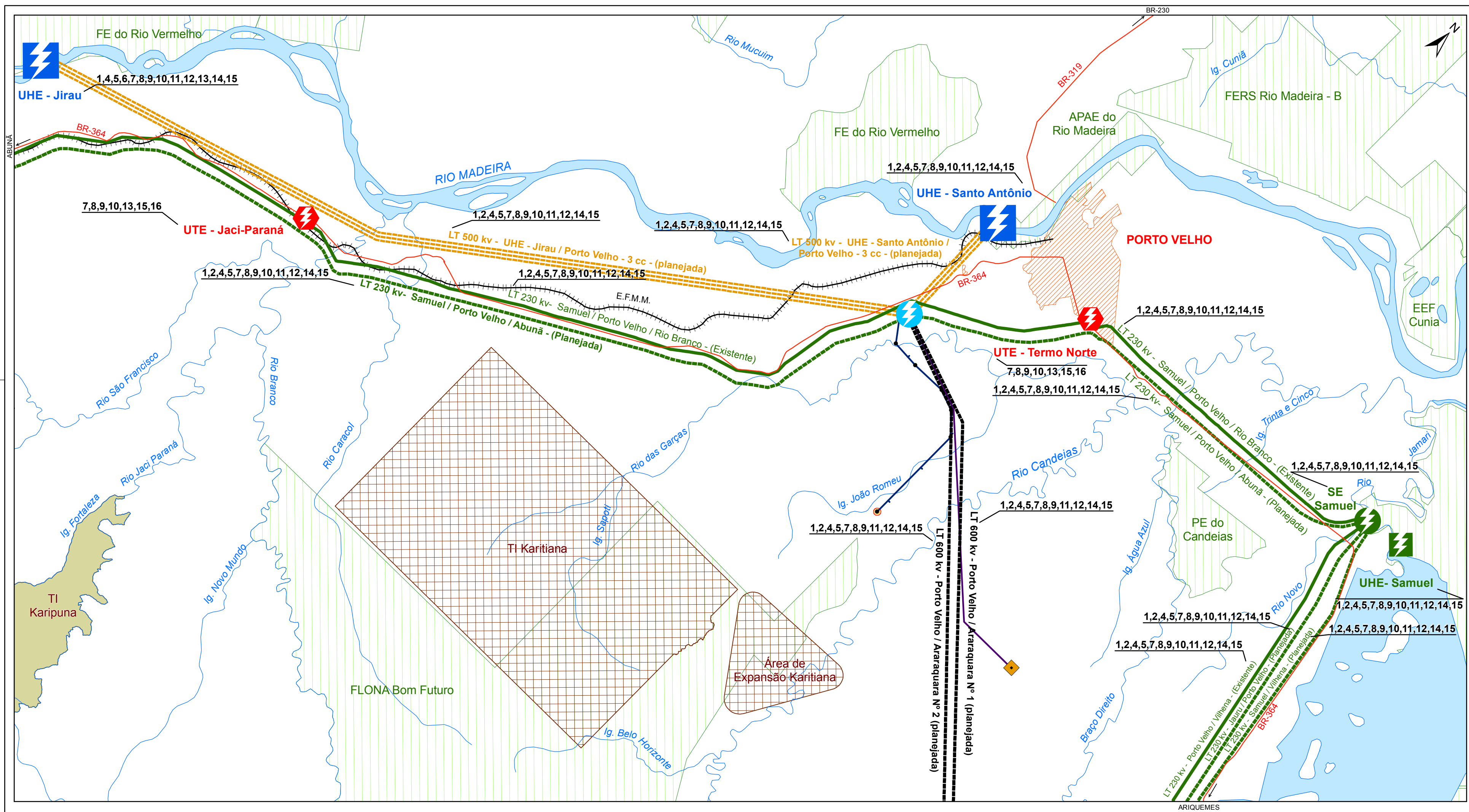
Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 8.3.3.2.4-1
MAPAS DE IMPACTOS SINÉRGICOS



LEGENDA

MINERAÇÃO
 SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
 TERMELÉTRICA EM OPERAÇÃO
 HIDRELÉTRICA PLANEJADA
 HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO
 HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO
 LT 600 kv PLANEJADA
 LT 500 kv PLANEJADA
 LT 230 kv PLANEJADA
 LT 230 kv EXISTENTE
 TERRAS INDÍGENAS DA AI
 ASSENTAMENTOS
 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
 TERRAS INDÍGENAS FORA DA AI

Relação dos impactos

- 1- Aceleração do Desmatamento direto e induzido
- 2 - Extração ilegal de madeira
- 3 - Indução a abertura de acessos secundários
- 4 - Aumento da pressão sobre caça e pesca
- 5 - Aumento da invasão sobre Terras Indígenas
- 6 - Biopirataria
- 7 - Deflagração de Processos Erosivos
- 8 - Aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas
- 9 - Aumento do consumo de bebidas alcoólicas e prostituição
- 10 - Sobrecarga sobre serviços públicos
- 11 - Pressão a ecossistemas e biodiversidade
- 12 - Aumento de conflitos fundiários
- 13 - Emissão de gases de efeito estufa
- 14 - Alteração da Qualidade de Recursos Hídricos
- 15 - Contaminação de Solos
- 16 - Indução a queimadas

CONVENÇÕES

ESTRADAS
 PREFIXO DE ESTRADA
 FERROVIA
 ÁREA URBANA
 SEDE MUNICIPAL
 CURSO D'ÁGUA
 CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
 SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
 LINHA DO ELETRODO
 VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
 ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)

PLANTA DE SITUAÇÃO

REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL, 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
 Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

ie madeira
 INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA

Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

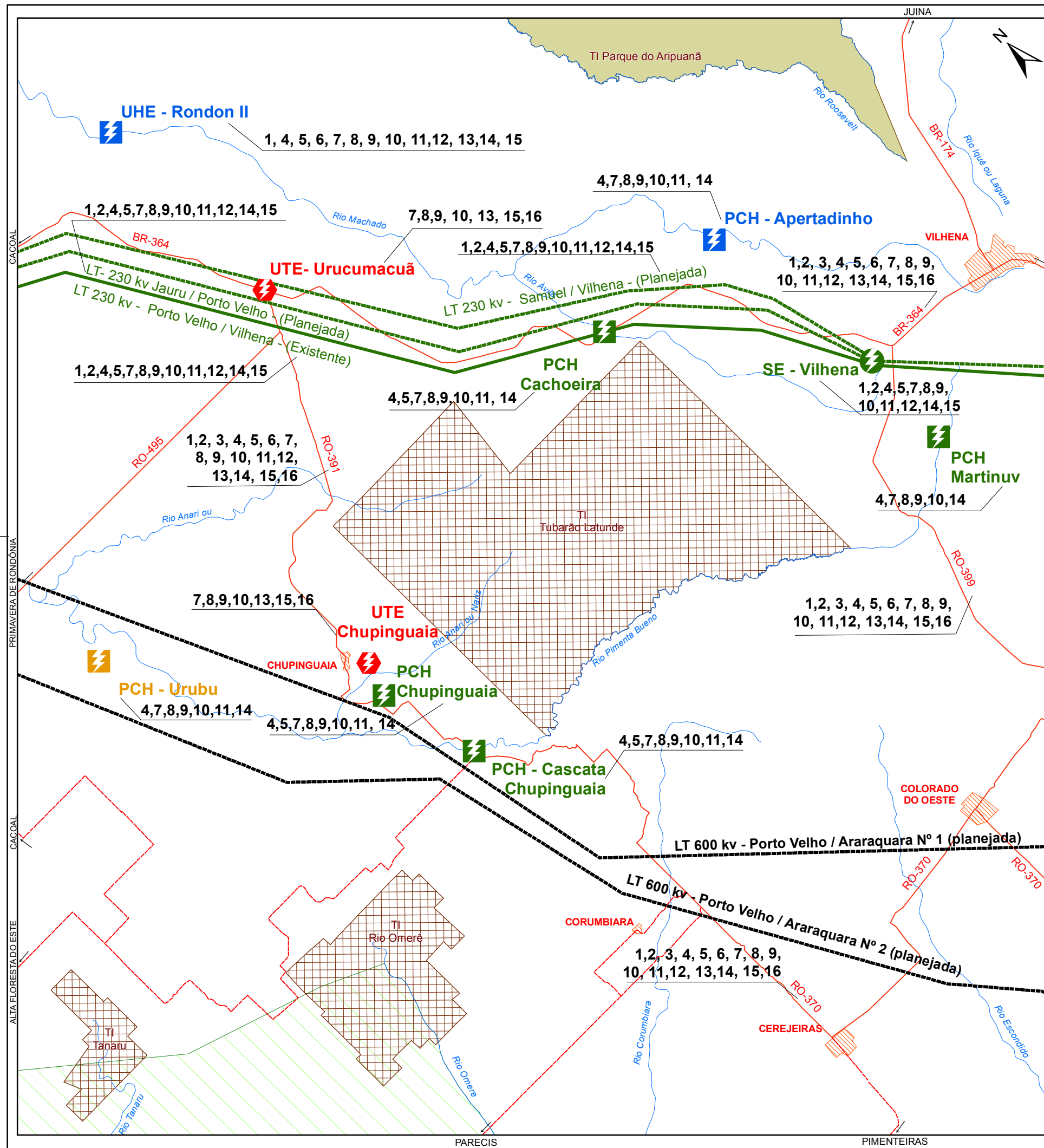
CMEC **Ecology Brasil** **biodinâmica** **JGP**

LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE IMPACTOS SINÉRGICOS

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4002	Folha	01/05



LEGENDA

- MINERAÇÃO
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
- TERMELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- HIDRELÉTRICA PLANEJADA
- HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO
- HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- LT 600 kv PLANEJADA
- LT 500 kv PLANEJADA
- LT 230 kv PLANEJADA
- LT 230 kv EXISTENTE
- TERRAS INDÍGENAS DA AI
- ASSENTAMENTOS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- TERRAS INDÍGENAS FORA DA AI

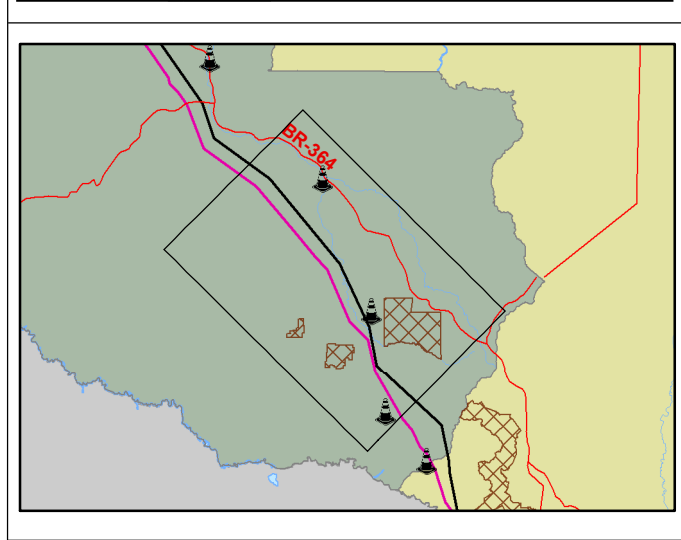
- Relação dos impactos**
- 1 - Aceleração do Desmatamento direto e induzido
 - 2 - Extração ilegal de madeira
 - 3 - Indução a abertura de acessos secundários
 - 4 - Aumento da pressão sobre caça e pesca
 - 5 - Aumento da invasão sobre Terras Indígenas
 - 6 - Biopirataria
 - 7 - Deflagração de Processos Erosivos
 - 8 - Aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas
 - 9 - Aumento do consumo de bebidas alcoólicas e prostituição
 - 10 - Sobrecarga sobre serviços públicos
 - 11 - Pressão a ecossistemas e biodiversidade
 - 12 - Aumento de conflitos fundiários
 - 13 - Emissão de gases de efeito estufa
 - 14 - Alteração da Qualidade de Recursos Hídricos
 - 15 - Contaminação de Solos
 - 16 - Indução a queimadas

CONVENÇÕES

- ESTRADAS
- PREFIXO DE ESTRADA
- FERROVIA
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- LINHA DO ELETRODO
- VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
- ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)



- REFERÊNCIAS**
- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
 - Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
 - Usinas - ANEEL, 2009.
 - Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.



Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

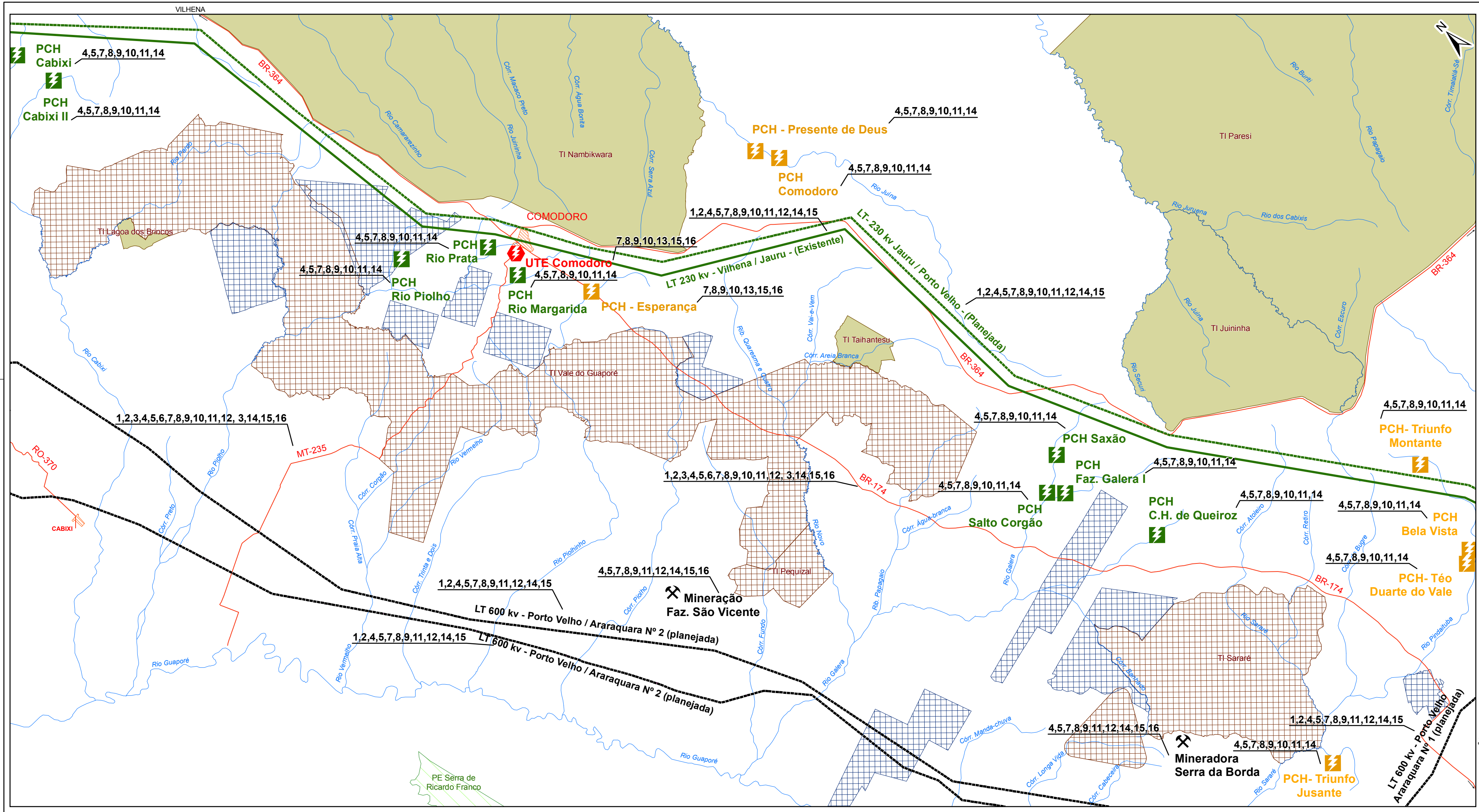


LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE IMPACTOS SINÉRGICOS

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4002	Folha	02/05



LEGENDA

MINERAÇÃO
SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
TERMELÉTRICA EM OPERAÇÃO
HIDRELÉTRICA PLANEJADA
HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO
HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO
LT 600 kv PLANEJADA
LT 500 kv PLANEJADA
LT 230 kv PLANEJADA
LT 230 kv EXISTENTE
TERRAS INDÍGENAS
ASSENTAMENTOS
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
TERRAS INDÍGENAS FORA DA AI

Relação dos impactos

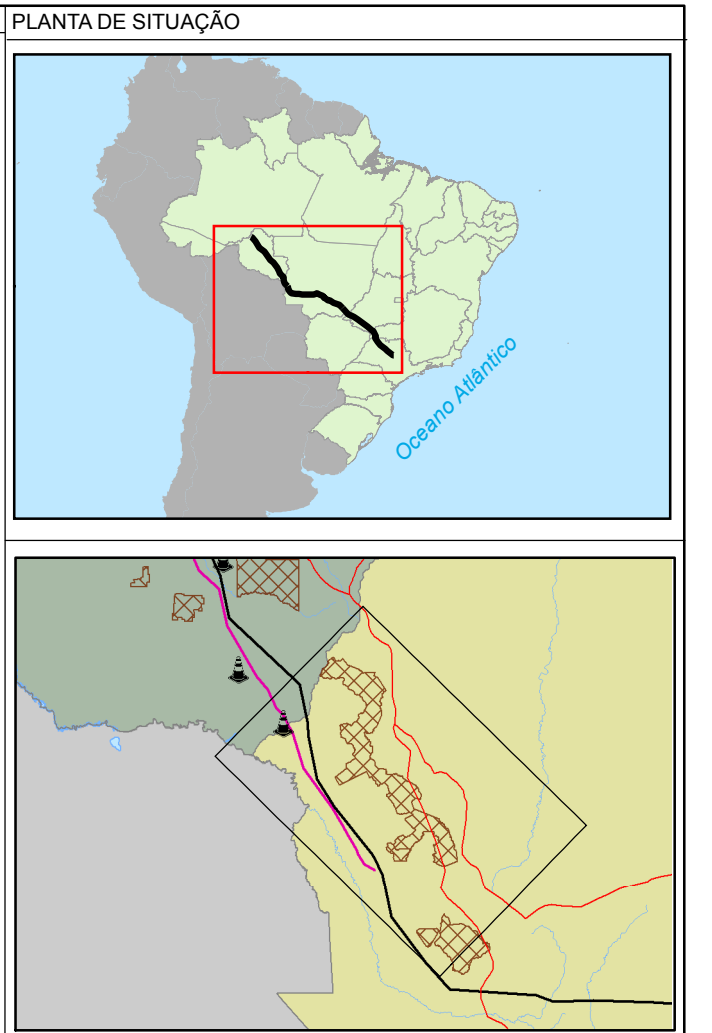
- 1- Aceleração do Desmatamento direto e induzido
- 2 - Extração ilegal de madeira
- 3 - Indução a abertura de acessos secundários
- 4 - Aumento da pressão sobre caça e pesca
- 5 - Aumento da invasão sobre Terras Indígenas
- 6 - Biopirataria
- 7 - Deflagração de Processos Erosivos
- 8 - Aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas
- 9 - Aumento do consumo de bebidas alcoólicas e prostituição
- 10 - Sobrecarga sobre serviços públicos
- 11 - Pressão a ecossistemas e biodiversidade
- 12 - Aumento de conflitos fundiários
- 13 - Emissão de gases de efeito estufa
- 14 - Alteração da Qualidade de Recursos Hídricos
- 15 - Contaminação de Solos
- 16 - Indução a queimadas

CONVENÇÕES

ESTRADAS
PREFIXO DE ESTRADA
FERROVIA
ÁREA URBANA
SEDE MUNICIPAL
CURSO D'ÁGUA
CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
LINHA DO ELETRODO
VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL, 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

ie madeira
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA

Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

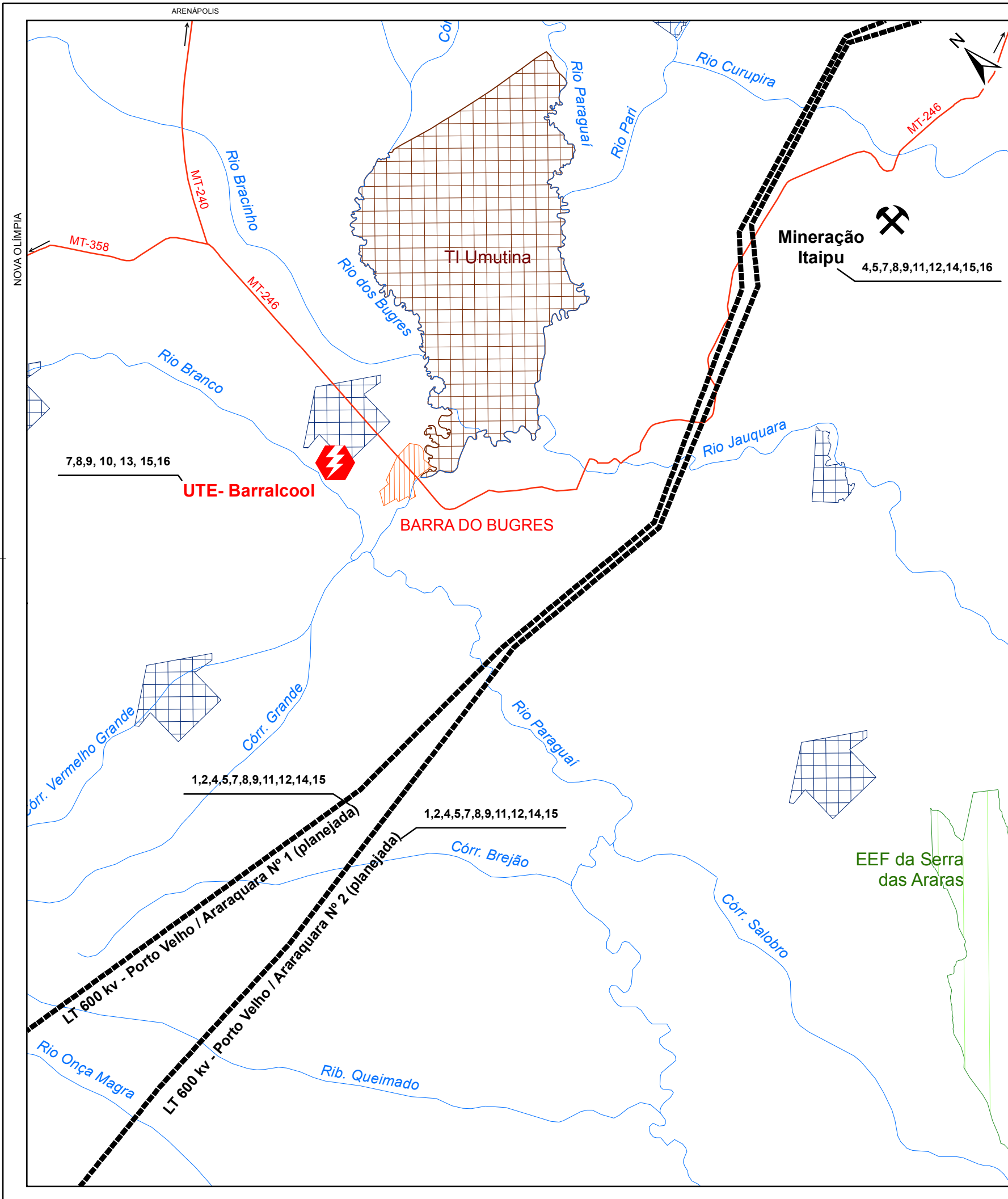
CNEC **Ecology Brasil** **biodinâmica** **JGP**

LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE IMPACTOS SINÉRGICOS

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4002	Folha	03/05



LEGENDA

- MINERAÇÃO
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
- TERMELETRICA EM OPERAÇÃO
- HIDRELETRICA PLANEJADA
- HIDRELETRICA EM CONSTRUÇÃO
- HIDRELETRICA EM OPERAÇÃO
- LT 600 kv PLANEJADA
- LT 500 kv PLANEJADA
- LT 230 kv PLANEJADA
- LT 230 kv EXISTENTE
- TERRAS INDÍGENAS
- ASSENTAMENTOS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- TERRAS INDÍGENAS FORA DAAI

Relação dos impactos

- 1- Aceleração do Desmatamento direto e induzido
- 2 - Extração ilegal de madeira
- 3 - Indução a abertura de acessos secundários
- 4 - Aumento da pressão sobre caça e pesca
- 5 - Aumento da invasão sobre Terras Indígenas
- 6 - Biopirataria
- 7 - Deflagração de Processos Erosivos
- 8 - Aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas
- 9 - Aumento do consumo de bebidas alcóolicas e prostituição
- 10 - Sobrecarga sobre serviços públicos
- 11 - Pressão a ecossistemas e biodiversidade
- 12 - Aumento de conflitos fundiários
- 13 - Emissão de gases de efeito estufa
- 14 - Alteração da Qualidade de Recursos Hídricos
- 15 - Contaminação de Solos
- 16 - Indução a queimadas

CONVENÇÕES

- ESTRADAS
- PREFIXO DE ESTRADA
- FERROVIA
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- LINHA DO ELETRODO
- VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
- ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)

PLANTA DE SITUAÇÃO

REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL, 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

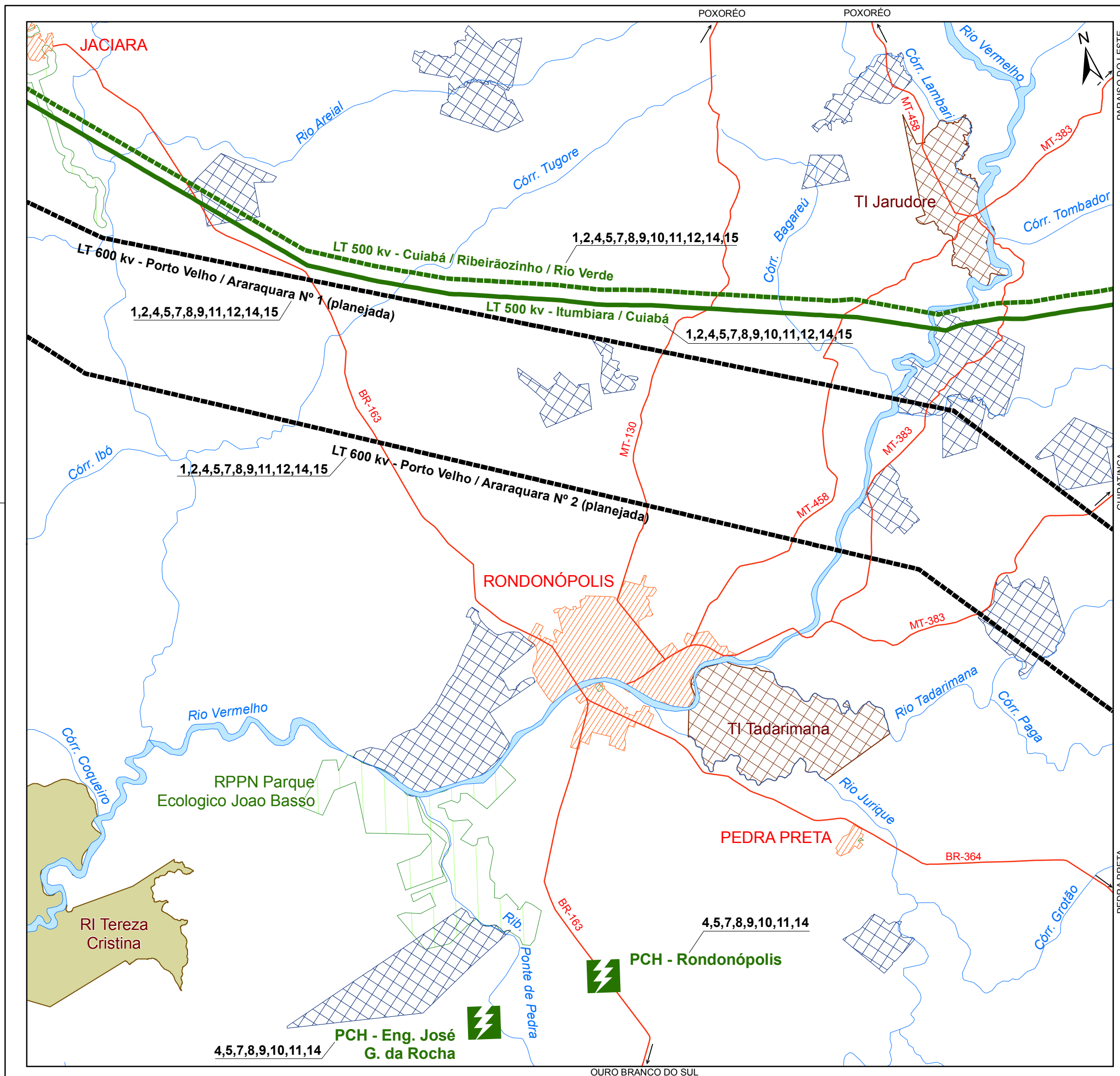
CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE IMPACTOS SINÉRGICOS

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4002	Folha	04/05



LEGENDA

- MINERAÇÃO
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTE
- TERMELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- HIDRELÉTRICA PLANEJADA
- HIDRELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO
- HIDRELÉTRICA EM OPERAÇÃO
- LT 600 kv PLANEJADA
- LT 500 kv PLANEJADA
- LT 230 kv PLANEJADA
- LT 230 kv EXISTENTE
- TERRAS INDÍGENAS
- ASSENTAMENTOS
- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- TERRAS INDÍGENAS FORA DAAI

Relação dos impactos

- 1 - Aceleração do Desmatamento direto e induzido
- 2 - Extração ilegal de madeira
- 3 - Indução a abertura de acessos secundários
- 4 - Aumento da pressão sobre caça e pesca
- 5 - Aumento da invasão sobre Terras Indígenas
- 6 - Biopirataria
- 7 - Deflagração de Processos Erosivos
- 8 - Aumento de doenças sexualmente transmissíveis e vetorialmente transmitidas
- 9 - Aumento do consumo de bebidas alcoólicas e prostituição
- 10 - Sobrecarga sobre serviços públicos
- 11 - Pressão a ecossistemas e biodiversidade
- 12 - Aumento de conflitos fundiários
- 13 - Emissão de gases de efeito estufa
- 14 - Alteração da Qualidade de Recursos Hídricos
- 15 - Contaminação de Solos
- 16 - Indução a queimadas

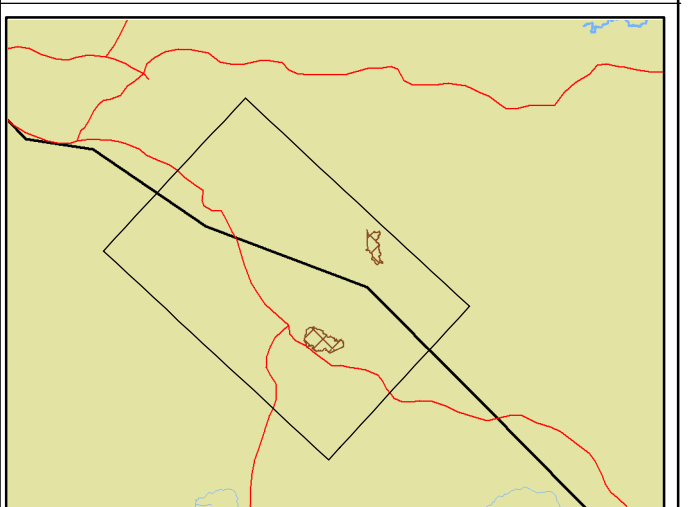
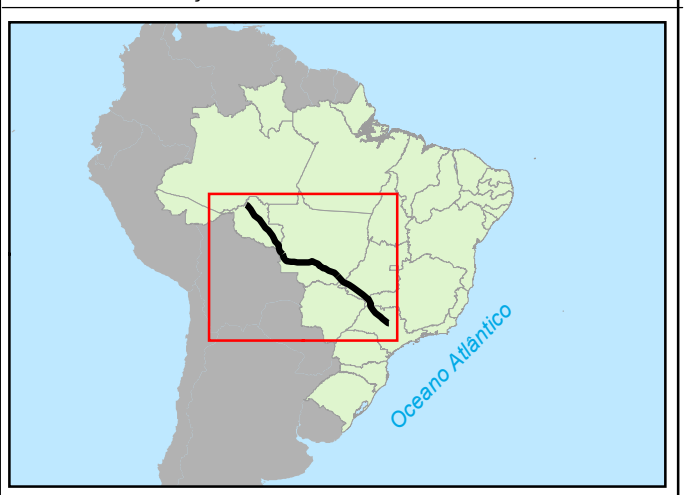
CONVENÇÕES

- ESTRADAS
- PREFIXO DE ESTRADA
- FERROVIA
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- LINHA DO ELETRODO
- VÉRTICE DA LINHA DO ELETRODO
- ELETRODO (Elipse com 810m de diâmetro)

PLANTA DE SITUAÇÃO



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE na escala 1:1000.000
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.
- Usinas - ANEEL , 2009.
- Linhas de Transmissão - ONS, Horizonte 2011.

NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

ie madeira
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA

Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

CNEC **EcologyBrasil** **biodinâmica** **JGP**

LT 600kv CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE IMPACTOS SINÉRGICOS

Escala do Original	Data	Abril/2010
Mapa 2386-00-ECI-DE-4002	Folha	05/05

Índice

9.	CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS DOS EMPREENDIMENTOS SOBRE O TERRITÓRIO E OS GRUPOS INDÍGENAS.....	1/39
9.1	METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	2/39
9.1.1	CONCEITOS BÁSICOS	3/39
9.1.2	IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS - MATRIZ DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....	4/39
9.2	ANÁLISE DE IMPACTOS	6/39
9.2.1.	ETAPA DE PLANEJAMENTO.....	6/39
9.2.1.1	INTERVENÇÕES AMBIENTAIS	6/39
9.2.1.2	DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES	7/39
9.2.1.3	DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS NA ETAPA DE PLANEJAMENTO.....	7/39
9.2.2	ETAPA DE IMPLANTAÇÃO E OBRAS.....	9/39
9.2.2.1	INTERVENÇÕES AMBIENTAIS	10/39
9.2.2.2	DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES	16/39
9.2.2.3	DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	22/39
9.2.3	ETAPA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS	35/39
9.2.3.1	INTERVENÇÕES AMBIENTAIS	35/39
9.2.3.2	DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES NA ETAPA DE OPERAÇÃO	37/39
9.2.3.3	DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS	38/39

9. CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS DOS EMPREENDIMENTOS SOBRE O TERRITÓRIO E OS GRUPOS INDÍGENAS

A análise de impactos para o componente indígena foi feita com base na metodologia utilizada para os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) dos empreendimentos e considerou os resultados das avaliações dos diferentes meios (Físico, Biótico e Socioeconômico) destes estudos. Sendo assim, buscou-se analisar os impactos advindos dos empreendimentos dentro de uma faixa de análise delimitada como Área de Influência (AI) para os estudos ambientais e, em especial, foram utilizados aqueles relativos aos trechos mais próximos às Terras Indígenas.

É importante destacar que para as análises de alternativas dos traçados, um dos critérios utilizados para a definição dos mesmos foi à minimização de impactos sobre as Terras Indígenas, afastando-se ao máximo os traçados destas. Foram identificadas dez TIs e uma Referência de índios isolados, com distâncias que variam entre 9,8 a 30 km dos traçados das linhas de transmissão. Sendo que a média de distância entre as LTs e as TIs é de 15 km.

Apesar de ser um importante critério para a definição de magnitude de impactos, a distância de um empreendimento em relação a uma Terra Indígena não pode ser a única variável para avaliação de potenciais interferências sobre estes povos. Há que se considerar as diferentes características dos grupos, seus diferentes graus de vulnerabilidade frente às pressões sobre seus territórios e as características dos empreendimentos associados a abrangência dos impactos referentes as etapas de planejamento, obra e operação dos mesmos.

A partir dos dados do diagnóstico deste componente e das avaliações de impactos dos EIAs nos trechos próximos as Terras Indígenas, foram realizadas as análises para a identificação dos possíveis impactos sobre estes povos.

Além de avaliações relacionadas à possibilidade de impactos mais regionais caracterizados pelo potencial indutor ao desenvolvimento, analisou-se também, possíveis interferências advindas do planejamento construção e operação dos empreendimentos em áreas de relevante interesse para estes grupos indígenas.

“a noção de Impacto Ambiental deverá levar em consideração que os direitos territoriais indígenas prevêm a proteção de áreas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao bem-estar das comunidades, áreas estas que não se limitam às fronteiras da terra oficialmente reconhecida e homologada pelo Poder Público: áreas de coleta de frutos e matérias-primas para artesanato e medicina tradicional (folhas sementes, fibras), áreas de reprodução de animais utilizadas na dieta alimentar e adornos, áreas de nascentes que, em muitos casos, estão localizadas fora das terras indígenas, cursos d’água em torno dos quais são distribuídos recursos da fauna e flora com significados especiais no contexto dos sistemas simbólicos locais... (Borges, 2009: p 8:)

Além da identificação de possíveis interferências em pontos de relevância, buscou-se distinguir os diferentes graus de interação destes grupos com as sedes municipais próximas às suas Terras. Isto em virtude, especialmente, dos impactos temporários relativos à fase de obras, cuja movimentação de trabalhadores nas sedes e nas frentes de execução dos serviços será maior.

De todos os grupos estudados, somente os índios isolados e recém contatados não freqüentam as cidades. Verificou-se em diferentes escalas uma grande mobilidade dos grupos indígenas para as sedes municipais, motivada tanto para acesso aos mercados locais, às sedes da FUNAI, aos serviços de saúde e educação, quanto para a comercialização de produtos agrícolas e artesanatos.

Sendo assim, muitos impactos indicados no EIA com potencial de atingir as populações das sedes municipais e vias de acesso, foram aqui também analisados, embora com magnitudes diferenciadas, considerando tanto o grau de urbanização destas cidades quanto o de interação dos grupos indígenas com estas.

9.1 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

O método adotado para a avaliação de impactos ambientais se baseia no Modelo de Avaliação e Gestão de Impactos Ambientais – MAGIA, desenvolvido na década de 1980, que utiliza os conceitos abordados em Sanchez (2008)¹, o mesmo utilizado para os Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos.

¹ Sanches, L. H. 2008 Avaliação de Impactos Ambientais, Conceitos e Métodos. Ed. Livraria Conceito

Tal avaliação se baseia na análise das intervenções ambientais, dos processos indutores e conseqüentemente dos impactos advindos destes, a partir da caracterização das distintas Etapas do Empreendimento: i) Planejamento, de ii) Obras e de iii) Operação.

São considerados, nesta metodologia, o papel do empreendimento de introdução no ambiente, de novos elementos capazes de afetar, temporária ou permanentemente, as relações físicas, físico-químicas, biológicas ou socioeconômicas existentes. A partir desses elementos são definidas as Intervenções Ambientais, caracterizadas por ações, diretamente associadas ao empreendimento, que são freqüentemente agrupadas segundo as etapas onde ocorrem.

As alterações ambientais resultantes, deflagradas a partir de processos indutores, que se manifestam por fim sobre os bens ambientais, sociais e econômicos, são classificadas como Impactos Ambientais.

9.1.1 CONCEITOS BÁSICOS

Um determinado empreendimento possui características, que, tanto durante sua fase de implantação, quanto na de operação, representam intervenções diretas praticadas sobre o ambiente onde se insere.

Para caracterização dessas intervenções, adotar-se-á o conceito de “Intervenções Ambientais”, ou simplesmente INAs.

As INAs são caracterizadas por ações diretamente associadas ao empreendimento no ambiente, sendo freqüentemente agrupadas segundo as etapas onde ocorrem, como planejamento, implantação e operação.

As INAs, como ação direta, propiciam a ocorrência de processos, responsáveis por promover as modificações físicas e funcionais sobre o ambiente, denominados Processos Indutores ou, simplesmente, PINs.

As alterações ambientais resultantes, que se manifestam a partir desses PINs e que se caracterizam por modificações benéficas ou adversas, se manifestam sobre os bens ambientais, sociais e econômicos e são, por fim, classificadas como Impactos Ambientais, ou IMPs.

Tomando como exemplo a implantação de uma Linha de Transmissão, tem-se como uma das INAs, a abertura de acessos para as frentes de serviço. A partir dessa INA, repercute no aumento do tráfego de veículos pesados (PIN), que por sua vez, induz ao Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários (IMP).

No caso específico para as análises de impactos sobre populações indígenas, um bom exemplo está relacionado à atração populacional e conseqüente aumento de contato interétnico, geralmente analisado nos estudos como um impacto. Porém, utilizando da metodologia proposta neste estudo, identificou-se a instalação de canteiros e contratação de mão de obra como um INA, que repercute no aumento de contato interétnico (aqui classificado como Processo Indutor - PIN), que por sua vez, induz nos seguintes impactos (IMPs): aumento de conflitos com populações indígenas, aumento no índice de DST e outros. O aumento de contato, por si só, não se constitui como um impacto com atribuição de valor, mas sim como um processo contextualizado (no caso as obras) que poderá gerar interferências sobre os grupos indígenas.

Desse modo, a viabilidade ambiental de um empreendimento pode ser obtida através de ações sobre as INAs por ele causadas, através da modificação de algum procedimento de construção ou operação, ou pela gestão da qualidade do ambiente que vier a ser afetado, utilizando-se um planejamento para gerenciar o ambiente de forma eficaz, em forma de programas de manejo, monitoramento e controle ambientais.

9.1.2 IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS - MATRIZ DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Os componentes da Análise (Intervenções e Impactos) serão distintamente descritos, sendo o procedimento explicitado a partir de uma Tabela, atuando como um facilitador da identificação e análise dos impactos vinculados ao empreendimento. Desse modo, será elaborado um breve Prognóstico Ambiental, com a descrição e a análise das intervenções e impactos, o que possibilitará a confecção da Matriz de Avaliação Ambiental.

A Análise Ambiental a ser realizada constitui uma inter-relação de critérios de importância e intensidade, natureza entre outros, que virão a expressar o grau de efeito, ou significância, de um determinado impacto. Abaixo, no **Quadro 9.1.2-1** são apresentados os critérios de classificação dos Impactos Ambientais que serão utilizados neste estudo.

Quadro 9.1.2-1 – Critérios de Classificação dos Impactos Ambientais, estabelecidos pela ITDECON No 19/2008

Critério	Classes
Incidência	Direta Indireta Nula
Natureza	Negativa Positiva
Duração/ Temporalidade	Curta Média Longa
Reversibilidade	Reversível Curto Prazo Reversível Médio/Longo Prazo Irreversível
Relevância	Baixa Média Alta
Magnitude sem medidas	Baixa Moderada Alta
Tipos de Medida	Potencializadoras Preventivas Corretiva Compensatórias
Magnitude com medidas	Baixa Moderada Alta

A matriz ambiental, dentro dessa ótica, deve ser entendida como uma ferramenta para auxiliar a tomada de decisão quanto à viabilidade ou não de um empreendimento, ou como neste caso, para avaliar o grau de intervenção de cada impacto. Ela dá suporte à equipe para a identificação dos impactos que deverão ser objeto de maior atenção, quando da formulação de medidas ambientais (mitigadoras, potencializadoras e compensatórias).

Nesse quadro, para que se verifique a viabilidade ambiental do empreendimento em questão, impactos de pequena significância não devem ser visualizados como desprezíveis, mas analisados pela equipe técnica do mesmo modo que os demais. (No **Anexo 9.1.2-1 – Matriz de Impactos**, são apresentados todos os impactos identificados com as devidas classificações, segundo critérios acima descritos).

9.2 ANÁLISE DE IMPACTOS

Segue abaixo a descrição resumida das Intervenções, Processos Indutores e Impactos Ambientais agrupados segundo as fases do empreendimento.

9.2.1. ETAPA DE PLANEJAMENTO

9.2.1.1 INTERVENÇÕES AMBIENTAIS

INA 01 - Planejamento da Obra

Envolve o detalhamento do projeto executivo e demais trabalhos de campo complementares, contemplando o cadastro de imóveis e o levantamento topográfico. Nesta fase do projeto, é avaliado o número de propriedades atravessadas pela linha, seguido da sua avaliação financeira, verificação da situação legal e definida a microlocalização das estruturas previstas para a LT, de acordo com as condições de relevo observadas em campo.

Esta etapa é de responsabilidade do Empreendedor, a quem cabe planejar a logística, a especificação dos materiais e equipamentos e respectivas coletas de preços para contratação das empresas encarregadas da construção civil e montagem eletromecânica das linhas.

Os Impactos Ambientais (IMPs) passíveis de ocorrência resultantes dos processos induzidos pelo empreendimento, em sua etapa de planejamento estão resumidos no quadro abaixo.

Quadro 9.2.1.1-1 – Impactos Ambientais associados a Etapa de Planejamento

ETAPA DE PLANEJAMENTO		
Intervenções Ambientais	Processos Indutores	Impactos
Planejamento da Obra	PIN 01 - Exposição Parcial do Empreendimento	IMP 01 - Geração de Expectativas Favoráveis
		IMP 02 - Geração de Expectativas Desfavoráveis

9.2.1.2 DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES

PIN 01 - Exposição Parcial do Empreendimento

Os estudos e levantamentos de campo, realizados na fase de planejamento, entre os quais se incluem as pesquisas diretas dos temas ambientais, os levantamentos topográficos e o pré-cadastramento das propriedades e de levantamento das condições de infraestrutura local, constituem-se em fontes de informação sobre a intenção de implantação do empreendimento, especialmente junto à população diretamente afetada.

Muitas vezes, a realização desses estudos exige contato com os proprietários para autorizações de pesquisa dentro da propriedade ou negociações para desapropriações, contribuindo também para a disseminação de informações sobre o andamento do projeto.

Tal disseminação atinge também as populações indígenas, seja pelo contato com os proprietários vizinhos, pelas divulgações nas cidades ou pelos próprios técnicos da FUNAI, que lidam cotidianamente com estas comunidades.

No caso do presente empreendimento, a notoriedade dada pela imprensa local e nacional é outra importante fonte de conhecimento da população para com a passagem da Linha, condição que contribui para exposição parcial do empreendimento.

Tanto para os casos de total desconhecimento sobre o que é uma Linha de Transmissão, o que é pouco possível nas áreas em estudo, quanto para os casos de maior familiarização da população com os processos de construção e operação de uma linha, assim como suas interferências positivas ou negativas, constata-se a geração de expectativas tanto favoráveis quanto desfavoráveis.

9.2.1.3 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS NA ETAPA DE PLANEJAMENTO

IMP 01 - Geração de Expectativas Favoráveis

A geração de expectativa favorável para as populações indígenas está associada à possibilidade de atendimento às demandas para melhoria das condições de vida nas Terras Indígenas, segundo suas percepções, através de ações de mitigação e compensação ambiental.

Com exceção dos grupos de índios isolados, recém contatados e dos Umutina (de acordo com os levantamentos realizados referentes a outros empreendimentos), os

demais povos já convivem e conviveram com processos de construção e operação de linhas de transmissão. Porém, somente os grupos Nambikwara das Terras Indígenas Tubarão Latundê, Vale do Guaporé/ e Pequizal foram contemplados com a implementação de medidas de mitigação e compensação de impactos para este tipo de empreendimento.

Os Karitiana convivem com as discussões sobre as ações de compensação e mitigação das usinas do rio madeira e os Umutina com as ações da UTE Barralcool. Já para os Bororo convivem mais intensamente com as discussões relacionadas à ferrovia Ferronorte.

Sendo assim, mesmo que em graus diferenciados de entendimento e de relações, com exceção dos índios isolados e recém contatados, os demais grupos indígenas possuem noções a respeito, se não do licenciamento ambiental, pelo menos da necessidade, caso comprovados impactos, de implementação de medidas de compensação ambiental para os povos indígenas.

Com a notícia de planejamento de construção dos empreendimentos em análise, expectativas quanto a políticas de compensação irão surgir, principalmente pelas ações realizadas recentemente por outros projetos.

Este impacto é de natureza positiva, incidência indireta com curta duração e de baixa relevância e reversível a curto prazo.

Medidas Recomendadas

- Realização de reuniões nas comunidades indígenas, antes da realização das Audiências Públicas, para esclarecimentos sobre os empreendimentos e seus impactos e consulta sobre suas percepções, como previsto no TR da FUNAI.
- Distribuição de Folhetos para as comunidades indígenas sobre os empreendimentos, como previsto no TR da FUNAI (No **Anexo 9.2.1.3-1** encontra-se uma versão preliminar do folder para avaliação e revisão da CGGAM).
- Apoio para mobilização dos representantes indígenas para participação nas Audiências Públicas.

IMP 02- Geração de Expectativas Desfavoráveis

Como expectativa desfavorável destaca-se, principalmente, o desconhecimento real dos impactos que empreendimentos desta natureza podem causar para as populações

indígenas. Em especial diante de um quadro de intensa pressão, apresentado neste diagnóstico, sobre as Terras Indígenas e ameaças sobre suas integridades físicas e culturais.

Com a notícia da chegada de mais um agente de pressão (a linha) no cenário regional, sentimentos de ameaça e insegurança podem aumentar, gerando expectativas desfavoráveis quantos aos empreendimentos em análise.

O desconhecimento dos locais por onde as linhas irão passar, dos acessos a serem utilizados, das distâncias destas em relação aos seus territórios, bem como o receio e o medo que a construção de um novo empreendimento favoreça a invasão de “pessoas estranhas” em suas terras, acarretam uma expectativa negativa em relação aos empreendimentos.

Este impacto é de natureza negativa, incidência indireta com curta duração e de baixa relevância e reversível a curto prazo.

Medidas Recomendadas

- Realização de reuniões nas comunidades indígenas, antes da realização das Audiências Públicas, para esclarecimentos sobre os empreendimentos e seus impactos e para consulta sobre suas percepções, como previsto no TR da FUNAI.
- Distribuição de Folhetos para as comunidades indígenas sobre os empreendimentos, como previsto no TR da FUNAI.
- Apoio para mobilização dos representantes indígenas para participação nas Audiências Públicas.

9.2.2 ETAPA DE IMPLANTAÇÃO E OBRAS

Embora possam estar ocorrendo concomitantemente, distingue-se esta etapa das ações de Planejamento, onde os impactos terão origens em intervenções diferentes previstas nas INA 02 - Mobilização de Equipamentos e Mão de Obra, INA 03 - Instalação e Operação de Canteiro de Obras e INA 04 - Melhoria, Abertura e Utilização de Acessos, INA 05 - Implantação da Faixa de Servidão, INA 06 - Escavação ou Fundação e Montagem das Torres e INA 07 - Abertura de Praças e Lançamento de Cabos, todas descritas a seguir:

9.2.2.1 INTERVENÇÕES AMBIENTAIS

INA 02 - Mobilização de Equipamentos e Mão de Obra

A etapa inicial da implantação do empreendimento deverá ocorrer a partir da contratação das empreiteiras e equipamentos e da formação do quadro de trabalhadores responsáveis pelas obras. Em geral, a aquisição de materiais e equipamentos, deve priorizar, sempre que possível, os mercados locais, e na impossibilidade de obtenção nestes, dos centros regionais, neste caso, Porto Velho, Cuiabá e São José do Rio Preto.

Tendo em vista a necessidade, nesta fase, da contratação de mão-obra especializada como engenheiros civis, de produção, geólogos, etc., assim como técnicos de nível superior e considerando o quadro de carência de profissionais na AI, admite-se a necessidade de contratação de pessoal fora da região, contudo, também aqui deve ser buscado, sempre que possível, profissionais de origem nas regiões mais próximas ao empreendimento.

INA 03 - Instalação e Operação de Canteiros de Obras

A definição dos locais e estruturas dos canteiros de obras em empreendimentos lineares depende de uma série de fatores que, diretamente, envolvem a logística, procedência da mão-de-obra especializada, formas de habitação a ser utilizada, condições de alojamentos, hotéis, pensões, além de se adequar a estratégia de execução da obra por parte das empreiteiras e montadoras. Igualmente, o espaçamento entre os canteiros, para garantir a viabilidade da obra depende dessas condições e da produção de construção e montagem.

Para as LTs 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara-2 N^o.01 e N^o.02, os canteiros foram distribuídos com a finalidade de minimizar o deslocamento dos efetivos de pessoal e equipamentos nas frentes de trabalho, equiparando minimização de custos a contenção de impactos à biota e às comunidades lindeiras. Para a construção dos cerca de 2.400 km de cada LT, estão previstas as instalações dos canteiros nas seguintes cidades dos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Quadro 9.2.2.1-1 - Localização dos Canteiros de Obras LT Nº 1

Municípios	População (2009)
Pimenta Bueno/RO	33.984
Porto Velho/RO	382.829
Ji Paraná/RO	111.010
Pontes e Lacerda/MT	39.228
Jaru/RO	53.943
Cabixi/RO	6.695
Rondonópolis/MT	181.902
Jauru/MT	10.748
Barra Do Bugres/MT	34.349
Cuiabá/MT	550.562
Alto Araguaia/MT	14.611

Fonte: IE Madeira e Estimativa Populacional IBGE.

Quadro 9.2.2.1-2 - Localização dos Canteiros de Obras LT Nº 2

Municípios	População (2009)
Ariquemes/RO	85.541
Comodoro/MT	18.974
Pontes e Lacerda/MT	39.228
Cuiabá/MT	550.562
Alto Araguaia/MT	14.611

Fonte: Norte Brasil e Estimativa Populacional IBGE.

Cabe destacar que para o circuito 2 os municípios listados acima foram pré-selecionados para abrigar canteiros principais. Os locais para canteiros secundários serão selecionados futuramente dentre os municípios da área de influência descritos no EIA-RIMA dos empreendimentos em questão.

Os canteiros de obra serão tipo pré-fabricados e contarão com Escritório Administrativo, Almojarifado, Refeitório e Cozinha, Alojamentos para 100 funcionários, Ambulatório, Banheiros, Oficina Mecânica, Central de Formas, Central de Armação, Central de Concreto, Posto de Combustíveis e Lubrificantes, Área para estacionamento de Veículos e Equipamentos e Área para Armazenagem de Materiais, para os quais será necessária uma área de até 1,3 ha.

O planejamento dos canteiros prevê a geração de eletricidade própria, através de grupos geradores e o suprimento de água potável, através de poços artesianos a serem construídos, mas não se descarta o uso de energia e água local para abastecer a obra e o canteiro, quando esses usos não comprometer a rotina das comunidades locais.

Sistema de coleta de lixo seletiva e tratamento de esgoto sanitário e águas servidas, serviços médicos próprios e ambulatório serão implantados, como estabelece as normas trabalhistas.

Os efluentes líquidos gerados pelo canteiro de obras, mesmo havendo infraestrutura no local, não poderão ser despejados nas redes de águas pluviais e de águas servidas, sem que haja aprovação prévia do Coordenador Ambiental e dos órgãos públicos de cada município.

Não existindo infra-estrutura, deverão ser previstas instalações completas para o controle e tratamento dos efluentes, notadamente os de coleta de esgotos dos sanitários e refeitório, com o uso de fossas sépticas segundo as normas técnicas ABNT NBR-7.229 e 13.969 e outras normas pertinentes.

INA 04 - Melhoria, Abertura e Utilização de Acessos

Dentre as estradas seccionadas pelo traçado da LT, a exceção de São Paulo e Minas, observa-se condições de trafegabilidade precárias, merecendo atenção por parte dos empreendedores para a condição das rodovias federais e estaduais. A presença de outras LTs, já instaladas em parte do traçado em Mato Grosso e Goiás, deve reduzir a necessidade de construção de acesso, que deverão ser abertos. Entretanto em grande parte do traçado, será exigida a abertura e adequação de vias de acesso, inclusive estradas particulares, ao traçado da faixa de servidão.

Para o desenvolvimento destas atividades poderá ser necessária a movimentação de terra, supressão da vegetação e a extensão da acessibilidade a terras isoladas.

Em vias públicas e de serviço rural, controles quanto à segurança de tráfego e operação visando o cuidado contra acidentes devem ser instalados. Em algumas vias públicas, dada a precariedade das condições de tráfego, para uso das mesmas poderá ser exigido das ações construtivas a aplicação de aterros, realização de cortes, instalação de drenagens e sistemas de captação de águas pluviais assim como de pavimentação.

INA 05 - Implantação da Faixa de Servidão

A largura da faixa de servidão foi calculada considerando os critérios da Norma ABNT NBR 5.422/85, e considerando critérios práticos adotou-se uma largura de 79 metros, necessário para faixa de servidão de 600kV. A definição da largura da faixa de servidão objetiva limitar ao interior da faixa, os distúrbios e interferências causadas pela linha de transmissão. Dentro da faixa de servidão, o empreendedor poderá realizar cortes de

vegetação para garantir a efetividade das atividades de construção, suspensão dos cabos e a segurança de operação da LT, conforme NBR 5422.

A implantação da faixa de servidão exigirá a realização de negociações de indenizações e desapropriações com os proprietários locais, para garantir a sua plena utilização pelo empreendedor. Para o convívio com a LT, dentro da faixa de servidão, os proprietários deverão manter uso restrito da área da faixa, o que deve limitar a sua variedade de culturas possíveis.

INA 06 - Escavação ou Fundação e Montagem das Torres

Considerando a diversidade geomorfológica da região onde se instalará a LT, determina-se que a escolha de cada tipo de fundação será baseada na conjugação das características das torres, do solo e das condições de acesso ao local.

As fundações para os mastros das estruturas estaiadas serão executadas, de acordo com as características do solo, em sapata, tubulão ou bloco chumbado em rocha. Para os estais poderão ser usados ainda blocos pré-moldados. A escolha de cada tipo de fundação será definida na fase de elaboração do Projeto Executivo do empreendimento.

A LT terá uma ordem de 5.000 estruturas de aço galvanizado, com distância média entre as mesmas de 475 m. O tipo de estrutura a ser alocado em cada local será definido caso a caso, durante a execução do projeto executivo, de acordo com as condições geomorfológicas e vegetacionais locais. Para o trajeto, o projeto básico combina o uso de estruturas estaiadas (*cross-rope*) e estruturas autoportantes de suspensão e ancoragem, em circuito simples e disposição horizontal das fases. Estima-se que 80% das estruturas serão do tipo estaiada e 20% autoportantes. Para redução das intervenções na vegetação, dispõe-se de estruturas que podem chegar, no caso das estaiadas, a 45 m de altura.

A montagem das estruturas poderá ser realizada peça por peça, por seções ou ainda por pré-montagem completa no solo, seguida de içamento. Em locais de vegetação mais sensível (APPs, principalmente) ou em fragmentos significativos como Porto Velho, no Vale do Guaporé, ou nas proximidades de APA da Chapada dos Guimarães, as torres serão montadas manualmente, visando a redução da supressão de vegetação.

INA 07 - Abertura de Praças e Lançamento de Cabos

As torres autoportantes terão praças com dimensões de 30 x 30 m. Para as torres estaiadas, a supressão de vegetação será realizada apenas na área onde isso for necessário, contemplando uma abertura maior no centro de uma área de 20 x 60 m, para possibilitar o armazenamento de materiais e movimentação de guindastes, e quatro caminhos anexos com, aproximadamente, 4 m de largura, para a instalação dos estais.

As praças de lançamentos de cabos têm caráter provisório e localizar-se-ão dentro da faixa de servidão da LT, distando, entre si, aproximadamente 6 km. São estimadas, aproximadamente, 400 praças ao longo da LT, podendo ter dimensões variáveis de acordo com os equipamentos a serem utilizados: Metade das praças será destinada à instalação dos Freios (60 x 60 m). As outras praças, destinadas à instalação do *puller*, terão dimensões reduzidas: 20 x 20 m. A localização destas praças priorizará áreas de topografia plana, evitando áreas de vegetação.

A instalação das cadeias de isoladores e o lançamento dos condutores serão realizados sob tração mecânica. O método construtivo adotado para a LT prevê o lançamento tencionado dos cabos, que diminui a necessidade de desmatamento na faixa de servidão, no eixo da LT, necessitando apenas de uma picada com, no máximo, 10 m de largura, onde houver vegetação.

Os Impactos Ambientais (IMPs) passíveis de ocorrência resultantes dos processos induzidos pelo empreendimento, em sua etapa de implantação estão resumidos nos quadros abaixo.

Quadro 9.2.2.1-3 – Impactos relacionados à Instalação de Canteiros de Obras

ETAPA DE IMPLANTAÇÃO		
Intervenções Ambientais	Processos Indutores	Impactos
Instalação e Operação de Canteiros de Obras	PIN 02- Atração de População e PIN 03 - Atração de empreendimentos informais - Aumento de Contato Interétnico	IMP. 03 - Interferências com população indígena -- Circulação e Usos de Serviços em Áreas Urbanas
		IMP. 04 - Aumento no Índice das Doenças de Propagação Vetorial
	PIN 04 - Circulação de trabalhadores em áreas particulares	IMP. 05 - Risco de conflito com índios em perambulação ou em aldeias fora das TIs
	PIN 05 - Alteração do Tráfego de Veículos	IMP. 06 - Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários no entorno das TIs
	PIN 06 - Pressão sobre a infra-estrutura e serviços locais	IMP. 03 - Interferências com população indígena -- Circulação e Usos de Serviços em Áreas Urbanas
		IMP. 05 - Risco de conflito com índios em perambulação ou em aldeias fora das TIs
PIN 07 - Instalação de Frentes de Obras	IMP 08 - Aumento de pressão caça e pesca	

Quadro 9.2.2.1-4 – Impactos relacionados à Melhoria, Abertura e Utilização de Acessos

ETAPA DE IMPLANTAÇÃO		
Intervenções Ambientais	Processos Indutores	Impactos
Melhoria, Abertura e Utilização de Acessos	PIN 05 - Alteração do Tráfego de Veículos	IMP. 06 - Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários no entorno das TIs
	PIN 09 - Abertura e melhoria de acessos próximos às TIs - aumento de acessibilidade	IMP 08 - Aumento de pressão caça e pesca
		IMP.09- Aumento de pressão sobre retirada ilegal de madeira
		IMP.10 - Aumento de pressão de invasões nas Terras Indígenas
	PIN 10 - Utilização de acesso (rodovia estadual) dentro de Terra Indígena	IMP 07 - Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários em trecho da MT 235 que corta a TI Vale do Guaporé
	PIN 11 - Supressão da Cobertura Vegetal	IMP 11 - Possibilidade de interferências nas fontes de alimentação, artesanato e relevância simbólica
IMP 08 - Aumento de pressão caça e pesca		

Quadro 9.2.2.1-5– Impactos relacionados à Implantação da Faixa de Servidão, Montagem de Torres e lançamento de cabos

ETAPA DE IMPLANTAÇÃO		
Intervenções Ambientais	Processos Indutores	Impactos
Implantação da Faixa de Servidão	PIN 04 - Circulação de trabalhadores em áreas particulares	IMP. 05 - Risco de conflito com índios em perambulação ou em aldeias fora das TIs
		IMP 08 - Aumento de pressão caça e pesca
	PIN 11 - Supressão da Cobertura Vegetal	IMP 11 - Possibilidade de interferências nas fontes de alimentação, artesanato e relevância simbólica
Escavação ou Fundação e Montagem das Torres e Abertura de Praças e Lançamentos de Cabos	PIN 05 - Alteração do Tráfego de Veículos	IMP. 06 - Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários no entorno das TIs
		IMP 07 - Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários em trecho da MT 235 que corta a TI Vale do Guaporé
	PIN 11 - Supressão da Cobertura Vegetal	IMP 11 - Possibilidade de interferências nas fontes de alimentação, artesanato e relevância simbólica
	PIN 04 - Circulação de trabalhadores em áreas particulares	IMP. 05 - Risco de conflito com índios em perambulação ou em aldeias fora das TIs
		IMP 08 - Aumento de pressão caça e pesca

9.2.2.2 DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES

PIN 02 e PIN 03 - Atração de População e de Empreendimentos Informais - Aumento de Contato Interétnico

Grande parte dos efeitos desse Processo decorre diretamente da oferta, real ou esperada, de postos de serviços pelo empreendimento, que embora demande mão de obra qualificada, acaba por atrair trabalhadores de diferentes formações.

A notícia do empreendimento e as expectativas associadas à oferta de trabalho podem acarretar em atração de emigrantes temporários em busca de postos de trabalho, bem como na atração de empreendimentos informais, processo que pode impactar na dinâmica comunitária local, repercutindo diretamente na precária estrutura dos municípios envolvidos.

Este processo deve repercutir em maior interferência, nos municípios anfitriões dos canteiros, associado a condições de infra-estrutura deficitária. Para este processo há que se considerar para as populações indígenas, as possíveis interferências nos municípios freqüentados pelos grupos em análise.

Dos municípios selecionados para a instalação dos canteiros, os utilizados pelas populações indígenas de forma mais intensa são os seguintes:

Quadro 9.2.2.2-1 - Municípios dos Canteiros de Obras LT Nº1

Municípios	População (2009)	Grupos Indígenas
Porto Velho/RO	382.829	Karitiana
Pontes e Lacerda/MT	39.228	Nambikawra - Sararé
Rondonópolis/MT	181.902	Bororo
Barra Do Bugres/MT	34.349	Umutina

Fonte: IE Madeira e Estimativa Populacional IBGE.

Quadro 9.2.2.2-2 - Municípios dos Canteiros de Obras LT Nº2

Municípios	População (2009)	Grupos Indígenas
Comodoro/MT	18.974	Nambikwara – Vale do Guaporé
Pontes e Lacerda/MT	39.228	Nambikawra - Sararé

Fonte: Norte Brasil e Estimativa Populacional IBGE.

Considerando as diferentes relações dos grupos indígenas com as sedes municipais deve-se verificar possíveis interferências sobre as populações indígenas no tocante aos impactos ocasionados pelo aumento do contato interétnico.

PIN 04 - Circulação de trabalhadores em áreas particulares

Com o início das atividades de implantação e instalação dos canteiros de obras, ocorrerão em área remotas e pontos diversos das propriedades rurais, a visita de técnicos e trabalhadores para avanço dos estudos necessários para construção, bem como para instalação de equipamentos e estruturas.

A abertura de porteira para passagem de veículo, sem o devido fechamento, a abertura de cercas e outras atividades poderão levar a fuga do gado, preocupação localmente apontada por proprietários, principalmente nas propriedades voltadas para pecuária de Rondônia e oeste de Mato Grosso. O aumento de pessoas circulando em áreas remotas poderá gerar desconfiança por parte dos moradores.

Muitos grupos indígenas utilizam as áreas de proprietários no entorno de suas Terras para acessar as áreas de caça, pesca e coleta de sementes para artesanatos. Sendo assim, existe um risco de contato dos trabalhadores com estes grupos indígenas, o que também poderá gerar desconfiança nestas populações, bem como atritos com os trabalhadores.

Ainda que as visitas e intervenções estejam previstas para serem realizadas somente após as autorizações por parte dos proprietários, transtornos poderão ser sentidos. Medidas associadas à divulgação de visitas e intervenções deverão ser feitas e antecipadas para prevenção dos transtornos potenciais.

PIN 05 - Alteração do Tráfego de Veículos

O transporte de materiais, equipamentos e insumos para a obra, assim como o transporte de trabalhadores, deverão alterar, ainda que temporariamente, o tráfego de veículos na região. Serão particularmente afetadas as rodovias federais, assim como as estaduais, municipais e de serviços. Esse tráfego alcançará também as vias terrestres de ligação entre as instalações da LT e os canteiros de obra.

Algumas destas rodovias são utilizadas pelos grupos indígenas em seus deslocamentos entre as Terras Indígenas e as sedes municipais, para acesso a mercado, serviços, sedes da FUNAI e outros. Portanto, a alteração no tráfego de veículos poderá ocasionar risco de acidentes rodoviários também envolvendo populações indígenas.

PIN 06 - Pressão sobre a infra-estrutura e serviços locais

A infraestrutura dos municípios que abrangem a All poderá sofrer pressão ocasionada pela demanda de serviços associados à obra. Tal processo se dará em grande parte pela chegada de pessoal externo, sobrecarregando a capacidade local de serviço e abastecimento.

Em relação aos serviços públicos a pressão ocorre nos ligados à saúde, segurança, transporte e saneamento. Nas cidades menores a pressão pode se estender a disponibilidade de água canalizada, coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos. Além dos serviços públicos poderão ser sentidas pressões pelo aumento da demanda por produtos de estabelecimentos comerciais e de serviços (como pousadas, hotéis e restaurantes), por serviços de lazer e eventos culturais, além do aumento do tráfego nas ruas e estradas a partir do aumento na circulação de pessoas e de cargas de materiais.

Este processo deve ter maior repercussão, nos municípios que receberão os canteiros, associado a condições de infra-estrutura deficitária. Para este processo há que se considerar para as populações indígenas as possíveis interferências nos municípios freqüentados pelos grupos em análise.

PIN 07 - Instalação de Frentes de Obras

Como parte das estruturas associadas aos canteiros de obras centrais e intermediários, deverão ser utilizadas instalações de apoio para frentes de obras, que se configuram como mini-canteiros. Estas instalações objetivam propiciar o melhor apoio logístico e gerencial aos trechos definidos e com o menor tempo de deslocamento entre o canteiro e as frentes de trabalho.

Estes canteiros auxiliares serão dotados de infraestrutura para descanso dos operários, e serviço de água, lixeiras e banheiros químicos. A localização destas instalações deverá priorizar a contenção dos impactos socioambientais.

Igualmente aos canteiros centrais, o controle ambiental de operação e manutenção destas instalações deverá ser regulamentado por programa ambiental e pela gestão ambiental, e quando não houver regras próprias para estas instalações, serão seguidas aquelas estabelecidas para os canteiros de obras.

Nas frentes de trabalho, as composições de trabalhadores dependerão da fase e Intervenção, onde se estima preliminarmente:

- Abertura de acessos: 13 equipes compostas de 54 pessoas por equipe;
- Fundações e Aterramentos: 22 equipes compostas de 62 pessoas por equipe;
- Montagens: 14 equipes compostas de 64 pessoas por equipe;
- Lançamentos de cabos: 8 equipes compostas de 210 pessoas por equipe

As áreas no entorno das TIs são utilizadas pelos indígenas em diferentes proporções para acessar locais de caça, pesca, coleta de artesanatos e de relevância simbólica (áreas sagradas, aldeias antigas e outras). Sendo assim, há que se considerar a possibilidade de interferências com as populações em perambulação em função das frentes de obras.

PIN 08 - Operação de Máquinas e Equipamentos

Para a instalação dos canteiros de obras, a melhoria e abertura de acessos, a implantação da faixa de servidão, a escavação, fundação e montagem das torres e a abertura de praças e lançamento de cabos, prevê-se a utilização de diversos equipamentos de porte médio e grande, o que pode provocar incômodos à população residente ou que desenvolve atividades nas proximidades das obras. Espera-se também o uso de equipamentos de concretagem, betoneiras, guindastes, caminhões de portes variados, britadeiras, carretéis para o lançamento de cabo, entre outros.

Relativos à circulação de máquinas nas vias de acesso, são previstos riscos associados aos fatores de tráfego.

Para a população indígena é necessário considerar a possibilidade de impactos nas vias de acessos entre as Terras Indígenas e sedes municipais utilizadas pelos povos em estudo.

PIN 09 - Abertura e melhoria de acessos próximos às Terras Indígenas - aumento de acessibilidade

Para o transporte da mão-de-obra, das estruturas, cabos e dos equipamentos de montagem e suspensão de cabos necessários à construção das linhas de transmissão, deverão ser utilizadas além das rodovias existentes na AI, os acessos vicinais, que já na fase dos serviços preliminares deverão ser regularizados e melhorados para absorver o tráfego das obras.

Esses acessos deverão receber, quando necessário, melhorias geométricas no seu traçado, ou no seu alargamento e/ou revestimento, quando possível, visando absorver

os veículos pesados (caminhões semi-reboques), que requerem maior suporte dos leitos das estradas, bem como das obras-de-arte, como pontes e bueiros. Essas melhorias contribuirão para a segurança nas estradas, mas repercutirão em aumento da velocidade do trânsito, durante o período das obras.

O aumento de acessibilidade é um dos principais processos indutores de impactos para os povos indígenas, por estarem relacionados a pressões já existentes, podendo potencializar ações como: desmatamento, retirada ilegal de madeiras e invasões nas Terras Indígenas. De acordo com o diagnóstico deste componente, pode-se verificar que estes são problemas crônicos para quase todos os grupos em estudo.

PIN 10 - Utilização de acesso (rodovia estadual) dentro de Terra Indígena

Uma das rodovias que será utilizada para o transporte da mão-de-obra, das estruturas, cabos e dos equipamentos de montagem e suspensão de cabos necessários à construção das linhas de transmissão, será a MT 235 que corta a Terra Indígena do Vale do Guaporé.

Tal rodovia estadual já é intensamente utilizada por grandes fazendas, empresa de mineração e pontos turísticos localizados na região do Vale do Guaporé. Sua utilização justifica-se pela não existência de demais rodovias que liguem as sedes municipais, onde estarão localizados os canteiros, aos traçados das linhas nesta região. A abertura de uma via neste caso causaria transtornos e processos indutores de impactos muito maiores sobre esta Terra Indígena, considerando o alto potencial de impacto que representa uma abertura de uma nova estrada nas proximidades destes limites.

Espera-se uma movimentação diária de cerca de três caminhões durante um período de três meses. Sendo assim, medidas de segurança deverão ser adotadas para minimizar riscos de acidentes e demais interferências.

PIN 11 - Supressão da Cobertura Vegetal

As regiões atravessadas pelo empreendimento possuem, historicamente, a prática da conversão da cobertura natural do solo para a instalação de atividades agropecuárias. Entre 1960 e 1970, o desmatamento era reflexo de um modelo desenvolvimentista e de integração para a Região Amazônica. Desde meados da década de 1980, com a chegada da soja e, antes, com a pecuária extensiva, ele pode ser encarado como fruto da filosofia da economia nacional, a partir da integração a mercados regionais e internacionais, e com a dependência de investimentos externos (SOUZA, 2006).

Em um passado recente, tanto em Rondônia como em Mato Grosso, a finalidade inicial dos desmatamentos tendia para a exploração dos recursos madeireiros. Num segundo momento e, atualmente, para quase todo o trecho em estudo, essa conversão deriva da ampliação das fronteiras agropecuárias, fruto da modernização tecnológica e do cultivo mecanizado.

A pressão de desmatamento acontece também em áreas de Reserva Extrativista, onde a pecuária de leite tem se apresentado como opção de trabalho e renda para o pequeno produtor, outrora extrativista (SALISBURY & SCHMINK, 2007).

Para a melhoria dos acessos existentes e aproveitáveis e ou abertura de novos acessos para a implantação, do empreendimento será necessária a supressão da cobertura arbórea, arbustiva e herbácea. Assim, igualmente a outros projetos, as atividades de supressão de vegetação estarão concentradas linearmente em várias frentes de trabalho, distribuídas no tempo e no espaço durante a construção do empreendimento.

A supressão de vegetação será executada de forma geral, quando necessária, cortando-se árvores e arbustos, e, eventualmente, procedendo-se à poda de contenção de galhos, nos trechos rodoviários a serem utilizados, onde há fragmentos ou remanescentes de matas secundárias, ou em locais em que haja elementos arbóreos de forma isolada.

Para abertura da faixa de servidão, projetada aqui para ação a partir de diversas frentes de obra de ação concomitante, a supressão a ser executada, de forma geral, quando necessária, se restringirá ao corte de árvores e arbustos na faixa de passagem dos cabos e eventualmente com a poda de contenção de galhos. Tal intervenção se dará descontinuamente na área da faixa de servidão onde há fragmentos ou remanescentes de matas secundárias, ou em locais onde elementos arbóreos ocorram de forma isolada estiveram presentes. As faixas de serviço poderão ter entre 6 a 10 m de largura no eixo central nas áreas de floresta, ou entre 3 a 5 m, nas áreas de vegetação aberta. Dessa forma, em ambientes savânicos, é esperado um volume menor de material lenhoso, enquanto que, nos florestais, é previsto uma quantidade maior por unidade de área. Tal critério exclui as APPs, que pela condição especial de conservação, deverão ter critérios mais restritos.

Tal processo se estenderá durante a operação decorrente da manutenção, com corte seletivo, na faixa de servidão. Lateralmente, a região limítrofe da faixa de servidão também poderá ter necessidade de alguns cortes de indivíduos arbóreos com altura excessiva que possam comprometer o futuro funcionamento da LT.

Para as populações indígenas tal processo está associado à possibilidade de interferências nas fontes de alimentação, artesanato e de áreas de relevância simbólica que estejam fora dos limites jurídicos das Terras Indígenas.

9.2.2.3 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

IMP. 03 - Interferências com população indígena – Circulação e Usos de Serviços em Áreas Urbanas

No pico da obra (durante a fase de montagem das torres), é esperado um elevado número de trabalhadores envolvidos diretamente. Segundo dados disponíveis no Estudo de Impacto Ambiental, está previsto que os empreendimentos irão gerar 600 empregos diretos em cada canteiro, sendo 45% de mão de obra local e 55% de mão de obra externa. Além desses trabalhadores envolvidos diretamente na obra é possível especular a vinda de outros migrantes que serão atraídos para prestar serviço na obra ou para quem dela depende. A geração de expectativas em torno da maior circulação de capital, inserida num quadro nacional de desemprego formal, tende a atrair para o entorno dos canteiros de obras atividades de empreendedores informais. A instalação não controlada desses empreendimentos tende além de impactar o mercado formalmente instalado na região, atrair um afluxo maior de pessoas, provocando o aumento de casos de prostituição, uso de drogas, violência.

É sabido que ao longo do traçado das duas Linhas de Transmissão os grupos indígenas de praticamente todas as Terras Indígenas, com exceção dos Recém contatados da TI Omerê e os Isolados da TI Tanaru e da Referência nº 45, deslocam-se com frequência para as cidades. O fazem no intuito, tanto de resolver problemas burocráticos e realizar compras no comércio local, quanto para a venda de artesanatos e produtos agrícolas.

O fluxo de índios para as cidades de Porto Velho (Karitiana), Comodoro, Vilhena, Ponte e Lacerda (Nambikwara), Barra do Bugres (Umutina) e Rondonópolis (Bororo) ocorre em virtude de alguns fatores de atração bem específicos: atividade comercial e econômica da cidade; serviços de infraestrutura (saúde e educação) e a presença do órgão indigenista oficial (FUNAI).

A concentração de trabalhadores na região poderá causar além da pressão nos serviços de infraestrutura, utilizados pelos índios, o aumento da vulnerabilidade de grupos que já se encontram expostos a problemas com o alcoolismo, prostituição e desestruturação familiar.

A situação pode ser agravada entre grupos como Umutina e Bororo, que além de se deslocarem com frequência para as cidades já possuem problemas de alcoolismo. Os Bororo ainda são alvo de preconceito e de estigma negativo.

Esse Impacto possui maior incidência em torno dos canteiros de obras, e no centro das cidades onde geralmente estão localizados os serviços públicos e privados. Serão construídos 16 canteiros de obra na construção da Linha de Transmissão IE Madeira e 08 na Linha de Transmissão Norte Brasil. Tem caráter local e sua maior concentração ocorre durante a fase de instalação, apesar de seus efeitos deletérios possuírem maior duração.

As regiões com características rurais mais predominantes como Comodoro, Ponte e Lacerda, e Barra do Bugres (referência para comércio, educação e saúde para os Umutina) tendem a receber maior número de empreendimentos informais devido à falta de infra-estrutura local.

Este impacto é de natureza negativa, incidência indireta com curta duração e de baixa relevância e reversível a médio e longo prazo.

Medidas Recomendadas

- Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto no PEAT do EIA ações específicas voltadas para as questões indígenas, como oficinas sobre a cultura dos povos indígenas da AII e direito indígena, para operários e engenheiros.
- Programa de Monitoramento da Instalação e Operação dos empreendimentos sobre as populações indígenas;
- Programa de Comunicação Social descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto PCS do EIA um subprograma de comunicação social para os povos indígenas da AII com produção de material específico para estes grupos sobre os empreendimentos.
- Articulação com a FUNASA para apoio às atividades de prevenção ao uso de bebidas alcoólicas e DSTs, em especial desenvolvidas com os Umutina e Bororo.

IMP. 04 - Aumento no Índice das Doenças de Propagação Vetorial

Os Estados de Rondônia e Mato Grosso, cortados pelo eixo da LT estão inclusos na lista de estados com potencial malarígeno. Tal condição aponta que, consideradas as intervenções propostas para a construção da LT, uma alteração no quadro de saúde poderá ser decorrente do incremento populacional e conseqüente aumento do número de agravos de notificação a serem registrados entre os trabalhadores envolvidos na construção da Linha de Transmissão. A presença desses trabalhadores em áreas de condições sanitárias diferenciadas, ambientes de florestas, áreas úmidas, entre outras, deve promover maior exposição a vetores transmissores de doenças, contato com animais silvestres e peçonhentos, bem como outros tipos de agravos.

Tais fatores são coadunados pelo afluxo populacional e a possibilidade de disseminação de fatores epidemiológicos e endemias, aumentando a incidência de agravos tais como malária, dengue, leishmaniose, entre outras. Igualmente, as intervenções em áreas florestadas com supressão da vegetação para passagem dos cabos e construção de estruturas tende a expor os trabalhadores a área de alta incidência vetorial.

**Quadro 9.2.2.3-1 – Potencial Malarístico
nos municípios ao longo da LT próximos às Terras Indígenas**

Município	UF	Potencial
Porto Velho	RO	Risco
Barra do Bugres	MT	Registrado
Comodoro	MT	Registrado
Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	Registrado
Nova Lacerda	MT	Registrado
Pontes e Lacerda	MT	Registrado
Dados extraídos de DATASUS para registro de 2009		

A concentração de trabalhadores induz ainda o aumento na incidência de doenças vetorialmente transmissíveis, especialmente em aglomerados urbanos submetidos à baixa condição sanitária, ficando mais vulneráveis as cidades que abrigarão os canteiros de obras.

Tal impacto poderá ser sentido com maior intensidade nas Terras Indígenas do Estado de Rondônia. Porém, considerando as distâncias do traçado apresentam baixa magnitude.

Este impacto é de natureza negativa, incidência indireta com curta duração e de baixa relevância e reversível a médio e longo prazo.

Medidas Recomendadas

- Programa de Vigilância Epidemiológica descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos: desenvolvimento de ações de controle epidemiológico e vetorial.
- Desenvolver ações de Monitoramento da Instalação e Operação dos empreendimentos sobre as populações indígenas, através do acompanhamento do Programa de Vigilância Epidemiológica.

IMP.05 - Risco de conflito com índios em perambulação ou em aldeias fora das Terras Indígenas

Este impacto está relacionado com a construção dos canteiros intermediários que serão utilizados como apoio para as frentes de obras, estes também dotados de infraestrutura para descanso dos operários.

De acordo com o diagnóstico deste componente foram identificados diferenciados usos dos grupos indígenas de áreas fora dos limites das Terras Indígenas, sendo algumas delas na região dos traçados das linhas de transmissão. Tais áreas podem abrigar territórios sagrados, serem fonte de recursos naturais importantes para os grupos, ou simplesmente áreas de perambulação.

Entre os Karitiana foi constatada a existência de uma aldeia fora da área da TI, nas margens do rio Candeias sem localização exata. Na TI Vale do Guaporé, um dos subgrupos Nambikwara realiza expedições para a realização de pesca no rio Guaporé. Ressalta-se que tanto os Karitiana como os Nambikwara do Vale do Guaporé utilizam recursos existentes fora das reservas, o que pode favorecer o encontro desses grupos com as frentes de obra. Destaca-se também a perambulação dos Nambikwara da TI Tubarão Latundê, que segundo técnicos da FUNAI também utilizam de recursos e se locomovem com freqüências nas áreas dos traçados das linhas.

Historicamente encontros não planejados entre frentes de obras e grupos indígenas geraram conseqüências desastrosas. Levando em consideração que a aldeia localizada fora da TI Karitiana já foi alvo de ataques por parte de grupos contrários ao seu estabelecimento nas margens do rio Candeias; e o subgrupo Nambikwara, Hahaintesu, que ainda realiza as expedições ao rio Guaporé está entre os que optaram por viver em maior estado de isolamento em relação à sociedade do entorno, o encontro não planejado pode acarretar desconfiança, receios e medos de ambas as partes.

Esse impacto poderá ser mais crítico em ambientes isolados, e principalmente quando associado ao transporte e operação de máquinas e equipamentos. As áreas identificadas como de perambulação e de existência de índios fora das Terras Indígenas, são locais historicamente conhecidos como áreas de conflito.

Esse impacto é direto, negativo, de curta duração, local, de baixa probabilidade, mas de alta relevância. Sua maior concentração ocorre durante a fase de instalação e está relacionado com os grupos Karitiana (em especial com os membros da aldeia localizada fora dos limites da TI) e Nambikwara do Vale do Guaporé e do Tubarão Latundê.

Medidas Recomendadas

- Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto no PEAT do EIA ações específicas voltadas para as questões indígenas, como oficinas sobre a cultura dos povos indígenas da AI e direito indígena, para operários e engenheiros.
- Programa de Comunicação Social descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto PCS do EIA um subprograma de comunicação social para os povos indígenas da AI com produção de material específico para estes grupos sobre os empreendimentos.
- Programa de Monitoramento da Instalação e Operação dos empreendimentos sobre as populações indígenas

IMP.06 - Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários no entorno das Terras Indígenas

Este impacto está associado à previsão de abertura e melhoria de estradas e vias, incluindo nestas atividades de melhoria o reajuste das estradas vicinais e comunitárias para tráfego de máquinas pesadas, equipamentos e pessoal.

Neste sentido, a pressão sobre o sistema viário pode contribuir para o aumento dos riscos de acidentes, tendo em vista o acréscimo veículos/dia em trechos de tráfego reduzido. É agravante desse risco o estado de degradação das condições da malha viária, algumas com ausência de calçamento, evidências de fadiga na pavimentação, falta de conservação etc.

A inserção do ritmo de trabalho urbano a ambientes rurais também pode ser fator do agravamento no risco de acidentes. Desta forma, esse impacto poderá ser mais crítico,

quando associado ao transporte e operação de máquinas e equipamentos, podendo provocar aumento do risco de acidentes rodoviários.

Com o intuito de minimizar o impacto sobre as populações indígenas, foram elaborados mapas para análise de impactos sobre as vias de acessos próximas as Terras Indígenas, com base nos mapas dos EIAs de “Uso e Terras Indígenas” para melhor visualização das vias e ecossistemas atravessados pelas linhas. Nestes mapas, que podem ser visualizados no **Anexo 9.2.2.3-1 – Mapas de Uso e Terras Indígenas** – são assinalados os acessos com menor interferência nas Terras Indígenas, como recomendação para uso durante as obras.

Este impacto é de natureza negativa, incidência indireta com média duração e de baixa relevância e reversível a curto prazo.

Medidas Recomendadas

- Utilização de vias de acessos próximas as Terras Indígenas.
- Utilização dos acessos sugeridos nos Mapas de “Uso e Terra Indígena” – **Anexo 9.2.2.3-1**.
- Programa de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana dos Estudos de Impacto ambiental dos empreendimentos: instalar sinalização viária nas vias de acesso a serem utilizadas no período de obras;
- Disseminar informações sobre as alterações de fluxo de tráfego para os usuários das vias de acesso e para o poder público local e outras ações;
- Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto no PEAT do EIA ações específicas voltadas para as questões indígenas, como oficinas sobre a cultura dos povos indígenas da All e direito indígena, para operários e engenheiros.
- Programa de Comunicação Social descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto PCS do EIA um subprograma de comunicação social para os povos indígenas da All com produção de material específico para estes grupos sobre os empreendimentos.
- Plano Ambiental para Construção - PAC e Programa de Gestão Ambiental dos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos - Todos os trabalhadores deverão ser instruídos a ajustarem-se às exigências locais, no tocante à pesca,

caça ou qualquer outra atividade impactante ao meio ambiente, seguindo rigorosamente as normas estabelecidas em códigos de conduta a serem elaborados pelas empreiteiras

IMP 07 - Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários em Trecho da MT 235 que corta a TI Vale do Guaporé

Este impacto está associado à previsão de utilização de rodovias para tráfego de máquinas pesadas, equipamentos e pessoal. Porém, entre as estradas federais e estaduais que serão utilizadas para acesso às frentes de obras se encontra a MT-235 que atravessa a Terra Indígena Vale do Guaporé onde residem os seguintes subgrupos Nambikwara Alantesu, Mamaindê, Wasusu, Erihitaunsu, Negarotê, Waikisu, Alakatesu, Hoskokosu e Hahaintesu. Sendo esse último de contato reduzido com a sociedade envolvente, devido à opção do mesmo pelo não estreitamento do contato.

Esse risco é potencializado devido às atividades relativas ao uso dos recursos naturais. Os Nambikwara como a maioria dos grupos indígenas são coletores, caçadores e agricultores deslocando-se pelas áreas da reserva para exercerem essas atividades. Ressalta-se que a agricultura é uma atividade exercida pelas mulheres, que se deslocam para as áreas de cultivo acompanhadas das crianças pequenas.

Desta forma, esse impacto poderá ser mais crítico, quando associado ao transporte e operação de máquinas e equipamentos, podendo provocar aumentando o risco de acidentes rodoviários neste trecho da rodovia.

Porém, deve-se considerar que a opção de não utilização deste trecho, obrigaria os empreendedores a abrir uma nova via de acesso para a região do Vale do Guaporé. A abertura de uma via neste caso causaria transtornos e processos indutores de impactos muito maiores sobre esta Terra Indígena, considerando o alto potencial de impacto que representa a abertura de uma nova estrada nas proximidades destes limites.

Embora as vias em questão sejam estaduais e federais e com fluxo considerável como descrito no PIN 10, tal impacto configura-se como direto em Terra Indígena. Sendo assim, a proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias para o trato destas questões de interferências diretas no interior das Terras Indígenas deverá ser objeto de discussão técnica junto à equipe integrante da Coordenação Geral de Gestão Ambiental da FUNAI

Esse impacto é direto, negativo, de curta duração, de baixa probabilidade, mas de alta relevância.

Medidas Recomendadas

- Programa de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana dos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos: Instalar sinalização viária nas vias de acesso a serem utilizadas no período de obras;
- Disseminar informações sobre as alterações de fluxo de tráfego para os usuários das vias de acesso e para o poder público local e outras ações;
- Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto no PEAT do EIA ações específicas voltadas para as questões indígenas, como oficinas sobre a cultura dos povos indígenas da AI e direito indígena, para operários e engenheiros.
- Programa de Comunicação Social descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto PCS do EIA um subprograma de comunicação social para os povos indígenas da AI com produção de material específico para estes grupos sobre os empreendimentos.

IMP 08 - Aumento de pressão caça e pesca

O aumento do número de trabalhadores na AID, associado ao aumento da acessibilidade gerado pela abertura de novas vias, poderá contribuir para o aumento da pressão da caça, principalmente nas áreas mais preservadas.

Apesar de muitos animais terem plasticidade ecológica que lhes garante boa tolerância a antropização como *Dasybus novemcinctus*, *D. kappleri*, *Cabassous unicinctus*, *Cuniculus paca*, *Pecari tajacu*, *Tayassu pecari*, *Mazama americana*, *M. gouazoupira*, *Penelope superciliaris*, *Penelope jacquacu*, *Ortalis guttata*, *Tinamus major*, *Aburria kujubi*; entre outros; muitos podem ter suas populações reduzidas devido ao aumento da pressão da caça local. Esse impacto deverá se estender durante a Operação, com a manutenção das rotas de serviço.

Os relatos e fontes sobre grupos indígenas que utilizam áreas para caça e pesca na região dos traçados e faixa de servidão das linhas, indicam que este impacto será sentido, principalmente, pelos grupos Karitiana (em especial a aldeia localizada fora da TI) e Nambikwara da TI Vale do Guaporé e Tubarão Latundê.

Além do monitoramento realizado pela equipe de operação treinada a fim de coibir ações de caça e desmatamento, informações desse caráter deverão ser

necessariamente discutidas nos módulos de Educação Ambiental, que farão parte do treinamento de segurança e saúde do trabalho. A eficácia do treinamento será verificada em campo e os atos de caça por trabalhadores serão reprimidos de acordo com a gravidade e/ou efetividade do ato

Este impacto é de natureza negativa, incidência indireta com média duração e de baixa relevância e reversível a médio e longo prazo.

Medidas Recomendadas

- Plano Ambiental para Construção - PAC e Programa de Gestão Ambiental dos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos – A maioria dos trabalhadores deverão ser instruídos a ajustarem-se às exigências locais, no tocante à pesca, caça ou qualquer outra atividade impactante ao meio ambiente, seguindo rigorosamente as normas estabelecidas em códigos de conduta a serem elaborados pelas empreiteiras;
- Programa de Monitoramento da Instalação e Operação dos empreendimentos sobre as populações indígenas: acompanhamento de registros feitos pelas equipes de gestão ambiental das obras.
- Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores descrito nos Estudos de Impacto Ambiental dos empreendimentos – foi previsto no PEAT do EIA ações específicas voltadas para as questões indígenas, como oficinas sobre a cultura dos povos indígenas da AII e direito indígena, para operários e engenheiros.

IMP.09 - Aumento de pressão sobre retirada ilegal de madeira

A abertura de novos acessos em ambientes florestados e ecossistemas nativos poderão ocasionar o aumento da circulação humana, especialmente em áreas isoladas. Existe na região a prática de retirada ilegal de madeira e abertura de novos acessos poderá se configurar como um facilitador para a intensificação desta prática.

Esse impacto é especialmente incidente, no entorno das Terras Indígenas onde existem remanescentes florestais. Ressaltando que até pouco tempo o desmatamento da área correspondia a um modelo desenvolvimentista, que nos estados de Rondônia e Mato Grosso tendia para a exploração dos recursos madeireiros. Sendo assim, a abertura de novos acessos pode aumentar a pressão, já existente, no entorno de algumas Terras Indígenas, mais precisamente nas Terras Indígenas Tubarão Latundê

e Vale do Guaporé com históricos recorrentes deste tipo de pressão e cujos acessos para a faixa de servidão estão próximos destas Terras.

Esse impacto pode ser mais crítico caso não ocorra à recomposição dos acessos que não serão utilizados após o período de obras, pois a existência de novos acessos pode favorecer não apenas a retirada ilegal de madeira do entorno das Terras Indígenas, mas da própria TI, favorecendo a criação de outro impacto - IMP.10 – Aumento de pressão de invasões nas Terras Indígenas.

Este impacto é de natureza negativa, incidência indireta com média duração e de relevância alta e reversível a médio e longo prazo.

Medidas Recomendadas

- Não utilizar as vias de acessos próximas as Terras Indígenas.
- Utilizar acessos sugeridos nos Mapas de “Uso e Terra Indígena” – **Anexo 9.2.2.3-1.**
- Não realizar aberturas de acessos próximos às Terras indígenas que possam ser utilizados como indutores para abertura de novas vias em direção às Terras Indígenas.
- Programa de Monitoramento da Instalação e Operação dos Empreendimentos para população indígena associadas ao acompanhamento de relatórios sobre “não conformidades” da gestão ambiental
- Programa de Recomposição de Áreas Degradadas dos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos.
- Programa de Apoio a Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas.

IMP.10 - Aumento de pressão de invasões nas Terras Indígenas

De mesma natureza que o impacto anterior, está associado diretamente aos processos indutores relacionados à abertura de acessos para as obras. Também tem relação, embora em menor proporção, com a movimentação de “pessoas de fora” nas áreas de entorno das TIs.

Esse impacto é especialmente incidente, nas Terras Indígenas onde já existem pressões sobre os seus territórios. Ressaltando que as Terras Indígenas são alvo de ações de madeireiros, garimpeiros, grileiros, caçadores e de produtores agropecuários,

a abertura de novos acessos pode aumentar a pressão, já existente por permitir uma maior circulação de pessoas em áreas antes florestadas. De acordo com a localização das áreas dos traçados e vulnerabilidade das Terras, este impacto poderá incidir sobre as Terras Vale do Guaporé, Tubarão Latundê e, principalmente Pequizal, esta última por não abrigar nenhuma aldeia em seu interior.

Esse impacto pode ser mais crítico caso não ocorra à recomposição dos acessos que não serão utilizados após o período de obras, pois a existência de novos acessos favorece a circulação e ocupação irregular.

Este impacto é de natureza negativa, incidência indireta com média duração e de relevância alta e reversível a médio e longo prazo.

A proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias para o trato das questões de interferências com os grupos indígenas isolados e recém contatados deverá ser objeto de discussão técnica junto à equipe integrante da Coordenação de Índios Isolados e Recém Contatados da FUNAI.

Medidas Recomendadas

- Não utilizar as vias de acessos próximas as Terras Indígenas.
- Utilizar os acessos sugeridos nos Mapas de “Uso e Terra Indígena” – **Anexo 9.2.2.3-1.**
- Não fazer aberturas de acessos próximos às Terras indígenas que possam ser utilizados como indutores para abertura de novas vias em direção às Terras Indígenas.
- Programa de Monitoramento da Instalação e Operação dos Empreendimentos para população indígena associadas ao acompanhamento de relatórios sobre “não conformidades” da gestão ambiental
- Programa de Recomposição de Áreas Degradadas dos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos.
- Programa de Apoio a Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas.

IMP.11 - Possibilidade de interferências nas fontes de alimentação, artesanato e relevância simbólica

Este impacto deverá ocorrer na abertura de acessos e da faixa de servidão, em função

da necessidade de supressão de vegetação.

Observando as TIs uma a uma, a TI Karitiana tem grandes fragmentos de Floresta Ombrófila Densa sendo cortados pela faixa de servidão em distancias próximas a 11 km dos seus limites. Nas proximidades da TI Tubarão e Omerê, a 10 e 12 km do traçado previsto, são observados trechos de vegetação florestal sob o traçado. Neste caso, a cobertura florestal é representada por fragmentos em regeneração, diversos já bastante modificados. Próximo as TI Pequizal, Sararé e Umutina, na intersecção com a linha, a cerca de 12, 10 e 10 km respectivamente, serão cortados fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual, onde também observa-se elevado grau de fragmentação, sobretudo no terceiro caso. Nas TIs Jarudore e Tadarimana podem ser cortadas na transecção com a Linha, a cerca de 11 km para cada lado, áreas de floresta estacional decidual, contudo as intervenções se darão por sobre fragmentos muito reduzidos.

Considerando a condição verificada nos estados de Rondônia e Mato-Grosso, a presença da fauna nativa é fortemente representada por espécies associadas ao bioma amazônico, em larga escala espécies adaptadas a formações florestais. Nestes aspectos, os estudos de impacto ambiental dos empreendimentos consideram os seguintes impactos associados a fauna: alteração nos habitats naturais, aumento de caçadores ilegais, afugentamento da fauna, risco de acidentes com a fauna e aumento do risco de acidentes com animais peçonhentos. Tais impactos serão mais intensamente verificados na transecção do traçado com fragmentos florestais, estando espacializados segundo a presença dessas feições.

Neste aspecto, observa-se que fragmentos com contínuos florestais maiores e mais íntegros tendem a terem a composição de sua fauna mais preservada, contendo nos seus interiores, espécies mais sensíveis e pouco tolerantes a presença humana. Ao contrário, fragmentos pequenos, como aqueles observados nas proximidades da TIs Jarudore e Tadarimana, pelas menores áreas contínuas, maior graus de isolamento tendem a terem mais severas alterações na condição do habitat. Nesta condição, tendem a abrigar uma fauna igualmente alterada.

Interferências desta natureza são potencialmente causadores de impactos nos grupos indígenas. A utilização dos recursos naturais pelos grupos residentes na área de influência dos empreendimentos é fundamental para a manutenção e reprodução da sua organização social e cultural. A eleição de determinadas fontes de alimentação também pode estar associada a orientações culturais e míticas. Ressalta-se que os recursos naturais também são utilizados na confecção de enfeites corporais de uso

cotidiano e sagrados e na confecção de peças artesanais que geram renda aos grupos ao serem comercializadas.

Avaliando que a região tem passado por intensa pressão devido aos projetos de colonização e expansão das atividades agropecuárias, a supressão de vegetação potencializa as perdas acumuladas ao longo dos anos.

Esse impacto apesar de ser indireto nas Terras Indígenas, torna-se direto quando se leva em consideração os usos dos recursos naturais do entorno pelos grupos indígenas, sendo negativo, de longa duração, de relevância média e reversível a médio e longo prazo, mas podendo se tornar nulo a partir do detalhamento dos recursos naturais fundamentais para cada grupo indígena.

Medidas Recomendadas

- Programa de Resgate e Manejo de Fauna e do Programa de Monitoramento de Fauna dos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos, como identificar os impactos da construção da LT nas comunidades da fauna silvestre, agindo preventiva ou corretivamente, através de ações de manejo, quando esses impactos se mostrarem negativos e outras;
- Programas de Reposição Florestal; Monitoramento de Flora e de Conservação da Flora (Germoplasma) e de Supressão da Vegetação dos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos: Minimizar a supressão de vegetação mediante o estabelecimento de especificações e procedimentos ambientais;
- Atender a Legislação Ambiental vigente;
- Realizar o corte e a poda seletiva de manutenção em acordo com as normas vigentes, em especial a NBR 5422/1985 e outras.
- Programa de Monitoramento da Instalação e Operação dos Empreendimentos sobre as populações indígenas: acompanhamento de registros feitos pelas equipes de gestão ambiental das obras e dos programas supracitados.

9.2.3 ETAPA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS

9.2.3.1 INTERVENÇÕES AMBIENTAIS

INA 08 - Operação da Linha de Transmissão

As Linhas de Transmissão 600 kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara-2 N^o.01 e N^o.02 visam integrar a energia gerada pelo complexo de hidroelétricas do Rio Madeira, Jirau e Santo Antonio, ao Sistema Integrado Nacional, aumentando a capacidade de oferta, principalmente suprimindo a demanda das regiões Sul e Sudeste.

Parte da energia gerada pelas Usinas será transportada para a Região Sudeste por meio destas duas linhas. A energia será transportada por corrente contínua, com tensão nominal de 600 kV CC, cada, totalizando a capacidade de potência de 6.300MW. As Linhas ligarão a Subestação Coletora de Porto Velho até Subestação de Araraquara-2, ambas também a serem construídas.

A extensão das linhas será de aproximadamente 2.400km cada uma, constituindo-se, hoje, no maior sistema de transmissão de energia elétrica de Corrente Direta de Alta Voltagem (High Voltage Direct Current) do mundo neste nível de tensão e potência.

As mais prováveis interferências adversas associadas a esta fase devem vir da geração de ruídos locais e incômodos com as populações do entorno e da imposição da restrição de uso. O aumento da confiabilidade do sistema de distribuição e a redução das pressões para consumo de combustíveis fósseis são impactos positivos da operação.

A opção pela alternativa de transmissão em corrente contínua favorece a contenção dos impactos pela otimização das construções necessárias. Este sistema permite o uso de torres mais compactas e de maior altura quando comparada as usualmente empregadas na transmissão da corrente alternada de mesma classe de tensão.

Esse sistema impõe a necessidade de implantação dos Eletrodos de Terra, associado a cada uma das duas Estações Conversoras. O sistema de eletrodos, que consistem de cabos em raios deitados sobre leitos preenchidos de carvão, serve como sistema referencial de aterramento dos equipamentos de corrente contínua, bem como o meio de ligação entre estes circuitos no caso de operação monopolar da transmissão em corrente contínua.

No Brasil, o Eletrodo de Terra mais conhecido, esta em funcionamento na SE Ibiúna (SP) para operação do sistema de transmissão de Itaipu. Embora esteja em operação a

várias décadas, são poucos os relatos de acidentes. Neste sentido, os Processo e Impactos associados ao funcionamento do eletrodo são similares ao funcionamento da linha como um todo, assim como as subestações.

INA 09 - Manutenção da LT

Os serviços de manutenção conjugam atividades preventivas (periódicas) e atividades corretivas (restabelecimento de interrupções não-planejadas). A inspeção periódica das linhas poderá vir a ser efetuada por via terrestre, utilizando-se as vias de acesso construídas para a obra, ou por via aérea (aviões e/ou helicópteros).

Com a manutenção preventiva da linha deverão ser observadas as condições de acesso às torres e também a situação da faixa de servidão, visando preservar as instalações e operação do sistema, bem como a segurança da população e animais. Itens em destaque como focos de erosões, drenagem da pista, condições de trafegabilidade, manutenção de porteiros e colchetes, cruzamentos com rodovias, tipos de agricultura praticada na faixa de servidão, construções de benfeitorias na faixa de servidão, controle da altura da vegetação na faixa de servidão e áreas de segurança, estado e manutenção das estruturas das torres, preservação da sinalização emergencial e de segurança e anormalidades nas instalações deverão ser observadas.

Durante a operação da LT, para contenção de condições inadequadas de segurança, serão impostas pelo processo de manutenção da faixa de servidão, as seguintes restrições:

- Uso de fogo no manejo agrícola;
- Casas, currais ou quaisquer outras benfeitorias, instalações elétricas e mecânicas, depósito de materiais inflamáveis e uso recreativos, industriais, comerciais e culturais não serão permitidos;
- Vegetação arbórea na faixa de servidão e áreas de segurança, controlada através da realização de corte seletivo, de acordo com o estabelecido na NBR 5422.

Os Impactos Ambientais (IMPs) passíveis de ocorrência resultantes dos processos induzidos pelo empreendimento, em sua etapa de operação estão resumidos no quadro abaixo.

Quadro 9.2.3.1-1 – Impactos relacionados à operação e manutenção das Linhas de Transmissão

ETAPA DE OPERAÇÃO		
Intervenções Ambientais	Processos Indutores	Impactos
Manutenção da LT	PIN 12- Manutenção de acessos - aumento de acessibilidade	IMP. 05 - Risco de conflito com índios em perambulação ou em aldeias fora das Terras Indígenas
		IMP.09- Aumento de pressão sobre retirada ilegal de madeira
		IMP.10 - Aumento de pressão de invasões nas Terras Indígenas

9.2.3.2 DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS INDUTORES NA ETAPA DE OPERAÇÃO

PIN 12 - Manutenção de acessos - aumento de acessibilidade

Durante a fase de operação e manutenção haverá circulação de pessoas e veículos na área do empreendimento, além de supressão da vegetação quando necessário, para garantir a segurança das LTs. Esse quadro pode acarretar na circulação e incômodos em ambientes naturais, já alterados pela abertura de faixa de passagem de cabos, agora faixa de manutenção, além da presença de torres e cabos de condução.

A presença de homens trabalhando nas imediações das LTs pode gerar afugentamento temporário de indivíduos da fauna de vertebrados terrestres e ocasionar contatos com os grupos indígenas em suas áreas de perambulação e de uso de recursos naturais. Este processo tende a se mostrar grave na passagem da linha dentro dos grandes fragmentos florestais de Rondônia e Mato Grosso.

PIN 13 - Interligação com o Sistema Elétrico

Atualmente uma parcela entre 75 e 80% da capacidade instalada da energia elétrica gerada no Brasil provém de usinas hidrelétricas (100 mil MW de potência instalada), valor a ser elevado significativamente na próxima década, com a entrada em operação das grandes hidrelétricas do Norte do país. Entretanto, para aproveitamento da energia hidráulica, as mesmas dependem para construção de condições de vazão e de gradiente dos rios, condição que não necessariamente situa-se próximo aos centros consumidores. Este quadro explicita a necessidade de desenvolver uma extensa rede de transmissão para levar a energia aos centros consumidores.

A operação do empreendimento irá possibilitar a transmissão da atual e projetada produção de energia elétrica da região no Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do sistema.

9.2.3.3 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS

IMP. 05 - Risco de conflito com índios em perambulação ou em aldeias fora das Terras Indígenas

Este impacto está associado à necessidade de manutenção das faixas de servidão e conseqüente uso de vias de acesso para as áreas dos empreendimentos. Como já descrito, foram identificados usos de recursos naturais e áreas de perambulação de alguns grupos indígenas na região atravessada pelas linhas, em especial os grupos Karitiana e Nambikwara do Vale do Guaporé.

Sendo assim, durante a operação das linhas, haverá a necessidade de continuação de medidas preventivas para minimizar a possibilidade de riscos de conflitos com a população indígena.

Medidas e Recomendações

- Continuidade de ações de Comunicação Social (PCS) descritas do EIA – Informação para a população indígena sobre a operação e manutenção dos empreendimentos;
- Ações pontuais referentes à Educação Ambiental dos Trabalhadores (manutenção e operação) descritas no EIA.

IMP.09 - Aumento de pressão sobre retirada ilegal de madeira

A manutenção dos acessos em ambientes florestados e ecossistemas nativos poderão ocasionar o aumento da circulação humana, especialmente em áreas isoladas e conseqüentemente a retirada ilegal de madeira.

No entorno de algumas Terras Indígenas, mais precisamente Tubarão Latundê e Vale do Guaporé com históricos recorrentes deste tipo de pressão faz-se necessário a continuação dos Programas de Monitoramento.

Medidas Recomendadas

- Ações de Monitoramento na Operação do Empreendimento.
- Programa de Apoio para Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas.

IMP.10 - Aumento de pressão de invasões nas Terras Indígenas

De mesma natureza que o impacto anterior, está associado diretamente aos acessos existentes para a realização da manutenção das LTs.

Esse impacto é especialmente incidente, nas Terras Indígenas onde já existem pressões sobre os seus territórios, principalmente nas Terras do Vale do Guaporé, Tubarão Latundê e, Pequizal, esta última por não abrigar nenhuma aldeia em seu interior.

Esse impacto pode ser mais crítico caso não ocorra à recomposição dos acessos que não serão utilizados após o período de obras, pois a existência de novos acessos favorece a circulação e ocupação irregular.

Este impacto é de natureza negativa, incidência indireta com média duração e de relevância alta e reversível a médio e longo prazo.

Medidas Recomendadas

- Ações de Monitoramento na Operação do Empreendimento
- Programa de Apoio para Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas.



ANEXO 9.1.2-1
MATRIZ DE IMPACTOS

Impactos Socioambientais	Natureza	Insidência	Duração	Reversibilidade	Relevância	Tipo de Medida	Referência 45	Karitiana	Rio Omerê	Tanaru	Tubarão Latundê	Vale do Guaporé	Pequizal	Sararé	Umutina	Jarudorê	Tadarimara	
1	Geração de Expectativas Favoráveis	Positiva	Indireta	Curta	Reversível Curto Prazo	Baixa	Potencializadoras	Nula	Baixa	Nula	Nula	Alta	Alta	Alta	Alta	Moderada	Moderada	
								Nula	Alta	Nula	Nula	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	
2	Geração de Expectativas Desfavoráveis	Negativa	Indireta	Curta	Reversível Curto Prazo	Baixa	Corretiva	Nula	Baixa	Nula	Nula	Alta	Alta	Alta	Alta	Moderada	Moderada	
								Nula	Moderada	Nula	Nula	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	Alta	
3	Interferências com população indígena - circulação e uso de serviços em áreas urbanas	Negativa	Indireta	Curta	Reversível Médio/Longo Prazo	Baixa	Preventivas	Nula	Baixa	Nula	Nula	Baixa	Alta	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta
4	Aumento no Índice das Doenças de Propagação Vetorial	Negativa	Indireta	Curta	Reversível Médio/Longo Prazo	Baixa	Preventivas	Alta	Alta	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	Nula	Nula
								Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Nula	Nula
5	Risco de conflito com índios em perambulação ou em aldeias fora das TIs	Negativa	Direta	Curta	Reversível Curto Prazo	Alta	Preventivas	Baixa	Alta	Nula	Nula	Moderada	Alta	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
								Baixa	Baixa	Nula	Nula	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
6	Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários no entorno das TIs	Negativa	Indireta	Média	Reversível Curto Prazo	Baixa	Preventivas	Nula	Baixa	Nula	Nula	Moderada	Moderada	Nula	Baixa	Baixa	Nula	Baixa
								Nula	Baixa	Nula	Nula	Baixa	Baixa	Nula	Baixa	Baixa	Nula	Baixa
7	Aumento do Risco de Acidentes Rodoviários dentro de Terra Indígena	Negativa	Direta	Curta	Reversível Curto Prazo	Alta	Preventivas	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Moderada	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula
								Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Baixa	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula
8	Aumento de pressão caça e pesca	Negativa	Indireta	Média	Reversível Médio/Longo Prazo	Baixa	Corretiva	Baixa	Moderada	Nula	Nula	Moderada	Alta	Moderada	Baixa	Baixa	Nula	Nula
								Nula	Nula	Nula	Nula	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Nula	Nula	Nula
9	Aumento de pressão sobre retirada ilegal de madeira	Negativa	Indireta	Média	Reversível Médio/Longo Prazo	Alta	Preventivas	Nula	Nula	Baixa	Nula	Moderada	Moderada	Moderada	Nula	Nula	Nula	Nula
								Nula	Nula	Nula	Nula	Baixa	Baixa	Baixa	Nula	Nula	Nula	Nula
10	Aumento de pressão de invasões nas Terras Indígenas	Negativa	Indireta	Média	Reversível Médio/Longo Prazo	Alta	Preventivas	Nula	Nula	Nula	Nula	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	Baixa	Nula	Nula
								Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula
11	Interferências nas fontes de alimentação, artesanato e relevância simbólica	Negativa	Indireta	Longa	Reversível Médio/Longo Prazo	Média	Preventivas	Nula	Moderada	Nula	Nula	Moderada	Moderada	Baixa	Nula	Nula	Nula	Nula
								Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula

NORTE BRASIL

Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 9.2.1.3-1
FOLHETO INFORMATIVO

SEPS Quadra 702/902
Projeção A, Ed. Lex
70.390-025 - Brasília/DF



(61) 3313-3500



FUNAI/CGAM

**DÚVIDAS, SUGESTÕES
OU RECLAMAÇÕES:**



NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO
Estação Transmissora de Energia S.A.



TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO COMPLEXO HIDRÉLETRICO DO MADEIRA

LT 600kV COLETORA PORTO VELHO – ARARAQUARA 2 Nº1 E Nº2



O QUE É?

Tratam-se de duas linhas de transmissão de energia elétrica que partem das subestações localizadas no município de Porto Velho, Estado de Rondônia e tem como destino final, uma subestação localizada no município de Araraquara, Estado de São Paulo.

Estes dois empreendimentos juntamente com as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, situadas no rio Madeira, em Rondônia, compõem o COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO MADEIRA, responsável pela geração e transmissão de energia.

	LINHA Nº1	LINHA Nº2	As UHE Santo Antônio e UHE Jirau que juntas irão gerar 6.450 MW de energia elétrica.
Extensão	2.369 km	2.382 km	
Tensão	600 KV	600 KV	
Número de Estados atravessados	5	5	

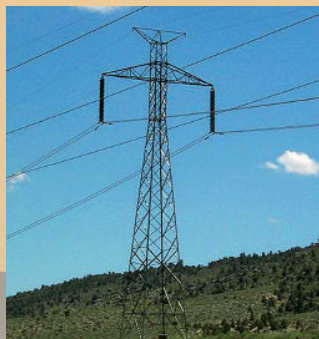
A DISTÂNCIA MÉDIA DAS TORRES que formam uma linha de transmissão varia entre 400 e 500 metros e em geral, é determinada pelas variações de relevo ao longo do caminho.

AS TORRES

2 exemplos de torres que serão utilizadas pelas Linhas.



Torre do tipo estaiada



Torre do tipo autoportante

OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO

A construção destas linhas tem como objetivo atender à crescente demanda de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), especialmente na região Sudeste do país. Além disso, a operação delas permitirá o aumento da confiabilidade do fornecimento de energia do SIN.

A demanda regional será atendida a partir de outras linhas de transmissão que vão complementar as linhas do Complexo Hidrelétrico do Madeira: Jauru-Vilhena 230kV, Vilhena-Pimenta Bueno 230kV, Pimenta Bueno-Jiparaná 230kV, Jiparaná-Ariquemes 230kV, Ariquemes-Samuel 230kV, Samuel-Porto Velho 230kV, Porto Velho-Abunã 230kV, Abunã-Rio Branco 230kV e Jauru-Cuiabá 500kV.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Passo a passo do Licenciamento Ambiental:

1. Empreendedor remete informações preliminares ao IBAMA;
2. IBAMA solicita parecer da FUNAI;
3. CGGAM/FUNAI (antigo CGPIMA) solicita informações complementares do empreendedor para emissão do TR Indígena (em alguns casos é solicitada informação complementar do órgão ambiental);
4. É realizado (quando avaliado a necessidade) o Estudo do Componente Indígena por equipe interdisciplinar de especialistas contratada pelo empreendedor: dados etnográficos, determinação dos impactos diretos e indiretos, posicionamento dos povos indígenas;
- 5 – Como parte do EIA-RIMA, o Estudo do Componente Indígena é reenviado ao IBAMA se aprovado pela FUNAI;
- 6 – IBAMA solicita parecer da FUNAI.

AS TERRAS INDÍGENAS

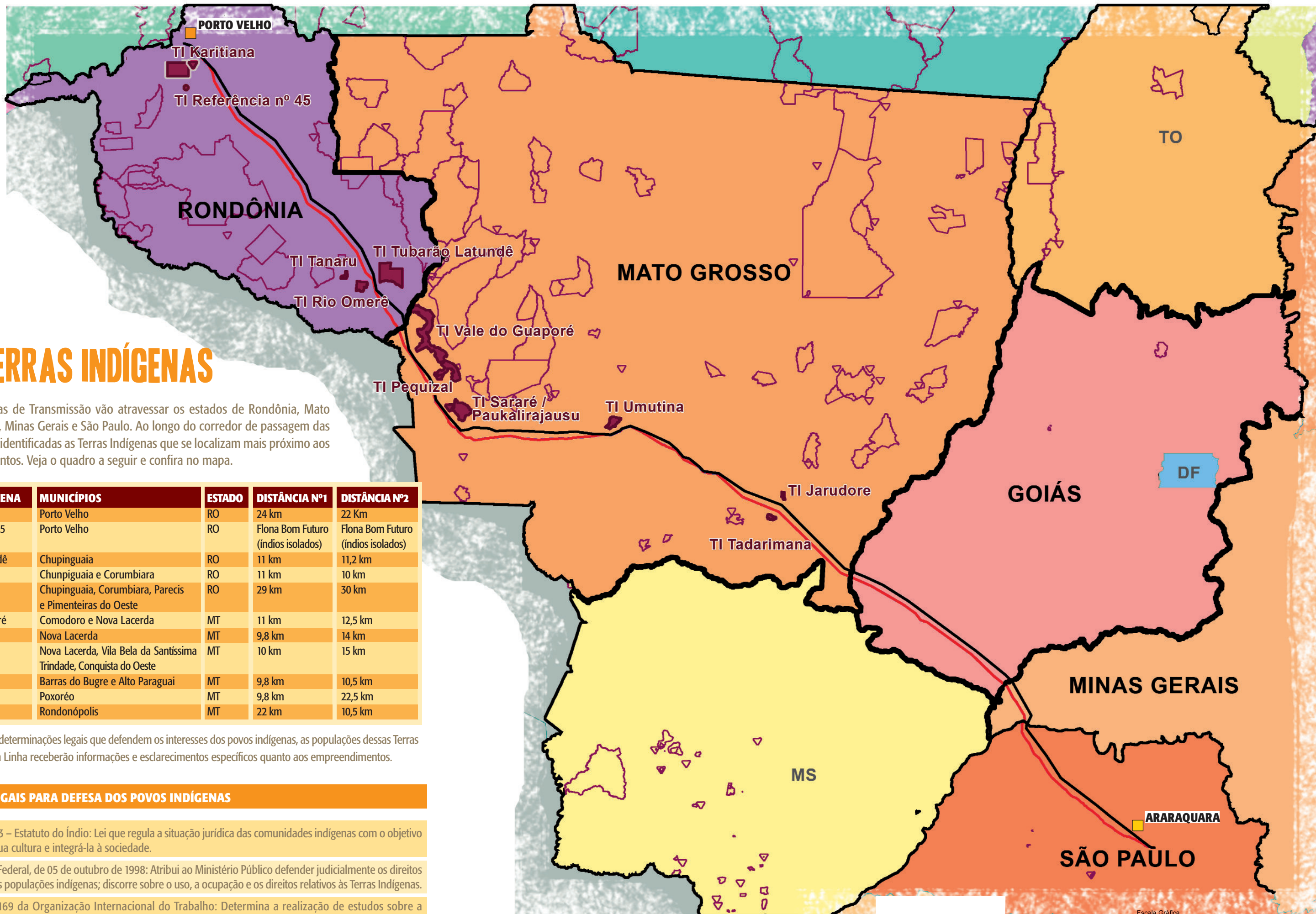
As duas Linhas de Transmissão vão atravessar os estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Ao longo do corredor de passagem das Linhas, foram identificadas as Terras Indígenas que se localizam mais próximo aos empreendimentos. Veja o quadro a seguir e confira no mapa.

TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIOS	ESTADO	DISTÂNCIA Nº1	DISTÂNCIA Nº2
Karitiana	Porto Velho	RO	24 km	22 Km
Referência nº 45	Porto Velho	RO	Flona Bom Futuro (índios isolados)	Flona Bom Futuro (índios isolados)
Tubarão Latundê	Chupinguaia	RO	11 km	11,2 km
Rio Omerê	Chupinguaia e Corumbiara	RO	11 km	10 km
Tanaru	Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste	RO	29 km	30 km
Vale do Guaporé	Comodoro e Nova Lacerda	MT	11 km	12,5 km
Pequizal	Nova Lacerda	MT	9,8 km	14 km
Sararé/ Paukalirajausu	Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista do Oeste	MT	10 km	15 km
Umutina	Barras do Bugre e Alto Paraguai	MT	9,8 km	10,5 km
Jarudorê	Poxoréo	MT	9,8 km	22,5 km
Tadarimara	Rondonópolis	MT	22 km	10,5 km

Para atender às determinações legais que defendem os interesses dos povos indígenas, as populações dessas Terras mais próximas à Linha receberão informações e esclarecimentos específicos quanto aos empreendimentos.

MARCOS LEGAIS PARA DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS

- Lei nº 6001/73 – Estatuto do Índio: Lei que regula a situação jurídica das comunidades indígenas com o objetivo de preservar sua cultura e integrá-la à sociedade.
- Constituição Federal, de 05 de outubro de 1998: Atribui ao Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; discorre sobre o uso, a ocupação e os direitos relativos às Terras Indígenas.
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho: Determina a realização de estudos sobre a interação de atividades de exploração de recursos naturais com populações tradicionais diretamente interessadas a esses recursos. Determina também a consulta a essas populações a fim de identificar possíveis prejuízos e formas de compensação.



Legenda das Terras Indígenas da Área de Influência

- Nº 1 - IE Madeira
- Nº 2 - Norte Brasil
- Terras indígenas localizadas no corredor da LT
- Outras terras indígenas

0 45 90 180 270 360
Quilômetros
SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
South American Datum 1969
Escala: 1:6.000.000

NORTE BRASIL

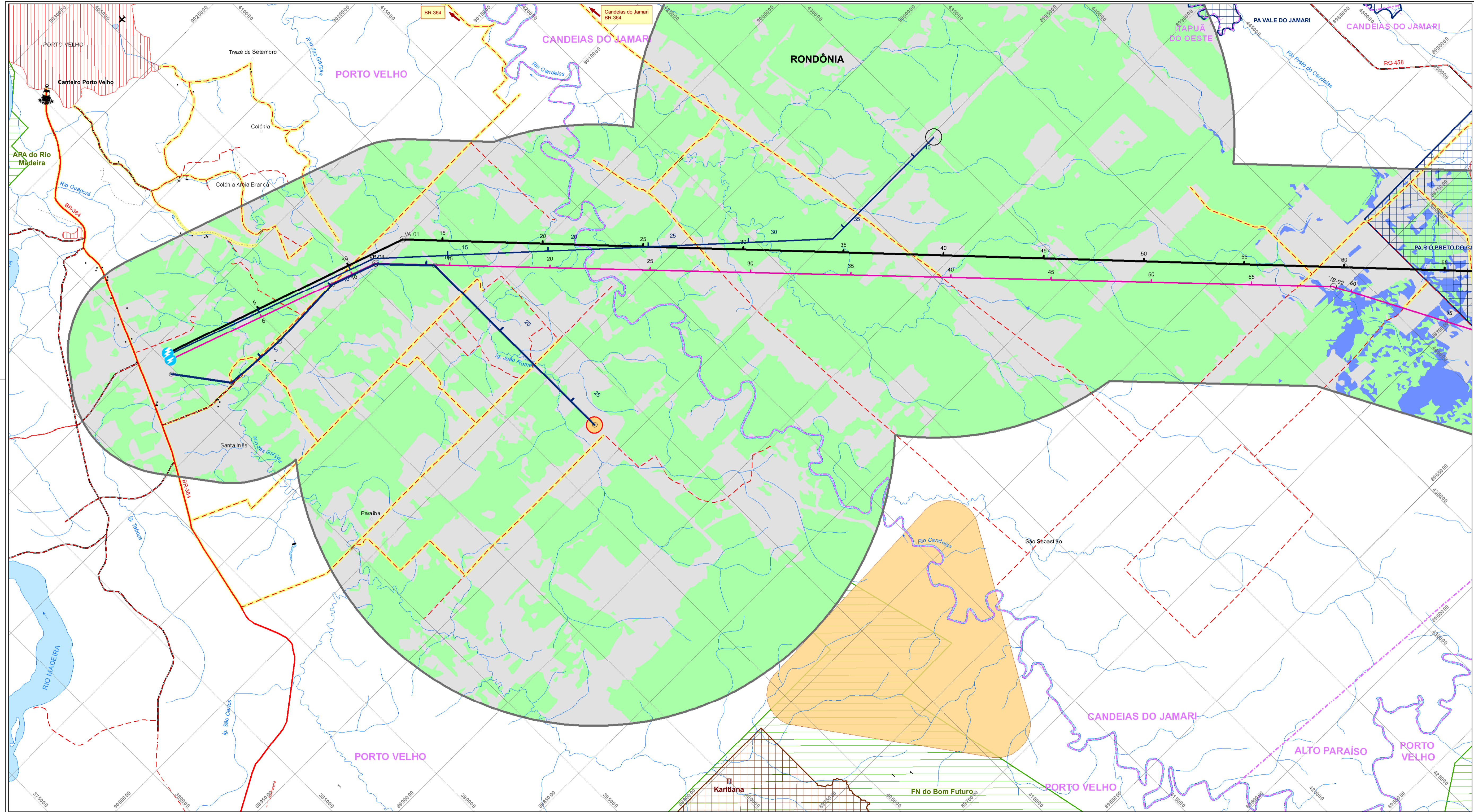
Norte Brasil transmissora de Energia S.A.

ESTAÇÃO

Estação Transmissora de Energia S.A.



ANEXO 9.2.2.3-1
MAPAS DE USO E TERRAS INDÍGENAS



LEGENDA

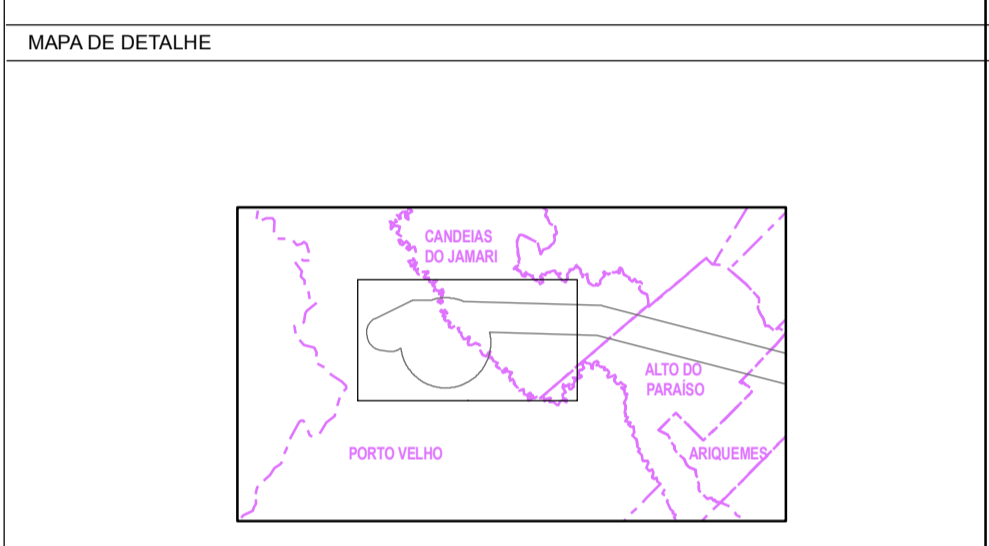
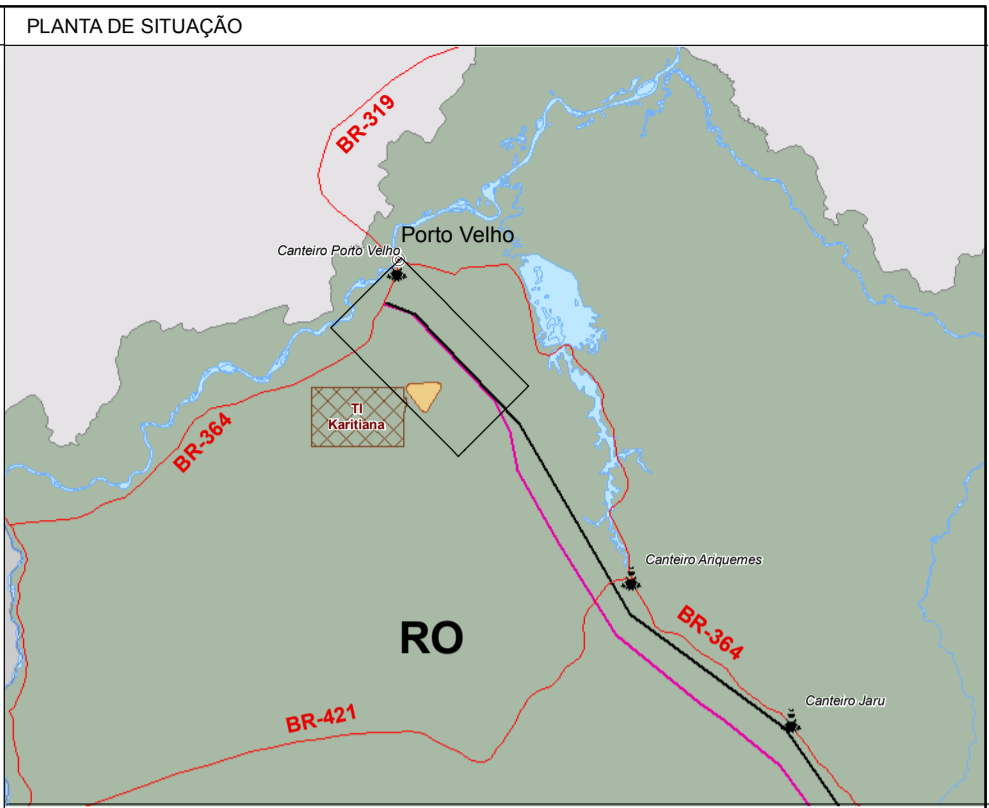
- Canteiro de obra
- Acesso recomendado para construção da LT
- Terras Indígenas
- Assentamentos

Classes de uso

- A Floresta Ombrófila Aberta + Densa
- VI Vegetação Secundária
- Ap Pastagem

Distâncias aproximadas das linhas de transmissão em estudo:

Terra Indígena	C1	C2
TI Karitiana	23,91 km	22,77 km



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:100.000 e 1:50.000
- Revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT.
- Atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e consultas ao programa Google Earth.
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.

CONVENÇÕES

- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERMANENTE
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERIÓDICO
- PREFIXO DE ESTRADA
- CAMINHO
- FERROVIA
- PONTE
- ANCORADOURO/PORTO
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- LINHA DE TRANSMISSÃO (EXISTENTE)
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CAMPO DE POUSO
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA / BARRAGEM
- TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
- DIREÇÃO DO FLUXO D'ÁGUA
- IGREJA / ESCOLA / CEMITÉRIO
- Ocupação Humana

Escala Gráfica

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum Horizontal - SAD-69
Origem da quilometragem UTM: "Equador e Meridiano -63°W, de Gr." acrescidas as constantes 10.000km e 500km, respectivamente.

ie madeira INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA

NORTE BRASIL Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

CNEC **Ecology Brasil** **biodinâmica** **JGP**

LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE USO E TERRA INDÍGENA
TERRAS INDÍGENAS - TI KARTIANA

Escala do Original	1:100.000	Data	Abril/2010
Mapa	2386-00-ECI-DE-4003	Folha	01/06

CONVENÇÕES ADICIONAIS

TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
 LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01
 LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 02

VÉRTICE DA LT

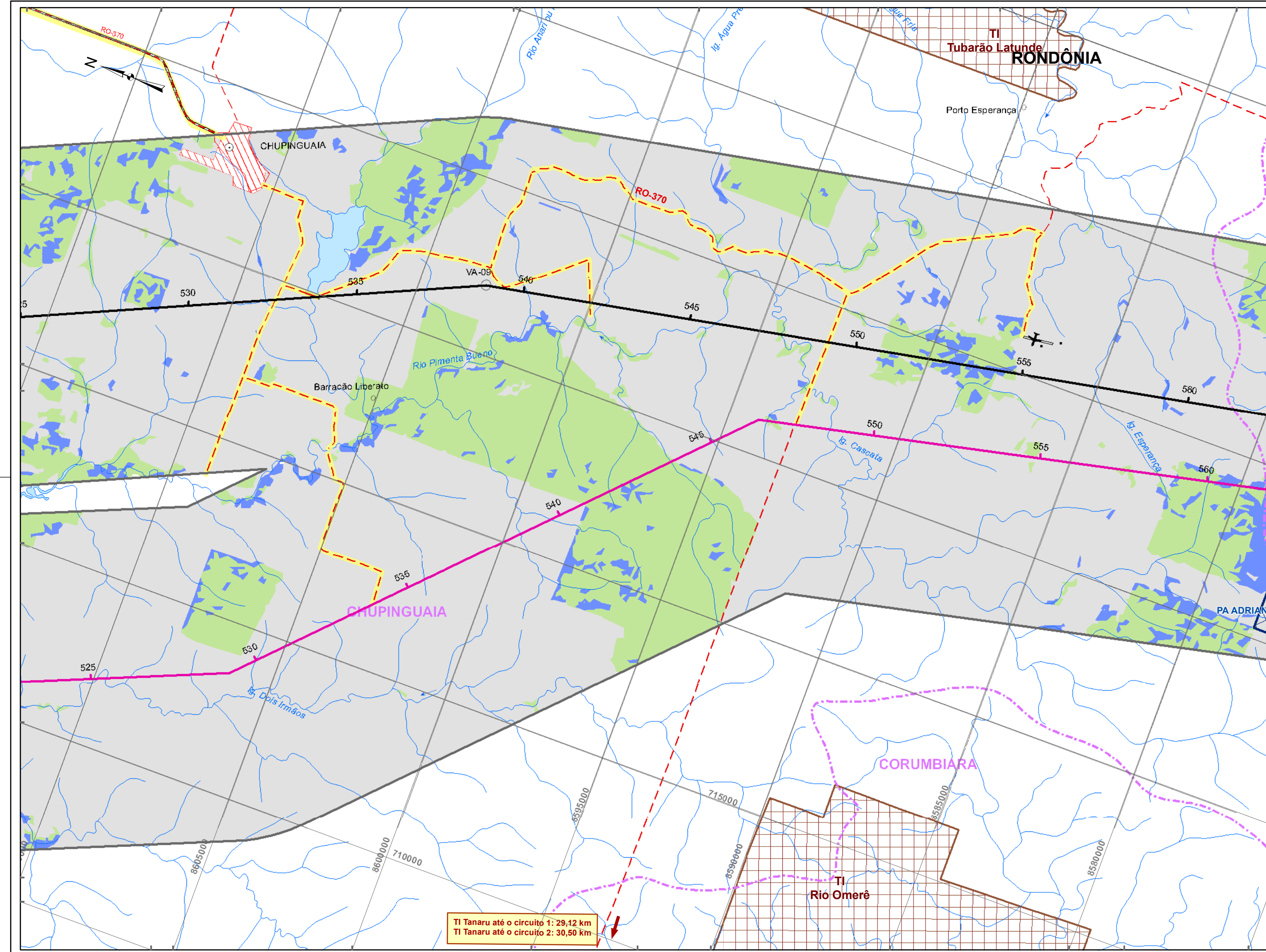
LIMITE DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO (FAIXA COM 10KM DE LARGURA)

SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

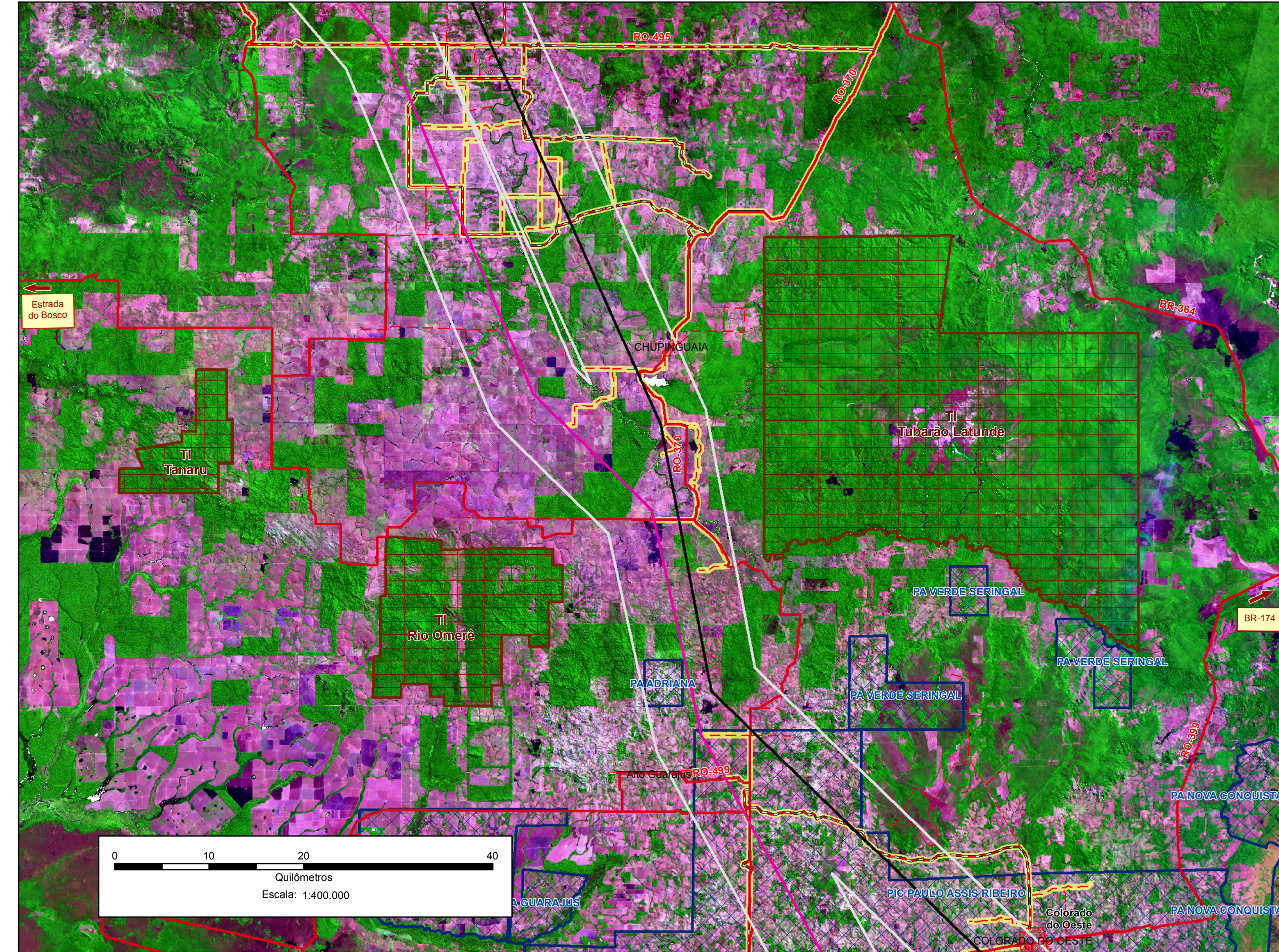
LINHA DO ELETTRODO

VÉRTICE DA LINHA DO ELETTRODO

ELETTRODO (Elipse com 810m de diâmetro)



Localização geral das terras indígenas de Tanaru, Rio Omerê e Tubarão Latunde



LEGENDA

- Canteiro de obra
- Acesso recomendado para construção da LT
- Terras indígenas
- Assentamentos

Classes de uso

- Agricultura / Pastagem
- Floresta estacional semidecidual
- Vegetação Secundária

Distâncias aproximadas das linhas de transmissão em estudo:

Terra Indígena	C1	C2
TI Tanaru	29,12 km	30,50 km
TI Rio Omerê	11,21 km	10,20 km
TI Tubarão Latunde	10,80 km	11,18 km

LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO

MAPA DE DETALHE

REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:100.000 e 1:50.000
- Revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT.
- Atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e consultas ao programa Google Earth.
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.

Escala Gráfica

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
 Datum Horizontal - SAD-69
 Origem da quilometragem UTM - "Equador e Meridiano -63°W, de Gr." acrescidas as constantes 10.000km e 500km, respectivamente.

CONVENÇÕES

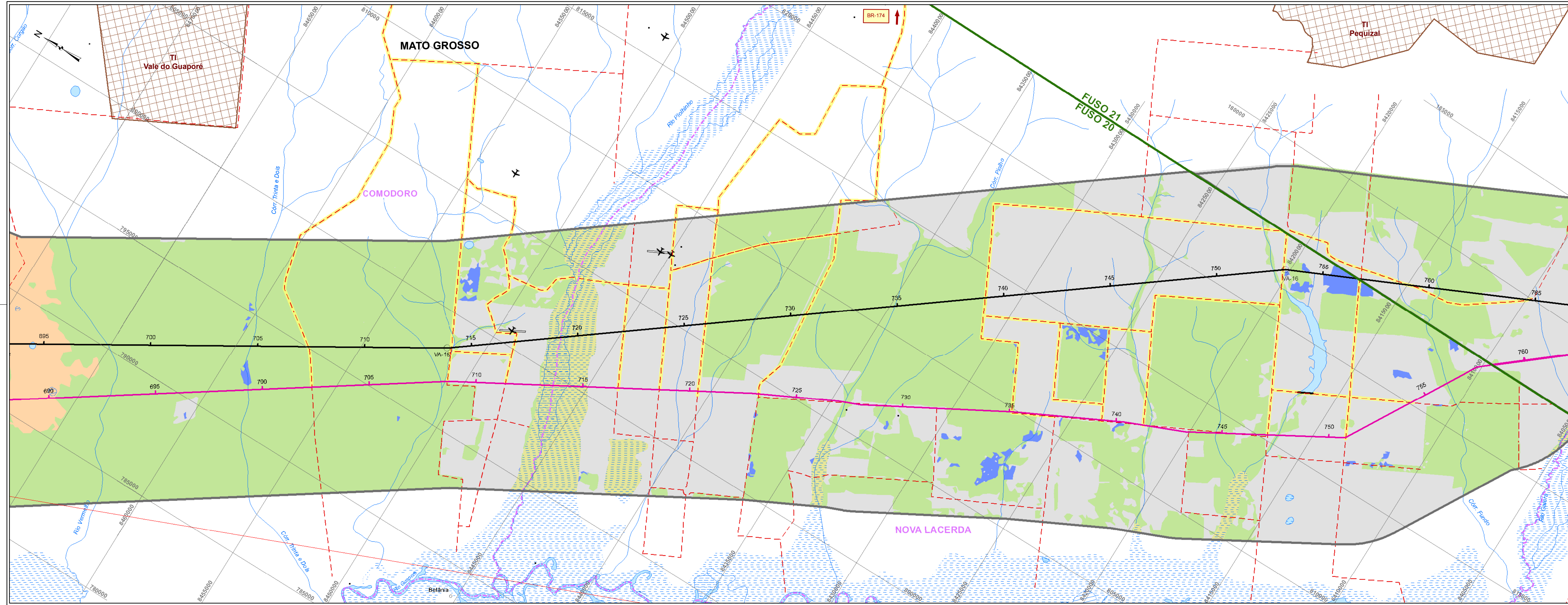
- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERMANENTE
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERIÓDICO
- PREFIXO DE ESTRADA
- CAMINHO
- FERROVIA
- PONTE
- ANCORADOURO/PORÃO
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- LINHA DE TRANSMISSÃO (EXISTENTE)
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CAMPO DE POUSO
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA / BARRAGEM
- TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- DIREÇÃO DO FLUXO D'ÁGUA
- IGREJA / ESCOLA / CEMITÉRIO
- OCUPAÇÃO HUMANA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADO DO EMPREENDIMENTO:
 LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01
 LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 02
- VÉRTICE DA LT
- LIMITE DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO (FAIXA COM 100M DE LARGURA)

MAPA DE USO E TERRA INDÍGENA TI TANARU - TI OMERÊ - TI TUBARÃO LATUNDE

Escala do Original	1:100.000	Data	Abril/2010
Mapa	2386-00-E1-DE-4003	Folha	02/06



LEGENDA

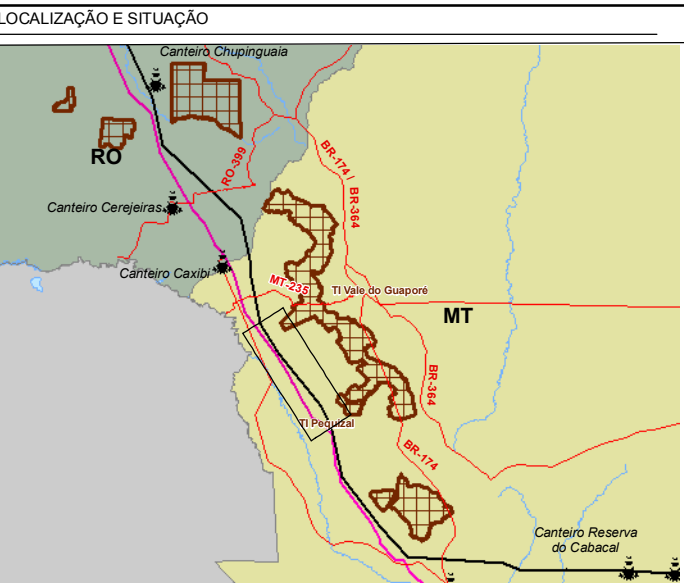
- Canteiro de obra
- Acesso recomendado para construção da LT
- Terras indígenas
- Assentamentos

Classes de uso

- F Floresta Estacional Semidecidual
- Fa Floresta Aluvial
- Vs Vegetação Secundária
- Ap Pastagem

Distâncias aproximadas:

Terra Indígena	C1	C2
TI Vale do Guaporé	10,96 km	12,68 km
TI Pequizal	9,8 km	14,06 km



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:100.000 e 1:50.000;
- Revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT;
- Atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e consultas ao programa Google Earth;
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.

CONVENÇÕES

- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRAFEGO PERMANENTE
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRAFEGO PERIÓDICO
- PREFEIO DE ESTRADA
- CAMINHO
- FERROVIA
- PONTE
- ANCORADOURO/PORTO
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- LINHA DE TRANSMISSÃO (EXISTENTE)
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CAMPO DE POUJO
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA / BARRAGEM
- TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- DIREÇÃO DO FLUXO D'ÁGUA
- IGREJA / ESCOLA / CEMITÉRIO
- Ocupação Humana

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO
- LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01
- LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 02
- VÉRTECE DA LT
- LIMITE DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO

Escala Gráfica

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum Horizontal : SAD-69
Origem da quilometragem UTM, "Equador e Meridiano -63°W, de Gr." acrescidas as constantes 10.000km e 500km, respectivamente.

ie madeira **NORTE BRASIL**
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Cartografia Digital	BMP INECO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

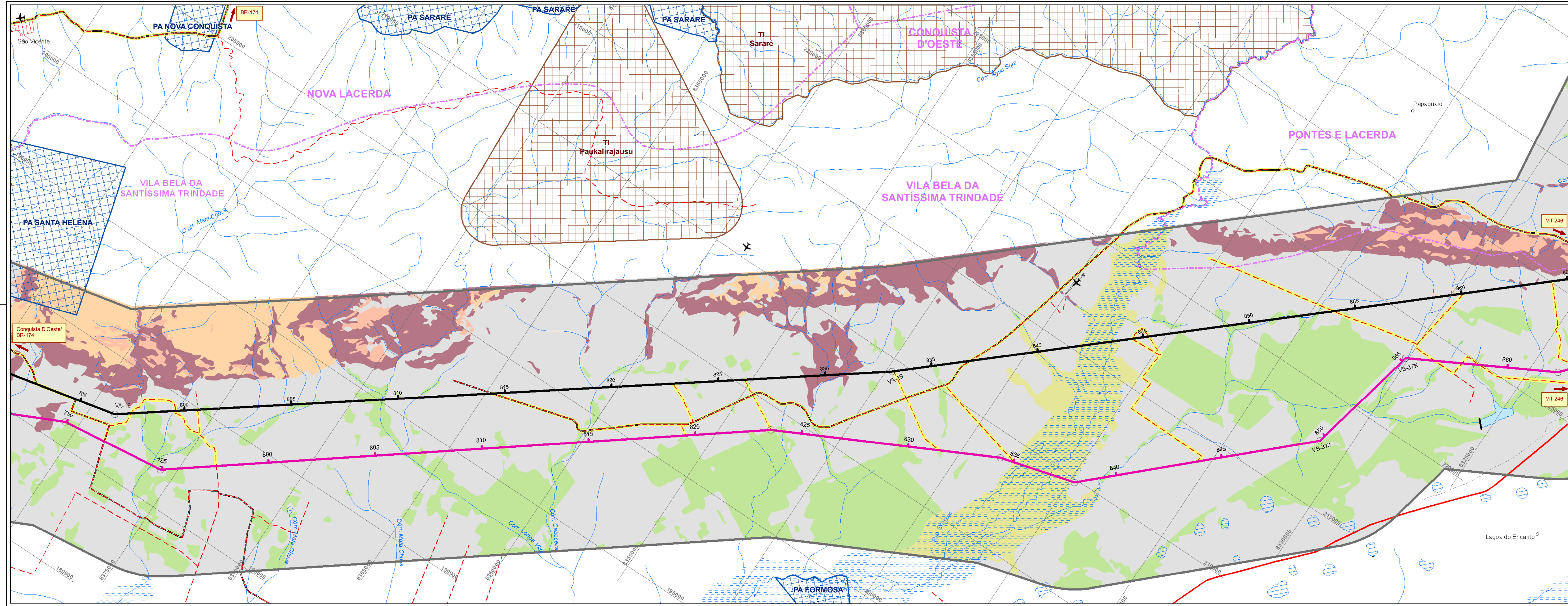
LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE USO E TERRA INDÍGENA

TI VALE DO GUAPORÉ - TI PEQUIZAL

Escala do Original	1:100.000	Data	Abril/2010
Mapa	2386-00-EI-DE-4003	Folha	03/06



LEGENDA

Acesso recomendado para construção da LT

Terras indígenas

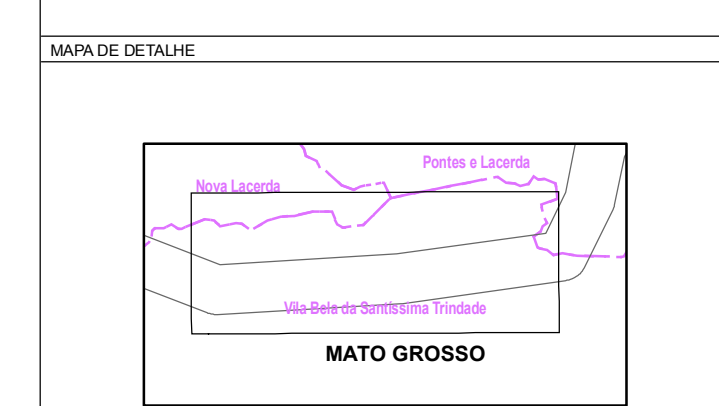
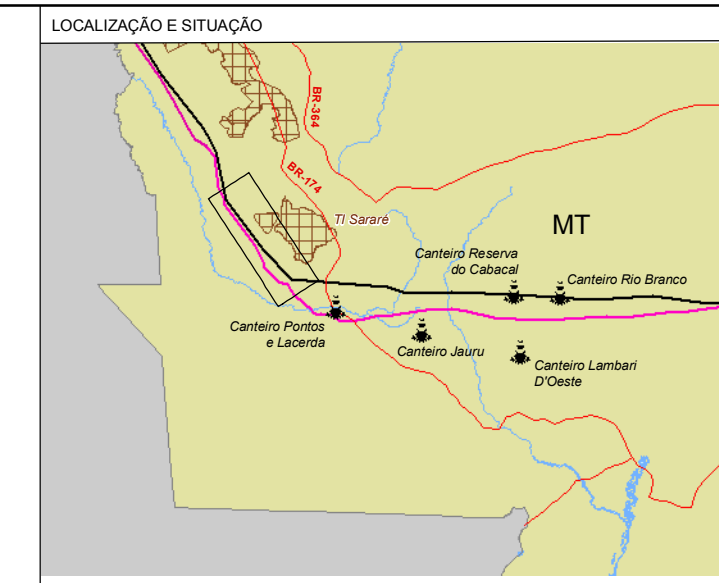
Assentamentos

Classes de uso

- F Floresta Estacional Semidecidual
- Fa Floresta Aluvial
- Sa Savana Arborizada (Campo Cerrado)
- Sp Savana Parque (Campo Sujo)
- F+C Floresta Estacional Semidecidual+Decidual
- Ap Agricultura e pastagem

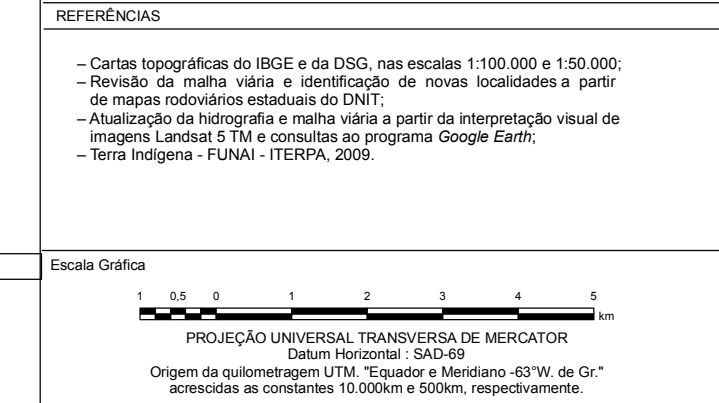
Distâncias aproximadas:

Terra Indígena	C1	C2
TI Sararé / TI Paukairajausu	10,00 km	14,99 km



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:100.000 e 1:50.000;
- Revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT;
- Atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e consultas ao programa Google Earth;
- Terra indígena - FUNAI - ITERPA, 2008.



CONVENÇÕES

- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRAFEGO PERMANENTE
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRAFEGO PERIÓDICO
- PREFEIO DE ESTRADA
- CAMINHO
- FERRÓVIA
- PONTE
- ANCORADOURO/PORTO
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- LINHA DE TRANSMISSÃO (EXISTENTE)
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CAMPO DE POUJO
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA / BARRAGEM
- TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- DIREÇÃO DO FLUXO D'ÁGUA
- IGREJA / ESCOLA / CEMITÉRIO
- Ocupação Humana

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO
- LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01
- LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 02
- VÉRTECE DA LT
- LIMITE DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO

ie madeira NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Cartografia Digital: **BMP INFO** Data: Abril/2010

Projeto: Consórcio Ambiental Madeira Data: Abril/2010

Aprovado: Consórcio Ambiental Madeira Data: Abril/2010

CONSORCIO AMBIENTAL MADEIRA

CNEC **Ecology Brasil** **biodinâmica** **JGP**

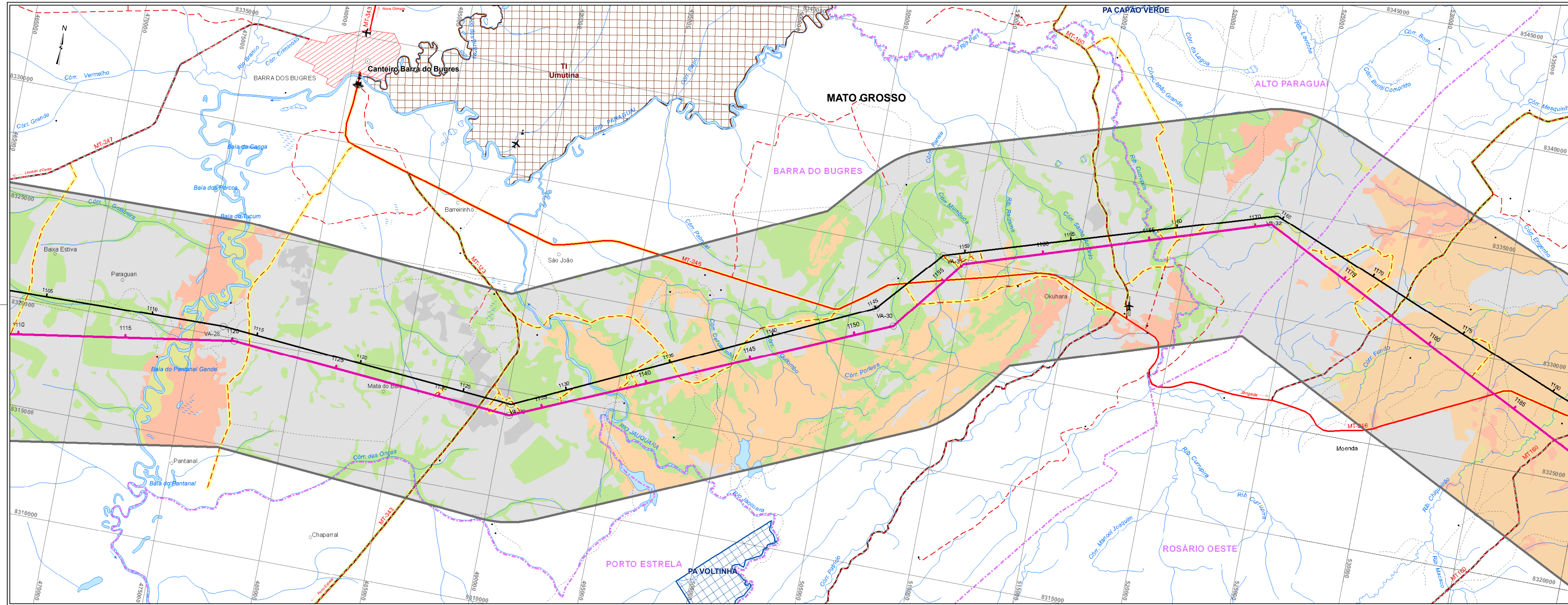
LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE USO E TERRA INDÍGENA
TI PAUKAIRAJAUSU - TI SARARÉ

Escala do Original: 1:100.000 Data: Abril/2010

Mapa: 2386-00-ECI-DE-4003 Folha: **04/06**



LEGENDA

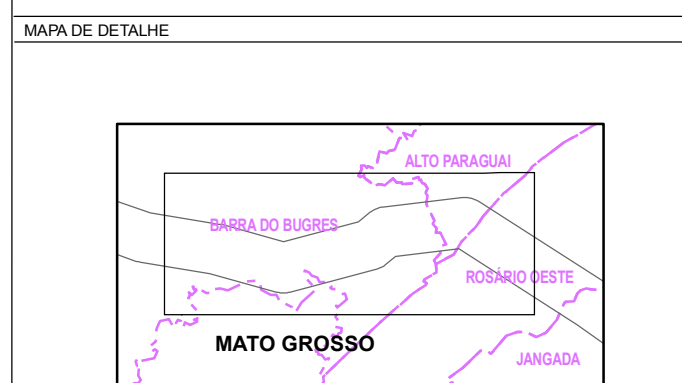
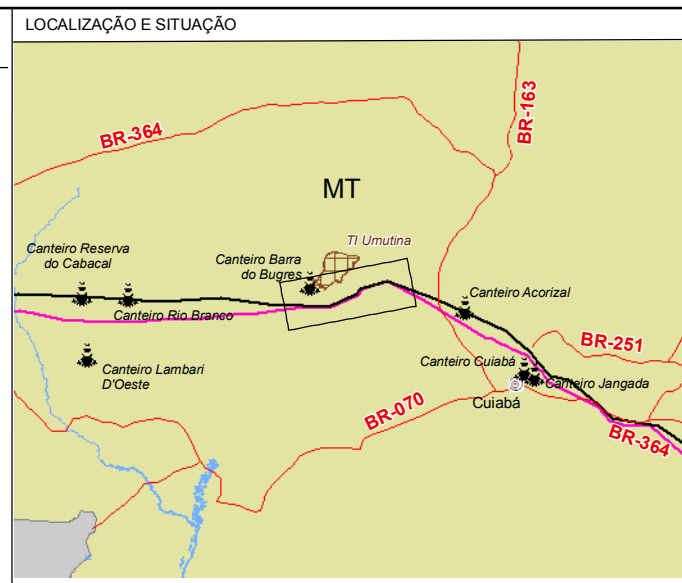
- Canteiro de obra
- Acesso recomendado para construção da LT
- Terras indígenas
- Assentamentos

Classes de uso

- F Floresta Estacional Semidecidual
- Fa Floresta Aluvial
- Sa Savana Arborizada (Campo Cerrado)
- Sp Savana Parque (Campo Sujo)
- Sa+Sp+Ap Savana Arborizada+Savana
- Ag Agropecuária
- Ap Pastagem

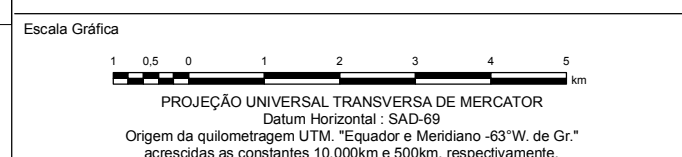
Distâncias aproximadas:

Terra Indígena	C1	C2
TI Umúatina	9,8 km	10,45 km



REFERÊNCIAS

- Cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:100.000 e 1:50.000;
- Revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT;
- Atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e consultas ao programa Google Earth;
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.



ie madeira NORTE BRASIL
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Cartografia Digital	BMP INFO	Data	Abril/2010
Projeto	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010
Aprovado	Consórcio Ambiental Madeira	Data	Abril/2010

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

CNEC **Ecology Brasil** **biodinâmica** **JGP**

LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE USO E TERRA INDÍGENA
TI UMÚATINA

Escala do Original	1:100.000	Data	Abril/2010
Mapa	2386-00-ECI-DE-4003	Folha	05/06

CONVENÇÕES

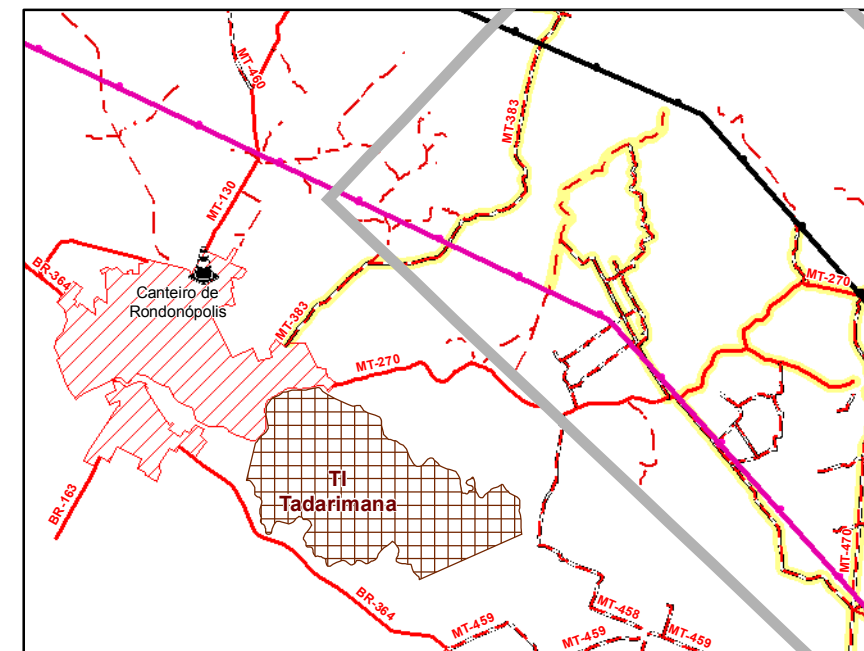
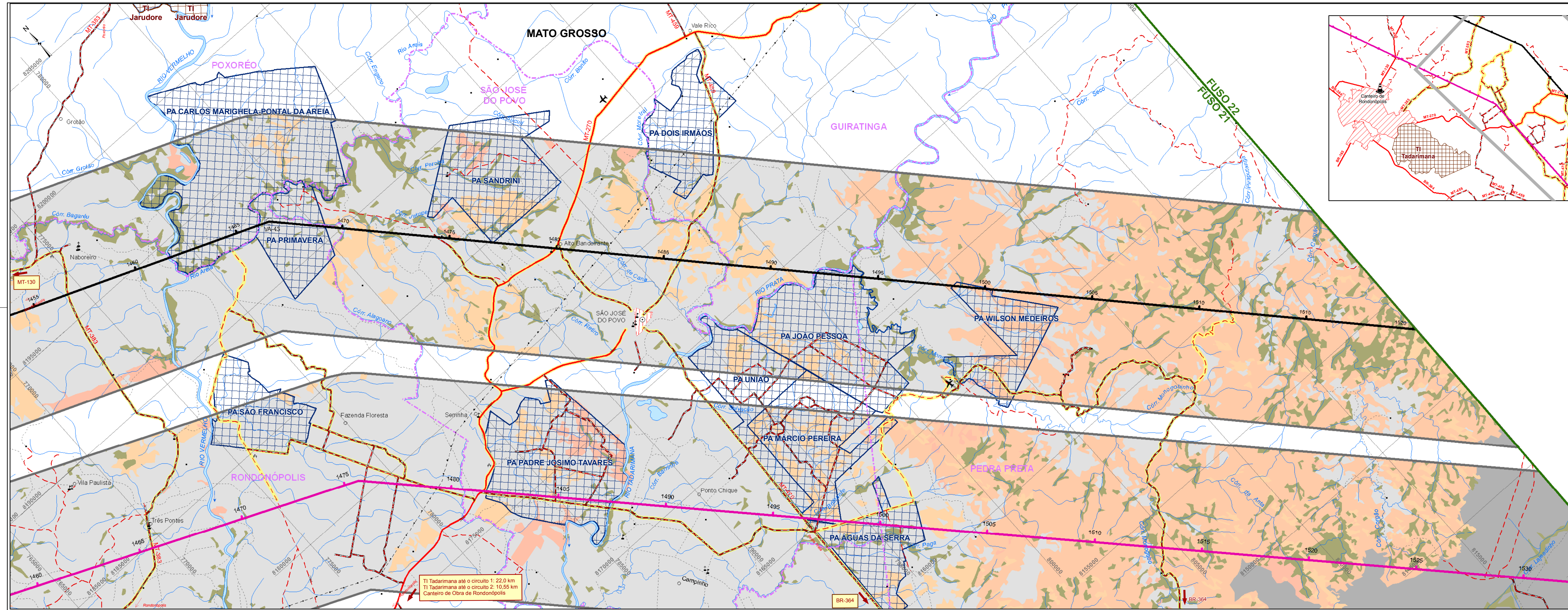
- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRAFEGO PERMANENTE
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRAFEGO PERIÓDICO
- PREFEIRO DE ESTRADA
- CAMINHO
- FERROVIA
- PONTE
- ANCORADOURO/PORTO
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LINHA DE TRANSMISSÃO (EXISTENTE)
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CAMPO DE POUISO
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA / BARRAGEM
- TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- DIREÇÃO DO FLUXO D'ÁGUA
- IGREJA / ESCOLA / CEMITÉRIO
- OCUPAÇÃO HUMANA

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO
- LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01
- LT 600KV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 02
- VÉRTICE DA LT
- LIMITE DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- km
- km
- VA-07



TI Tadarimana até o circuito 1: 22,0 km
 TI Tadarimana até o circuito 2: 10,55 km
 Canteiro de Obra de Rondonópolis

LEGENDA

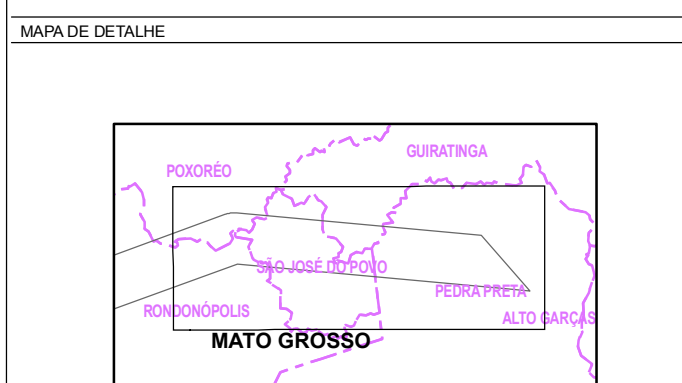
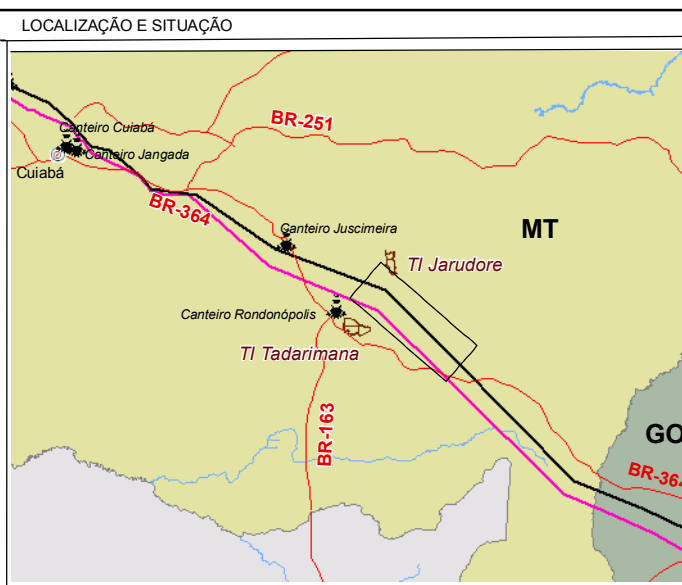
- Canteiro de obra
- Acesso recomendado para construção da LT
- Terras indígenas
- Assentamentos

Classes de uso

- C Floresta Estacional Decidual
- Sa Savana Arborizada (Campo Cerrado)
- Sp Savana Parque (Campo Sujo)
- Sa+Sp Savana Arborizada+Savana Parque
- Ac Agricultura
- Ap Pastagem

Distâncias aproximadas:

Terra Indígena	C1	C2
TI Jarudore	9,8 km	22,55 km
TI Tadarimana	22,0 km	10,55 km



REFERÊNCIAS

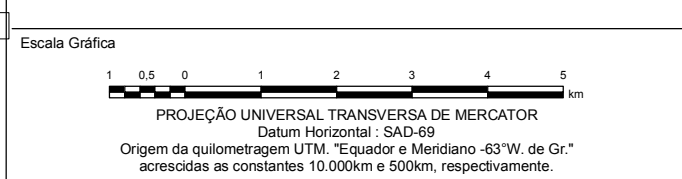
- Cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:100.000 e 1:50.000;
- Revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT;
- Atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e consultas ao programa Google Earth;
- Terra Indígena - FUNAI - ITERPA, 2009.

CONVENÇÕES

- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERMANENTE
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERIÓDICO
- PREFIXO DE ESTRADA
- CAMINHO
- FERROVIA
- PONTE
- ANCORADOURO/PORTO
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- LINHA DE TRANSMISSÃO (EXISTENTE)
- ÁREA URBANA
- SEDE MUNICIPAL
- CAMPO DE POVO
- CURSO D'ÁGUA
- CORPO D'ÁGUA / BARRAGEM
- TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- DIREÇÃO DO FLUXO D'ÁGUA
- IGREJA / ESCOLA / CEMITÉRIO
- Ocupação Humana

CONVENÇÕES ADICIONAIS

- TRAÇADOS DO EMPREENDIMENTO:
- LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01
- LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 02
- VERTICE DA LT
- LIMITE DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO



ie madeira NORTE BRASIL
 Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Cartografia Digital: **BMP INFO** Data: Abril/2010
 Projeto: Consórcio Ambiental Madeira Data: Abril/2010
 Aprovado: Consórcio Ambiental Madeira Data: Abril/2010

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

CMEC EcologyBrasil biodinâmica JGP

LT 600kV CC COLETORA PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, Nº 01 E Nº 02

COMPONENTE INDÍGENA DO EIA / RIMA

MAPA DE USO E TERRA INDÍGENA TI JARUDORE E TI TADARIMANA

Escala do Original: 1:100.000 Data: Abril/2010
 Mapa: 2386-00-EI-DE-4003 Folha: 06/06

Índice

10.	DIRETRIZES PARA OS PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	1/5
10.1	CONSIDERAÇÕES	2/5
10.2	ADIÇÃO AOS PROGRAMAS DOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL.	3/5
10.2.1	SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA OS POVOS INDÍGENAS	3/5
10.2.2	SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TRABALHADORES COM ENFOQUE NAS QUESTÕES INDÍGENAS.....	3/5
10.3	PROGRAMAS DO COMPONENTE INDÍGENA	4/5
10.3.1	PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	4/5
10.3.2	PROGRAMA DE APOIO A PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS	5/5

10. DIRETRIZES PARA OS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Este capítulo apresentará as medidas ambientais previstas no capítulo anterior, para mitigar potencializar e/ou compensar os impactos identificados em função da implementação do empreendimento nas suas diversas fases: planejamento, obra e operação. Essas medidas estão divididas em três tipos e constituem-se as ações relativas às possíveis interferências etnoambientais sobre os povos indígenas da Área de Influência.

O primeiro tipo está relacionado com interferências diretas sobre o meio ambiente nas áreas dos acessos e faixas de servidão que possam com isso causar danos à vegetação e biotas associadas e conseqüentemente possam repercutir nas fontes de recursos naturais importantes para estes grupos, mesmo que fora dos limites jurídicos das Terras Indígenas, como já discutido anteriormente. O segundo, também está associado às áreas de acessos e obras, além das áreas de instalação dos canteiros, diz respeito à possibilidade de conflitos em função do aumento de contato interétnico, da maior movimentação de pessoas de “fora” nas sedes municipais que abrigarão os canteiros e nas frentes de obras nas áreas dos traçados. Aqui são consideradas tanto as áreas de perambulação dos grupos indígenas nas áreas de passagem dos empreendimentos, quanto à circulação destes nas sedes municipais.

O terceiro tipo está associado a medidas de monitoramento, proteção e fiscalização das Terras Indígenas diante da perspectiva de maior pressão sobre estas com a construção e operação dos empreendimentos, tanto pela possibilidade de abertura, melhoria e manutenção de acessos próximos às TIs, quanto pelo contexto maior de inserção destes empreendimentos dentro de uma política desenvolvimentista e de integração para o aquecimento da economia brasileira.

Sendo assim, além dos Programas Ambientais apresentados no EIA e indicados no capítulo anterior, relacionados ao controle e mitigação dos impactos na área de influência dos empreendimentos próximos às TIs, serão aqui apresentadas as diretrizes para programas direcionados exclusivamente para as populações indígenas sendo estes divididos em duas frentes: inserção de ações específicas para os povos indígenas nos Programas dos EIAs e ações específicas para este componente.

Tais diretrizes foram formuladas com base na análise de impactos e seguiram as orientações do Termo de Referência da FUNAI para a elaboração deste Componente.

10.1 CONSIDERAÇÕES

Com relação à elaboração de medidas de mitigação e compensação para estes empreendimentos, conforme apontado no item de impactos deve-se reforçar quatro pontos sensíveis que exigirão consulta às coordenadorias CGGAM e CGIIRC da FUNAI e aos povos indígenas para definição de medidas mais detalhadas, a saber:

- Em atendimento às obrigações das disposições legais aplicáveis que trata dos direitos indígenas (Lei nº 6001/73, Constituição Federal de 88, Arts 231 e 232) e OIT 169, as diretrizes abaixo descritas deverão ser detalhadas, adaptadas, reformuladas e/ou repensadas em função dos resultados das reuniões e consultas que serão feitas para apresentação deste Componente Indígena para os povos em questão, conforme previsto no TR da FUNAI.
- A ausência de dados detalhados com relação às áreas de perambulação dos grupos indígenas na região dos traçados dos empreendimentos, em especial do grupo Karitiana e Nambikwara do Vale do Guaporé.
- A grande vulnerabilidade do grupo indígena isolado na Referência Nº 45 diante das pressões de desmatamento e ocupação na região da FLONA Bom Futuro e o desconhecimento de sua localização e áreas de perambulação. Em função disto, não é possível determinar os impactos dos empreendimentos sobre este grupo. Recomenda-se negociações com a CGIIRC para implementação de ações prévias ao período de obras, de apoio a esta coordenação no processo de localização e identificação deste grupo.
- Todas as ações propostas para os grupos isolados e recém contatados deverão ser definidas através de negociações com a CGIIRC, conforme a Portaria nº 290/PRES de 20 de abril de 2000 que determina a execução de ações pelas equipes das “Frentes de Proteção Etnoambiental”, com treinamento e metodologias próprias. De acordo com o diagnóstico apresentado e análise de impactos recomenda-se ações de apoio para proteção e fiscalização destes grupos.

10.2 ADIÇÃO AOS PROGRAMAS DOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL

10.2.1 SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA OS POVOS INDÍGENAS

De acordo com o Programa de Comunicação Social dos EIAs, será desenvolvido um Subprograma de Comunicação Social para os povos indígenas que irá privilegiar as características específicas destas comunidades, com atividades e materiais pensados de acordo com as diferentes realidades dos povos da Área de influência e considerando as interferências dos empreendimentos sobre os mesmos.

A princípio sugerem-se as seguintes diretrizes de ações:

- Campanhas de esclarecimento junto aos povos indígenas visando informar sobre as atividades de obras, os reais impactos e as medidas de contenção.
- Abertura e manutenção de mecanismos de comunicação visando responder dúvidas, preocupações, sugestões, solicitações, assim como outras questões de interesse dos grupos indígenas.
- Fazer materiais sobre o contexto de planejamento, construção e existência de empreendimentos no entorno das Terras Indígenas e sobre o licenciamento ambiental, em especial aplicável aos povos indígenas. Este escopo já será atendido, de certa forma, com a elaboração do livreto previsto no TR da FUNAI, cujo conteúdo será construído de acordo com as informações contidas no Relatório Final deste Componente Indígena.

10.2.2 SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TRABALHADORES COM ENFOQUE NAS QUESTÕES INDÍGENAS

Como previsto nos EIAs, foi incluído no âmbito do Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores existente para toda a extensão das linhas de transmissão, um subprograma específico para o relacionamento com os diversos grupos indígenas, com atividades e materiais pensados de acordo com as realidades dos povos e considerando as interferências dos empreendimentos sobre os mesmos.

A princípio sugerem-se as seguintes diretrizes de ações:

- Inserir no escopo do Código de Conduta a ser elaborado, um módulo relativo às Terras Indígenas existentes na área de influência dos empreendimentos tratando dos aspectos básicos da cultura, dos direitos indígenas e da legislação;
- Realizar oficinas de sensibilização com os trabalhadores dos canteiros que estarão localizados nas sedes e frentes de obras próximas às Terras Indígenas.

10.3 PROGRAMAS DO COMPONENTE INDÍGENA

10.3.1 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Como previsto no Termo de Referência da FUNAI, deverá ser elaborado um Programa de Monitoramento da Instalação e Operação dos Empreendimentos.

Esse Programa definirá um conjunto de medidas que venham a prevenir possíveis riscos de impactos em função da instalação e operação dos empreendimentos. Desta maneira, o referido Programa ao identificar e qualificar possíveis impactos sobre estes povos definirá e executará ações de mitigação não previstas que se façam necessárias, principalmente durante as obras devido ao seu maior grau de interferência sobre o meio ambiente local. No capítulo anterior foram sinalizados impactos nas diferentes fases do empreendimento que deverão ser norteadores na realização do escopo deste Programa. Outrossim, deverão ser consultadas as coordenadorias CGGAM e CGIIRC da FUNAI para o detalhamento do mesmo.

A princípio sugerem-se as seguintes diretrizes de ações:

- Atuação de equipe treinada (através de oficinas de sensibilização) nos Canteiros e Frentes de Obras em locais de possíveis contatos com os índios nas sedes e nas áreas dos traçados dos empreendimentos.
- Monitoramento dos relatórios de gestão e supervisão ambiental, para analisar os resultados dos programas de mitigação e controle ambiental nas áreas próximas às Terras Indígenas.

10.3.2 PROGRAMA DE APOIO A PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Este Programa visa desenvolver ações que possam contribuir com a garantia da sobrevivência física, ambiental, econômica e cultural das aldeias existentes nas Terras Indígenas da Área de Influência dos empreendimentos por meio de ações apoio de proteção e fiscalização de seus territórios.

A princípio sugerem-se as seguintes diretrizes de ações:

- Construção das ações a partir da orientação das coordenadorias CGGAM e CGIIRC da FUNAI e dos povos indígenas. Assim como, estas deverão ser definidas de acordo com as magnitudes dos impactos relativos aos empreendimentos em questão.
- Levantamento de ações de proteção e fiscalização que estão planejadas e em andamento por outras empresas na região, como no caso das usinas do madeira e da Linha de Transmissão Samuel-Jauru, para a integração e sinergia entre os diferentes programas.

Índice

11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	1/3
-----	-----------------------------------	------------

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No traçado previsto para a construção das Linhas de Transmissão, foram identificadas dez Terras Indígenas e uma Referência de índios isolados localizados nos estados de Rondônia e Mato Grosso. Nessas TIs residem predominantemente seis grupos: Karitiana, Akuntsu, Kanoê, Nambikwara, Umutina e Bororo com diferentes graus de contato com a sociedade brasileira. Esses grupos indígenas possuem particularidades sociais e culturais, além de estreita e complexa relação com os recursos naturais existentes em suas terras e no seu entorno.

A região Amazônica teve durante muito tempo sua economia precariamente sustentada por ações de frentes extrativistas, garimpeiros e pecuaristas. Foi durante os anos de 1960 e 1970 com a implementação dos planos de integração geopolítica dos governos militares que se iniciou um processo de ocupação mais intenso da região, configurando este espaço como uma nova fronteira de recursos a ser explorada com vistas a contribuir para o processo de integração e desenvolvimento nacional.

Esse projeto político desenvolvimentista, foi implementado através da concentração de recursos públicos e privados em projetos de pecuária de grande escala, atividades madeireiras, mineração e projetos hidrelétricos. Algumas das obras de grande repercussão na região foram: construção das rodovias, BR - 364¹, Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, das hidrelétricas, Tucurí e Balbina e, principalmente da instalação de projetos de mineração e agropecuários.

Um dos resultados destas políticas desenvolvimentistas do período foi o início de um processo de ocupação desordenada e predatória na região, levando à intensa competição territorial e forte disputa pelos recursos naturais da Amazônia e conseqüentemente à conflitos com os povos indígenas. Afinal, segundo a promessa da propaganda, que foi feita na época da construção da Transamazônica, a região seria “uma terra sem homens para homens sem terra”.

Nos anos seguintes, consolida-se a ocupação da região, sendo que entre os anos de 1985 e 1995 intensifica-se a atividade agropecuária e como conseqüência o surgimento do agronegócio, com a produção mais concentrada para a pecuária de corte e a cultura da soja.

Aliados e associados a todo o processo de expansão do agronegócio, estão os novos projetos desenvolvimentistas e de integração nacional (Complexo do Madeira, rodovia BR163, UHE Belo Monte, entre outros), configurando novamente, como ocorrido na

¹ A rodovia BR – 364 foi construída na década de 1960.

década de 1970, a Amazônia como uma nova fronteira de recursos a serem explorados. A diferença entre a atual política da realizada na década de 1970 é que antes o foco era de proteção militar das fronteiras nacionais, via de regra traduzido em expressões como “integrar para não entregar”, e hoje é na ampliação do comércio, integrando os mercados regionais na economia internacional, partindo da implementação de eixos de desenvolvimento que integrem primeiramente as nações sul americanas. Como no passado, essas políticas também estão ancoradas em frases e lemas que buscam exprimir suas metas e assim evocar um ideal, traduzido hoje como “romper barreiras e superar limites”

Sendo assim, conforme amplamente discutido, a Amazônia Legal pode ser considerada a nova “fronteira do desenvolvimento” nacional e regional, sendo *locus* de uma série de projetos estruturais e estruturantes inseridos no IIRSA e, em nível nacional, no PAC. Neste contexto, os Estados de Mato Grosso e Rondônia configuram-se em territórios centrais, abrigando empreendimentos com grande repercussão de mídia. Esses Estados estão inseridos nesse movimento de integração e interligação de transportes, bem como de geração e transmissão de energia.

Uma vez que ainda detém fragmentos florestais consideráveis, as Terras Indígenas acabam se tornando objeto de interesse pelo seu potencial madeireiro, hídrico e mineral, configurando um cenário de extrema vulnerabilidade.

Os grupos indígenas, alguns inclusive isolados, continuam sofrendo, dessa forma, a manutenção dos processos históricos de pressões e ameaças. Cabe lembrar, que os processos de desenvolvimento econômico desde as frentes extrativistas resultaram para essas populações perdas de território, doenças, depopulação, massacres e extermínio, inclusive de grupos inteiros.

Soma-se a isso, a pouca observância dos cuidados e leis ambientais sendo possível perceber a poluição resultante do despejo de agrotóxicos nos rios que cortam as reservas ou naqueles que são afluentes de outros rios da região, o avanço do desmatamento da florestas e a invasão de terras indígenas.

Diante de tal vulnerabilidade, apesar dos empreendimentos objeto deste Componente atravessarem, em grande parte de sua extensão, uma matriz ambiental mais antropizada e distante cerca de 10 a 15 km das Terras Indígenas, os mesmos representam um potencial risco de aumento de pressões sobre estas, como visto no item 09 deste estudo. Isto em virtude, principalmente, dos processos indutores relacionados à fase de obras, associados em especial a migração de mão de obra e abertura e melhoria de acessos.

Em sua fase de operação poucos impactos foram identificados, assim como suas classificações foram associadas a características de baixa magnitude e pouca probabilidade, devido a menor movimentação de trabalhadores nas áreas de entorno das Terras, bem como à adoção de um processo de gerenciamento ambiental para minimizar possíveis impactos, que contemplem entre outras ações o fechamento de acessos que porventura venham a ser abertos e não sejam utilizados na manutenção das LTs.

Porém, há que se considerar que estas LTs integram-se a um conjunto de outros empreendimentos que exercem pressão sobre as Terras Indígenas, gerando ações sinérgicas em diferentes graus de impactos que representam um risco para a reprodução física e cultural destes povos como descritos no capítulo 8. Quanto a este cenário, em decorrência da grande quantidade de empreendimentos desenvolvimentistas instalados e planejados para a região em questão, alguns dos quais de grande magnitude, deve-se ressaltar a necessidade de um exercício reflexivo, a médio e longo prazo, junto às populações amazônicas, especialmente os grupos indígenas para definição de políticas públicas de proteção e gestão econômica e ambiental de suas Terras.

A inserção das LTs Porto Velho/Araraquara 2 N° 01 e N° 02, no cenário acima descrito, apesar de causarem impactos específicos de sua instalação e operação e que se somarão aos relativos a demais empreendimentos, não irão, isoladamente, causar a alteração significativa que representem ameaças aos povos indígenas em questão. Deve-se considerar, no entanto, os quatro pontos sensíveis destacados no item 10 deste estudo para uma avaliação conclusiva da magnitude dos impactos dos empreendimentos, assim como para a definição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias. Com especial destaque para a necessidade de consulta aos povos indígenas como previsto em legislações específicas, principalmente na OIT 169, que garantem seus direitos.

Índice

12.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1/19
------------	---	-------------

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia legal: estudos diagnósticos setoriais – PDSA 2005-2008. Belém: ADA, 2006.

ALBERT, B. 2000a. “Na Amazônia: Entre a nova Constituição e o ‘mercado de projetos’”. In: Instituto Socioambiental, novembro de 2000. Disponível em: www.socioambiental.org.

ALBERT, B. 2000b. “Associações indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia brasileira”. In: Povos Indígenas no Brasil 1996-2000, Carlos Alberto Ricardo (Ed.), São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA): 197-207.

ALENCAR, Edgar; GOMES, Marcos Afonso. Introdução à metodologia de pesquisa social. Lavras, MG: UFLA, 1999.

ALGAYER, Altair José. 2009. Relatório Técnico - Resumo histórico dos isolados da região do Omerê e ocupação dos lotes do setor 09 e 10. Fundação Nacional do índio, Vilhena. MS

_____. 2009. Relatório Técnico – Índios Kanoê da TI Guaporé no Rio Omerê. Fundação Nacional do índio, Vilhena. MS

_____. Abr/Jun 2009. Relatório Técnico – Atividades da FPEA Guaporé na TI Rio Omerê. Fundação Nacional do índio, Vilhena. MS

_____. Jun 2009. Relatório Técnico – Fiscalização Terra Indígena Rio Omerê - Junho. Fundação Nacional do índio, Vilhena. MS

_____. Jul/Set 2009. Relatório Técnico – Atividades da FPEA Guaporé na TI Rio Omerê. Fundação Nacional do índio, Vilhena. MS

_____. 2009. Relatório Técnico - Resumo histórico dos isolados da região do Omerê e ocupação dos lotes do setor 09 e 10. Fundação Nacional do índio, Vilhena. MS

ALMEIDA, Marli Auxiliadora. “Pacificação” dos Bororo Coroado na Província de Mato Grosso: Guerras e Alianças (1845 – 1887). Campinas: UNICAMP, 2005. Simpósio Temático: Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares.

_____. De Cibaé Modojobádo à Rosa bororo: a criação do personagem nas páginas da cronista Maria do Carmo de Mello Rego. Cuiabá: Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso, vol. 3 n. 2, jul – dez 2002.

ALTINI, Emilia. A educação escolar dos Karitiana. IN: Porantim, dezembro de 2007.

AMPLA. Estudo dos impactos socioeconômicos e ambientais do componente indígena referentes ao projeto são francisco/mt – complementação. Nov 2009.

ARAGON, Carolina Coelho. *Fonologia e Aspectos Morfológicos e Sintáticos da Língua Akuntsú*. Orientadora Profª Drª Ana Suely Arruda Câmara Cabral. Brasília: Programa de Pós-graduação em Lingüística do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, 2008. 131 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística).

_____, CARVALHO, Fernando Orphão. *Análise acústica das vogais orais da língua Akuntsú*. In: Revista Abralín, v 6, n. 2, p. 41-55, jul/dez 2007.

ARAUJO Jr, J. T. Infraestrutura e integração regional: o caso da IIRSA. Rio de Janeiro: CINDES, 2009.

ATHIAS, R. 2005. “A luta dos povos indígenas - 500 anos - uma outra história”. In: Projeto Olhar Crítico. Pp 12.

ATHIAS, R. 2005. “A Saúde Indígena como subsistema do SUS. Lei 8.080, Cap. V”. NEPP, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Artigo não publicado. Pgs. 10.

AZANHA, G. 2002. “Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil”. In: Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Contra Capa Ed. e LACED.

BACELAR, Laércio N. *Gramática da Língua Kanoê: descrição gramatical de uma língua ameaçada de extinção falada ao sul do Estado de Rondônia, Brasil*. Orientador: Prof. Dr. Pieter C Muysken. Nijmegen: Katholieke Universiteit Nijmegen, 2004. 326 p (Tese de Doutorado)

_____. Fonologia segmental da língua Kanoê: uma análise preliminar. Signótica: Revista do Mestrado em Letras e Lingüística, Goiânia: UFGO, n.6, p.59-72, 1994.

_____. Kanoê. In: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kanoe>, 2002. Consultado em 20 de janeiro de 2010

BACELAR, Laércio N.; SILVA JÚNIOR, Augusto R. Tipologia da negação em Kanoê. Signótica: Revista do Mestrado em Letras e Linguística, Goiânia: UFGO, n.2, p. 237-247, 2003.

BARRETO, C. 1999. "A atenção à saúde dos povos indígenas: breve histórico." Boletim da ABA, nº 31 - 1º Semestre de 1999. Disponível em http://www.unicamp.br/aba/boletins/b31/b31_08.htm

BARROSO-HOFFMANN, M. e Antônio C. de Souza Lima (organizadores). Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED, pp. 31 - 38

BASSEGIO, Luiz & PERDIGÃO, Francinete. Migrantes Amazônicos. Rondônia: A trajetória de uma ilusão. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BECKER, Jean-Jacques. "O handicap do à posteriori" In: AMADO, Janaina, FERREIRA, Marieta De Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. RJ: FGV, 1996. 27-31p.

BLAU, Alessandra Resende Dias. O "ouro vermelho" e a política de povoamento da capitania de Mato Grosso (1752 – 1798). Cuiabá: UFMT, 2007. Dissertação de Mestrado.

BLUMM, P. A L. Licenciamento Ambiental: o caso das usinas hidrelétricas do rio Madeira. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

BORGES, J.C. Ferrovia 246: Povos e Terras Indígenas. Goiânia: ECCARQ/EVOLUTI/Valec, 2009.

BRAND, A. 2002. "Mudanças e continuidades na política indigenista pós-1988". In:

BRITO, Kátia, et al. O desafio de ser índio no Brasil. 2005. Disponível em: http://www.brazilbrasil.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=365

CANOVA, Loiva. Os Doces Bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719 – 1757). Cuiabá: UFMT, 2003. Dissertação de Mestrado.

CAPOBIANCO, J. P. et al. Avança Brasil: Os Custos Ambientais para a Amazônia. Belém: Gráfica e Editora Alves, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2001. *Sobre o diálogo intolerante*. In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (organizadores). 2001. Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/Unesco. Pp. 245-252.

_____. 1996. "Posfácio 1994 – Trinta Anos Depois". In: "O Índio e o Mundo dos Brancos". Campinas: EdUnicamp, pp. 183-190.

_____. 1988. "O Índio na consciência nacional". In: Sociologia do Brasil Indígena, Brasília/Rio de Janeiro: UnB/Tempo Brasileiro: 65-74
CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "A Crise do Indigenismo". Campinas: EdUNICAMP.

CLEARY, D. 2004. "Arpa Indígena: A peça que faltava". In: Ricardo, F. (organização). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza - o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 114 – 120.

CIM, Salvador. O Processo Migratório de Ocupação no Estado de Rondônia – Visão Histórica. IN: Revista Primeira Impressão, Ano I N. 104. Porto Velho: UFRO, 2002. Disponível em: <http://www.primeiraversao.unir.br/artigo104.html> (Consultado em Dezembro de 2009)

CIMI. Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. 2008

COIMBRA JUNIOR, C. E. A. ; GARNELO, Luiza ; BASTA, Paulo Cesar ; SANTOS, Ricardo Ventura . 2006. "Saúde: Sistema em Transformação". In: Carlos Alberto Ricardo; Fany Ricardo. (Org.). Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, v. , p. 141-144.

CORREIA, de Cloude. Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre. [Tese de Doutorado em Antropologia]. UnB, 2007.

COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira. Senhores da Memória: história dos Nambiquara do Cerrado, 1942-1968. [Dissertação de Mestrado em História]. UFMT, 2000.

_____.O Pajé na Educação Nambikwara. 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt2/ComunicacaoOral/ANNA%20MARIA%20RIBEIRO%20FERNANDES%20MOREIRA%20DACOSTA.pdf>. (Consultado em Dezembro de 2009)

_____. Os índios Nambiquara do Cerrado: trabalho, aprendizagem e saber. Revista de Educação Pública: Cuiabá, v. 13, n. 24, jul./dez. p. 153-167, 2004.

CUNHA, Fredyson Hilton F. Koborireboe: Uma experiência em dança com os índios Bororo da aldeia de Meruri em Mato Grosso. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008. Dissertação de Mestrado.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Os direitos do índio – Ensaios e documentos*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1987. 230 p.

CUNHA, Manuela Carneiro. Negros, Estrangeiros _ Os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. Introdução. 9-16p.

DALL’ACQUA VARGAS, K.; Vieira Weiss, M.C.; Misoczky, M.C, 2009. "Avaliação das Estratégias Loco-regionais de articulação entre os níveis de atenção a saúde: o caso Pólo Base Rondonópolis (DSEI Cuiabá)". Painel 35 apresentado no II Congresso Consad de Gestão Pública. Disponível em: <http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00000119.pdf>

DIACON, Todd A. Rondon: O marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOMINGUES, Paulo Cesar M. A Interconexão Elétrica dos Sistemas Isolados da Amazônia ao Sistema Interligado Nacional. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação de Mestrado.

DONIZETE, L. 2001. “Os povos Indígenas e a escola diferenciada: Comentários sobre alguns instrumentos jurídicos internacionais”. In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (orgs.). 2001. Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/UNESCO. Pp. 87-98.

ECOLOGY BRASIL; Estudo de Impacto Ambiental da LT 500 kV Itumbiara-Cuiabá. Componente indígena. Rio de Janeiro, 2005.

ECOLOGY BRASIL; JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA. Etnomapeamento das Terras Indígenas na área de influência da LT Vilhena (RO) – Jauru (MT). Rio de Janeiro, 2009. (no prelo).

FEARNSIDE, P.M. 2005. "O custo ambiental de asfaltar um corredor de soja no Brasil". In:http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2005/BR-163%20Torres%20book-carga%20pesada.pdf

_____. 2003. “Conservation policy in Brazilian Amazonia: understanding the dilemmas”. In: World Development. 31(5): 757-779.

FERNANDES, Dulcilene Rodrigues. A formação dos professores indígenas de Tadarimana compreendida como um rito de passagem. Cuiabá: UFMT, 2007. Dissertação de Mestrado.

FERRARI, Jose Odair. A Saúde dos Índios: Um Desafio sem Endereço. Os Karitiana de Rondônia. São Paulo: USP, 1995. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Miriam Rejane G. Os trabalhadores da Comissão Rondon: Violência, Esquecimento e Silêncio nos caminhos do Telégrafo (1907 – 1915). Cuiabá: UFMT, 2007. Dissertação de Mestrado.

FIORINI, Marcelo. O. Embodied Names: construing Nambiquara personhood through naming practices. New York University, 1997. (Dissertação de mestrado).

FLECK, L. C. & AMEND, M. Por que reconstruir a BR-319? Uma perspectiva econômico-ambiental. CSF, 2009.

FRANCO, Cláudia Tereza Signori “Tristes Trópicos”: os Nambikuára do Sararé (MT) sob a influência de um projeto de mineração. VII RAM - UFRGS, Porto Alegre, Brasil - GT 08: Violência Estatal, Indigenismo e Povos Indígenas Coordenação: Cristhian Teófilo da Silva (UnB, Brasil) e Luís Eugênio Campos Muñoz (UAHC, Chile). 2006.

GABAS JR., NILSON. Relatório Técnico – Grupo Indígena: Arredios do Igarapé Omerê. FUNAI, 1995.

_____. Relatório Técnico – Segundo grupo de Arredios do Igarapé Omerê. FUNAI, 1995.

FUNAI. 2009. “Relatório de Saúde da Terra Indígena Omerê”, outubro de 2009.

FUNAI. 2008. Relatório de Gestão. Disponível em:http://www.funai.gov.br/ultimas/certificados/RELATORIO_DE_GESTAO_FUNAI_2008-2-2.pdf

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. Mato Grosso (1859 – 1889): Uma Província na fronteira do Império. Campinas: Unicamp, 2001. Dissertação de Mestrado.

GALLOIS, D. T. 2001. “Sociedades Indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância”. In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (organizadores). Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/Unesco, pp. 167-190.

GALVÃO, Jane Lúcia Faislon. Território de Identificação da Terra Indígena Tubarão Latundê. Brasília, 1980.

GAVAZZI, Renato Antônio. Planos de gestão territorial e ambiental. In: Jornal Página 20 seção - Papo de Índio. Rio Branco – Acre, domingo, 20 de abril de 2008.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisa. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONÇALVES, Carlos Barros. Migrantes da Fé: Contribuição ao Estudo do Protestantismo em Mato Grosso. 2008. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st10/Goncalves,%20Carlos%20Barros.pdf>

IBAMA. Parecer Técnico Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília: DILIC-IBAMA, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Comunicação social. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=799>. Acesso em: 29 de março de 2010.

INSTITUTO CREATIO, Diagnóstico Sócio Antropológico e Ambiental – Terra Indígena Tubarão Latundê. Termo de Referência FUNAI/PCH Cascata- Chupinguaia. Cuiabá, 2007.

_____. Diagnóstico sócio-ambiental das terras indígenas da área de influência da linha de transmissão 230 kv de Samuel/RO a Jauru/MT. Cuiabá, 2007.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS (INESC). 2000. *Políticas públicas para povos indígenas uma análise a partir do orçamento*. INESC, outubro de 2000. (41 pgs)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). 2005. "Povos Indígenas no Brasil – 2001/2005". ISA.

Instituto Socioambiental (ISA). 2010. "Mudanças na organização da Funai geram conflitos". Artigo de 18/01/2010 disponível em Notícias Socioambientais - <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3027>

IIRSA. Planejamento Territorial Indicativo – Carteira de Projetos 2009. Brasília: IRSSA, 2009.

JANAINA, Ferreira, Marieta De Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. RJ: FGV, 1996. 103-130p.

JESUS, Ana Claudia V. P. A. De. *Retornados: Memória e Identidade*. Orientadora Profª Drª Neide Esterci. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia e

Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia).

JUNIOR, Mauro de Mello Leonel & MINDLIN, Betty. Relatório de Avaliação da situação da Comunidade Karitiana. Ministério do Interior – SUDECO; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), 1983.

JÚNIOR, Vanderlei R. 2007. Relatório Técnico – Atividades na Terra Indígena Omerê. Fundação Nacional do Índio, Vilhena. MS

Kanoê. In: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kanoe> consultado em 25/01/2010.

KOIFMAN S. Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2001.

KOK, Gloria. Descalços, violentos e famintos. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Dossiê Bandeirantes. PP 22-24, ano 03, nº 34, julho de 08.

LANDIN, David J. An outline of the syntactic structure of Karitiana sentences. Summer Institute of Linguistics, 1984.

LANGDON, E. J. 2001. “A Tolerância e a Política de Saúde do Índio no Brasil: São. Compatíveis os Saberes Biomédicos e Saberes Indígenas?”. In: Grupioni, Luís Donisete; Vidal, Lux; e Fischmann, Roseli (orgs.). Povos indígenas e tolerância – construindo práticas de respeito e solidariedade, São Paulo, Edusp, 2001. Pp. 157-166.

LAUSCHENER, R. Agrobusiness, cooperativa e produtor rural. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

LEÃO, Auxiliadora Cruz de Sá, AZANHA, Gilberto, MARETTO, Luis Carlos. Diagnóstico Final e Avaliação de Impactos nas Terras Indígenas *karitiana*, *karipuna*, *Lage*, *Ribeirão e Uru-Eu-Wau-Wau*. In: Estudo Socioeconômico Sobre as Terras e Povos Indígenas situados na Área de Influência dos Empreendimentos do Rio Madeira (UHEs *Jirau e Santo Antônio*). Brasília: 2004.

LEITE, Cristina. Pela valorização de nosso território: a região Centro-Oeste. UnB-GTRA, [s.d]. (mimeo).

LENÁ, P. 2002. "As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia; problemas e contradições". In: Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais. Ano 1, n. 1. Pp. 37-44.

LIMA, Antonio Carlos De Souza. *Diversidade Cultural e Política Indigenista no Brasil*. In: Tellus, nº 3, Campo Grande: outubro de 2002

LIMA, D., Jorge Pozzobon. 2005. *Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social*. In: Estudos Avançados: São Paulo. Vol. 9, n. 54.

LITTLE, Paul. Mapeamento Conceitual e Bibliográfico das Comunidades Tradicionais no Brasil. Brasília, UnB. 2006, (no prelo).

LOPEAS DA SILVA, A. 2001. "Educação para a Tolerância e Povos Indígenas no Brasil" In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (orgs.). 2001. Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/UNESCO. Pp. 99-132.

LOURENÇO, J.S. Tecnologia e Desenvolvimento Regional. Revista T&C Amazônia. Amazônia: FUCAPI, 2003.

LUCIO, Carlos Frederico. Sobre algumas formas de classificação social: Etnografia sobre os Karitiana de Rondônia (Tupi – Arikém). Campinas: Unicamp, 1996.

MARÉS, C. 2002. "As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios". In: BARROSO-HOFFMANN, M. e Antônio C. de Souza Lima (organizadores). Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED, pp. 49-63.

MARETTO, Luis Carlos et all. Estudo Socioeconômico sobre as terras e povos indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do Rio Madeira (UHes Jirau e Santo Antônio). Diagnóstico final e avaliação de impactos nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-Wau. Brasília, 2004.

MARGULIS, Sergio. O Desempenho do governo brasileiro, dos órgãos contratantes e do Banco Mundial em relação à questão ambiental do Programa Polonoroeste. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.

MARTA, José Manuel C. Imperialismo, Globalização e Energia: O caso do Mato Grosso. Campinas: Unicamp, 2002.

MARTINI, Daniel Moretto. Na trilha dos Bororo: Um histórico das relações com os paulistas. Campinas: UNICAMP, 2008. I Encontro de Pesquisa de Graduação em História.

MAYBURY–LEWIS, David. In the path of Polonoeste: Endangered peoples of western Brazil. Cambridge: Cultural Survival, 1981.

MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MENDES, Adelino de L. Akuntsu, <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/akuntsu>, 2005. Consultado dia 20/01/2010

MILLER, Joana. As Coisas – os enfeites corporais e a noção de pessoa entre os Maimandê (Nambiquara). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007. Tese de Doutorado.

_____, Nanbikwara. In: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/nambikwara>, 2008. Consultado em 22 de janeiro de 2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2001. Descrição dos DSEIs com dados do período de 1999-2001 para os DSEIs de Porto Velho, Cuiabá e Vilhena. Disponíveis em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/distritos.pdf>;

<http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/cuiaba.pdf>;

<http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/portovelho.pdf>;

<http://www.bvsde.paho.org/bvsapi/p/fulltext/distritos/vilhena.pdf>.

MIRAGLIA, A. B. 2009. *Relações Intértnicas e Histórico da Atenção à Saúde Indígena no Brasil*. Paper produzido no âmbito do consórcio SSL-CEBRAP-IDS. Consultoria para Funasa, Brasília: 2009.

_____. 2007. “Desenvolvimento, meio ambiente e cultura: notas críticas sobre o debate socioambiental indigenista amazonico”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Univ. de São Paulo (USP).

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. Relatório sobre os índios Karitiana – Estado de Rondônia. Ministério do Interior. FUNAI: Setor de Documentação, 1984.

MOURA, A. D. Agricultura familiar, mercados e cadeias produtivas. Viçosa: UFV, 2006.

MULLER, Ana, et all. Número e a distinção contável – massivo em Karitiana. Revista da Abralin, v.5 n.1, 2006.

NAKATA, Cinthia. Civilizar e educar: o projeto escolar indígena da missão salesiana entre os Bororo do Mato Grosso. São Paulo: USP, 2008. Dissertação de Mestrado.

NOBRE MENDES, A. 2002. "O PPTAL e as demarcações participativas". In: Souza Lima, A.C.; Barroso-Hoffmann, M. (organizadores). 2002. Estados e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista II. ContraCapa - LACED.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Funerais entre os Bororo: Imagens da refiguração do mundo. IN: Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2006, v.49 n.1.

OLIVEIRA, Carlos Edinei; Família e natureza: As relações entre famílias e ambientes na construção da colonização de Tangará da Serra –MT. Dissertação de mestrado em História. UFMT. Cuiabá, 2002.

OLIVEIRA, J.A.; VEIGA, J.P.C. ; ONUKI, J. 2008.O Licenciamento Ambiental para Hidroelétricas do Rio Madeira (Santo Antonio e Jirau): um estudo de caso de negociações na administração pública federal brasileira. Centro de Estudos das Negociações Internacionais, CAENI/USP.

OLIVEIRA, Jorge E., PEREIRA, Levi M. Relatório antropológico complementar dos impactos socioambientais do projeto São Francisco, atual serra da Borda mineração e metalurgia, sobre os katitauru das Terras indígenas Sararé e Paukalirajausu, em mato grosso. Mato Grosso do Sul, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever" In: O trabalho do Antropólogo. Segunda ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo. Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Rosimeire Teles. Pequena introdução crítica à história política de Rondonópolis – MT (1875 – 2004). Cuiabá: UFMT, 2005. Dissertação de Mestrado.

OTAVIO, Chico. Inventário Amazônia: Ocupação, Preservação e Futuro. Rio de Janeiro: Desiderata, 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.) 1998. *Indigenismo e Territorialização*. Ed. ContraCapa: Rio de Janeiro.

_____. 1993. "Três modelos de intervenção do Estado no reconhecimento das Terras Indígenas: democratização, remilitarização e reflexos da UNCED". In: Resenha e Debate - Boletim do PETI/Projeto de Estudos sobre TIs no Brasil. Museu Nacional: Rio de Janeiro. (10 pgs)

PAGLIARO, Heloisa, et all. Perfil demográfico dos índios Bororo de Mato Grosso, Brasil, 1993 – 1996. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública, 2009.

PDPI, MMA e COOPERACAO TÉCNICA DA ALEMANHA. 2005. “Políticas públicas relacionadas aos povos indígenas no Brasil: processos e iniciativas em curso”. Documento de trabalho n.1: Manaus.

PEREIRA, Sinedei de Moura. Região Amazônica: Estrutura e Dinâmica na Estrutura de Rondônia (1970 – 2003). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. Tese de Doutorado.

PEREIRA GOMES, M. 2008. “O Índio na História: Cap.9 - A FUNAI e os Tenetehara”. Capítulo sobre o período de surgimento da FUNAI até sua atuação em 2000. Disponível em: <http://merciogomes.blogspot.com/2008/09/o-ndio-na-histria-cap9-funai-e-os.html>

PETERSEN, Paulo; ROMANO, Jorge. Abordagens participativas para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro, AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999.

PIMENTEL, G. 2007. "Projeto Complexo, Mega Risco: Riscos Financeiros do Complexo Rio Madeira". Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. Documento disponível em: <http://www.riomadeiravivo.org/baixar/projcomplexo.pdf>

PINTO, Edgar Roquete. Rondônia. São Paulo, Brasiliana, volume 39. 1975.

POLLAK, MICHEL. “Memória, esquecimento e silêncio” In: *Estudos históricos*, vol. 2 nº 3. RJ: Ed. Vértice, 1989.

_____. “Memória e Identidade Social” In: *Estudos Históricos*, nº 10; 200-212p.

_____. “La gestion de L’indicible” In: *Recherche en sciences sociales*, nº 62/63 – juin. Paris: Editions de Minuit, 1986

PORTELLI, ALESSANDRO. “O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana: 29 de Junho de 1994): mito, política, luto e senso comum” In: AMADO,

PORTOCARRERO, José Afonso B. Báí, a casa Boé: Báí, a casa Bororo: Uma história da morada. dos índios Bororo. Cuiabá: UFMT, 2001. Dissertação de Mestrado.

PRESOTTI, Thereza Martha. A Conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e a “guerra justa” aos paiaguá (1719 – 1748).

_____. Os índios e a natureza na conquista colonial do centro da América do sul: a Capitania de Mato Grosso (século XVIII). Lisboa, 2005.

PRIECE, David. Nambikwara Society. University of Chicago. 1972. (Tese de Doutorado).

QUIZO, Luizinho A. e CUPUDUNEPÁ, Maria A. O contato com o povo Umutina. IN: Cultura e Sociedade, v.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.

RAMMINGER, Reinhard. A modernização da agricultura e indicadores sociais no Estado do Mato Grosso (1980 – 2005). Cuiabá: UFMT, 2008. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização. São Paulo: Círculo do Livro, 1970.

SAMPAIO, Wany. Os Povos Indígenas de Rondônia. Porto Velho: Editora da Unir, 1998.

SANTANA, Antônio Cordeiro de, et al. Arranjos produtivos locais da BR-163: contribuições ao planejamento estratégico territorial. Belém: ADA, 2006.

SANTILLI, M. 2010. "Reestruturação deve melhorar a Funai". Artigo disponível em site do ISA- http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2010-01-14-113604

SANTOS, Marcelo dos. 1995. Relatório Técnico. Fundação Nacional do índio, Brasília. MS

SANTOS, Lênin C V Leonardo. Fev/Mar, 2007. Relatório Técnico - Relatório de Atividades TI Rio Omerê (fiscalização e observação da produção de soja e gado na região), Fundação Nacional do índio, Vilhena. MS

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Editora Cultrix, 2008. 279p.

SCHRODER, Peter; LITTLE, Paul E.; AMARAL, Carlos. 2000. "Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas: documento do projeto". Brasília: PPTAL, 2000-abril.

SETTE, *et all.* A Água e a qualidade de vida dos Bororos na Aldeia Tadarimana em Rondonópolis – MT, 2009.

SOUZA LIMA, A. C.; BARROSO-HOFFMAN, M. (orgs.). 2002. "Etnodesenvolvimento Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista". Rio de Janeiro: Contra Capa.

SORTO, Luciana. VELDEN, Felipe Ferreira Vender. Karitiana. In: <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/karitiana/391>, 2005. Consultado em 25/01/2010

STIBICH, I. A. 2005. "Povos Indígenas, Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental na Amazônia Legal: uma interpretação antropológica da formação do PDPI a partir dos seus documentos preparatórios". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília -UnB

RICARDO, F. (organização). 2004. *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza - o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

RICARDO, C. A. 2002. "Notas sobre economia indígena e mercado no Brasil". In: [CD-ROM]. acervo do ISA - Instituto Socioambiental.

RICARDO, C. A. 1999. "A sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil e a biodiversidade na Amazônia". Cópia xerox do artigo do acervo do ISA - Instituto Socioambiental.

ROSALEN, J. 2008. Paper descritivo sobre o histórico da saúde indígena no Brasil (1986-1999). Artigo não publicado. Pgs. 8.

SANTILLI, J. 2005. "Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural". São Paulo: Editora Peirópolis/Instituto Socioambiental.

SANTILLI, M. 2002. "Programas regionais para uma nova política indigenista". In: BARROSO-HOFFMANN, M. e Antonio C. de Souza Lima (organizadores). Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED. Pp. 69-82.

SANTOS, Marcelo Dos. 1995. Relatório Técnico. Fundação Nacional do índio, Brasília. MS

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Editora Cultrix, 2008. 279p.

SCHRODER, Paulo Henrique. Análise Espaço – Temporal do Processo de Ocupação do Município de Corumbiara – Rondônia. Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação de Mestrado.

SCHULTZ, Harald. Informações Etnográficas sobre os Umutina. IN: Revista do Museu Paulista. São Paulo, 1962.

SCHULTZ, Harald. **Vocabulário dos Índios Umutina**. Journal de la Société des Américanistes, Année 1952, Volume 41, Numéro 1. p. 81 – 137

_____. Umutina. In: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/umutina>, Consultado em 20 de janeiro de 2010.

SEIXAS LOURENÇO, J. 2001. “Amazônia: trajetória e perspectivas”. In: SACHS, I. e outros (Org.). Brasil: um século de transformações. Cia. das Letras: SP, pp.348-370.

SETTE, Denise Maria, et all. A Água e a Qualidade de Vida dos Bororos na Aldeia Tadarimana em Rondonópolis – MT. Anais do XIII Simpósio de Geografia Física Aplicada – A Geografia física aplicada e as dinâmicas da natureza. Viçosa: UFV, 2009.

SERPA, Paulo. BORORO. In: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo>, 2001. Consultado dia 22/01/2010

SETTE, Denise Maria, et all. A Água e a Qualidade de Vida dos Bororos na Aldeia Tadarimana em Rondonópolis – MT. Anais do XIII Simpósio de Geografia Física Aplicada – A Geografia física aplicada e as dinâmicas da natureza. Viçosa: UFV, 2009.

SHANKLAND, A.; ATHIAS, R. 2007. “Decentralisation and difference: indigenous peoples and health system reform in the Brazilian Amazon”. In: IDS Bulletin, vol 38, number 1, January 2007.

SOARES, Juliana. Aspectos comuns da organização social Kaingang, Xavante e Bororo. IN: Porto Alegre, v.2 n.1, 2008.

SOUZA, Luciene Guimarães de, PAGLIARO, Heloisa, SANTOS, Ricardo Ventura. “Perfil demográfico dos índios Boróro de Mato Grosso, Brasil, 1993-1996” IN: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25 (2): 328-336 p, fev 2009.

STORTO, Luciana & ARAÚJO, Carolina. Terminologia de parentesco Karitiana e Juruna: uma comparação de algumas equações entre categorias paralelas e gerações alternas. Atas do I Encontro Internacional do GTLI da ANPOLL, 2001.

STRAUSS, Claude Lévi. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1991. 456 p.

STRAUSS, Claude Lévi. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SWITKES, Glenn. Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas, organizador; Patrícia Bonilha, editora – São Paulo: International Rivers, 2008.

TELES, Iara Maria. Rondônia, um Estado Cosmopolita: Qual o Porquê da elaboração de seu Aliró. UNIR.

TETRAPLAN. Estudo de Impacto Ambiental da Ferronorte no Estado de Mato Grosso, 1995.

TONIAZZO, Suzan Luzia L. Projeto Tucum e formações de professores Bororo em Meruri. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2002. Dissertação de Mestrado

TOLENTINO, Nelson Gil. Ética Bororo: a sobrevivência de um povo. Campo Grande: Interações, v.10 n.2, 2009.

URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera A. "No meio do caminho havia os Bororo. Jarudorim, a diáspora e reterritorialização" In: Tellus, Campo Grande – MS: abr. 2007. Ano 7, n. 12, p. 67-87.

VARGAS, Karem Dall'Acqua, et al. Avaliação das estratégias loco-regionais de articulação entre os níveis de atenção à saúde: O caso Pólo Base Rondonópolis (DSEI Cuiabá). Florianópolis: II Congresso Consad de Gestão Pública, 2008.

VALADÃO, Virginia. Os índios ilhados do Igarapé Omerê. In: RICARDO, Carlos. Povos indígenas no Brasil, 1991/1995, ISA, São Paulo, 1996.

VALADÃO, Virgínia. 1986. Relatório de Avaliação – Área Indígena Igarapé Omerê. São Paulo. MS

_____. 1995. Relatório Antropológico 2. Fundação Nacional do Índio, Brasília. MS

_____. 1996. Laudo Antropológico – Índios Isolados do Igarapé Omerê, FUNAI, 1996.

VELDEN, Felipe Ferreira V. Por onde o sangue circula: os Karitiana e a Intervenção Biomédica. Campinas: UNICAMP, 2004. Dissertação de Mestrado.

VERDUM, R. 2002. "Etnodesenvolvimento e Mecanismos de Fomento do Desenvolvimento dos Povos Indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)". In: SOUZA LIMA, A. C. e BARROSO-HOFFMAN, M. (orgs.). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp.87-105.

VERDUM, R. 2006. “Etnodesenvolvimento: nova-velha utopia do indigenismo”. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Antropologia da UNB. Orientador: Gustavo Lins Ribeiro.

VIANA, Adriana M. S. Sobre a língua Bororo. IN: Atas do II encontro nacional do grupo de estudos de linguagem do centro-oeste: Integração lingüística, étnica e social. Denize Elena G. da Silva (org.). Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UNB, 2004.

VIANNA, F. 2005. “O Novo modelo de atendimento”. In: Povos Indígenas no Brasil 2001/2005. São Paulo: Instituto Socioambiental.

VIEIRA ARRUDA, R. 2001. *Imagens do Índio: signos da intolerância*. In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (orgs.). 2001. Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/UNESCO. Pp. 43- 63.

VIERTLER, Renate. A Refeição das almas: Uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo do Mato Grosso. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Convívio interétnico e alcoolismo entre os Bororo: resultados de uma pesquisa. 2002. *Tellus 2*: 9-38

ZAGO, Lisandra. Etnoistória Bororo: Contatos, alianças e conflitos (Séculos XVIII e XIX). Dourados: UFMS, 2005. Dissertação de Mestrado.

Sites Consultados

http://www.iirsa.org//CD_IIRSA/Index.html

<http://www.funasa.gov.br/internet/desai/sistemaSiasiDemografialIndigena.asp>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/nambikwara/1680>

http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3708#42208

http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3708#52862

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/243>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karitiana/389>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/paresi>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/umutina>

http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3725

<http://www.bandavisual.org/docs/kanoe/Indios%20amenazados%20Rondonia.pdf>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u657705.shtml>

<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=2053&eid=244>

<http://projeto-pindorama.blogspot.com/2009/05/funasa-e-saude-indigena-politica-do.html>

<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28459>

<http://www.consciencia.net/2006/0316-saude-indigena.html>

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/04/15/materia.2008-04-15.8562786322/view>

<http://www.rollingstone.com.br/edicoes/39/textos/4102/>

http://www.olharindigena.com.br/Website/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=26

http://www.gentedeopinioao.com.br/ler_noticias.php?codigo=38127

<http://projeto-pindorama.blogspot.com/2009/05/funasa-e-saude-indigena-politica-do.html>

<http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28459>

<http://www.consciencia.net/2006/0316-saude-indigena.html>

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/04/15/materia.2008-04-15.8562786322/view>

http://www.casok.web.br.com/doc/Demografia_Karitiana97.pdf

http://www.amazonia.org.br/guia/index.cfm?cat_id=38&subcat_id=570&siteid=2

<http://www.cimi.org.br>

<http://www.coiab.org.br>

<http://www.trabalhoindigenista.org.br>

<http://www.funasa.gov.br>

<http://www.funai.gov.br>

<http://www.socioambiental.org>

<http://www.mma.gov.br>

www.mds.gov.br

www.mj.gov.br

<http://sis.funasa.gov.br/portal/renisi.asp>

<http://www.seduc.mt.gov.br>

http://www.noticiasagricolas.com.br/.../expoprimeira_homero_pereira.ppt Logística: Uma Solução para Mato Grosso. Mato Grosso, 2009. Acessado em 28 de março de 2010

<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=38981> , artigo: Usina polemica vai a leilão. acessado em março de 2010.

<http://www.fema.org.mz/por/Documentos/Glossario/>, 2010

Índice

13.	EQUIPE TÉCNICA	1/1
13.1	EQUIPE DE COORDENAÇÃO	1/1
13.2	EQUIPE APOIO TÉCNICO	1/1

13. EQUIPE TÉCNICA

13.1 EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Nome	Formação Conselho de Classe	Função
Priscila Barreto Sampaio	Cientista Social, mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ)	Coordenação Geral
Ivan Soares Telles de Souza	Eng. Agrônomo/ MSc. em Solos	Caracterização Ambiental
Ana Claudia Vieira	Antropóloga, mestre em Antropologia e Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ Especialista em Educação Ambiental - PEA/PDBG/UERJ	Caracterização Antropológica
Joelma Cavalcante	Engenheira Florestal Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – IBGE Especialista em Educação Ambiental – CEPUERJ/UERJ	Caracterização Ambiental e Contato Interétnico, Políticas Públicas e Empreendimentos Privados

13.2 EQUIPE APOIO TÉCNICO

Nome	Formação Conselho de Classe	Função
Patrícia de Oliveira Ramos	Engenheira Civil, com ênfase em Meio Ambiente (PUC-Rio), Pós-Graduada em Análise e Avaliação Ambiental pela PUC-Rio. Cursando MBA em Gestão de Sustentabilidade pela FGV de São Paulo	Caracterização Ambiental
Roberto Brasil	Historiador, graduado em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)	Contato Interétnico, Políticas Públicas e Empreendimentos Privados
Ana Beatriz	Antropóloga, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP. Doutoranda em Desenvolvimento na London School of Economics (DESTIN/LSE)	Contato Interétnico, Políticas Públicas e Empreendimentos Privados
Maria Alice	Designer	Elaboração do Folheto Informativo
Luciene	Apoio Mapas	Elaboração de Mapas
Risonaldo	Apoio Mapas	Elaboração de Mapas
Kate	Formatação	Formatação do Relatório